

SEDiAr

Seminário Internacional de
Estudos sobre Discurso e Argumentação

Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDiAr)

18 a 20 de abril de 2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Organização

Eduardo Lopes Piris

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Fernanda Coelho Liberali

Viviane Carrijo

Maria Cecília Camargo Magalhães

Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz

2023



Organização

Eduardo Lopes Piris

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Fernanda Coelho Liberali

Viviane Carrijo

Maria Cecília Camargo Magalhães

Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (5º SEDiAr)

18 a 20 de abril de 2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz

2023



Ficha catalográfica elaborada por Quele Pinheiro Valença – CRB 5/1533

S471

Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (5.: 2023: São Paulo, Brasil).

Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (5º SEDiAr) / Organização: Eduardo Lopes Piris, Isabel Cristina Michelin de Azevedo, Fernanda Coelho Liberali, Viviane Carrijo, Maria Cecília Camargo Magalhães. – Ilhéus: Editus- Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2023.

583 p.: il

De 18 a 20 de abril de 2023, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7455-557-7

1. Análise do discurso – Congressos. 2. Retórica – Congressos. I. Piris, Eduardo. II. Azevedo, Isabel. III. Liberali, Fernanda. IV. Carrijo, Viviane. V. Magalhães, Maria. VI. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. VII. Título.

CDD: 401.41



SUMÁRIO

Apresentação	9
A VIOLÊNCIA VERBAL EM ODE À BARBÁRIE: ANÁLISE DE DISCURSOS DE ÓDIO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19	11
<i>Adriana do Carmo Figueiredo</i>	
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO RELATIVO ÀS PERSPECTIVAS RETÓRICO E DISCURSIVA NO ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO	21
<i>Alexandre Roberto Prudente Silva Santos</i>	
A PERSUAÇÃO DE UM PODER ESVERDIANTE: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DOCUMENTOS LEGISLATIVOS	31
<i>Aline DORTAS Leal</i>	
UM ESTUDO DA RELAÇÃO DOS CONFEDERADOS IMIGRANTES COM A ESCRAVIDÃO NA REGIÃO DE AMERICANA: O LOCUTOR REVERENDO BALLARD S. DUNN	42
<i>Amanda Castilho Azzali Berardo</i> <i>Carolina de Paula Machado</i>	
O DISCURSO ARGUMENTATIVO DE UM MENINO ENTRE 2 E 3,6 ANOS DE IDADE: UMA ABORDAGEM DIALÓGICO DISCURSIVA E MULTIMODAL.....	53
<i>Ana Laura Giancesella Ferreira</i>	
UMA ABORDAGEM DIALÓGICO-DISCURSIVA SOBRE OS DADOS DE ARGUMENTAÇÃO INFANTIL: FOCO NA SINTAXE E NA MULTIMODALIDADE	64
<i>Ana Luísa Coletti Ricci</i>	
CONTRIBUIÇÕES DE EUGENIO COSERIU PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ARGUMENTOS: UMA ANÁLISE EM TUÍTES.....	74
<i>Anyhelen Padilha da Cruz</i> <i>Silvio Luis da Silva</i>	
A ONU MULHERES BRASIL E CARTILHA DA PUBLICIDADE SEM ESTEREÓTIPOS.....	84
<i>Carla Severiano de Carvalho</i>	
REFERENCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA	94
<i>Cássia Fernanda de Oliveira Costa</i>	
O PROCESSO RACIONAL DE APRESENTAÇÃO DO ARGUMENTO SOBRE FATOS EM SENTENÇAS PENAS	105
<i>Catarina Bussinger</i>	
LEITURA, ESCRITA E AUTORIA EM DISCURSO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	115
<i>Cátia Fátima Nunes Santana Alves</i>	



<i>MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA NO DISCURSO DA EX-MINISTRA DAMARES ALVES</i>	123
<i>Clara Cristiana Odilon Pereira</i>	
<i>A PAIXÃO DO CIÚME: IMBRICAÇÕES DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DISCURSIVO- ARGUMENTATIVO</i>	132
<i>Claudiana dos Santos</i>	
<i>ANALISANDO A COLABORAÇÃO CRÍTICA POR MEIO DA ARGUMENTAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A EXPANSÃO DE UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA</i>	143
<i>Daniela Baccheschi Pioli Pellossi</i>	
<i>ARGUMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DE DECISÕES PENAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</i>	158
<i>Douglas de Barros Ibarra Papa</i>	
<i>ARGUMENTAÇÃO POR IMAGEM E TEXTO: UMA ABORDAGEM NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO TECNOLÓGICO</i>	169
<i>Edilaine G. F. de Toledo</i>	
<i>LINGUAGEM E IDENTIDADE DE GÊNERO: NOVAS ABORDAGENS PARA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA</i>	176
<i>Elizabeth Aparecida Gontijo Santana</i>	
<i>AS ENUNCIÇÕES INFANTIS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E A SUA FORÇA ARGUMENTATIVA</i>	186
<i>Flávia Santana Rocha</i> <i>Regina Godinho de Alcântara</i>	
<i>O DISCURSO BOLSONARISTA EVANGÉLICO E SUA RETÓRICA</i>	196
<i>Flávio Gomes Bezerra</i>	
<i>EMPODER[AR]: DISCURSIVIDADES DE ESTUDANTES DE UM CENTRO DE ENSINO DE PERÍODO INTEGRAL MEDIANTE A METODOLOGIA FEMINISTA COMO EMANCIPAÇÃO FEMININA</i>	207
<i>Gabriela Magalhães Sabino</i>	
<i>É SOBRE ELAS: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E ESTEREOTIPAGEM</i>	218
<i>Geisa Fróes de Freitas</i>	
<i>QUER CASAR COMIGO?: BREVE ANÁLISE DE UMA COPY NA PERSPECTIVA DA TRÍADE ARISTOTÉLICA</i>	228
<i>Helena Vieira Pabst</i>	
<i>ESTRATEGIAS DE LECTURA CRÍTICA PARA ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES (TEA)</i>	238
<i>Iris Anita Fabián Ramírez</i> <i>Leonor Nora Fabián Bráñez</i>	



VIDA E DIGNIDADE PARA TODAS: ANÁLISE DA CAMPANHA DA ONU BRASIL PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES REFUGIADAS.....	249
<i>Jacimara Santos Brito</i>	
<i>Micaele Dantas da Conceição</i>	
O PERCURSO ARGUMENTATIVO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	259
<i>Jacqueline Meireles Ronconi</i>	
<i>Soraya Maria Romano Pacífico</i>	
A ARGUMENTAÇÃO ORAL NO MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS RELATÓRIOS DE PESQUISA.....	270
<i>Jean Santos Batista</i>	
DE INGRESSANTES A CONCLUINTES/RECÉM-EGRESSOS: UMA INVESTIGAÇÃO EM RELAÇÃO A ARGUMENTAÇÃO, PROVA E DEMONSTRAÇÃO NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA.....	279
<i>João Carlos Caldato</i>	
A CONSTITUIÇÃO DE CATEGORIAS DE ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA.....	290
<i>João Paulo Attie</i>	
CIRO GOMES E A ARGUMENTAÇÃO PROBABILÍSTICA COMO PODER DE PERSUAÇÃO.....	298
<i>Ana Luísa Alves Troccoli</i>	
<i>Josimar Gonçalves Ribeiro</i>	
FATOR TEXTUAL DA INTENCIONALIDADE: A INTENÇÃO ARGUMENTATIVA DO TEXTO EM O SAMBA SAMBOU.....	309
<i>Julio Teixeira de Souza</i>	
ANÁLISE DOS PROCESSOS REFERENCIAIS E INTERTEXTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE ARGUMENTATIVA POLÊMICA EM <i>FAKE NEWS</i> NO FACEBOOK.....	321
<i>Kátia Regina Franco</i>	
ARGENTINA X FRANÇA: VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA, TRANSFÓBICA E XENOFÓBICA EM JOGO NA COPA DO MUNDO DO CATAR 2022.....	332
<i>Caroline Oliveira Soares</i>	
<i>Lara Letícia dos Santos Gonçalves</i>	
INVESTIGANDO A HABILIDADE DE ARGUMENTAÇÃO DE LICENCIANDOS DE MATEMÁTICA.....	343
<i>Lilian Nasser</i>	
<i>Ana Luiza Barbosa Cardoso Silva</i>	
EMBATE IDEOLÓGICO NO CASO MARIANA FERRER - ALTERIDADE, EMOÇÃO E PONTO DE VISTA.....	354
<i>Karla Stéphany de Brito Silva</i>	
<i>Madson Bruno Soares Estevam</i>	



A PERSPECTIVA COSERIANA DOS CONTEXTOS POSITIVO E NEGATIVO E SUA RELAÇÃO COM O DITO E O NÃO-DITO NO PROCESSO ARGUMENTATIVO	364
<i>Marcellyne Costa de Oliveira</i> <i>Sílvio Luis da Silva</i>	
COMO ALUNOS DESENVOLVEM SEUS ARGUMENTOS E PROVAS MATEMÁTICAS EM SALA DE AULA.....	375
<i>Marcus Prates</i> <i>Carlos Augusto Aguilar Júnior</i>	
CARTAS ABERTAS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022: ARGUMENTATIVIDADE E CENA ENUNCIATIVA EM FOCO.....	388
<i>Maria da Penha Brandim de Lima</i>	
PERSPECTIVAS ARGUMENTATIVAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	400
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	
ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA E POLÍTICA: OS BLOCOS SEMÂNTICOS EM CHARGES SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022.....	409
<i>Maria Raquel dos Santos Felix</i> <i>Erivaldo Pereira do Nascimento</i>	
CARTA COMPROMISSO AO POVO EVANGÉLICO: LULA E AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE SI.....	420
<i>José Max Santana</i> <i>Maria Eliete de Queiroz</i>	
A NARRATIVIDADE DO CORPO NEGRO FEMININO EM <i>INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES</i> , <i>OLHOS D'ÁGUA</i> E <i>HISTÓRIAS DE LEVES ENGANOS E PARECENÇAS</i> DE CONCEIÇÃO EVARISTO .	431
<i>Milena Santos de Jesus</i>	
O ETHOS DISCURSIVO DO ENFERMEIRO EM SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DO PRESCRITO	440
<i>Mirelly Karolinny de Melo Meireles</i>	
O DISCURSO E A PRÁTICA DAS INOVAÇÕES CIENTÍFICAS: EMBATES ARGUMENTATIVOS	451
<i>Miriam Bauab Puzzo</i>	
ENTRE OS MODELOS PRONTOS DE REDAÇÃO ENEM DAS REDES SOCIAIS E A DEMANDA CRÍTICA DA BNCC: A ENCRUZILHADA DO PROFESSOR DE PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO	462
<i>Mirian Heloise Pereira da Silva</i> <i>Allana Mátar de Figueiredo</i>	
FAKE NEWS E O CARÁTER PARASITÁRIO DO DISCURSO CÍNICO-PERVERSO PROPAGADO CONTRA A ELEIÇÃO DE LULA EM 2022	473
<i>Patricia Leal Di Nizo</i>	



DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA NOS PANFLETOS POLÍTICOS DE EULÁLIO MOTTA (1964-1969).....	484
<i>Priscila Santos Lopes</i>	
ENTRE SIGNOS E SENTIDOS: O ÓDIO COMO MARCA IDENTITÁRIA	495
<i>Rafael da Silva Marques Ferreira</i>	
A MENTIRA ORQUESTRADA: A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ALVO DAS <i>FAKE NEWS</i>	505
<i>Renata Nobre Tomás</i> <i>Lorena Maria Nobre Tomás</i>	
FONTE "OFF": DESINFORMAÇÃO E DESCORTESIA NOS BASTIDORES DE NOTÍCIAS POLÍTICAS ...	517
<i>Rosani Muniz Marlow</i> <i>Maria da Penha Pereira Lins</i>	
A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	528
<i>Rosemeire da Silva Rio de Oliveira</i> <i>Antonio Sales</i>	
RESISTÊNCIA FEMINISTA ATRAVÉS DE ENUNCIADOS BORDADOS.....	538
<i>Solange Mittmann</i>	
"RESPEITA AS MINA": UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PROPAGANDA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	549
<i>Tairine Brito dos Santos Mendes</i>	
A ARGUMENTATIVIDADE PRESENTE NO GÊNERO PÔSTER DO INSTAGRAM: OS MODALIZADORES EM TEXTOS SOBRE A COPA DO MUNDO NO CATAR.....	561
<i>Jayne Silva de Oliveira</i> <i>Vanessa Santos da Silva</i>	
CONSTRUÇÃO DE ARGUMENTOS NA POLÊMICA: UMA ANÁLISE DOS ENTORNOS NO DISCURSO DE ÓDIO	572
<i>José Yan Maciel Dias</i> <i>Silvio Luis da Silva</i>	



APRESENTAÇÃO

Temos a alegria de apresentar os *Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDiAr)*, realizado de 18 a 20 de abril de 2023, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

O SEDIAr tem por objetivo reunir pesquisadores interessados em desenvolver a reflexão sobre os estudos argumentativos em suas distintas perspectivas teórico-metodológicas, tendo em conta sua relevância nas ciências da linguagem e nas demais ciências humanas.

O SEDIAr teve sua primeira edição em Ilhéus/BA, na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, tendo por característica ser itinerante. A realização da segunda edição na Faculdade de Letras da UFMG foi uma forma de promover os estudos sobre discurso e argumentação no sudeste, mas sem deixar de estar aberto a outras regiões. Em 2016, o seminário aconteceu pela terceira vez e assumiu o desafio de se internacionalizar. Em 2018, o Seminário nos levou à Universidad de Buenos Aires e, após a interrupção dos encontros durante a pandemia de covid-19, voltamos a nos reunir em 2023, em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica, a quem agradecemos pela acolhida e parceria.

Voltar a realizar o evento presencialmente, depois de três anos em que experienciamos os eventos remotos ou híbridos, devido à pandemia de covid-19, constituiu-se como um grande esforço, pois todos fomos afetados de alguma maneira pelas tragédias vividas por três anos. Entendemos, contudo, que as possibilidades interacionais e dialogais que um evento presencial proporciona não podem ser substituídas pela interação mediada pelas telas.

Assim, reunimos presencialmente profissionais que trabalham em mais de dezessete estados, localizados nas cinco regiões do Brasil, de quatro países da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia e Honduras), de Portugal, além de um convidado do Canadá, todos/as interessados/as em estudos integrados entre discurso e argumentação, com trabalhos relevantes no que diz respeito às ciências da linguagem no cenário da produção científica nacional e internacional.



Reunir tantas pessoas, presencialmente, após um período de distanciamento social, nos encheu de alegria, por isso gostaríamos de agradecer a cada um de vocês que estiveram conosco no 5º SEDiAr na PUC de São Paulo!

Esperamos também que possam aproveitar os trabalhos publicados nestes Anais e boa leitura!



A VIOLÊNCIA VERBAL EM ODE À BARBÁRIE: ANÁLISE DE DISCURSOS DE ÓDIO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Adriana do Carmo Figueiredo
FUNDAÇÃO CEFETMINAS

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar discursos, como “o Brasil tem que deixar de ser um país de maricas”, que ferem o respeito à dignidade humana. Além disso, objetiva-se compreender a base principiológica que alicerça a Bioética, conforme preceitua a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* proclamada pela UNESCO em 2005. Como marco teórico-metodológico, esta pesquisa apresenta um estudo dialogado entre a Teoria Social de Habermas (1999 [1981]), a Bioética e a Análise do Discurso, para a compreensão de conceitos tais como hiperenunciador, conforme Maingueneau (2008), e força ilocutória dos atos de linguagem, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2001). Como resultado, verificamos que houve grave violação a preceitos humanos e constitucionais propagados por agentes políticos em atos enunciativos. Por fim, concluímos que essa propagação discursiva indicou uma espécie de ode à barbárie, pois deixou marcas na saúde pública brasileira durante o enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2.

Palavras-chave: COVID-19. Violência verbal. Bioética. Valor ilocutório.

Abstract: The objective of this research is to analyze speeches, such as “Brazil has to stop being a country of sissies”, which violate respect for human dignity. In addition, the objective is to understand the principiological basis that underlies Bioethics, as prescribed by the *Universal Declaration on Bioethics and Human Rights* proclaimed by UNESCO in 2005. As a theoretical-methodological framework, this research presents a dialogue between the Social Theory of Habermas (1999 [1981]), Bioethics and Discourse Analysis, for understanding concepts such as hyperenunciator, according to Maingueneau (2008), and illocutionary force, in the perspective of Kerbrat-Orecchioni (2001). As a result, we found that there was a serious violation of human and constitutional precepts propagated by political agents in enunciative acts. Finally, we conclude that this discursive propagation indicated a kind of ode to barbarism, as it left marks on Brazilian public health during the confrontation of the pandemic caused by SARS-CoV-2.

Keywords: COVID-19. Verbal violence. Bioethics. illocutionary value.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa apresenta como problema a ser discutido o espectro da violência verbal e suas repercussões na emotividade, diante do cenário desolador provocado pela crise bioética no enfrentamento da pandemia de COVID-19, no Brasil, especialmente nos anos de 2020 e 2021. Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de se analisar a experiência traumática de inscrição da barbárie, tendo em vista discursos de agentes públicos que colocaram em xeque princípios humano e constitucional, como o direito social à saúde, por meio da inversão de valores éticos que foram notadamente marcados pelo uso do autoritarismo na propagação de preconceitos e discursos de ódio.

Assim, o objetivo principal é analisar enunciados, tais como “o Brasil tem que deixar de ser um país de maricas”, que ferem o respeito à dignidade humana. Além disso, objetiva-se compreender a base principiológica que alicerça a Bioética, especialmente, por meio da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* proclamada pela UNESCO em 2005.

Metodologicamente, este estudo é de natureza qualitativa e apresenta uma pesquisa bibliográfica dialogada entre a Bioética e a Análise do Discurso, para uma compreensão discursiva da força ilocutória dos atos de linguagem propagados nesse contexto de crise bioética. Para essa discussão, empregamos teoricamente a noção de que o ato de linguagem, na dimensão ilocucionária, pode ser compreendido como uma proposição linguística dotada de certo “valor ilocutório” que tem como propósito operar sobre o destinatário “certo tipo de transformação”, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2001). Na composição desse “valor ilocutório”, notamos um movimento de fricção que, por sua vez, nos conduz à compreensão da discursivização da violência verbal, tendo em vista a complexidade linguística que caracteriza esse tipo de violência, como reconhecem Maingueneau (2008) e Amossy (2017).

Verificamos que a violência verbal praticada por agentes públicos, durante o enfrentamento da COVID-19, resultou em grave desrespeito a preceitos constitucionais que ferem a dignidade da pessoa humana. Por fim, concluímos que a propagação discursiva violenta sinalizou ainda a fuga da responsabilidade sanitária de agentes políticos, uma vez que a reafirmação do preconceito se



tornou evidente em posições oficiais como resposta ao enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2.

1 A CRISE BIOÉTICA QUE BROTA DA INVERSÃO DO VALOR ILOCUCIONÁRIO

Nos últimos tempos, assistimos a um bombardeio de enunciados emitidos por agentes públicos que evocaram a não eticidade para o discurso, por intermédio de (falsas) promessas de zelo pelo meio ambiente e pela saúde pública que, em verdade, se traduzem em ofensas e críticas a certas malhas sociais integrantes de grupos minoritários. Valores como vida, coragem, respeito e saúde foram invertidos dentro de uma lógica discursiva obscurantista que buscava pregar a banalização da morte em detrimento do direito à vida.

Nesse sentido, destacamos um fragmento do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, proferido no dia 10 de novembro de 2020, durante uma cerimônia do Palácio do Planalto, quando afirmou que o Brasil “tem que deixar de ser um país de maricas” e enfrentar a doença, referindo-se à COVID-19.

Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas [...] ([fala de Bolsonaro], ISTO É, 2020).¹

Ao analisar o fragmento supracitado, percebemos a força ilocutória do ato de linguagem. Essa dimensão ilocucionária pode ser compreendida como uma proposição linguística que tem como finalidade operar sobre o destinatário “certo tipo de transformação”, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2001). Na composição desse “valor ilocutório”, notamos um movimento de fricção que, por sua vez, nos conduz à compreensão da discursivização da violência verbal em situação do que chamamos de ode à barbárie, tendo em vista a natureza linguística que caracteriza esse tipo de violência, como reconhecem Maingueneau (2008) e Amossy (2017).

¹ Enunciados proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro, no dia 10 de novembro de 2020, no Palácio do Planalto, em um evento organizado com empresários do setor de turismo. Cf.: ISTO É. ‘Tem que deixar de ser um país de maricas’, diz Bolsonaro sobre Covid-19. Disponível em: <https://istoe.com.br/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>. Acesso em: 10 fev. 2021.



No fragmento em análise, observamos uma inversão de valor que reverbera a inscrição da dor no componente emocional e traumático da experiência de vida em sociedade, especialmente, diante da fragilidade do contexto pandêmico. Dessa forma, o teor irracional extraído de enunciados tais como: “tem que acabar com esse negócio, pô” [referindo-se a um suposto pânico oriundo da pandemia], “todo mundo vai morrer”, “Não adianta fugir disso”, entre outros, nos parece uma evidente violação à dignidade humana não apenas em relação ao viés intrínseco que caracteriza as pessoas, mas especialmente em relação ao valor atribuído à vida. Além disso, como efeito da irracionalidade dessa força ilocucionária, há uma nítida inversão da lógica protetiva que se espera sobre a responsabilidade sanitária como recomendação oficial do Poder Executivo. Essa inversão recorre à estigmatização de grupos sociais — “Tem que deixar de ser um país de maricas” — para dar sustentação a um falso ato de coragem que, na visão oficial do agente público, deveria ser o ato protocolar recomendável para o enfrentamento do contexto pandêmico.

É relevante esclarecer que, com essa abordagem, não estamos afirmando que o papel ilocucionário traz, em seu cerne, um viés irracional, como se fosse um contraponto do conteúdo proposicional sobre o mundo, que funda a validade de um argumento. Interessa-nos compreender, tendo em vista o *corpus* selecionado, como se move o componente discursivo emitido pelo enunciador Bolsonaro, dada a condição do sujeito falante como autoridade pública na época em que proferiu o referido enunciado.

De acordo com Habermas (1999, p. 28), uma proposição sobre o mundo apenas pode ser considerada racional se “[...] o falante cumpre as condições que são necessárias para a realização do fim ilocucionário de busca do entendimento sobre algo no mundo [...]”², tendo em vista os participantes do ato comunicativo. Habermas esclarece, ainda, que as razões assumem diferentes papéis pragmáticos. Desse modo, um provável desacordo entre os participantes de um ato comunicativo deve ser esclarecido, para que haja a proposta de um diálogo, com vias a um suposto entendimento. O orador, portanto, quando faz uma

² No original: “A una afirmación sólo se la puede llamar racional si el hablante cumple las condiciones que son necesarias para la consecución del fin ilocucionario de entenderse sobre algo en el mundo al menos con otro participante en la comunicación”.



declaração, deve ter uma espécie de “reserva de boas razões” (HABERMAS, 1999, p. 28), com as quais, se necessário, poderá convencer os interlocutores sobre a verdade daquilo que se afirmou e, assim, poderá chegar a um acordo racionalmente motivado.

Dessa forma, ao determinar a noção de coragem como banalização da morte (“aqui todo mundo vai morrer”), em oposição à defesa da vida em todas as suas formas de manifestação e, ainda, ao atribuir o valor de covardia pejorativamente ao enunciado estigmatizado “país de maricas”, notamos a ausência de esclarecimento e o reforço na recusa de um acordo racionalmente motivado, que deveria ter como pilares o respeito e a tolerância. Na natureza desse ato enunciativo dirigido ao público, em uma solenidade oficial, no Palácio do Planalto, é possível identificar também violações a preceitos promulgados na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, no que se refere à proibição de estigmatização ou de discriminação de pessoas ou grupos sociais, consoante o exposto a seguir.

Nenhum indivíduo ou grupo deve, em circunstância alguma, ser submetido, em violação da dignidade humana, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a uma discriminação ou a uma estigmatização (UNESCO, 2005, grifos nossos).

O art. 11º da referida Declaração versa sobre o princípio da não discriminação e da não estigmatização, que deve ser observado em todas as circunstâncias da vida humana. No plano enunciativo, reconhecemos a indicação do *dever ser* extraída do preceito: “Nenhum indivíduo ou grupo social deve, em circunstância alguma, ser submetido [...] a uma discriminação ou a uma estigmatização” (UNESCO, 2005, grifos nossos).

Logo, o caráter deôntico desse preceito nos parece evidente como forma declaratória de proibição a comportamentos discriminatórios. A noção de justiça alinhada aos direitos humanos e às liberdades fundamentais se debruça sobre esse viés deôntico destacado na natureza do enunciado. Nesse sentido, afirma Figueiredo (2020):

De maneira geral, os modalizadores deônticos indicam que o enunciador considera a proposição e seu conteúdo como um estado de coisas que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente. Assim, a



modalidade deôntica se faz notar com clareza nos processos linguísticos de interação, quando há uma cena discursiva em que o enunciador deseja atuar sobre o interlocutor (FIGUEIREDO, 2020, p. 135).

Observamos que, na Declaração sobre Bioética, o enunciador se imiscui na figura do hiperenunciador que, por sua vez, assume as vozes coletivas da Conferência Geral da UNESCO, por meio do comprometimento dos Estados-membros e da comunidade internacional. Dessa forma, essas vozes coletivas, quando proclamaram a referida Declaração, se comprometeram a respeitar e a aplicar os princípios fundamentais da Bioética condensados nessa lógica deôntica extraída da Carta de Valores.

Maingueneau (2008) esclarece que a figura do hiperenunciador está associada aos sistemas de "participação". Esse termo pode ser compreendido como uma categoria discursiva composta de uma "palavra-valise" que une dois elementos: "participação" e "citação" (MAINGUENEAU, 2008, p. 93). Nas palavras do linguista francês:

Essa categoria fundamentalmente pragmática atravessa vários gêneros, sem que, para isso, corresponda a um procedimento. *Mutatis mutandis*, poder-se-ia dizer que se trata de um procedimento comparável ao dos linguistas que, seguindo a linha de Benveniste (1966), distinguem vários sistemas enunciativos (ao menos dois), segundo a relação que se estabelece entre enunciado e situação de enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 93).

Na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, reconhecemos essa voz coletiva, em uma situação de enunciação, que veicula o comprometimento dos Estados-membros e da comunidade internacional, como afirmamos, em respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais sob a égide da ética da vida. Entendemos essa voz como uma espécie de locutor coletivo que explicita sua adesão aos preceitos bioéticos, compondo discursivamente "um tesouro de enunciados" (MAINGUENEAU, 2008, p. 94) indissociáveis e reveladores do compromisso assumido na Conferência Geral da UNESCO.

Para que possamos compreender as noções de "tesouro" e de "locutor" propostas em nosso estudo, destacamos as proposições de Maingueneau (2008), no excerto a seguir:



O locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que se poderia denominar um tesouro de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde esses enunciados circulam e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar tal tesouro.[...]

Esse tesouro e a comunidade correspondente recorrem a um hiperenunciador cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado – no sentido estrito de uma adequação a um estado de coisas do mundo –, e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade (MAINGUENEAU, 2008, p. 94-95, aspas do original).

É importante lembrar que valores como “direitos naturais”, “liberdades fundamentais”, “igualdade”, “dignidade humana”, “resistência à opressão”, entre outros, compõem esse tesouro de enunciados universais que já foram citados, desde a Revolução Francesa, adquirindo, desse modo, o discurso de autoridade sobre o estado de coisas no mundo convocado pela figura do hiperenunciador. Esse tesouro proveniente da discursividade das vozes das Assembleias Nacionais Constituintes, desde o período revolucionário francês, indica a validade de preceitos humanos e fundamentais adequados aos valores pleiteados pelo próprio sistema democrático contemporâneo.

Também é relevante dizer que esse tesouro é perpetuado pela voz do locutor coletivo, que se deixa notar na Declaração sobre Bioética de 2005, proclamada pela UNESCO. Dessa forma, o hiperenunciador assume, nesse texto declaratório, a voz de uma coletividade que busca reafirmar o compromisso declaratório a respeito de questões suscitadas pela medicina, pelas ciências e pelas formas de conduta referentes à saúde e à vida. Essa voz inevitavelmente evoca as memórias das lutas que se ergueram no passado contra os sistemas de opressão.

Acrescentamos que esse tesouro é também resgatado pelo locutor coletivo que assina a nossa *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988, com o objetivo de adequar esses preceitos universais ao componente discursivo que trata da saúde pública brasileira em suas variadas manifestações. Há, portanto, um compartilhamento de enunciados circulantes, desde o período Iluminista, que busca legitimar uma adequação entre os valores deônticos e os fundamentos do bem-estar da coletividade.



É precisamente nessa adequação entre discurso, valores deônticos e coletividade que notamos uma crise bioética instaurada pela voz ilocutória do agente político que, ao tratar da saúde pública, violou o compromisso pactuado nas esferas internacional e nacional, de respeito à vida em benefício de todos os seres integrantes da sociedade. Nesse sentido, vale considerar o artigo 14º da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, que versa sobre o objetivo dos governos na temática da saúde, e ressalta que “a promoção da saúde e do desenvolvimento social em benefício dos respectivos povos é um objectivo fundamental dos governos que envolve todos os sectores da sociedade” (UNESCO, 2005, preservamos a ortografia do original).

No art. 14º da referida Declaração, notamos também o potencial deôntico extraído do objetivo dos governos como dever de cuidado de todos os setores da sociedade na promoção da saúde em seus aspectos físico e emocional. Assim, o Presidente da República e seus Ministros de Estado (mas não apenas eles) violaram recomendações bioéticas destinadas à promoção da saúde e do desenvolvimento social. Além disso, certos enunciados emitidos em eventos oficiais, como analisamos, deixaram feridas traumáticas nas relações humanas que se estabeleceram com a saúde pública em contexto de crise sanitária. Tais feridas escancaram a brutalização extrema do componente sensível das pessoas humanas que viveram o trauma da dor, do luto e da estigmatização de suas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos traçar algumas reflexões a respeito da crise bioética que deixou marcas profundas na história do nosso país, entre elas, a evidente violência verbal de crítica ao comportamento social sobre cuidados com a saúde pública. A forma sugerida, em 2020, como enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 foi compreendida por nós como uma espécie de ode à barbárie, pois a responsabilidade sanitária recaiu de forma catastrófica sobre a individualidade dos seres sociais e desconsiderou preceitos humanos de solidariedade e de respeito à vida em diferentes formas de manifestação.



Acreditamos que a distorção do valor ilocutório na veiculação de certos enunciados oficiais reverberou referências estereotipadas que ferem a dignidade humana, a ética da vida e a sensibilidade emocional das pessoas. A pulverização de enunciados violentos configurou ainda a materialização do discurso de ódio, na medida em que inverteu valores atribuídos a atos de coragem.

Em nossa análise, resgatamos alguns princípios bioéticos e preceitos declaratórios, para a compreensão da crise que se instaurou na saúde pública no nosso país. Buscamos também explicitar a dimensão do tesouro de enunciados, em sua potencialidade deôntica, veiculada por meio de hiperenunciadores convocados pelos textos jurídicos, em contraponto ao conteúdo deôntico extraído de atos ilocutórios proferidos pelo agente político. Na intencionalidade desses atos, notamos uma inversão do “dever ser”, que se ergueu, nos casos analisados, por meio de valores hipermoralizantes distorcidos em referência aos cuidados sanitários.

Consideramos que, sem dúvida, houve uma incitação a atos de violência contra as pessoas que não se perfilavam nos moldes da masculinidade definida pelo discurso oficial daquela época. O valor discriminatório atribuído à coragem foi perpetrado na cena discursiva como elemento garantista de uma falsa proteção da saúde pública, o que nos parece grave violação aos direitos humanos e à eticidade da vida.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional nº 128, de 22 de dezembro de 2022. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jun. 2023.

FIGUEIREDO, A. C. *Narrativas de vida de Antígona (Sófocles), Sor Juana e Olympe de Gouges: a Justiça no divã da Análise do Discurso*. Orientadora: Dra. Ida Lucia Machado, 2020. 300 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos PosLin). Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.



HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*, I – racionalidad de la acción y racionalización social. Tradução: Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1999.

ISTO É. 'Tem que deixar de ser um país de maricas', diz Bolsonaro sobre Covid-19. *ISTO É*. Brasil. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les actes de langage dans le discours: théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Adotada por aclamação no dia 19 de Outubro de 2005 pela 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.



ESTUDO BIBLIOGRÁFICO RELATIVO ÀS PERSPECTIVAS RETÓRICO E DISCURSIVA NO ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO

Alexandre Roberto Prudente Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Resumo: O debate político televisivo oportuniza um confronto de teses discordantes onde os debatedores empregam estratégias argumentativas para aumentar a força persuasiva do seu ponto de vista e enfraquecer a do outro. Assim, este trabalho objetiva analisar excertos do debate com os presidentiáveis, realizado pela Record TV em 2018, a fim de elencar padrões retórico-argumentativos que possam auxiliar na composição de práticas pedagógicas voltadas à análise de debates políticos. A análise teve como base teórica os postulados de Amossy (2020) e Perelman (1996). O *corpus* da pesquisa é composto por três excertos do debate, transcritos à luz das normas propostas por Azevedo *et al* (2021). Os resultados demonstram a centralidade do *ethos* para a construção da argumentação e a constante busca dos debatedores em (re)construir uma imagem favorável para si e uma desfavorável para o adversário por meio do uso de polidez positiva, entimema e argumento *ad personam*.

Palavras-Chave: Argumentação. Debate. Ethos. Discurso.

Abstract: The televised political debate provides a confrontation of discordant theses where debaters employ argumentative strategies to increase the persuasive force of their point of view and weaken that of the other. This paper aims to analyze excerpts from the debate with the presidential candidates, held by Record TV in 2018, in order to list rhetorical-argumentative patterns that can assist in the composition of pedagogical practices focused on the analysis of political debates. The analysis had as theoretical basis the postulates of Amossy (2020) and Perelman (1996). The research corpus is composed of three debate excerpts, transcribed from standards proposed by Azevedo et al (2021). The results show the centrality of ethos for the construction of argumentation and the constant search of debaters to (re)construct a favorable image for themselves and an unfavorable one for the opponent through the use of positive politeness, *entimema* and argument *ad personam*.

Keywords: Argumentation. Debate. Ethos. Speech.



INTRODUÇÃO

Regulamentado pela Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, o debate político no Brasil, seja ele veiculado pelo rádio, televisão ou internet, representa um dos principais espaços de campanha eleitoral. Este espaço possibilita a exposição das propostas dos candidatos, além de promover o confronto de pontos de vista contrastantes, o que pode auxiliar os eleitores a comparar as propostas apresentadas e repensar ou reforçar as suas escolhas. Durante esse confronto, em seus turnos de fala, os candidatos buscam reforçar as suas teses e enfraquecer as dos seus adversários através da argumentação. Esta é caracterizada por Ruth Amossy, partindo da concepção de argumentação apresentada por Perelman e Olbrechts-Tyteca na *Nova Retórica*, enquanto

[...] os meios verbais que uma instância de locução utilizada para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou se suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2020, p. 47).

Além dos meios verbais, Amossy destaca ainda dois conceitos caros à sua concepção de argumentação: visada argumentativa e dimensão argumentativa. Na **visada argumentativa**, o locutor tem como objetivo a adesão do alocutário às suas teses, e emprega estratégias argumentativas para tal – o debate político televisivo possui essa visada, visto que os debatedores defendem as suas posições em prol do aumento da adesão do terceiro (o eleitor) às suas teses por meio das estratégias supracitadas. Já na **dimensão argumentativa** é suficiente que o alocutário repense a sua posição acerca de um assunto sem necessariamente modificá-la.

Outra noção importante para caracterizar o gênero debate político televisivo é a polêmica enquanto uma modalidade argumentativa, definida por Amossy como “[...] um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público [...]” (AMOSSY, 2017, p. 49), que reúne pelo menos dois grupos antagônicos. Resultante dessa polarização, os grupos passam a desqualificar os outros para reafirmar a sua identidade e enfraquecer a do outro, objetivando a persuasão do terceiro, não do seu adversário.



Na obra *Retórica*, Aristóteles, ao abordar as provas – [...] um raciocínio através de entimemas” (ARISTÓTELES, 2005, p. 37) –, evidencia a existência de dois modos de prova: um não técnico e um técnico. O primeiro modo “[...] socorre-se da evidência de testemunhos ou contatos escritos” (op. cit., p. 37), enquanto no segundo o orador lança mão de meios de persuasão próprios. No modo de prova técnico, Aristóteles destaca três meios de persuasão: o *ethos*, *pathos* e o *logos*. No primeiro “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). No segundo modo, a persuasão se dá pelas emoções que o discurso é capaz de estimular nos ouvintes; já o terceiro é derivado “[...] de argumentos verdadeiros ou prováveis” (ARISTÓTELES, 2005, p. 37), ou seja, a persuasão acontece através do que o orador demonstra em seu discurso.

Com novas maneiras de olhar para a argumentação, surgiram diferentes noções de *ethos*.

Na retórica de Aristóteles, enquanto o *ethos* é essencialmente uma questão sobre a maneira com o orador se apresenta em sua fala, em Isócrates é a prévia, é o “nome” do orador que conta. Não se trata da maneira como ele se dá a ver em seu discurso, mas aquilo que já se sabe dele (AMOSSY, 2020, p. 81).

Na contemporaneidade, com os estudos da enunciação (fundados nos trabalhos de Benveniste e Ducrot) e da análise do discurso (Maingueneau), o *ethos* passa a ser situado nos limites do discurso, conforme Ruth Amossy. Amossy (2020) propõe uma abordagem do *ethos* que parte tanto da perspectiva retórica e da análise do discurso. Partindo dessas duas perspectivas, ela destaca a existência de um *ethos* pré-discursivo – “O *ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social [...] mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa” (AMOSSY, 2022, p. 90) – e um *ethos* discursivo, onde a imagem do orador é construída em seu discurso.

Neste estudo, o *ethos* no nível discursivo se mostra mais fecundo, tendo em vista que uma das principais características do gênero debate político televisivo é a centralidade do *ethos*, com as estratégias argumentativas mobilizadas ao decorrer dos turnos voltadas a construção e reconstrução das imagens dos debatedores.



Assim, este trabalho intenta analisar excertos do debate com os candidatos à presidência do Brasil, realizado em 2018 pela Record TV, e disponível em seu canal no *Youtube*, buscando identificar, a partir da análise dos padrões retórico-argumentativos, como a argumentação é construída no debate político televisivo, o que pode auxiliar na composição de práticas pedagógicas voltadas a esse gênero. O *corpus* do trabalho é composto por quatro excertos do debate supracitado, onde fez-se necessário transcrever as falas dos presidentiáveis e para tal foi necessário extrair o áudio dos excertos e, com a plataforma *Transkriptor*, estes foram convertidos em texto. Posteriormente, as transcrições foram submetidas a ajustes, tendo em vista a adoção das normas para transcrição propostas por Azevedo *et al.* (2021). Por fim, é importante ressaltar que esse trabalho consiste em um recorte, visto que o número de excertos analisados foi encurtado, contudo, não houve perda qualitativa à nível de análise e resultados apresentados ao final.

1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.1 ANÁLISE

Veiculado pela Record TV em setembro de 2018, o debate com os candidatos à Presidência da República conta com os seguintes participantes: Álvaro Dias (AD), Cabo Daciolo (CD), Ciro Gomes (CG), Fernando Haddad (FH), Geraldo Alckmin (GA), Guilherme Boulos (GB), Henrique Meirelles (HM), Marina Silva (MS). E, enquanto mediadores, os repórteres Celso Freitas (CF) e Adriana Araújo (AA). O debate é dividido em rodadas, nas quais o debatedor escolherá a quem irá endereçar a pergunta, e respeitam a seguinte ordem e duração: pergunta (40"), resposta (90"), réplica e tréplica (60").

1.1.1 ETHOS: O EPICENTRO DO DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO

À primeira vista, notabiliza-se que a argumentação está majoritariamente ligada ao *ethos*, os participantes constantemente (re)constroem sua imagem e atacam a de seu adversário. Isso se dá pelo próprio objetivo do debate político televisionado: promover o embate de posições, propostas políticas e pontos de



vista distintos em prol de que os eleitores possam conhecer mais à fundo os presidenciáveis. Tendo em vista o objetivo de criar uma imagem positiva diante dos eleitores, os candidatos constroem e fazem reparos, durante o seu discurso, às suas imagens e as dos seus adversários. Na rodada 4 podemos observar, pela primeira vez no debate, os debatedores atacarem expressamente a imagem de um adversário. Verifiquemos isso no quadro 1:

QUADRO 1 – Transcrição do excerto da rodada 4

1	CG	eu gostaria Marina e me perdoe se eu vou ... pedir a sua opinião de uma democrata
2		exemplar ... de perguntar diretamente ao Jair Bolsonaro ... que está de alta ...
3		felizmente graças a Deus né? Atravessou esse esse trauma eu mesmo suspendi
4		minha campanha ... durante muitos dias fiquei ligando pra saber se tava tudo bem ...
5		mas ele não veio ... Eu no outro debate vim com a sonda pendurada na perna em
6		respeito aos ilustres opositores e a sociedade brasileira porque nós precisamos
7		debater ... mas a minha pergunta Marina ... é qual a sua opinião sobre esta frase
8		aSSUStadora que o Jair Bolsonaro cometeu ... afirmando que antes do povo brasileiro
9		votar ele não reconhece o resultado das eleições?
10		
11		
12		

Fonte: Canal Record TV no Youtube (1:15:40-1:16:23).

Disponível em: <https://youtu.be/rWAwTpd7IEc>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Com a ausência do candidato Jair Bolsonaro – vítima de um atentado durante um comício de promoção da sua campanha eleitoral – e, conseqüentemente, sua impossibilidade de direito a resposta, Ciro Gomes constrói a sua pergunta com vistas a criar uma imagem desfavorável do seu adversário. E, ao chamar a Marina Silva de “democrata exemplar” (quadro 1, linha 2), ele lança mão de uma polidez positiva – “[...] Polidez positiva: A presta a B algum serviço (FFA), cabendo a B produzir em troca um FFA (agradecimento ou gentileza) [...]” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 24) – para facilitar a comunhão em prol do ataque à imagem do Bolsonaro. Além de favorecer a comunhão entre os candidatos, o fato da Marina ser colocada enquanto uma democrata exemplar contribui para a eficácia argumentativa do seu discurso, visto que o uso dessa polidez confere autoridade a ele. Ainda no seu turno, Ciro frisa a sua preocupação com a saúde do Bolsonaro e ressalta que mesmo com a saúde debilitada, foi a um debate (quadro 1, linhas 6-7). Essa argumentação pelo modelo – “Quando se trata de



conduta, um comportamento particular pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a ação nele inspirada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 413), com o Ciro Gomes colocando a sua atitude adotada em outro debate como algo a ser seguido – “Eu no outro debate vim com a sonda pendurada na perna em respeito aos ilustres opositores e a sociedade brasileira [...]” – proporciona maior força persuasiva ao seguinte entimema (quadro 1, linhas 6-8):

Todos os candidatos que vão ao debate demonstram respeito pelos opositores e pela sociedade brasileira. (*premissa maior explicitada*)

Jair Bolsonaro não foi ao debate. (*premissa menor formulada*)

Logo, Jair Bolsonaro não tem respeito para com os opositores e para com a sociedade brasileira. (*conclusão não formulada ou implícita*)

QUADRO 2 – Transcrição do excerto da rodada 4

14	MS	o Bolsonaro tem uma atitude ... autoritária ... antidemocrática ... desrespeita as
15		mulheres desrespeita os índios desrespeita os negros desrespeita a população
16		brasileira ... mas com essa frase ... ele também ... desrespeita a Constituição ...
17		desrespeita ... o jogo democrático ... numa democracia ... se não ... temos ...
18		comprovação de que houve uma fraude ... não se pode entrar no jogo ... se for ... para
19		you ganhar ... de qualquer jeito ... para mim essas palavras do Bolsonaro além de
20		desrespeito a democracia só pode ser uma coisa ... o Bolsonaro fala muito grosso mas
21		... tem momentos que ele amarela ... e amarela MESMO ... Porque isso é voto de isso
22		são palavras de quem já está ... com medo da derrota ... da derrota do povo brasileiro
23		que será dada a ele pela atitude autoritária hoje Ciro ... no Brasil nós temos que
24		enfrentar dois projetos autoritários ... aqueles que tem saudosismo da ditadura e que
25		não respeitam a constituição e aqueles que fraudaram a eleição em dois mil e quatorze
26		como foi o caso da candidatura da Dilma e do Temer pelo uso da corrupção ... o Brasil
27		não precisa ficar entre a espada da corrupção ... e nem ficar ... entre a cruz do
28		autoritarismo do Bolsonaro
29		
30		
31		
32		

Fonte: Canal Record TV no Youtube (1:16:25-1:17:54).

Disponível em: <https://youtu.be/rWAwTpd7IEc>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Em seu turno de resposta, Marina Silva utiliza um argumento ad personam – segundo Ferreira (2010), que é uma subdivisão do argumento ad hominem, para atacar a pessoa do orador, adversário, visando a desqualificá-lo – (quadro 2, linhas 14-26), corroborando o ataque à imagem do Jair Bolsonaro que foi iniciado



por Ciro Gomes e, posteriormente, estendendo o seu ataque à imagem da ex-presidente Dilma Rousseff e até ao então presidente, Michel Temer (quadro 2, linhas 29-30).

Diferentemente do que vimos no excerto anterior, na rodada 10 temos, de fato, um embate de teses. Entretanto, apesar desse embate, o ethos continua sendo o meio de persuasão predominante no debate. Vejamos, no quadro a seguir, como a argumentação é construída nesse contexto.

QUADRO 3 – Transcrição do excerto da rodada 10

1	FH	Ciro nós fomos ministros ... do presidente Lula ... você no primeiro mandato eu no
2		primeiro e no segundo mandato ... eu como ministro da educação ... eu recebi uma
3		missão ... que eu considero uma das ... missões extraordinárias que eu executei que
4		foi abrir a porta das universidades pros jovens brasileiros ... PROUNI interiorização das
5		Universidades Federais dos Institutos Federais ... retirei o fiador do FIES porque senão
6		o pobre não ia ter ahn não ia ter chance de obter um financiamento estudantil ... mais
7		do quase mais do que duplicamos o número de universitários ... Quais são as suas
8		propostas pra educação brasileira?
9		se me permitir Haddad eu quero só opor um reparozinho que é uma informação o
10		Eunício Oliveira lá no Ceará eu VETEI o acordo da do meu partido e portanto da minha
11	CG	participação na aliança dele eu não aceito o apoio dele porque ele é corrupto e você foi
12		pra lá e acertou-se com ele ... despudoradamente não foi porque tem aliança com o PT
13		não só pra gente ter clareza porque não é bem verdade
14		
15		
16		
17		

Fonte: Canal Record TV no Youtube (1:50:13-1:51:18).

Disponível em: <https://youtu.be/rWAwTpd7IEc>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Em seu turno de pergunta, Fernando Haddad pergunta para Ciro quais são as suas propostas para a educação no Brasil, mas, antes disso, durante a elaboração da sua pergunta, por meio da retomada dos seus feitos durante o mandato do ex-presidente Lula, quando ocupava o cargo de Ministro da Educação (quadro 3, linhas 2-9), ele constrói sua imagem de modo positivo, a fim de reforçar a autoridade ao seu discurso. E, em seu turno de resposta, Ciro Gomes, para construir uma imagem desfavorável de Haddad, evidencia que vetou o acordo do seu partido com o Eunício de Oliveira (quadro 3, linhas 12-17) e que, em 2018, era suspeito na delação da Odebrecht, devido à sua participação na aliança dele.



QUADRO 4 – Transcrição do excerto da rodada 10

18	FH	Ciro acho que ninguém investiu mais em ensino público gratuito do que eu e você sabe
19		disso ... foram CENTO e vinte e seis cidades brasileiras em todos os estados da
20		federação que receberam campos de universidades federais duzentas e quatorze
21		cidades que receberam unidades dos institutos federais ... nós mais do que duplicamos
22		as matrículas nas universidades federais ... o Nordeste realmente reagiu. Ciro na
23		educação básica mas você há de convir que o FUNDEB foi fundamental ... e você não
24		falou do FUNDEB que fui eu que criei que aportou qua TREZE bilhões de reais pra dez
25		estados da federação sendo oito do Nordeste ... inclusive o Ceará Ceará é dos estados
26		que mais recebe recursos da união em função da emenda constitucional que eu
27		aprovei com a ajuda inclusive do seu partido ... e sobre Eunício eu fiz uma visita
28		ao presidente do Congresso Nacional fiz nenhum acordo com ele não tomei um café e
29		se fizer de um dia tiver alguma coisa eu digo publicamente você sabe que eu...
30		okay
31		não me ... escondo de nada
32		okay candidato seu tempo se encerrou
33		eu não quero desmerecer seu trabalho eu sempre lhe admirei e sempre lhe expressei
34	AA	um bem querer que eu não vou que não quero mudar ... a grande questão agora é o
35	FH	que se trata pro futuro no Brasil ... evidentemente eu tava lá ... eu participei de
36	AA	todas as reuniões e se eu posso por mais um reparozinho porque isso é um problema
37	CG	do PT que a gente precisa ir reparando porque você já se anunciou até vitorioso antes
38		do povo votar eu quero dizer que o FUNDEB é apenas uma adaptação do FUNDEF
39		que já vem de lá de trás ... e isso é uma adaptação relevante e você cometeu na minha
40		opinião um erro porque botou ele pra vigia até mais um ano e ou dois anos de hoje
41		ou seja próximo governo vai ter que renovar isso senão todo o ensino básico e de
42		ensino médio do Brasil vão ruir ... isso nada mais é Haddad do que um exercício claro
43		de uma prioridade eu não duvido que você tenha mas o problema do Brasil hoje é
44		COMo desarmar a BOMba da confrontação RADicalizada e o mais do mesmo que o
45		país não aguenta mais essa é o meu ponto por hoje
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		

Fonte: Canal Record TV no Youtube (1:52:32-1:54:41).

Disponível em: <https://youtu.be/rWAwTpd7IEc>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Fernando Haddad em sua réplica continua ressaltando os próprios feitos, dessa vez tentando, a partir do lugar da quantidade – “[...] lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 97) – reparar a imagem desfavorável que foi construída pelo seu adversário no turno anterior (quadro 4, linhas 18-30), além de negar a asserção feita por Ciro anteriormente (quadro 4, linha 30-33), onde ele acusou Haddad de ter feito uma aliança com Eunício Oliveira (quadro 3, linhas 14-16). Em sua tréplica, Ciro utiliza polidez positiva para atenuar o embate



(quadro 4, linhas 37-39), mas logo depois retoma o que foi dito por Haddad para apontar um erro cometido durante o seu período como Ministro (quadro 4, linhas 45-49), além de utilizar um argumento *ad personam* ao afirmar que seu adversário se anunciou vitorioso antes das eleições (quadro 4, linha 43). Por fim, cabe destacar o uso que Ciro faz da prosódia enfática a fim de evidenciar o que seria o atual problema do Brasil: “COmo desarmar a BOMba da confrontação RAdicalizada e o mais do mesmo [...]” (quadro 4, linhas 51-53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises foi possível verificar a importância do *ethos* no debate político televisivo, sendo o principal meio de persuasão utilizado pelos debatedores. Estes, ao longo dos turnos de fala, buscam constantemente construir e reconstruir as suas imagens – trazendo à tona os seus feitos em sua vida política e particular; destacando o seu *status* para conferir força às suas teses; desmentindo asserções feitas pelo seu adversário de rodada – e atacar a dos seus adversários – destacando atos e posicionamentos reprováveis que já foram apresentados em sua vida política e particular; correlacionando esses atos e posicionamentos a outros, igualmente criticáveis, de outros adversários; retomando e apontando equívocos no discurso do seu adversário.

Quanto à tipologia argumentativa observada nos excertos, foi possível identificar a recorrência do uso de: polidez positiva (antecedendo um ataque à imagem do adversário), argumento de autoridade (majoritariamente construído a partir dos próprios feitos do orador); entimema e o argumento *ad personam*.

A identificação desses padrões retórico-argumentativos no debate político à presidência de 2018 contribui para a composição de práticas pedagógicas voltadas à análise de debates políticos, pois constitui uma das maneiras possíveis de se observar e analisar as estratégias argumentativas que são mobilizadas neste gênero oral.



REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *A Argumentação no Discurso*. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Pires. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. *Apologia da Polêmica*. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo L. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, p. 1-45, 2021.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: www.planalto.gov.br.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (orgs.). *Descortesia e cortesia: expressões de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 17-55.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Tradução: Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].



A PERSUASÃO DE UM PODER ESVERDIANTE: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Aline Dortas Leal
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Resumo: As problemáticas socioambientais são o principal desafio enfrentado pelo planeta Terra, porém, sua visualização e compreensão sofrem a influência do contexto sócio-histórico e do discurso. Diante disso, este artigo traz um esforço reflexivo e analítico sobre o discurso de Educação Ambiental (EA) posto na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), de 1981, e na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de 1999. O aporte teórico-metodológico é a Análise do Discurso francesa, com base em Orlandi (1996; 2020), e os apontamentos de Layrargues e Lima (2014) sobre as macrotendências político-ideológicas da EA. Identificou-se que os sentidos do discurso nos documentos vinculam-se ao conservacionismo e à mudança de comportamento individual e coletiva para frear a problemática ambiental. Também se verificou a defesa do desenvolvimento econômico aliado à preservação do meio ambiente, sendo o sujeito levado a agir conforme esse projeto pelas diferentes estratégias empregadas no discurso.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Meio ambiente. Discurso. Ideologia.

Abstract: Socio-environmental issues are the main challenge faced by planet Earth, however, their visualization and understanding are influenced by the socio-historical context and discourse. That said, this article brings a reflective and analytical effort on the discourse of Environmental Education (EA) set out in the National Environmental Policy (PNMA), from 1981, and in the National Environmental Education Policy (PNEA), from 1999. The theoretical-methodological contribution is the French Discourse Analysis, based on Orlandi (1996; 2020), and the notes of Layrargues and Lima (2014) on the political-ideological macrotrends of EE. It was identified that the meanings of the discourse in the documents are linked to conservationism and the change in individual and collective behavior to curb the environmental problem. There was also a defense of economic development combined with the preservation of the environment, with the subject being led to act according to this project by the different strategies employed in the speech.

Keywords: Environmental education. Environment. Speech. Ideology.



INTRODUÇÃO

Entre o muito que é falado a nível governamental e na mídia, dentro e fora do Brasil, e aquilo que tem sido efetivado durante os anos de discussões, como acordos e implementações, em torno das relações entre meio ambiente e sociedade, encontram-se distanciamentos e distorções, fabricados pelo discurso, entendido como a palavra em movimento que media a relação entre ser humano e realidade, possibilitando ora a sua permanência e continuidade, ora a sua transmutação e desencaixe em relação ao que está posto (ORLANDI, 2020). Nesse âmbito, estão em funcionamento relações entre sujeitos e sentidos estabelecidas na linguagem, as quais, segundo Orlandi (2020), constituem-se, identificam-se e inauguram processos de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, entre outros.

No contexto das relações entre a sociedade e o meio ambiente, o discurso atua na forma como o ser humano deve ou não agir diante deste último, no bojo de um processo formativo chamado Educação Ambiental (EA), apresentado formalmente na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), lançada em 1981. A partir disso, outras legislações foram lançadas no sentido de discorrer sobre a EA, cujo desenvolvimento é obrigatório em todos os níveis e modalidades do ensin. Nesses documentos, ocorre uma legitimação do discurso oficial da EA a partir da posição de liderança assumida pelos sujeitos perpetuadores do discurso. Por meio de um intenso trabalho de convencimento ideológico, provoca-se a ilusão de que a estrutura socioeconômica, as necessidades prementes da sociedade e do meio ambiente e as formas de satisfazê-las expostas nos dizeres oficiais são as únicas possíveis.

Com isso em vista, este artigo traz um esforço reflexivo e analítico sobre o discurso de EA hegemônico posto em documentos legislativos norteadores da educação, considerando-se que se trata de um processo formativo que, por ter regulamentação governamental, apresenta uma visão de mundo legitimada atuante na regulação do que pode ou não ser dito nas abordagens educacionais sobre a dimensão socioambiental, dentro e fora da escola.

Esta análise faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objeto é o discurso sobre EA de professores(as) de licenciatura da Universidade Federal



de Sergipe, e destinou-se à compreensão das condições externas que engendram e regulam esses discursos, o interdiscurso. Por meio dela, este trabalho pode contribuir com o entendimento acerca dos contextos que servem de condição de produção dos discursos nos processos educacionais. Tomam-se aqui, como corpus de análise, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de 1999, documentos de suma importância para a institucionalização da EA no Brasil.

O aporte teórico-metodológico é a Análise do Discurso de linha francesa, com base em Orlandi (1996; 2020), bem como os apontamentos de Layrargues e Lima (2014) sobre as macrotendências político-ideológicas da EA. A perspectiva de discurso adotada visa à compreensão de como os objetos simbólicos produzem sentidos, considerando, para isso, o ato de interpretação como algo que interfere no processo de significação e sem se restringir ao código linguístico (ORLANDI, 2020).

1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Apesar de as políticas públicas em EA terem começado a ser desenvolvidas, em âmbito federal, no Brasil, em 1973, por meio da instauração da Secretaria Especial de Meio Ambiente, a primeira aparição da EA aconteceu apenas na Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e teve um novo direcionamento em 1988, com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado contemplado pela Constituição Federal e a promoção da EA em todos os níveis de ensin.

Essa perspectiva foi seguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais consta que “a compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar”, considerando que as relações entre sociedade e meio ambiente não possuem apenas uma origem, mas sim estão no cerne de uma profusão de aspectos, fatores e circunstâncias não cabíveis em compartimentos do conhecimento (BRASIL, 1998, p. 46).

Não obstante, a dimensão ambiental tende a ser restrita à inserção da temática do meio ambiente em disciplinas afins (Geografia, História e Ciências/Biologia), como salientam Branco, Royer e Branco (2018). Nesse sentido, os PCN dão maior



destaque à área de Ciências da Natureza no que tange à responsabilidade pela EA, apontando a necessidade de que tais matérias auxiliem no alcance da compatibilidade entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A proposta da transversalidade foi seguida pelos demais documentos norteadores da educação brasileira, como a PNEA (Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), lançadas em 2012 para “estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino [...]” e, a partir disso, favorecer o lugar da EA como integrante do currículo e não como resultado da simples distribuição entre os componentes (BRASIL, 2012, p. 2).

Entretanto, o fato de não serem diretrizes de aplicação imperativa “[...] possibilitou que diferentes arranjos das escolas em nível nacional fossem adotados, configurando, assim, uma grande pluralidade na organização curricular em todo país” (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018, p. 196). Isso dificulta o estabelecimento de uma unidade no desenvolvimento da EA nas escolas e universidades, culminando na falta de consistência e de congruência das diversas abordagens realizadas em todo o país e na manutenção do seu esvaziamento a nível nacional, reforçado pela Base Nacional Comum Curricular, lançada em 2018, em cujo texto a EA não é abordada enquanto processo formativo. Eis, então, a importância de se analisar o discurso presente nos primeiros documentos legislativos que trataram da EA em solo brasileiro, o que é explicitado na próxima seção.

2 PNMA E PNEA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM (DIS)CURSO

Como afirma Layrargues (2020), a EA é um território em disputa e nela existem tendências marcadas política e ideologicamente e atravessadas pela historicidade e pela linguagem, identificadas tanto nos seus aspectos teóricos quanto nos práticos, atuando como forças advindas do contexto social, histórico e político. São elas: a conservacionista, a pragmática e a crítica. Foi a partir dessas ideias que a análise dos documentos norteadores ocorreu, buscando-se identificar a prevalência dessas macrotendências no discurso.



A EA conservacionista marcou os primeiros debates e textos sobre o meio ambiente no Brasil, com base nas orientações e nos encaminhamentos da Organização das Nações Unidas (ONU) desde a Conferência de Estocolmo, em 1972. Dessa forma, a institucionalização do sistema ambiental no Brasil se deu sob essa perspectiva, o que marcou profundamente a EA em seus primórdios. Sendo assim, a presença da EA conservacionista é marcante nos primeiros documentos oficiais do Brasil que tratam, em alguma medida, do meio ambiente, das relações com a sociedade e da sua presença na educação. Esse é o caso da PNMA, que foi editada em 1981, em pleno Regime Militar, com a sua grande busca pelo desenvolvimento econômico e o seu retrocesso educacional e social.

Determinado por esse contexto sócio-histórico e político, o discurso perpetuado nesse documento recai na gestão de recursos ambientais, delimitando medidas de restrições e de controle de atividades relacionadas ao meio ambiente, do manejo de recursos naturais e da utilização da tecnologia. Desse modo, os sentidos produzidos favorecem a proteção do meio ambiente em comunhão com o desenvolvimento da economia, através de uma regulação à nível administrativo, sem inserir a educação e sem considerar aspectos sociais e culturais.

Como exemplo, cita-se a definição de meio ambiente trazida por essa política: “[...] o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, p. 1). Observa-se um encadeamento que perpetua sentidos restritos ao aspecto ecológico, trazendo palavras como “condições” e “leis”, típicas do domínio da ciência objetiva, de modo a aproximar o meio ambiente da ideia de produto a ser pesquisado e compreendido em suas características ecológicas. Há, então, a identificação com a macrotendência conservacionista, que, segundo Layrargues e Lima (2014), toma o meio ambiente como um espaço restrito a si mesmo, um conjunto equilibrado e separado do ser humano, cujas ações ocorrem “de fora para dentro” e devem considerar a quantidade e a qualidade dos recursos naturais, para utilizá-los de uma forma que gere menos impactos.

Essa é uma perspectiva comprometida com a lógica produtivista, cujo interesse é a geração de capital e o desenvolvimento econômico. Junto a esses sentidos, está



a ideia da importância das atitudes individuais, que devem se tornar mais responsáveis para com a preservação ambiental, sendo essa uma das finalidades da EA, como consta em um dos princípios elencados no art. 2º: "X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente." (BRASIL, 1981). A educação da comunidade e a capacitação não são desdobradas em outras partes do texto, mesmo naquelas que indicam as medidas a serem cumpridas para a conquistas dos objetivos elencados.

Esse foco constrói a ideia de gerar um desenvolvimento sem agredir o meio ambiente, ou seja, tenta convencer de que o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental são compatíveis e podem ocorrer conjuntamente, desde que as atitudes apontadas como necessárias para isso sejam tomadas, como a gestão de resíduos. Esse é um processo parafrástico, na medida em que se mantêm os dizeres sobre o desenvolvimento econômico em sincronia com a conservação ambiental assinalados nos discursos internacionais sobre a EA e o meio ambiente, disseminados nas conferências da ONU ocorridas desde 1972, quando ocorreu a Conferência de Estocolmo, até as ocorridas no Rio de Janeiro nos anos 1992, 2012 e 2015, quando foram lançados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dessa forma, também estão presentes sentidos vinculados à EA pragmática, que tem como ponto de partida a EA conservacionista, num momento em que a pressão sobre a resolução dos problemas ambientais exige respostas imediatas do governo e das indústrias. O foco está na prescrição do comportamento, de atitudes e valores ambientalmente saudáveis, sob a justificativa de que, se cada um não fizer a sua parte hoje, a degradação ambiental irá se expandir e atingir as gerações futuras (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Destarte, como afirmam Layrargues e Lima (2014), a EA pragmática mantém a falta de questionamento e de reflexão acerca das causas das crises vividas no e pelo planeta, ao mesmo tempo em que atua na manutenção do modelo capitalista, que passa a ser favorecido por um ideal de desenvolvimento econômico baseado na falsa aparência de sustentabilidade. Afinal, não se está agindo em prol de qualquer mudança efetiva na estrutura causadora de toda a



problemática socioambiental, mas apenas adornando as mesmas máquinas de lucro geradoras de desigualdades e de opressões com uma aparência verde.

Como também foi elaborada pelo MMA, na PNEA identificam-se sentidos vinculados à EA conservacionista e pragmática, porém com um foco mais educacional. Nessa política, a EA é conceituada nos seguintes termos:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, não paginado).

Vê-se, pois, que a referida lei materializa uma definição de EA ampla, para além do estudo sobre o meio ambiente, englobando um senso de coletividade. Contudo, destaca-se a conservação como fim último, de modo que o discurso se mantém mais no nível ambiental do que no socioambiental. A mudança de comportamento aparece como fim das políticas públicas de EA em todos os níveis de ensino, de forma a engajar toda a sociedade, como pode ser visualizado no art. 3º, incisos I e VI. Contudo, essa responsabilização individual e coletiva ofusca a profundidade da problemática e o grande papel que o sistema econômico (e os seus mantenedores e controladores, que ocupam o poder) possui:

O discurso ambiental serve também para isto; não exclusivamente, mas é, também, apropriado por este viés - o de que o 'ambiente' é uno, diz respeito a todos, é supra-classista e justifica devermos dar-mo-nos as mãos, fazer uma só e inelutável política para protegê-lo. No entanto, mesmo que em nome do interesse de todos, é a política de algum grupo que será feita (ACSELRAD, 2007, p. 4).

Logo, o sujeito é levado a agir conforme esse projeto, reproduzindo-o sem reflexão e sem consciência de que está contribuindo com os interesses dos poucos que são, de fato, beneficiados com a "economia verde", cujo lucro aumenta através de ideias e produtos revestidos de uma aparência sustentável. Esse revestimento aparece no discurso da PNEA em tentativas de vincular os sentidos a uma perspectiva transformadora e crítica:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:
I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;



- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999, não paginado).

Dessa forma, o discurso põe em foco uma visão abrangente e complexa da realidade, juntamente às iniciativas e experiências locais e regionais, remetendo à contextualização e à criticidade. Esses são sentidos circunscritos na EA crítica, que preza pelo questionamento e pela transformação das estruturas que subjazem a problemática socioambiental (assim chamada por envolver tanto as questões socioeconômicas quanto as ambientais, de forma interconectada), porém estão restritos a essa parte. São ditos em que são empregados termos revestidos de ideias potencialmente transformadoras da realidade, como democracia, participação, pluralidade, diversidade e sustentabilidade, mas que trazem implicitamente não-ditos contrários a isso, na falta de especificação desses termos genéricos que, no final das contas, mantém tudo como está.

Aliás, a sustentabilidade é uma presença muito relevante, por ser uma palavra carregada de diferentes sentidos, mas que vem tendo um uso generalizado como uma alternativa mais consciente e democrática. Esse conceito atingiu um alto grau de disseminação e foi incorporado em diferentes áreas, sendo associado a praticamente tudo o que existe como um aspecto positivo e de forma onisciente (CONCEIÇÃO; SAMPAIO, 2021), configurando-se também como uma estratégia mercadológica e servindo à perpetuação da ideia de um equilíbrio impossível num sistema econômico que sobrevive da exploração e da produção em altas concentrações e ininterruptamente.

Avançando na análise, enfatiza-se que a PNMA e a PNEA, sendo leis, são formuladas pela autoridade constituída e se revestem do status de norma geral obrigatória a ser obedecida por todos. Em relação ao discurso, a lei



[...] é constituída de seqüências discursivas com aparência de um texto neutro e com a finalidade de promover a ordem e o desenvolvimento. A lei, ao funcionar como um discurso, carrega a marca da incompletude que é constitutiva da linguagem e do sujeito. Sendo discurso, ela realiza a inscrição histórico-ideológica das posições-sujeitos, isto é, demarca um território de onde o sujeito vai/pode significar (MARQUEZAN, 2008, p. 465).

Dessa forma, identifica-se o discurso autoritário, no qual “o referente está ‘ausente’, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida” (ORLANDI, 1996, p. 15-16). O locutor utiliza a sua autoridade para demarcar sentidos que não são passíveis de contestação e têm a sua aceitação imposta pelo teor de lei, legitimada pelo poder. Nesse ponto, é importante o fato de a EA constituir um campo de conhecimento permeado por diferentes teorias. Dentro disso, são relevantes as conceituações presentes na PNMA e na PNEA, constituindo-se como saberes que são inculcados por essa voz legitimada e que norteiam as práticas educacionais, caracterizando-se, assim, o discurso pedagógico, que é um tipo de discurso autoritário.

Segundo Orlandi (1996), mais do que informar ou explicar, ensinar é inculcar utilizando recursos que produzem a ideia de necessidade e de utilidade daquilo que se está inculcando, como as definições rígidas, os encadeamentos, a repetição. Nos dois documentos legislativos, esses recursos aparecem tanto nas conceituações quanto nas enumerações de princípios, objetivos, medidas a serem tomadas e no uso de palavras que possuem muitos sentidos e, ao não serem especificadas, configuram uma generalização que mantém o plano retórico e afasta a efetiva atuação na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise, identificou-se que os sentidos do discurso circunscrito na PNMA e na PNEA vinculam-se à EA conservacionista e à EA pragmática, de acordo com o contexto histórico e com o lugar de onde partem esses documentos. Na PNEA, esses sentidos aproximam-se do âmbito educacional e têm a sua força impulsionada pela mobilização de palavras e conceitos da EA crítica, como uma forma de revestir o discurso de um potencial transformador e democrático, para além da conservação e do comportamento. Contudo, essa mobilização é feita de



modo genérico e descontextualizado, levando ao seu esvaziamento e mantendo a EA apresentada pelo documento no plano restrito do conservacionismo e do pragmatismo.

Também se verificou a defesa de um possível e necessário desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente, defendendo-se uma espécie de “economia verde” propagandeada como resultado do avanço tecnológico somado à consciência ambiental. O sujeito é levado a agir conforme esse projeto pelas diferentes estratégias empregadas no discurso, como a mobilização da EA crítica já apontada e o discurso pedagógico e de autoridade, no qual uma voz com total poder (o legislador) inculca a ideologia conservacionista travestida de saber sem margem para questionamentos, utilizando recursos como definições e encadeamentos de ideias que mantêm o plano retórico e afastam a efetiva atuação na realidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vigiar e Unir –a agenda da sustentabilidade urbana? **Revista VeraCidade**, Salvador, ano 2, n. 2, p. 1-11, 2007. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20vigiar%20e%20unir.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi. A abordagem da educação ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p. 185-203, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526/pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.



BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília, DF: MEC, 2012.

CONCEIÇÃO, Nayara Elisa Costa da; SAMPAIO, Shaula Máira Vicentini de. Sustentabilidade no Cotidiano: uma investigação de sentidos por meio de redes de imagens, oficinas e histórias. **REMEA**, v. 38, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13483>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, n. esp., p. 44-88, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan-mar. 2014.

MARQUEZAN, Reinoldo. O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, set.-dez. 2008, v. 14, n. 3, p. 463-478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/gYG6t5CxfsvKhLLGvMFDwjH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 110 abr. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.



UM ESTUDO DA RELAÇÃO DOS CONFEDERADOS IMIGRANTES COM A ESCRAVIDÃO NA REGIÃO DE AMERICANA: O LOCUTOR REVERENDO BALLARD S. DUNN

Amanda Castilho Azzali Berardo
Carolina de Paula Machado
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Este estudo, baseado na Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, examina os significados da escravidão no Brasil devido à presença de imigrantes confederados norte-americanos em Americana, São Paulo. Analisamos a formação de significados a partir da relação entre a história norte-americana e brasileira, que ressignifica a história local e as relações sociais, entendendo a linguagem na enunciação como argumentativa, integrando sentidos ao longo do texto. A análise de textos sobre a relação dos confederados com a escravidão revela como esses sentidos moldaram a sociedade de Americana ao longo do tempo. Para esta apresentação, trazemos análises de recortes do livro "Brasil, o lar dos sulistas" de Ballard S. Dunn. Esta reflexão busca compreender como os acontecimentos influenciam as argumentações sobre a imigração norte-americana e os sentidos que sustentam as conclusões, buscando compreender a formação de sentidos nas relações sociais, especialmente em relação à escravidão.

Palavras-chave: Acontecimento. Enunciação. Confederados. Escravidão.

Abstract: This study, based on Eduardo Guimarães' Semantics of Event, examines the meanings of slavery in Brazil due to the presence of American Confederate immigrants in Americana, São Paulo. We analyze the formation of meanings through the relationship between American and Brazilian history, which reshapes local history and social relations, understanding language in enunciation as argumentative, integrating meanings throughout the text. The analysis of texts on the relationship of Confederates with slavery reveals how these meanings shaped Americana's society over time. For this presentation, we bring analyses of excerpts from Ballard S. Dunn's book "Brazil, Home of Southerners". This reflection seeks to understand how events influence arguments about American immigration and the meanings that support conclusions, aiming to comprehend the formation of meanings in social relations, particularly regarding slavery.

Keywords: Event. Enunciation. Confederates. Slavery.



INTRODUÇÃO

Neste texto, refletimos sobre os sentidos da escravidão em Americana e Santa Bárbara D'Oeste, cidades do interior de São Paulo, pela presença dos imigrantes norte-americanos confederados através de uma análise semântico-histórico-enunciativa¹. A imigração desses norte-americanos ocorreu no mesmo período de fundação dessas cidades por volta de 1865, fim da Guerra Civil dos Estados Unidos, ou Guerra de Secessão, que se iniciou por volta de 1860, quando o estado da Carolina do Sul declarou rompeu com a União e, posteriormente, outros estados, formando os Estados Confederados da América².

O período do pós-guerra nos Estados Unidos proporcionou ao derrotado Sul uma difícil situação social e econômica e foi então que se iniciaram movimentos migratórios desses grupos que buscavam refazer suas vidas, a maioria, como agricultores, coincidindo com o momento em que o governo do Império brasileiro incentivou a imigração.

Em São Paulo, fundaram uma comunidade e, depois, junto com imigrantes de outras nacionalidades, uma cidade que leva o nome de Americana e, sua vizinha, a cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Periodicamente, em Santa Bárbara, se realiza uma festa no chamado "Cemitério dos Americanos", local em que estes imigrantes e suas famílias estão sepultados. Trata-se da "Festa Confederada", em que se celebra os costumes e símbolos, dentre eles a bandeira dos confederados, que é exibida com orgulho. Nessa medida, nota-se um esforço, por parte desses cidadãos brasileiros, em manter estes símbolos na celebração dos feitos de seus antepassados. No entanto, sabe-se que, nos Estados Unidos, a simbologia da bandeira confederada é vista como reverência ao racismo e à supremacia branca.

¹ Nesse momento, tratamos de compartilhar algumas reflexões a respeito da pesquisa de doutorado em andamento intitulada "O memorável no acontecimento enunciativo: um estudo da relação dos confederados imigrantes com a escravidão na região de Americana" realizada pela doutoranda Amanda Castilho Azzali Berardo, sob orientação da Profa. Dra. Carolina de Paula Machado.

² Essa união política de estados majoritariamente agrícolas teve como motivação, sobretudo, a questão da escravidão que estava ameaçada com a eleição de Abraham Lincoln, que se dizia abolicionista. Formou-se, inicialmente, pelos estados da Carolina do Sul, Alabama, Mississippi, Geórgia, Flórida, Texas e Louisiana. Mais tarde, Virginia, Arkansas, Carolina do Norte e Tennessee se juntaram. Essa tentativa de separação da União, da rivalidade dos estados do Sul com os do Norte, desencadeou diversas ações como a criação da bandeira confederada e do dólar confederado, por exemplo, criando a identidade do *confederado* (KARNAL et al., 2008, p. 136).



Em junho de 2022, foi aprovada a Lei Complementar 3/2021 em Santa Bárbara D'Oeste, que visa proibir a presença de símbolos que promovam movimentos racistas e segregacionistas em festas públicas, incluindo a bandeira dos confederados. A lei impacta diretamente a Festa Confederada, que defende a bandeira confederada como um símbolo de tradição e patriotismo, afirmando que não é um símbolo racista.

É, portanto, a problematização em torno desta relação de sentidos que a presença destes confederados em território brasileiro produz, que nos interessa compreender, isto é, identificar o modo como a história norte-americana é (re) significada no espaço de enunciação da língua portuguesa brasileira, mais especificamente nestas cidades.

Neste artigo, analisaremos recortes do livro intitulado “Brasil, o lar dos sulistas: ou, Um relato prático do que o autor, e outros, que visitaram aquele país, pelos mesmos objetos, viram e fizeram naquele Império”. O texto foi escrito em 1865 e publicado no ano seguinte com o propósito de determinar os prós e contras do Brasil para a imigração da comunidade sulista do pós-guerra. O autor dos relatos, o Reverendo Ballard S. Dunn foi Reitor da Igreja de *Saint Philips* em Nova Orleans e, mais tarde, de 1859 a 1861, serviu no Exército Confederado durante a Guerra Civil.

Interessa-nos observar se estes imigrantes foram motivados pelo regime escravocrata e segregação racial e como esses significados funcionam no contexto brasileiro escravocrata. É um momento específico da história em que diferentes memórias se cruzam, relacionadas à escravidão nos Estados Unidos e no Brasil, dois espaços-tempo³ com significados distintos e desdobramentos específicos em relação às relações raciais e o racismo.

³ Auroux (1992, p. 14) afirma o seguinte: “Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos”. Em nosso caso, tomamos aqui esta questão para olhar para o problema dos confederados e os sentidos produzidos para a escravidão pensando que os sentidos produzidos não seriam os mesmos justamente porque se tratam de diferentes espaços-tempo.



1. SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: ENUNCIÇÃO, CENA ENUNCIATIVA E SENTIDO

Buscamos em nossas análises embasamento no quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2005; 2007; 2011; 2018). Esta teoria nos dá possibilidades de analisar enunciados tomados na história. Trata-se de uma semântica embasada nas premissas de que a enunciação é um acontecimento de enunciados, e que o sentido de um enunciado se dá por meio do funcionamento da linguagem. Assim, entendemos a enunciação como acontecimento, isto é, a exposição da língua ao real, a instauração da temporalidade, da historicidade do sujeito, da língua e dos sentidos.

De acordo com Guimarães (2005), “é o acontecimento que temporaliza”⁴, que determina o sujeito e a enunciação, constituindo-se de um passado, instaurando um presente e uma latência de futuro, e é nessa latência que se encontra a significação, o interpretável. Portanto, é o acontecimento que produz o sentido e o passado no acontecimento se faz através de lembranças de enunciações, isto é, recortes de enunciações prévias no acontecimento, o que é chamado de memorável.

O acontecimento enunciativo inclui falantes que são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e um espaço. Estes sujeitos são afetados pela língua, pelo modo como estas línguas estão distribuídas a estes falantes e, nesse contexto, temos o conceito de espaço de enunciação que se configura pelo modo de distribuição das línguas em um espaço, enquanto um espaço determinado pelas línguas e relacionado aos falantes que convivem politicamente. Trata-se de um espaço em que o sujeito constitui suas relações com outros sujeitos pelas línguas que falam; em que o sujeito se constitui, na alteridade, significando, onde o simbólico se expõe ao real, produzindo significação.

Outra noção que fundamenta nosso estudo é o da cena enunciativa. É a maneira como os sentidos, no acontecimento, se apresentam e fazem com que o sujeito seja percebido pela linguagem, determinado pela deontologia que permite a

⁴ A noção de tempo com a qual trabalhamos aqui é referida pelo simbólico, por uma historicidade que configura a temporalidade, a relação entre os tempos, e por isso expõe a língua ao real.



produção, o direcionamento dos sentidos para as figuras da enunciação, isto é, os sujeitos (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

O sujeito, por sua vez, é constituído pelos sentidos e pela cena no acontecimento, gerando uma contradição impulsionada pela linguagem. Essa contradição surge entre as práticas normativas legitimadas social e historicamente na relação entre os sujeitos, definindo seus lugares na linguagem, e a afirmação de pertencimento dos sujeitos excluídos dessas práticas, que também são determinados pela língua, mas se caracterizam pela resistência e diferença em relação a essa normatividade. Isso envolve o aspecto político e a hierarquização dos sujeitos através do funcionamento da linguagem e sua identificação nos espaços de enunciação.

No acontecimento, o sujeito se constitui pelos seus dizeres e atribui sentidos ao real. Esses dizeres conferem ao falante "papéis enunciativos ou lugares sociais de dizer", que são constituídos pela linguagem. O sujeito se apresenta como locutor L ao tomar a palavra para si, mas também é afetado pelo lugar social que ocupa, sendo o alocutor-x. Ele fala a partir de uma constituição de figuras enunciativas e se divide como enunciador, assumindo características individuais, genéricas, coletivas ou universais. Esse é o agenciamento enunciativo, que é político, envolve a produção de sentidos, o estabelecimento de relações e hierarquização dos sujeitos e das línguas pelo dizer (GUIMARÃES, 2018, p. 63).

Segundo Guimarães (2018, p. 63), ao dividir os lugares de enunciação, pelo agenciamento do falante, estabelece uma relação de alocação, sendo o Locutor relacionado ao Locutário como seu correlato do dizer. Do mesmo modo, o alocutor constitui o lugar social para o qual ele diz, o alocutário. A linguagem, portanto, é constituinte de relações e é o agenciamento "pela língua, do falante em Locutor, e pelo agenciamento do falante em alocutor pela relação histórica com os falantes do espaço de enunciação" que estabelece a alocação (GUIMARÃES, 2018, p. 72).



2. ARGUMENTAÇÃO E ARGUMENTATIVIDADE

A argumentação também é um conceito importante na constituição deste trabalho. Em consonância com Guimarães (2007; 2018), entendemos a argumentação como efeito de sentido que se dá no acontecimento, pelas divisões do sujeito, pelo modo como as rememorações de enunciações passadas os recortam e os identificam, como elas determinam seus lugares sociais e orientam assim a argumentação presente no *corpus* que analisaremos.

Entendemos que “ler é dispor de um procedimento que estabelece uma distância e ao mesmo tempo exige uma descrição do material analisado” (GUIMARÃES, 2011, p. 36), sendo o texto, nesta perspectiva, “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2011, p. 19). Portanto, ao analisar um texto, levamos em consideração a disparidade entre o Locutor (aquele que se apresenta como origem do dizer) e o lugar social de locutor (lugar do múltiplo), assim como a não linearidade e não logicidade do texto, considerando com aquilo que lhe é exterior.

Para a metodologia de análise, abordaremos a articulação, que envolve a análise argumentativa, tal como é trabalhada por Guimarães. Segundo o autor, a articulação diz respeito às relações próprias das contiguidades locais. São procedimentos que ocorrem nas relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Nesse viés, é o funcionamento da cena enunciativa que dá sustentação à argumentação. Para Guimarães (2018, p. 95), a argumentação é elemento do processo de significação e é produzida pelo acontecimento de enunciação e se dá por meio da cena enunciativa, em que o alocutor diz algo para seu alocutário, tendo como objetivo a sustentação de uma conclusão.

Através da cena enunciativa, o agenciamento mobiliza as condições sócio-históricas que o falante apresenta no espaço de enunciação. A argumentação é então “o lugar social do alocutor (al-x) sustenta algo para um lugar social de alocutário (at-x)” (GUIMARÃES, 2018, p. 107). A argumentatividade também é o agenciamento da língua que dá orientação entre a razão e a conclusão a partir do uso de articuladores, conectivos ou conjunções. Portanto, o funcionamento da língua na enunciação é a própria argumentatividade, a relação de integração de sentidos ao longo de um texto. Sendo assim, neste momento, propomos uma



reflexão acerca da relação dos confederados imigrantes com a escravidão no Brasil, a partir dos relatos do Reverendo Ballard S. Dunn. Observaremos os vários enunciados que temporalizam, ou seja, rememoram e permitem a interpretação a partir dos lugares enunciativos que este Locutor nos apresenta.

3. ANÁLISE: O LOCUTOR REVERENDO BALLARD S. DUNN

Vejam os este primeiro recorte da obra do Reverendo Ballard S. Dunn. Ele trata de esclarecer algumas possíveis preocupações de seus compatriotas sulistas em relação a imigração no Brasil.

(1) Muitos acreditam, porque assim lhes foi dito, ao projetar patifes e políticos, que desejam detê-los neste país, que os estrangeiros não podem possuir propriedade no Brasil; principalmente em escravos. Isso é totalmente sem fundamento. Qualquer estrangeiro, não importa de onde ele possa ser, pode possuir tantos escravos quantos puder comprar, ou tantas propriedades, de qualquer tipo, desde que seja capaz de pagar. As leis estão abertas a todos, e um estrangeiro tem uma boa chance de obter justiça nos tribunais, como se ele tivesse nascido no Império. Felizmente, para as pessoas, há pouco litígio acontecendo no país (DUNN, 1866, p. 40, tradução nossa).

Aqui podemos observar que o Locutor Reverendo se encontra no espaço enunciativo de escravidão do Brasil, isto é, um espaço em que a escravidão está funcionando, enquanto que na sua terra natal, não. É então um espaço de silenciamento, de hierarquia e exclusão e, ao falar do lugar social de estrangeiro e, a partir de um lugar de dizer individual, nega preconceitos e afirma que as leis brasileiras são justas e abertas a todos, principalmente no que diz respeito ao direito de posse de escravos, defendendo assim uma imagem positiva (a partir de uma perspectiva individual) do Brasil.

Para comprovar o que diz, o Reverendo acrescenta

(2) Eu conheço um ianque de Massachusetts, que se recusa a ser naturalizado, mas ele possui vários escravos. Conheço muitos cavalheiros do sul, que compraram um grande número de escravos e muitas propriedades durante o ano passado. Espero que esses exemplos acalmem as apreensões dos mais crédulos e tímidos sobre esses pontos (DUNN, 1866, p. 40, tradução nossa).



Observamos um alocutor-estrangeiro/confederado que pode estar tentando desfazer a ideia de que somente os brasileiros possuem o direito de possuir escravos. Além disso, o alocutor apresenta em seu dizer que a prática de possuir escravos é comum e aceita entre os norte-americanos que migraram para o Brasil.

Este Locutor Reverendo enuncia de diversos lugares sociais além do de estrangeiro e confederado. Também o de informante e religioso. Enuncia do lugar social de estrangeiro por estar no Brasil nesta condição, pois ele ainda não tinha se estabelecido como imigrante, confederado ao afirmar que conhece *um ianque*, termo pejorativo que designa os norte-americanos do Norte, em oposição, no enunciado, aos *cavalheiros do sul*. O alocutor-informante devido a sua missão de relatar todos os detalhes da vida no Brasil, se preocupando em garantir as informações aos que ainda estão nos Estados Unidos sobre as condições do Brasil. E, por fim, o lugar social de religioso por ocupar a posição de Reverendo, representante da Igreja Protestante.

Entende-se que os lugares sociais de dizer que se apresentam neste relato estabelecem seus alocutários que também ocupam o lugar social de confederado, seguidores da Igreja Protestante e de escravocratas. O fato de o autor mencionar que os estrangeiros podem ter escravos no Brasil se apresenta como argumento para atrair pessoas que desejam manter a escravidão como sistema de trabalho, ou para convencer pessoas que consideram os escravos como uma forma de investimento lucrativa. Nesse sentido, o espaço de enunciação pode ser considerado como um espaço onde a escravidão é vista como uma prática comum e aceitável, o que influencia a argumentação do autor e a identificação por parte do grupo de confederados com este enunciado, legitimando sua enunciação.

A seguir, este mesmo Locutor trata de expor o modo como os brasileiros se relacionam entre eles.

(3) Em suas relações uns com os outros, eles [os brasileiros] são muito sociáveis, mas um tanto cerimoniosos. Mesmo entre operários e negros, dois conhecidos nunca se encontram na rua sem troca de cumprimentos. Um negro, tirando o chapéu, dirige-se ao amigo com *Salveo Deos* ou *Deos the de bone dias*, então segue uma investigação completa sobre o estado de sua saúde e de sua família e parentes; e na despedida os elogios são regularmente renovados. Também é costume



entre os brasileiros, ao falarem uns com os outros, tirem seus chapéus, e permanecerem descobertos até que se deseje colocá-los (DUNN, 1866, p. 254-255, tradução nossa).

Neste trecho, vemos que há uma predicação do modo de se relacionar dos brasileiros uns com os outros, mais precisamente de *brasileiros* como *sociáveis* e *cerimoniosos*. Levando em consideração o que diz Guimarães (2018, p. 144) de que “a predicação, diferentemente do sujeito, é algo do dizer que está expressamente significado pela relação de alocação”, o que temos é que o que se diz é afetado pela alusão do enunciador àquilo que se diz do lugar social de dizer, no caso o de não-brasileiro, estrangeiro.

Temos, portanto, um alocutor-estrangeiro que estabelece seu dizer a um alocutário de mesma nacionalidade que a sua, no caso norte-americana e um enunciador universal que significa os brasileiros e o modo de relação entre eles como *sociáveis* e *cerimoniosos*, aludindo ao lugar social de norte-americano.

Podemos observar também que em *mas um tanto cerimoniosos*, a articulação pelo *mas* contradiz o que foi dito anteriormente - *Em suas relações uns com os outros, eles são muito sociáveis*. De acordo com Guimarães (2018, p. 111), esta relação concessiva de *[A] mas [B]* “significa que o dito em [B] se relaciona com o todo o texto como o que orienta a continuidade do texto. Esta significação é uma direção dada ao texto pela articulação concessiva em questão”.

E, assim, a orientação de argumentatividade se dá na continuação de seu relato. Podemos observar que este alocutário-estrangeiro (ou norte-americano), a partir de um enunciador-universal, apresenta como verdadeiro uma série de argumentos que sustentam a conclusão de que os brasileiros são sociáveis e cerimoniosos: nunca se encontram na rua sem troca de cumprimentos; perguntas sobre a vida, elogios, ficar à vontade sem chapéu. Todas essas observações produzem os sentidos de *sociáveis* e *cerimoniosos*, de modo que podemos entender que para ele, trata-se de costumes diferentes presentes em seu lugar de origem, uma espécie de choque cultural, sobretudo, quando diz que tudo isso acontece *mesmo entre operários e negros*. É aqui que podemos observar o memorável da divisão de classes e raças, nos mostrando que operários e negros estão em outro patamar e, nessa divisão, certamente o modo de relacionamento dessas pessoas se dá de outra forma no seu lugar de origem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes recortes e seus funcionamentos, observamos que há uma relação de coexistência entre os lugares da enunciação para a produção de sentidos. Vimos que se trata de um espaço enunciativo escravocrata, espaço político da divisão, uma vez que são os brancos, escravocratas, afirmados pela ideologia do segregacionismo racial, que dominam a palavra.

O relatório é de cunho informativo e o locutor-confederado é agenciado pelo mesmo memorável específico da escravidão nos Estados Unidos e, por isso, faz significar a relação entre o fim da escravidão nos Estados Unidos com a imigração para um país que ainda se aproveitava deste sistema.

O Locutor Reverendo, nos revela também o lugar social de religioso, mais especificamente da Igreja Protestante. Nesse sentido, esse locutor-religioso/protestante estabelece seus alocutários que compartilham do mesmo credo e do lugar social de escravocratas. Observamos, a partir de um outro lugar de enunciação de modo individual, que ele mesmo testemunha a existência da escravidão ainda vigente no Brasil, mas não enuncia desse lugar social de escravocrata. Em contrapartida, mesmo não podendo afirmar que se trata de um alocutor-escravocrata, é importante notar como a enunciação do Reverendo Dunn é influenciada pelo espaço em que ele se encontra, e como essa enunciação, por sua vez, contribui para a manutenção dessa estrutura social escravista.

Além disso, podemos observar que a enunciação do Reverendo revela o seu poder de nomear e definir o que é verdadeiro ou não sobre os direitos dos estrangeiros no Brasil, assim como o seu poder de persuasão sobre o seu público-alvo, os potenciais imigrantes.

A enunciação do Reverendo nos permite refletir sobre como a escravidão foi vista e justificada por alguns setores da sociedade da época, e como isso ainda reverbera na nossa compreensão da história e da sociedade brasileira atualmente. Por esse movimento de sentidos na relação entre enunciadores e alocutores nas análises, já vemos uma resignificação da história da região e também as relações sociais, produzindo hierarquizações, exclusões/inclusões, apagamentos e versões sobre as relações raciais e sobre a religião.



A partir da relação coexistente dos lugares de enunciação, podemos observar que a produção de sentidos se dá pelo funcionamento da língua com relação ao espaço enunciativo e, a partir da análise da dinâmica própria da cena enunciativa, observamos de que modo as argumentações são sustentadas pela alusão ou apresentação dos lugares da enunciação.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. A **Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DUNN, B. S. **Brazil, the home for southerners**: or, A practical account of what the author, and others, who visited that country, for the same objects, saw and did while in that empire. New York: G.B. Richardson [etc.], 1866.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**. Procedimentos, análises, ensin. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Semântica Do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: Um estudo de conjunções do Português. 4 ed. Campinas: Pontes, 2007.

KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XIX. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, E. **Projeto de Lei n. 03, de 2021**. Prevê no Código Municipal de Posturas regras de combate ao racismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camarasantabarbara.sp.gov.br/Sin.Siave/arquivo?Id=192363>. Acesso em: 03 fev. 2021.

YANKEE. **Dicionário Online Cambridge de Português/Inglês**. Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/yankee>. Acesso em: 28/04/2022.



O DISCURSO ARGUMENTATIVO DE UM MENINO ENTRE 2 E 3,6 ANOS DE IDADE: UMA ABORDAGEM DIALÓGICO DISCURSIVA E MULTIMODAL

Ana Laura Giancesella Ferreira¹

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso argumentativo de L., um menino brasileiro e monolíngue, entre seus 2 e 3,6 anos de idade a partir da perspectiva dialógico-discursiva (BAKHTIN, 2016; BRUNER, 1983; DEL RÉ et al. 2006, 2014a, 2014b, 2016, 2021; VOLÓCHINOV, 2018; VYGOTSKY, 2005) e multimodal (CAVALCANTE, 1994, 2012; VASCONCELOS, 2017). Trata-se de um estudo de caso, de caráter longitudinal, naturalístico e qualitativo, cujo corpus integra o banco de dados do grupo NALíngua (DEL RÉ et al., 2016) que está sendo transcrito na ferramenta CLAN/CHAT (MACWHINNEY, 2000) e também está sendo transposto para o ELAN (NIJMEGEN, 2002), visto que o software proporciona um detalhamento dos elementos multimodais. O estudo justifica-se na medida em que parte de outros trabalhos já realizados sobre o tema, pretendendo aprofundar as categorias de análise relacionadas à argumentação infantil ao verificar a importância da multimodalidade na produção de argumentos, questão ainda pouco explorada.

Palavras-chave: Argumentação. Aquisição da linguagem. Multimodalidade. Perspectiva dialógico-discursiva.

Abstract: the current study aims to analyze the argumentative discourse of L., a Brazilian and monolingual boy, between his 2 and 3.6 years old from a dialogical-discursive (BAKHTIN, 2016; BRUNER, 1983; DEL RÉ et al. 2006, 2014a, 2014b, 2016, 2021; VOLÓCHINOV, 2018; VYGOTSKY, 2005) and multimodal (CAVALCANTE, 1994, 2012; VASCONCELOS, 2017) perspective. This is a case study, of longitudinal, naturalistic and qualitative nature, whose corpus integrates the database of the NALíngua group (DEL RÉ et al., 2016) that is being transcribed in the CLAN/CHAT tool (MACWHINNEY, 2000) and is also being transposed to ELAN (NIJMEGEN, 2002), since the software provides a detailing of multimodal elements. The research is justified insofar as it is based on other works already done on the subject, intending to deepen the categories of analysis related to children's argumentation by verifying the importance of multimodality in the production of arguments, an aspect still scarcely explored.

Keywords: Argumentation. Language acquisition. Multimodality. Dialogical-discursive perspective.

¹ Trabalho orientado por Alessandra Del Ré, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP), e coorientado por Alessandra Jacqueline Vieira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



INTRODUÇÃO

A argumentação, nas áreas de filosofia e linguística, foi e é uma temática amplamente debatida, principalmente pela perspectiva das práticas de retórica e da fala adulta. Sobre isto, ao fazermos uma breve retomada histórica, poderíamos trazer, como princípio, os escritos de Aristóteles (2005)² e os mecanismos próprios à *arte do convencimento*; aspectos que foram revistos cinco séculos após suas discussões com os tratados de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1971)³ e Toulmin (1958)⁴, quando se juntam aos elementos clássicos, dentro da cena argumentativa, questões relativas ao cognitivo e social.

Mais tarde, na área de linguística, o tema passa a ter maior destaque com o desenvolvimento de teorias relacionadas à Análise do Discurso, como nos trabalhos de Ducrot, que propõe a teoria da Argumentação na Língua (1987), Plantin, com seu modelo interacional/dialogal⁵ (1996) e Amossy, que discorre sobre o caráter interacional e intertextual deste fenômeno, pontuando as questões da polêmica (2017; 2020). Em suma, notamos que o interesse sobre a argumentação esteve centralizado, de maneira geral, ora no estabelecimento de parâmetros para uma boa comunicação em contextos que exijam certo engajamento do público, ora como um acontecimento potencial dentro das possibilidades oferecidas pelo próprio sistema linguístico, dado pela língua (DUCROT; CAREL, 2008).

Em nossa pesquisa, em que focamos em dados de crianças em processo de aquisição da linguagem ao fazer uso de enunciados argumentativos, partimos de um olhar bakhtiniano, considerando a argumentação como um fenômeno discursivo que ocorre em contextos comunicacionais onde diferentes pontos de vista são defendidos, postos em oposição e (re)tomados mediante uma negociação (LEITÃO, 2006, 2007a, 2007b) e embate entre os interlocutores⁶.

² ARISTÓTELES. *Retórica*. 2.ed. Lisboa - PT: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

³ OLBRECHTS-TYTECA, L.; PERELMAN, C. *The New Rhetoric: a Treatise on Argumentation*. Indiana - US: University of Notre Dame Press, 1971.

⁴ TOULMIN, S. E. *The Uses of Argument*. Cambridge - RU: Cambridge University Press, 1958.

⁵ O termo dialogal, aqui, tem conotação diferente da utilizada pela teoria dialógico-discursiva. Para mais informações sobre a teoria do autor, ver Plantin (1996).

⁶ É importante destacar que o embate/oposição se dá, sempre, entre pontos de vista e não entre sujeitos propriamente ditos.



Nesse sentido, assumimos que a entrada na linguagem ocorre por meio dos movimentos discursivos que fazem parte dos encanamentos dialógicos estabelecidos entre os enunciados, em contextos situacionais de interação verbal entre a criança e o(s) outro(s).

Para Leitão (2007a), a argumentação é um recurso privilegiado na construção do conhecimento, uma vez que, ao ser confrontado com outras ideias, o interactante retoma dialogicamente seu próprio discurso, refletindo sobre as vozes sociais que permeiam o enunciado (próprio e do outro), negociando, justificando, transformando seu ponto de vista/argumentos sobre diferentes temas. Nesse viés, acreditamos que sua ocorrência se manifesta desde muito cedo, mesmo que se realize por meio de recursos dessemelhantes aos da fala adulta, seja por meio da expressão verbal ou multimodal (CAVALCANTE; BRANDÃO, 2012; VASCONCELOS, 2017), e de maneira natural; porém, segundo a autora, ela também precisa ser desenvolvida na criança, permitindo-a ampliar ou transformar seus conhecimentos sobre diferentes temas – especialmente em contexto escolar.

Dito isto, vale ressaltar que este artigo dá continuidade a uma pesquisa de Iniciação Científica anteriormente realizada na UNESP/FCLAr⁷ e se volta para o discurso argumentativo de L., uma criança brasileira, monolíngue, entre seus dois e três anos e meio de idade. Objetivamos, a partir da observação conduzida pelas categorias de análise de Vieira (2011; 2015), dos *argumentos*, *contra-argumentos* e *respostas* produzidos pelo menino, compreender se, quais e como os aspectos multimodais compõe a cena argumentativa visando traçar novos parâmetros para o tratamento da argumentação infantil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva dialógico-discursiva, cujas bases advêm das ideias dos membros do chamado Círculo de Bakhtin e de Vygotsky, a linguagem é tida como uma ponte, uma mediadora, sendo um veículo de significações ideológicas, utilizada para referenciar o mundo, constituindo-nos enquanto sujeitos sociais e sócio-

⁷ O discurso argumentativo de uma criança entre 2 e 4 anos de idade: uma abordagem bakhtiniana, com vigência de 01/08/2021 a 31/07/2022.



historicamente situados. Nesse sentido, a partir das experiências vividas na interação por meio da linguagem, socializamos e internalizamos o conhecimento. Nesse entendimento, a linguagem é social e sempre dirigida a um outro, só alcançando seu sentido completo na enunciação, isto é, na situação dialógica e interacional (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2018).

Ao adotar este olhar, especificamente na área de Aquisição da Linguagem, entendemos que a criança entra na língua(gem) de modo gradual, a partir das vivências subjetivas e do contexto social (imediato e mais amplo), na heterogeneidade dos discursos e de seus movimentos (DEL RÉ *et al.*, 2012). Neste sentido, o papel do outro – da mãe, do pai, dos avós, dos irmãos, dos cuidadores, *etc.* – é fundamental para que a criança se desenvolva linguisticamente, uma vez que, é durante as situações de interação rotineiras e nas trocas/inversões de papéis no diálogo que a criança, a partir da mediação do adulto, entra na língua. Essas situações também tornam possíveis a formulação, revisão e transformação das concepções sobre o mundo (conhecimento) que, acreditamos, ocorrem, majoritariamente, em situações de argumentação (LEITÃO, 2007a).

Isto posto, passemos à noção de argumentação aqui adotada. Partimos das ideias de Leitão (LEITÃO, 2006, 2007a, 2007b), que defende que a argumentação ocorre em situações de oposição, que possibilitam a negociação de ideias e defesa de argumentos. Essas noções vão ao encontro das ideias de Bakhtin (e os autores do Círculo) e de Vygotsky, uma vez que consideram que a argumentação é um fenômeno discursivo e que tem como componentes fundamentais a interação, a construção do conhecimento a partir da interação, sendo essencial o componente dialógico (base teórica bakhtiniana), ou seja, a retomada de discursos que circulam sobre o tema em embate, possibilitando justificá-lo, retomá-lo, transformá-lo, a partir de um processo de negociação discursiva.

Nesse sentido, quando falamos da teoria bakhtiniana, é importante explicitar a distinção entre duas operações discursivas: a *polêmica aberta* e a *velada*⁸. A primeira, indica uma oposição explícita no discurso, os fatores nele contrapostos, notadamente retomados na fala do sujeito que se opõe a um outro; já a segunda, uma oposição inerente, em relação a um discurso alheio (do outro), que não é

⁸ Os termos foram cunhados por Bakhtin em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1981).



explicitamente recuperada no discurso do falante (do eu) – toda palavra é repleta de uma contra-palavra.

Neste texto, interessamo-nos por aquilo que pode ser explicitamente resgatado nos enunciados, ou seja, pela *polêmica aberta* (ou, a palavra contra), já que nela podemos recuperar as estratégias argumentativas ao longo dos encadeamentos dialógicos. À essa noção, Selma Leitão (2006, 2007a, 2007b) complementa ao indicar três movimentos como componentes essenciais para a efetivação da argumentação, são eles: o *argumento* (posicionamento inicial e seu apoio), o *contra-argumento* (colocação que se opõe ao argumento) e a *resposta* (reação frente à oposição). Dessa forma a argumentação é:

[...] uma atividade discursiva que se caracteriza pela defesa de pontos de vista e consideração de perspectivas contrárias. A necessidade comunicativa de defender um ponto de vista e responder à oposição cria, no discurso, um processo de negociação no qual concepções sobre o mundo (conhecimento) são formuladas, revistas, transformadas (LEITÃO, 2007a, p. 75).

Quanto ao seu contexto de produção enunciativa, notamos que este tipo de discurso, no universo infantil, está muito ligado à situação micro – cultura familiar e escolar – nas atividades cotidianas da criança que o emprega, de acordo com os recursos languageiros que possui, para convencer seu interlocutor⁹; além disso, a tríade proposta por Leitão, pode ter em sua composição elementos tanto de ordem linguística como multimodal, pois a criança não faz uso apenas de elementos verbais para argumentar. Por multimodalidade, entendemos os gestos, as entonações, as trocas de olhares e demais manifestações corporais que tenham um efeito significativo na construção do sentido dentro da interação criança-outro.

Neste artigo, portanto, partimos do pressuposto da matriz gesto-fala, segundo a qual ambos são componentes de um mesmo sistema de produção e significação, visto que “a ocorrência de gestos ao longo da fala implica que durante o ato de fala dois tipos de pensamento, imagístico e sintático, estão sendo coordenados” (MCNEILL, 1985, p. 11 *apud* CAVALCANTE; BRANDÃO, 2012, p. 1-2). Assim sendo,

⁹ De acordo com Leitão (2011), apesar de encontrarmos a argumentação em situações cotidianas, é importante que ela seja desenvolvida e estimulada pelos adultos, para que ela seja efetiva no processo de ensino-aprendizagem.



tomamos os gestos como co-partícipes na construção da significação, entendendo que a fala não só comporta sons articulados e significativos, mas também expressões de outras ordens, como a gestual, que colaboram para a efetivação de determinado fim ou efeito comunicativo.

Por esse motivo, interessamo-nos pelo aspecto multimodal utilizado pela criança para a construção de argumento ou contra-argumentos, já que partimos do princípio de que ele exerce impacto na produção e na recepção de sentidos durante a interação argumentativa, não possuindo um valor inferior ou superior à manifestação vocal, mas, sim, equivalente, participando na coconstrução dos componentes da tríade; sendo nosso objetivo traçar como e quais desses recursos mais compõem o discurso de L.

3. MÉTODOS E ANÁLISES PRELIMINARES

Os dados analisados são de L., uma criança brasileira e monolíngue, dentro do período etário de 2 a 3,6 anos de idade, sendo que essas informações integram o banco do grupo NaLíngua-CNPq (DEL RÉ *et al.*, 2016); trata-se, portanto, de um estudo de caso, de caráter naturalístico, qualitativo e longitudinal. A composição total do *corpus* em fase de análise¹⁰ é de 18 sessões, sendo 16 gravadas por pesquisadores do grupo NaLíngua¹¹, com duração aproximada de uma hora, e duas coletadas sob diário, com extensão variada.

Além da fundamentação e princípios teóricos já mencionados no que tange à Aquisição, argumentação e multimodalidade, partimos das categorias de análise de Vieira (2011)¹² para a observação da produção de *argumentos*, *contra-argumentos* e *respostas*, ademais, para um maior detalhamento dos artifícios linguísticos e, principalmente, multimodais dispostos na cena argumentativa, fazemos uso das ferramentas de transcrição CLAN/CHAT (MACWHINNEY, 2000)¹³ e ELAN (NIJMEGEN, 2002)¹⁴.

¹⁰ O *corpus* completo de L. é constituído por filmagens entre 0-7 anos de idade.

¹¹ Núcleo de Aquisição da Linguagem (CNPq), coordenado pela profa. Alessandra Del Ré (UNESP/FCLAr).

¹² As categorias estão disponíveis em anexo.

¹³ Para maiores informações sobre o programa, acessar o site: <https://chilides.talkbank.org/>.

¹⁴ Para maiores informações sobre o programa, acessar o site <https://archive.mpi.nl/tla/elan>.



Dito isso, inicialmente, identificamos as situações/enunciados argumentativos, pautando-nos nos movimentos discursivos de *argumento – contra-argumento – resposta*, como também na presença de *oposição* e *negociação*; também buscamos perceber se nestas ocasiões encontravam-se outros elementos, às vezes, presentes no “jogo de argumentar”, tais como a utilização de justificativas e explicações.

Depois de identificadas, observamos se há elementos multimodais inseridos neste contexto e seu modo de ocorrência: se coincidente ou não em relação à produção oral; se denotam maior ênfase ao(s) sentido(s) contidos nesta situação dialógica; quais recursos ligados à multimodalidade são mais recorrentes durante a interação argumentativa; e se os elementos desaparecem e/ou se modificam ao longo do desenvolvimento linguageiro de L. Como exemplo, trazemos uma tabela (Quadro 1) com a análise prévia das sessões dos dois e três anos¹⁵, respectivamente.

Quadro 1 – Tabela síntese das sessões

IDADE DA CRIANÇA	SESSÃO E CONTEXTO	ELEMENTOS MULTIMODAIS PRESENTES	ANÁLISE RESUMIDA
2 anos e 22 dias (2;0;22)	Participam a mãe, a criança e a observadora. A cena se desenrola a partir da constatação feita pela criança sobre a estampa em uma embalagem.	- Afastamento corporal; - alongamento de vogais; - mudança na entoação; - apontar combinado com toque pontual; - olhar dirigido; - movimento de cabeça; - silêncio.	O jogo argumentativo se dá em torno da natureza (espécie) do animal estampado na embalagem. A argumentação de L., nesta fase, é predominante pautada nos elementos multimodais e na partícula de negação “não”. Chamamos a atenção para o enunciado “gi(r)afa doende”, dado que a combinação frasal aqui é mais elaborada (temos um substantivo combinado a um adjetivo), traço que aponta para uma tentativa da criança de prevalência no discurso, como também para seus avanços no uso da linguagem.
3 anos (3;0;00)	Participam a mãe, a criança e a observadora. A cena se institui com o comentário feito pela mãe sobre o	- Alongamento de vogais; - mudança na entoação; - apontar combinado com o toque deslizado; - olhar dirigido.	Nesta situação, a argumentação emerge da comparação feita pela mãe em relação à característica (ser bom) do animal. No recorte observamos, de modo mais evidente, a retomada da fala do outro, isto é, o aspecto dialógico no enunciado de L. visto que, seu argumento traz a “voz” da observadora, agora com um outro valor atribuído pelo uso do adjetivo “feroz”.

¹⁵ As transcrições das sessões estão em anexo.



	brinquedo que a criança carregava.		Aqui, o alongamento e a entoação dão ênfase à explicação oferecida pelo contra-argumento da criança. Ademais a combinação apontar + toque deslizado imprimem maior força à demonstração e diferenciação que L. procura realizar às suas interlocutoras
--	------------------------------------	--	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das análises até então realizadas em nossa pesquisa, podemos dizer que as cenas argumentativas surgem em situações em que a criança se posiciona discursivamente para exprimir seus desejos, suas opiniões, para defender pontos de vista postos nas interações e negociar ideias e ações com o outro. Verificamos que a composição da argumentação se deu não só por elementos linguísticos (escolhas lexicais, estruturação sintática, entre outros), mas, também, por mecanismos multimodais (alongamento vocálico, olhar, apontar, *etc.*), estes que integraram parte nos movimentos de *argumento – contra-argumento – resposta*, seja por um viés de ênfase/apoio ao enunciado oralizado ou mesmo valendo, por si só, como um dos componentes da tríade, e por esta razão, se mostram como componentes essenciais para a construção de sentidos na argumentação.

Além disso, percebemos que os gestos e os demais elementos multimodais estiveram presentes nos recortes analisados até o momento e não desapareceram do discurso argumentativo ao longo do desenvolvimento da linguagem de L., mas, sim, passaram a integrá-lo de modo diferente, seja pela mudança de recurso utilizado na situação, seja pela diferença na utilização/produção de um mesmo gesto empregado anteriormente – como no caso da combinação *apontar + toque*, mostrada na tabela de análise, que antes foi feita de maneira pontual e, depois, deslizada.

Por fim, é preciso ressaltar que ainda estamos aperfeiçoando as transcrições e análises previamente realizadas no CLAN/CHAT (MACWHINNEY, 2000), com a transposição destes episódios para o programa ELAN (NIJMEGEN, 2002), a fim de que possamos responder de maneira mais detalhada as perguntas: a) quais elementos multimodais estão compondo a tríade?; b) de que maneira os recursos



multimodais integram as cenas – concomitante ou à parte da fala?; e c) há elementos recorrentes, eles se modificam na totalidade do recorte?

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução: Angela M. S. Corrêa *et al.* 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. Notas da edição russa, Serguei Bocharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

CAVALCANTE, M. C. B.; BRANDÃO, L. W. P. Gesticulação e Fluência: contribuições para a Aquisição da Linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, p. 55-66, jan./jun. 2012.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, p. 7-18, 2008.

LEITÃO, S.; BANKS-LEITE, L. Argumentação na linguagem infantil: algumas abordagens. In: DEL RÉ, A. (Org.). **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 45-62.

LEITÃO, S. Processos de construção do conhecimento: a argumentação em foco. **Revista Pro-Posições (UNICAMP)**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 75-92, set./dez., 2007(a).

LEITÃO, S. Argumentação de desenvolvimento do pensamento reflexivo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 454-462, 2007(b). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a13v20n3.pdf>. Acesso em: 20 nov 2021.

LEITÃO, S. O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: LEITÃO, S. DAMIANOVIC, M. C. **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas: Pontes, 2011.

PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

VASCONCELOS, A. N. de. **Emergência da negação e prosódia: estudo de casos de uma criança brasileira e uma criança francesa**. Dissertação de Doutorado – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. São Paulo, 2017.



VIEIRA, A. J. **Condutas argumentativas na fala infantil; um olhar sobre a construção da subjetividade.** Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2011.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

ANEXO 1 – TABELA-SÍNTESE DAS CATEGORIAS DE VIEIRA (2011, P. 69)

CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS DADOS				
ENUNCIADOS COM ARGUMENTAÇÃO	ENUNCIADO APENAS COMPLEMENTAR			
	ENUNCIADO COM EXISTÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO	ARGUMENTO	PONTO DE VISTA	IMPLÍCITO OU EXPLÍCITO
			JUSTIFICAÇÃO	
			PONTO DE VISTA E JUSTIFICAÇÃO	
		CONTRA - ARGUMENTO	OPOSIÇÃO DEMONSTRANDO OUTRO PONTO DE VISTA	IMPLÍCITO OU EXPLÍCITO
			OPOSIÇÃO COM JUSTIFICATIVA	IMPLÍCITO OU EXPLÍCITO
		RESPOSTA - NEGOCIAÇÃO	ACEITAÇÃO	INCORPORAÇÃO PARCIAL OU TOTAL
	REFUTAÇÃO		NEGAÇÃO PARCIAL OU TOTAL	
ENUNCIADOS SEM ARGUMENTAÇÃO	NÃO TEM RELAÇÃO COM ENUNCIADOS ARGUMENTATIVOS			
	ENUNCIADOS <i>NON-SENSE</i>			



ANEXO 2 – TABELA COM AS TRANSCRIÇÕES

SESSÃO 2;0;22	SESSÃO 3;0;00
<p>1334 L.:oda [olha] a gi(r)afa. [aponta e toca a embalagem] 1335 MÃE:ah, isso num é uma girafa, isso é uma zebra. 1336 L.:uma gi(r)afa. [se afasta da mãe ao enunciar] 1337 MÃE:não, uma zebra. 1338 L.:nãããoo é gi(r)afa. [se aproxima da mãe e aponta novamente tocando o objeto] 1339 MÃE:não, é zebra. 1340 L.:é gi(r)afa doeende {?} . 1341 MÃE:é zebra. 1342 L.: não, é gi(r)afa doeende {?} . [olha para o objeto e em seguida para a interlocutora, depois balança a cabeça] 1343MÃE:a zebra é tipo assim um cavalo de pijama, (en)tendeu ?</p>	<p>534 MÃE: ah, ele é igual o Bom Dinossauro. 535 L.: nãããoo. [...] 538 L.: não, ele é fe(r)oooz. 539 MÃE: ele é feroz! [ela e a observadora riem] 541 L.: o Bom Dinossauro, não é fe(r)oz... 542 MÃE: ah tá. [a observadora ri] 544 L.: ele é bonziiinho. [...] 546 MÃE: e que dinossauro que é esse afinal? 547 MÃE: eu não entendi ainda. 548 L.: ééé... a-pa-tos-sau-(r)o. 549 MÃE: é brontossauro esse. [...] 564 L.: não, é eeesse que é o a-pa-tos-sau-(r)o. [aponta enquanto toca o brinquedo] [...] 568 L.: o apatossau(r)o tem pes-co-ço... 569 L.: bem grande / bem assim. [desliza a mão pelo pescoço do brinquedo]</p>



UMA ABORDAGEM DIALÓGICO-DISCURSIVA SOBRE OS DADOS DE ARGUMENTAÇÃO INFANTIL: FOCO NA SINTAXE E NA MULTIMODALIDADE

Ana Luísa Coletti Ricci¹

Resumo: Este artigo traz resultados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento, realizada a partir de uma abordagem dialógico-discursiva sobre linguagem (BAKHTIN, 2013, 2016, 2017) e aquisição (DEL RÉ et al., 2006, 2014a), em que nos atentamos aos enunciados argumentativos (LEITÃO, 2007a, 2008; VIEIRA, 2011, 2015; RICCI, 2023) de duas crianças, S. e T., dos 2 aos 4 anos de idade, e que foram transcritos através do programa CLAN-CHAT (MACWHINNEY, 2000). Voltando-nos para a produção argumentativa, de enunciados que surgem em contexto de oposição e/ou negociação explícita, daremos especial atenção aos aspectos multimodais (CAVALCANTE, 1994, 2012, 2018) e sintáticos (THOMPSON, COUPER-KUHLEN, 2005; ONO, THOMPSON, 1995; LINELL, 2005, 2007, 2010) efetivamente envolvidos na construção e significação dos enunciados de S. e T. como argumentativos. Assim, buscamos responder como ocorre o funcionamento dos movimentos argumentativos nas produções de ambas as crianças. Os resultados até então apontam para o fato de a criança argumentar desde muito cedo, antes dos dois anos, quando há oposição explícita, lançando mão de variados elementos multimodais e sintáticos para defender seu posicionamento.

Palavras-chave: Argumentação. Abordagem dialógico-discursiva. Sintaxe. Multimodalidade.

Abstract: This article brings the partial results of a research in development, departing from a dialogic and discursive approach over language (BAKHTIN, 2013, 2016, 2017) and language acquisition (DEL RÉ et al., 2006, 2014a), through which we must focus on the argumentative utterances (LEITÃO, 2007a, 2008; VIEIRA, 2011, 2015; RICCI, 2023) produced by two children, S. and T., from 2 to 4 years old. Their data was transcript through the program CLAN-CHAT (MACWHINNEY, 2000). Turning the lights to the argumentative production of utterances that appear during explicit opposition and/or negotiation contexts, we intend to give special attention to aspects concerning multimodality (CAVALCANTE, 1994, 2012, 2018) and syntax (THOMPSON, COUPER-KUHLEN, 2005; ONO, THOMPSON, 1995; LINELL, 2005, 2007, 2010) effectively involved in the construction and meaning of S. and T.'s utterances as argumentative. Therefore, we intend to answer how the argumentative movements work in the children productions. The results show that children are able to use argumentation since young age, before 2 years old, when there is explicit opposition, using various elements of multimodality and syntax to defend their position.

Keywords: Argumentation. Dialogic and Discursive Approach. Syntax. Multimodality.

¹ Trabalho orientado por Alessandra Del Ré, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP), e coorientado por Alessandra Jacqueline Vieira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Propomos, nesta pesquisa, tratar essencialmente do fenômeno discursivo da argumentação nas produções de duas crianças, S. e T., buscando em que contextos de produção ela surge e como os sujeitos organizam seus enunciados para posicionar-se no e pelo discurso, assim como qual a implicação da argumentação para a aquisição da linguagem. Acreditamos que ela possua um papel essencial quanto ao desenvolvimento cognitivo, assim como sobre o desenvolvimento linguageiro em si, tratando-se de um discurso privilegiado (LEITÃO, 2007a), que promove a reflexão e a construção de conhecimentos de mundo e linguísticos. Para tanto, partimos de pesquisas anteriores sobre a argumentação (VIEIRA, 2011, 2015; RICCI, 2023), com as quais contribuímos; todas elas - como a pesquisa em questão - realizadas sob o viés dialógico-discursivo de linguagem (BAKHTIN, 2013, 2016, 2017).

Esta perspectiva compreende a língua(gem) como um fenômeno social, nascido da e na interação, e que nela é materializado através do discurso. Nesse sentido, é no contato com o outro, inserido em um contexto sócio-histórico e cultural que a criança terá acesso à língua e que irá adquiri-la (DEL RÉ et al., 2014 a e b, 2066; BRUNER, 2007), assim como à Argumentação. Esta surgirá em contextos de oposição explícita - polêmica aberta -, que farão com que o sujeito - aqui, a criança - reflita sobre seu discurso e conhecimentos a fim de posicionar-se, o que fará através dos movimentos argumentativos (argumento, contra-argumento e resposta).

Para desenvolver este estudo elencamos como dados para análise os *corpora* de S. (menina, brasileira) e T. (menino, francês), ambos monolíngues, cujos dados compreendem o período dos 2 aos 4 anos de idade, transcritos pelo CLAN-CHAT (MACWHINNEY, 2000)

Também, a fim de compreender, assim como relatar os fenômenos discursivo da argumentação, buscamos observar que elementos sintáticos (formas e funções de estruturas gramaticais) (ONO, THOMPSON, 1995; THOMPSON, COUPER-KUHLEN, 2005; LINELL, 2005, 2007, 2010) e multimodais (CAVALCANTE, 1994, 2018; CAVALCANTE, BRANDÃO, 2012) que estão envolvidos nos discursos argumentativos de S. e T. de modo a contribuir, no contexto de sua produção,



para sua organização e sentido como enunciados argumentativos. Dessa forma pretendemos contribuir com pesquisas sobre aquisição da linguagem e argumentação infantil, como o projeto “Argumentação e explicação: modos de construção/constituição do conhecimento”, do grupo NUPArg, liderado pela profa. Selma Leitão (ANPEPP), trazendo novos dados de outro estudo de caso (T.), assim como nova contribuição teórica para estudos na área, aprimorando também o olhar qualitativo e multimodal sobre o *corpus*.

1. OBJETIVOS

A partir da fundamentação teórica mencionada anteriormente, este trabalho pretende mostrar como ocorre o funcionamento dos movimentos argumentativos (argumento, contra-argumento e resposta) nas produções linguageiras de S. e T., dos 2 aos 4 anos de idade.

Buscando responder essa questão e nos aprofundarmos no estudo dos enunciados argumentativos das produções das crianças em questão, traçamos alguns objetivos específicos, que são: a) Quando e em quais contextos discursivos S. e T. argumentam?; b) Nestes contextos, quais enunciados se configuram como argumentação (argumento, contra-argumento e resposta)?; também, c) Quais elementos sintáticos e multimodais são mobilizados pelos sujeitos na construção de seus enunciados argumentativos, estando de fato envolvidos em sua significação como tal?; e d) Qual a implicação da argumentação na aquisição e desenvolvimento da linguagem?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realizarmos esta pesquisa voltamo-nos para a perspectiva de Bakhtin e dos membros do Círculo (2017, 2016, 2013) acerca da língua(gem), e que dialoga com a noção de argumentação aqui adotada

Partindo desta perspectiva, a abordagem dialógico-discursiva (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 2016, 2013), compreendemos que a língua(gem) é um fenômeno social, nascido na e pela interação entre os sujeitos, e que sofre influência do meio em que os falantes estão envolvidos (comunidade



de fala, realidade socioeconômica e cultural, situação imediata de comunicação). É de acordo com estes aspectos, assim como o efeito de sentido que o sujeito busca criar através dos enunciados, que ele irá produzi-los e escolherá os elementos que irão compô-los, como os elementos multimodais (CAVALCANTE, 1994, 2008; CAVALCANTE, BRANDÃO, 2012) e sintáticos (THOMSON, COUPER-KUHLEN, 2005; ONO, THOMPSON, 1995).

Entendemos, portanto, que é na interação que a criança irá adquirir a língua(gem) (DEL RÉ et al. 2006, 2014a, 2014b), através do convívio com outros falantes, principalmente os adultos ou outras crianças, que estão presentes em seu dia-a-dia. Os interlocutores são responsáveis por estimulá-la a se comunicar e será em sua produção que a criança primeiro se apoiará, revisitando e retomando a fala do adulto (BAKHTIN/VOLÓCINHOV, 2017), absorvendo-a e progressivamente incorporando elementos (novos e variados) em seu discurso, algo que ocorre através – assim acreditamos – dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2016), ou formas relativamente estáveis, enunciados concretos que organizam a produção discursiva dos falantes. Mas, ainda que parta da produção de outros sujeitos para se expressar através da língua(gem), a criança não deixa de imprimir em seus enunciados sua individualidade (DEL RÉ et al., 2012), algo que podemos observar principalmente quando ela argumenta.

Isso é possível porque a argumentação requer que o sujeito reflita sobre seu discurso e sobre seus pontos de vista, que serão por ele defendidos na interação, através de polêmica aberta, proposta por Bakhtin em *Problemas da Poética de Dostoiévsky*. Nesta, em oposição ao que o autor chama de “polêmica velada”,

“[...] os fatores – contornos - linguísticos do(s) discurso(s) que podem ser refutados pelo indivíduo são **claramente retomados** (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2017), estando **evidentes na fala do sujeito** através de, por exemplo, discurso citado indireto, nomeação daquele que falou aquilo que foi retomado ou ainda pelo uso de advérbios de negação e conjunções adversativas (VIEIRA, 2015, p. 91) etc. [...]” (RICCI, 2023, p. 32, grifos nossos)

É em polêmica aberta que ocorre a argumentação: surge quando há oposição explícita entre discursos e pontos de vista e o sujeito tem necessidade de defender seu posicionamento perante o outro, demonstrando assim sua opinião, com objetivo final de fazê-la prevalecer ante a opinião do interlocutor. Ao surgir neste



contexto, de embate, a Argumentação poderá, de acordo com Leitão (2007 a e b, 2008; VIEIRA, 2011, 2015; RICCI, 2023), manifestar-se através de três movimentos discursivos: o *Argumento* (introduz ponto de vista, o posicionamento inicial do falante, que será baseado em justificativas, explícitas ou não no discurso); o *Contra-argumento* (enunciados que discordam, levantam dúvida, objeções e críticas com relação aos argumentos, aos quais se opõem, buscando a redução de sua possibilidade de aceitação e podendo trazer possibilidades alternativas àquelas defendidas inicialmente); e a *Resposta* (expressa com relação ao contra-argumento, trata-se da avaliação e reação final do sujeito com relação aos pontos de vista defendidos, com os quais pode concordar ou não. Responsável por encerrar a cena argumentativa).

É possível ver alguns destes movimentos argumentativos na seguinte cena:

S. 2 anos e 10 meses: “Eu Sou Princesa!”

[...]

MÃE: você? (pausa) Como como o tiozinho falo(u) pra você?

MÃE: criança... como é, menina lindo?

OBS: meninabonitinho.

MÃE: menina bonitinho? [rindo]

S.: bonitinho?!

OBS: [ri]

S.: não existe bonitinho, eu so(u) princesa!

OBS: no...

OBS: ela fal(u) exatamente assim!

[...]

Neste episódio a menina, S., repete para as interlocutoras o que dissera a um senhor, que a elogiou, quando, junto com a observadora (OBS) - que também é sua tia - caminhava pela rua, voltando da escola. Ela então argumenta quando diz “bonitinho?!”, em tom de deboche, como podemos observar através do registro em vídeo. No enunciado seguinte, “Não existe bonitinho, eu sou princesa!”, ela continua argumentando, sustentando seu posicionamento inicial, trazendo, e, neste momento, um novo elemento surge para apoiar seu ponto de vista: ser princesa. Para tanto S. mobiliza elementos multimodais (franzir as sobrancelhas e modular o tom de voz) e sintáticos (advérbio de negação, assim como, no segundo enunciado, utiliza uma oração coordenada, cuja ligação se dá através de uma relação de oposição e/ou explicação, subentendida na segunda oração).



A partir destas perspectivas e aspectos teóricos voltamo-nos para os discursos argumentativos presentes na produção linguageira de S. e T., buscando observar e compreender não somente quando e como ambas as crianças mobilizam a argumentação, como quais elementos multimodais e sintáticos estão efetivamente envolvidos em sua argumentação e como eles se organizam nos enunciados, contribuindo para sua significação, no contexto em que são produzidos, como argumentativos.

Para tratar dos elementos sintáticos partimos dos estudos de língua de Per Linell (2005, 2007, 2010) e Sandra Thompson (1995, 2005) para ajudar-nos a refletir sobre a questão da forma e função dos elementos de língua nos enunciados, levando em conta o contexto em que são produzidos. Linell (2005, 2007, 2010), baseando-se nas abordagens de Bakhtin e do Círculo sobre a língua(gem) e da Gramática Construcional (ONO & THOMPSON, 1995; THOMPSON; COUPER-KUHLEN, 2005) pensa nos elementos de língua – aqui especificamente o elemento sintático - sob uma perspectiva dialógica, (re)tomando as construções gramaticais a partir de sequências reais, produzidas de forma coerente na comunicação, em que adquirem sentido. Para ele, as construções gramaticais, assim como a escolha (BAKHTIN, 2013) dos elementos que compõem o discurso, tem motivação contextual imediata, e possuem uma estrutura interna e externa, o que implica na necessidade de analisar ambas para que se possa compreender, além da estrutura interna, a externa e o funcionamento de uma construção, inserida em uma situação comunicacional real (LINELL, 2005, p. 164-165).

A fim de observarmos as construções gramaticais, olharemos para os esquemas construcionais (ONO, THOMPSON, 2004; THOMPSON, COUPER-KUHLEN, 2005) que as compõem. Estes são organizações – como os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2013) -, protótipos abstratos, sem limites definidos, dinâmicos e constantemente mutáveis, que vêm das experiências (de língua(gem) e de mundo) dos falantes. De um ponto de vista formal, os esquemas construcionais podem ser frases ou estruturas multi-frasais combinadas de diferentes maneiras. A organização e uso desses esquemas são negociados local e imediatamente, durante a comunicação, sendo fortemente influenciada pelo contexto sociocultural em que emergem.



Além do aspecto sintático que buscamos verificar nas produções argumentativas de S. e T., buscamos também identificar os elementos multimodais (CAVALCANTE, 1994, 2012, 2018) nelas presentes e que contribuam para sua significação como argumentação.

A multimodalidade por nós abordada, a partir de uma perspectiva dialógico-discursiva, é entendida como elementos que vão além do verbal e que contribuem para a significação do enunciado do sujeito no discurso. Alguns desses elementos que podem ser observados nas produções argumentativas são gestos de mão e corporais. Gestos como a negação com o dedo indicador, o levantar dos ombros, negação com a cabeça, cruzar os braços, afastar-se do interlocutor ou dar-lhe as costas, além de olhares e produções vocálicas, como interjeições configuram como elementos significativos nas produções argumentativas de S. e T., além dos elementos sintáticos de seus enunciados.

3. METODOLOGIA

Para que possamos refletir sobre os dados de argumentação na produção das crianças em período de aquisição da linguagem, trazemos os dados de S., menina, brasileira, e T., menino, francês, ambos monolíngues, cujo *corpus* pertence aos bancos dos grupos NALÍNGUA, GEALIN (coordenados pela Profa. Alessandra Del Ré) e COLAJE (grupo francês, coordenado pela Profa. Aliyah Morgenstern). Tais dados, nesta pesquisa, correspondem ao período dos 2 aos 4 anos de idade e foram coletados em situações naturalísticas, como momentos de brincadeira das crianças, banho, refeição etc.

Ambos os *corpus*, de S. e T., foram gravados em formato MOV, possuem extensão média (em minutos) variada e foram transcritos através do programa CLAN, segundo as normas do CHAT[4] (MACWHINNEY, 2000). Para observá-los elencamos algumas categorias de análise, que são: a) argumento, contra-argumento, resposta; b) elementos sintáticos que estão efetivamente envolvidos na argumentação; c) elementos multimodais envolvidos na mesma; e d) quais situações suscitam o discurso argumentativo pelas crianças.



Dito isso, passamos a uma breve análise de um dado argumentativo de nosso *corpus*, assim como traremos alguns dos resultados de nossa pesquisa atual e anterior (RICCI, 2023).

4. RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Através do dado acima exposto é possível ver - como estamos observando em nossa pesquisa, corroborando aquilo que foi observado no mestrado (RICCI, 2023) - que as crianças argumentam desde muito pequenas, fazendo uso dos elementos discursivos da argumentação (argumento, contra-argumento e resposta) em contextos em que há polêmica aberta, ou seja, em contextos de oposição, embate e, possivelmente, negociação explícitos. Nestes contextos o sujeito deseja defender seu posicionamento, assim como a argumentação é possível desde que, além da criança, o interlocutor se engaje na cena argumentativa.

Também, por seu caráter reflexivo, a Argumentação é fundamental no desenvolvimento cognitivo e linguageiro dos sujeitos, possuindo efeito regulador sobre ambos, desde que o sujeito deve refletir para argumentar, para posicionar-se no e pelo discurso, assim como deve visitar e reformular seu posicionamento e o de seus interlocutores. É preciso salientar que argumentação e aquisição caminham juntas, e uma implicará sobre a outra, levando a resultados como a desenvoltura cada vez maior das crianças ao se posicionarem e se expressarem (RICCI, 2023).

Quanto aos elementos sintáticos e multimodais podemos notar, até o momento, que as crianças, S. eT. - fazem uso de elementos sintáticos e multimodais cada vez mais variados e com diferentes funções em seus enunciados argumentativos. Gestos e expressões faciais como franzir as sobrancelhas, olhar de esgueiro, cruzar os braços, levantar os ombros, voltar as costas para o interlocutor, objetar através de uma interjeição e afastar-se são elementos multimodais corriqueiros no discurso argumentativo de S. Quanto aos elementos sintáticos, advérbios de intensidade, negação, conjunções (aditivas e que exprimem oposição), além da mudança de sujeito e objeto, assim como a construção de orações coordenadas



e, principalmente, subordinadas figuram como significativos na construção da Argumentação do sujeito.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Estilística no ensino da língua**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo, Editora 34, 2013.

BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da Linguagem** – problemáticas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

BRUNER, J. **Como as crianças aprendem a falar**. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2007.

CAVALCANTE, M. C. B. Contribuições dos estudos gestuais para as pesquisas em aquisição da linguagem. **Linguagem & Ensino** (UCPel), v. 21, p. 1-31, 2018.

CAVALCANTE, M. C. B. **O gesto de apontar como processo de co-construção nas interações mãe-criança**. Dissertação de mestrado – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba, 1994.

CAVALCANTE, Marianne C. B.; BRANDÃO, Lavínia W. P. **Gesticulação e Fluência: contribuições para a Aquisição da Linguagem**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, p. 55-66, jan./jun. 2012.

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. C. **A linguagem da criança: um olhar bakhtinian**. São Paulo: Editora Contexto, 2014(a).

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. C. **Explorando o Discurso da Criança**. São Paulo: Editora Contexto, 2014(b).

DEL RÉ, A.; HILARIO, R. N.; RODRIGUES, R. A. **O Corpus NALíngua e as tecnologias de apoio**: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. Volume 13. Rio de Janeiro: Artefactum, 2016.

DEL RÉ, Alessandra et al. **Aquisição da linguagem**: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DEL RÉ, Alessandra; HILÁRIO, Rosângela N.; VIEIRA, Alessandra J. Subjetividade, individualidade e singularidade na criança: um sujeito que se constitui socialmente. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 57-77, jul./dez., 2012.



LEITÃO, Selma. Argumentação de desenvolvimento do pensamento reflexivo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 454-462, 2007(b). Disponível em: Acesso em 3 maio 2017.

LEITÃO, Selma. Auto-argumentação na linguagem da criança: momento crítico na gênese do pensamento reflexivo. In: DEL RÉ, A.; FERNANDES, S. D. (orgs.). **A linguagem da criança: sentido, corpo e discurso**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2008. (Série Trilhas Linguísticas 15). p. 35-65.

LEITÃO, Selma. Processos de construção do conhecimento: a argumentação em foco. **Revista Pro-Posições** (UNICAMP), São Paulo, v. 18, n. 3, p. 75-92, set./dez., 2007(a).

LINELL, Per. Communicative Activity Types as organizations in discourse and discourses in organizations. **Discourses in interaction**, p. 35-59, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010.

LINELL, Per. Dialogicality in Languages, minds and brains: is there a convergence between dialogism and neuro-biology? **Revista Language Sciences**, v. 29, p. 605-620, 2007.

LINELL, Per. Towards a Dialogical Linguistics. Edited by Mika Lähteenmäki, Hannele Dufva, Sirpa Leppänen & Piia Varis. **Proceedings of the XII International Bakhtin Conference**, p. 157-172, 18-22, July, 2005.

MAC WHINNEY, Brian. **The chldes project: Tools for Analyzing talk**. Volume II: The Database. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, 2000.

ONO, Tsuyoshi; THOMPSON, Sandra A. What can Conversation tell us about Syntax. p. 213-271. In: **Alternative Linguistics: Descriptive and theoretical modes**. Holanda: Editora John Benjamins publishing company, 1995.

RICCI, Ana Luísa Coletti. **O Discurso Argumentativo nos enunciados de uma menina dos 2;1 aos 3;8 anos de idade**. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2023.

THOMPSON, Sandra A.; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. The clause as a locus of grammar and interaction. **Discourse Studies**. V. 7, n. 4-5, p. 481-505. Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Delhi, 2005.

VIEIRA, Alessandra Jacqueline. **Condutas argumentativas na fala infantil; um olhar sobre a construção da subjetividade**. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2011.

VIEIRA, Alessandra Jacqueline. **Explicação e argumentação na linguagem da criança: diferenças e intersecções em dois estudos de caso**. Dissertação de Doutorado – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2015.



CONTRIBUIÇÕES DE EUGENIO COSERIU PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ARGUMENTOS: UMA ANÁLISE EM TUÍTES

Anyhelen Padilha da Cruz

Silvio Luis da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Resumo: Eugenio Coseriu (1955-56) dedicou-se à descrição dos contextos do discurso, os Entornos, dando ênfase à importância da circunstância na produção de sentido, originando contextos verbais positivos e negativos (dito e não-dito). A pesquisa tem como objetivo compreender a construção dos argumentos através da relação do não-dito com a cena enunciativa, produzindo sentido no texto. A pesquisa adota uma abordagem teórica, baseada em fontes bibliográficas, e utiliza tuítes da campanha eleitoral brasileira de 2022. Como aporte teórico nos apoiamos em Coseriu (1955-56, 1979, 1982, 1984, 1992, 2007), em estudiosos da teoria da Linguística Integral, como Santos (2014) e Pinheiro (2017, 2019, 2022), além das proposições de Orlandi (1992, 2019) e Pêcheux (2008) sobre Discurso. O estudo visa entender como os aspectos circunstanciais no espaço-tempo da produção verbal permitem ao falante argumentar com o não-dito, gerando argumentos decodificáveis pelos ouvintes.

Palavras-chave: Entornos. Sentido. Discurso.

Abstract: Eugenio Coseriu (1955-56) dedicated himself to the description of discourse contexts, the Entornos, emphasizing the importance of circumstance in the production of meaning, originating positive and negative verbal contexts (said and unsaid). The research aims to understand the construction of arguments through the relationship between the unsaid and the enunciative scene, producing meaning in the text. The research adopts a theoretical approach, based on bibliographical sources, and uses tweets from the 2022 Brazilian electoral campaign. Integral Linguistics, such as Santos (2014) and Pinheiro (2017, 2019, 2022), in addition to the propositions of Orlandi (1992, 2019) and Pêcheux (2008) on Discourse. The study aims to understand how the circumstantial aspects in the space-time of verbal production allow the speaker to argue with the unsaid, generating arguments decodable by listeners.

Keywords: Entornos. Meaning. Discourse.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, originada das reflexões do Grupo de pesquisa *Discursos modernos e ações de linguagem: confluências teóricas, metodológicas e práticas*, revela-se imprescindível devido à demanda por uma compreensão mais aprofundada da produção de sentido. Para esta pesquisa, todas as publicações, interações, posts etc. presentes nas plataformas de mídia social serão tratados como atos de linguagem. Desse modo, a comunicação por meio das redes sociais se mostra de extrema importância, uma vez que seus discursos atingem um amplo público e as reações aos posts, considerados aqui como expressões, são diversas e variam de indivíduo para indivíduo.

De acordo com as concepções de Coseriu, o foco de interesse da linguística deveria recair sobre a fala, que pode ser diferenciada em três níveis:

1. Falar em geral – Todos os homens normais falam. Até o calar tem relação direta com o falar, posto que é uma suspensão proposital da fala.
2. Língua – Todo falar é em uma língua historicamente determinada.
3. Discurso – Todo ato comunicativo é sempre individual, realizado por um indivíduo único: o falante ora é ouvinte, ora é falante. Além disso, o falar também é individual no sentido de ser sempre em uma situação única determinada (SANTOS, 2014, p. 68-73).

Ao mudar o enfoque do objeto de estudo da Linguística, Coseriu abre caminho para uma abordagem integrada que permite a análise conjunta do discurso, da língua e das capacidades cognitivas envolvidas no processo de comunicação. Dessa forma, ele busca compreender a linguagem em sua totalidade, considerando não apenas os aspectos estruturais da língua, mas também a sua manifestação na prática comunicativa, bem como os processos mentais subjacentes. Essa perspectiva holística proporciona uma visão mais abrangente e aberta para investigar a complexidade e a riqueza da linguagem humana.

Ao desenvolver a teoria dos Entornos, Coseriu busca abranger todos os contextos que estão presentes durante o ato de comunicação, pois, em sua visão,

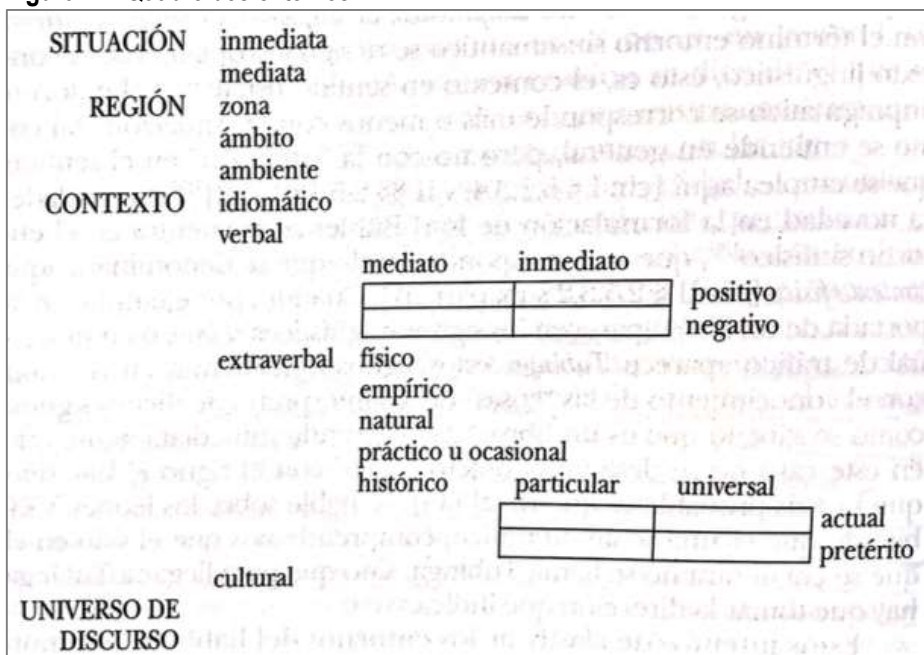
Los entornos intervienen necesariamente en todo o hablar, pues no hay discurso que no ocurra en una circunstancia, que no tenga un "fondo". [...] Pero su funcionalidad es mucho más amplia que esto: los entornos



orientan todo discurso y le dan sentido, y hasta pueden determinar el nivel de verdad de los enunciados. (COSERIU, 1955-56, p. 45)

No âmago da proposta dos Entornos reside a perspectiva de que as possibilidades de construção de significado e interpretação não dependem exclusivamente do texto verbalizado. Conforme ressalta Coseriu, o que é expresso vai além do que é dito, e a compreensão vai além da mera decodificação dos signos linguísticos, transcendendo as fronteiras do idioma. Coseriu distingue quatro tipos de entornos: situação, região, contexto e universo discursivo.

Figura 1 – Quadro dos entornos



Fonte: Coseriu (2007, p. 220)

Para este trabalho, nos ateremos apenas ao *entorno* contexto, mais especificamente ao contexto verbal positivo e negativo. O contexto *verbal* também possui subdivisões: é dividido em *mediato* e *imediato*, *contexto positivo* e *contexto negativo*. Na seção 2 iremos explicar cada uma das subdivisões do contexto verbal, mas nossa análise, na seção 3, se deterá exclusivamente ao contexto verbal positivo e negativo.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza teórico descritiva, pois o pesquisador tem a função de apenas registrar e descrever os fatos observados sem interferir neles (PRODANOV E FREITAS, 2013). É, também, qualitativa, pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70),

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Nosso *corpus* trata-se de dois memes encontrados no Twitter, mais precisamente em resposta ao tuíte do deputado Federal pelo estado de Minas Gerais, Nikolas Ferreira. São comentários que encontram-se em espectros políticos-ideológicos opostos e analisaremos como os contextos verbais positivo e negativo evocam sentidos no texto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para este trabalho, nos ateremos apenas ao *entorno* contexto, mais especificamente ao contexto verbal. O contexto *verbal* também possui subdivisões: é dividido em *mediato* e *imediato*, *contexto positivo* e *contexto negativo*.

O contexto verbal imediato ocorre com um signo ao lado do outro, são, nas palavras de Coseriu (1955-56, p. 49), "signos que se hallan imediatamente antes o después del signo considerado". São conceitos formados pela união dos signos, um ao lado do outro: sintagma. Quando uma informação é dada dentro de uma sentença, trata-se da manifestação do contexto verbal Imediato, da própria estruturação do sistema linguístico que permite algumas coisas e não permite outras, como, por exemplo, no português, o artigo (determinante) deve anteceder o substantivo, como em "a casa", que não pode ser "casa a".



Depois de considerar todas as palavras, uma sentença após a outra, o que emerge do contexto verbal imediato é o contexto verbal mediato. Em outras palavras, o contexto mediato é a combinação de todos os contextos imediatos (todas as palavras proferidas), resultando no que é conhecido como contexto temático, juntamente com as referências anafóricas ou catafóricas que os termos assumem em um discurso.

O contexto verbal positivo abrange tudo o que é expresso, seja em uma única frase ou em um livro inteiro. É o que está dito explicitamente. Por outro lado, o contexto verbal negativo se refere ao oposto do positivo: é tudo o que foi conscientemente deixado de dizer, uma omissão intencional, ou inconscientemente ausente. Em ambos os casos, esses não-ditos têm efeitos de sentido. A ausência consciente, a omissão (quando algo é propositadamente omitido), contribui para os propósitos do falante. Para ilustrar como o "não-dito" influencia o discurso, Coseriu (1955-56, p. 49) nos fornece o seguinte exemplo:

El enunciado: el sol es más grande que el Peloponeso es estrictamente verdadero, pues, en efecto, el sol es más grande que el Peloponeso. Sin embargo, lo que el mismo enunciado sugiere es falso (aunque no fuera ésta la intención de Anaxágoras), y ello, precisamente, por lo que "no dice", o sea, porque no indica el otro término de comparación. Si de una obra que ha tenido diez reseñas favorables y una muy desfavorable decimos sólo que "ha sido ásperamente criticada", decimos la verdad, pero muy otra cosa es lo que damos a entender. El "contexto verbal negativo" permite ese tipo peculiar de mentira que consiste en insinuar lo falso diciendo la verdad.

Michel Pêcheux "considera o discurso como materialidade específica da ideologia e a língua como materialidade específica do discurso" (SILVA, 2008, p. 40) Assim, dizer uma determinada coisa é não-dizer uma outra e, nessa materialidade escolhida pelo usuário, residem ideologias,

Os textos publicitários e humorísticos são frequentemente utilizados como exemplos da relação entre o dito e o não-dito. Seus significados são construídos, basicamente, a partir do que não é dito, mas que é sugerido a partir do dito. São, por esta razão, exemplos óbvios. Os sentidos podem ser lidos mesmo sem estarem presentes no texto, sendo de suma importância considerar tanto o que propriamente foi dito, quanto o que ele não diz, mas significa – ou seja, está



implícito, subentendido, sugerido. Segundo Pêcheux (1988, p. 291, apud SILVA, 2008, p. 41) “Pensar o imaginário linguístico é, então, tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer”.

De acordo com Silva (2008), a afirmação de que é possível encontrar sentido para além do que está no texto, traz consigo “a necessidade de se considerar que as palavras ganham sentido a partir das posições em que são empregadas, ou seja, desde as formações discursivas nas quais são produzidas” (p. 41, grifo nosso). De acordo com Pêcheux:

A formação discursiva compreende o lugar de construção dos sentidos, determinando o que “pode” e “deve” ser dito, a partir de uma posição, numa dada conjuntura. Portanto, é nas entrelinhas, nos interdiscursos, nos desvãos entre o dito e o não-dito, que se encontra a formação discursiva. (1997, apud SILVA, 2008, p. 41)

Essa posição do falante determina as escolhas que pode fazer, seja na organização estrutural do que diz, seja na escolha das palavras que pode (ou não proferir). Influencia sobremaneira na produção de sentido, a observação dessas escolhas, dos ditos e, a partir deles, enxergar os não ditos.

No entanto, não é função da Análise do Discurso Francesa (ADF) buscar o que está oculto no papel, como se houvesse algo escondido nas entrelinhas, um significado verdadeiro/fixo. Segundo Silva (2008), ocorre o inverso, ela analisa o que é dito e o que é não-dito, ou seja, os implícitos presentes no texto, colocando o primeiro em relação ao segundo; não há uma busca por uma suposta “verdade”. Orlandi (1992, p. 12, apud SILVA 2008, p. 42) diz que “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

A dialeticidade da linguagem é a responsável por esse movimento de sentidos. Por ser dialética, permite ao sujeito a possibilidade de falar e de silenciar, de escolher qual parte do discurso se revelar. É esse jogo ideológico entre o dito e o não-dito que obriga o interlocutor a falar, fazendo surgir o movimento dos sentidos. Depreende-se disso que é na relação entre o dizível e o não-dizível que se dá a produção do sentido.

4 ANÁLISE

Para a análise, Seleccionamos duas respostas a um tuíte do Deputado Federal mais bem-votado do Brasil no ano de 2022, o mineiro Nikolas Ferreira, que teve 1.492.047 votos pelo seu Estado. O tuíte, em questão, possuía os seguintes dizeres: “O Lula está pedindo censura de um documentário da @brasilparalelo que nem foi lançado ainda”, e em seguida indaga: “quem é o ditador mesmo?” (vide ANEXO 1). Seguem as respostas que serão analisadas:

Figura 2 – Meme à direita



Fonte: (<https://twitter.com/lionxmah/status/1581764551489777664?s=20>)

Figura 3 – Meme à esquerda



Fonte: (<https://twitter.com/MonicaJurca/status/1581774244081389568?s=20>)



O contexto verbal positivo, sendo o que está posto no texto, temos na figura 2 o seguinte texto “Se o Lula não se considera nem corrupto nem ladrão, devemos respeitar a vontade dele”, que traduz-se na seguinte afirmativa: o Lula não se considera corrupto e nós, representado pela figura do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, o que indica que ele dirige-se aos seus pares, devemos aceitar.

Na figura 3, temos “Queria muito entrar nesses sigilos de cem anos para saber o que ele tanto esconde. [...] Tá aqui a senha: 13”. Entrar e senha não estão postos no texto por acaso: ao simular um diálogo entre duas pessoas, o sigilo é colocado, por meio de uma metáfora, dentro de um lugar fechado que só poderia ser acessado através da senha que é dada. Tudo preto e branco, apenas o 13 (número de legenda do Partido dos Trabalhadores, PT, ao qual Lula é filiado) em vermelho para dar destaque.

O contexto verbal negativo, aquilo que está nas entrelinhas do texto, depende de uma análise mais acurada. É, em geral, o que provoca a ironia em alguns textos. Ao dizer, na figura 2, que o Lula é quem decide se é, ou não é, corrupto, há uma denúncia implícita de uma suposta parcialidade dos Juízes do Supremo Tribunal Federal. Na figura 3, ao dizer que a senha é o 13, o que está implícito no texto é o fato de que, caso vote em outra sigla, o sigilo nunca será derrubado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As potencialidades de criação de significado e compreensão ultrapassam as fronteiras do texto verbalizado, conforme alertado por Coseriu. O que é enunciado representa apenas uma fração do que é expresso, e a compreensão vai além da simples decifração dos signos linguístico. A abordagem coseriana nos convida a considerar as múltiplas dimensões envolvidas na comunicação, reconhecendo que a compreensão vai além do texto manifesto e requer uma análise contextual ampla e sensível.



REFERÊNCIAS

COSERIU, Eugenio. **Competência linguística**: elementos de la teoría del hablar. Madrid: Gredos, 1992.

COSERIU, Eugenio. **Determinación y entorno**: Dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch*, 1955-56.7. P. 28-54.

COSERIU, Eugenio. **Fundamentos y tareas de la lingüística integral**. *Actas del II Congreso Nacional de Lingüística*, 1984, p. 37-53.

COSERIU, Eugenio. **Lingüística del texto**: Introducción a la hermenéutica del sentido. Madri, ed. Arco/Libros, 2007.

COSERIU, Eugenio. **O Homem e a sua Linguagem**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira, Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, 1982.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.

FERREIRA, N. (@nikolas_dm). (2022, 16 de outubro). O Lula está pedindo censura de um documentário da @brasilparalelo que nem foi lançado ainda. Quem é o ditador mesmo? [Tweet]. Twitter: https://twitter.com/nikolas_dm/status/1581764016195915776

ORLANDI, E. P. **A análise de discurso é possível?**: Línguas e Instrumentos Línguísticos, Campinas, n. 44, p. 138–156, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i44.8657795. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657795>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012. 100 p. ISBN: 9788571131316.

ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio**. ed. da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, eni. **Discurso**: fato, dado, exterioridade. Campinas, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PINHEIRO, C. L. A questão do contexto na análise textual. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 59, n. 1, p. 229–243, 2017. DOI: 10.20396/cel.v59i1.8648375. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648375>. Acesso em: 9 jan. 2023.



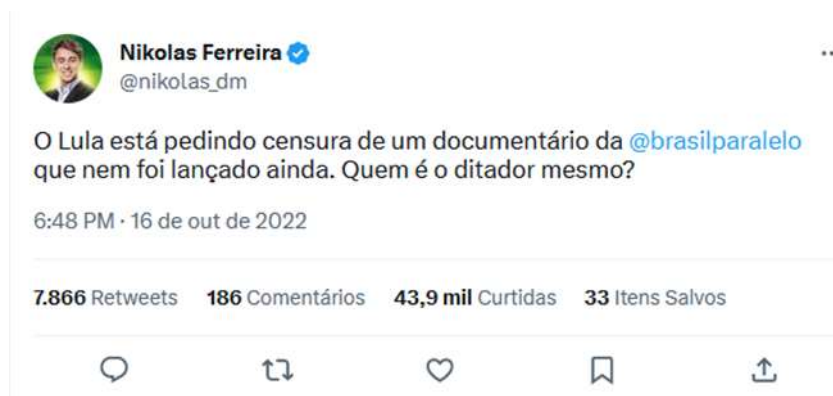
PINHEIRO, C. L. O projeto de linguística integral em Ferdinand de Saussure e Eugenio Coseriu . **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, n. 00, p. e022004, 2022. DOI: 10.20396/cel.v64i00.8664559. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664559>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PINHEIRO, Lopes Clemilton. **Eugenio Coseriu**: Para uma linguística integral. No prelo 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Classificação das pesquisas**. In: Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013, p. 49-72. (E-book disponível em: (<http://www.feevale.br>)).

SANTOS. Helio de Sant'Anna dos. **Eugenio Coseriu**: Uma Mudança Radical na perspectiva linguística, Niterói, p. 62-74, Editora: Linguagem em (Re)vista, 2014.

ANEXO 1 – TUÍTE DE NIKOLAS FERREIRA



Fonte: Twitter pessoal do deputado Nikolas Ferreira, 2022.



A ONU MULHERES BRASIL E CARTILHA DA PUBLICIDADE SEM ESTEREÓTIPOS

Carla Severiano de Carvalho
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Resumo: Este trabalho visa a problematizar a noção e o conceito de estereótipo (LIPPMANN [1922] 2010), no que tange ao seu papel no estabelecimento do elo social e à sua potência para a propagação de violências de gênero, isto é, o lugar que se dá ao fenômeno das representações sociais (CHARAUDEAU, 2012). Para atingir esse propósito, considera-se o movimento “Aliança Sem Estereótipos”, da ONU Mulheres, cujo objetivo é conscientizar anunciantes, agências e a indústria da propaganda em geral sobre a importância de eliminar os estereótipos nas campanhas publicitárias. A análise das técnicas argumentativas (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1958) da cartilha do movimento, tem em conta a suposta relação entre a representação de gênero na publicidade (BIROLI, 2011) e a superação dos preconceitos e estereótipos relacionados a este grupo especificamente. Espera-se, assim, contribuir com os estudos discursivos e com a compreensão dos estereótipos de gênero, especialmente para a sua superação nos discursos publicitários.

Palavras-chave: ONU. Mulheres. Estereótipos. Publicidade.

Abstract: This work aims to problematize the notion and concept of stereotype (LIPPMANN [1922] 2010), regarding its role in establishing the social link and its potency for the propagation of gender violence, that is, the place that gives to the phenomenon of social representations (CHARAUDEAU, 2012). To achieve this purpose, the “Alliance Without Stereotypes” movement, of UN Women, whose objective is to make advertisers, agencies and the advertising industry in general aware of the importance of eliminating stereotypes in advertising campaigns. The analysis of the argumentative techniques (PERELMAN AND OLBRECHTS-TYTECA, 1958) of the movement's booklet takes into account the supposed relationship between the representation of gender in advertising (BIROLI, 2011) and the overcoming of prejudices and stereotypes related to this group specifically. It is expected, therefore, to contribute to discursive studies and to the understanding of gender stereotypes, especially for overcoming them in advertising discourses.

Keywords: ONU. Women. Stereotypes. Advertising.



INTRODUÇÃO

Reputada como uma das publicidades mais engenhosas do mundo, a propaganda brasileira tem aprimorado a sua abordagem de gênero nos últimos anos, sobretudo a partir da adoção do movimento global “Aliança sem Estereótipos”, em 2017, pela ONU Mulheres, com o apoio da Associação Brasileira dos Anunciantes.

Não obstante, nota-se que mesmo com a coalizão global de marcas, empresas e entidades da indústria de marketing e propaganda para o enfrentamento de estereótipos na comunicação e para a promoção de uma publicidade livre de estereótipos de gênero, com foco representação significativa de mulheres negras e indígenas, com deficiência e comunidade LGBTQIAP+, ainda são encontradas narrativas publicitárias improfícuas ao empoderamento desses grupos sociais no país.

Nesse sentido, observa-se, a partir do estudo proposto, que os estereótipos na mídia devem ser compreendidos como dispositivos morais e ideológicos, considerando as tensões e as ambiguidades presentes nas dinâmicas de reprodução e de superação dos estereótipos de gênero no discurso publicitário brasileiro.

Com a finalidade de refletir e entender, o presente estudo divide-se em quatro seções, além desta Introdução. Na segunda seção, “Estereótipos de gênero e publicidade: uma forte aliança”, discorre-se sobre a relação entre estereótipos, comunicação humana e publicidade. Na terceira seção, “A Cartilha da Publicidade Sem Estereótipos”, debruça-se sobre algumas estratégias argumentativas nela utilizadas. Finalmente, são apresentadas as Considerações Finais as Referências consultadas.

1 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E PUBLICIDADE: UMA FORTE ALIANÇA

Com a Aliança sem Estereótipos, a ONU Mulheres objetiva promover a igualdade de gênero na publicidade ao eliminar a reprodução de estereótipos por meio de reflexões e ações conjuntas com os principais agentes do setor publicitário do Brasil, que atualmente ocupa a 94ª posição no ranking global de igualdade de



gênero de 2022, entre os 156 países avaliados, segundo levantamento do Fórum Econômico Mundial (WEF).

O estudo dos estereótipos nas Ciências Sociais foi inaugurado por Walter Lippmann na sua obra *Opinião Pública* ([1922] 2010) ao analisar o modo como são construídas as imagens da realidade social e como essas imagens são afetadas por fatores internos e externos ao indivíduo. Lippmann conceituou os estereótipos como resultantes de um processo inevitável, inerente à forma como se processa a informação, além disso, segundo o autor, os estereótipos se formam a partir do sistema de valores do indivíduo com a finalidade de organizar e estruturar a realidade.

Nessa mesma perspectiva, Lysardo-Dias(2007, p. 26) defende que toda atividade comunicativa mobiliza, de alguma forma, representações estereotipadas que instauram um espaço de aproximação e de reconhecimento por meio da evocação desse domínio referencial marcado pela convencionalidade. Portanto, também na publicidade, o estereótipo de gênero funciona como um discurso social amplamente difundido que é renovado, atualizado e solidificado a cada situação de uso.

Charaudeau (2017), por outro lado, questiona a própria noção de “estereótipo” e adificuldade em conceituá-lo diante da proliferação de termos cobrindo um mesmo campo semântico. O teórico defende que a noção de estereótipo é demasiado restritiva, uma vez que só é identificada por seu caráter de fixação de uma verdade que não seria provada ou que seria falsa.

Por esse motivo, Charaudeau (2017) sugere a ideia de imaginário, pois estenão é nem verdadeiro nem falso. Ele é uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros.

Para Barthes (1990), a manipulação dessas imagens serve para persuadir e convencer o público, mobilizando o imaginário coletivo e reconstruindo saberes, crenças e hábitos legitimados socialmente na dimensão cultural. Ou, ainda, como espelho de valores e práticas sociais (PEREIRA, 2010).

Por todo o exposto, corrobora-se aqui com Biroli (2011), no entendimento de que o foco da ONU Mulheres e da Aliança Sem Estereótipos deve estar na superação



dos estereótipos de gênero e na reprodução de novas representações sociais elaboradas e veiculadas em anúncios publicitários das suas empresas parceiras.

Portanto, compreende-se que o Brasil deve acompanhar o movimento mundial no sentido de banir a prática publicitária que explore estereótipos nocivos de gênero, não os estereótipos em si, pois a publicidade deve valer-se dos estereótipos para a reprodução de novas representações de gênero, novas imagens, que reforçam a igualdade de gêneros.

2 A CARTILHA DA PUBLICIDADE SEM ESTEREÓTIPOS

Lançada em 2017, durante o Festival de Cannes, a iniciativa *Unstereotype Alliance* chega ao Brasil, primeiro da América Latina a sediar o movimento, em 2019, sob coordenação da ONU Mulheres, com apoio da Associação Brasileira dos Anunciantes (ABA), Unilever e Heads Propaganda.

Denominado nacionalmente como "Aliança sem Estereótipos", o movimento brasileiro incorpora ao objetivo global de promover a igualdade de gênero e o combate aos estereótipos na publicidade, a partir de ações que envolve anunciantes e empresas, questões de interseccionalidades de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência e LGBTQIAP+.

Ao integrar a Aliança Sem Estereótipos, as empresas brasileiras passam a fazer parte de uma rede para troca de informações e experiências, além de ter acesso a pesquisas e curadoria que ajudam na construção de campanhas com mais igualdade de gênero e capazes de representar as mulheres em sua pluralidade – mulheres negras, indígenas, idosas, com deficiência, lésbicas, trans, gordas, entre outras representações.

A Cartilha da Aliança Sem Estereótipos é um dos instrumentos produzidos por essa rede para o compartilhamento de informações. De autoria da ONU Mulheres Brasil, ela foi lançada no país no ano de 2019. Trata-se de uma publicação eletrônica de 30 páginas, cujo conteúdo é adaptado a partir da cartilha europeia do movimento global *Unstereotype Alliance*.

Na sua capa destaca-se que se trata de "Um guia para criar comunicações com modelos de gênero mais evoluídos", enquanto que na sua contracapa, lê-se: "Esta



publicação foi adaptada pela ONU Mulheres com o apoio do Grupo Boticário e Heads. Seus conteúdos são responsabilidade exclusiva da ONU Mulheres e não refletem necessariamente as opiniões da União Europeia”.

Considerando a natureza do seu gênero textual, a cartilhadesempenha um papel social no momento em que circula entre as empresas que formam parte da Aliança Sem Estereótipos (Mastercard, Unilever, Grupo Pão de Açúcar e Assaí, Bradesco, Grupo Boticário, WPP, IPG MediaBrands, Natura&CO, entre outras), e utiliza-se de recursos verbais e não verbais para auxiliar tanto na informatividade quanto na influência sobre “como combater estereótipos em suas peças de comunicação, assim como a ferramenta “Plug and Play” (ONU MULHERES BRASIL, 2019, p. 03).

Nesse sentido, evidencia-se a importância da multimodalidade e dos vários recursos que são utilizados para alcançar os objetivos ao argumentar através de cada desenho, cor, disposição do conteúdo textual, entre outros meios e artifícios presentes em algumas das suas páginas compiladas a seguir na Figura 1:

Figura 1 – Cartilha da Publicidade Sem Estereótipos



Fonte: ONU Mulheres Brasil (2019). Adaptado pela autora (2023).



O estudo da argumentação no discurso da cartilha, mais especificamente do uso das técnicas argumentativas nela presentes, segundo os postulados de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002) pressupõe a compreensão de que i) a argumentação é constitutiva da linguagem humana e de que seu estudo se aplica a todo discurso, oral ou escrito, independente do gênero e da esfera a que se vincula; ii) argumentar é um processo que objetiva convencer e persuadir as pessoas e, por isso, articula-se, às questões do verossímil, do plausível, do provável, elementos inerentes ao processo argumentativo; iii) o processo argumentativo implica o esforço do orador instauração de uma interação (valendo-se de acordos prévios com o auditório, do conhecimento que tem sobre o tema em foco, das teses defendidas, das técnicas argumentativas utilizadas e da hierarquização dos valores que ele acredita serem compartilhados pelos interlocutores).

Nesse sentido, no processo argumentativo, o orador, ao se propor conquistar a adesão do auditório, estará sempre defendendo uma tese, tomando posições e tentando convencer o auditório. Sendo assim, ainda que sem plena consciência de suas proposições, ele se utiliza de argumentos para conseguir que seu auditório aceite a tese proposta.

Portanto, na Cartilha da Publicidade Sem Estereótipos, a ONU Mulheres Brasil, diante do seu auditório, formado pelas empresas que ditam o ritmo da publicidade brasileira, defende a tese da igualdade de gênero, tomando como posição o combate aos estereótipos de gênero nas campanhas publicitárias, por meio de argumentos que ratificam a necessidade de enfrentamento do problema estrutural já afrontado por diversas empresas em diversos países do mundo.

Como parte central do processo argumentativo, Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002) apresentam quatro técnicas discursivas, cujo propósito é construir a argumentação nos discursos. Essas técnicas argumentam por associação ou por dissociação de noções. Cada uma das técnicas comporta uma série de argumentos.

A argumentação por associação de noções se organiza em três técnicas: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real,



argumentos que fundamentam a estrutura do real. A quarta técnica proposta pelos teóricos da Nova Retórica é a argumentação por dissociação de noções.

Considerando as limitações deste estudo, concentra-se na técnica dos dos argumentos baseados na estrutura do real, a qual também associa noções com base nas opiniões que se formam acerca da realidade e que estão ligadas entre si.

Os argumentos que se utilizam dessa técnica buscam uma argumentação que possibilita passar de um desses elementos da "realidade" para outro, sob a forma de sucessão ou coexistência. Os tipos de argumentos baseados na estrutura do real inerentes a essa relação adquirem força, sobretudo, pela vinculação entre oradores e teses defendidas. Destacam-se entre eles, na Cartilha da Publicidade Sem Estereótipos:

Argumentos de autoridade, que buscam fazer uso de palavras/opiniões de pessoa reconhecida para reforçar a tese defendida; argumentos a fortiori, que dizem respeito a uma escala de valores observada a partir da hierarquia qualitativa e quantitativa de uma relação entre pessoas e seus atos.

Ao longo de toda Cartilha, é possível encontrar argumentos que defendem a importância do movimento Aliança Sem Estereótipos no mundo e no Brasil, através de citações diretas às falas de autoridades como: Phumzile Mlambo-Ngcuka, Subsecretária Geral e Diretora Executiva da ONU Mulheres; Syl Saller Chief Marketing Officer, Diageo; Keith Weed Chief Marketing and Communications Officer, Unilever; além de ii) argumentos que defendem a necessidade de inovações na publicidade brasileira, através de citações de Ana Carolina Querino Representante Interina da ONU Mulheres Brasil; Lia Azevedo VP de RH, Comunicação e Sustentabilidade do Grupo Boticário; Isabel Aquino Consultora estratégica e coordenadora do estudo TODXS da Heads Propaganda, por exemplo.

Argumentos de desperdício, que se referem à necessidade de não desperdiçar a situação, de ir até o final da ação pretendida, conforme se lê no texto de Apresentação da Cartilha.



A *Unstereotype Alliance* está comemorando grandes conquistas no seu segundo aniversário. Durante o Festival de Criatividade de Cannes, em 2018, a Aliança compartilhou perspectivas sobre um novo relatório: "Além do Gênero: estereótipos invisíveis" [...] **Para continuar avançando no sucesso e na colaboração obtidos no primeiro ano, focar na difusão da adoção e implementar ferramentas que ajudem a romper com os estereótipos, o grupo desenvolveu esta cartilha para que todas as organizações participantes possam usar dentro de suas próprias empresas** (ONU MULHERES BRASIL, 2019, p. 02, grifos nossos).

Além de argumentos pragmáticos, que tratam da apreciação de um ato ou um acontecimento, tendo em vista as consequências positivas e negativas.

Este "guia de como fazer" oferece conselhos práticos sobre como combater estereótipos em suas peças de comunicação, assim como a ferramenta "Plug and Play", que os **ajudará a catalisar o movimento em direção a retratos realistas e não preconceituosos de mulheres e homens**. Dois dos membros da Aliança — a Unilever e a Diageo — colaboraram significativamente nesse processo, ajudando a produzir a cartilha. **Esperamos que este material ajude todos os membros do grupo em suas próprias jornadas de quebra de estereótipos e que, juntos, possamos promover verdadeiras mudanças** (ONU MULHERES BRASIL, 2019, p. 03, grifos nossos).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) falam ainda das relações simbólicas, argumentos ligados, por exemplo, à Pátria, à Religião, à pessoa do Rei, geralmente ligados a símbolos, como a Bandeira, a Cruz, a Espada ou a palavras que simbolizam a relação com as instituições ou hierarquias sociais, os quais são possíveis de serem observados na seguinte descrição sobre o capítulo brasileiro da Aliança Sem Estereótipos:

A ONU Mulheres, no escopo do programa "Ganha-Ganha: igualdade de gênero significa bons negócios", implementado pela **ONU Mulheres** e a **OIT** em parceria e financiado pela **União Europeia**, com apoio da **Unilever e Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)**, lançou a iniciativa no Brasil em fevereiro de 2019. Após poucos meses de se tornar oficial, a Aliança Sem Estereótipos já aglutinou um grupo empresarial expressivo de grandes anunciantes, grupos de comunicação, organizações não governamentais e entidades de classe articulados em torno de uma agenda propositiva contra os estereótipos (ONU MULHERES BRASIL, 2019, p. 06, grifos nossos).

Concluídas essas brevíssimas reflexões teóricas sobre como as técnicas argumentativas e os argumentos baseados na estrutura do real se efetivam e por



compreendermos a linguagem como interação social, compreende-se que a tese defendida pela ONU Mulheres Brasil na Cartilha da Publicidade Sem Estereótipos se refere ao combate às práticas publicitárias que se valem de discriminação nociva de gênero por meio de estereótipos que reforçam a cultura de uma sociedade marcada pela desigualdade entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quarto ano do movimento Aliança Sem Estereótipos no Brasil foi celebrado em março do corrente ano de 2023, no escritório de ONU Mulheres em São Paulo, e trouxe ao centro do debate o tema “Quem muda a Aliança: ações concretas para a quebra de estereótipos no Brasil”, com participação de 50 pessoas entre lideranças, ativistas e representantes da indústria publicitária nacional. Compreende-se, portanto, que a Cartilha da Aliança Sem Estereótipos lançada em 2019, objeto de análise deste estudo, ainda não representa o guia definitivo para o combate aos estereótipos de gênero na publicidade brasileira.

Conforme defende Pereira (2010, p. 42), “[...] a publicidade é um espelho de nossos valores e práticas sociais” podendo-se analisar por meio de anúncios ou outras peças publicitárias a compreensão de como a sociedade os entende e interpreta. Desse modo, conclui-se que o trabalho da ONU Mulheres Brasil, através da Aliança Sem Estereótipos, tem longa vida no país, visto que ainda há muitos valores e práticas sociais preconceituosas compartilhadas pelos brasileiros a respeito das questões de gênero.

Por último, espera-se com esta análise da argumentatividade na linguagem e com a proposta teórico-metodológica de análise das técnicas argumentativas no gênero Cartilha, contribuir com os estudos discursivos, além de contribuir para a compreensão dos estereótipos de gênero, especialmente para a sua superação nos discursos publicitários brasileiros, posto que, a igualdade entre todos, sobretudo a de gênero, é um direito humano fundamental de suma importância para o desenvolvimento do país.



REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BIROLI, F. **Mídia, tipificação e exercícios de poder**: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisan. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.patrickcharaudeau.com/Les-stereotypes-c-estbien-Les,98.html>. Acesso em: 18 de jun. de 2023.

LIPPMANN, Walter. [1922]. **Opinião Pública**. Tradução: de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LYSARDO-DIAS, D. (2007). Construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Stockholm Review of Latin American Studies**, 2, 25-35. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1982-25542014119609> Acesso 12 jun. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ONU MULHERES BRASIL. **Cartilha da Publicidade sem Estereótipos** – Um guia para criar comunicações com modelos de gênero mais evoluídos. Aliança Sem Esteriótipos e ONU Mulheres Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Cartilha-Sem-Estereotipo-Versao-Digital.pdf> Acesso: 15 jun. 2023.

PEREIRA, Cláudia da Silva. **Juventude como conceito estratégico para a publicidade**. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, n. , p. 38-54, 18 mar. 2010. Quadrimestral.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. [1958]. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução M. E. GALVÃO. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



REFERENCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA

Cássia Fernanda de Oliveira Costa
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Resumo: Este trabalho busca contribuir para as discussões que aliam a Linguística Textual (LT) à teoria do Ponto de Vista (PDV), de Rabatel. Tal noção de PDV evidencia a construção textual dos objetos de discurso, sempre atrelada a um centro de perspectiva. Assim, o PDV é um dispositivo teórico produtivo para o estudo da argumentação aliado às categorias de análise da LT, como a referenciação e a intertextualidade. Contemporaneamente, essas categorias têm sido exploradas também nos textos em que predominam outras semioses além da verbal, pois a multisssemiose é considerada fator inerente ao texto. Para colaborar com os avanços teóricos nessa direção, analisamos como são mobilizadas as intertextualidades e a referenciação na construção do PDV em duas charges do ilustrador Rodrigo Yokota. Esta análise apoia-se teoricamente em trabalhos como os de Rabatel (2013; 2015), Cortez (2011), Cavalcante e Custódio Filho (2013), Carvalho (2018), Matos (2018) e Cavalcante et al. (2020).

Palavras-chave: Linguística textual. Ponto de vista. Referenciação. Intertextualidade.

Abstract: This work seeks to contribute to the discussions that combine Text Linguistics (TL) with Rabatel's Point of View (POV) theory. This notion of POV highlights the textual construction of discourse objects, always linked to a perspective center. Thus, POV is a productive theoretical device for the study of argumentation combined with the TL analysis categories, such as referentiation and intertextuality. At the same time, these categories have also been explored in texts in which other semioses predominate in addition to the verbal one, since multisssemiosis is considered an inherent factor in the text. To collaborate with theoretical advances in this direction, we analyze how intertextualities and referencing are mobilized in the construction of the POS in a cartoon by the illustrator Rodrigo Yokota. This analysis is theoretically supported by works such as Rabatel (2013; 2015), Cortez (2011), Cavalcante and Custódio Filho (2013), Carvalho (2018), Matos (2018) and Cavalcante et al. (2020).

Keywords: Textual linguistics. Point of view. Referentiation. Intertextuality.



INTRODUÇÃO

No bojo dos diálogos interdisciplinares que caracterizam a Linguística Textual brasileira (doravante LT), pretende-se com este trabalho contribuir para o desenvolvimento das discussões que aliam a LT à teoria do Ponto de Vista (PDV), desenvolvida inicialmente por Alain Rabatel; discussões essas que ganharam notoriedade no Brasil a partir dos trabalhos de Cortez (2003; 2011).

A noção de PDV desenvolvida por Rabatel tem suas bases nos estudos literários da focalização narrativa; tal perspectiva é ampliada pelo autor, que confere ao PDV um cunho enunciativo-interacional que possibilita a análise

[...] dos mecanismos de expressão da subjetividade, que permitem definir o ponto de vista em termos de posição enunciativa, ou como um conjunto de posições enunciativas que são postas em relação e podem ser investigadas pela maneira como o sujeito (locutor e/ou enunciator) apreende um objeto de discurso (CORTEZ, 2013, p. 293).

Assim, o PDV coloca em evidência a construção textual dos objetos de discurso, que está sempre atrelada a um centro de perspectiva, e consiste, portanto, em um dispositivo teórico produtivo para o estudo da argumentação aliado às categorias de análise da LT, como a referenciação, a intertextualidade e o tópico discursivo¹, por exemplo.

Nas pesquisas contemporâneas em LT, essas categorias de análise têm sido exploradas não somente em textos verbais, mas também naqueles em que predominam outras semioses, uma vez que a multissemiose é considerada um dos fatores inerentes ao texto, assim como a argumentação (CAVALCANTE *et al*, 2020). No entanto, o estudo do PDV em textos predominantemente não-verbais ainda não tem sido contemplado pelas pesquisas de que se tem conhecimento.

Assim, visando a contribuir para o avanço da teoria e de suas interseções com a LT, neste trabalho pretende-se analisar como são mobilizadas as intertextualidades e os processos de referenciação na construção do ponto de

¹ É o que vemos na tese de Cortez (2011), que alia o estudo do PDV ao da Referenciação, e na dissertação de Cândido da Silva (2021), que trata sobre PDV e tópico discursivo.



vista em um texto predominantemente imagético - uma charge publicada no *Instagram* pelo ilustrador Rodrigo Yokota.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise aqui proposta tem como ponto de partida a concepção sociocognitiva-discursiva de texto. Nessa concepção, o texto é tomado como evento dinâmico, tecido a partir de múltiplas semioses, socioculturalmente situado e argumentativamente orientado (CAVALCANTE et al., 2019).

A consideração da multisseiose e da argumentatividade como fatores inerentes ao texto tem sido colocada no centro de discussões mais recentes da LT, dentre as quais destacamos Cavalcante e Custódio Filho (2010) e Cavalcante *et al.* (2019), trabalhos cujo propósito é o delineamento e ampliação da concepção de texto adotada pela LT e, conseqüentemente, de suas possibilidades de análise.

A visão ampla acerca da argumentatividade que permite considerá-la como constitutiva do texto é oriunda dos estudos da chamada *argumentação indireta* ou *dimensão argumentativa* (Cf. Amossy, 2020), dentre os quais se destaca pela influência na LT a Análise Argumentativa do Discurso, fundada por Amossy, e dos quais também faz parte a teoria do Ponto de Vista (PDV), de Rabatel.

Tais perspectivas têm em comum o fato de considerarem que a argumentação ocorre não somente de maneira estruturada e explícita, mas se dá também de forma sutil e não sistematizada. Tanto Amossy quanto Rabatel admitem, assim, que há tentativas de influência ou de persuasão, mais ou menos explícitas, em todos os textos. No presente trabalho, a argumentatividade será abordada a partir da análise da construção dos PDVs, por isso alguns aspectos da teoria de Rabatel serão brevemente elucidados a seguir.

A noção enunciativo-interacional de PDV o considera como uma representação das percepções que constroem textual e discursivamente um objeto de discurso. Tais percepções são representadas por um locutor/enunciador primeiro (L1/E1) que tanto pode assumi-las quanto atribuí-las a outros enunciadores (RABATEL, 2013). Portanto, em um mesmo texto podem ser mobilizados distintos PDVs, por exemplo: um PDV principal (PDV do texto, assumido por L1/E1) e PDVs atribuídos



a enunciadores secundários, os quais o locutor pode rejeitar ou corroborar. O PDV resulta, assim, “de uma elaboração conceitual (sociocognitiva e discursiva) que conecta o sujeito focalizador ao objeto de conhecimento, particularizando um recorte social, histórico e ideológico da realidade ou do conteúdo interpretado” (CORTEZ, 2011, p. 35).

A distinção entre locutor/enunciador primeiro (L1/E1) e demais enunciadores consiste em um ponto crucial para a compreensão de como os PDVs são construídos e movidos na direção de determinada orientação argumentativa. Rabatel sintetiza tal distinção dizendo:

Defino o locutor como a instância que profere os enunciados, como a fonte da atualização e da língua em discurso, oralmente ou por escrito. Quanto ao enunciador, ele é a fonte dos pontos de vista contidos em uma predicação, fonte modal que aparece não somente no modus, mas também no dictum, através das escolhas de referências (escolha das palavras, da quantificação, da qualificação, da modalização, da ordem das palavras etc.). (RABATEL; MASSMANN, 2015, p. 158)

A instância que seleciona e gerencia os PDVs que emergem no texto é, então, a de L1/E1. Conseqüentemente, é também dessa instância que partem os fenômenos de assunção do dizer distinguidos por Rabatel (2009, *apud* CORTEZ, 2011): a *prise en charge* (PEC) e a imputação. A PEC corresponde a assunção total do próprio locutor em relação a um PDV; já a imputação ocorre como uma PEC “parcial”, pois diz respeito aos demais enunciadores, que não assumem diretamente um PDV mas podem tê-lo imputado pelo locutor.

Como aponta Cortez (2011), os recursos textuais-discursivos que contribuem para a construção do PDV são diversos. Em consonância, Amossy (2020) destaca que nas tramas do texto é possível observar uma série de elementos que concorrem para a argumentatividade. Neste trabalho, a argumentatividade trilhada por meio da construção do PDV será observada predominantemente a partir de dois desses recursos, a referenciação e a intertextualidade.

Amplamente discutido desde o início das pesquisas em LT no Brasil, o fenômeno da referenciação tem sido redimensionado pela perspectiva sociocognitivo-discursiva dos estudos do texto. Nessa perspectiva, a referenciação é concebida como o processo de (re)elaboração da realidade e dos objetos de discurso no texto, que ocorre de maneira dinâmica e não-linear. Essa não-linearidade que



caracteriza os processos referenciais e possibilita a análise de textos compostos por múltiplas semioses foi trazida à tona pela tese de Matos (2018), na qual se considera que a referenciação não ocorre fixamente, em cadeias, mas sim complexamente, em *redes referenciais* que se constituem “[...]por nódulos ativados pelo contexto, estabelecendo uma série de associações de várias naturezas, funcionando como links, ou modos de conexões entre os referentes, os quais são todos interligados na construção e manutenção da coerência” (MATOS, 2018, p. 93). Na tessitura das redes, os processos referenciais realizam-se de três formas: a *introdução referencial*, a *anáfora* e a *dêixis*. Dentre essas categorias, as duas primeiras têm maior relevância para este trabalho, por isso passaremos a descrevê-las.

Denomina-se *introdução referencial* a primeira ocorrência do referente no texto, essa ocorrência inicial (a qual também se chama de *homologação*) pode acontecer verbalmente, imageticamente, gestualmente ou por qualquer outra semiose. Já a *anáfora* consiste na retomada de referentes já introduzidos, retomada essa que se dá com ou sem o uso de expressões referenciais e pode ser direta ou indireta. As anáforas diretas são correferenciais, isto é, retomam explicitamente referentes já homologados. As indiretas, por outro lado, são de caráter implícito, ou seja, aludem a referentes que podem ser inferidos pelo contexto (SILVA; CORTEZ, 2013).

Assim como a referenciação, a intertextualidade é um parâmetro largamente debatido na LT que, a partir das contribuições do panorama de estudos sociocognitivo-discursivos, teve seu conceito redimensionado, o que possibilitou a LT novos rumos analíticos. Como se sabe, a intertextualidade é definida como a relação dialogal que se estabelece entre textos (KRISTEVA, 1974, *apud* CAVALCANTE; SILVA; SILVA, 2020). Entre as contribuições que vêm aprofundando o debate acerca dos fenômenos intertextuais, destacamos as de Carvalho (2018) e Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), que tratam das intertextualidades estritas e amplas e propõem uma reestruturação da categorização estabelecida originalmente por Genette.

Como elucidam as autoras, as intertextualidades ocorrem por relações dialogais em diferentes níveis, por isso podem emergir pelo léxico, pelas estruturas



fonológicas e sintáticas, ou ainda por características de um gênero ou do estilo de determinado autor. São chamadas *restritas* as intertextualidades em que há “copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou [...] transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto” (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p. 12). Em oposição, são denominadas *amplas* as intertextualidades em que há

[...] uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos: por indícios alusivos à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. O que dá um caráter amplo a essa intertextualidade é o fato de o diálogo não se dar entre textos individuais e de essa ligação acontecer por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p. 12)

Conforme aponta Carvalho (2018), as intertextualidades são também ferramentas de intencionalidade, ou seja, não são mobilizadas por acaso, pois se configuram também como forma de orientar o texto argumentativamente e, assim, influenciar o leitor.

O aporte teórico sintetizado nesta seção guiará a análise apresentada a seguir, cujos procedimentos metodológicos serão também descritos no próximo tópico.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE

Com o intuito de observar como os PDVs são representados em um texto em que predomina a semiose imagética, neste trabalho será realizada a análise qualitativa de duas charges publicadas no *Instagram* pelo artista visual Rodrigo Yokota. Em seu perfil nessa rede social, o artista publica charges, ilustrações e pinturas majoritariamente de cunho crítico, associadas a acontecimentos sociopolíticos que tiveram repercussão midiática recente.

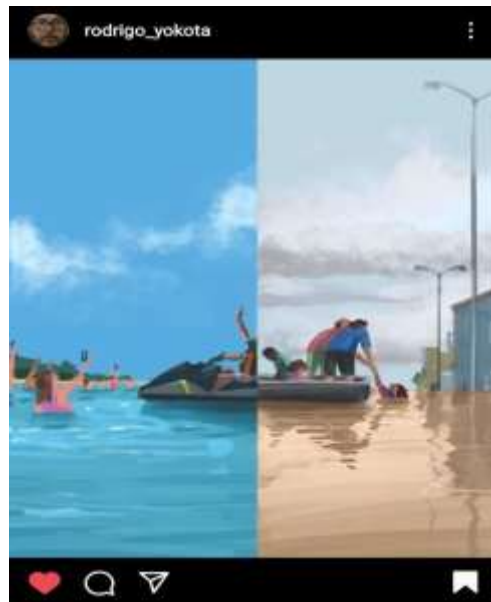
Denominamos o texto selecionado como *charge* por considerarmos a centralidade da semiose imagética e o teor crítico apresentados no texto como características que o assemelham à charge. Admitimos, contudo, que o estilo do artista somado às possibilidades de produção e circulação típicas dos textos nativos digitais tornam relevante uma investigação mais aprofundada sobre a



definição do gênero. Devido ao recorte necessário para a realização da análise a que nos propomos, este trabalho não se deterá a essa questão.

Abaixo apresentamos a primeira charge selecionada:

Exemplo 01



Fonte: https://www.instagram.com/rodrigo_yokota. Acesso em 10//01/2022

Publicado em 30 de dezembro de 2021, o texto remete a duas situações de grande repercussão nas mídias durante a última quinzena do ano: de um lado, os passeios de *jetski* do presidente Jair Bolsonaro, que atraíram dezenas de apoiadores durante as férias dele em Santa Catarina; do outro lado, as enchentes provocadas pelas fortes chuvas no sul da Bahia, que deixaram milhares de desabrigados, dezenas de mortos e mobilizaram voluntários de todo o país.

A charge é elaborada a partir da justaposição de duas cenas ilustradas, que retratam os dois fatos. A recuperação do que representa cada lado da imagem é possível pelo contexto, já que, como mencionado anteriormente, a publicação da charge ocorreu no mesmo período em que a mídia noticiava as férias de Bolsonaro e a destruição provocada pelas chuvas na Bahia. Dessa maneira, a charge estabelece relações intertextuais com os textos que circularam abordando o mesmo assunto.

Essa intertextualidade é *ampla*, já que não há traços de copresença que remetam a um texto específico, mas há remissão a um conjunto de textos que tratam do



mesmo tema (CARVALHO, 2018). Tal relação de intertextualidade ampla aponta para a orientação argumentativa da charge, uma vez que boa parte dos textos com os quais ela dialoga (aqueles que noticiaram ao mesmo tempo as férias de Bolsonaro e as enchentes na Bahia) expressam um tom de crítica ao presidente.

Temos, assim, o primeiro indício do PDV assumido por L1/E1. O contraste que resulta da justaposição das cenas como “duas faces” de um mesmo momento reforça os indícios que revelam o PDV de L1/E1. Bolsonaro é representado por uma figura masculina em um jet ski, com os dedos para cima em um gesto de “arminha”, rodeado por admiradores que aparecem com os braços para cima, usando celulares para registrar o encontro com o presidente. O jet ski com uma faixa verde e amarela e o gesto de “arminha” são elementos que possibilitam a inferência de que a figura masculina representada no texto é o presidente; assim como a posição em que estão os banhistas ao redor do jet ski, segurando os celulares, remete aos apoiadores de Bolsonaro. Observa-se aí mais um traço de intertextualidade ampla e de inferências possíveis graças ao contexto.

Em oposição, do outro lado da charge, estão os voluntários em um bote, estendendo as mãos para baixo, em auxílio às vítimas. É também pelo contexto e pelas relações intertextuais amplas que se torna possível recuperar a situação específica das enchentes na Bahia. Como dito anteriormente, essa configuração do texto, que coloca lado a lado as cenas da tragédia na Bahia e das férias do presidente, é indicativa do PDV assumido pelo locutor: o de que o presidente não cumpriu o papel de solidariedade e empatia que se espera em uma tragédia dessas proporções.

O PDV de L1/E1 é construído pelas redes referenciais que tecem a coerência da charge, pois emerge a partir da relação estabelecida no texto entre os referentes representados. Ou seja, é na relação com os objetos do discurso relativos à enchente que o referente “Bolsonaro/ presidente da república” é recategorizado para “presidente irresponsável/ presidente não solidário”. Tem-se, então, que a homologação do referente “Bolsonaro” é simultânea à recategorização para “presidente irresponsável”.

É possível observar, ainda, que o locutor imputa ao enunciador “Bolsonaro” (e2) o PDV de que tirar férias e receber a admiração de seus eleitores é mais



importante do que prestar assistência às vítimas. Analogamente, aos enunciadores “admiradores de Bolsonaro” (e3) é imputado o PDV de apoio ao presidente em sua postura em relação à tragédia. Aos voluntários (e4), que aparecem de costas para Bolsonaro (mais uma marca de oposição), é atribuído o PDV da solidariedade, contrário ao de e2 e co-enunciado por L1/E1.

Estratégias textuais semelhantes às encontradas no exemplo 01 compõem também o exemplo 02:

Exemplo 02



Fonte: https://www.instagram.com/rodrigo_yokota.
Acesso em 17/01/2022

Publicada em 15 de janeiro de 2022, a charge acima apresenta em destaque uma criança indígena protegida pela figura de um “super-SUS”. A construção de sentidos nesse texto, que se dá a partir da remissão ao contexto sócio-histórico em que ele foi publicado – dias após a vacinação contra a COVID-19 da primeira criança no Brasil –, é composta também pela relação de intertextualidade ampla que ocorre entre ele e outros textos que tratam do mesmo acontecimento, sob mesma perspectiva de valorização do SUS. Essa valorização fica evidente na charge graças a outro elemento de intertextualidade ampla: a personificação do SUS em um herói que lembra os personagens de histórias em quadrinhos

Quanto aos processos referenciais, observa-se que, a partir da rede referencial tecida no exemplo 02, a vacina contra a COVID-19, proteção que o SUS oferta, é recategorizada como o globo iluminado projetado pelo “super-SUS”, que protege a criança dos estilhaços de vírus. Assim, L1/E1 assume um PDV de



valorização do SUS e da vacina, em oposição aos discursos de descrédito ao sistema público de saúde brasileiro e de desvalorização da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste trabalho evidencia que as representações de PDV não se restringem a textos verbais, mas são construídas também por meio de outras semioses, como a imagética. Pudemos observar, ainda, o quão relevantes se fazem as ampliações teóricas propostas pela perspectiva sociocognitiva-discursiva de estudos do texto para esse tipo de análise. As noções de *redes referenciais* e de *intertextualidade ampla* foram fundamentais para a compreensão de como os PDVs são construídos e orientam argumentativamente o texto.

Este trabalho aponta para o amplo campo de possibilidades de pesquisa que se abre com a consideração do papel das múltiplas semioses na representação de pontos de vista. A LT praticada na contemporaneidade está em pleno desenvolvimento dos dispositivos teóricos necessários à exploração desse campo. Pretendemos, portanto, dar continuidade a essa investigação em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2019.

AMOSSY, R. A dimensão argumentativa do discurso: questões teóricas e práticas. *In*: CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. P. (orgs.) **Texto, Discurso e Argumentação**. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v. 12, n. 12, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, M. M. et al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 25-39. 2019.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual e Argumentação**. São Paulo: Pontes Editores, 2020.



CAVALCANTE, M. M.; FARIA, M. G. S.; CARVALHO, A. P. L. Sobre intertextualidades estritas e amplas. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 7-22, jul./dez. 2017.

CORTEZ, Suzana L. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

CORTEZ, Suzana L. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais**. 249f. 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Campinas, Campinas, 2011

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MATOS, J. G. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. 2018. 259 f. Teses (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RABATEL, Alain. Re-torno sobre um percurso em enunciação. Tradução para o português de Débora Massmann e Benedito F. Pereira. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, Pouso Alegre, MG, v. 11, n. 2, p. 147-165, jul./dez., 2015.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção do interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013

SILVA, J. P. M.; CORTEZ, S. L. A (re) construção dos referentes em memes verbo-visuais. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, Vitória, v.14, n.29, p. 386-405, 2020.

SILVA, J. P. M. **Uma análise textual da argumentação em memes verbo-visuais: entre os processos referenciais e as intertextualidades**. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.



O PROCESSO RACIONAL DE APRESENTAÇÃO DO ARGUMENTO SOBRE FATOS EM SENTENÇAS PENAIS

Catarina Bussinger
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O trabalho tem por objetivo principal expor a respeito do processo racional de apresentação do argumento. A relevância desse tema está fundada na exigência do sistema jurídico de que as decisões judiciais sobre fatos sejam baseadas em provas e sejam motivadas. Na primeira seção, são apresentadas a concepção racionalista de motivação e a concepção racionalista de prova, que possibilitam qualificar o processo de argumentação como racional. Na segunda seção, é abordado o esquema de Toulmin, enquanto o esquema pelo qual os elementos do argumento são apresentados. O trabalho está delimitado ao contexto do processo penal e o estudo da argumentação visa contribuir para aproximar as decisões sobre os fatos da racionalidade, conformando o exercício do poder punitivo com critérios intersubjetivos, passíveis de controle.

Palavras-chave: Hipótese fática. Sentença. Argumento. Prova.

Abstract: The paper aims to explain the rational process of argumentation. The relevance of this topic arises from the legal system's requirement that judicial decisions about facts, in legal cases, must be based on evidence and must be justified. The first section presents the conception of motivation and the conception of proof, so it can be possible to qualify the process of argumentation as rational. The second section approaches the Toulmin's scheme of argument. The discussion is limited to the criminal context. It aims to contribute toward the rationality of decisions and toward the subjection of power of punishment to control.

Keywords: Evidentiary statement. Sentence. Argument. Proof.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado no 5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação, em abril de 2023, foi extraído do estudo realizado ao longo do curso de Mestrado, cuja dissertação foi defendida sob o título de "*Argumentação sobre os fatos em crimes de tráfico: um estudo com dados de sentenças na cidade do Rio de Janeiro*" (2022).¹

¹ Os dados que são analisados na dissertação foram extraídos da pesquisa realizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (HABER *et al.*, 2018), com sentenças penais prolatadas em crimes da Lei de



O objetivo aqui é o de expor a respeito do processo racional de apresentação do argumento sobre os fatos, que integrou o quadro teórico da dissertação. O processo racional de argumentação congrega dois pontos relevantes para o contexto jurídico-processual: a prova dos fatos e a motivação das sentenças.² Por óbvio, extrapolaria os limites do trabalho se fossem abordados em detalhes os aspectos e as conclusões do estudo mais ligados ao “mundo jurídico”.³ Não obstante, é necessário oferecer brevemente o *status* da discussão no campo do Direito e esse é o escopo desta seção introdutória.

Não é contraintuitivo que, no momento da decisão, para a aplicação de uma norma geral, sejam exigidos os fatos que são a ela subsumidos. Em termos argumentativos, a isso podemos corresponder o silogismo jurídico, cuja forma pode ser exemplificada a partir do crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/ 2006):

Se pessoa trazer consigo droga, a pena aplicada será no mínimo de
05 anos
Caio trouxe consigo droga
A pena aplicada a Caio é de no mínimo 05 anos

O sistema jurídico, obedecendo aos fins de um Estado Democrático de Direito, impõe ao juiz que decida com base em provas e que motive a decisão.⁴ No sentido de motivação como justificação, o silogismo jurídico o satisfaz apenas

Drogas (Lei 11.343/ 2006), na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Os pesquisadores identificaram as justificativas apresentadas por juízes, para condenar e para absolver os réus, e realizaram a análise quantitativa da frequência com a qual foram mobilizadas nas sentenças. Essas justificativas foram nomeadas “indicadores de motivação”. São exemplos de indicadores selecionados para a dissertação: o indicador de natureza da substância, o indicador de quantidade não condizente com o uso, o indicador de posse da droga. Foram selecionados para estudo os indicadores relevantes para o crime previsto no art. 33 da Lei (crime de tráfico de drogas). Por seu turno, o estudo consistiu em padronizar os indicadores de acordo com o esquema de argumento de Stephen Toulmin, analisar os elementos do argumento, assim como avaliá-los segundo os tipos de inferência probatória classificados por Daniel González Lagier, considerando uma hipótese fática acusatória e a sua negação como as conclusões do argumento.

² Nem no trabalho, nem na dissertação foi pretendido discutir a questão fática fora dos fatos adjudicativos, isto é, os fatos particulares, pertinentes ao caso concreto, aos quais é aplicada a lei. Por isso, há a especificação ao âmbito processual, que é o contexto no qual um juiz precisa emitir uma decisão sobre os fatos alegados pela acusação e pela defesa. A identificação das partes com essa nomenclatura – acusação e defesa - se dá em virtude de o âmbito processual ainda estar restrito ao processo penal.

³ Em linhas gerais, as conclusões da dissertação (2022) abarcam (i) os elementos do bom e do mau argumento tanto para a condenação, quanto para a absolvição; (ii) as relações que os argumentos estabelecem entre si; (iii) os aspectos que conduzem a suspeitar dos erros nas sentenças condenatórias prolatadas.

⁴ Art. 93, inciso IX da Constituição Federal brasileira e art. 155 do Código de Processo Penal brasileiro.



internamente (ATIENZA, 2017),⁵ sendo ainda necessário que o juiz justifique a premissa menor. No exemplo acima, a premissa menor é “Caio trouxe consigo droga”.

Por outro lado, para a justificação externa da premissa menor, há que se perguntar como é possível argumentar sobre os fatos, que por sua vez suscitam uma decisão sobre estar ou não estar provado o enunciado que é identificado como a hipótese fática. No exemplo acima, trata-se de decidir se está provado que “Caio trouxe consigo droga”.

No campo do Direito, haveria uma tendência mais geral de encarar o juízo sobre os fatos ou como uma questão não problemática, ou como uma zona de penumbra atribuída ao arbítrio (GARCIA FIGUEROA; GASCÓN ABELLÁN, 2015). Por consequência, a motivação da decisão sobre os fatos tende a ser enfraquecida, ao ponto de a argumentação ser encarada como desnecessária ou impossível de ser racionalizada.

Aproxima-se dessa tendência a concepção psicologista de motivação, cujo critério decisório é o da convicção (FERRER BELTRÁN, 2007). Nesse cenário, o juiz crê que “Caio trouxe consigo droga” e os argumentos oferecidos mais buscam, na verdade, racionalizar *a posteriori* os motivos que teriam conduzido à crença sobre os fatos.⁶ O problema é que a hipótese crida pelo juiz não é necessariamente uma hipótese crível.⁷ Por certo, esse cenário tende a conduzir a uma motivação arbitrária, entendida a arbitrariedade como a decisão tomada por convicções pessoais e não por critérios intersubjetivos, passíveis de controle.

No entanto, (i) se por um lado sabemos que não é possível eliminar totalmente fatores sociais e psicológicos que podem estar envolvidos na decisão, (ii) por outro, pensar que está excluído todo e qualquer processo racional pelo qual é

⁵ As decisões judiciais podem ser reconstruídas na forma silogística, ainda que não sejam explicitamente assim argumentadas ou argumentadas na forma completa. Podemos dizer que as decisões razoavelmente argumentadas contêm um silogismo jurídico, porque isso atende ao ideal regulativo do Estado de Direito, reconhecido pela comunidade jurídica.

⁶ No entanto, os motivos pelos quais o juiz poderia explicar a crença não seriam a ele - e a nenhum de nós - completamente acessíveis. Além da circunstância de que somente conseguimos descrever os fatores mais imediatos de uma crença, ela é ainda um ato involuntário. Quer dizer, não podemos decidir ter ou não ter uma crença (FERRER BELTRÁN, 2021).

⁷ Para que seja crível - isto é, para que tenha credibilidade - a hipótese fática depende de elementos de juízo disponíveis, em dado contexto processual, para justificar o conteúdo proposicional (FERRER BELTRÁN, 2021).



possível produzir argumentos desconsidera as razões enquanto justificativas de uma decisão.

No cenário em que a decisão pode ser justificada, o juiz aceita que está provado que “Caio trouxe consigo droga” e a aceitação, diferentemente da crença, seria um ato voluntário, ao qual o juiz pode ou não adotar, no momento da decisão sobre a hipótese fática. Aqui, importa que a hipótese seja crível.⁸ Sobre essa postura, que leva à sério a argumentação em matéria de fatos, podemos articular um processo racional de apresentação do argumento.

1 ASPECTOS PRELIMINARES DO PROCESSO RACIONAL DE APRESENTAÇÃO DO ARGUMENTO SOBRE OS FATOS

A expressão “produzir argumentos” sugere, a um só tempo, dois aspectos. O primeiro aspecto é o de que há um produto da atividade de argumentar: o argumento. O segundo é o de que há um processo de argumentação.⁹ Por seu turno, o termo “processo” sugere a noção de sequência e a pretensão de que seja racional qualifica-o segundo a perspectiva que seja adotada.

Nesta seção, trataremos da perspectiva pela qual o processo pode ser qualificado como racional, para na seção seguinte abordarmos o esquema pelo qual o argumento deve ser apresentado.

Para o contexto da decisão judicial, a perspectiva que possibilita qualificar o processo de apresentação do argumento como racional parte de uma concepção racionalista de motivação, para a qual motivar significa justificar os enunciados (FERRER BELTRÁN, 2021). Como o enfoque são os enunciados fáticos, a perspectiva deve ainda congrega a concepção racionalista de prova, para a qual constam, como principais características, (i) o método de corroboração e

⁸ A credibilidade é um dos critérios de correção para a aceitabilidade do enunciado probatório, juntamente com o standard de prova que lhe é aplicável. Em outras palavras, a aceitabilidade estabelece os critérios de correção segundo os quais o juiz deve aceitar uma hipótese como provada (FERRER BELTRÁN, 2021).

⁹ “Argumentar é o ato de produzir argumentos. Produzir um argumento é apresentar razões em defesa de uma conclusão” (SHECAIRA; STRUCHINER, 2016, p. 11). Para os autores, essa é uma definição “particularmente útil para explicar a interlocução jurídica” (*ibidem*, p. 11).



refutação de hipóteses como forma de valoração e (ii) a exigência forte de motivação quanto à decisão sobre os fatos (FERRER BELTRÁN, 2007).¹⁰

O que é central, para ambas as concepções, é a possibilidade de justificação do enunciado fático. Em termos argumentativos, essa relação pode ser articulada conforme a seguinte proposta: argumentar pressupõe um problema, cuja resposta é baseada nas razões que lhe são apropriadas (ATIENZA, 2017). Nesse sentido, justificar a decisão que aceita que está provada a hipótese fática depende dos elementos de juízo que corroboram suficientemente a hipótese. Em outras palavras, o problema da argumentação é quanto ao enunciado probatório.¹¹

O conjunto de elementos de juízo corresponde a um conjunto de enunciados, que podem ser padronizados como argumento a partir dos componentes de sua estrutura: premissa, conclusão e relação de inferência (ATIENZA, 2017).

Uma vez que se trata de argumentar sobre os fatos em matéria penal, a conclusão a ser estabelecida no argumento é sobre como as coisas foram (SHECAIRA; STRUCHINER, 2016). A essa conclusão chamamos de hipótese fática. Por sua vez, as premissas apropriadas para defendê-la são aquelas que tomam os enunciados por seu conteúdo, sendo denominadas como “razões”. Assumem, portanto, um compromisso de correção entre o que afirmam e o mundo. O processo pode ser qualificado como racional, na medida em que a hipótese fática é apoiada pela corroboração que as razões oferecem. Ao grau de corroboração chamamos probabilidade indutiva da conclusão (FERRER BELTRÁN, 2007).

¹⁰ Ressalva-se que a concepção de motivação não se confunde com a concepção de prova, na medida em que a primeira ainda inclui aspectos normativos (FERRER BELTRÁN, 2021). No entanto, os critérios para justificar a norma geral não são abordados na dissertação, nem no trabalho.

¹¹ O enunciado probatório tem a forma de “Está provado que p”, cujo sentido adotado é o de “há elementos de juízo suficientes a favor de p” e cuja força é descritiva da presença de tais elementos em dado processo. (FERRER BELTRÁN, 2005). Por elemento de juízo, entenda-se “qualquer enunciado fático descritivo de que possam ser obtidas direta ou indiretamente inferências para a corroboração ou refutação da hipótese principal do caso” (*ibidem*, p. 35; tradução livre). Cabe dizer que os aportes da epistemologia jurídica são mencionados no trabalho observando o seu objetivo. Por fim, ressalta-se que o enfoque reside na posição institucional do juiz, de modo que não são consideradas diretamente particularidades que poderiam ser suscitadas em relação às posições de acusação e de defesa, como, por exemplo, os seus interesses contingentes ao processo judicial do qual são parte.



2 O ESQUEMA PARA A APRESENTAÇÃO DO ARGUMENTO

Em linhas gerais, podemos dizer que “motivar sobre os fatos” está relacionado às razões envolvidas na decisão sobre a hipótese fática. Na seção anterior, ficou estabelecido que tais razões devem justificar a conclusão.

Lidos com atenção, os parágrafos anteriores explicitam a associação da prova ao argumento, uma vez que os elementos de juízo funcionam na estrutura do argumento como razões e a hipótese fática funciona como a conclusão. A relação de inferência é, justamente, a corroboração entre os enunciados do conjunto probatório, o que permite que os argumentos sejam racionalmente fundados.

Em termos de epistemologia jurídica, a probabilidade indutiva da conclusão é alcançada pelas condições de obtenção da corroboração (FERRER BELTRÁN, 2007). Por certo, abordar esse ponto em detalhes extrapolaria o objetivo do trabalho. Não obstante, a preocupação com a qualidade epistemológica das premissas pode ser traduzida por um esquema de argumento que representa e distingue os enunciados envolvidos nas inferências probatórias. Inclusive é desejável que o esquema realize essa finalidade, pois possibilita o efetivo controle da argumentação pelas tarefas de análise e de avaliação.

Nesse sentido, assume especial relevância o esquema de argumento proposto por Stephen Toulmin (2001), cuja teoria tinha por foco a aplicação prática dos argumentos e tinha por função específica desses a função justificatória: ao fazer uma asserção, se feita com seriedade, é esperado que diante do desafio de defendê-la (justificá-la), a pessoa apresente dados, informações, razões que apoiam o que afirma.

O mérito está em pensar um processo racional “pelo qual os argumentos são expostos e apresentados como suporte para uma asserção inicial” (TOULMIN, 2001, p. 22). Portanto, mais que o resultado, há a atividade pela qual o argumento é produzido, por meio da qual somos desafiados a defender a conclusão acionando os elementos do esquema.

Os desafios são propostos por Toulmin (2001) em forma de perguntas e a resposta a cada uma delas aciona um elemento para cumprir determinada



função.¹² Assim, se uma pessoa faz uma asserção (**conclusão**), podemos perguntar “o que tem para seguir em frente?” e ela nos apresenta as **razões**. Em seguida, perguntamos “como chegou até aí?” e a pessoa, para defender o argumento, indica a **garantia** que autoriza passar das razões oferecidas à conclusão. Por fim, o desafio segue ao perguntarmos “por que você pensa assim?” e ela indica o **fundamento** que apoia a garantia que autoriza o passo entre as razões oferecidas e a conclusão defendida.¹³

Esses desafios afirmam o compromisso com a correção do argumento, quando a atividade é tratada com seriedade. No âmbito da decisão sobre os fatos, a motivação é levada a sério na medida em que é exigida a racionalidade do processo pelo qual o argumento é produzido. Nesse sentido, as razões oferecidas pelo juiz na sentença não podem ser inventadas e não podem ser concebidas “como uma racionalização a posteriori de uma decisão tomada à margem de qualquer procedimento racional” (GASCÓN ABELLÁN, 2010, p. 174; tradução livre).

Em última análise, a associação entre prova e argumento ultrapassa os resultados: é ampliada para a associação entre a atividade probatória e a atividade de argumentar, de modo que o conteúdo da motivação a ser oferecida na sentença está referenciado ao contexto probatório onde se realizaram as inferências probatórias que determinam o grau de corroboração da hipótese fática.¹⁴

Assim, as razões que justificam a decisão de que está provado que “Caio trouxe consigo droga” são os elementos de juízo dos quais se infere a corroboração da hipótese fática “Caio trouxe consigo droga”. Traduzido no esquema de Toulmin: (i) a conclusão é “Caio trouxe consigo droga”; (ii) a razão é “a substância apreendida é uma droga”; (iii) a garantia é “há elementos químicos Z que identificam a substância apreendida como droga”; (iv) o fundamento é “a análise

¹² Serão destacados em negrito os elementos, para facilitar a identificação.

¹³ Essa não é a representação completa do esquema de Toulmin. Ainda faltam os qualificadores modais e as condições de refutação. No entanto, são elementos que envolvem considerações acerca da força do argumento e, na dissertação, esse tópico foi abordado através dos tipos de inferência probatória classificados por Daniel González Lagier.

¹⁴ Por isso, a justificação acontece após a decisão que aceita que está provada a hipótese fática. A decisão é o último momento da atividade probatória, que ainda é integrado pela formação do conjunto probatório e pela valoração do conjunto probatório formado (FERRER BELTRÁN, 2007).



e a interpretação de testes químicos indicam que os elementos Z identificam a droga”.

De imediato, notamos que não se trata de que o juiz creia que “Caio trouxe consigo droga”. Independentemente do que possa crer, a hipótese fática é justificada em função da sua credibilidade.¹⁵ Qual a relevância disso?

Imaginemos dois contextos probatórios A e B, em que o juiz A e o juiz B precisam decidir sobre a hipótese fática “Caio trouxe consigo droga”. No contexto A, há o meio de prova “teste químico”, e no contexto B não há. Considerando o argumento esquematizado no parágrafo anterior, apenas o juiz A pode decidir que está provada a hipótese fática e condenar Caio. No entanto, supomos que o juiz B condena Caio, pois crê na hipótese fática.

Sem as concepções de motivação e de prova discutidas na seção anterior para qualificar o processo como racional, e sem o esquema de argumento pelo qual os elementos são apresentados, é mais difícil apontar o erro na decisão do juiz B. O exemplo acima pode ser agravado se imaginarmos nova situação, em que tanto no contexto A quanto no contexto B não há o meio de prova “teste químico”.

Supondo que os juízes mantenham a mesma postura da primeira situação, o juiz A decide que não está provada a hipótese fática e absolve Caio, enquanto o juiz B condena Caio, pois crê na hipótese fática. Nessa segunda situação, além da dificuldade de controlar a decisão do juiz B se não dispormos do aparato teórico exposto no trabalho, há um “efeito colateral” da arbitrariedade: em cenário probatório idêntico, se os juízes mudam, podem mudar as decisões sobre os fatos provados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema jurídico, obedecendo aos fins de um Estado Democrático de Direito, impõe ao juiz que motive a sua decisão. Não obstante, é importante notarmos

¹⁵ É importante notar que o juiz ainda tem uma crença, mas ela não é sobre a hipótese fática - a proposição p - e sim sobre estar provada a hipótese fática - está provado que p. Em outras palavras, “se vincula à crença de que há elementos de juízo suficientes a favor p. [...] Agora, dado que a suficiência dos elementos de juízo é puramente relacionada ao conjunto de elementos de juízo existentes no processo judicial, não se pode dizer que a crença em está provado que p seja razão suficiente para crer em p. Por isso, o julgador pode crer no primeiro sem crer no segundo” (FERRER BELTRÁN, 2005, p. 95; tradução livre).



que é possível decidir sem que sejam oferecidas razões de por que se decide (ATIENZA, 2017), de modo que a associação entre argumentação e decisão não é uma relação natural, e sim construída sobre determinadas bases.

Nesse sentido, a exigência constitucional de motivação não é mera opção legislativa se pretendida for a racionalidade das decisões que são emitidas. Uma das funções da motivação é comprometer um juiz a decidir sobre a hipótese fática que seja justificada a partir de critérios intersubjetivos. Desse modo, passam a ser imprescindíveis os compromissos com a credibilidade e com o processo racional do qual podem resultar os argumentos.

O exemplo com o qual a seção anterior é finalizada ilustra a importância desses compromissos. Há que se dar conta de que uma coisa é como uma pessoa chega a uma conclusão e outra, bem diferente, é com base em que consegue argumentar (defender) a aceitação de uma conclusão. A qualidade de que os critérios sejam intersubjetivos busca afastar o argumento das convicções pessoais do juiz (arbitrariedade) e aproximar dos métodos de corroboração e refutação do enunciado probatório (racionalidade).

O processo racional de apresentação do argumento sobre os fatos constitui um dos instrumentos que visam contribuir para a limitação do exercício do poder punitivo, ao conformar as decisões com critérios que possam ser acessíveis (analisados) e controláveis (avaliados). O esquema de Toulmin possibilita a representação de um argumento com função justificatória e não por menos foi adotado por Daniel González Lagier (2015), para desenvolver, no contexto jurídico-processual, os tipos de inferência probatórias e os critérios de seus elementos. No exemplo do argumento esquematizado na seção anterior, trata-se de uma inferência probatória epistêmica.

De maneira breve, o trabalho buscou ressaltar a relevância do estudo da argumentação sobre os fatos no campo do Direito. Embora sejam muitos os desafios para impor limites ao exercício do poder punitivo, que não se resolvem somente pela teoria da argumentação, aproximar a motivação da decisão sobre a hipótese fática da racionalidade constitui um passo a mais nessa tarefa, que é de todos aqueles comprometidos com o Estado Democrático de Direito.



REFERÊNCIAS

- ATIENZA, Manuel. **Curso de argumentação jurídica**. Curitiba: Alteridade, 2017.
- FERRER BELTRÁN, Jordi. **Prueba y Verdad en el Derecho**. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- FERRER BELTRÁN, Jordi. **La valoración racional de la prueba**. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- FERRER BELTRÁN, Jordi. **Prueba sin convicción**: estándares de prueba y debido proceso. Madrid: Marcial Pons, 2021.
- GARCÍA FIGUEROA, Alfonso J.; GASCÓN ABELLÁN, Marina. **La argumentación en el Derecho**: Algunas cuestiones fundamentales. Lima: Palestra Editores, 2015. *Ebook*.
- GASCÓN ABELLÁN, Marina. **Los hechos en el derecho**: bases argumentales de la prueba. 3. ed. Madrid: Marcial Pons, 2010.
- GONZÁLEZ LAGIER, Daniel. Presunción de inocencia, verdad y objetividad. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante, 2015. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/46907>.
- HABER, Carolina Dzimidas *et al.* **Relatório final**: pesquisa sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/23d53218e06a49f7b6b814afbd3d9617.pdf>. Acesso em: abr. 2021.
- SHECAIRA, Fábio P.; STRUCHINER, Noel. **Teoria da argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



LEITURA, ESCRITA E AUTORIA EM DISCURSO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cátia Fátima Nunes Santana Alves
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP

Resumo: O objetivo desta pesquisa é investigar marcas de autoria e subjetividade dos sujeitos-alunos em produções textuais, a fim de levar a uma reflexão sobre a imagem do que é o ensino de Língua Portuguesa para os alunos da Educação de Jovens e Adultos e também analisar como se dá a argumentação nos discursos examinados. Foram analisadas as produções textuais realizadas por alunos do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública. Esta pesquisa está ancorada na Análise de Discurso pecheuxiana que tem como objeto de análise o discurso e na teoria sócio-histórica do letramento. Os resultados obtidos nos mostraram que os sujeitos-alunos da EJA são atravessados pelos discursos da classe dominante que circulam na instituição escolar, dessa forma, não assumem a responsabilidade pelo dizer, não ocupam a posição de autor e não conseguem controlar os sentidos.

Palavras-Chave: Discurso. Educação de Jovens e Adultos. Escrita. Autoria.

Abstract: The objective of this research is to investigate marks of authorship and subjectivity of subject-students in textual productions, in order to lead to a reflection on the image of what is the teaching of the Portuguese Language for students of Youth and Adult Education and also to analyze how the argumentation takes place in the examined speeches. The textual productions carried out by high school students, from Youth and Adult Education, from a public school were analyzed. This research is anchored in Pecheux's Discourse Analysis, whose object of analysis is discourse, and in the socio-historical theory of literacy. The results obtained showed us that the subject-students of the EJA are crossed by the discourses of the dominant class that circulate in the school institution, in this way, they do not assume responsibility for saying, they do not occupy the position of author and they cannot control the senses.

Keywords: Discourse. Youth and Adult Education. Writing. Authorship.



INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é um segmento de ensino, complexo que traz consigo o “legado” da Educação Popular advinda dos Movimentos Populares de Educação que retratam a luta e os embates por direitos iguais para todos.

A Educação de Jovens e Adultos representa resistência, pois advém de movimentos sociais, fruto de lutas por igualdade de direitos, num país em que os recursos financeiros são direcionados, com prioridade ao ensino fundamental, que abrange a faixa etária dos 7 aos 14 anos. Desse modo, o Estado negligencia o acesso de jovens e adultos a uma educação de qualidade, direito garantido pela LDB (9394/96) e pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Sabemos que a língua é uma prática social que se manifesta no/pelo falante. Isto posto, surgem alguns questionamentos que nos causam inquietações: como se dá a assunção da autoria por esses sujeitos-alunos que acessam a escola tardiamente? É possível exercer a subjetividade em seus escritos na atualidade? É possível dizer que a escrita transforma as relações sociais?

Com o intuito de analisar essas questões é que realizamos esta pesquisa. Para isso, fizemos um estudo com base na teoria da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na década de 1960, na França, e que tem base no Marxismo, na Psicanálise e na Linguística. Essa tríade torna possível uma análise dos efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos-alunos desta pesquisa.

Os encontros foram realizados por meio remoto e a professora-pesquisadora solicitou aos sujeitos-alunos, que discursivizassem sobre a relação que mantêm com a escrita, além de se posicionarem se a consideram um instrumento de poder e ascensão social, posto que, esses sujeitos, têm a ilusão de que na sociedade existe uma língua de prestígio, e o domínio do código escrito para alguns representa “poder”.

Dessa forma, essa pesquisa objetivou investigar marcas de autoria e subjetividade dos sujeitos-alunos em produções textuais, a fim de levar a uma reflexão sobre a imagem do que é o ensino de Língua Portuguesa para os alunos da Educação de Jovens e Adultos e também analisar como se dá a argumentação nos discursos examinados.



1 AUTORIA E AUTONOMIA NA ESCOLA

Existe um sentido dominante naturalizado na escola, que, de certa forma, tenta controlar a subjetividade do sujeito-alun. Assim, quando este não produz textos que estejam de acordo com as normas exigidas, concebidas como “adequadas”, o sujeito-aluno é “silenciado” e, para não contrariar “o ponto de vista defendido pela instituição”(PACÍFICO, 2012), submete-se aos sentidos legitimados pela escola.

É válido acrescentar que no que diz respeito ao sujeito-aluno da EJA, a “exclusão” acontece porque existe um “modelo escolar” com regras pré-estabelecidas que não está em consonância com as especificidades desses sujeitos. De acordo com Oliveira (1999, p. 62) “a escola funciona com base em regras específicas e com uma linguagem particular que deve ser conhecida por aqueles que nela estão envolvidos”. Dessa forma, a escola legitima o jeito de agir e pensar do aluno e as relações de poder no ambiente escolar evidenciam a supremacia da autoridade do professor sobre o aluno, torna-se um espaço onde o discurso autoritário se instala.

Com base na leitura de Orlandi (2012), de Freire (1987) e de Pacífico (2002), entendemos que o professor deve instituir o discurso polêmico em suas aulas e, assim, permitir que o sujeito-aluno ocupe uma posição ativa no processo construção de seu conhecimento, que ele possa “discutir, questionar” e construir sentidos sobre o objeto discursivo.

Orlandi (2007, p. 175), argumenta que “o silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”, e, sem dúvida, essa interdição ou silenciamento tem implicações para a prática da autoria, visto que, no que tange à autoria, controle dos sentidos, posicionamento e assunção do seu dizer, a escola não possibilita ao aluno ocupar as posições de autor e de leitor, pois nem sempre o aluno tem acesso ao arquivo, por esse motivo não se responsabiliza pelo dizer, somente repete/ reproduz os dizeres circulantes. Nesse processo de apreensão da escrita tardiamente, o sujeito prende-se aos sentidos já ditos, legitimados pela escola de que a escrita é soberana e o “bem escrever” torna-se inatingível. Na maioria das vezes, o sentido permitido na instituição escolar já está construído e o sujeito é interditado pelo uso do livro didático, de apostilas. Assim sendo, do modo como as atividades são



propostas em sala de aula, bem como dos sujeitos envolvidos na produção é que resultarão os sentidos por eles produzidos.

Para que a autoria e a autonomia se instalem tem que ter a alfabetização circunscrita em eventos de letramento, para servir como transformação social. Entretanto, o que vemos na escola é uma tendência a valorizar aspectos relacionados ao ensino de habilidades de leitura e escrita e a codificação/decodificação de textos, em detrimento de práticas que proporcionem ao sujeito ser um agente transformador na sociedade.

Segundo Pacífico e Romão (2007), o sujeito se constitui como autor, se assume autor quando se responsabiliza pela unidade do texto e quando é responsável pelo dito ou escrito, pois o autor "cria a ilusão de começo, meio e fim".

2 ANÁLISES

A constituição do corpus desta pesquisa foi feita a partir das produções textuais realizadas por alunos do 3º termo do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública, da periferia do município de Sertãozinho/SP. Os sujeitos participantes da pesquisa eram adultos que possuíam entre 20 e 50 anos de idade. Os textos se constituíram a partir de uma reflexão sobre a questão "É possível dizer que a escrita transforma as relações sociais?" Solicitamos aos alunos que discursivizassem sobre a possibilidade da escrita ser um elemento de transformação das relações sociais. Vejamos os recortes:

Sujeito A

Recorte 1: Sim, a finalidade do ensino da leitura e escrita consiste em formar sujeitos que sejam capazes de produzir e interpretar textos.

Recorte 2: Esta pesquisa contribui para a compreensão de professores e pesquisadores para os problemas que algumas crianças enfrentam durante a aprendizagem da escrita.

Recorte 3 É fundamental que o professor conheça a realidade de seus alunos para que possa intervir de maneira consciente e responsável para o desenvolvimento de seus educandos.



O sujeito A acredita nas transformações das relações sociais pela escrita. Entretanto, nos recortes 1, 2 e 3 é possível perceber que o sujeito não é capaz de defender seu ponto de vista, pois há indícios de que reproduziu um texto “pronto”. Vale dizer que essa prática é comumente utilizada na escola, nas aulas da EJA, nas quais o professor, pelas formações imaginárias, conclui que os sujeitos-alunos não são capazes de produzir um texto autoral; logo, é o professor que, pelo domínio da leitura e da escrita, proporcionará o “desenvolvimento dos educandos”, desenvolvimento que só acontecerá, segundo essa formação discursiva, por meio da escola, da leitura, da escrita e do professor. Diante disso, esses sujeitos, inseguros, atravessados pela ideologia dominante e pela voz de autoridade do professor, somente reproduzem a formação discursiva dominante, prevalecendo, portanto, a paráfrase.

Sujeito B

Recorte 4: Sim, pois nos fazemos entender e sermos entendidos.

Recorte 5: Através da escrita, contamos e mudamos histórias, ensinamos e aprendemos sendo uma das formas de nos expressarmos escrevendo.

No recorte 4, o sujeito-aluno B, argumenta que pela escrita “nos fazemos entender” e “ser entendidos”. Dessa forma, podemos dizer que o sujeito assume a responsabilidade pelo que diz e defende o seu ponto de vista sobre o questionamento apresentado pelo pesquisador. Além disso, as expressões utilizadas, representam um movimento de resistência do sujeito à tentativa de silenciamento dos dizeres produzidos por eles, na escola, silenciamento que impede a assunção à autoria.

No recorte 5, é possível notar a assunção da autoria pelas marcas de subjetividade, por exemplo, quando o sujeito se posiciona utilizando os verbos “contamos”, “ensinamos”, “aprendemos”, usos linguísticos que indiciam o modo de ser sujeito, de identificar-se com determinados sentidos e argumentar, no caso, a argumentação favorável à escrita como prática discursiva que pode transformar as relações sociais.



Sujeito C

Recorte 6: O mais importante que eu acho ao saber ler e escrever é aprender as coisas do jeito certo sem ser enganada.

Sujeito D

Recorte 7: E a escrita também pode ser mal interpretada se não souber ler, por isso a leitura é muito importante.

Sujeito E

Recorte 8: Aprendi a ler e escrever desde criança, mas imagin. Uma pessoa que não sabe ler nem escrever tudo se torna mais difícil na vida dela.

O sujeito-aluno C, reconhece que a escrita transforma as relações sociais e afirma que ela (escrita) pode “ajudar” na procura de um “emprego”, posto que, para o sujeito, “aprender as coisas do jeito certo”, impede que a pessoa seja enganada, entretanto, no recorte 6, o sujeito se contradiz ao afirmar que quer aprender a escrever “certo”. Ao se referir a um jeito “certo” de escrever, o sujeito filia-se a uma formação discursiva sustentada pelo imaginário sobre a existência de uma variedade de prestígio na sociedade, que pressupõe uma posição de inferioridade para quem não a domina. Dessa forma, a escrita é vista como instrumento de poder; portanto, é preciso aprender a “escrever certo” para arrumar um “emprego melhor”, formação discursiva muito repetida no contexto escolar, desde os anos iniciais de escolarização.

Destacamos, também, que, no recorte 7, o sujeito D filia-se a uma formação discursiva sustentada pela formação ideológica que reconhece a aprendizagem da leitura como um processo essencial para o desenvolvimento da escrita. Sendo assim, defende que leitura e escrita são indissociáveis, visto que, segundo o sujeito, “a escrita pode ser mal entendida” se a pessoa não souber ler.

É possível perceber que no recorte 8, o sujeito-aluno E, interpelado pela ideologia dominante que perpassa a sociedade, fala a partir de um lugar de exclusão e ocupa a posição dos sujeitos considerados “analfabetos.” Ao dizer “imagino”, ele se coloca na posição daqueles que, por não saberem ler, são excluídos. O pronome indefinido “tudo” parece nomear as inúmeras oportunidades que não são iguais para todos, principalmente, quando nos referimos aos sujeitos da



Educação de Jovens e Adultos, que, em sua maioria, “nasceram” de embates dos movimentos sociais que estão em constante luta pela igualdade de direito.

Sujeito F

Recorte 9: Sim. A escrita pode ser de coisa que aconteceu no passado que nemo do vídeo ou do nosso presente.

Sujeito G

Recorte 10: Sim, é possível. Através das escritas Antonio Biá deixou de ser odiado pela população e passou a ser seguido por eles.

Nos recortes 9 e 10, citados acima, os sujeitos-alunos F e G sustentam seu ponto de vista, assumem a responsabilidade pelo dizer e usam a narrativa fílmica como argumento para sustentar que a escrita, se pôde mudar o percurso do personagem, pode, também, modificar as relações sociais. De acordo com Orlandi (2015), a autoria se instala quando o que o “sujeito produz é interpretável”, e esse recorte produz sentidos interpretáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas mostraram que os sujeitos-alunos da EJA nem sempre conseguem controlar a dispersão dos sentidos de seus discursos, mas, apesar disso, ocupam a posição de autor ao tentar posicionar-se frente ao objeto discursivo.

Em relação à argumentação, os sentidos produzidos filiam-se à formação discursiva dominante sobre leitura e escrita, pois valorizam as práticas de escrita e silenciam que, durante muitos anos usaram, principalmente, a oralidade em suas práticas discursivas. Por não terem o domínio do código, muitos sentem-se inseguros em defender seu ponto de vista e retomam os vídeos indicados pela pesquisadora para funcionar como argumento do dizer.

Diante disso, ressaltamos que se faz urgente a formulação e circulação de novos discursos sobre a Educação de Jovens e Adultos, discursos que destaquem o cruel papel da sociedade que negou o direito à Educação de qualidade e à escola regular à grande parte da população brasileira. Não se pode continuar mantendo em silêncio o sujeito-aluno da EJA, que, embora ainda não domine a leitura e a



escrita, participa das práticas sociais pela oralidade, que, segundo Tfouni (1995), mantém uma relação de interdependência, e não de desvalorização com a escrita.

O sujeito-aluno, da escola regular ou da EJA, tem direito à Educação e respeito social. Assim sendo, é preciso garantir a todo sujeito-aluno o desenvolvimento da autonomia, da autoria e prepará-lo para se tornar agente de mudança e transformação de si e do mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394, de 30 de dezembro de 1996. Publicado no Diário Oficial da União no 248, de 23/12/96 - Seção I, p. 27833.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, M.K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista Bras. De Educação. set./ out./ nov./dez. N.12, 1999.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Petrópolis, R.J. Vozes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8.ed. São Paulo: Ed. Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: Xavier AC, Cortez S. **Linguística e discurso**. São Paulo: Ed. Universitária, 1997.

ROMÃO, L.M.S.; PACÍFICO.S.M.R. **Leitura e escrita: no caminho das linguagens**. Ribeirão Preto, SP: Alfabeta Editora, 2007.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. 6.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA NO DISCURSO DA EX-MINISTRA DAMARES ALVES

Clara Cristiana Odilon Pereira
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender como se constitui o evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, suscitado pela declaração da ex-ministra Damares Alves enquanto ainda ocupava o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Para proceder essa análise, será utilizada análise dialógica da argumentação, encontro epistemológico entre o dialogismo de Bakhtin (2010; 2011; 2013) e a nova retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), proposta por Nascimento (2018). Para isso foi utilizado como *corpus* dois comentários, retirados de um vídeo da plataforma do Youtube do canal do jornal brasileiro Poder360, a fim de caracterizar os campos discursivos que envolvem esse evento polêmico compreendendo os valores que constituem os argumentos dos sujeitos argumentantes presentes nos campos discursivos. Através dessa análise identificamos os campos discursivos antagônicos pertencentes ao evento polêmico bem como os atos polêmicos mobilizados por cada sujeito argumentante.

Palavra-chaves: Argumentação. Evento polêmico. Gênero e Sexualidade. Análise do Discurso.

Abstract: The central objective of this study is to understand how the polemic event *Menino veste azul e menina veste rosa* (Boys wear blue and girls wear pink) is constituted, raised by the statement of the former minister Damares Alves while still holding the position of Minister of Women, Family and Human Rights. To proceed this analysis, dialogical analysis of argumentation will be used, an epistemological meeting between Bakhtin's dialogism (2010; 2011; 2013) and Perelman & Olbrechts-Tyteca's new rhetoric (2005), proposed by Nascimento (2018). For this, we used as corpus two comments, taken from a video on the Youtube platform of the channel of the Brazilian newspaper Poder360, in order to characterize the discursive fields that involve this polemic event by understanding the values that constitute the arguments of the arguing subjects present in the discursive fields. Through this analysis we identify the antagonistic discursive fields belonging to the polemical event as well as the polemical acts mobilized by each arguing subject.

Keywords: Argumentation. Polemic event. Gender and Sexuality. Discourse Analysis.



INTRODUÇÃO

Na sociedade, os discursos sempre foram utilizados como meio para disputas políticas e culturais. Na contemporaneidade, existe a coexistência de inúmeros conflitos político-sociais, esse fenômeno acontece, pois, pessoas situadas em locais diferentes possuem posicionamentos diferente, assim, observam e analisam situações de maneiras dessemelhantes.

No contexto atual, inúmeros são os discursos que trazem enunciados polêmicos em meio à atuação política no Brasil. Dentre eles, *Menino veste azul e menina veste rosa*, posicionamento que constitui o evento polêmico aqui analisado. Esse enunciado é uma dentre tantas declarações de Damares Alves, ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro.

Após o discurso de posse de Jair Bolsonaro como presidente da República, um vídeo da até então ministra comemorando a “nova era” começou a circular em meio às redes sociais. Após a repercussão do vídeo, a ex-ministra afirmou que seu objetivo foi fazer uma declaração contra a *ideologia de gênero*, referindo-se à sexualidade das crianças. Dessa maneira, se faz necessário entender como se constitui o percurso do evento polêmico suscitado pela declaração de Damares Alves, pois a temática suscitada por esse evento polêmico é de grande valia para a sociedade brasileira.

Neste evento há a presença de dois campos discursivos antagônicos que constituem essa declaração de Damares Alves: o campo tradicionalista – no qual os sujeitos defendem valores conservadores – e o campo afetivossexual – no qual há a participação do grupo LGBTQIA+ e apoiadores do movimento Feminista.

O evento polêmico a ser analisado, *Menino veste azul e menina veste rosa*, possui um percurso extenso nas mídias digitais. A discussão proposta baseia-se na análise do percurso desse evento polêmico no vídeo, intitulado *Damares diz que ‘menino veste azul e menina veste rosa’*, presente na plataforma do Youtube do canal do jornal brasileiro Poder360.

Para suceder a essa análise será utilizado dois comentários correspondente a campos discursivos antagônicos, inseridos nos vídeos, a fim de caracterizar os campos discursivos que envolvem esse evento polêmico, como também



compreender os sentidos que constituem os argumentos dos sujeitos argumentantes presentes em ambos os campos discursivos.

Para promover esse estudo, será utilizada a análise dialógica da argumentação, resultada do encontro epistemológico viabilizado por Nascimento (2018a; 2018b), entre o dialogismo de Bakhtin (2010; 2011; 2013) e a nova retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005). Dessa forma, será analisada a relação entre o sujeito-orador e o sujeito-auditório e os atos polêmicos que os permeiam em seus campos discursivos antagônicos.

1 CAMINHOS ATÉ A ANÁLISE: UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a construção dessa análise se fez necessário utilizar o aporte teórico-metodológico da análise dialógica da argumentação (NASCIMENTO 2018a;2018b). O evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* será analisado através da relação entre o sujeito-orador, também chamado de sujeito argumentante, segundo Nascimento (2018a; 2018b), e o sujeito-auditório.

O sujeito argumentante, “[...] não se constitui a priori, mas ante o seu auditório, para o qual direcionará sua argumentação, de maneira que este também se constitui diante daquele” (NASCIMENTO, 2018b, p. 162), dessa maneira, o sujeito argumentante é constituído pelas relações com o seu auditório em uma relação dialógica, um depende do outro para existir uma relação constitutiva. Assim, a argumentação é o ato do sujeito-orador que vai em direção ao sujeito-auditório.

A análise dialógica da argumentação propõe quatro noções a serem trabalhadas durante a análise: polêmica; evento polêmico; atos polêmicos e microatos polêmicos. A noção principal é de que a polêmica é um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente por meio da polarização, cuja as suas características particulares delinea-se no processo argumentativo concreto. A partir dessa noção, decorre-se a segunda, o evento polêmico. O evento polêmico:

[...] o evento polêmico é o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso em um dado cronotopo. (NASCIMENTO, 2018a, p. 204)



Assim, o evento polêmico é constituído pela antagonia de posicionamentos polêmicos dentro de um determinado espaço, onde há a atualização de outras polêmicas dentro dos seus campos discursivos. Nascimento (2018a) afirma que há três características que devem ser observadas dentro de um evento polêmico: encontro de dois posicionamentos contrários; uma divergência no que se diz respeito aos valores e posicionamentos hierarquizados dentro de cada campo discursivo; e uma atualização gerada por outras polêmicas, ou seja, um movimento em espiral constituído por polêmicas.

Todo evento polêmico gera atos polêmicos, visto que, são através desses atos que há a análise singular e minuciosa da polêmica. Dessa forma, os atos polêmicos são definidos como “[...] os acordos, os argumentos, as estratégias argumentativas e os posicionamentos mobilizados no processo argumentativo imantados pelo evento polêmico.” (NASCIMENTO, 2018a, p. 209)

Em vista disso, conclui-se que, o evento polêmico é constituído por atos polêmicos, pois “[...] a noção de ato polêmico se dá no nível dos argumentos e de suas estratégias argumentativas.” (NASCIMENTO, 2018a, p. 209), logo, a noção de ato polêmico é dada por meio de uma visão dialógica, segundo a relação interdiscursiva que está ligada aos posicionamentos polêmicos que se atualizam de maneira constante. Desse modo, a declaração proferida pela até então ministra Damares Alves é um evento polêmico, pois, há uma oposição de discurso marcada por campos discursivos antagonicos.

Por estar contido em um espaço público digital se faz necessário entendermos o conceito que permeia esse espaço. Segundo Seixas e Nascimento (2021) “[...] consideramos o espaço público digital como um lugar de interação discursiva, em que é possível analisar a produção, a circulação e a recepção de discursos em que os sujeitos online buscam participar, de algum modo, da vida pública, e mais especificamente política.” (p. 2402).

Sendo assim, a polêmica contida no espaço público digital transcende o espaço público, pois, ao estar inserida em meio digital qualquer sujeito pode ter acesso, replicá-la e construir os seus próprios posicionamentos e argumentos sobre a temática atrelada a ela.



Para analisarmos os comentários do vídeo veiculado na plataforma do Youtube e compreender o percurso do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* é necessário munir-se de conceitos que estão inseridos na Análise do Discurso Digital, para isso serão utilizados os conceitos teóricos apresentados por Marie-Anne Paveau em seu livro *Análise do discurso digital: dicionário das formas e práticas* (2021).

De acordo as elaborações de Paveau (2021, p. 57):

A análise do discurso digital consiste na descrição e análise do funcionamento das produções linguageiras nativas da internet, particularmente da web 2.0, em seus ambientes de produção, mobilizando igualmente os recursos linguageiros e não linguageiros dos enunciados.

Os discursos digitais nativos, possuem uma enunciação ampliada, o que permite a inscrição coletiva dentro de um mesmo discurso, porém, detendo a identificação de cada enunciador. Por conta disso, esses discursos são imprevisíveis, pois são produzidos de maneira parcial por programas e algoritmos.

Além disso, conservam uma relacionalidade e investigabilidade marcantes, uma vez que estão inscritos em uma relação com outros discursos no meio tecnológico, assim, se inscrevem no universo digital e podem ser investigados e relacionados por ferramentas de buscas e redocumentação de maneira rápida para eventuais consultas e/ou replicações.

Ao analisar os atos polêmicos dos sujeitos argumentantes nos comentários do Youtube, é necessário considerar o conceito de comentário evidenciado por Paveau (2021, p. 102) “[...] o comentário on-line pode ser definido como um tecnodiscurso segundo, produzido num espaço escritural específico e enunciativamente restrito, no seio de um ecossistema digital conectado”.

Ao analisar esses comentários levamos em consideração os caracteres específicos dessa forma do tecnodiscurso. Portanto, deve-se ter em vista que os comentários on-lines possuem uma *enunciação pseudonímica*, além de assumirem formas variadas conversacionais e/ou relacionais.



2. MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: ISSO É VERDADE?

A partir dos estudos de Simone de Beauvoir, principalmente após o seu livro *O segundo sexo* (1949), o gênero passou a ser encarado como uma construção social e o sexo como uma categoria biológica, separando-os. Sendo assim, seja qual for a genitália, assume-se que o gênero demarcará categorias baseadas na construção social e particular de cada sujeito.

Apesar desse marco histórico nos estudos de gênero sexualidade impresso por Beauvoir, ainda há sujeitos que encaram a construção de gênero e sexo atreladas uma a outra, assim, o gênero deixa de ser uma construção social e passa a ser definido pela biologia.

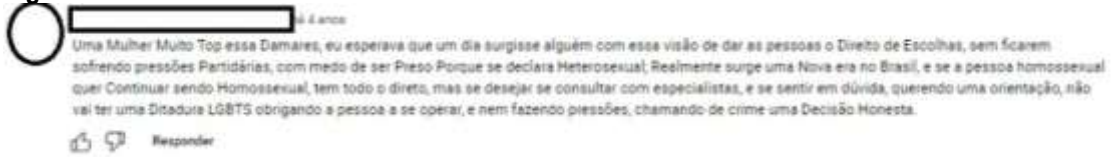
De acordo com Nascimento (2018a, p. 427) “[...] a polêmica em torno de “gênero” não é apenas onde se encontra ou não sua definição divulgada, mas essa disputa, guardada as atualizações idiossincráticas, é uma atualização de outras disputas.” Com o evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, suscitado pela declaração de Damares Alves, a diferença de conceitualização de gênero ficou ainda mais evidente no espaço público demarcando e acionando outras questões no espaço político social do Brasil.

Dentro do evento polêmico em análise nota-se a demarcação de dois campos discursivos antagônicos: o campo tradicionalista e o campo afetivossexual. Para o campo tradicionalista, o conceito de gênero está focado em descrever a sexualidade com a divisão entre macho e fêmea levando em consideração elementos que são identificáveis, como os órgãos sexuais. Já para o campo afetivossexual a noção de gênero está diretamente ligada às noções de que as diferentes personalidades podem ser alteradas de maneira livre, pois são resultados sociais e da vontade humana.

Para compreendermos como esse evento polêmico se mobiliza, escolhemos dois comentários veiculados ao vídeo Damares diz que ‘menino veste azul e menina veste rosa’ publicado no canal do jornal brasileiro Poder360 na plataforma do Youtube.



Figura 1 - Comentário 01



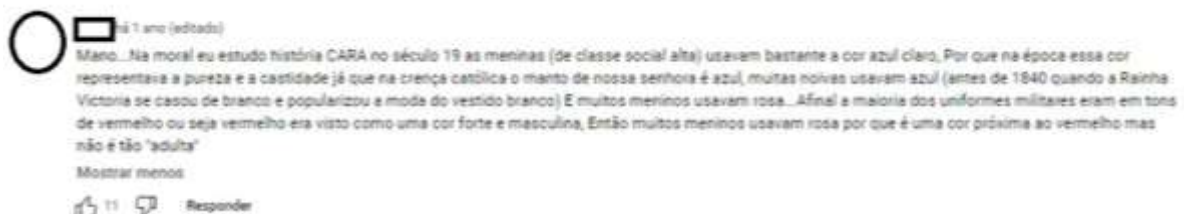
Fonte: Printscreen do Youtube. Canal Poder390. Damares diz que 'menino veste azul e menina veste rosa'. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>. Acesso em: 28 de março de 2023.

Ao analisar o Comentário 01, percebemos que o sujeito argumentante pertence ao campo tradicionalista, pois os atos polêmicos mobilizados pertencem a esse campo discursivo. É possível notar esse fato a partir dos argumentos e posicionamentos mobilizados pelo sujeito em seu comentário pela forma com que constrói os seus argumentos.

Esse sujeito, o qual chamamos de sujeito 1, utiliza como argumento a noção de gênero como conceito biológico, tratando a orientação sexual como opção sexual marcada pelo trecho “[...] se a pessoa homossexual quer Continuar sendo Homossexual, tem todo o direito, mas se desejar consultar um especialista(sic.);[...]”, onde ele deixa explícito que encara a sexualidade como uma escolha e não como construção.

Além disso, o sujeito 1 faz referência ao PLC 122/06, lei na qual propusera tratar a homofobia como crime: “[...] com medo de ser Preso Porque se declara Heterossexual; (sic.)”. Para esse sujeito, a constituição do conceito de gênero não é vista como social, tendo assim um posicionamento binarista no qual reduz a concepção de gênero a apenas o caráter biológico de macho e fêmea.

Figura 2 – Comentário 02



Fonte: Printscreen do Youtube. Canal Poder390. Damares diz que 'menino veste azul e menina veste rosa'. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>. Acesso em: 28 de março de 2023.



Pertencendo ao campo afetivossexual, o comentário 02, constituído pelo sujeito 2, traz uma perspectiva totalmente antagônica a elencada pelo sujeito do comentário 01. A partir dos argumentos mobilizados no comentário 02, é possível notar uma forte proximidade com o conceito e gênero com base nas interações e construções sociais.

O sujeito 2, para fundamentar a sua conceitualização de gênero como construção social, baseia-se em fatos histórico e socioculturais da cultura. Em seu enunciado, esse sujeito traz o fato de que durante o século XIX as concepções de cores – azul para menino e rosa para menina – eram compostas de forma contrária do contemporâneo.

Para isso, ele traz em seu comentário o fato de que a cor azul era vista como símbolo de pureza e castidade, fazendo referência ao manto de Nossa Senhora, sendo usada assim pelas meninas. Já o vermelho era a cor majoritária dos uniformes militares, sendo vista como símbolo de poder e força, conseqüentemente atrelada aos homens, assim, os meninos usavam rosa por ser uma cor similar ao vermelho.

Ao analisar esses comentários, conseguimos entender e demarcar quais os atos polêmicos utilizados por cada sujeito argumentante em seus campos discursivos antagônicos, entendendo o funcionamento e constituição do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalharmos com o evento polêmico suscitado pela declaração da ex-ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, conseguimos compreender como, apesar de ser pauta há bastante tempo, as questões de gênero e sexualidade ainda causam opiniões controversas na nossa sociedade, explicitando, assim, a importância de trabalhar com essa temática à luz da análise dialógica da argumentação possibilitando uma melhor compreensão sobre os argumentos acionados por essa temática.

A partir desta análise, foi possível contribuir com a ampliação do debate sobre polêmicas em espaços públicos, especialmente em espaços político-sociais como



o suscitado pelo evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*. A partir desse estudo compreendemos como os campos antagônicos desse evento foram constituídos, quais atos polêmicos foram mobilizados durante a sua constituição e como eles acionam outras polêmicas dentro do evento polêmico analisado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução: Valdemir Miotello e Carlos A. Faraco. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

NASCIMENTO, L. **Análise dialógica da argumentação**: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político. (Tese de Doutorado). Salvador: Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2018a. 557f.

NASCIMENTO, L. A filosofia do ato responsável como fundamento retórico argumentativo: um caminho possível. In: AZEVEDO, I. C.; PIRIS, E.L. **Discurso e Argumentação**: fotografias interdisciplinares. V.2. Coimbra: Grácio, 2018b. p. 153-172.

NASCIMENTO, L. Quando atos polêmicos desafiam os limites da ética discursiva: o discurso religioso no espaço público digital. (Conferência digital). In: **Ciclo de Conferências 2022**, Análise do Discurso Digital, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ocnoPdi1OvA>. Acesso em 28 de março de 2023.

PAVEAU, M. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermanita Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PODER360. **Damares Alves diz que 'menino veste azul e menina veste rosa'**. YouTube, 3 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4> Acesso em: 28 de março de 2023.

SEIXAS, R; NASCIMENTO, L. Impeachment ou morte: a configuração retórica de um evento polêmico no espaço público digital. **Rev. Estud. Ling.**, v. 29, n. 4, p. 2397-2428, 2021.



A PAIXÃO DO CIÚME: IMBRICAÇÕES DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DISCURSIVO-ARGUMENTATIVO

Claudiana dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O ciúme é tema recorrente entre os estudos psicanalíticos, filosóficos e linguísticos. Neste artigo, pensar sobre o ciúme como uma paixão é uma forma de intensificar abordagens em prol dos estudos que defendem a legitimidade das emoções no processo argumentativo. Nessa direção, este trabalho propõe-se a analisar como o discurso de aconselhamento sobre “evitar o ciúme” suscitou o compartilhamento de emoções (diretas e indiretas) e desencadeou argumentações que se sustentaram sob categorias semânticas do afetivo. Essa investigação debruça-se sobre duas publicações compartilhadas no *Instagram*, no perfil oficial do escritor Augusto Cury, além disso, o *corpus* é constituído por comentários discursivos. A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa. A proposta tem o aporte teórico-metodológico amparado em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2020), Maingueneau (2011) e Paveau (2017). Por meio das categorias analíticas empregadas constatou -se como o cuidado de si e as emoções são recursos adjuvantes da argumentação.

Palavras-chave: Ciúme. Argumentação. Comentários. Autoajuda.

Abstract: Jealousy is a recurrent theme among psychoanalytic, philosophical and linguistic studies. In this article, thinking about jealousy as a passion is a way to intensify approaches in favor of studies that defend the legitimacy of emotions in the argumentative process. In this direction, this work proposes to analyze how the counseling speech about “avoiding jealousy” provoked the sharing of emotions (direct and indirect) and triggered arguments that were sustained under affective semantic categories. This investigation focuses on two publications shared on Instagram, on the official profile of the writer Augusto Cury, in addition, the corpus consists of discursive comments. The research approach is of a qualitative nature. The proposal has a theoretical-methodological contribution supported by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2020), Maingueneau (2011) and Paveau (2017). Through the analytical categories employed, it was found that self-care and emotions are adjuvant resources for argumentation.

Keywords: Jealousy. Argumentation. Comments. Self help.



INTRODUÇÃO

O conceito de ciúme tem faces pluralísticas e pode ser discutido segundo diferentes prismas. De acordo com Almeida (2007), o ciúme é um dos mais mal-entendidos fenômenos humanos. É uma paixão que mantém relação com o amor, medo, a desesperança, a tristeza e a insegurança.

Para Aristóteles (2000), a paixão¹ é a expressão da contingência e por ser contingente, exprime a diferença no sujeito, sendo assimilada à individualidade do ser. Na mesma direção, Meyer (2000), na *Retórica das paixões*, dirá que não há sujeito que não seja afetado pelo *pathos*. Figueiredo (2019), por sua vez, propôs uma releitura das emoções (paixões) no *corpus* aristotélico e discutiu como as paixões assumem o controle da psique humana levando os homens à ação.

Para início de conversa parafraseamos a colocação de Mosca (2017) quando nos questiona: “Fica, entretanto, desde o início a questão de saber o que é uma paixão: um sentimento devorador, uma obsessão que absorve ou uma simples emoção mais forte?” (MOSCA, 2017, p. 15). Começamos, então, a digitar as primeiras linhas deste trabalho com vistas a dialogarmos sobre esta questão.

O objetivo deste artigo é perquirir como o discurso de aconselhamento sobre “evitar o ciúme” suscitou o compartilhamento de emoções (diretas e indiretas) e desencadeou argumentações que se sustentaram sob categorias semânticas do afetivo, por intermédio dos comentários² oriundos de duas postagens compartilhadas no *instagram*, no ano de dois mil e vinte e três, no perfil oficial do escritor Augusto Cury³.

Nessa conjuntura, não focalizaremos o exame das paixões efetivamente experimentadas pelos indivíduos empíricos ditos de “carne e osso”, assim como afirmou Piris (2020), nem a descrição de estados fisiológicos ciumentos,

¹ Ao considerarmos a inter-relação entre as três provas retóricas (*ethos*, *logos* e *pathos*), diremos que o *pathos* está associado às paixões, emoções e afetos.

² No total, analisamos doze comentários, contudo, neste momento, apresentaremos os resultados da análise de quatro comentários.

³ É importante salientarmos que estamos diante de um perfil de um profissional da saúde, um psiquiatra com mais de 25 milhões de livros vendidos no Brasil.



indignados ou coléricos, mas a compreensão das paixões construídas na e pela linguagem.

1 A PERSUASÃO POR INTERMÉDIO DA PAIXÃO DO CIÚME

A palavra ciúme, do latim *zelumen*⁴ (*zelus*) e do grego *zelos*, designa em sua origem etimológica a conotação de zelo, cuidado altruísta. O ciúme não é uma paixão citada diretamente na *Retórica das paixões*, contudo nada nos impede de observar o engendramento de suas características em outras paixões, como por exemplo, a inveja e o temor. Elas se aproximam em decorrência da falta.

No trecho da música *Ciúme de você*, de Luiz Ayrão, interpretada por Roberto Carlos, “Se você me diz que vai sair sozinha eu não deixo você ir; entenda que o meu coração tem amor demais meu bem e essa é a razão do meu ciúme, ciúme de você, ciúme de você, ciúme de você”, temos uma demonstração objetiva de como essa temática é potencializada em diferentes âmbitos⁵ da vida humana. O eu lírico constrói uma cena enunciativa para justificar o motivo de seu ciúme, resultante do amor em demasia. Essa cena, da imbricação entre amor e ciúme é perpetuada como um lugar-comum. Seria o equivalente ao mais e menos, quanto mais amor, maiores chances para o ciúme. Um sentido fixo, difundido socialmente⁶.

Tratar da emoção é percorrer uma discussão que beira as dicotomias entre persuasão e convencimento. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o convencer está associado a um caráter racional da adesão, enquanto isso, só pode ser persuadido tudo aquilo que não se liga à razão (corpo, imaginação, o

⁴Cf. https://delpo.prp.usp.br/~delpo/consulta/consulta_hiperlema.php?hiperlema=ci%C3%BAme;https://www.dicio.com.br/ciume/.

⁵ Outro espaço que costuma dar visibilidade a esse assunto é a literatura. Nas produções machadianas, o leitor experimenta um ingrediente que apimenta a trama da escrita: o ciúme. Segundo Lula (2021), os romances *Ressureição* e *Dom Casmurro* são duas referências em que o autor explorou essa emoção.

⁶ A mídia jornalística declara que muitos crimes de feminicídios são motivados pelos ciúmes do parceiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/02/22/por-ciumes-da-esposa-homem-mata-outro-durante-o-carnaval-em-porto-grande.ghtml>. Acesso em 07 de mar.2023. Manchetes como: *tortura, ciúme, ameaças: as vítimas de feminicídio no Brasil em 2022* ou *por ciúmes da esposa, homem mata outro durante o carnaval em Porto Grande* demonstram como essa temática faz parte do cotidiano, das opiniões e problemas compartilhados socialmente e que, necessariamente, deve ser levada como um assunto de interesse coletivo.



sentimento). Os autores alegam sobre a imprevisibilidade de se adotar uma postura fixa para designar os tipos de auditórios a partir do convencimento ou da persuasão.

Na situação argumentativa capturada por nosso gesto metodológico constatamos a disponibilidade dos seguidores para compartilhar experiências associadas às emoções em questão. A sequência de comentários repercutiu no que Figueiredo, Gomes e Ferraz (2019, p. 7) relatam sobre as paixões:

Por configurarem um reflexo sensível do outro, podem ser consideradas uma ponte que conecta os seres humanos por meio do campo passional. Assim, quando uma paixão é despertada por um orador em seu auditório, temos a conexão necessária que demonstra que essa emoção está presente e unifica essas duas instâncias do tripé retórico. O auditório, ao ser tomado por uma paixão, abre as portas do seu campo sensível e permite que o orador conheça suas disponibilidades emocionais e, por consequência, suas motivações e valores. (FIGUEIREDO; GOMES; FERRAZ, 2020, p. 35).

Por esse motivo, é notável a repercussão alcançada pelos conselhos do psiquiatra e escritor Augusto Cury, em seu perfil oficial do *Instagram*. O *ethos* prévio do enunciador assume um lugar de autoridade. A adesão dos internautas é fomentada pelas pautas que versam sobre o cuidado de si. Conforme Foucault (2006, p. 11), “o cuidado de si constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência”. O cuidado de si, com efeito, é algo que tem sempre necessidade de passar pela relação com um outro.

2 AUTOAJUDA E AS FUNCIONALIDADES DOS COMENTÁRIOS DIGITAIS

De acordo com Castellano (2012), o modelo de produção de discursos da autoajuda a respeito das condutas de vidas “desejáveis” diz muito sobre o contexto sociocultural em que estamos inseridos.

Entendemos que o diálogo entre o cuidado de si e a autoajuda se justifica em virtude da noção conceitual do gênero autoajuda como um conjunto de relatos, manuais e multimídias que ensinam a conduzir a vida. (RUDIGER, 2010). Neste



artigo, o quadro cênico⁷ da análise desse discurso é o espaço virtual, o *Instagram*, um lugar fértil em interatividades e articulações entre os indivíduos, mediante interesses diversos.

Em seu *Dicionário de formas e práticas do discurso digital*, Paveau (2017) promoveu um trabalho que visa resolver problemas concernentes ao funcionamento dos discursos nativos da internet numa perspectiva qualitativa e ecológica. Os dados tecnodiscursivos nativos são aqueles produzidos *on-line* nos espaços de escrita e com as ferramentas propostas pela internet.

Optamos por apresentar o *corpus* deste trabalho na forma de captura de tela, que segundo Paveau (2017) é o mínimo ecológico necessário. Os comentários são enunciados *on-line* como compósitos tecnolinguageiros, originam-se a partir de um tecnodiscurso primeiro, a exemplo de um *post* de rede social.

No perfil oficial do escritor Augusto Cury contabilizam-se 6,8 milhões de seguidores⁸. No contexto enunciativo do *instagram* em questão, subtende-se que existe um auditório presumido. Não há novidade em afirmarmos que as redes sociais se tornaram ágoras virtuais promotoras de espaços que incitam o sujeito a mostrar um estado de felicidade.

De acordo com Illouz (2007, p. 8), “o processo de fazer do eu uma matéria afetiva e pública encontra sua expressão mais potente na tecnologia da internet, uma tecnologia que pressupõe e põe em cena um eu afetivo público”. Esse afetivo público, por sua vez, reverbera nas interações privadas. Há muitos apelos para o empreendedorismo individual, além de divulgar o que há de melhor entre os amigos, família, trabalho, bens adquiridos, tudo o que é passível de ostentar felicidade. Na dimensão privada encontra-se a fragmentação das relações humanas e, dessa forma, os sujeitos não sabem como solucionar seus problemas, vencer os medos, superar traumas, traições e ciúmes. É nesse contexto que o empreendedorismo de si extrai respostas a partir de uma formação discursiva atrelada aos movimentos discursivos da autoajuda.

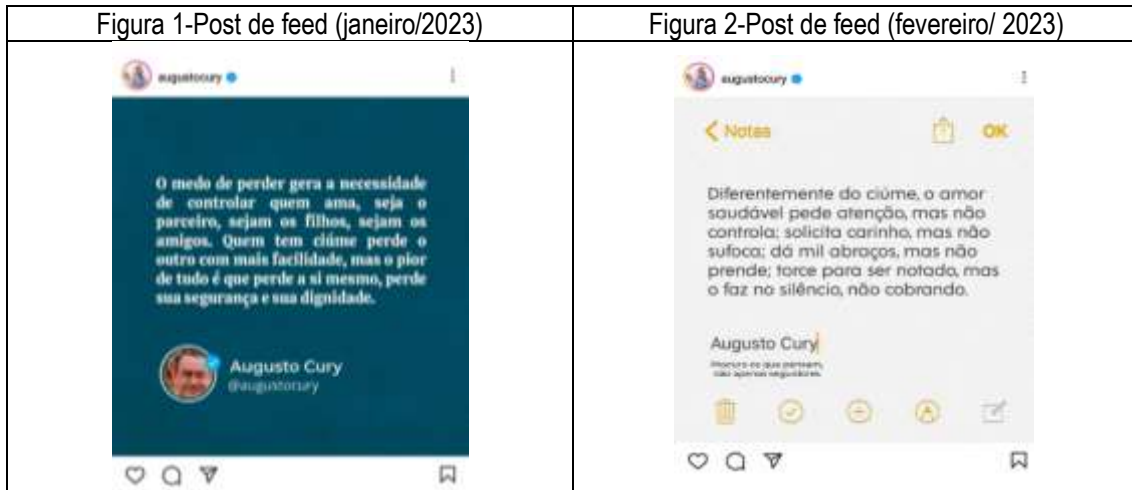
⁷ É aquele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido- o espaço do tipo e do gênero do discurso. (MAINGUENEAU, 2011, p. 87).

⁸ A participação ativa das pessoas nas redes sociais ocorre majoritariamente por meio da catalisação de conversas que tendem a um comportamento indicativo para a “conexão, a ligação e a linkagem entre assuntos e pessoas”. (ZENHA, 2018, p. 25).



3 AS IMBRICAÇÕES DAS EMOÇÕES

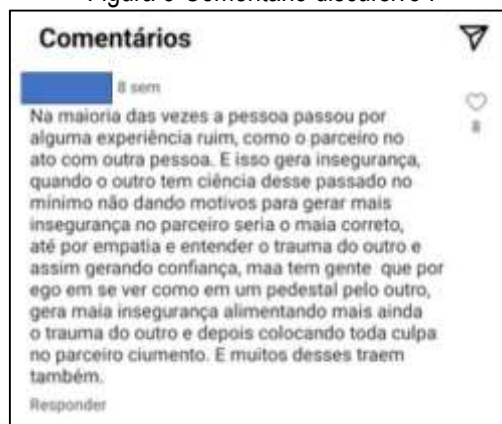
Para este trabalho, recortamos duas postagens⁹ do *instagram* oficial do escritor Augusto Cury:



Fonte: *printscreens* da rede social *Instagram*

As postagens repercutem como orientações comportamentais. Na figura 2, a postagem do enunciador atua nos limites de uma negociação, a partir do comparativo entre as paixões do amor e do ciúme. Após esse enquadramento das características que perpassam esses *posts*, queremos ressaltar como a argumentação suscitou e construiu emoções discursivamente a partir dos comentários da postagem realizada em janeiro/2023.

Figura 3-Comentário discursivo I



Fonte: *printscreens* da rede social *Instagram*

⁹ O *post* é um conteúdo nativo digital. As publicações no formato de *post* podem assumir os formatos de imagem, texto verbal, vídeos, áudios ou a junção dessas linguagens. Em nosso gesto metodológico apresentamos dois *posts* de *feed*.

A argumentação sustentou-se no eixo dóxico dos relacionamentos amorosos. A característica inicial desse comentário traz a ampliação do conteúdo primeiro. O ciúme advindo dos relacionamentos amorosos, por intermédio de uma argumentação baseada na consequência. Esse posicionamento retoma um lugar-comum do comportamento ciumento: se sentir trocado por outrem, traído, com sentimento de rejeição.

Diremos, consoante Amossy (2020), que a *doxa* refere-se a todas as evidências compartilhadas de uma época, ao já dito e pensado. A noção de *doxa* refere-se à opinião comum, ao conjunto vago de crenças e opiniões que circula na coletividade, mobilizados pelo interdiscurso e discurso social. É importante observar como esse discurso depende de outros, a partir do qual ele se elabora, para pôr em relevo e avaliar a atuação dos elementos dóxicos. Por elementos dóxicos, entende-se a “inscrição pontual, no discurso oral ou escrito, das evidências compartilhadas, ou das plausibilidades de uma coletividade datada”. (AMOSSY, 2020, p. 118-119). O valor da fidelidade é posto em questão como pressuposto dóxico. O lugar do fiel e infiel. Valor que subjaz o esquema de pensamento utilizado. A partir disso, outras argumentações surgem como opinião compartilhada. Por ampliação enunciativa, apresentamos o segundo comentário:

Figura 4-Comentário por ampliação enunciativa (2)

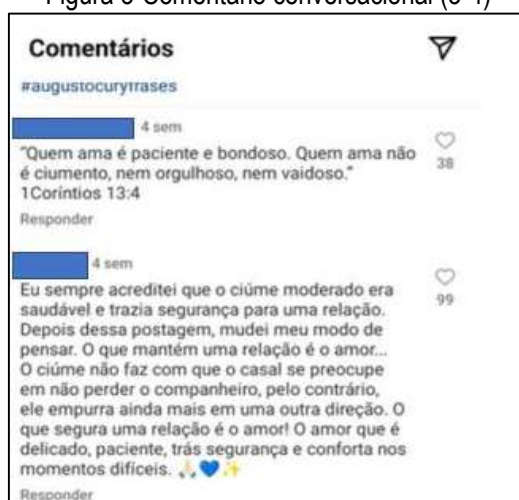


Fonte: *printscreen* da rede social *Instagram*

Nesse caso, identificamos a imagem de uma mulher indignada com a traição e insegura (desprezo, rejeição e cancelamento). A internauta mobiliza diretamente

a imbricação da segurança, insegurança e o cuidado de si¹⁰ ('construção da subjetividade', autonomia e liberdade). Os comentários adquirem as características conversacional e relacional e permitem a imbricação das seguintes emoções: indignação, insegurança, cólera e desprezo. Dando seguimento, temos:

Figura 5-Comentário conversacional (3-4)



Fonte: *printscreen* da rede social *Instagram*

O primeiro comentário, resultante da postagem de fevereiro/2023, mobilizou uma interação por intermédio de uma citação bíblica.

De acordo com Amossy (2020), o discurso argumentativo é sempre dialógico, embora não seja obrigatoriamente dialogal. Consideramos que o internauta em tela encontra o ponto de acordo e move o interdiscurso por meio da formação discursiva do campo religioso. Como dito por Amossy (2020), em todo discurso com visada ou dimensão argumentativa existe uma *doxa* ou opinião comum.

No tocante ao comentário 4, com noventa e nove curtidas, constatamos efeitos passionais que retratam o reconhecimento de um lugar que prezava pelo ciúme em dose controlada, para um lugar de completa rejeição desse sentimento. Ao tratar sobre a construção dos efeitos passionais no discurso, Ferreira (2010, p. 143) nos adverte que "uma espécie de 'razão emotiva' toma conta do auditório quando o orador, como resultado da exploração do belo, provoca admiração". Nesse contexto, além da admiração pelo conhecimento compartilhado pode-se

¹⁰ Preocupar, cuidar, ocupar-se consigo são práticas que segundo Foucault (2006, p. 104), retomam "uma forma de atividade, atividade vigilante, contínua, aplicada, regrada, etc".



estabelecer a exploração do *pathos*. A mudança de percepção "*depois dessa postagem, mudei meu modo de pensar*" confirma como as emoções promovem alterações psicofísicas. Assim, a argumentação defende a supremacia do amor; a imbricação do amor com a segurança e favor.

Nessa conjuntura, Amossy (2020, p. 208) vai nos assegurar que o *pathos* não é apenas adjuvante no processo de persuasão do auditório: "é preciso também levar em conta o fato de que as emoções, que têm origem em crenças e julgamentos estão por sua vez, abertas à argumentação". Nesse caso, na desconstrução da crença de que o ciúme era um "ingrediente" para o relacionamento. Inspira-se a confiança no conteúdo da postagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, conseguimos constatar como as postagens suscitaram e construíram emoções discursivamente. As configurações dos comentários discursivos permitiram as consolidações do *ethos* solidário e/ou do *ethos* anti-ciumento.

Ao observarmos o trajeto das paixões em questão, notamos que o lugar do ciumento é precedido pela disponibilidade e identificação com o amor e o medo. Outrossim, confirmamos que as redes sociais se tornaram ágoras virtuais para atender às necessidades e enfrentamentos comuns vivenciados e compartilhados pelos sujeitos. Da mesma maneira, na era pós-moderna elas dotam o orador- "influenciadores digitais" de uma potência que outrora era exclusiva das instituições. Esses oradores ditam valores, crenças e princípios que antes eram exclusivos das instituições ou de algumas poucas pessoas. (GOMES, 2017). Além disso, o *instagram* do psiquiatra e escritor brasileiro transpõe o espaço digital configurando-se em um ambiente de prática e aproveitamento terapêutico.

Respondendo ao nosso questionamento inicial, podemos afirmar que o ciúme é uma paixão caracterizado pela obsessão que absorve.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Thiago de. **Ciúme e suas consequências para os relacionamentos amorosos**. Curitiba: Editora Certa, 2007, p. 71-79.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução: Eduardo Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2020.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. da Fonseca. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CASTELLANO, Mayka. Cultura da autoajuda: o “surto do aconselhamento” e a bioascese na mídia. **E-Compós**. v.15, n.1, p. 1-13, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.30962/ec.685>. Acesso em 28 de mar. 2023.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIGUEIREDO, Maria Flávia. A trajetória das paixões. **Revista Sinergia**, v. 20, p. 6-17, 2019.
- FIGUEIREDO, Maria Flávia; GOMES, Acir de Matos; FERRAZ, Luana. **Trajetória das paixões: uma retórica da alma**. Grupo PARE (Pesquisa em Argumentação e Retórica). Franca, SP: Unifran, 2020, p. 34-55.
- FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo. Martins Fontes. 2006.
- GOMES, Acir de Matos. “Autoajuda” para bem falar em público. In: FERREIRA, Luiz Antonio. **Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência**. São Paulo: Blucher, 2017.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LULA, Darlan de Oliveira. **Um estudo do ciúme em Machado de Assis: as narrativas e os seus narradores**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. (Prefácio). In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-L.
- MOSCA, Lineide Salvador. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia. VIDAL, Gerardo Ramíres. FERREIRA, Luiz Antônio. **Paixões Aristotélicas**. Franca-SP: Unifran, 2017, p. 15-29.
- PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas**. Tradução: Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 97-117.



PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIRIS, Eduardo Lopes. Prefácio. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; GOMES, Acir de Matos; FERRAZ, Luana. **Trajétoria das paixões**: uma retórica da alma. Grupo PARE (Pesquisa em Argumentação e Retórica). Franca, SP: Unifran, 2020, p. 11-13.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, n. 49, v.1, p. 19-42, 2018.

ANALISANDO A COLABORAÇÃO CRÍTICA POR MEIO DA ARGUMENTAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A EXPANSÃO DE UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

Daniela Baccheschi Pioli Pellossi
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Resumo: Esta apresentação filia-se a uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação: Formação de Formadores, da PUC/SP, que investiga a colaboração crítica entre pesquisadores-formadores do Grupo de Pesquisa Linguagem em Atividade em Contexto Escolar - PUC/SP. O trabalho fundamenta-se na formação de formadores, na constituição de grupos e na colaboração crítica. A organização metodológica está amparada na Pesquisa Crítica de Colaboração, que pretende fomentar a colaboração entre pesquisador e participantes, com foco na transformação de seus contextos. Objetiva-se, por meio de uma análise argumentativa e multimodal, analisar excertos de uma das reuniões de planejamento do curso de extensão “Multiletramento Engajado: currículo como (trans)formação”, realizado no segundo semestre de 2021, no modo *online* e elaborado por pesquisadores do Projeto Brincadas, que é organizado e desenvolvido pelo GP LACE. Pretendemos discutir de que maneira espaços crítico-colaborativos de formação de formadores, desenvolvidos por meio da argumentação, podem viabilizar o compartilhamento e a construção crítico-colaborativa de novos saberes e pensares por parte dos formadores, para que isso reverbere no seu cotidiano, propiciando uma educação mais democrática, em que os alunos se sintam à vontade para se expressar e criticar e se engajem na transformação da realidade que os cerca.

Palavras-chave: Formação de Formadores. Grupo. Colaboração Crítica. Argumentação.

Abstract: This presentation is part of a research under development in the Master in Education: Teacher Education (FORMEP), at PUC/SP, which investigates the critical collaboration between researcher-educator of the Research Group Language in Activity in School Context (*Linguagem em Atividade no Contexto Escolar - LACE*) - PUC/SP. Its theoretical foundations are based on the assumptions of teacher education, the formation of groups and critical collaboration. The methodological organization is supported by the Critical Collaborative Research (*Pesquisa Crítica de Colaboração - PCCo*), which aims to encourage collaboration between researcher and participants, focusing on the transformation of their contexts. The objective is, through an argumentative and multimodal analysis to analyze excerpts from one of the planning meetings for the extension course “Engaged Multiliteracy: curriculum as (trans)formation”, carried out online in the second semester of 2021, and planned by researchers from Projeto Brincadas, which is organized and developed by RG LACE. We intend to discuss how critical-collaborative spaces for teacher education, which occur through argumentation, can enable the sharing and critical-collaborative construction of new knowledge and thoughts by educators, so that this reverberates in their daily practice, providing a more democratic education, in which students feel free to express themselves, criticize and engage in the transformation of the reality that surrounds them.

Keywords: Teacher Education. Group. Critical Collaboration. Argumentation.



INTRODUÇÃO

A pesquisa evidenciou que momentos de trabalho crítico-colaborativo no grupo de pesquisa Linguagem em Atividade no Contexto Escolar (GP LACE), da PUC-SP reverberaram positivamente entre os pesquisadores que, conseqüentemente, puderam levar os conceitos desenvolvidos na atuação com o grupo para suas práticas profissionais em um trabalho em cadeia criativa, no qual os participantes se apropriam dos significados e os levam a outros contextos, onde são ressignificados (LIBERALI, 2018c).

O GP LACE iniciou o “Projeto Brincadas: criando o inédito viável em tempos de crise” em 2020, logo após o período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19. Nesse período, foram realizados encontros online para amenizar os efeitos do isolamento e discutirmos ações que diminuíssem os impactos causados na educação. Foram realizadas *lives* com educadores para discutirmos caminhos para essa nova realidade, entre outras ações. Uma delas, em 2021, foi o curso “Multiletramento Engajado: currículo como (trans)formação”, cujo objetivo foi discutir assuntos relevantes socialmente, considerando a realidade dos envolvidos (FREIRE [1987] 2019; CLAVIJO-OLARTE; SHARKEY, 2017), tendo como base a forma de trabalho do grupo nos moldes do multiletramento engajado (LIBERALI, 2022), com profissionais ligados à educação.

O GP LACE se propõe a trabalhar de forma crítico-colaborativa, fundamentando-se na PCCol (MAGALHÃES; FIDALGO, 2007; MAGALHÃES, 2011), que busca o trabalho com todos os sujeitos que integram a pesquisa a fim de transformar os contextos de todos os envolvidos. Dessa forma, nossa metodologia apoia-se na PCCol, a qual abordaremos neste artigo.

Com o intuito de entender como ocorreu processo crítico-colaborativo entre os pesquisadores-formadores, sujeitos da pesquisa supracitada, discuto, na fundamentação teórica, sobre a formação de formadores, tendo como aporte principal o pensamento filosófico de Freire (1996; 2019) e os apontamentos de Liberali e Fuga (2014), para quem o respeito ao estudante, a escuta atenta e a amorosidade são essenciais no processo educativo.

Para a análise dos dados, lançarei mão dos conceitos de colaboração crítica de NININ (2018) e de argumentação multimodal de Liberali (2018a; 2018b), que, em



conjunto, possibilitam analisar como os argumentos são desenvolvidos e, a partir deles, evidenciar momentos de colaboração crítica entre os pesquisadores em suas discussões durante as reuniões de planejamento para o segundo encontro do curso “Multiletramento Engajado: currículo como (trans)formação”. Em seguida, mostrarei como a colaboração crítica é entendida pelos pesquisadores e como reverberam em seus contextos escolares na busca por uma educação mais democrática.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa conta com os aportes teóricos da formação de formadores, de colaboração crítica e grupos sociais, pois entendo que, para desenvolvermos a criticidade dos alunos, primeiramente devemos criar uma cultura crítico-colaborativa nas escolas, por meio da formação de grupos. Destarte, os três aportes se interrelacionam para encorajar uma educação mais democrática.

Formar professores mais críticos é fundamental se desejamos que os alunos sejam também críticos da realidade que os cerca. Devemos nos afastar de uma “educação bancária” que, segundo Freire (1996) é hierarquizante, e impõe aos estudantes um currículo que muitas vezes é desconexo da realidade. Na visão do autor, a educação deveria abranger saberes de uma prática crítico-educativa. Clavijo-Olarte e Sharkey vão na mesma direção ao afirmar que os temas abordados devem estar relacionados aos interesses e necessidades dos alunos, indo ao encontro do pensamento de Jordão (2014), de que é importante que alunos e professores decidam juntos sobre os conteúdos a serem estudados com vistas a alcançarmos uma educação mais democrática.

Porém, este precisa ser um esforço coletivo e intencional no sentido de estabelecer uma cultura crítico-colaborativa no ambiente escolar. Hargreaves e Fullan (2012) acreditam que a profissão docente deveria ser mais colaborativa e colegiada, fundamentada no trabalho em grupo. Esta é a mesma posição assumida por Passos (2016), para quem os grupos são espaços de formação docente que fomentam criticidade e colaboração. Para Magalhães (2011), o trabalho colaborativo é uma maneira de compreender melhor o mundo e de participar crítica e concretamente das interações em aula.



Dessa forma, a colaboração crítica é um processo que se inicia com a intencionalidade da escola, na figura dos gestores, perpassa os professores até chegar aos alunos, em um esforço coletivo a fim de formar cidadão mais críticos e reflexivos, agentes de transformação (VIANNA e STETSENKO, 2011).

A pesquisa está ancorado no conceito de colaboração crítica de Magalhães (2011; 2014) e de Ninin e Magalhães (2017), que entendem a colaboração crítica como um processo de construção tanto pessoal quanto profissional, em que os sujeitos trabalham juntos para transformar a si aos contextos em que estão inseridos. A colaboração crítica vai de encontro ao que Hargreaves (2003) considera colaboração confortável, que é o ato de evitar conflitos, desviar de situações complexas e apenas concordar, aceitar o que é posto. Para o autor, tais atitudes não incentivam o crescimento profissional dos envolvidos e, conseqüentemente, não promovem a reflexão dos estudantes.

Como contraponto, a colaboração crítica (MAGALHÃES, 2011; 2014) valoriza os conflitos como aspecto positivo (JOHN-STEINER, 2000; HARVEY, 2014), por meio dos quais os sujeitos argumentam, expressam posicionamentos divergentes, conhecimentos científicos, experiências e expandem sua compreensão em direção a construir algo novo.

O processo crítico-colaborativo é um movimento dialógico dado que ocorre na interação dos sujeitos entre si e / ou com o meio, uma vez que somos constituídos sócio-histórico-culturalmente e não conseguimos nos desvencilhar da sociedade ao nosso redor, que nos transforma e é transformada por nós a todo instante.

Uma forma de viabilizar um ambiente escolar favorável à reflexão crítico-colaborativa é formar grupos colaborativos que, na visão de Passos (2016) permitem que o professor esteja em constante aprendizagem ao desenvolver a reflexão crítica sobre si e suas práticas.

Martín-Baró (2017) identifica três dimensões que constituem os grupos sociais: identidade, atividade e poder. A identidade se relaciona às motivações dos integrantes em fazer parte do grupo. Alexandre (2002) vai na mesma direção ao afirmar que as motivações em comum, a solidariedade e a cooperação fortalecem a interação dos membros de um grupo. A atividade refere-se ao que o grupo produz em prol da sociedade, reforçando seu caráter social. O poder está nas



relações de forças existentes entre seus integrantes e nos recursos que o grupo possui. Martín-Baró (1999) considera que os recursos podem ser materiais e imateriais, como o conhecimento dos integrantes. Como cada participante está inserido em um contexto sócio-histórico-cultural próprio, é natural que haja conflitos e divergências. e que haja “choques e conflitos” (ALEXANDRE, 2002) no grupo. Contudo, estes não são resolvidos na dimensão do poder, mas por meio da interação, respeitando a identidade individual e colocando o grupo acima dos interesses pessoais.

Criar espaços colaborativos não é uma tarefa simples. Exige confiança mútua (NININ, 2018), respeito e engajamento com o grupo. Nesse sentido, a formação de um grupo demanda intencionalidade, comprometimento coletivo, responsabilidade compartilhada, como afirmam Fullan e Hargreaves (2000).

Nessa direção, o grupo de pesquisa LACE (VENDRAMINI-ZANELLA *et. al*, 2015), cujos pesquisadores são os sujeitos desta pesquisa, tem o pressuposto de trabalhar com os preceitos da colaboração crítica. O curso analisado nesta pesquisa foi desenvolvido pelo grupo sempre considerando esses conceitos, com vistas a que os participantes desenvolvam a reflexão crítica sobre si e sobre a sociedade, em um movimento de resistir às situações de injustiça e expandir o conhecimento em busca de transformações para uma sociedade para equânime.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada por meio da Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol), que procura desenvolver novos modos de pensar e agir com vistas a transformar os contextos de todos os envolvidos (FIDALGO; MAGALHÃES, 2007; MAGALHÃES, 2011) e tem como foco o contexto escolar.

A PCCol tem base na dialética marxista e vygotskyana, que pensam o sujeito sempre em sua relação com o meio, influenciando-o e sendo influenciado por ele. Somos constituídos sócio-histórico-culturalmente, mediados pela linguagem (VYGOTSKY, [1987] 1988). Portanto, a PCCol sempre considera o sujeito em relação ao meio no qual está inserido, incentivando relações crítico-colaborativas durante o processo. Assim sendo, na PCCol, “o pesquisador não tem resposta



pronta e os resultados não são lineares e nem sempre os esperados” (MAGALHÃES, 2018, p. 29).

O GP LACE tem a PCCol como base para suas ações, entre elas, o curso “Multiletramento Engajado: currículo como (trans)formação”, objeto desta pesquisa. Consequentemente, seria incoerente lançar mão de outra metodologia.

A análise dos dados foi feita por meio da Argumentação (LIBERALI, 2018a) e da multimodalidade (KRESS, 2010; VAN LEEUWEN, 2005; KRESS e VAN LEEUWEN, 2006) que se complementam para construir significados. A argumentação é a “atividade estruturante de todo e qualquer discurso” (KOCK, 1984, p. 23), por meio da qual diferentes pontos de vista são debatidos, defendidos ou refutados. Em consonância com a multimodalidade, as possibilidades de compreensão de sentidos são ampliadas, pois os gestos, movimentos do olhar, das mãos, tom de voz, ritmo de fala e até o silêncio expressam significados (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

Esta orquestração de sentidos, mediada pela linguagem, como aponta Ninin (2018) é um processo intencional entre os participantes, que buscam reconstruir um dado contexto. A autora aponta os seguintes princípios de para negociação de significados, que nos auxiliaram a entender como a colaboração e a criticidade são evidenciadas na argumentação: a **responsividade** busca por articulação entre os diferentes pontos de vista dos interlocutores em direção a uma definição comum; a **deliberação** pretende argumentar e contra argumentar sobre as questões levantadas; a **alteridade** visa aceitar e compreender as diferenças, posicionamentos contrários; a **ponderação** é o ato entender que o interesse do grupo, deve vir antes do interesse pessoal, avaliar posicionamentos, porém sem “deixar de tratá-los com humildade e cuidado” (NININ, 2018, p. 79); já a **mutualidade** enseja criar espaços de discussão, abertura para que todos se pronunciem, participem, tenham voz e vez Magalhães (2011) e a **ainterdependência** objetiva trabalhar juntos pelo bem coletivo, mesmo que com posicionamentos diferentes, no sentido de pensarem e criarem algo comum a todos.



A argumentação multimodal e os princípios de colaboração nos darão subsídios para a análise de dados. Seguiremos para o contexto da pesquisa e logo após apresentaremos alguns dos dados analisados.

3 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio da análise de três reuniões que precederam o segundo encontro do curso “Multiletramento Engajado: currículo como (trans)formação”, realizado no segundo semestre de 2021 pelo Projeto Brincadas, que é parte das ações do GP LACE-PUC-SP. O curso foi estruturado pelos pesquisadores do grupo e composto por 3 aulas virtuais, síncronas e 3 *lives*, cada uma focando nos aspectos teóricos que embasaram as aulas. O segundo encontro teve como tema o idadismo “Pelo direito de envelhecer” e focou nas questões sociais que envolveram os idosos durante a pandemia de COVID-19.

As reuniões ocorreram no modo online, pelo aplicativo Zoom e foram gravadas, possibilitando sua retomada para uma análise mais acurada. A reunião do dia 08/09/2021 teve como foco principal a organização do *website* do curso. Dia 23/09 e 06/10 nos reunimos para iniciar o planejamento do encontro sobre idadismo. O planejamento foi concluído na reunião de 13/10 que, infelizmente, não foi gravada e, conseqüentemente, não pode ser analisada.

Foram 17 pesquisadores envolvidos, contando com a coordenadora do GP LACE, Prof.Dra. Fernanda Coelho Liberali. Foram analisadas as video gravações da reuniões de planejamento, bem como um questionário enviado aos pesquisadores, que obteve 10 respostas e uma subsequente conversa informal com membros do GP LACE sobre como as ações do grupo, mais especificamente as reuniões de planejamento, influenciam em sua prática profissional. Os dados foram analisados, como previamente mencionado, à luz da argumentação (LIBERALI, 2018a), da multimodalidade (KRESS, 2010; VAN LEEUWEN, 2005; KRESS e VAN LEEUWEN, 2006) e dos princípios de colaboração (NININ, 2018). A seguir, trataremos um dos momentos analisados durante a pesquisa.



4 COLABORAÇÃO CRÍTICA EM MOMENTO DE DISCORDÂNCIA

A análise proporcionou observarmos a colaboração crítica em momentos de complementaridade, no qual os pesquisadores construíram ideias a partir de uma ideia inicial, transformando-a, melhorando-a, até chegar a uma definição. Porém, observamos também momentos crítico-colaborativos em que momentos de conflito / discordância entre os pesquisadores, que tinham pontos de vista divergentes e apresentaram argumentos embasados em teorias ou experiências de vida para sustentar suas deliberações.

Para este artigo, selecionei um momento de discordância ocorrido na reunião de 09/09/2021, quando da discussão sobre a organização do *site* do curso. O recorte foi feito para evidenciar como as contradições são importantes para desenvolver soluções inovadoras (HARVEY, 2014) e a colaboração crítica. Em seguida, discutirei duas respostas de professores sobre como sua participação no GP LACE e no planejamento do curso "Multiletramento Engajado: currículo como transformação" reverberaram em sua prática docente.

Posteriormente à apresentação da proposta de BS e MB para o *site*, uma das pesquisadoras, MC, questiona sobre a escolha do formato de formato, que teria todas as informações em uma mesma página, que precisaria ser rolada a fim de ver todo o conteúdo. *Posso falar uma coisa? Foi uma opção colocar tudo em uma página que rola ao invés de abrir outras páginas?*

Ela inicia um mecanismo conversacional com o pressuposto de que pode perguntar, pois não espera pela resposta e já faz o seu questionamento. Sua pergunta abre a discussão, em um movimento de expansão dialógica (NININ, 2018), oferecendo a oportunidade para que outros pesquisadores respondam e argumentem.

A pesquisadora segue, proferindo seu ponto de vista contrário à escolha feita para o *site*: *Eu, particularmente, não gosto, gente. **Eu prefiro...** Eu prefiro colocar ícones mais gerais na frente e você ir abrindo página. Você tem "encontros", aí você clica e tem "encontro 1", "encontro 2", "encontro 3", naquela página só tem os encontros. Nem sempre é fácil rolar.*

A entonação mais forte no **eu prefiro** evidencia que ela fala por si e não pelo grupo e demonstra uma opinião pessoal. Seu argumento é embasado em



observação pessoal, dos seus alunos em sala de aula *Toda vez que você tem que descer a página, as pessoas se perdem.*

A pesquisadora SL responde, discordando de MC. Ela oferece um argumento embasado em um curso que fez na escola onde trabalha *...a gente teve uma formação lá na escola e eles pediram pra tudo colocar numa página só, por vários motivos, uma porque diz que cada clique que a pessoa abra, demanda dados, demanda internet de rodar pra abrir outras páginas também. E quando você coloca uma página só, demanda menos internet. E quando você abre assim, é uma carregada só. Eles [organizadores de um curso que está fazendo na escola em que leciona] pediram pra gente fazer assim, pra ter menos pop ups possível.*

MC comenta sobre sua experiência na escola *A minha experiência na escola é com crianças, né. Mas com alunos, nesse tempo de pandemia, a gente ficava, tudo que passava da página um pouquinho pra baixo eles não acessavam, eles já perdiam o dado.*

Após o questionamento de MC e a contra-argumentação de SL, uma das idealizadoras do site, a pesquisadora BS, retoma a organização do site, espelha a posição de SL e se coloca em uma posição colaborativa ao afirmar que está disposta a mudar para o formato que o grupo considerar melhor. *Nessa página só temos três itens, o curso, aula síncrona e assíncrona. Mas vocês que sabem, gente. Se vocês acharem melhor, podemos fazer dessa forma. Fizemos assim pensando nisso que a SL falou.* Ao final, MC demonstra entender os argumentos de LS e BS *Acho muita informação em uma página só. Mas tudo bem, eu entendi o argumento da BL, nessa coisa da navegação.* E, apesar de não concordar, aceita o que o grupo considera a melhor opção *Não concordo, mas aceito.*

Esse movimento de argumentação, contra-argumentação, discordância fazem parte da colaboração crítica, pois, como afirma Magalhães, a “colaboração pressupõe que todos os agentes tenham voz para colocar suas experiências, compreensões e suas relações de discordâncias em relação aos discursos dos outros parceiros” (MAGALHÃES, 2011, p. 69). O mais importante é justamente a viabilização do diálogo questionador, da troca de turnos e da expansão do



conhecimento, além de não quisermos impor nossa opinião sobre a dos demais, tendo sempre em vista que o coletivo deve prevalecer ao individual (NININ, 2018).

A imagem 1, a seguir, destaca o momento SL contra-argumenta. Percebemos que MC discorda do que está sendo dito não só por sua fala, mas também pelos seus gestos. Ela coça a cabeça, mantém os músculos do lábio esticados, como em um sorriso, mas com a boca cerrada. Seus movimentos corroboram sua fala posterior, *não concordo, mas aceito*.

Imagem 1: Momento de discordância



Fonte: acervo do Projeto Brincadas

Percebe-se como a argumentação multimodal e os princípios de colaboração se integram para uma análise mais acurada da colaboração crítica na reunião do GP LACE. Na sequência, serão abordadas duas respostas de professores à pergunta na conversa informal, sobre como os pesquisadores percebem a colaboração crítica em sua prática profissional.

5 COLABORAÇÃO CRÍTICA PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

Focarei nas respostas de dois professores para a pergunta De que maneira as coisas que a gente vivenciamos como grupo de pesquisa, nos planejamentos das Bbrincadas, nas experiências das Bbrincadas, como isso tem influenciado a prática



de vocês nos contextos fora da PUC? feita pela Professora Dra. Fernanda Coelho Liberali na reunião do GP LACE do dia 23/03/2023 para demonstrar como a colaboração crítica viabilizada nos momentos de planejamento do grupo podem ser fonte de construção de uma educação mais democrática.

O professor pesquisador LT declarou que estava prestes a desistir da docência quando conheceu o GL LACE e começou a participar do Projeto Brincadas.

Quando eu vi esse processo do Brincadas, vi que é possível fazer uma educação que seja legal, que seja integrativa, que seja coletiva, que seja respeitosa.

Ele diz ainda que transformou sua prática, escutando mais os alunos, indo ao encontro da visão de Freire (1996) de que não há respeito sem escuta. Vamos além, afirmando que sem escuta tampouco pode haver colaboração crítica. LT desconstruiu sua visão de uma educação “bancária” e hierarquizante:

No dia a dia a gente fica muito preocupado em fazer com que os conteúdos sejam passados. Mas, gente, não. Não é assim, não precisa ser assim.

A participação do educador no GP LACE e no Projeto Brincadas ampliou sua visão sobre educação e currículo, assim como ampliou a visão do professor pesquisador GA, também pesquisador do GP LACE, que comenta sobre as possibilidades criadas por meio do brincar (HOLZMAN, 2009; LIBERALI, MAZUCHELLI e SARRA, 2021; LIBERALI, 2022). Diz ele:

O Brincadas oportuniza criar ações. Estar num espaço e criar possibilidades. Romper com uma prática mais dura, fazer diferença, fazer brincando, se divertindo. Fazer com que a escola se torne um espaço feliz.

Observa-se, a partir destes dois relatos, como a colaboração crítica pode ser incorporada em nossa prática cotidiana, em um esforço constante para tornarmos o espaço escolar um ambiente de reflexão e de escuta, além de torná-lo um “espaço feliz”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados possibilitou entendermos como a colaboração crítica pode ser incorporada a nossas ações cotidianas com vistas a desenvolvermos a reflexão crítico-colaborativa no ambiente escolar, desde a gestão, até professores e alunos a fim de tornamo-nos todos, melhores cidadãos, agentes de transformação (VIANA e STETSENKO, 2011).

Estamos vivendo momentos sombrios, de desigualdades, de fome e de crescente violência nas escolas. De agosto de 2022 a março de 2023, 131 foram 9 ataques¹, com 7 pessoas mortas. Não podemos nos calar diante disso e acreditamos que o espaço escolar é um ambiente onde devemos discutir o que acontece ao nosso redor, para além de seus muros, afinal, educamos para a vida, para além de conceitos acadêmicos. É fundamental valorizarmos e desenvolvermos a criticidade e a reflexão, com o propósito de nos posicionarmos no mundo, fazendo escolhas mais conscientes sobre nossos posicionamentos (SMYTH, 1992; LIBERALI, 2022).

Acreditamos que, por meio de uma educação pautada na dialogia, na valorização das vivências dos alunos (CLAVIJO-OLARTE e SHARKEY, 2017; FREIRE, [1987] 2019), que fomente a colaboração crítica, estaremos seguindo um caminho em direção a uma educação mais democrática.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. Breve descrição sobre processos grupais. *Comum*, Rio de Janeiro, v.7, n.19, p. 209-19, 2002.

AMARAL, M. F. S. **O movimento de (Des)silenciamento em aula de língua portuguesa na rede estadual**. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CLAVIJO-OLARTE, A.; SHARKEY, J. Mapping our ways to critical pedagogies: stories from Colombia. In: LÓPEZ-GOPAR, M.; SUGHRUA, W. *International perspectives on Critical Pedagogies in ELT*. Hampshire, UK: Palgrave Publishers Ltda, 2017. p. 175-93.

¹ **Fonte:** Jornal Folha de São Paulo online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/03/brasil-tem-mais-de-um-ataque-por-mes-em-escolas-desdeagosto.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2023



- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz & Terra, [1987] 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz & Terra, 1996.
- FULLAN, M.; HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: Buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HARGREAVES, A; FULLAN, M. *Professional capital – transforming teaching in every school*. New York and Toronto: Teachers College Press and Ontario Principals' Council, 2012.
- HARVEY, D. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. London: Profile Books, 2014.
- HOLZMAN, L. *Vygostky at work and play*. Canada; Nova Iorque: Routledge, 2009.
- JOHN-STEINER, V. *Creative Collaboration*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- JORDÃO, C. M. *Aprendendo língua estrangeira com o professor Jacotot: criticidade na pedagogia crítica e no letramento crítico*. In: MATEUS, E.; OLIVEIRA, N. B. (Orgs.). *Estudos críticos da linguagem e formação de professores/as de línguas: contribuições teórico-metodológicas*. São Paulo: Pontes Editores, 2014. p. 121-43.
- KOCK, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010. _____. *Multimodality*. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. London; New York: Routledge, 2000. p. 179-99.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.
- LIBERALI, F. C. *Argumentação em contexto escolar*. São Paulo: Pontes Editores, 2018a.
- LIBERALI, F. C. *Argumentação multimodal na compreensão e na transformação de contextos escolares*. In: PIRIS, E. L.; AZEVEDO, I. C. M. (Orgs.). *Discurso e argumentação: fotografias interdisciplinares - v. 1*. Coimbra: Grácio, 2018b.
- LIBERALI, F. C. *Formação crítica de educadores: questões fundamentais*. Campinas: Pontes, 2018c.
- LIBERALI, F. C.; MAZUCHELLI, L.; MODESTO-SARRA, L. K. *Brincar no multiletramento engajado para a construção de práticas insurgentes*. *Estudos em Educação e Diversidade*, v.2, n.6, p. 1-26, 2021.



LIBERALI, F. C. Multiletramento engajado para a prática do bem viver. *Linguagem em Discurso*, Florianópolis, v.22, n.1, p. 125-45, jan./abr., 2022.

MAGALHÃES, M. C. C. Escolhas teórico-metodológicas em pesquisas com formação de professores: as relações colaborativo-críticas na constituição de educadores. In: MATEUS, E.; OLIVEIRA, N. B. (Orgs.). *Estudos críticos da linguagem e formação de professores/as de línguas: contribuições teórico-metodológicas*. São Paulo: Pontes, 2014. p. 17-47

MAGALHÃES, M. C. C.; FIDALGO, S. S. The role of methodological choices in investigations conducted in school contexts: critical research on collaboration in continuing teacher education. In: ALENEN, R.; PÖYHÖNEN, S. (Eds). *Language in action: Vygotsky and Leontievian legacy today*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2007. p. 329-51.

MAGALHÃES, M. C. C. Pesquisa crítica de colaboração: escolhas epistemo-metodológicas na organização e condução de pesquisas de intervenção no contexto escolar. In: MAGALHÃES, M. C. C.; FIDALGO, S. S. (Orgs.). *Questões de método e de linguagem na formação docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 13-39.

MAGALHÃES, M. C. C. Formação contínua de professores: a organização crítico-colaborativa para transformação. *Linguagem - Estudos e Pesquisas. Catalão, Goiás*, v.22, n.2, p. 17-35, jul./dez., 2018.

MARTÍN-BARÓ, I. M. *Crítica e libertação na psicologia, estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. M. *Sistema, grupo y poder, psicología social desde Centroamérica (II)*. San Salvador: UCA Editions, 1999.

NININ, M. O. G. Da pergunta como ato monológico avaliativo à pergunta como espaço para expansão dialógica: uma investigação à luz da linguística aplicada sobre modos de perguntas. Campinas: Pontes Editores, 2018.

PASSOS, L. F. Práticas formativas em grupos colaborativos: das ações compartilhadas à construção de novas profissionalidades. In: ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). *Práticas inovadoras na formação de professores*. Campinas: Papirus, 2016. p. 165-88.

SMYTH, J. Teachers' work and the politics of reflection. *American Educational Research Association*, v.29, n.2, p. 267-300, 1992.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

VENDRAMINI-ZANELLA, D.; LIBERALI, F. C.; ESTEFOGO, F.; MAZUCHELLI, L.; MODESTO-SARRA, L. K.; MAGALHÃES, M. C. C.; CANUTO, M.; PEJÃO, R.; SANTELLA, S.; FUGA, V. P.; CARRIJO, V. L. Projeto Digit-M-ED Brasil: uma proposta de desencapsulação da aprendizagem escolar por meio dos multiletramentos. *Prolíngua, Universidade Federal da Paraíba*, v.10, n.3, p. 2-17, nov/dez 2015.



VIANNA, E.; STETSENKO, A. Connecting learning and identity development through a transformative activist stance: application in adolescent development in a child welfare program. **Human Development**, New York, v.54, p. 313-38, 2011.

VYGOSTKY, L. S. A formação social da mente. Martins Fontes: São Paulo, [1978] 1988.



ARGUMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DE DECISÕES PENAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Douglas de Barros Ibarra Papa
Universidade de São Paulo – USP

Resumo: O presente estudo propõe matizes teóricos e metodológicos que possam auxiliar pesquisas empíricas sobre argumentação jurídica, a partir da análise de decisões penais da Suprema Corte Brasileira. Parte-se da ideia de representação argumentativa, a fim de apontar a argumentação constitucional como ferramenta necessária para a legitimação das decisões do tribunal neste campo, trazendo respostas à seguinte questão: qual o modelo argumentativo racionalmente válido através do qual o STF pode criminalizar ou descriminalizar condutas no âmbito do Estado Democrático de Direito? O estudo aponta para a necessidade de um modelo de análise de argumentos com os fundamentos principais das teorias standard da argumentação jurídica. O estudo apresenta caminhos para a sua implementação no âmbito dos julgamentos penais do STF, notadamente na esfera do controle concentrado de constitucionalidade.

Palavras-chave: Argumentação; Análise; STF; Penal.

Abstract: The present study proposes the theoretical and methodological nuances which can help empirical research on legal argumentation, based on the analysis of criminal decisions of the Brazilian Supreme Court. It starts with the idea of argumentative representation, pointing out the constitutional argumentation as a necessary tool for the legitimation of court decisions, bringing answers to the following question: what is the rationally valid argumentative model through which the STF can criminalize or decriminalize conduct within the scope of the Democratic State of Law? The study focuses on the need of an argument analysis model with the main foundations of the standard theories of legal argumentation. The study presents ways for its implementation in the sphere of STF criminal trials, notably in the sphere of concentrated constitutionality control.

Keywords: Argumentation; Analysis; STF; Criminal.



INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe matizes teóricos e metodológicos que possam auxiliar pesquisas empíricas sobre argumentação jurídica, a partir da análise de decisões penais da Suprema Corte Brasileira. Parte-se da ideia de representação argumentativa, a fim de apontar a argumentação constitucional como ferramenta necessária para a legitimação das decisões do tribunal neste campo, trazendo respostas à seguinte questão: qual o modelo argumentativo racionalmente válido através do qual o STF pode criminalizar ou descriminalizar condutas no âmbito do Estado Democrático de Direito? O estudo aponta para a necessidade de um modelo de análise de argumentos com os fundamentos principais das teorias standard da argumentação jurídica. O estudo apresenta caminhos para a sua implementação no âmbito dos julgamentos penais do STF, notadamente na esfera do controle concentrado de constitucionalidade.

1. REPRESENTAÇÃO ARGUMENTATIVA: A FONTE DE LEGITIMIDADE DAS DECISÕES DO STF.

O Supremo Tribunal Federal nos últimos anos tem adotado continuamente a tese de que as suas decisões expressam a dimensão de direitos fundamentais como princípios objetivos de uma ordem axiológica e de que, como tais, são concebidos como comandos de otimização, demandando o uso, por exemplo, da técnica da proporcionalidade, em consonância com as características factuais e as possibilidades que a realidade e as normas jurídicas lhe proporcionam.

A consequência direta dessa forma de raciocínio é que decidir, em matéria constitucional, se assenta muito mais na adoção de uma metodologia suficientemente flexível, capaz de absorver essa perspectiva axiológica, especialmente por intermédio da aplicação do balanceamento, do que na preocupação de uma efetiva construção (racional) de direitos que compreenda aquela complexidade.¹

¹ Nesse sentido, cf. BENVINDO, Juliano Zaiden. *A "última palavra", o poder e a história: O Supremo Tribunal Federal e o discurso de supremacia no constitucionalismo brasileiro*. In: Revista de Informação Legislativa, Ano 51, Número 201, jan./mar. 2014.



Contudo, muito mais do que entender essa complexidade, que impõe limites à racionalidade jurídica, tornou-se crucial o desenvolvimento de estudos para a construção de modelos que contribuam para a racionalização das decisões, não apenas para desmistificar a tese de que a Suprema Corte sempre lança a “última palavra” em matéria constitucional, mas também para destacar o intercâmbio argumentativo entre os Ministros da Corte, bem como entre o judiciário e os demais poderes, visto que uma dada interpretação conferida a um direito constitucional específico poderá estar sempre sujeita a disputas no processo político.

Assim, se a interação do poder judiciário com os demais poderes é sedimentada por argumentos, expostos nas decisões, surgem demandas normativas inafastáveis para pesquisas neste campo: qual o perfil de decisão ideal para que a sua racionalidade esteja garantida? Atingindo esse ideal regulativo de como construir decisões racionais, é factível algum incremento na performance deliberativa da Suprema Corte?

A preocupação com a construção argumentativa das decisões foram e continuam sendo uma preocupação dos Ministros do STF, afinal, “tribunais são mais legítimos quando suas decisões são mais bem argumentadas e seu processo decisório é distinto daquele usado em outros órgãos colegiados, como o poder legislativo”.²

Embora essa relação entre qualidade da decisão e legitimidade do controle judicial de constitucionalidade não pareça tão evidente, alguns Ministros da Corte a reconheceram, conforme aponta a pesquisa realizada por Virgílio Afonso da SILVA,³ que, de forma apropriada, transcreveu parte das respostas dadas pelos Magistrados:

Quanto mais convincente for o pensamento do tribunal, maior será a legitimidade da decisão. (ministro C)

² SILVA, Virgílio Afonso. *Pauta, público, princípios e precedentes: condicionantes e consequências da prática deliberativa do STF*. In: SUPREMA – Revista de Estudos Constitucionais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 22-56, jan./jun. 2021.

³ *Ibid.*, *passim*.



A legitimidade do Executivo é dada pelo voto, a legitimidade do Legislativo é dada pelo voto popular também, a legitimidade do Judiciário é dada pela fundamentação, pela razão. (ministro F)

Eu acho que a legitimidade no nosso sistema não tem outra forma de se acentuar senão pela qualidade do julgamento. (ministro D)

Quanto mais solidamente fundamentada uma decisão, mais legítima. (ministro H).

Deste entendimento, extrai-se, portanto, que a análise e avaliação da argumentação conferida pelo tribunal como fonte da sua legitimação é um pressuposto necessário para a busca de um modelo racional de decisão no campo pretendido.

Em outras palavras, como afirma André Rufino do VALE:

[...] os argumentos e/ou os discursos produzidos pelos Tribunais Constitucionais constituem um dos aspectos cruciais de legitimação de sua atividade institucional, na medida em que levam consigo as razões justificadoras dessa atividade e de seus resultados decisórios, e assim se submetem constantemente à (re)avaliação de diversos auditórios ou audiências presentes na esfera pública de uma comunidade democrática. Nesse sentido, não seria demasiado afirmar que as práticas argumentativas dos Tribunais Constitucionais podem representar uma espécie de "sismógrafo" do *quantum* de democracia presente no exercício de sua jurisdição constitucional.⁴

Nesse sentido, consolidou-se a tese da *representação argumentativa*, atrelada à afirmação da importância dos direitos constitucionais e de sua proteção por um corpo decisório formado por membros não eleitos.

Segundo Robert ALEXYY, única forma de conferir legitimidade democrática a tal corpo é associando o exercício da autoridade do tribunal a uma noção de representação, que não se ancora em qualquer forma de interação com os representados, senão na qualidade da produção argumentativa. Porém, para o doutrinador alemão, não basta que os argumentos esgrimidos pela corte sejam populares; "ao menos no longo prazo, um número suficiente de pessoas deve aceitá-los com base em sua correção".⁵

⁴ VALE, André Rufino do. *Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2015, p. 38.

⁵ ALEXYY, Robert. "Balancing, constitutional review, and representation". *International Journal of Constitutional Law* – ICON, v. 3, n. 4, 2005, p. 580. Nesse aspecto, ver também MIGUEL, Luis Felipe; BOGÉA, Daniel. *O juiz*



Dessa forma, a busca por um modelo de argumentação racional, a partir de critérios objetivos, deve partir de casos em que o julgamento sobre a intensidade da interferência pode ser apoiado por argumentos que são reconhecidos como bons, ou pelo menos, plausíveis, por todos aqueles que aceitam a normatividade da Constituição. Porém, a mera existência de argumentos bons ou plausíveis pode até ser suficiente para a deliberação do tribunal ou uma reflexão sobre a qualidade dos argumentos, mas não para sedimentar a ideia de representação argumentativa.⁶

Para se avançar na ideia de representação argumentativa, é necessário que Tribunal não apenas afirme que seus argumentos são os argumentos do povo. Um suficiente número de pessoas deve, pelo menos a longo prazo, aceitar esses argumentos para razões de acerto. Isto mostra que existem duas condições fundamentais para a verdadeira representação argumentativa: i) a existência de argumentos sólidos ou corretos, e ii) a existência de pessoas racionais, isto é, pessoas que são capazes e estão dispostas a aceitar argumentos pela razão de que eles são sólidos ou corretos.⁷ Assim, o controle de constitucionalidade só pode ser bem-sucedido se os argumentos apresentados pelo Tribunal Constitucional são válidos e só se um número suficiente de membros da comunidade é capaz e está disposto a exercer suas capacidades racionais para avaliá-los.⁸

Mas, como garantir que os argumentos, por vezes nebulosos, eruditos, extensos, dúbios, retóricos, pouco acessíveis à compreensão do povo, possam ser suscetíveis a um escrutínio social mínimo? No âmbito das decisões penais, objeto central desse estudo, como a argumentação constitucional é traduzida em uma ferramenta de legitimação das decisões do STF neste campo? Em outras palavras, na seara do controle concentrado de constitucionalidade, qual o modelo argumentativo racionalmente válido através do qual o STF possa, por exemplo,

constitucional me representa? O Supremo Tribunal Federal e a representação argumentativa. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, 2020, p. 6.

⁶ ALEXY, Robert. *"Balancing, constitutional review, and representation"*. International Journal of Constitutional Law – ICON, v. 3, n. 4, 2005, p. 580.

⁷ Idem, p. 580.

⁸ Neste prisma, o autor empreende a ideia de *constitucionalismo discursivo* como um empreendimento de institucionalização da razão e de correção, ALEXY, op. cit., p. 581.



criminalizar ou descriminalizar condutas no âmbito do Estado Democrático de Direito?

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE DECISÕES PENAIS NO STF: A BUSCA POR UM MODELO DE ARGUMENTAÇÃO RACIONAL.

A par dos diferentes caminhos metodológicos a serem definidos, acredita-se que é irrenunciável em qualquer estudo sobre a compreensão da prática decisória de juízes e cortes uma análise pragmática e exploratória das decisões (*ser*),⁹ para, ao depois, avançar-se para uma perspectiva normativa, imaginativa, sinalizando um ideal regulativo de como se argumentar em determinadas matérias no âmbito da jurisdição constitucional (*deve ser*), a fim de que algum modelo de aperfeiçoamento institucional seja definido e apresentado.

Um dos primeiros passos para a pesquisa é a definição do objeto de análise. Neste ponto, a eleição de decisões que tratam de temas sensíveis, polêmicos, “difíceis”, que chamam mais a atenção do público, seja pela complexidade, seja pelo impacto moral e social das causas que são julgadas, como as que envolvem reforma política, financiamento partidário, aborto, pesquisa em células-tronco, casamento de pessoas do mesmo sexo, ações afirmativas, drogas, entre outras, tendem a revelar dados mais substanciais daquilo que se está a investigar.

Virgílio Afonso da SILVA adota este critério, muito embora reconheça as dificuldades metodológicas na sua delimitação. Isso porque, em geral ela baseia-se mais na intuição do que em critérios objetivos. Ela não coincide com nenhuma outra distinção objetivamente definível, como aquelas entre controle abstrato e concreto, decisões unânimes e não unânimes, decisões de plenário e decisões de turma. Ainda assim, o Professor do Largo de São Francisco destaca que o critério não é de todo despropositado.¹⁰

⁹ Há quem defina essa metodologia como um *levantamento exploratório qualitativo*, com base em análise documental – acórdãos – e emprego de raciocínios indutivo e dedutivo, CORDEIRO, Luís Phillipe de Campos. Cortes Supremas como instituições deliberativas: da prática decisória ao precedente obrigatório. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

¹⁰ Nesse aspecto, cf. SILVA, Virgílio Afonso da. “Um voto qualquer”? O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. Revista Estudos Institucionais, V. 1, 1, 2015; SILVA, Virgílio Afonso da. O Relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian. Revista Estudos Institucionais, V. 2, 2, 2016.



Dada a reconhecida dificuldade da delimitação do objeto de análise, uma hipótese está em analisar decisões que partem de um *desacordo moral razoável* presente na sociedade. Afinal, deve-se à própria função de uma corte constitucional zelar pelo cumprimento da Constituição no julgamento de casos relevantes, marcados pela complexidade do desacordo entre as posições antagônicas assumidas a partir das interpretações possíveis, sem perder de vista que, nos casos em que haja desacordo relevante, é maior o ônus argumentativo dos agentes envolvidos, a permitir um ambiente exploratório mais rico em termos de interações argumentativas e não-argumentativas.¹¹

O Caso *Ellwanger* (HC 82.424/RS), bem como outras demandas penais que já apareceram no STF representam, por excelência, esse pano de fundo, como a decisão sobre fetos anencefálicos (ADPF 54/DF) e o recente julgado que criminalizou a homotransfobia (ADO 26/DF). Outras ações em curso, ainda sem julgamento, evidenciam casos penais emblemáticos, como a que busca a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal (RE 635.659/SP) e a descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação (ADPF 442/DF), de modo que pesquisas que tencionam um aperfeiçoamento da prática decisória do STF em matéria penal tornaram-se fundamentais, considerando as demandas que foram recentemente julgadas e as que estão por vir.

No ponto, é importante destacar a decisão proferida na ADO 26/DF, que criminalizou a homotransfobia. Ao contrário das demais ações, foi a primeira vez que o STF criminalizou uma conduta. Surgem perguntas de pesquisa importantes neste cenário: i) o ônus argumentativo do tribunal em uma decisão que criminaliza uma conduta e o mesmo daquele em que há uma descriminalização? ii) Há algum ponto de contato entre a experiência da Suprema Corte americana quanto à recente criminalização do aborto e a estrutura argumentativa do julgamento da ADO 26/DF? iii) Apesar dos diferentes sistemas jurídicos e políticos envolvidos, seria factível uma pesquisa de viés pragmático, empírico, que

¹¹ Nesse sentido, cf. CORDEIRO, Luís Phillipe de Campos. *Cortes Supremas como instituições deliberativas: da prática decisória ao precedente obrigatório*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, p. 102.



pautasse uma perspectiva comparada entre as duas Supremas Cortes, a partir destes recentes julgamentos?

Nos Estados Unidos, Lee EPSTEIN e Gary KING, ambos Professores de Ciência Política, deram-se conta de uma lacuna no campo da pesquisa em direito e realizaram uma pesquisa exaustiva nos principais periódicos jurídicos daquele país para desvendar o estado da arte da pesquisa empírica em direito. Os autores identificaram as características básicas da pesquisa empírica aplicada ao direito, quais sejam: a existência de uma pergunta de pesquisa, a formulação de teorias/hipóteses de pesquisa e suas implicações observáveis; identificação de teorias rivais à hipótese preferida; técnicas de medição e avaliação de dados; procedimentos de seleção da população que fará parte da investigação. Concluíram que as regras de inferência, amplamente discutidas nas ciências exatas e sociais, são frequentemente ignoradas no direito, sendo comum a substituição das regras de inferência por técnicas de persuasão de um dado argumento. Segundo os autores, a correta aplicação das regras de inferência leva à construção da verdade, ao passo que as técnicas de persuasão, ensinada nas faculdades de direito, levam a uma versão da verdade.¹²

Por outro lado, as citadas “técnicas de persuasão” ganham, na verdade, uma dimensão mais amplificada no âmbito das teorias da argumentação jurídica. Para Neil MACCORMICK, a argumentação jurídica importa, entre outras razões, porque ela é uma chave para a possibilidade de um Estado de Direito genuinamente objetivo, mediado pelos julgamentos fundamentados das cortes, com a possibilidade de se delinear o caráter de argumentos genuinamente persuasivos (mas não demonstrativos) no contexto jurídico.¹³

¹² EPSTEIN, Lee; KING, Gary. *The Rules of Inference. The University of Chicago Law Review*, v. 69, n. 1, 2002, pp. 1–133. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1600349>. Acesso em: 06 Jan. 2023. A propósito, segundo os autores, em termos de pesquisa jurídica, é somente a puramente normativa ou teórica aquela que não é empírica. Muitos artigos cujo propósito principal é normativo frequentemente invocam argumentos empíricos para fortalecer seus pontos normativos – como oferecer as implicações empíricas positivas decorrentes da adoção de sua política preferida. E essa demonstração (normativa) pede uma inferência ou afirmação sobre o mundo real. A inferência é o processo de utilizar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que desconhecemos. Esta é a metodologia proposta.

¹³ Cf. MACCORMICK, Neil. *Retórica e o Estado de Direito*. Tradução de Conrado Hübner Mendes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.



O jurista inglês, ao longo de uma das suas principais obras, desenvolveu critérios que permitem avaliar a racionalidade de uma decisão judicial do ponto de vista argumentativo, tendo como pano de fundo o ideal político do Estado Democrático de Direito: *consistência, coerência, consequentialismo e universalizabilidade*. Uma das ideias mais inovadoras do autor é o estudo da argumentação nos “casos difíceis”. Segundo o autor, quando o silogismo se esgota, é necessária uma espécie distinta de justificação. Enquanto autores mais antigos afirmavam que uma decisão de um caso “difícil” é de ampla discricionariedade, Neil MACCORMICK defende que há uma série de requisitos aos quais a decisão de um caso difícil deve obedecer para ser considerada adequadamente justificada.¹⁴

Sob diferentes perspectivas, Manuel ATIENZA defende que para abarcar adequadamente a dimensão argumentativa do Direito, teríamos de considerar os componentes formais, materiais e pragmáticos que existem em toda argumentação. Apenas a partir disso seria possível estabelecer as condições para se abordar as três grandes questões que tal enfoque suscita: i) como *analisar* uma argumentação jurídica; ii) como *avaliá-la* e iii) como *argumentar* no Direito.¹⁵ Tais operações costumam ocorrer de forma concomitante, muito embora o jusfilósofo espanhol tenha separado em momentos diversos para fins didáticos. É dizer, primeiramente, procede-se à análise e à avaliação de argumentos, após propõe-se uma solução (um ideal regulativo) para o problema apresentado e, por fim, comprova-se a solidez do caminho argumentativo utilizado, sujeitando-o a contra-argumentos plausíveis.

Tem-se, pois, um substancial panorama teórico ofertado, principalmente, pela filosofia do direito, que pode servir como anteparo às investidas metodológicas dos Professores Lee EPSTEIN e Gary KING.

¹⁴ Cf. MACCORMICK, Neil. *Retórica e o Estado de Direito*. Tradução de Conrado Hübner Mendes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, *passim*. Sobre os limites da teoria de Neil MacCormick, ver RUBINGER-BETTI, Gabriel; ROESLER, Claudia. *As limitações e possibilidades dos critérios avaliativos propostos por Neil MacCormick para a argumentação jurídica*. R. Dir. Gar. Fund., Vitória, v.18, n. 1, p. 133-164, jan./abr. 2017.

¹⁵ ATIENZA, Manuel. *Curso de argumentação jurídica*. Tradução: Claudia Roesler. Curitiba: Alteridade, 2017, p. 99.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de standards interpretativos e de argumentação é um sintoma de uma aparente e antiga disfuncionalidade da prática decisória do STF, potencializada, em grande medida, pelo modelo de deliberação que é desenvolvido.

Nesse contexto, partindo da tese de que os argumentos e/ou os discursos produzidos pelos Tribunais Constitucionais constituem um dos aspectos cruciais de legitimação de sua atividade institucional, o presente estudo buscou oferecer subsídios teóricos para pesquisas em torno da prática decisória do Supremo Tribunal Federal, apresentando caminhos metodológicos aptos para a análise e avaliação de decisões no campo penal, destinadas à construção de um ideal de regulativo de como se argumentar em casos que trazem em seu bojo desacordos morais razoáveis. Afinal, acredita-se que a decisão para ser racional ela necessita entender a complexidade inerente à ponderação a ser realizada, mas, também, adotar um método estruturado de argumentação jurídica, a fim de que seja diferenciado o discurso normativo do discurso político.

Os aportes apresentados podem contribuir, em última análise, com um amplo espaço de aperfeiçoamento institucional, especialmente em um período em que há uma significativa aproximação do Tribunal com a sociedade, o que tem permitido que decisões finais sobre assuntos importantes tenham ou não ampla aceitação social.

Deu-se um especial destaque para pertinência dos aportes apresentados para a análise e avaliação de decisões que têm remodelado a política criminal originalmente prevista pelo legislador, partindo da premissa que a atividade legislativa penal, embora seja tradicionalmente reservada ao âmbito de discussão política, vem sendo judicializada.

Compreender esse movimento e analisá-lo num a chave crítica, através de uma metodologia apropriada, tende a ser uma importante contribuição, por exemplo, para as discussões atuais sobre o uso do sistema penal como instrumento de condução política no Brasil.



REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Balancing, constitutional review, and representation*. **International Journal of Constitutional Law – ICON**, v. 3, n. 4, 2005.

ATIENZA, Manuel. **Curso de argumentação jurídica**. Tradução: Claudia Roesler. Curitiba: Alteridade, 2017.

BENVINDO, Juliano Zaiden. A “última palavra”, o poder e a história: O Supremo Tribunal Federal e o discurso de supremacia no constitucionalismo brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 51, n. 201, jan./mar. 2014.

CORDEIRO, Luís Phillipe de Campos. **Cortes Supremas como instituições deliberativas: da prática decisória ao precedente obrigatório**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. The Rules of Inference. **The University of Chicago Law Review**, v. 69, n. 1, 2002.

MACCORMICK, Neil. **Retórica e o Estado de Direito**. Tradução de Conrado Hübner Mendes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BOGÉA, Daniel. O juiz constitucional me representa? O Supremo Tribunal Federal e a representação argumentativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020.

RUBINGER-BETTI, Gabriel; ROESLER, Claudia. As limitações e possibilidades dos critérios avaliativos propostos por Neil MacCormick para a argumentação jurídica. **Rev. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v.18, n. 1, p. 133-164, jan./abr. 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. “Um voto qualquer”? O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. **Revista Estudos Institucionais**, v. 1, n. 1, 2015.

SILVA, Virgílio Afonso da. O Relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian. **Revista Estudos Institucionais**, V. 2, 2, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso. Pauta, público, princípios e precedentes: condicionantes e consequências da prática deliberativa do STF. **SUPREMA – Revista de Estudos Constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 22-56, jan./jun. 2021.

VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional**: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2015.



ARGUMENTAÇÃO POR IMAGEM E TEXTO: UMA ABORDAGEM NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO TECNOLÓGICO

Edilaine G. F. de Toledo
CEFET-MG, Unidade Varginha

Resumo: É comum ouvir que alunos do ensino médio apresentam dificuldades em relação à leitura, que muitas habilidades para ler e compreender um texto não foram devidamente trabalhadas em séries anteriores, e que esse fato denota o baixo rendimento em leitura, dificuldades para interpretar, e alto desinteresse para ler variedades textuais. É neste contexto que a pesquisa - de caráter exploratório e de revisão bibliográfica - teve como principal objetivo realizar algumas abordagens cognitivas a partir de alguns textos não-verbais, como memes, cartuns, charges e tirinhas - que potencializam a mobilização das competências e habilidades cognitivas, no que tange à leitura e à escrita argumentativa. Com referenciais teóricos que envolvem competência leitora e multimodalidade, materializados na construção argumentativa que esses gêneros evidenciam, foi possível observar que tais gêneros apresentaram-se como instrumentos textuais pertinentes à ampliação de leituras profundas sobre os contextos desses estudantes, permitindo-lhes um momento de argumentação crítica e significativa.

Palavras-chave: Argumentação. Ensino. Textos. Discurso.

Abstract: It is common to hear that high school students have difficulties in reading issue, that many skills to read and understand a text were not developed properly worked on in previous grades, and that this fact denotes low reading performance, difficulties to interpret, and high disinterest in reading textual varieties. It is in this context that the research - exploratory and bibliographical - aimed to perform some cognitive approaches from some non-verbal texts, as meme, political caricature, cartoons and comic strips - that enhance the mobilization of cognitive skills and abilities, with regard to reading and to argumentative writing. With theoretical references that involve reader competence and multimodal text, materialized in the argumentative construction that these genres evidence, they present themselves as relevant instruments of profound readings about the contexts of these students, allowing them a moment of critical and significant argumentation.

Keywords: Argumentation. Teaching. Texts. Discourse.



INTRODUÇÃO

A necessidade de (re) pensar os modos de desenvolver e consolidar habilidades de leitura e escrita na educação básica, hodiernamente, é consenso entre educadores e pesquisadores. O contexto contemporâneo enfatizado, principalmente, pelos consolidados avanços tecnológicos, impactam, significativamente, os processos de ensino-aprendizagem em nossa sociedade, nesse momento em que as tecnologias se posicionam, majoritariamente, em todos os contextos da vida cotidiana (BNCC, 2018).

Assim, tratar o texto em toda sua diversidade, em especial no que se refere à forma e ao conteúdo por imagem e texto, bem como à sua circulação, produção e público-alvo, tornam-se relevantes as discussões e reflexões sobre as possibilidades de argumentação a partir de textos não-verbais, como memes, cartuns, charges e tirinhas na educação básica, assim como a multimodalidade e multiletramentos que deles emergem. Com referencial teórico em Bakhtin (2003-2009), Toledo (2016), Ribeiro (2016), Rojo e Moura (2012), o objetivo central desta investigação foi destacar as potencialidades argumentativas desses gêneros textuais constituídos por imagem e texto – memes, cartuns, charges e tirinhas – que circulam diariamente, em diversas mídias, e alcançam produtivamente públicos jovens da educação básica de nível médio, em função da irreverência caricatural e humor que os estrutura, além da forma crítica e breve em que os temas e conteúdo são abordados, permitindo-lhes uma interação dialógica entre seus conhecimentos prévios e os contextos sociais, políticos, históricos e culturais em que esses estudantes estão inseridos. Por meio de pesquisa exploratória, na forma de oficinas e abordagens cognitivas (VYGOTSKY, 1989) com estudantes de ensino médio de escola técnica federal, entre os meses de agosto e novembro de 2022, o presente trabalho, que integra o programa institucional de iniciação científica júnior (PIBIC-Jr.) detectou algumas estratégias metodológicas que permitiram explorar o potencial argumentativo desses gêneros híbridos, enquanto recursos didáticos motivadores e atuais, permitindo aos jovens cidadãos desenvolver interações dialógicas entre si e seu meio, por meio de temas polêmicos. Além disso, os resultados alcançados mostraram que tais gêneros apresentaram-se como instrumentos textuais pertinentes para ampliação de leituras profundas sobre os contextos desses estudantes,



permitindo-lhes um momento de argumentação crítica e também prazerosa, em que se identificaram como sujeitos que podem agir e interferir, discursivamente, sobre si e também sobre seu meio, consolidando suas habilidades argumentativas, tão necessárias nestes tempos de amplitude de informações e liquidez digital.

2. LENDO ALGUNS GÊNEROS TEXTUAIS COM ABORDAGENS COGNITIVAS

Com o objetivo de explorar memes, charges, tirinhas e cartuns como potenciais recursos didáticos para desenvolver e consolidar habilidades de crítica e de argumentação no ensino médio, a metodologia pautou-se na abordagem cognitiva, com base em Vygotsky (1989) e Kleiman (2002), cuja base teórica sustenta-se no despertar de processos internos de desenvolvimento que não ocorreriam senão por meio das interações estabelecidas com o meio externo ao longo da vida: ou seja, em um conhecimento que se constrói por meio de interações, numa dialogicidade estruturada nos discursos que emanam dos textos, do conhecimentos dos estudantes ao longo da vida escolar do entorno onde estão inseridos, e que se entrelaçam ciclicamente (BAKHTIN, 2003; 2009), produzindo novos discursos e novas argumentações. Assim, as interações ganham sentidos em contextos sociais de onde emergem e para onde voltam, de acordo com as enunciações dos interlocutores, mediante suas necessidades, insatisfações, divergências e convergências. A expressão da oralidade para o jovem de ensino médio é etapa fundamental para ampliação de seus repertórios e seus posicionamentos, que se refletirão não só em sua escrita argumentativa, como também em sua formação cidadã: cercado dos aparatos tecnológicos, em cenário onde as mídias digitais majoritariamente apresentam-se como referência para todo tipo de informação, a veiculação de memes, charges, cartuns e tirinhas alcance esse público jovem diariamente, e pode ser fator positivo para a formação argumentativa desse estudante, enquanto recurso didático. Essa abrangência do gênero, em si, para desenvolver essas habilidades, dá-se potencialmente pelos meios de circulação digitais, o que viabiliza também o caráter multimodal no gênero (RIBEIRO, 2016), dada a influência tecnológica, que amplia novos formatos textuais, e permite que a composição de textos verbais, orais e visuais, assim



como as novas maneiras de ler e amaterialização de signos alfabéticos e semióticos, sejam bons caminhos de produção e compreensão de textos, em nosso contexto de virtualidades. Por sua vez, essa proposta também coaduna-se às novas perspectivas de competências e habilidadestrazidas pelaBNCC – Base Nacional Curricular Comum,em suas 10 competências gerais para a educação básica (BNCC, 2018,p. 9), no queconcerne às garantias da formação de jovens estudantes como protagonistas em seus contextos, emseusprojetos de vida (BNCC, 2018, p. 473),assim como às finalidades essenciais do Ensino Médio na contemporaneidade, com acolhimentocompleto desse jovem cidadão em formação(BNCC, 2018, p. 463-468). Nesse viés,destaca-se aênfase às práticas de linguagem em diferentes mídias, sejam estas impressa, digital e/ouanalógica (BNCC, 2018, p. 485), eem reflexões que enfatizem a análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses (BNCC, 2018, p. 486), como por exemplo a caricatura e demais elementos não-verbais inerentes à composição peculiar de charges, memes, tirinhas e cartuns, sobretudo à competência específica 1, da área de Linguagens e Tecnologias no Ensino Médio, que preconiza a importância de:

[...] compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BNCC, 2018, p. 491)

E, como fruto dessas trocas e interações, o cérebro tem a capacidade de criar conhecimentos, isto porque o contato com outras experiências ativa as potencialidades do aprendiz em elaborar seus conhecimentos sobre os objetos, em um processo mediado pelo outro. Conforme KOCK e ELIAS (2010) apresentam:

Considerar o leitor e seus conhecimentos, e que esses conhecimentos são diferentes de um leitor para o outro, implica aceitar uma pluralidade de leituras e sentidos em relação a um mesmo texto [...] como já afirmamos, o sentido não está apenas no leitor, nem no texto, mas na interação autor-texto-leitor [...]. (KOCK e ELIAS, 2010, p. 21)



Desse modo, a prática foi desenvolvida em 2022, basicamente da seguinte forma: pequenos grupos de 04 a 05 estudantes dos primeiros anos dos cursos técnicos em Edificações, Informática e Mecatrônica; a organização do espaço é feita em formato de “ilhas”, para girar os grupos, com tempo marcado (entre 3 e 5 minutos), e o material, já impresso de modo colorido e em tamanho ampliado, fica à disposição nessas “ilhas”. Nas mesas, ficam os textos, e os estudantes é que se deslocam a cada marcação de tempo e leitura, criando um grande movimento na sala de aula. Com a exploração da oralidade, numa conversa aberta sobre o que a charge, o meme, o cartum ou a tirinha ali colocada sobre as mesas estão a expor em suas expressões de imagem e texto, abre-se, então, para apreciação e argumentação dos temas que emanam desses gêneros, sendo polêmicos, marcantes, engraçados. Por fim, tem-se a etapa de escrita para delimitações temáticas e elaboração de breves textos, como sinopses e comentários do material que foi lido e discutido nos grupos e que giraram durante as aulas, em todas as suas etapas, como pode-se verificar nas figuras 01 e 02 a seguir:

Figura 01 – Sala de aula em pequenos grupos



Fonte da pesquisa: aplicação da abordagem cognitiva em 09 e 10 de nov. 2022



Figura 02 – Destaque ao material para a argumentação



Fonte da pesquisa: aplicação da abordagem cognitiva em 09 e 10 de nov. 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em andamento, foi ampliada para as demais séries dos cursos técnicos, e tem sido aspecto motivador para as discussões que envolvem temas possíveis para vestibulares seriados regionais e nacionais, como ENEM. O acervo dos textos tem sido organizado junto aos estudantes, que apresentam tanto sugestões temáticas a partir de algum cartum, meme, charge ou tirinha, quanto levam para as aulas tais gêneros, recebidos especialmente por meio digitais, e que se propagam rapidamente nos grupos entre os estudantes e ampliam as argumentações em torno das polêmicas que deles emergem. Dessa forma, essa proposta de leitura estratégica com ênfase à argumentação e ampliação dos letramentos (ROJO e MOURA, 2012), por meio das abordagens cognitivas, tem viabilizado algumas reflexões em torno dos primeiros resultados que surgiram, como as análises e discussões sobre nossa realidade além da relevante oportunidade em desenvolver e consolidar o senso crítico dos jovens estudantes de ensino médio com gêneros satíricos e motivadores, cumprindo, assim,



algumas premissas fundamentais da educação profissional técnica de nível médio para a vida além da escola, com um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos e agentes transformadores em seus contextos e vivências.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- Brasil. Ministério da Educação **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 2002.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais**: leitura e produção. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- ROJO, Roxane. MOURA, Eduardo. (Orgs.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- TOLEDO, Edilaine G.F. de. **Leitura de charges e discursos juvenis**: produção e recepção como ações culturais de cidadania. 2016. 261f. Tese de doutorado (Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



LINGUAGEM E IDENTIDADE DE GÊNERO: NOVAS ABORDAGENS PARA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA

Elizabete Aparecida Gontijo Santana
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: A linguagem é ideológica, social, histórica e cultural e está vinculada à vida do ser humano. Ela se diferencia dependendo do contexto em que se vive e das experiências vivenciadas pelo indivíduo. Tem como objetivo discutir a importância da linguagem na abordagem sobre identidade de gênero nas campanhas publicitárias para a realização da inclusão social. Para análise utilizaremos um cartaz da campanha do Dia dos Namorados, da empresa de cosméticos O Boticário, de 2022. Baseamos nos estudos sobre a língua, cultura e identidade, principalmente em Bakhtin (1997), Chauí (2006), Eagleton (2005), Moita Lopes (2002), Sousa, Peixoto e Miola (2017). Quanto a metodologia usamos a pesquisa qualitativa, pois examina evidências em dados verbais e não verbais para compreensão da abordagem sobre identidade de gênero dentro da campanha publicitária. Como resultado prevemos discutir a importância que a linguagem tem para promover a inclusão social e a conscientização das pessoas sobre o tema.

Palavras-chave: Linguagem. Identidade de gênero. Campanha publicitária.

Abstract: Language is ideological, social, historical, and cultural and is linked to human life. It differs depending on the context in which one lives, and the experiences lived by the individual. It aims to discuss the importance of language in the approach to gender identity in advertising campaigns to achieve social inclusion. For analysis, we will use a poster from the Valentine's Day campaign, by the cosmetics company O Boticário, from 2022. We base it on studies on language, culture, and identity, mainly in Bakhtin (1997), Chauí (2006), Eagleton (2005), Moita Lopes (2002), Sousa, Peixoto and Miola (2017). As for methodology, we used qualitative research, as it examines evidence in verbal and non-verbal data to understand the approach to gender identity within the advertising campaign. As a result, we plan to discuss the importance that language must promote social inclusion and people's awareness of the subject.

Keywords: Language. Gender identity. Advertising campaign.



INTRODUÇÃO

A linguagem é essencial para o homem expressar seus pensamentos e sentimentos, por isso houve o desenvolvimento da língua. Ela permitiu ao ser humano interagir verbalmente com o outro, exteriorizando seus pensamentos, expressando-se, comunicando-se, por meio da fala, da escrita e de outras formas de linguagem. Ela possibilita ao indivíduo exercer influências ou ser influenciado pelo outro, desempenhar seu papel social, relacionar-se com os outros, participar da construção de conhecimentos e da cultura, assim, constituindo-se como ser social, político e ideológico. Ela é a base que sustenta toda a vida social, é indispensável em todos os campos que se atua, na política, na educação, na família, dentre outros. E se diferencia dependendo do contexto em que se vive, pois é nela que está inserida toda uma história adquirida através das experiências vivenciadas pelo indivíduo.

A cultura também provém da sociedade, pois é construída gradativamente pelas interações entre os povos ao longo do tempo, mas ela só pode ser criada e transformada por meio da linguagem, porque é o processo de comunicação que irá atribuir significados à realidade e, dessa forma, fazer parte da produção de valores, costumes, crenças e práticas, as quais compõem o modo de vida de cada grupo, que moldam modos de pensar, sentir, agir e crer, isto é, a experiência individual e coletiva dos indivíduos em determinado lugar e época.

As campanhas publicitárias podem ajudar através de suas múltiplas linguagens na divulgação e normatização desse tema. Portanto, justifica-se estudar sobre a linguagem e a identidade de gênero nas campanhas publicitárias, pois quanto mais abordar o assunto e informar as pessoas, mais fácil será de se ter a aceitação delas, havendo assim, a inclusão dessas pessoas que são tão discriminadas pela sociedade. E as campanhas publicitárias podem fazer esse papel de divulgação, pois trazem um texto atrativo, leve, que está presente em todos os meios de comunicação de massa. Lembrando também, que quando grandes marcas apoiam uma ideia, torna-se mais fácil a aceitação das pessoas.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a importância da linguagem na abordagem sobre identidade de gênero nas campanhas publicitárias para a realização da inclusão social. Para isso, abordar-se-á sobre a linguagem, cultura,



identidade de gênero e campanhas publicitárias. Analisar-se-á também um cartaz da campanha do Dia dos Namorados da empresa de cosméticos O Boticário, do ano de 2022. A escolha dessa Campanha Publicitária fundamenta-se pela ampla divulgação e por ser uma marca muito conhecida e que está em constante mudança, tentando acompanhar as transformações sociais.

A construção deste estudo é por meio da pesquisa qualitativa, pois procura examinar evidências baseadas em dados verbais e não verbais para discutir sobre como as campanhas publicitárias, por meio das múltiplas linguagens, podem influenciar na aceitação e conscientização a respeito da identidade de gênero, levando assim a inclusão social. Nossa fundamentação teórica baseia-se no estudo de alguns teóricos, (BAKTHIN, 1997; CHAUI, 2006; EAGLETON, 2005; MOITA LOPES, 2002; SOUSA, PEIXOTO, MIOLA, 2017).

Para iniciar, apresentar-se-á a abordagem teórica, pois é fundamental as teorias apresentadas por grandes estudiosos da área sobre linguagem, cultura, identidade de gênero e campanha publicitária. Em seguida, mostrar-se-á a análise do cartaz da campanha publicitária, a discussão e posteriormente as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A língua, a cultura e a identidade acompanham os seres humanos desde o seu nascimento, assim, os conhecimentos que são construídos no dia a dia, a cultura, a identidade e a língua se transformam frequentemente. Portanto, é de grande importância conhecer cada um desses elementos, para perceber que as mudanças ocorrem e que é preciso que a sociedade as acompanhe.

2.1 Linguagem e cultura

O ser humano expõe o seu discurso por meio da linguagem, e assim, posiciona-se dentro da sociedade, seja de forma política, ideológica, cultural e/ou social. Pode-se dizer também, que ele é munido da faculdade da linguagem, o que possibilita a comunicação.

De acordo com Chauí (2006),



A linguagem é nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. Ter experiência da linguagem é ter uma experiência espantosa: emitimos e ouvimos sons, escrevemos e lemos letras, mas, sem que saibamos como, experimentamos e compreendemos sentidos, significados, significações, emoções, desejos, ideias. [...] É que a linguagem tem a capacidade especial de nos fazer pensar enquanto falamos e ouvimos, de nos levar a compreender nossos próprios pensamentos tanto quanto os dos outros que falam conosco. As palavras nos fazem pensar e nos dão o que pensar porque se referem a significados, tanto os já conhecidos por outros quanto os já conhecidos por nós, bem como os que não conhecíamos e que descobrimos por estarmos conversando. (CHAUÍ, 2006, p. 155).

Entende-se então que, a linguagem é a base que sustenta toda a vida social, pois ela é primordial em todas as esferas: social, política, religiosa, familiar, educacional, ideológica, midiática, econômica, amorosa etc. Sendo assim, a linguagem é o que concilia as relações sociais, permitindo que haja interação na sociedade.

Para Bakhtin (1997), a linguagem é uma dimensão sócio-histórica. Ela valoriza o homem como um sujeito que produz sentido, além de levar a reflexão sobre a importância e potencialidade da linguagem. Também a compreende no aspecto ideológico e social. Dessa forma, entende-se que a linguagem representa conceitos de comunicação, ideias, significados e pensamentos. É importante destacar que os universos discursivos ligados às múltiplas linguagens possibilitam o desenvolvimento de práticas multidisciplinares, propiciando um cenário de compreensão de uma dimensão pluralista e interativa.

Acrescenta ainda que, a linguagem, é um instrumento que permite ao homem expressar-se e se interagir com o outro. Ela é viva, uma vez que “vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta” (BAKHTIN, 1997, p. 124), assim, está constantemente em movimento, posto que, só existe nas relações sociais, que se caracterizam justamente por este processo de movimento.

Além da linguagem deve-se pensar na cultura, a qual não é fácil conceituar, pois está associada aos mais diversos campos de conhecimento. Para Eagleton (2005), “a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico.” (EAGLETON, 2005, p. 53). Dessa forma esse conjunto possibilita ao indivíduo inter-relacionar-



se em seu grupo social, pois lhe permite negociar “maneiras apropriadas de agir em contextos específicos” (EAGLETON, 2005, p. 53).

2.2 IDENTIDADE DE GÊNERO NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

De acordo com Moita Lopes (2002), para se construir a própria identidade é preciso primeiramente se tornar consciente da identidade do outro. “O que somos, nossas identidades sociais, portanto, são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro.” (MOITA LOPES, 2002, p. 32) Assim, as pessoas constroem suas identidades ao passo de como se vinculam a um discurso, ou seja, no seu discurso e nos discursos dos outros.

A identidade de gênero é algo um pouco mais complexo, pois remete à constituição do sentimento individual de identidade. De acordo com Grossi (1998 *apud* Stoller, 1978), “todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino”. E acrescenta ainda que “Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta ‘massa de convicções’”.

Falar sobre identidade de gênero na área da publicidade e propaganda até pouco tempo atrás, não era um tema de muita relevância e quando era trabalhada pelos profissionais da área, esses encontravam dificuldades para não discriminar ou praticar transfobia. No entanto, essa temática ganhou protagonismo junto com os estudos sobre a modernidade, momento este em que há um rompimento da ordem tradicional e grandes mudanças de costumes e valores, os quais afetaram os aspectos da vida cotidiana.

De acordo com Sousa, Peixoto e Miola (2017), a publicidade com o surgimento da tecnologia ganhou propulsão, proporcionando às agências de publicidade e até às próprias empresas desenvolverem campanhas que alcancem seu público e repassem a mensagem desejada através de diversos mecanismos. As autoras dizem ainda que elas podem utilizar mecanismos que proporcionem um diálogo entre a marca e o público, o qual pode representar socialmente mudanças de paradigmas na sociedade, assim podem trazer retornos positivos tanto para a marca como para o público.



As campanhas publicitárias, são textos que utilizam múltiplas linguagens, por isso são textos chamativos, curtos e que geralmente abordam questões sociais. Assim, além de modificar comportamentos, elas podem criar, ampliar, consolidar e fortalecer imagens, conceitos e reputações. Nessa perspectiva, elas podem ser um instrumento poderoso para a conscientização das pessoas sobre uma ideia, uma ideologia, uma empresa, um produto ou um serviço.

Como exemplo, utilizar-se-á um cartaz extraído da campanha publicitária da empresa de cosméticos O Boticário, do Dia dos Namorados do ano de 2022, onde procuram mostrar que, o que importa é o amor e não o *status*, e nela mostra também o tema sobre identidade de gênero, pois não importa com quem você se relaciona, mas sim o amor.

Figura 1: cartaz da campanha do Dia dos Namorados do Boticário – 2022



Fonte: www.boticario.com.br

Nesse cartaz, pode-se observar a naturalidade que é mostrado o relacionamento entre duas mulheres, ou seja, independente da sua escolha, da sua identidade de gênero, o que importa é ser feliz, é estar ao lado de quem se ama. Apresenta a troca de presentes no dia dos namorados, prática que era realizada ou mostrada somente entre homens e mulheres. No entanto, essa campanha já traz essa diversidade, o que levará conforto as pessoas que têm uma escolha de gênero diferente, fazendo com que se sinta acolhido e incluído na sociedade.



Infere-se, portanto, que as campanhas publicitárias podem interferir na vida das pessoas, levando novos conceitos, novas culturas, proporcionando assim a conscientização das pessoas e a inclusão social, pois abordam assuntos relevantes para o momento da sociedade, acompanhando as mudanças ao longo do tempo, podendo assim, influenciar nas atitudes e formação da cultura de uma sociedade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza como aplicada e teórica, que de acordo com Paiva (2019), aplicada pois “tem por objetivo gerar novos conhecimentos, mas tem por meta resolver problemas, inovar ou desenvolver novos processos e tecnologias.” E teórica, porque “se propõe a estudar teorias, construir ou modificar uma teoria ou ainda contribuir com novos conceitos.” (PAIVA, 2019, p. 11).

Quanto a abordagem metodológica pode ser classificada como pesquisa qualitativa, que é aquela que, segundo Paiva (2019),

acontece no mundo real com o propósito de “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (FLICK, 2007, p. ix). Tais formas incluem análise de experiências individuais ou coletivas, de interações, de documentos (textos, imagens, filmes ou música), etc. Esse tipo de pesquisa é também chamado de pesquisa interpretativa ou naturalística. (PAIVA, 2019, p. 13).

E por fim, pode-se classificar como descritiva, que é aquela que tem como objetivo descrever o fenômeno estudado, sem se interessar no porquê, nas fontes do fenômeno, preocupando-se apenas em apresentar suas particularidades. Ela observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. (PAIVA, 2019, p. 14).

Para a concretização desta pesquisa procurou-se basear em estudos feitos por grandes teóricos, como Bakhtin (1997), Chauí (2006), Eagleton (2005), Moita Lopes (2002), Sousa, Peixoto e Miola (2017), para o estudo sobre linguagem, cultura e identidade de gênero dentro da campanha publicitária. Para a análise, escolheu-se uma propaganda da empresa de cosméticos “O Boticário”, do ano



de 2022, referente ao dia dos namorados. Essa campanha foi utilizada como exemplo para análise de como o tema pode ser apresentado para levar à sociedade as mudanças que vem ocorrendo e que nem sempre são aceitas.

3 ANÁLISE DE DADOS

Neste estudo observou-se que, a língua, a cultura e a identidade acompanham os seres humanos desde o seu nascimento, assim, os conhecimentos que são construídos no dia a dia, a cultura, a identidade e a língua não ficam prontos, pois estão em mudança constantemente.

Nas ponderações de Chauí (2006), ficou claro que a linguagem é a base que sustenta toda a vida social, pois ela é primordial em todas as esferas: social, política, religiosa, familiar, educacional, ideológica, midiática, econômica, amorosa etc. Sendo assim, a linguagem é o que concilia as relações sociais, permitindo que haja interação na sociedade.

Percebeu-se neste estudo que conceituar cultura não é fácil, pois ela está associada aos mais diversos campos de conhecimento. E como afirma Eagleton (2005), a cultura é um complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico. Portanto, esse conjunto possibilita ao indivíduo inter-relacionar-se em seu grupo social.

Outro fator de relevância é compreender que a construção da identidade social está sempre em constituição, porque depende da realização discursiva em situações particulares, os significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros envolvidos no discurso. Sendo assim, não se deve pensar sobre identidade como um fato já concluído, no entanto, como uma produção que jamais está pronta.

Ademais, a identidade de gênero é algo um pouco mais complexo, pois remete à constituição do sentimento individual de identidade e como afirma Grossi (1998 *apud* Stoller, 1978), "todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino". No entanto, é preciso compreender que esse núcleo não



se modifica ao longo da vida psíquica, mas novos papéis podem ser associados a estas convicções.

No campo da publicidade essa temática passou a figurar após a ascensão da tecnologia, o que proporcionou às agências de publicidade e até às próprias empresas desenvolverem campanhas que alcancem seu público e repassem a mensagem desejada através de diversos mecanismos. E como as campanhas publicitárias conseguem atingir a maioria da população, além de propagar uma marca, um produto, uma ideia, uma ideologia, podem também servir para conscientizar as pessoas em relação às diversidades, principalmente a identidade de gênero, a qual ainda traz muita discriminação, preconceito e exclusão social.

Na análise do cartaz extraído da campanha do Dia dos Namorados da empresa O Boticário, do ano de 2022, percebe-se que a empresa procura tratar o tema com naturalidade, mostrando as diversidades, o que na sociedade atual ainda é tratado com certo receio. Sabe-se que a empresa tem o interesse de conquistar esse público com o intuito de vender os produtos da marca, mas ao mesmo tempo conseguem demonstrar empatia com a causa, levando o tema a ser discutido na sociedade e até mesmo aceito por muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, ficou claro que a linguagem é a peça fundamental para a construção da cultura de um povo, pela formação de sua identidade e pela sua inclusão na sociedade. Viu-se também que as campanhas publicitárias podem propagar novas ideias, ideologias, culturas etc., e assim transmiti-las de forma mais descontraída às pessoas, de modo a conscientizá-las de novas abordagens.

A identidade de gênero ainda não é um assunto muito claro para a população de modo geral, nesse sentido é primordial o uso da linguagem, pois ela é o meio de interação, de elo entre as pessoas, assim, somente ela é capaz de mudar opiniões e fazer com que novas ideias sejam implantadas em nossa sociedade.

Dessa forma, as campanhas publicitárias por meio de suas múltiplas linguagens, pela sua ampla divulgação nos meios de comunicação de massa podem auxiliar,



levando até às pessoas novas perspectivas e discussões possibilitando assim, a aceitação de novas identidades, e inclusão social desses grupos.

O campo da publicidade é imenso e está em ascensão, principalmente pelos meios tecnológicos, campo este que chega a quase todas as pessoas, se não a todas, então, torna-se relevante aprofundar nesse tema, pois através da linguagem por meio da publicidade pode-se conseguir uma sociedade melhor, mas justa, mais humana, com menos preconceito e mais empatia.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão; ver. Tradução: Marina Appenzellerl. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

EAGLETON, Terry. **A Ideia da Cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco; ver. Tec. Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. **Gênero, violência e sofrimento**. Antropologia em Primeira Mão, n. 6. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1995 (2ª versão: 1998).

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção da raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

SOUSA, Amanda Cristine Barbosa; PEIXOTO, Amanda Mendes Bastos; MIOLA, Edna. Moda, publicidade e relações de gênero e raça: uma análise das Campanhas da Avon sob a Ótica das metáforas visuais. *In: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, Paraná, 04 a 09/09/2017.

AS ENUNCIÇÕES INFANTIS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E A SUA FORÇA ARGUMENTATIVA

Flávia Santana Rocha
Regina Godinho de Alcântara
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Esta pesquisa intenta compreender como são consideradas as enunciações infantis e a força argumentativa das crianças na composição curricular de uma Proposta Pedagógica, de um Centro Municipal de Educação Infantil, do município de Serra/ES, buscando a instauração de movimentos de interlocução, no sentido de possibilitar a participação desses estudantes na produção coletiva do documento. Aposta na potencialidade/força argumentativa das crianças, por meio de enunciados concretos, compreendendo-as como sujeitos históricos e socialmente situados. Sob o ponto de vista teórico-metodológico, evidencia o conceito de enunciação de Mikhail Bakhtin e o Círculo (1997, 2006), tecendo diálogos com os estudos acerca da argumentação e análise do discurso de Amossy (2018) e Goulart (2017) e referentes às infâncias de Kohan (1999, 2003, 2004), Larrosa Bondía (2002), Sarmento (2000, 2004, 2007), Kramer (1999, 2003), dentre outros autores que abordam a constituição das crianças na e pela linguagem, e com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2000, 2005).

Palavras-chave: Infância. Enunciações infantis. Potencialidade argumentativa. Proposta Pedagógica.

Abstract: This research intends to understand how children's statements and their argumentative strength are considered in the curriculum composition of a Pedagogical Proposal at a Municipal Center for Early Childhood Education in the municipality of Serra/ES. It seeks to establish movements of dialogue in order to enable the participation of these students in the collective production of the document. It relies on the potentiality/argumentative strength of children through concrete utterances, understanding them as historically and socially situated subjects. From a theoretical-methodological perspective, it highlights Mikhail Bakhtin's concept of enunciation and the Circle (1997, 2006), engaging in dialogue with studies on argumentation and discourse analysis by Amossy (2018) and Goulart (2017), as well as the perspectives on childhood by Kohan (1999, 2003, 2004), Larrosa Bondía (2002), Sarmento (2000, 2004, 2007), Kramer (1999, 2003), among other authors who address the constitution of children in and through language, along with Vygotsky's socio-cultural perspective (2000, 2005).

Keywords: Childhood. Children's enunciations. Argumentative potential. Pedagogical proposal.



INTRODUÇÃO E DIÁLOGO COM ALGUNS AUTORES

Esta pesquisa em andamento está vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação, doravante PPGMPE¹, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O objetivo deste estudo é realizar movimentos de escuta e diálogos com as crianças no intuito de compreender e analisar, criticamente, as enunciações infantis e a argumentatividade desses estudantes na composição da Proposta Pedagógica (PP), de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), localizado no município de Serra/ES.

Compreendemos, pois, que instaurar um diálogo com as crianças nesse movimento dialógico é considerar os enunciados produzidos, promovendo a sua participação responsiva e responsável na produção deste documento curricular.

Partindo do pressuposto de que dialogar não é anular o outro, mas se constituir através do outro para se sentir constituído (BAKHTIN, 2006). Com base nesse princípio, Bakhtin (1997) nos diz que em uma relação dialógica é necessário entrar em empatia com esse outro, ver axiologicamente o mundo de dentro dele, tal qual ele o vê, para completar o excedente de visão, do lugar que ocupamos na interlocução entre eu e o outro.

Dialogando com os estudos da infância², Larrosa Bondía (2003) afirma que é necessário estarmos abertos ao que se passa conosco, esvaziando-nos de tantas certezas, para reconhecemos a palavra do outro por meio de uma atitude de escuta e resposta aos seus enunciados. É preciso abrir espaço para que aquele que vem possa habitar e, assim, colocarmo-nos à sua disposição, sem pretender sufocá-lo ou subestimá-lo em suas potencialidades.

Portanto, ao dialogarmos com Araújo (2005, p. 67), ela nos provoca a pensar que em contextos dialógicos e de escuta, se não sentirmos a necessidade de compreender, considerar e incluir as crianças nesse processo, acabamos contribuindo para transformá-las em sujeitos “[...] desprovidos de um estatuto

¹ Programa autorizado pelo Parecer CNE/CES 182/2017 e reconhecido pela Portaria n. 1.359, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação.

² Nesta pesquisa, consideramos as infâncias, pois compreendemos que não há um único tipo de criança ou uma única forma de vivenciar a infância. Acreditamos nas infâncias “plurais” ao nos opormos de uma visão reducionista e idealizada de criança (ARAÚJO, 2005), que não leva em consideração seus contextos históricos, sociais e culturais.



epistemológico pleno, cuja tônica se estabelece na negação de seu direito à palavra e no desreconhecimento de sua condição social”.

Dessa forma, nesta pesquisa, buscamos refletir sobre a constituição de sujeitos que estão situados social, cultural e historicamente, e que se constituem por meio da linguagem e das interações dialógicas que estabelecem com os outros socialmente. Reconhecemos a potencialidade argumentativa das crianças, visto que não há sujeito passivo frente ao enunciado, como discutido por Bakhtin (2006). As crianças têm uma argumentatividade ativa e responsiva que, muitas vezes, é subestimada pelos adultos. Nesse sentido, acreditamos na sua força enunciativa ao se posicionarem de forma crítica com argumentos, expressando opiniões, fazendo escolhas e tomando decisões em conjunto, seja concordando ou discordando, por meio do diálogo.

Compreendemos a relação de alteridade como uma forma de entender os enunciados infantis, o que nos leva a conceber os processos enunciativos como processos argumentativos (GOULART, 2017). Reconhecemos a importância da inclusão das crianças como parte do processo, levando em conta o direito que elas têm de participar responsiva e responsabilmente dos movimentos dialógicos-discursivos que se constituem coletivamente na composição de um documento curricular.

Dialogando com as experiências vividas na Educação Infantil, que nos levaram a refletir sobre esta temática e seus atravessamentos em nossa trajetória como professora, no encontro com as crianças, e agora como pesquisadora junto a elas, compreendemos que os enunciados das crianças são vivos e agem sobre o outro de forma ativa e responsiva, conforme aponta Bakhtin (1997).

A partir dessa perspectiva de que cada enunciado é produzido intencionalmente na direção do outro, observamos, conforme aponta Goulart (2017), que a argumentatividade é inerente ao princípio dialógico, já que todo enunciado é como um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados, que agem sobre o outro, ativa e responsabilmente, produzindo sentidos sobre o que elas pensam, sentem, imaginam de si, do outro e de suas experiências vividas.

Com esse entendimento, constatamos a fragilidade na escuta e no diálogo com as crianças nos contextos escolares, especialmente, nas composições curriculares



das Propostas Pedagógicas, as quais deveriam promover a interação, o diálogo e a participação responsiva das crianças no processo coletivo de produção do documento.

Observamos, pois, que a Proposta Pedagógica, apesar de ser um documento curricular produzido por muitos profissionais e com a participação de várias segmentos da comunidade escolar, é ainda pensada para crianças e realizada por adultos que possuem saberes e conhecimentos sobre elas. Além disso, esses adultos planejam experiências que, muitas vezes, refletem suas próprias expectativas e que acreditam ser significativas para as crianças em suas vivências na escola, o que limita a participação, tornando-as a parte dessa composição.

Isso revela que os desafios a serem vencidos na Educação Infantil estão relacionados à existência de práticas que ainda desconsideram as crianças, na crença da não necessidade de incluí-las nas ações desenvolvidas dentro das escolas, que por sua vez, são motivadas pela compreensão equivocada desses estudantes como “pequenos demais”, “menores” ou “sem maturidade”. Como consequência, seus direitos, suas palavras e suas potencialidades são subestimados. Diante desse problema, percebemos a necessidade de práticas pedagógicas que realmente valorizem a palavra e a participação das crianças, possibilitando uma escuta atenta e um diálogo responsivo, no sentido de promover uma educação mais democrática e inclusiva.

Como bem aponta Araújo (2005), para superar essas práticas na educação e garantir que as crianças sejam percebidas como sujeito de direitos num espaço público compartilhado, é necessário afirmar suas diferenças sem transformá-las em uma inclusão excludente ou tratá-las com indiferença.

Para Bakhtin (1997), isso exige uma atitude responsiva em relação ao outro, sem silenciá-lo ou deixá-lo à parte, pois, “[...] somente desse modo, podemos falar de uma educação que inclui a criança e a infância e, assim, podemos garantir-lhe a palavra como algo dotado de sentido, validade e representação na construção de uma história comum, de um mundo compartilhado” (ARAÚJO, 2005, p. 75).

Acreditamos que reconhecer as crianças em sua alteridade, por meio de seus enunciados na produção de algo em comum, promovendo a escuta e o diálogo



responsivo, implica em abranger, interpretar, sentir à vontade discursiva do falante, sua intenção, seu volume e suas fronteiras (BAKHTIN, 1997).

Seguindo a trajetória de nossa docência, atuando em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Serra/ES, encontramos uma oportunidade de realizar uma pesquisa com as crianças atendendo à demanda da instituição na produção curricular de sua Proposta Pedagógica.

Dessa forma, ao identificar um problema e ser provocado por ele, analisando seu contexto com objetivo de contribuir tanto acadêmica quanto socialmente para a realidade em questão, surgem as seguintes questões a serem compreendidas: Como as enunciações infantis são consideradas na composição curricular de uma Proposta Pedagógica? Quais são os movimentos que podem ser constituídos no sentido de considerar os enunciados produzidos pelas crianças sobre suas experiências educativas, reconhecendo seu potencial argumentativo no que se refere a capacidade de argumentar, negociar, formular, defender ideias e pontos de vista nessa composição? Como incluir a participação responsiva e responsável dessas crianças na produção do documento?

Participando do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Processos de Apropriação da Língua Portuguesa (GEPALP/UFES) nos aproximamos dos estudos sobre os processos linguísticos de Bakhtin e do Círculo (1997, 2006) que evidenciam a compreensão dos conceitos de enunciado/enunciação, os quais consideram o enunciado como uma unidade real da comunicação discursiva, por meio do qual os sujeitos se constituem histórica, social e ativamente, participando das relações dialógicas que estabelecidas com os outros.

No que se refere à argumentatividade, nos aprofundamos nos estudos de Amossy (2018) e Goulart (2017), assim como de Del Ré (2012, 2014a, 2014b, 2021) sobre a linguagem da criança na concepção dialógico-discursiva, no campo da apropriação da linguagem; Brait (2006) e Sobral e Giacomelli (2016), no que se refere à análise dialógica do discurso; e a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2000, 2005, 2007) em relação ao desenvolvimento da linguagem.

Em nosso encontro com os estudos das infâncias, que compreendem a constituição das crianças por meio da linguagem, buscamos nos aproximar de um conjunto de autores, incluindo Ariès (1981), Agamben (2005), Kohan (1999, 2003, 2004), Kuhlmann Jr (1998, 2004), Larrosa Bondía (2002), Sarmiento (2000, 2004, 2007) e Kramer (1999, 2003).



2. MOVIMENTOS DA PESQUISA

Metodologicamente, esta pesquisa propõe dois movimentos principais: a realização de uma consulta documental (GIL, 2002), que intenta analisar o tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e nos documentos curriculares que orientam a Educação Infantil, em níveis nacional e local; e a realização de uma pesquisa participante (BRANDÃO; STRECK, 2006), envolvendo crianças matriculadas no CMEI, lócus de nossa investigação, em interlocução com a pesquisadora e demais participantes da produção do documento curricular.

Para uma melhor compreensão do percurso metodológico, esta pesquisa tem como objetivo geral, **compreender** como são consideradas as enunciações infantis e a argumentatividade das crianças na composição curricular de uma Proposta Pedagógica (PP), de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Serra/ES, buscando a instauração de movimentos de interlocução, no sentido de possibilitar a participação desses estudantes na produção coletiva do documento.

Almejando tal intento, como objetivos específicos pretendemos:

- constituir espaços de diálogos, por meio de diferentes interlocuções, com vistas a promoção da participação das crianças na composição da Proposta Pedagógica;
- analisar, criticamente, as enunciações infantis na composição curricular da Proposta Pedagógica, no que tange à sua participação responsiva e responsável;
- compreender a potencialidade argumentativa das crianças, no que tange os enunciados infantis, trazendo aproximações dialógicas com os estudos teóricos que tematizam sobre a infância e os processos linguísticos discursivos;
- analisar e compreender o que trazem os documentos curriculares oficiais - BNCC e documentos locais - relativamente à temática das infâncias em interlocução com nosso tema de pesquisa;
- constituir espaços de diálogo com os profissionais da escola, mediante encontros formativos, objetivando a sustentação teórico-metodológica para a produção da Proposta Pedagógica, resultando desse movimento



uma formação continuada, a qual se materializará como produto educacional desta pesquisa.

Com vistas ao diálogo com os documentos e com os enunciados infantis, esta pesquisa se ancora na perspectiva bakhtiniana, propondo a realização de uma análise dialógica do discurso (BRAIT, 2006 e SOBRAL; GIACOMELLI, 2016).

Para a mediação desse processo serão utilizadas rodas de conversa como espaços dialógicos, dentre outras possibilidades, de modo a promover a participação das crianças, por meio da escuta às suas enunciações infantis, e do diálogo com elas, no que tange à sua força argumentativa.

Para coleta e produção de dados serão utilizados recursos diversos, como fotografias e gravações de vídeos. Em relação à transcrição e análise dos enunciados das crianças, será empregada a ferramenta Elan, um software que possibilita uma análise mais precisa e detalhada dos dados coletados.

O Elan é uma ferramenta amplamente utilizada na área de aquisição de linguagem para transcrição, análise e codificação de dados multimodais e/ou de vários componentes que permite a inserção de diferentes tipos de mídia, como vídeo e áudio, além de texto, e é útil para a análise de linguagem em contextos interativos, como diálogos entre crianças e adultos.

Assim, a pesquisa propõe, também, estabelecer um diálogo com os profissionais do CMEI em questão, buscando contribuir com novos desdobramentos que suscitem pensar a temática, levando em consideração os enunciados concretos que as crianças produzem no seu cotidiano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso a ser desenvolvido, esta pesquisa objetiva contribuir para a composição de uma Proposta Pedagógica mais dialógica e participativa no Centro de Educação Infantil (CMEI).

Nesse sentido, espera-se que os resultados obtidos possam se traduzir em ações concretas, tais como a promoção de diálogo entre os profissionais e as crianças, a organização e execução da formação continuada junto aos docentes e a busca por experiências escolares enriquecedoras para as crianças.



Dessa forma, a pesquisa busca a produção coletiva da Proposta Pedagógica do CMEI, visando uma educação mais inclusiva, participativa e alinhada com as necessidades e potencialidades das crianças. Acredita-se que essas ações terão benefícios significativos na qualidade da educação oferecida pelo CMEI e no desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. BAKHTIN, M. *Marxismo e linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

AMOSSY, R. *Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

ARAÚJO, V. C. de. *Infância e educação inclusiva*. *Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, v. 23, n.1, p. 65-77, jan./jul. 2005.

ARAÚJO, V. C. de. *Ética e estética tecendo um olhar a partir da criança*. *Cadernos de Pesquisa em Educação: PPG, UFES, Vitória*, n. 22, p. 107-120, jul./dez. 2005.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BAKHTIN, M. *Marxismo e linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 09-31.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. Aparecida SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. *A linguagem da criança: um olhar bakhtinian*. São Paulo: Contexto, 2014a.

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. *Explorando o discurso da criança*. São Paulo: Contexto, 2014b.



DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; VIEIRA, A. J. Subjetividade, individualidade e singularidade na criança: um sujeito que se constitui socialmente. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 7, p. 57-74, 2012.

GIL, A. C. *Como Elaborar um Projeto de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, C. M. Argumentação e aprendizagem escrita na escola. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 2017.

KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. (Org.). *Filosofia e infância: Possibilidades de um encontro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KOHAN, W. O. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: KOHAN, W.O. (Org.). *Lugares da infância: Filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 51-68.

KRAMER, S. Infância e educação: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie. In: KRAMER, S. (Org.). *Infância e educação infantil*. Campinas: Papyrus, 1999. p. 269-280.

KRAMER, S. Direitos da criança e projeto político-pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, Luis C.; KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, p. 51-81, 2003.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 83-106.

KUHLMANN JUNIOR, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. KUHLMANN JR, M; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Minas Gerais: Autêntica, 2004. p. 15-33.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Jan/Fev/Mar/Abr, n.19, 2002, p. 20-28.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Portugal: Edições ASA, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e controvérsias. *Sociedade e Cultura* 2, Cadernos Noroeste, série sociológica, v.13. n.2, p. 145-164. 2000.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Infância (In)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.



SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. Domínios de Linguagem, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1076–1094, 2016.

VIGOSTSKI, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 3. ed. 2005.

VIGOTSKY, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



O DISCURSO BOLSONARISTA EVANGÉLICO E SUA RETÓRICA

Flávio Gomes Bezerra
Universidade de São Paulo

Resumo: O presente artigo se dedica a fazer uma análise crítica do discurso e argumentação do movimento político conhecido como “bolsonarismo” direcionado ao público cristão evangélico. Inicialmente, é apresentada a influência da religião na formação ideológica de seus seguidores. Na sequência, há uma explanação a respeito dos argumentos destacados em nosso corpus. O seguinte passo é uma análise de memes retirados do site de relacionamentos facebook, publicados por pastores que apoiam o candidato Jair Bolsonaro. Concluimos com uma reflexão sobre essas informações e como a religião tem o “poder” de influenciar as escolhas de seus devotos, inclusive na esfera política.

Palavras-chave: Discurso. Argumentação. Evangélicos. Bolsonaroistas.

Abstract: This article is dedicated to a critical analysis of the discourse and arguments of the political movement known as “bolsonarismo” directed at the evangelical Christian public. Initially, the influence of religion on the ideological formation of its followers is presented. Next, there is an explanation about the arguments highlighted in our corpus. The next step is an analysis of memes taken from the social networking site facebook, published by pastors who support the candidate Jair Bolsonaro. We conclude with a reflection on this information and how religion has the “power” to influence the choices of its devotees, including in the political sphere.

Keywords: Discourse. Argumentation. Evangelicals. Bolsonaroistas



INTRODUÇÃO

Antes de tentar entender a ideologia dos evangélicos bolsonaristas expressa em seus discursos, torna-se necessário compreender a diferença entre discurso e ideologia. Embora estejam sempre relacionados. Discurso e Ideologia são conceitos diferentes. Conforme Van Dijk (2015, p. 57), a confusão existe porque a ideologia é expressa pelo discurso. Tanto o discurso como as práticas sociais expõem a ideologia do grupo de maneira que possa existir uma identificação ou não. Ainda segundo Van Dijk (2052, p. 54), as ideologias são compartilhadas pelos grupos. Elas são, independentemente de tudo, representações mentais, são crenças. São como outras formas de cognição social como conhecimentos, atitudes, valores ou normas. As ideologias são formas de ideias compartilhadas. A ideologia faz com que os grupos criem uma identificação entre os indivíduos. Os membros do grupo passam a compartilhar os mesmos valores e crenças. É muito comum existir uma polarização, o grupo **A** discorda do grupo **B** e começa aí uma disputa ideológica que muitas vezes pode chegar à esfera política.

No *corpus* deste trabalho essa polarização se mostra muito forte. O grupo que se declara cristão conservador (em sua maioria cristãos evangélicos) acredita piamente que os que discordam são a favor de uma mudança social que segundo eles cercearia as liberdades individuais e se chama "Comunismo". Ainda segundo Van Dijk (2015, p. 56):

Essa polarização discursiva é tipicamente caracterizada por reforçar as propriedades positivas de NÓS, o endogrupo, e as propriedades negativas DELES, o exogrupo. Ao mesmo tempo, as propriedades negativas do endogrupo e as positivas do exogrupo são tipicamente desenfáticas, atenuadas, mitigadas ou simplesmente ignoradas ou escondidas .

Essa ideia do "Nós contra Eles" é muito reforçada no discurso evangélico bolsonarista. É feito um esforço muito grande para convencer as pessoas de que há uma ameaça global que destruiria seus valores baseados na religião. A maneira como esse discurso é reforçado pelos memes da internet será exemplificada à frente.



1 A INFLUÊNCIA DOS LÍDERES EVANGÉLICOS NA IDEOLOGIA DE SUAS COMUNIDADES

De acordo com a crença cristã evangélica, Deus é o criador de todo o universo e se afastou de suas criaturas por não serem obedientes. Segundo o teólogo Emery. H. Bancroft (2011, p. 225):

Somos “filhos da ira” por natureza e como tais permanecemos enquanto estamos separados de Cristo. A única natureza que o incrédulo possui é aquela que está em franco antagonismo e inimizade contra Deus e que, portanto, merece com justiça estar debaixo de sua permanente ira [...]

[...] o homem ficou afastado de Deus a ponto de não ser mais Deus objeto de sua afeição.

Para os evangélicos, Deus se revela à humanidade pecadora de duas formas especiais:

- Pessoal- De acordo com o teólogo Stanley Horton (2002, p. 80), Jesus é o Deus criador que se revelou como homem e morreu em sacrifício pelos pecados da humanidade.
- A Bíblia- Ainda de acordo com Horton (2002, p. 81), os textos bíblicos são inspirados por Deus, por isso são uma forma de revelação.

Para o pastor norte-americano John MacArthur (2003, p. 23), considerado um dos pastores de maior credibilidade na atualidade:

Uma verdadeira visão cristã de mundo começa com a convicção de que o próprio Deus falou nas escrituras. Como cristãos, estamos comprometidos com a Bíblia como a infalível e soberana palavra de Deus. Cremos que ela é fiel e verdadeira de capa a capa, em cada i ou um só til cf. Mt 5.18). As Escrituras, portanto, são o modelo no qual devemos testar todas as outras declarações da verdade. A menos que esse conceito básico domine nossa perspectiva em toda a vida, não podemos legitimamente declarar termos adotado a visão cristã de mundo.

Levando em consideração a força que o texto bíblico tem na formação da ideologia dos evangélicos e como a Bíblia é sempre citada por seus pastores durante as pregações, é fácil compreender porque a influência de pastores nas eleições pode fazer com que tantas pessoas optem pelo candidato indicado. Para Van Dijk (2020, p. 28) a dominação acontece quando há abuso do poder



comunicativo. Entrar na esfera política tendo uma influência tão grande sobre a vida das pessoas é um abuso. O medo é um fator de persuasão muito poderoso. Ainda segundo Van Dijk (2020, p. 41):

Exceto no caso do exercício de uma força física, o poder de A sobre as reais ou eventuais ações de B pressupõe que A precisa ter controle sobre as funções cognitivas das ações de B, tais como desejos, planos, crenças. Independentemente dos motivos, B pode concordar com A ou aceitar fazer o que A deseja, ou seguir a lei, as regras ou o consenso de forma a agir de acordo com (os interesses de) A. Em outras palavras, o poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. A maior parte das formas de controle social da nossa sociedade implica esse tipo de “controle mental” exercido tipicamente por meio da persuasão ou de formas de comunicação discursiva, ou resultante do medo de sanções a serem impostas por A no caso de B não atender aos desejos de A.

2 OS RECURSOS ARGUMENTATIVOS MAIS UTILIZADOS NOS MEMES BOLSONARISTAS

Antes de expor os memes analisados neste trabalho, se faz necessário abordar os recursos argumentativos mais utilizados como o *ethos* construído e os demais argumentos.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* NO DISCURSO

Segundo Aristóteles, há três provas empregadas pelo orador para persuadir seus ouvintes: *pathos*, *logos* e *ethos*. *Pathos* se refere aos argumentos que apelam para os sentimentos dos ouvintes; *logos* se refere ao discurso do orador; já o *ethos* se refere ao orador em si, como ele se apresenta, como ele constrói sua credibilidade. De acordo com Aristóteles (2007, p. 23-24):

O caráter pessoal do orador alcança a persuasão, quando ele nos leva a crer no discurso proferido. Acreditamos mais nos homens de bem por serem mais preparados e íntegros do que os outros. Em geral, isso é verdadeiro, qualquer que seja a questão, e absolutamente verdadeiro onde a certeza exata é impossível e as opiniões estejam divididas.

O *ethos* do orador é construído no discurso. Para Amossy (2005, p. 9):



Todo ato de tomar a palavra implica na construção de uma imagem de si. Para tanto, Não é necessário que o locutor faça autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

Conforme Fiorin (2005), a construção do *ethos* independe da veracidade das afirmações. O que torna o discurso persuasivo é a imagem que se cria. Numa sociedade em que as pessoas consomem informação pela Internet de maneira tão “voraz”, e considerando que a rede tem por objetivo manter as pessoas conectadas, é muito comum o consumidor de informação passar a receber apenas, ou na maioria das vezes, notícias que reforçam sua opinião. As pessoas ficam horas por dia vendo notícias que muitas vezes são mentirosas, as chamadas *fake news*. Ainda segundo o autor, comentando o texto de Aristóteles citado anteriormente:

Observe-se que ele diz que o *ethos*, isto é, o caráter daquele que produz um ato de fala, é uma imagem que se constrói no próprio ato de dizer. Por isso, a comunicação não se faz com o autor real do ato de fala, mas com uma imagem de si mesmo que ele produz ao falar ou escrever. O autor, ao mesmo tempo que enuncia uma informação, vai dizendo: eu sou isso, eu sou aquilo. O orador transmite uma imagem de confiabilidade, de competência, de franqueza, etc. Como diz Aristóteles, tendemos mais a acreditar em alguém honesto do que alguém desonesto, em alguém sensato do que em alguém não criterioso, em alguém franco do que em alguém que parece escorregadio. (FIORIN, 2015, p. 228)

Com os recursos que há hoje em dia, e principalmente pela alienação causada pelo uso excessivo da internet, as pessoas recebem esse discurso de maneira repetitiva todos os dias, o que aumenta muito a capacidade de construir um *ethos* persuasivo para o político em questão.

3.2. OS TIPOS DE ARGUMENTO MAIS ENCONTRADOS EM NOSSO *CURPUS*

- *Argumentum ad hominem*- ou argumento dirigido à pessoa.



Neste argumento há a desqualificação do oponente. É dirigido à plateia e tem o intuito de tirar a credibilidade do adversário para que sua fala também perca a credibilidade. Segundo Fiorin (2015, p. 171):

...não se discutem os méritos intrínsecos do ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas se desqualifica o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente...

- *Argumentum tu quoque*- expressão latina que significa “você também”

De acordo com Fiorin (2015, p. 174), considerado uma variação do argumento *ad hominem*. Esse argumento consiste em levantar uma inconsistência na fala do oponente, fazendo-o parecer contraditório no que diz.

- *Argumentum ad ignorantiam*- argumento que apela para a ignorância

Esse argumento consiste em declarar que uma afirmação é verdadeira em razão de outra. São apresentadas duas opções como se fossem as únicas, considera-se que uma é incorreta, por consequência a outra deve ser considerada correta. É, segundo Fiorin (2005, p. 180), *Raciocinar como se só existissem posições absolutas* negando assim as várias possibilidades diferentes possíveis.

- *Argumentum ad baculum*- argumento que apela para a força

De acordo com Fiorin (2015, p. 227), é o argumento voltado para o futuro que ameaça o enunciatário a aceitar sua proposta. É o mesmo que as religiões fazem ao ameaçar seus adeptos ao castigo eterno, caso não obedeçam às suas orientações.

- *Argumentum ad verecundiam*- ou argumento de autoridade

Ainda segundo Fiorin (2015, p. 176-177), o argumento de autoridade pode ser usado com as próprias características do enunciador, com a citação de uma figura que é considerada autoridade no assunto, ou mesmo com um grupo de pessoas de notória respeitabilidade.

3 ANÁLISE DO *CURPUS* ESCOLHIDO

O “meme” é um gênero textual criado recentemente e compartilhado pela internet. Ele possui uma mistura de linguagem verbal e linguagem não verbal,



incluindo fotos, desenhos e vídeos. Com a capacidade de se espalhar rapidamente, o meme é muito utilizado para causar humor e para fazer propagandas. Os políticos costumam utilizá-los para autopromoção ou destruir a imagem dos adversários.

Para fazer essa análise, foram destacados alguns memes tirados do facebook. Todos foram divulgados em páginas de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, Três perfis do site de relacionamentos facebook foram utilizados para extrair nosso *corpus*. O perfil do P. Silas Malafaia, muito conhecido por seu programa de televisão; P. Marco Feliciano, muito conhecido no cenário religioso pentecostal e é deputado federal; também foi utilizado o perfil Operação Bolsonaro, cujos memes são grandemente espalhados por religiosos que apoiam Jair Bolsonaro.

Figura 1



<https://pt-br.facebook.com/SilasMalafaia/>

Na expressão “eleições limpas e transparentes”, há uma tentativa de tirar a credibilidade da urna eletrônica. O uso da expressão “eleições limpas e transparentes” reforça a ideia levantada entre os Bolsonaroistas de que todas as pesquisas que apontam vitória de Lula são falsas, e, de que há manipulação dos resultados. Não deixa de ser uma forma do *argumentum ad hominem*, ou seja, para os seguidores de Bolsonaro, o processo eleitoral brasileiro não merece credibilidade.

Figura 2



<https://pt-br.facebook.com/SilasMalafaia/>

A segunda figura apresenta ao mesmo tempo o *argumentum ad hominem* e a tentativa de construir um *ethos* para Bolsonaro como uma espécie de defensor de princípios considerados cristãos. Insinua que Lula é inimigo das igrejas e Bolsonaro é amigo, sendo que Lula foi presidente por 8 anos e nunca houve por parte de seu governo a violação do direito constitucional de liberdade de crença. Afirmam que, dentre os dois, apenas Jair Bolsonaro é a favor da democracia, afirmação que entra em contradição com o discurso bolsonarista que eventualmente ameaça as instituições e o estado de direito. Também é citada a Identidade de Gênero, chamada por eles de “ideologia de gênero”, como se fosse uma ameaça ensinar a sociedade a conviver com as diferenças. Afirma também que Lula “defende bandidos” e uso de drogas. Há também outras afirmações nesse meme. Aqui se destaca o uso do *argumentum ad hominem*, tentando destruir a credibilidade de Lula. Há também a construção de um *ethos* heroico para Bolsonaro apresentado em contraste. Pode ser considerada, também, uma forma do *Argumentum ad ignorantiam*, que é quando se afirma um *ethos* negativo para Lula e apresenta o candidato do Partido Liberal como única opção capaz de vencê-lo. Também o *Argumentum ad baculum* é utilizado com a ameaça de que Lula traria risco para a existência das igrejas evangélicas, para a permanência da democracia e riscos em relação à segurança, porque insinua que o candidato do PT não promoveria a segurança urbana.

Figura 3



<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos>

Na figura 5 podemos ver o deputado federal e pastor Marco Feliciano aparecendo com o candidato Jair Bolsonaro. Essa foto demonstra o mútuo apoio que existe entre ambos os candidatos. O que chama a atenção é a expressão “#voto com fé”. Essa expressão traz uma falsa associação entre a fé cristã e a figura do candidato Jair Bolsonaro. É uma tentativa de construir um *ethos* de “homem de Deus” para Bolsonaro. Há também a presença do *argumentum ad verecundiam*,

já que o pastor Marco Feliciano, hoje deputado federal, se tornou muito famoso no meio evangélico, no início dos anos 2000, por ser um dos pregadores brasileiros mais requisitados. Na época, Marco Feliciano pregava por todo o Brasil e também em outros países, ficando assim muito conhecido no meio religioso.

Figura 4



<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos>

A figura 4 destaca um tema muito explorado no meio evangélico para conseguir votos, o apoio ou não à legalização do aborto. A expressão "Bolsonaro assina decreto que define direito à vida desde a concepção" faz parte da criação desse *ethos* de defensor da vida que tentam construir para Bolsonaro, o que entra em grande contradição com o armamento da população.

Figura 5



Figura 6



<https://www.facebook.com/operacaobolsonaro> <https://www.facebook.com/operacaobolsonaro>

Nas figuras 5 e 6, temos as duas expressões que se tornaram muito importantes na propaganda do candidato Jair Bolsonaro. A associação com a religião evangélica é constantemente repetida na tentativa de criar esse *ethos* que supostamente se relacionaria aos "princípios cristãos" e está diretamente relacionado à igreja evangélica brasileira. Na figura 9 é citado um versículo bíblico. Essa atitude se tornou, já no ano de 2018, muito popular entre os evangélicos. Sempre foi costume de candidatos procurar votos em templos



religiosos de todo tipo, mas citar a Bíblia era inédito e iludiu muitas pessoas que não acompanhavam política, e, por isso, não conheciam os verdadeiros princípios e atos do deputado federal Jair Bolsonaro. A frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” ajudou o candidato a criar grande popularidade nesse meio religioso e o apresentou como alguém que defenderia princípios de amor ao próximo, justiça e paz.

CONCLUSÃO

O presente trabalho nos mostra que o discurso bolsonarista direcionado aos evangélicos se utiliza de maneira muito repetitiva do *argumentum ad hominem*, às vezes associado a algum outro tipo de argumento. Sempre com o intuito de destruir o *ethos* dos adversários. Pouco se apela à lógica nesse discurso. Os argumentos são sempre voltados aos sentimentos dos interlocutores. A construção do *ethos* de Jair Bolsonaro, sempre vinculada à destruição do *ethos* dos oponentes, é repetida muitas vezes, de maneira que para o eleitor bolsonarista evangélico, não existe credibilidade suficiente nos adversários para que seus argumentos sejam ouvidos. Para esse grupo, qualquer alegação que levante suspeita sobre a capacidade e honestidade de Jair Bolsonaro é simplesmente considerada como inverídica e injusta; mesmo que os fatos mostrem o contrário. A história já nos mostrou o quão perigoso é acreditar que algum líder religioso ou político está acima de qualquer suspeita ou de ter em seu discurso a única verdade possível. A ideia do “Nós contra Eles” parece ser a base da ideologia encontrada no discurso de boa parte desses religiosos. O poder exercido pelos líderes evangélicos sobre seu “rebanho” se mostrou de grande influência nas últimas eleições e deve ser levado em conta em momentos tão importantes para o nosso país.

REFERÊNCIAS:

AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no Discurso: a construção do Ethos*. São Paulo. Contexto. 2016.



- ARISTÓTELES. Retórica. Tradução Marcelo Silvano Madeira. São Paulo. Ridel. 2007.
- BANCROFT, Emery H. Teologia Elementar- Doutrinária e Conservadora. São Paulo. Editora Batista Regular. 2011
- BÍBLIA SAGRADA: Nova Versão Transformadora. São Paulo. Editora Mundo Cristão. 2016.
- BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Cristianismo. São Paulo. Editora Fundamento. 2012
- FELICIANO, Marco. Fal o L... Lula diz que aborto é direito...#voto com fé. Meu primeiro ato. 26 e 27 de setembro de 2022. Facebook: Marco Felician. Disponível em: <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos> Acessado em 29 de setembro de 2022.
- FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo. Contexto. 2015.
- GAARDER, HELLERN e NOTAKER, Jostein, Victor e Henry. O Livro das Religiões. São Paulo. Cia. Das Letras. 2000.
- HORTON. Stanley M. Teologia Sistemática- Uma Perspectiva Pentecostal. Rio de Janeiro. Casa Publicadora das Assembleias de Deus. 2002.
- MACARTHUR, John. O Resgate do Pensamento Bíblico: Recuperando uma Visão de Mundo Alicerçada nos Princípios Bíblicos e na Mensagem Cristã. São Paulo. Hagnos. 2018.
- MALAFAIA, Silas. Atenção, evangélicos. Lula continua a dizer asneiras.... 26 de setembro de 2022...Deus pátria família e liberdade. 7 de setembro de 2022. Rio de Janeiro. Facebook: Silas Malafaia. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/SilasMalafaia/> acessado em 28 de setembro de 2022.
- OPERAÇÃO BOLSONARO. Brasil acima de tudo Deus acima de todos. E conhecerei a verdade. Brasília. Facebook: Operação Bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/operacaobolsonaro> acessado em 28 de setembro de 2022.
- VAN DIJK, Teun A. Van. Discurso e Poder. São Paulo. Contexto. 2020.
- VAN DIJK, Teun A. Van. Ideologia. Letras de Hoje. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139/14070> Acessado em 29 de setembro de 2022.



EMPODER[(AR)]: DISCURSIVIDADES DE ESTUDANTES DE UM CENTRO DE ENSINO DE PERÍODO INTEGRAL MEDIANTE A METODOLOGIA FEMINISTA COMO EMANCIPAÇÃO FEMININA

Gabriela Magalhães Sabino
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo: Esta pesquisa tem como delimitação do tema a metodologia feminista e os impactos de uma *pesquisa-formação*, por meio de uma disciplina eletiva que faz parte do componente curricular de livre escolha dos alunos de um centro de ensino de período integral na cidade de Goiânia. O objetivo central do trabalho é promover a reflexão a respeito das discursividades da subjetividade dos estudantes em relação ao letramento feminista. A pesquisa será aplicada, qualiquantitativa, hipotética dedutiva. As praxiologias acadêmicas elegidas para discussão situam-se no vasto campo inter/transdisciplinar da Linguística Aplicada Crítica (LAC) por (Moita Lopes, 1996, 2002, 2006), (Austin, 1990), (Penycook, 1998). Considera-se enquanto resultados parciais, a importância de uma perspectiva dos estudos feministas que possibilitem engendrar soluções para as práticas problematizadoras no contexto da unidade escolar.

Palavras-chave: Discursividades. Empoderamento. Emancipação. Feminismo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto desta pesquisa será uma ação extensionista para a formação crítico-social feminista, tendo em vista as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) em prol do empoderamento e práticas de letramentos, por meio da eletiva EMPODER [(AR)], em um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI), na cidade de Goiânia. A justificativa deste estudo surge a partir da necessidade da criação e efetivação de ações sociais que colaborem com a comunidade escolar/social, no que diz respeito aos direitos das mulheres. Além disso, a escola possui um papel de contribuição para a formação do aluno não só academicamente, mas também moral e humanamente. Desse modo, tal disciplina eletiva contribuirá para aprimorar a capacidade crítica, analítica, argumentativa e reflexiva dos discentes. Pois, o letramento feminista/de gênero gera,



consequentemente, a conscientização e reeducação para garantir a igualdade de direitos.

A metodologia deste trabalho será aplicada, quali-quantitativa, hipotética dedutiva e estudo de caso. Dessa forma, a pesquisa divide-se entre a realização da disciplina eletiva, em um Centro de Ensino de Período Integral (CEPI), na cidade de Goiânia, durante o período de um ano (2024). O projeto será realizado por meio de encontros semanais para leitura e produções textuais das participantes.

O *corpus* de pesquisa será composto por conversas individuais com as integrantes, especialmente mulheres, mas será aberto aos alunos do Ensino Médio, que tenham interesse, com questionário semiestruturado, com o objetivo de compreender as subjetividades dos membros dessa ação extensionista antes, durante e posteriormente à disciplina eletiva. Além disso, o resultado das interações de toda a ação extensionista será apresentado na culminância da eletiva, por meio de Sarau das MINAS.

Considera-se as contribuições para área pesquisada, por meio dos saberes sobre o letramento feminista, demonstrando relevância para os estudos da linguagem, que corroboram frente à necessidade de mais discussão sobre as discursividades da vivências/ narrativas das mulheres, especialmente as das participantes de pesquisas, uma vez que esses trabalhos colaboram para o ensinamento acerca das constituições subjetivas de sujeitos silenciados (mulheres), de um nicho social do qual nada se fala, e também que não é ouvido. Além disso, reforça-se a importância da leitura e da escrita, enquanto transform(ação) e resignificação de narrativas violentadas, por meio da realização de projetos que apoiam mulheres e as empoderem.

A motivação pessoal é que a pesquisadora detém um compromisso ético com a defesa dos direitos das mulheres. A justificativa desta pesquisa pauta-se na necessidade da criação e efetivação de ações sociais que colaborem com a comunidade escolar/social, em uma perspectiva de um processo de formação crítico feminista, por meio dos preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2018), enquanto a compreensão dos processos identitários, conflitos e relações de poder existentes na sociedade, no que tange especialmente às mulheres.



Em relação aos motivos profissionais, enquanto professora, um sujeito emancipador, apresentar questões sociais e estruturais importantes aos estudantes, como, por exemplo, desigualdade, faz parte do que a pesquisadora acredita como sua função enquanto profissional da educação e pesquisadora. É um dever de toda sociedade combater a violência contra as mulheres, especialmente no que tange aos profissionais da educação, haja vista a função imprescindível da conscientização e reeducação, bem como a importância do feminismo para todas as conquistas até aqui, e a produção de um processo de formação crítico-social feminista, envolvendo interseccionalidade de gênero, classe e raça.

Os motivos acadêmicos para o desenvolvimento desta pesquisa ocorrem a partir da necessidade de levar reflexões e saberes até a comunidade escolar, por meio de leituras realizadas ao longo da vida acadêmica sobre o feminismo e o letramento e mediante notícias e dados inquietantes sobre violência contra as mulheres. Dessa forma, almeja-se realizar um processo de empoderamento e emancipação pela leitura. Ou seja, a discussão acerca da figura da mulher em diferentes contextos, assim como a sua luta ao longo da história, desde a Revolução Francesa, pelos direitos de ser mulher e cidadã, numa sociedade patriarcal, machista e misógina.

Dessa forma, espera-se que nenhuma aluna tenha que sentir o desamparo, o desespero e a falta de instrução sobre como lidar com alguma situação semelhante. Ademais, almeja-se que as participantes sejam acolhidas e que a escola seja um lugar de apoio e ressignificação de assuntos silenciados. Além disso, o projeto envolve os estudos dos textos, a leitura, a escrita e as práticas de linguagem. A proponente da pesquisa já realizou um estudo com perspectiva feminista com a dissertação intitulada *A constituição subjetiva das egressas do sistema carcerário feminino no interior goiano*, um trabalho que se propôs a analisar como os saberes e os poderes irrompem na constituição subjetiva das egressas do cárcere feminino do interior goian. Como objetivo geral, descreveu-se, interpretou-se enunciados desses sujeitos para compreender de que modo essas mulheres constituíram-se em três contextos: pré, durante e pós-cárcere. Frente a isso, como objetivos específicos, o desejo de promover a cidadania, o empoderamento, e a emancipação mediante discussões a respeito da



constituição subjetiva dessas mulheres e do apagamento dos saberes sobre o cárcere goiano feminin.

Conforme os resultados, o monumento cárcere goiano, especificamente, o feminino, possui um apagamento de estatísticas, de projetos de inclusão social e de políticas públicas de cuidado com encarceradas e egressas do cárcere. Trata-se, mais uma vez, de uma negligência e de um desmazelo do sistema jurídico e penal em relação a esses corpos, segundo Foucault (2015), considerados infames; daí a homogeneização deles.

O problema de pesquisa, é qual o impacto de uma disciplina eletiva sobre letramento feminista na vida dos estudantes participantes? A problematização está alinhada com os trabalhos e competências propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), para um estudo sobre o letramento com a perspectiva do feminismo, da categoria de gênero e com a performance, conceitos essenciais para a resposta desse tema.

Em relação aos tratados internacionais de proteção às mulheres, a Organização das Nações Unidas (2022, online) detém o projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos”, que espera-se a criação de estratégias de prevenção e resposta a violações de direitos humanos e violências contra mulheres e meninas. Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas é uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero. Piovesan (2012, online) afirma que existem outros tratados internacionais como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) estabelecem o compromisso dos Estados em garantir às mulheres uma vida sem violência. Ressalte-se que a Lei Maria da Penha (Lei n. 11340/06) possui como objetivo principal a prevenção da violência doméstica e/ou familiar contra mulheres. Em seu artigo 8º, inciso V, considera-se a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.



Nesse caso, a ação extensionista funcionaria como a promoção de prevenção, acolhimento para assegurar aos participantes seus direitos, e impactar diretamente na luta contra essas violências. O artigo 8º, incisos VII e IX, salientam sobre a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos, com respeito à dignidade da pessoa humana na perspectiva de gênero e de raça ou etnia, o que será enfoque nesta pesquisa, por meio da discussão nas rodas de conversas sobre os direitos das mulheres. O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, corresponde aos conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, o que já consta na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

A relevância deste projeto cumpre-se através do estado da arte realizado para a construção deste estudo, mais debate sobre essa temática, especialmente o letramento feminismo nas escolas públicas, a busca por algumas teses que inspiraram está escrita, encontradas *Gênero, raça, classe e letramento: a resistência de jovens mulheres por meio da fala e da escrita*, que vai ao encontro a este trabalho, pois trata-se de um estudo que ocorreu na cidade de Goiânia, Brasil, ao longo dos anos de 2014 a 2016, tendo como participantes onze mulheres jovens, com o objetivo de promover reflexões sobre as condições das participantes por meio do compartilhamento de suas histórias de vida mediante, suas produções escritas. Compartilharam suas histórias entre si, a lembrança, percepção e construção do que é ser uma mulher na sociedade também foram colocadas em escrutínio ao interseccionarem raça, classe e letramento para abordar gênero, violência de gênero e desigualdade de gênero.

1 EMPODER[AR]: LEVANTAMENTO DE SABERES PARA (RE)SISTIRMOS

Nesse sentido, para este estudo o uso da linguagem é um instrumento para discutir sobre os estereótipos de gênero: papéis sociais, desigualdade de gênero, sonoridade e novas formas de masculinidade. Para ilustrar essas prerrogativas sobre a violência de gênero, no Portal Geledés (2013, online) no Brasil, a cada 2 minutos, 5 mulheres são agredidas (Perseu Abramo, 2011). De 1980 até 2010, foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última



década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicando – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato. Além disso, cerca de 40 % dos homicídios de mulheres são cometidos dentro da casa da vítima, ao passo que nos homens este índice é de 14%. (Mapa da Violência, Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. 2012). A faixa etária das mulheres mortas vítimas de homicídio, na última década também chama a atenção. De 2000 a 2010, concentra-se na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos, o que mais cresceu na década analisada. A pesquisa aponta que 9 em cada 10 jovens entrevistadas vivenciaram algum tipo de violência no namoro, marcada em muito pela possessão no relacionamento, pelo ciúme e sentido da mulher como propriedade masculina.

A opressão da mulher, ocorrida dentro de casa, é expressão também da cultura que legitima a mulher como propriedade masculina e sua sujeição ao homem e a violência. Levando em consideração os dados acima primando as competências para o século XXI, faz-se necessário a discussão sobre os direitos das mulheres, especialmente nas unidades escolares, tendo em vista que os jovens são os futuros cidadãos, que participarão das decisões políticas, considerando que são maior parte da população, no entanto, com menor participação no momento de tomada de decisões no cenário político. Dessa forma, é necessário um incentivo para formação de lideranças femininas, por isso a pesquisa conversará especialmente com mulheres, mas se algum aluno tiver interesse poderá participar também.

A potencial contribuição inovadora da pesquisa para a área ocorre por meio de projeto que perpassa as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) para a criação de uma eletiva, ou seja, uma disciplina livre, um componente curricular dentro de uma unidade escolar, em que os alunos terão a oportunidade de vivenciar várias práticas de letramento feminista, de (re)sistência e (re)ssignificação sobre a emancipação feminina, um movimento crítico, emancipatório e de livre escolha dos estudantes. Uma ação extensionista que pode contribuir no protagonismo desses participantes e gerar empoderamento e consciência sobre os direitos que os engendram, pois investiga-se os enunciados dessas integrantes acerca da sua subjetividade em



relação a ação extensionista em três momentos: antes de iniciar, no seu desenvolvimento e posteriormente, compreendendo assim o impacto/contribuição desta pesquisa em suas vidas, por meio da culminância da eletiva, um Sarau, com apresentações dos poemas, publicação de suas narrativas e rodas de conversas com convidados/ pesquisadores sobre o tema.

O tema desta pesquisa trata-se sobre discursividades dos participantes em relação ao letramento feminista, e o objeto e pesquisa será uma ação extensionista para a formação crítico-social feminista, tendo em vista as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), (em prol do empoderamento e práticas de letramentos, por meio da eletiva EMP♀RDER[(AR)], em um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI), na cidade de Goiânia.

Em relação direcionamento teórico-científico do trabalho será respaldado pela Linguística Aplicada Crítica, doravante (LAC), que, de acordo com Moita Lopes (1996), trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada em ciências sociais, ou seja, apresenta a centralidade na resolução de problemáticas do uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, melhor dizendo, detém a necessidade de tratar de questões sociais que causam sofrimento humano, no caso em tela, a violência contra as mulheres, ferindo os direitos humanos, pois todo conhecimento em ciências sociais e humanas é uma forma de conhecer e criar possibilidades para compreender a vida social e pensar em políticas públicas. Logo, a Linguística Aplicada Crítica (LAC) aborda questões identitárias e problematiza a importância de pensar outras sociabilidades para a vida social, o que é o principal projeto político da atualidade. Nesse sentido, é necessário reinventar a vida social, assim como preconiza a Linguística Aplicada Crítica (LAC) como forma de compreendê-la, de modo a poder imaginar novas ações por meio do letramento feminista, da mesma forma que a proposta em questão.

A importância do papel da linguagem, segundo Austin (1990), vai muito além de transmitir informações à medida em que pode ser utilizada, também, para a prática de ações. Ou seja, quando a ideia de propor esta pesquisa surgiu, não poderia somente ficar nas palavras, da proponente da pesquisa, essa vontade de



dizer e problematizar a falta de conhecimento/acesso aos direitos das mulheres, mas sim fazer, isto é, escrever este projeto e propor a realização deste trabalho. Além disso, o autor supramencionado (1990) remete às ações de fazer ou dizer tais coisas como algo que deve ser considerado ou entendido, dizer do que uma ação se trata, no que tange a pesquisa, compreender essa ação extensionista enquanto ato de (re)sistir e (re)significar saberes, por intermédio da leitura e da escrita. Enquanto um trabalho da área da linguagem que não tem separação com mundo, já que é uma realidade de violência (s) que esses estudantes podem estar vivenciando em casa ou até mesmo no ambiente escolar.

Para Austin (1990) o termo performativo possui o uso em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo 'imperativo'. Dessa forma, que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo 'ação', e indica que ao se emitir o proferimento está - se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo". Por isso, o método escolhido foi a pesquisa-formação, (Silvestre, 2017) a fim de compreender os impactos das interações de toda a ação extensionista, a produção de textos narrativos/ argumentativos/poesias, e também a discussão em rodas de conversas.

Segundo Penycook (1998), o crescimento significativo do movimento feminista e trabalhos de teóricos do Terceiro Mundo ilustram vozes que vão além da neutralidade do pensamento ocidental. Vozes, as quais evidenciam o ser/estar no mundo, enfatizando a importância de serem ouvidas, no caso desta pesquisa a vozes das participantes da disciplina eletiva.

2 ANDANÇAS EDUCATIVAS: METODOLOGIA

A pesquisa será aplicada, explicativa, com o método hipotético dedutivo, com abordagem qualiquantitativa, o *corpus* deste estudo será constituído de transcrições das conversas individuais com as participantes, dos dados das entrevistas semiestruturadas a fim de compreender os impactos das interações de toda a ação extensionista, pesquisa-formação (Silvestre, 2017), a produção de textos narrativos/ argumentativos/poesias, e também a discussão em rodas de conversas acerca das obras selecionadas, especialmente no que tange aos três



momentos do projeto: antes, durante e após da eletiva, que intitula-se como EMPODER [(AR)], com a culminância da disciplina eletiva por meio de Sarau das MINAS, em um Centro de Ensino de Período Integral (CEPI), na cidade de Goiânia. Os interessados em participar dessa disciplina eletiva serão estudantes do Ensino Médio. Logo, o referencial teórico-metodológico para esta pesquisa qualitativa trata-se de DENZIN e LINCOLN (2013) e a investigação de cunho feminista por (DILLARD e OKPAPALOKA, 2013; HARAWAY, 1995; HARDING, 1992). Serão feitas entrevistas semiestruturadas com as participantes de um Centro de Ensino de Período Integral (CEPI), durante um período de um ano, com a iniciativa de criação de uma eletiva de formação crítico-social feminista intitulado EMPODER [(AR)], com encontros semanais com a proposta de leituras e produções textuais. Além disso, o projeto será levado até a coordenação da escola e, após a aprovação da coordenação/direção da unidade escolar e da CRE- Secretaria de Educação, passará pelo Comitê de Ética, por meio dos trâmites legais do termo de consentimento livre e esclarecido para as participantes. Será desenvolvida a parte da coleta de dados, pois além da análise das produções dos participantes, será utilizado uma proposta de questionário semiestruturado sobre os três momentos da ação extensionista, sendo elas antes do curso, a percepção/entendimento do letramento feminista e durante o processo da disciplina eletiva e no final a culminância da ação extensionista.

REFLEXÕES FINAIS: CHÃO DA ESCOLA, SABERES E VIVÊNCIAS

Em suma, os resultados, ou seja, reflexões que poderão ser encontrados nesta pesquisa seriam observar que as participantes não compreendem e não têm acesso aos seus direitos fundamentais. Desse modo, acredita-se que o presente trabalho possui capacidade para promover impactos sociais importantes no que tange ao combate ao machismo estrutural e à violência contra as mulheres. Nesse sentido, a disciplina eletiva trará luz a essas questões, tais como: o acesso a teorias que, muitas vezes, ficam na academia e não chegam até o ensino básico, ou seja, obras literárias, de que os alunos não possuem conhecimento ou, até mesmo, os direitos que são fundamentais em suas vidas e fazem/fariam toda a diferença em suas perspectivas/visões sobre seus lugares no mundo e de fala. Uma forma de



aviso sobre violência (s) estruturais que são reproduzidas em seus lares e diversos lugares que frequentam socialmente, nos quais não existe uma instrução sobre como agir, o que fazer, e como aquilo que cliva enquanto um sujeito histórico, cidadão que deve ser consciente sobre seus direitos e tudo o que cerca. Portanto, a ação extensionista, no afã de demonstrar as práticas de si, suas discursividades/subjetividades, saberes e vivências sobre a disciplina eletiva.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41. DINIZ, D. Reflexões sobre o ato de educar: educação e humanização. Revista Educação Pública. 2014.

DILLARD, Cynthia B.; OKPALAOKA, Chinwe. The sacred and spiritual nature of endarkened transnational feminist praxis in qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **The landscape of qualitative research**. SAGE Publications: Los Angeles, 2013, p. 305-337.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IV**: estratégia, poder-saber; organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. –3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, v. 5, p. 07-39, 1995. HARDING, S. After the neutrality ideal: science, politics and “strong objectivity”. Social Research, Nova Iorque, v. 59, n.3, p. 567-587, outono 1992.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.



MOITA LOPES, L. P. da. Contextos institucionais em Linguística Aplicada: novos rumos. In: **Intercâmbio**, v. 5, p. 3-14, 1996. Disponível em: www.leffa.pro.br/textos/Moita. Disponível em: Agosto de 2022.

PENNYCOOK, Alastair. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda do Couto. (Org). **Linguística Aplicada pe transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 23-49.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTAL GELEDÉS. **Violência contra as mulheres jovens**. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-contra-as-mulheres-jovens/>. Acesso em: agosto de 2022.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana. **Colaboração e crítica na formação de professores/as de línguas**: teorizações construídas em uma experiência com o PIBID. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ONU MULHERES BRASIL. **Fim da violência contra as mulheres**. 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: agosto de 2022.



É SOBRE ELAS: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E ESTEREOTIPAGEM

Geisa Fróes de Freitas
Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Resumo: No artigo em questão, buscamos refletir sobre a participação e a representação das mulheres no âmbito da política, considerando que a presença do corpo e da voz femininos ainda é bastante restrito nos espaços públicos de poder. Infelizmente, a cultura da violência contra a mulher política vem se intensificando no contexto historicamente definido da política brasileira. Desse modo, esse estudo objetiva propor um debate acerca da interseccionalidade discurso, política e gênero a partir da perspectiva discursiva, com vistas a analisar como se constituem os processos de estereotipagem da mulher política, e sua relação com a violência política de gênero nos pleitos de 2018 e 2022. Recorremos, assim, aos pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos por Foucault (2009), para compreender as relações de discurso e poder; ademais para as noções de estereótipo de gênero, Amossy (2022), Cook e Cusack (2010); e, por fim, para discutir as relações entre política e gênero, os autores Miguel e Biroli (2014) e Bittencourt (2018).

Palavras-chave: Discurso. Política. Gênero. Estereotipagem.

Abstract: In the article in question, we seek to reflect on the participation and representation of women in politics, considering that the presence of the female body and voice is still quite restricted in public spaces of power. Unfortunately, the culture of violence against women politicians has been intensifying in the historically defined context of Brazilian politics. Thus, this study aims to propose a debate about the intersectionality of discourse, politics and gender from the discursive perspective, with a view to analyzing how the stereotyping processes of political women are constituted, and their relationship with political gender violence in the claims of 2018 and 2022. We resort, therefore, to the theoretical-methodological assumptions developed by Foucault (2009), to understand the relations of discourse and power; in addition to notions of gender stereotypes, Amossy (2022), Cook and Cusack (2010); and, finally, to discuss the relationship between politics and gender, the authors Miguel and Biroli (2014) and Bittencourt (2018).

Keywords: Discourse. Policy. Gender. Stereotyping.



INTRODUÇÃO

Como sabemos, há uma ordem discursiva, inscrita na história, de que mulheres em cargos de poder estão “fora de seu lugar”. Portanto, são muitos desafios que dificultam a participação e a permanência da mulher na política. As violências de gênero e as estereotipagens funcionam como mecanismos que impedem/interditam a presença de mulheres e aniquila suas agendas e lutas em espaços de poder.

De acordo com a estudiosa sobre violência política de gênero, Roberta Eugênio, a violência política de gênero pode ser entendida como uma ferramenta que privilegia o espaço político, público e de poder para os homens; quanto mais perto essas mulheres se aproximam da vitória eleitoral, mais essa violência se intensifica¹. Esse fenômeno foi bastante notável nas eleições nacionais de 2018, em que foi possível observar os modos de hostilidade à participação de mulheres, tornando-se uma ferramenta de *marketing* político utilizado pela maioria dos nomes ligados à ascensão do candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro. Inclusive, alguns candidatos que não eram conhecidos, fizeram seus nomes a partir de discursos de ódio contra as mulheres.

Nesse sentido, para nos aprofundarmos sobre a questão de gênero, particularmente a mulher, na política, vamos analisar o funcionamento da intolerância política a partir de certos estereótipos. Para isso, precisamos refletir sobre o espaço que a mulher ocupa na política dos homens. A posse desse espaço não se dá senão como política do enfrentamento e da resistência contra as diferentes formas de estereotipia do/sobre o sujeito feminino em posições historicamente ocupadas por sujeito masculino “virilizado”.

Ao longo da história, as mulheres foram alijadas de seus direitos civis e políticos. A memória social construiu e reforçou, assim, discursos sobre as mulheres ligados a imaginários fortemente arraigados a uma percepção de mulheres frágeis, incapazes, limitadas às atividades do lar, afastando, desse modo, a possibilidade de inserção no campo do trabalho, sobretudo, em ocupar cargos de liderança política e gestão pública. É concebido, portanto, a esse *modus operandi*, como

¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/manuela-davila-violencia-politica-contra-mulheres/> Acesso em: 10 jun, 2022.



violência política de gênero, uma vez que se atribui a esse conceito, todo e qualquer ato com o objetivo de excluir uma pessoa devido ao seu gênero no espaço público, impedir seu acesso ou restringir seu exercício de livre participação política. Nesse cenário, é possível ver que as mulheres são violadas constantemente em seus direitos.

Assim, a política se organiza na forma de um “campo”, no sentido atribuído ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu, “é um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituindo historicamente como um ambiente masculino, o campo político exclui as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade).

Os saberes pré-construídos sobre a mulher política na política dos homens estão associados à marginalização, à pormenorização, à descredibilidade, à deslegitimidade, à estereotipagem. Com efeito, a estereotipagem configura-se uma questão fundamental para o entendimento da sub-representatividade e da violência política de gênero no Brasil. A participação feminina na política é muito baixa no Brasil. Portanto, conhecer esse processo sócio-histórico-ideológico é fundamental para compreender a relevância do tema em suas diversas variáveis (incluindo gênero e raça) e as falhas na garantia da equidade de gênero. É preciso considerar as desigualdades para compreender por que elas continuam sub-representadas, como grupo, em todos os âmbitos da política brasileira.

Especificamente no cenário político brasileiro, essa desigualdade é evidente e desproporcional. O Brasil ocupa a 94ª posição no ranking global de igualdade de gênero de 2022, entre os 156 países avaliados, segundo levantamento do Fórum Econômico Mundial (WEF). As mulheres ocupam apenas 18% das cadeiras no Congresso Nacional e apenas ¼ no Senado, embora elas representem 52,8% do eleitorado e tenham níveis de escolaridade mais elevados. Isso implica dizer que ainda há algumas barreiras – históricas, sociais, simbólicas – que dificultam a ascensão da mulher aos centros do poder.



Diante disso, partimos de algumas questões: a) De que modo o machismo, ou o patriarcado como forma de organização das relações sociais, reduz as oportunidades de participação social das mulheres nos espaços de poder? b) A estereotipagem da mulher política pode ser considerada uma violência política de gênero? c) Como as desigualdades de gênero se realizam em conexões complexas, compondo injustiças que obstruem a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias?

Assim, para discutir sobre a construção discursiva da estereotipagem da mulher política, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológico desenvolvidos por Foucault (2009), para compreender as relações de discurso e poder; ademais para o entendimento das noções de estereótipo de gênero, recorreremos às estudiosas, Amossy (2022), Cook e Cusack (2010); e, por fim, para discutir as relações entre política e gênero, os autores Miguel e Biroli (2014) e Bittencourt (2018).

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: A CONSTITUIÇÃO DA ESTEREOTIPAGEM DA MULHER POLÍTICA NA POLÍTICA DOS HOMENS

Historicamente as mulheres fazem parte de um processo de exclusão da vida política, conforme assevera Bittencourt (2018):

As mulheres sempre estiveram ao lado dos excluídos da história ou, como afirma Perrot (2005), elas fazem parte dos excluídos dessa história que foi, por um bom tempo, escrita por homens. Suas reivindicações sempre estiveram associadas à luta de outros grupos. Apesar da ordem masculina da organização social subordinar a mulher ao espaço privado, a emergência da democracia como um regime de governo em que se configura a partir de uma ideia de representação de todos, em tese, poderia permitir que as mulheres ascendessem ao centro do poder público, porque representa, ao menos e além de outras determinações, metade da população mundial. Entretanto, as relações que se estabelecem entre os gêneros, os poderes, os saberes nas práticas discursivas e os modos de representação política não são tão transparentes e simples.(BITTENCOURT, 2018, p. 264-265).

O corpo feminino concentrou as marcas da subordinação, do apagamento, do silenciamento e da exclusão, sendo representado das mais diversas formas e regulado por normas e valores de ordem moral, ética, estética e científica. Esses mecanismos de controle do corpo e da voz femininas têm limitado as mulheres,



apesar de todas as lutas e avanços dos movimentos feministas. Todas essas violências são frutos do machismo estrutural subjacente em nossa sociedade.

Vale destacar que a “violência cotidiana e violência política interligam-se em práticas que pressionam as mulheres para permanecer naquele que seria “seu lugar” - ou a ele retornar-, isto é, os espaços doméstico-familiares” (BIROLI, 2018, p. 210), e como isso reverbera na atuação da vida pública de representantes femininas, considerando que enquanto sua presença nos espaços públicos estiver constantemente à mercê e intrinsecamente dependente de julgamentos baseados em estereótipos vinculados ao seu gênero, ela será frágil e limitada.

A violência de gênero é uma questão mundial. Entretanto, esse tipo de violação tomou dimensões preocupantes e específicas no campo da política brasileira. No Brasil, o ódio contra as mulheres no espaço político e a misoginia parecem estar naturalizados. Um levantamento feito pelo *O Globo*², no ano de 2022, mostra que 87,5% das postulantes a cargos majoritários das eleições deste ano dizem já ter sofrido ataques de gênero. A pesquisa, ora mencionada, realizou um questionário com 26 perguntas sobre o tema para as 69 candidatas a governos estaduais, Senado e Presidência que foram oficializadas por seus partidos. Por fim, 47 delas responderam. Nesse universo, 72% das entrevistadas acreditam que a violência eleitoral contra as mulheres aumentou muito nos últimos anos, e quase metade diz não se sentir segura para concorrer ao posto pretendido. Por conseguinte, “os efeitos dessa violência é o impedimento de mulheres de se candidatarem, é a interferência no exercício de seus mandatos, além de desestimular, encurtar, abreviar a carreira política feminina”, segundo Manuela D’Ávila.³

Conforme vimos, o sujeito mulher foi forjado historicamente pela estrutura política patriarcal, que difundiu valores dessa ideologia e inviabilizou sobremaneira que as vozes e corpos femininos fossem ouvidas e vistas nos espaços do poder público. Para tanto, buscamos rastrear as regularidades

² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/08/de-tentativas-de-mordaca-a-ameacas-de-morte-violencia-politica-contra-mulheres-chega-a-31-registros-em-um-ano-no-mpf.ghtml> Acesso em: 20 set, 2022.

³ Texto postado no feed do Instagram oficial (2022). Manuela Pinto Vieira d’Ávila é uma jornalista, escritora e política brasileira. Filiada ao Partido Comunista do Brasil, foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 a 2015, deputada estadual de 2015 a 2019 e candidata a vice-presidente da República na eleição de 2018.



discursivas que se instituem nas relações de poder no campo da política e se constituem e se materializam na violência política de gênero, sobretudo envolvendo os estereótipos das mulheres políticas. A estereotipação da mulher é uma das violências de gênero mais recorrentes e naturalizadas socialmente. Desse modo, pensar a mulher na política envolve refletir e analisar como se constituem os regimes do olhar e do dizer sobre ela, historicamente inscrita como “frágil”, “inapta” “desequilibrada”, “descontrolada”, “histérica”, ou quase sempre objetificada/sexualizada pelos homens.

Foucault afirmou, em sua aula inaugural no *Collège de France* intitulada *A ordem do discurso*, que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ademais, para Foucault, o discurso deve ser apreendido como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. Nesse sentido, analisaremos o discurso do presidente nacional do PSL, Luciano Bivar, em 2019, em entrevista à Folha de São Paulo⁴ em que afirma que mulher não tem vocação para a política. Na ocasião, ele se disse contrário à regra de cota que segue em vigor atualmente e que determina 30% dos candidatos devem ser do sexo feminino:

Você tem que ir pela vocação, tá certo? Tem que ir pela vocação. Se os homens preferem mais política do que a mulher, tá certo, paciência, é a vocação. Se você fizer uma eleição para bailarinos e colocar uma cota de 50% para homens, você ia perder belíssimas bailarinas, **porque a vocação da mulher para bailarina é muito maior do que a de homem.** Tem que ser aberto. (grifo nosso).

Como vimos, a afirmação do presidente do PSL obedece a lógica essencialista de gênero, em que dicotomiza atributos inerentes às mulheres e aos homens, bem como reproduz o modelo de divisão sexual do trabalho: homens em espaços públicos e mulheres em privados. O discurso do então presidente do PSL naturaliza a cultura machista e reforça e limita a ideia da mulher como relegada ao âmbito privado, constrói a imagem quase sempre atrelada a atividades

⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml> Acesso em: 25 fev, 2019.



consideradas socialmente mais femininas como dançar, ou até ligada às futilidades, sem que esta tenha direito à carreira pública ou interesse pela política. Nota-se os efeitos de uma sociedade patriarcal, em que, muitas vezes, se justificou historicamente pela circulação de dizeres de que “a mulher não se interessa por assuntos políticos” ou de que ‘elas não foram feitas para isso’, evocando à memória, práticas discursivas, segundo as quais a maior parcela do seu interesse sempre esteve voltada para assuntos privados: o lar, o casamento, os filhos”. (BITTENCOURT, 2018, p. 17).

Os estereótipos contribuem, dessa forma, para a produção, conflitiva e simultânea, da identificação por outros, da distinção e da identidade. Podem, assim, confirmar e reproduzir vantagens, desvantagens e vulnerabilidades, expressas em posições de poder relativas. Ainda que estereótipos, preconceitos e formas de discriminação não possam ser tomados como um único fenômeno, há um continuum entre uns e outros na produção social das identidades tipificadas dos grupos e indivíduos. Nesse sentido, “os estereótipos podem promover a discriminação, influenciando sistematicamente as percepções, interpretações e julgamentos, mas podem também derivar de e ser reforçados por formas de discriminação, justificando disparidades entre os grupos sociais” (DOVIDIO *et al.*, 2010, p. 7).

Para Amossy (2022), os comportamentos da mulher refletem papéis sociais: o que se espera dela determina seus modos de fazer e de ser. Ela aparecia, assim, como preocupada com o bem-estar do seu ambiente social e como dedicada, ao passo que os homens apareciam como mais desejosos de se impor e de controlar seu ambiente social. Não se trata aqui de traços inatos definindo feminilidade como tal, mas de efeitos da distribuição social de papéis entre os sexos. (AMOSSY, 2022, p. 50).

Christine Détrez, por sua vez, aproxima o estereótipo de gênero dos estereótipos raciais, por serem “não uma simplificação a partir de uma realidade existente, mas uma construção fictícia, elaborada a partir de representações e de crenças equivocadas” (DÉTREZ, 2015, p. 79). Elas implicam igualmente relações de poder e de dominação.



Os estereótipos, quando associados ao gênero, agrupam características da personalidade em dois grandes grupos, segundo a similaridade do traço com a construção sociocultural dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Para as juristas e pesquisadoras Rebecca Cook e Simone Cusack, os estereótipos de gênero, em particular os estereótipos sobre as mulheres, restringem direitos e violam a igualdade entre homens e mulheres. Um estereótipo é uma visão abrangente ou preconceituosa de atributos e características que alguns grupos ou indivíduos possuem ou mesmo que a sociedade espera que possuam. No campo de gênero, estereotipar é uma ação política de controle sobre os corpos das mulheres. Os prejuízos decorrentes da estereotipagem de gênero são variados: vão desde a negação de benefícios até a degradação, a marginalização e o desrespeito à dignidade das pessoas alvos de estereótipos (COOK; CUSACK, 2010).

Consideramos, assim, que os estereótipos são artefatos morais e ideológicos que têm impacto para a reprodução das relações de poder. Neles, o caráter moral dos valores e julgamentos está atrelado aos dispositivos ideológicos de legitimação de papéis e posições em uma dada ordem social. Os estereótipos correspondem à definição do outro e do contexto em que as relações se travam em termos de expectativas sociais padronizadas que, por sua vez, pressupõem valores.

Conforme vimos, a violência de gênero contra as mulheres constitui uma das expressões da intemporalidade das relações de poder patriarcais. Essa construção sócio-histórica promoveu, por séculos, imagens equivocadas da figura feminina. Embora o discurso da mulher (na) política tenha sido visto sob a ótica dos homens por muitos séculos, há, entretanto, nos últimos anos, uma virada, uma tentativa de expandir a representatividade de gênero na política, de imprimir o direito das mulheres nos espaços de poder públicos.

Nesse contexto, foi criado um Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP)⁵, em junho de 2021, para monitorar indicadores e centralizar estudos sobre a atuação política de mulheres nos âmbitos federal, estadual e municipal, vinculado à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, em parceria com a

⁵Disponível em <https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica> acesso em: 05 mar 2023.



Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O Observatório vale-se de evidências científicas para modificar contextos de violência e discriminação contra a mulher; e demonstrar os efeitos do aumento de mulheres nos espaços de poder e de decisão política na qualidade da democracia.

Uma outra medida importante, foi a aprovação de uma lei pelo Congresso Nacional que criminaliza a violência política de gênero. A Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher durante as eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a luta das mulheres é uma luta complexa: luta de classes, luta pelo direito de existir, por igualdade, equiparação e reconhecimento. Como sabemos, mulheres são maioria populacional, todavia até o momento são minoria política porque “a violência política de gênero é gigantesca e mortal”. (TIBURI, 2022). Portanto, o enfrentamento da violência política de gênero e das desigualdades nos espaços de poder público não é só uma questão política, é uma questão social.

É imperativo, portanto, a interseccionalidade entre as questões que envolvem *discurso, política e gênero* no aspecto epistemológico, para se compreender o modo como os discursos da estereotipia funcionam, uma vez que tais discursos não se vinculam aos sujeitos de forma isolada ou independente. Nesse sentido, pensamos que o entrecruzamento desses campos do saber carece de mais investigação, visto que necessita ser amplamente explorado a partir de uma perspectiva histórica e interdisciplinar, de modo que possa também mobilizar ações da sociedade e do poder público para combater as violências e reconhecer o papel das mulheres políticas, desde a ética da resistência.



REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. **Estereótipos e clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BITTENCOURT, J. S. **Mulher, palavra e poder**: construções discursivas do feminino em campanhas eleitorais para a presidência. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- COOK, R.; CUSACK, S. **Gender Stereotyping**: Transnational Legal Perspectives Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- DÉTREZ, C.. **Femmes du. Maghreb**, une écriture à soi. Paris. La Dispute, 2012, 246 p.
- DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, Peter & ESSES, Victoria M. 2010. **Prejudice, stereotyping and discrimination**: theoretical and empirical overview. In: DOVIDIO, John F.;
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. v.1. 19 ed. Tradução: M. T. Albuquerque e J. A. Albuquerque. São Paulo: Graal, 2009.



QUER CASAR COMIGO?: BREVE ANÁLISE DE UMA COPY NA PERSPECTIVA DA TRÍADE ARISTOTÉLICA

Helena Vieira Pabst
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo: O presente trabalho visa apresentar uma breve análise da Copywriting, técnica de escrita aplicada no marketing de conteúdo, à luz da tríade argumentativa e identificar qual dos elementos predomina no discurso digital para a chamada à ação. Para isso, o traçado metodológico concentra-se nas pesquisas bibliográfica e documental, tendo como corpus o texto intitulado “Quer casar comigo?”, o qual faz parte de um conjunto de textos (ou *copies*) encaminhados via e-mail, para a divulgação do curso on-line “Reels Superpoderoso”, de autoria do produtor de conteúdo Paulo Cuenca, voltado a empreendedores que desejam criar vídeos curtos no Instagram. Como aporte teórico, foram utilizados os pressupostos da Retórica Clássica, de Aristóteles, e da Nova Retórica, com o “Tratado de Argumentação”, de Perelman & Tyteca, a fim de verificar como a tríade manifesta-se no texto argumentativo utilizado pelo profissional de marketing de conteúdo no processo de divulgação de um produto no cenário digital.

Palavras-chave: Argumentação. Copywriting. Marketing de Conteúdo. Tríade Aristotélica.

Abstract: This paper aims to present a brief analytical approach to Copywriting, a writing technique applied in content marketing, considering the argumentative triad and identify which one predominates in the digital discourse for the call to action. For this, the methodological outline focuses on bibliographic and documentary research, using as a corpus the text entitled “Will You Marry Me?”, which is part of a set of texts (or copies) sent via email to promote the online course “Superpowerful Reels” by content producer Paulo Cuenca, aimed at entrepreneurs who want to create short videos on Instagram. As theoretical support, the assumptions of Classical Rhetoric by Aristotle and the New Rhetoric with the “Treatise on Argumentation” by Perelman & Tyteca were used to examine how the triad manifests in the argumentative text used by the content marketing professional in the process of promoting a product in the digital scenario.

Keywords: Argumentation. Aristotelian Triad. Content Marketing. Copywriting.



INTRODUÇÃO

A publicidade sempre esteve presente no mundo do consumo, exercendo grande influência no poder decisório do consumidor. Por isso, a redação publicitária é construída de modo a prender a atenção dos leitores para o produto ou serviço veiculado; assim, utilizam-se de estratégias argumentativas que garantem um discurso persuasivo e sedutor. Na era digital vigente, a linguagem publicitária ganhou novos contornos, não só para atender as necessidades de um consumidor cada vez mais exigente, mas também garantir o protagonismo das empresas em meio a um cenário altamente competitivo.

O presente artigo busca explorar a tríade aristotélica no contexto da Nova Retórica e sua relação com a técnica de copywriting, elemento essencial no campo da comunicação persuasiva e do marketing. A tríade aristotélica, composta por *ethos*, *pathos* e *logos*, estabelece as bases para a argumentação eficiente e é fundamental para entender como a prática retórica se desenvolve. Relacionando tais conceitos com a Nova Retórica e o Copywriting, pretendeu-se revelar como o pensamento aristotélico influencia as abordagens modernas da persuasão.

1 UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICA

A Nova Retórica oferece uma abordagem importante e influente no estudo da argumentação e persuasão. Sua ênfase na dimensão social, nas estratégias persuasivas e na adaptação ao público contribui para uma compreensão mais abrangente da argumentação. Segundo Perelman; Tyteca (2014), “[...] o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhe apresentam ao assentimento”.

Assim, a argumentação, sendo inerente a todos os discursos, é percebida como uma ação que estrutura a linguagem humana. Dessa forma, como uma ação que busca persuadir o interlocutor, ela depende das relações estabelecidas durante o processo de interação entre quem apresenta a argumentação e seu destinatário. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 28) defendem, de forma clara e assertiva,



a importância de o orador se adaptar ao auditório: "Há apenas uma regra a esse respeito, que é a adaptação do discurso ao auditório, seja ele qual for: o fundo e a forma de certos argumentos, apropriados a certas circunstâncias, podem parecer ridículos noutras". Isso mostra a importância da conexão, na redação publicitária, entre o copywriter e seu público como um requisito prévio e essencial para todo o processo de construção argumentativa. Caso contrário, o copywriter corre o risco de se indispor com seu público-alvo e não alcançar o seu objetivo primordial: a persuasão.

A argumentação (e os atos de linguagem, de maneira geral), na perspectiva de Charaudeau (2008), estrutura-se em face da situação de comunicação em que ocorrem. Logo, o sujeito que argumenta leva em consideração as instruções da situação de comunicação para realizar uma atividade discursiva que envolve questionar, escolher um ponto de vista e racionalizar (ou apelar emocionalmente) para justificar sua escolha. Com base na situação comunicativa envolvendo o meio publicitário, o copywriter utiliza diversas estratégias argumentativas com o objetivo de influenciar seu interlocutor, fazendo-o crer nos benefícios atrelados àquele produto ou serviço em questão, movimentos considerados fundamentais no hodierno cenário do marketing de conteúdo.

É importante pontuar que a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), principalmente representada pela Nova Retórica de Perelman e Tyteca, recupera conceitos aristotélicos, como o "orador" - aquele com a habilidade de dominar a arte da eloquência e influenciar seus ouvintes, modificando suas emoções - e o "auditório" - o grupo de pessoas que o orador busca influenciar através da argumentação.

Na visão de Aristóteles (2011), para persuadir efetivamente, o orador deveria estabelecer sua própria credibilidade perante o público – é o *ethos*. Isso envolvia a demonstração de caráter, ética e conhecimento. Assim, o orador deveria apresentar-se como uma pessoa competente e digna de confiança, a fim de ganhar a confiança e o respeito do público. Para isso, o orador deveria utilizar técnicas retóricas voltadas ao apelo às emoções (o *pathos*), despertando sentimentos como piedade, raiva, compaixão ou entusiasmo, por exemplo.



Ao enfatizar que os argumentos persuasivos deveriam ser baseados em raciocínio lógico e evidências sólidas, Aristóteles põe em evidência o manejo de um bom orador, o qual deve apresentar argumentos convincentes, fatos verificáveis e exemplos relevantes para sustentar seu posicionamento. Assim, utilizando a razão – o *logos* –, ele poderia persuadir o auditório por meio da força de seus argumentos. Nesse sentido, de acordo com Aristóteles, uma persuasão eficaz, portanto, deveria envolver a combinação adequada desses três elementos: o *ethos*, para estabelecer a credibilidade do orador; o *pathos*, para evocar emoções no público; e o *logos*, para fornecer uma argumentação lógica e embasada.

Além disso, a Nova Retórica expande o uso desses conceitos, antes limitados aos discursos jurídico, deliberativo e epidítico na era da retórica aristotélica, para abranger todos os tipos de discursos humanos, como o discurso publicitário, envolvendo auditórios específicos.

Para isso, é essencial reconhecer as particularidades de cada auditório, dentro do universo da publicidade e do marketing de conteúdo, como um requisito fundamental para o sucesso da empreitada persuasiva.

2 O MARKETING DE CONTEÚDO E O COPYWRITING

No ambiente digital contemporâneo, especialmente nas redes sociais, vários termos/expressões começaram a ser disseminados, dando destaque a Marketing de conteúdo e Copywriting. Embora pouco habituais no universo lexical dos internautas, estes são fortemente afetados por aqueles termos - de forma inconsciente - em situações comunicativas envolvendo, por exemplo, uma compra on-line.

O marketing de conteúdo (assim como a publicidade) é uma estratégia complementar no universo do marketing digital, voltado para promover produtos, serviços ou marcas, gerar reconhecimento e engajamento e, finalmente, impulsionar vendas e fidelizar clientes. Embora tais estratégias compartilhem objetivos comuns, elas abordam a promoção e a comunicação de maneiras distintas.



Em vez de promover explicitamente uma marca ou produto, o marketing de conteúdo visa estabelecer uma conexão com o público por meio de conteúdos úteis e interessantes, como blogs, vídeos, podcasts, infográficos e ebooks. Ou seja, seu principal objetivo é atrair os consumidores para os canais de um negócio, para que eles possam virar *leads* que, resumidamente, representam potenciais clientes e, depois, tornar-se-ão clientes de fato. E o êxito desse propósito está na composição dos textos.

Já a Copywriting é a técnica de escrever textos persuasivos, sendo uma ferramenta fundamental no campo do marketing e da publicidade. Segundo Maccedo (2019),

[...] diz respeito a fazer o uso das palavras corretas para se comunicar com o público alvo no intuito de conduzi-lo a uma tomada de decisão. Esse método de escrita aplica as regras de persuasão para influenciar e conduzir alguém a ações específicas. (MACCEDO, 2019, p. 35)

Em outras palavras, trata-se de uma técnica redacional criativa realizada de forma estratégica cujo conteúdo deve ser relevante ao auditório - ou "persona" - na linguagem do Copywriting. Maccedo (2019, p. 84) enfatiza a ideia de que "é a persona que vai definir quais são os parâmetros fundamentais da linguagem persuasiva com seu público". Em virtude disso, a construção de uma copy deve ser milimetricamente pensada pelo Copywriter (profissional especializado na elaboração de *copies*):

O Copywriter utiliza técnicas específicas, com palavras certas para construir uma argumentação que despertará no leitor a vontade de fazer uma escolha. Essa escolha pode ser de concordar com uma ideia, entrar em contato com uma empresa, solicitar um orçamento, assinar uma newsletter ou diretamente efetivar uma compra. (MACCEDO, 2019, p. 36).

Vale ressaltar que, no marketing de conteúdo, Copy é o nome dado a esse texto persuasivo, correspondendo a qualquer material do sistema publicitário: folhetos, catálogos, outdoors, anúncios; e-mails veiculados por mala direta; roteiros para comerciais; slogans; postagens em mídias sociais; e em outras comunicações de marketing. Quanto às técnicas empregadas, o Copywriter apropria-se da combinação estratégica de palavras, de frases persuasivas, de gatilhos mentais e



do storytelling para despertar o interesse, gerar emoções positivas e convencer seu auditório sobre os benefícios do produto ou serviço em questão.

3 CONHECENDO O CORPUS

O texto, corpus desta análise (Anexo I), a partir do qual se buscou analisar como a tríade aristotélica se manifesta, corresponde a um dos nove textos coletados, provenientes da divulgação do Curso on-line "Reels Superpoderoso", voltado para empreendedores interessados em aprender a criar, editar e publicar vídeos curtos no Instagram, de autoria do influenciador digital Paulo Cuenca.

Esses textos foram encaminhados por e-mail marketing com base na automação de marketing, que corresponde a qualquer interação entre a empresa e o Lead/cliente (auditório), de forma automatizada, a fim de se relacionar com ele de acordo com suas ações no site, nas redes sociais ou no próprio email marketing. À proporção que os emails vão sendo disparados e o auditório apropriando-se dos conteúdos, novos e-mails são encaminhados, conduzindo nessa jornada de compra até levá-lo ao chamado fundo do funil (vide Figura 1), ou seja, o último estágio do processo de vendas.

Figura 1 – Funil de Vendas



O texto selecionado corresponde a uma das ações voltadas à "conversão final" do potencial consumidor em cliente, sendo, pois, o último estágio no processo de vendas do curso "Reels Superpoderoso".



4 ANÁLISE DO CORPUS

Merece especial atenção, na análise do corpus, o título atribuído. É dessa forma que se inicia o ato argumentativo, ou seja, no estabelecimento de um acordo prévio entre os elementos centrais da teoria perelmaniana: orador e auditório. Isso ocorre porque o orador só pode desenvolver sua estratégia persuasiva ao conectar seus argumentos a ideias já aceitas pelo auditório; caso contrário, corre o risco de ser rejeitado de imediato.

No marketing de conteúdo, é a escolha do título que busca garantir essa adesão inicial: é, a partir dele, que se vai atrair a atenção do auditório para a leitura de todo o conteúdo apresentado. Para isso, o título deve ser chamativo, impactante e, ao mesmo tempo, coerente com o texto.

Com base em um questionamento proposto no título “Quer casar comigo?”, o copywriter, ao menos, leva o auditório (fruto da curiosidade despertada) a saber mais sobre a “proposta” feita, através da técnica da personalização. Segundo Ferreira (2019, p. 88), a personalização é

uma forma simples e também altamente efetiva. Para você gerar uma identificação maior com os seus clientes. É personalizar a comunicação. É personalizar as comunicações para eles. [...] As pessoas se aproximam de você por causa dessa aparência de comunicação personalizada. (FERREIRA, 2019, p. 88)

No suposto pedido de casamento, o orador pretende expressar seu amor e afeto sinceros pelo auditório, alvo do pedido. Esse recurso está intimamente relacionado ao apelo emocional, despertando-lhe sentimentos de surpresa, encantamento, alegria e cumplicidade, estabelecendo, assim, uma conexão emocional entre ambos. Trata-se da ativação do pathos no discurso.

Esse despertar de sentimentos, provenientes da curiosidade inicial, acaba sendo ativado, sendo esta uma estratégia bastante utilizada nas copies:

Quando você ativa a curiosidade, as pessoas de alguma forma se abriam (sic) para escutar o que você tem a dizer. Isso automaticamente abre loop, ou seja, você abre um circuito e o cérebro precisa fechar esse circuito para ter a comunicação completa. Isso é neurológico, o cérebro precisa fechar todas as conexões, todos os loops que são abertos. (FERREIRA, 2019, p. 68)



Assim, uma vez aberto esse circuito, outras estratégias são empregadas a fim de garantir com que a curiosidade não se perca ao longo do texto. Dentre elas, o orador mobiliza um dos elementos do tripé argumentativo - o *logos* - , ao empregar argumentos que fundamentam a estrutura do real, por meio da ilustração, como se verifica no seguinte fragmento:

Você sabe muito bem como tudo começa. Primeiro vem a troca de olhares, depois você se aproxima, joga um charme, troca uma ideia leve, dá risada. Depois vem as conversas mais profundas, momentos compartilhados, algumas confissões e segredos (mas não muitos), e pouco a pouco vocês vão construindo uma relação de confiança. Vai chegar o momento em que os dois estarão prontos para dar o próximo passo, então você estufa o peito, ajoelha e pergunta: Quer comprar meu curso?

Percebe-se que esse recurso argumentativo é empregado na elaboração de uma breve narrativa, seja ela real ou fictícia, com o intuito de tornar mais concreto aquilo que está sendo proposto no texto. Perelman; Tyteca (2014, p. 409), assim, defendem:

A ilustração tem a função de reforçar a adesão. Há uma regra conhecida e aceita fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral? Mostre o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis. Aumentam-lhe a presença na consciência. [...] A ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser duvidosa, mas deve impressionar vivamente a imaginação para impor-lhe a atenção. (PERELMAN; TYTECA, 2014, p. 409)

Desse modo, a ilustração foi utilizada para apresentar um caso concreto e exemplificar metalinguisticamente como ocorre o processo de sedução de um auditório por outro auditório, ou seja, o potencial comprador do curso em questão. Ao fornecer um exemplo vívido e tangível de um enlace amoroso, o orador busca tornar seu argumento mais compreensível e persuasivo para esse público-alvo.

No caso do trecho a seguir, o orador apresenta alguns atributos que o indicam como um profissional aparentemente virtuoso (benevolente) e generoso, ao oferecer conteúdos variados e gratuitos (*posts* e *lives* gratuitos).

De vez em quando rola um macarena para aqueles que ainda não me conhecem. Tem os posts em carrossel que dão aulas gratuitas sobre



Marketing de conteúdo, sem contar as Quintas do Cuenca e as lives da zueira pra gente atingir o nível máximo de proximidade.

Trata-se de uma imagem construída no discurso, não representando necessariamente o seu estatuto ontológico, claramente defendido por Perelman; Tyteca (2014) ao caracterizar o ethos: "O ethos é o caráter do orador manifestado no discurso, ou seja, são as marcas deixadas pelo orador que nos permitem apreender sua moral, seus hábitos, seus costumes".

Neste trecho: "É assim que você conquista um cliente pelo Instagram. Primeiro atrai a atenção, depois cria um relacionamento e então, vende. Faça seus seguidores se apaixonarem por você, e a venda será consequência de um relacionamento saudável", o orador busca, ao focar no apelo emocional (pathos), criar com o auditório uma relação de confiança, de proximidade; afinal, ele se importa com seu cliente (auditório). Certamente a partir do conhecimento prévio do auditório particular (pretensão auditório). Perelman; Tyteca (2014) entendem que "o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como este artigo corresponde a um projeto piloto que faz parte de um trabalho mais extenso em andamento no programa de Mestrado, foi realizada uma breve análise de como a tríade aristotélica se manifesta na técnica de Copywriting.

Durante essa investigação, verificou-se que, nos textos publicitários, nos quais se explora a técnica de Copywriting, esta se encontra estruturada a partir da tríade argumentativa aristotélica, cujos elementos estão intimamente relacionados. Apesar disso, percebeu-se a predominância do pathos, por meio de um apelo emocional, a fim de construir uma identidade com o auditório e, assim, levá-lo à tão esperada ação: a compra do infoproduto.

Espera-se que a presente análise corresponda a um movimento inicial para que estudos voltados como esta técnica redacional – o Copywriting – estejam fortemente embasados no ethos, pathos e logos em prol de uma eficácia comunicativa no universo do marketing digital.



REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CUENCA, Paulo. **Quer casar comigo?**. Mensagem recebida por hpabst@gmail.com em 01 fev. 2022.
- FERREIRA, Gustavo. **Copywriting**: Palavras que Vendem Milhões. São Paulo: DVS Editora, 2018.
- MACCEDO, Paulo. **Copywriting**. O método centenário de escrita mais cobiçado no mercado americano. São Paulo: DVS, 2019.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ANEXO I – COPY INTITULADO “QUER CASAR COMIGO?”

Quer casar comigo?

Você sabe muito bem como tudo começa.

Primeiro vem a troca de olhares, depois você se aproxima, joga um charme, troca uma ideia leve, dá risada. Depois vem as conversas mais profundas, momentos compartilhados, algumas confissões e segredos (mas não muitos), e pouco a pouco vocês vão construindo uma relação de confiança. Vai chegar o momento em que os dois estarão prontos para dar o próximo passo, então você estufa o peito, ajoelha e pergunta: Quer comprar meu curso?

É assim que você conquista um cliente pelo Instagram. Primeiro atrai a atenção, depois cria um relacionamento e então, vende.

Faça seus seguidores se apaixonarem por você e a venda será consequência de um relacionamento saudável. É isso que eu tenho feito nos últimos 2 anos no Instagram. Trabalhado para você se apaixonar por mim.

De vez em quando rola um macarena para aqueles que ainda não me conhecem. Tem os posts em carrossel que dão aulas gratuitas sobre Marketing de conteúdo, sem contar as Quintas do Cuenca e as lives da zueira pra gente atingir o nível máximo de proximidade.

Mas hoje abri as inscrições para o Reels Superpoderoso e chegou a hora de você me dar uma resposta que pode mudar as nossas vidas:

Quer casar comigo, quero dizer, fazer sua inscrição?

Use o cupom SPPCOLMEIA37 para garantir seu desconto de R\$600,00. Ao invés de pagar o valor cheio de R\$1597,00, seu investimento será de R\$997,00.

Esse é meu presente de boas-vindas pra você que não vai se repetir.

Estou muito animado por passar as próximas 6 semanas da minha vida ao seu lado dando aulas ao vivo sobre como crescer usando a melhor ferramenta do Instagram.

Espero te ver em breve no Reels Superpoderoso.

Um abraço, Paulo Cuenca



ESTRATEGIAS DE LECTURA CRÍTICA PARA ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES (TEA)

Iris Anita Fabián Ramírez
Universidade Estadual de Roraima (UFRR)

Leonor Nora Fabián Bráñez
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

Resumen: Este estudio tiene por objetivo comprender de forma crítica y colaborativa las estrategias de lectura crítica para estudiantes, con necesidades especiales (TEA), de la Enseñanza Básica situada en Boa Vista-RR, Región fronteriza con Venezuela. Cuya Población en sala de clase, muestra un mundo híbrido, multicultural, y súper diverso. No obstante, de existir la Ley Federal 12.764/2012 creada conforme a la Política Nacional de Protección de derechos de la persona con Trastorno do Espectro Autista (TEA), en el momento de la Praxis no efectiviza. Objetivos específicos: (1) Propiciar la lectura crítica en todas sus modalidades (2). Fomentar el uso de la cibercultura. En el marco teórico conceptual nos basamos en la argumentación, la Teoría de la Actividad Socio histórico cultural TASHC y procedimientos metodológicos de Pesquisa Crítica de Colaboración.

Palabras chave: Formación de Profesores. Legislación. Educación. Colaboración.

Abstract: This study aims to critically and collaboratively understand the critical reading strategies for students with special needs, (ASD) of the Public Basic Education located in Boa Vista-RR, border region with Venezuela. Whose population in the classroom shows a hybrid, multicultural, and super diverse world. However, if there is Federal Law 12.764/2012 created in accordance with the National Policy for the Protection of the rights of people with Autism Spectrum Disorders (ASD), more, in the moment of Praxis does not become effective. Specific objectives: (1) Promote critical reading in all its forms (2). Promote the use of cyberculture. In the conceptual theoretical framework and methodological procedures, we base ourselves on the argumentation, the TASHC Theory of Socio-historical-cultural Activity and methodological procedures of Critical Collaborative Inquiry.

Keywords: Teacher Training. Legislation. Education. Collaboration.



INTRODUCCIÓN

Este estudio tiene por *objetivo general* comprender de forma crítica y colaborativa las estrategias de lectura crítica para estudiantes con necesidades especiales, (TEA) de la Enseñanza Básica Pública situada en Boa Vista-RR. Región fronteriza con Venezuela y Guyana Inglesa. Cuya Población en sala de clase es el reflejo, de una sociedad que muestra un mundo híbrido, multicultural, y súper diverso. No obstante, de existir la Ley Federal 12.764/2012 creada conforme a la Política Nacional de Protección de derechos de la persona con Trastornos del Espectro Autista (TEA), aún el Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela, lo contempla más, en el momento de la Praxis no efectiviza.

En la misma dirección, todavía, no existe formación docente en esa área, tan solo capacitación. Hechos detectados en la Práctica pedagógica inicial por futuros profesores de español como lengua adicional (ELA). Surgiendo la siguiente pregunta ¿Qué estrategias la escuela debe adoptar para contribuir en el desarrollo comunicativo de los estudiantes con TEA? En pleno siglo XXI nos encontramos que aún vivimos con desatención a esa problemática. Tal como dijo Segismundo Freud (2013), cuando un discípulo lo cuestionó - Maestro ¿sabía que sus libros fueron quemados? él respondió: ¡Qué suerte tuve! estamos en un mundo en que el hombre es menos salvaje! "Antes me hubieran quemado vivo en plena plaza pública"- El humanismo vence a la barbarie, en el intento de la praxis ciudadana.

Objetivos específicos: (1) Propiciar la lectura crítica, en todas sus modalidades y (2) Fomentar el uso de la cibercultura. En el marco teórico conceptual y procedimientos metodológicos nos basamos en la Teoría de la Actividad Socio Histórico Cultural TASHC de Vygotsky (2011), Leóntiev (1977), Engeström (2009), la argumentación, de acuerdo con Perelman, Olbrechts- Tyteca (2005). Se trata de una pesquisa crítica de colaboración (PCCol), Magalhães e Fidalgo (2011), que tienen como foco la centralidad del lenguaje argumentativo de los participantes, que les posibilite expresar sus sentidos en busca de un consenso en la producción de significados, sujetos a ser resignificados. Algunos puntos que se consideran en este texto son: 1. La Lingüística Aplicada (LA) ciencia del lenguaje interdisciplinar/transdisciplinar, 2. Legislación, Educación, Diversidad e Inclusión



en la escuela, 3. Algunas peculiaridades del Trastorno de Espectro Autista (TEA), 4. Lectura crítica colaborativa, multimodal, 5. Marco teórico metodológico, (TASHC) y Algunas consideraciones preliminares.

1 LINGÜÍSTICA APLICADA (LA) CIENCIA DEL LENGUAJE TRANSDISCIPLINAR E INTERDISCIPLINAR.

En la Lingüística Aplicada, una de las primeras áreas estudiadas fue la enseñanza-aprendizaje de lenguas y aún, continúa siendo uno de sus focos principales.

Tal perspectiva “[...] llevará a la comprensión de la Lingüística Aplicada Crítica no como conocimiento disciplinar, más si, de modo crítico indisciplinar, antidisciplinar y transgresiva...” (PENNYCOOK, 2006, p. 67). También, según lo que dice (ROJO, 2006, p. 258):

Lingüística Aplicada es un campo de estudio transdisciplinar, indisciplinar, e inter cultural que identifica, investiga y busca soluciones para problemas relacionados al lenguaje en la vida real, trata problemas con relación a vida social que contribuyan con las prácticas sociales de sus participantes en un sentido de mejor calidad de vida, sentido ecológico, en una visión de que no se puede dissociar lenguaje y vida social, dada la complejidad de ésta.

El presente estudio es realizado en el marco de la, Lingüística Aplicada (LA) pues propicia el desarrollo del lenguaje analizándolo, en la praxis, propone mediar situaciones de diálogo por los participantes, en este caso en Formación de futuros profesores de Enseñanza Básica, en un contexto socio histórico cultural y social donde se encuentran.

Ante la pregunta organizadora de este estudio *¿Qué estrategias la escuela debe adoptar para contribuir en el desarrollo comunicativo de los estudiantes con TEA?*

Una de las estrategias que debe contemplarse en el Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela es el papel del profesor, en ese proceso asume fundamental importancia, ya que, su acción mediadora en la promoción intercultural, en la multiculturalidad y prácticas inclusivas del contexto escolar es imprescindible. No cabe a la escuela el papel de transformación de las desigualdades económicas y sociales, la educación tiene un papel en la denuncia de los factores que acentúan la exclusión social, buscando formar sujetos críticos que organizados socialmente



contribuyan para la superación de las relaciones asimétricas de poder. Se considera como posible estrategia la organización curricular de actividades diversificadas, de participación grupal, mediante la interacción argumentativa, (dialéctica y dialógica, del lenguaje), en que se desenvuelva la reflexión crítica, colaborativa, en la praxis, las alteridades y actitudes tolerantes como en este caso de inclusión social que atiende alumnos con TEA.

Asimismo, destacamos la importancia de la (LA) cuya área de actuación interdisciplinar se encuentra involucrada, en la relación escuela-universidad, en el contexto de las Prácticas pre-profesionales de formación de profesores, en estos tiempos de grandes retos.

2 LEGISLACIÓN, EDUCACIÓN, DIVERSIDAD E INCLUSIÓN EN LA ESCUELA

Siendo que, la *Educación* es uno de los principales pilares, entre otros, en la formación del ser humano, como ciudadano en cualquier parte del mundo, ésta no se puede omitir, una vez que existe la legislación correspondiente, que fue establecida y promulgada precisamente para amparar los derechos en cumplimiento de los deberes ciudadanos. De ese modo la legislación existente relativa al tema en cuestión, son de competencia política del Gobierno Federal en el Brasil. Inclusive, la legislación emitida, por organismos internacionales no gubernamentales del ámbito internacional, que agrupan a diversos países del mundo entero y en los cuales el Brasil participa. Atendiendo a las Instancias correspondientes la Constitución Federal de 1988, conforme el Artículo 3º constituye objetivo fundamental de la República Federativa del Brasil, en su inciso IV: Promover el bien de todos, sin prejuicios de origen, raza, sexo, color, edad, y cualesquiera otras formas de discriminación. Ya en la Sección I de educación, el Artículo 205 sostiene que la educación es un derecho de todos, garantizando el pleno desarrollo de la persona, el ejercicio de la ciudadanía y la calificación para el trabajo. La enseñanza-aprendizaje se basará en principios, conforme el Artículo 206, inciso I que establece la igualdad de condiciones de acceso y permanencia en la escuela. Cuando se refiere al deber del Estado con la educación, en el Artículo 208, inciso III, será garantizado asistencia educativa especializada para



personas con características especiales, preferentemente en el sistema escolar regular.

La Organización de las Naciones Unidas para la Educación (UNESCO) en la *Declaración de Salamanca (1994). Enuncian los Principios y prácticas para las necesidades educativas especiales*. Se trata de un documento que reconoce “[...] la necesidad y urgencia de propiciar la enseñanza a todos los niños, jóvenes y adultos con necesidades educativas especiales dentro del sistema común de educación [...]”, y que amplió el horizonte de inserción y plan de acción que la educación debe proponerse ante las personas con aptitudes, capacidades motoras e intelectuales especiales.

La educación inclusiva constituye un paradigma educacional fundamentado en la concepción de Derechos Humanos, que conjuga igualdad y diferencia con valores indisolubles, y que avanza en relación a la idea de equidad formal al contextualizar las circunstancias históricas de la exclusión de la escuela.

El Ministerio de Educación y Cultura del Brasil (MEC) emite el documento la Base Nacional Curricular Común (BNCC) de la enseñanza Básica. En el ambiente escolar, esto es expuesto como una Competencia General (BNCC, 2017, 2018), para la enseñanza Infantil, Fundamental (enseñanza de niños de 2- 12 años de edad), y Media (alumnos en la escuela de Secundaria, entre 13 a 17 años de edad) de la enseñanza Básica a continuación,

Ejercitar la empatía, la cooperación, la resolución de conflictos y el diálogo haciéndose respetar y promoviendo el derecho al otro y a los derechos humanos con valorización y acogimiento de la diversidad de individuos y de grupos sociales, sus potencialidades, culturas. Identidades y saberes sin prejuicios de cualquier naturaleza (BRASIL, 2017, p. 10).

En la Reunión de la UNESCO (1994). Ante la pregunta *¿a qué edad se iniciaría la educación en el reconocimiento de la diversidad?* En esa reunión varios países y el Brasil entre ellos se pronunciaron a favor de, que esta educación debe empezar en la infancia, para aprender a ser tolerante unos a otros, desarrollar prácticas civilizadoras, conociendo el significado de diversidad, esto es conociendo las diferencias de raza, características físicas particulares, lugar de procedencia, entre otros. Esa pluralidad de modos de existir, pensar, actuar, nos permite diferenciar



entre seres humanos capazes de actuar en Interdisciplinaridad, y “prácticas de aprendizaje significativas y evaluación, con la visión del derecho a la educación y la construcción de un futuro sustentable para todos los seres humanos conscientes de nuestra condición de ser humano” BNCC (2018).

3 ALGUNAS PECULIARIDADES DEL TRASTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

De acuerdo con, la Organización Mundial de la Salud- OMS, 2015 las personas con TEA presentan dificultades en tres dominios o aspectos: *interacción social, comunicación y comportamiento*. Esas características son variables en cada persona y cambian en el transcurso durante toda su vida, estableciéndose niveles de TEA. Existen estudios sobre el dominio de comportamiento. “Actualmente el tratamiento depende de las habilidades cognitivas personales, cuidados terapéuticos, diagnóstico desde temprana edad y sobre todo la dedicación familiar” (VALDEZ y RUGGIERI, 2012, p. 45). El TEA observa dos dominios de comprometimiento: (a) Déficits en la comunicación social e interacción social y (b) Patrones restrictos o repetitivos de comportamiento, interés o actividad. El ritmo acelerado de cambios y conquistas de desarrollo durante los años iniciales del niño justifican la preocupación en detectar precozmente alteraciones significativas de lenguaje. La demora en la identificación de un trastorno del desarrollo nervioso es un riesgo de desarrollo y desestabilización.

Es necesario prestar atención al desarrollo psicomotriz relacional en la etapa preescolar característica en las personas con TEA. La psicomotricidad, como bien sabemos consiste en establecer el desarrollo físico, mental o psicológico. De ese modo la Educación como disciplina científica objetiva el “desarrollo armónico de la persona a través de técnicas que faciliten experiencias motrices, cognitivas y afectivas” (WALLON, 1962, p. 111) que permitan la relación con uno mismo y con el mundo exterior, cualquiera que sea la edad en tres ámbitos: preventivo, reeducativo, y terapéutico. Sabemos que el diálogo corporal de cada niño es muy importante como expresión de este proceso de relación con los demás, los objetos y él mismo. Por eso es necesario de los padres, y familia allegados a niños, tener cuidado especial, informaciones cabales y correctas de modo a mantener una salud preventiva.



El Ministerio de Salud de Brasil (2015) emitió las Directrices de atención a la rehabilitación de la persona con TEA, el cual realizó un paralelo entre los indicadores del desarrollo de lenguaje infantil y señales de alerta para TEA. En cuanto a los problemas relacionados a la comunicación dentro de la descripción del marco de TEA, los problemas relacionados a la comunicación verbal y no verbal. Los prejuicios por la falta de conocimiento de quienes se dicen "personas normales", que desconocen que la utilización de gestos, contacto visual, expresiones faciales, postura corporal con valor comunicativo llevan al empobrecimiento de la capacidad de interactuar con el "otro" que se dice "el incapaz". El desconocimiento del valor que representa los sentidos en la comunicación hace que se tergiverse ese entendimiento, que son tentativas de comunicación de las personas con TEA.

Otra característica importante se refiere a, la Cognición social, este mecanismo cognitivo no solo se desarrolla en las personas con TEA, pues sabemos que en el cerebro humano existen zonas tan complejas que ya fueron estudiadas y continúan siéndolo. Una de esas zonas es la del lenguaje, que todos poseemos y la otra del sistema nervioso. Tan importantes en el desarrollo mental del ser human.

4 LECTURA CRÍTICA COLABORATIVA, MULTIMODAL

En este punto se consideran actividades didáctico-pedagógicas que sean adoptadas y desarrolladas en el contexto escolar en la perspectiva de, mediar momentos interdisciplinarios, comunicativos y significativos para la integración social. La literacidad desde una visión de mundo, implica una manera de usar la lectura y la escritura, con un propósito social específico, esto es, en la escuela y fuera de ella, la literacidad, como formas de lograr objetivos sociales y prácticas culturales mas amplios, así se utiliza, lo que fue aprendido. De ese modo, escribir una solicitud, una receta de cocina, hacer una lista de compras, etc. es así, lo que la escuela enseñó y lo que la persona ya sabe por su vivencia, estos son los *géneros textuales*, constituidos por textos que poseen: forma, contenido, y estilos característicos usados en diversas esferas de la vida social. Inclusive para la comprensión de la multi-literacidad crítica tenemos el alcance de la cibercultura,



la tecnología que contribuye a la comprensión de imágenes, fotos, dibujos animados, etc. que la escuela debe proporcionar, como artefacto de lectura multimodal, crítica y colaborativa.

De igual forma la argumentación como una acción del lenguaje, constituye una actividad discursiva por medio de la cual llevamos a nuestro interlocutor a un cambio de opinión o adhesión a nuestra tesis, según Perelman, Olbretchts-Tyteca (2005). En la misma dirección, la argumentación es inherente a la comunicación humana, pues afirma, que en la medida en que el hombre se identifica con una palabra, con un punto de vista propio sobre el mundo en el cual está inmerso, entonces éste ya practica la argumentación, en este caso el auditorio es evocada en el contexto escolar.

5 MARCO TEÓRICO METODOLÓGICO EN LA PERSPECTIVA DE LA TASHC

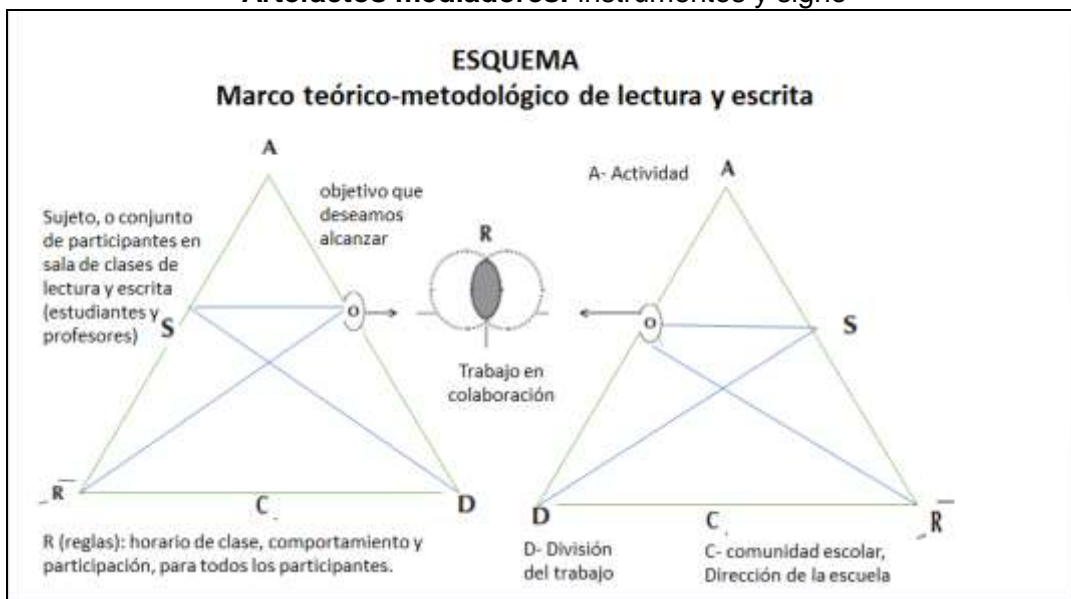
En la TASHC se asigna al término actividad igual a trabajo. Pues, Marx, afirma que el ser humano se constituye, como tal, mediante el trabajo, se mantiene, y sobrevive. De allí que se sustenta "actividad es realizar la praxis", esto es, actuar en el mundo, teorizar sobre tal acción, para mejorar la práctica, cambiar hacia la transformación de la realidad, propuesta central en la Teoría de la Actividad Socio- Histórico-cultural, (TASHC). Fundamentada en un 1er. momento, propuesta por Vygotsky, cuya representación gráfica es el triángulo. En un 2º. momento, la división del trabajo, modificada por Leóntiev. En un 3er. momento, fue Engeström, para quién el lenguaje se coloca como locus de reflexión crítica, mediante el compartir sentidos y significados y plantea mirar la actividad como una red de sistemas de actividad.

Según Engeström, una actividad está implicada en un tejido complejo de relaciones envolviendo los sistemas de actividad que contienen elementos internos que se encuentran en relación. Él considera como elementos básicos de la actividad aquellos señalados por Vygotsky (2011), los sujetos, el objeto de la acción y los instrumentos mediadores e involucrados en la actividad, su razón de existir aquellos citados por Leóntiev- comunidad, reglas y la división del trabajo- según él- "la práctica es la base para la cognición humana". Sintetizando, los sujetos son los individuos grupo(s) envuelto(s) en la actividad. El objeto (objetivo)



es el motivo que direcciona la actividad, su razón de existir. Los artefactos son los instrumentos materiales o psicológicos utilizados teniendo en vista el objeto de la actividad. La comunidad es el contexto sociocultural en el que sucede la actividad. Las reglas son las normas explícitas e implícitas que rigen las relaciones entre los sujetos, individuos y grupos envueltos en la actividad. Así también la división del trabajo es el modo como se encuentran distribuidas las tareas a ser realizadas, de forma negociada. Como los sistemas se encuentran en relación ocurre la expansión del objeto de la actividad, en el que éste se modifica a partir de la interacción de los sujetos participantes en la misma, siendo que, consecuentemente todos los otros elementos son alterados. Con base a esta fundamentación teórica y metodológica, éste trabajo se sustentará, para que estudiantes con TEA participen de actividades propuestas por la escuela en la perspectiva de agencia relacional y transformadora.

Artefactos mediadores: instrumentos y signo



Fuente: Adaptado de **Educação**, v.39, n. 3, p. 291-301, 2016.

**Cuadro: Actividad Social**

Actividad Social	Lectura crítica multimodal
Sujetos	Alumnos: Enseñanza Media, practicantes de la universidad Profesores (1) de la escuela y (1) de la universidad: Nivel Superior
Instrumento	Aparatos e instalaciones electrónicas en la sala de clases, celulares, videos.
Reglas	-Procedimientos y comportamiento adecuados para participar en la actividad (conjunto de acciones, procedimientos, reglas Inicio de la Actividad:Fin de la Actividad: Normas de comportamiento ético, pedagógico y didáctico
Objeto	Lectura multimodal, visual, fábulas, musicales, etc.
División del trabajo	Formar grupos, elegir un moderador, elaborar las preguntas, ¿quiénes responden?, quien controla la participación de los miembros del grupo
Comunidad	Personal directivo, administrativo, disciplinario, alumnos de la clase, profesores de práctica

Fuente: Adaptado de Liberali (2009)

CONSIDERACIONES

Los estudios iniciales mostraron que los estudiantes con TEA pueden ser incluidos y tener sus derechos garantizados por ley. Una de las estrategias que se debería contemplar en el Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela es la capacitación y/o la formación del docente ya que, su acción mediadora como agente transformacional es imprescindible en la promoción de culturas y prácticas inclusivas en el contexto escolar.

No cabe a la escuela el papel de transformación de las desigualdades económicas y sociales, la educación tiene un papel en la denuncia de los factores que acentúan la exclusión, procurando formar sujetos críticos que organizados socialmente contribuyan para la superación de las relaciones asimétricas de poder. La (LA) cuya área de actuación interdisciplinar/transdisciplinar se encuentra involucrada, en estos tiempos de grandes retos.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017/2018.



BRASIL. Lei N. 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre Proteção de direitos da pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Especializada e Temática. Brasília, 2015.

ENGSTRÖM, Y. The future of Activity theory. In: DANIELS, H; GUTIERREZ K **Learning and expanding with Activity** Theory, New York: Cambridge, 2009.

FREUD, S. **El Inconsciente**. Lima: Minerva, 2013.

LÉONTIEV, A. **O homem e a cultura**. In: ADAM, Y, *et al.* Desporto e desenvolvimento Human. Lisboa: Seara Nova, 1977.

LIBERALI, F.C. **Atividade Social nas Aulas de Língua Estrangeira**. São Paulo: Moderna, 2009.

MAGALHÃES, CMC & FIDALGO, SS. (Org.) **Questões de Método e de Linguagem na formação docente**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2011.

PENNYCOOK, A. **Uma Linguística Aplicada transgressiva**. In: Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar, São Paulo: Parábola, 2006.

PERELMAN, CH.; OLBRECHTS -TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROJO, Roxane. **Fazer Linguística Aplicada em perspectiva sócio histórica. Privação sofrida y leveza de pensamento**. In: Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar, São Paulo: Parábola, 2006.

UNESCO. Declaración de Salamanca. *Principios y Prácticas para las Necesidades Educativas Especiales*, 1994.

VALDEZ, D; RUGGIERI, V. **Autismo: del diagnóstico al tratamiento**. Buenos Aires: Paidós, 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Pontes, 2011.

WALLON, H. **Teoría del Aprendizaje y Afectividad**. Lima: Minerva, 1962.



VIDA E DIGNIDADE PARA TODAS: ANÁLISE DA CAMPANHA DA ONU BRASIL PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES REFUGIADAS.

Jacimara Santos Brito
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Micaele Dantas da Conceição
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: Com o intuito de pedir união de esforços para garantir vida digna a mulheres refugiadas no Brasil, a ACNUR (Agência da ONU para Refugiadas), iniciou em 2022 uma campanha no Twitter, com o mote “UNA-SE pelo fim da violência contra mulheres e meninas - Vida e dignidade para todas”. Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido de uma publicação que forma parte da campanha que afronta os estereótipos (LIPPMANN, [1922] 2005; AMOSSY & PIERROT, 1997; CHARAUDEAU, 2007) e os preconceitos às mulheres (BANDEIRA E BATISTA, 2002). Adotam-se os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (ORLANDI, 2012; MAINGUENEAU, 2005; AMOSSY, 2000) e espera-se, com o presente estudo, relacionar os estudos discursivos à compreensão das campanhas publicitárias no combate à manifestação de violências e estereótipos de gênero contra refugiadas no Brasil a fim de combatê-los.

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Refugiadas. Análise do discurso.

Abstract: With the purpose to call for the union to guarantee dignified life for refugee women in Brazil, the ACNUR (UNU Refugee Agency), started in 2022 a campaign on Twitter, with a lot of “UNITED to end violence against women and girls – life and dignity for all”. In this perspective, the present study aims to analyze the meaning effects of a publication that are part of the campaign that confronts stereotypes (LIPPMANN, [1922] 2005; AMOSSY & PIERROT, 1997; CHARAUDEAU, 2007) and prejudices to women (BANDEIRA E BATISTA, 2002). The theoretical assumptions are adopted-French line Discourse analysis methods (ORLANDI, 2012; MAINGUENEAU, 2005; AMOSSY, 2000) are adopted and it is expected, with this study, relate the discursive studies to the understanding of advertising campaigns to combat the manifestation of violence and gender stereotypes against refugees in Brazil in order to combat them.

Keywords: Women. Violence. Refugee. Discourse Analysis.



INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres é um problema mundial que coloca mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social. Tal problemática ficou ainda mais acentuada com o advento da pandemia de Covid-19, que exacerbou fatores de risco e violência desse grupo, o que inclui desemprego e pobreza, bem como reforçou os estereótipos de gênero e normas sociais preconceituosas.

Com o intuito de pedir união de esforços para garantir vida digna a mulheres refugiadas no Brasil, a ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados) e a Iniciativa 16 Dias de Ativismo, iniciaram campanha no Twitter, com o mote “UNA-SE pelo fim da violência contra mulheres e meninas - Vida e dignidade para todas”.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido de uma publicação que forma parte da campanha, na qual a agência recorre a algumas jogadoras brasileiras de futebol com o objetivo de dar voz, informações e apoio a mulheres refugiadas.

A metodologia desta pesquisa é o método analítico e o método de abordagem dedutivo, sendo uma investigação documental escrita e fotográfica secundária, uma vez que utiliza-se de uma publicação que está disponível na página do *Twitter* da ACNUR.

Desse modo, este estudo pretende investigar, ao longo das suas seções as formas pelas quais a campanha “UNA-SE pelo fim da violência contra mulheres e meninas - Vida e dignidade para todas” contribui para a visibilidade dos problemas enfrentados pelas refugiadas no Brasil, contribuindo, assim, para o embasamento das discussões sobre a condição estereotipada da mulher refugiada no Brasil.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

É possível compreender que ao enunciar, estamos na verdade reproduzindo um discurso já dito anteriormente de uma outra forma. Lippmann ([1922], 2010 p. 151) descreve a não neutralidade que traz consigo os estereótipos ao considerar que a ideologia presente nos discursos traz as intenções do enunciador, mesmo que de maneira não intencional. É deste ponto que parte os estereótipos, da



percepção de um modelo pré-construído de sociedade que é transmitido e reproduzido através do dito.

Os estereótipos de gênero, assim como os demais, diz respeito principalmente a construção da visão social que é direcionada ao papel que cada gênero deve ocupar e desempenhar na sociedade. Tratando de mulheres, esses estereótipos definem e moldam a forma que devemos nos comportar e como devemos agir em determinados casos. Quando esses conceitos pré-estabelecidos fogem de alguma maneira do que é determinado como 'coisa de mulher', esses parâmetros trazem à 'luz' os preconceitos.

Bandeira e Batista (2002) pautam a discriminação e o preconceito como base da violência. A partir disso, entende-se que a violência empregada às mulheres é na verdade, consequência de "uma construção não diferenciada e não plural de seus membros, como símbolo de preconceito que admite o acesso particularizados de alguns [...]" (Bandeira e Batista. 2002, p. 127).

Considerando o que conceitua Amossy e Pierrot (2001, p. 113), sobre os estereótipos e a forma deles se relacionarem com o pré-construído, a construção dos discursos sobre as mulheres refugiadas, para além dos empregos já estabelecidos ao termo 'Refugiados', traz consigo marcas que são frutos dos estereótipos de gênero.

No Brasil, circulam discursos estereotipados e preconceituosos a respeito de mulheres refugiadas, que colocam todas enquanto seres esquisitos, que fazem qualquer atividade para obter dinheiro, bem como de que são máquinas próprias para exploração, seja qual for a natureza do trabalho, confiando no fato de que muitas refugiadas não conhecem o idioma nem as leis locais.

Os estudos de Orlandi (2012, p. 30), defende que "podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o conceito sócio-histórico e ideológico".

Nessa perspectiva, a próxima seção discorre sobre as condições de produção e os efeitos de sentido da campanha publicitária da ACNUR (Agência da ONU para Refugiadas) de combate aos discursos estereotipados e preconceituosos sobre as mulheres refugiadas no Brasil e de garantia de vida e dignidade para todas.

3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DA ACNUR

A campanha da ACNUR começou em 25 de novembro, mas no Brasil iniciou dia 20 de novembro, em vista de que nesta data em território brasileiro é celebrado o Dia da Consciência Negra e durou até 10 de dezembro, no qual é comemorado o Dia dos Direitos Humanos.

Figura 1: “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres e meninas – Vida e dignidade para todas”



Fonte: www.acnur.org

De acordo com o site da ACNUR, a campanha foi inaugurada com a iluminação na cor laranja do Congresso Nacional, em Brasília, em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e do Abrigo Rondon V, em Boa Vista (Roraima), de 20 a 26 de novembro, que acolhe meninas e mulheres refugiadas e migrantes da Venezuela. Em Roraima, a ONU Brasil apoia a resposta humanitária do governo brasileiro a pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela, com abordagens focadas nas mulheres e meninas.

A campanha evidencia que a violência contra mulheres e meninas não ocorre apenas no ambiente privado, ela também está em espaços públicos, no ambiente de trabalho, na política institucional, nos esportes, nos ambientes online, nos meios de comunicação, e no contexto da promoção e defesa de direitos.

Por isso, foram escolhidas para apoiar tal campanha esportistas femininas brasileiras, sendo elas jogadoras renomadas de futebol e vôlei. A escolha em apresentar na campanha esportistas se deu pela política da ACNUR, que visa implementar programas de esporte para proteção e como elemento de coesão social e integração das pessoas refugiadas, além de ajudá-las a melhorar a saúde e bem estar, as auxiliam a sentirem-se acolhidas no novo ambiente. Entende-se



também que a escolha por atleta para estrelarem a campanha da Acnur Brasil se justifica principalmente pela representatividade dessas mulheres no que diz respeito à violência de gênero.

No entanto, considerando as limitações deste estudo, toma-se como amostra, para fins didáticos, uma publicação cuja atleta é jogadora de futebol, mulher invisibilizada por suas condições de gênero dentro de um esporte majoritariamente masculino, e por fim, a luta dessa atleta por reconhecimento e respeito.

O preconceito com relação às mulheres acontece desde o início da propriedade privada na qual o homem as tinha como propriedade e que serviam apenas para procriar, como relata Engels (2002). Sendo assim, as mesmas não poderiam expressar suas vontades e eram submissas aos homens.

Estereótipos e preconceitos de gênero no âmbito esportivo reproduzem discursos que reforçam o que se deve praticar de acordo com o gênero do indivíduo e não através do desenvolvimento corporal nas modalidades esportivas, independente de gênero.

Em relação à mulher nas modalidades esportivas e neste caso, no futebol, o preconceito existe de diversas formas. A mulher que pratica futebolsofrequentamentos quanto a sua sexualidade (devido aomodo de se vestir das mesmas, do tipo de corte de cabelo, do tipo físico), podendo levá-las àperda de amizades, rejeições, agressões verbais e físicas (VIANA, 2012).

As mulheres refugiadas, por outro lado, público-alvo da campanha da ACNUR, para além dos preconceitos sofridos diariamente por serem mulheres, precisam enfrentar também todos os efeitos causados por outro tipo de violência: a xenofobia.

Além de conviverem com essas problemáticas da violência, elas convivem com as dificuldades de estarem em outro país, com outras leis e com uma língua diferente. Alinhadas a essas questões, essas mulheres são colocadas em um lugar de subalternidade e vulnerabilidade que posteriormente se reflete tanto na exploração da força de trabalho, quanto na exploração sexual a que são submetidas, além de sofrerem com as poucas políticas governamentais criadas com o intuito de mudar essa triste realidade.



Em 2021, foram confirmados 3.086 pedidos de reconhecimento na condição de refugiados, sendo que pessoas da Venezuela e de Cuba foram as que mais obtiveram confirmação, desses confirmados 50,4 são crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos.

Acerca dos refugiados, vale ressaltar que refugiados são aqueles que deixaram seu país por sofrer perseguição, por isso, para esses indivíduos, o retorno ao país de origem pode representar riscos.

As mulheres são diretamente afetadas por esse deslocamento, inclusive por serem muitas vezes responsáveis pelo cuidado das famílias. As dificuldades encontradas somam-se ao fato de mulheres serem historicamente invisibilizadas, além de terem riscos contra sua segurança aumentadas em situações de crise e emergência.

Do ponto de vista da violência de gênero, a violência sofrida pelas mulheres se alimentam de um conceito atrelado ao preconceito de gênero que coloca as mulheres em posição de subalternidade em relação aos homens. Bandeira e Batista (2002, p. 138) afirmam que:

O preconceito é a valorização negativa que se atribui às características da alteridade. Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da identidade como superior/dominante. Mas isso indica que o preconceito é possível onde existe uma relação social hierárquica, onde existe comando e subordinação e racionalização do outro (BANDEIRA E BATISTA, 2002, p. 138).

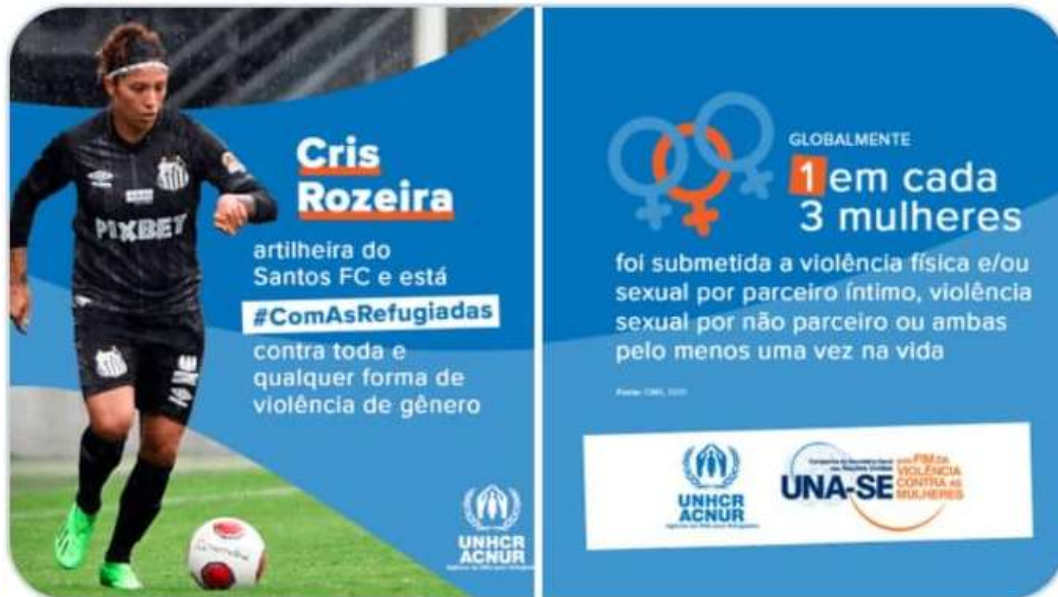
Neste lugar, as mulheres são vítimas constantes de vários tipos de violência. Segundo a Agência Brasil, a cada quatro horas uma mulher é vítima de violência no país. Em 2022, por exemplo, o Brasil registrou 2.423 casos de violência contra a mulher, sendo que 295 deles acabaram em feminicídio.

4. ANÁLISE DO *CORPUS*

As condições de produção envolvem o contexto material e institucional, além do imaginário dos interlocutores. As condições de produção, como afirma Orlandi (2005), compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, bem como a memória que faz valer essas condições de produção.

Assim sendo, em uma prática de leitura da publicação da ACNUR (Figura 2), à luz da AD, é importante considerar as circunstâncias de enunciação: o contexto micro (imediate) o sujeito que assina o texto, o meio e o suporte em que a reportagem está sendo veiculada e o contexto macro (sócio, histórico, e ideológico mais amplo).

Figura 2 - Publicação da ACNUR com Cris Rozeira



Fonte: Twitter (2022)

Segundo Eni Orlandi (2012), o esquecimento é estruturante. A pesquisadora apoia-se nos estudos de Pêcheux (1975), no qual o autor distingue duas formas de esquecimento no discurso.

O esquecimento número um, é definido como esquecimento ideológico, “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 35). Assim, a campanha da ACNUR Brasil em 2022, há discursos já existentes que são retomados nos anúncios. O primeiro, é o discurso relacionado à violência de gênero, no qual a mulher sofre pelo simples fato de ser. O segundo, refere-se ao discurso de que a violência contra a mulher não é cultural em apenas um país ou região, pelo contrário, tal problemática é global, precisando de atenção dos poderes públicos para que haja realmente igualdade de gênero.

A base da campanha da Acnur Brasil gira em torno de atletas do futebol feminino brasileiro. Trata-se de jogadoras reconhecidas tanto em seus respectivos clubes



quanto na seleção brasileira. O objetivo é claro, trazer para o debate sobre preconceitos de gênero contra mulheres refugiadas, mulheres que possuem vozes tanto em suas respectivas áreas de atuação, quanto no que diz respeito à luta dessas atletas contra os preconceitos de gênero.

Considerando que o esquecimento enunciativo ou esquecimento número dois trata da ilusão de que o que dizemos só poderia ser dito daquela forma Orlandi (2012), a intenção dos adjetivos incluídos na descrição de cada atleta nos *posts* reflete o objetivo de trazer credibilidade às que estrelam a campanha. Os *posts* que referenciam às jogadoras de futebol atribuem adjetivos como "artilheira", além de termos (em outras publicações da campanha) como: "renomada", "super", entre outros, com o objetivo claro de credibilizar e empoderar os discursos presentes nas imagens no que se refere às atletas, justificando a escolha das estrelas da campanha.

O fato é que as escolhidas são jogadoras de alto nível em um esporte majoritariamente masculino e portanto a escolha dos adjetivos empregados são justificados. Além disso, a intenção de anunciar o local de destaque dessas mulheres em seus respectivos espaços em que ocupam, traz em si credibilidade tanto a elas quanto a campanha da Acnur Brasil.

Eni Orlandi (2012, p. 33) afirma que o interdiscurso "é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido, é preciso que elas tenham sentido". Com isso em mente, pode-se relacionar os discursos sobre o espaço da mulher nos esportes, especificamente no futebol, e os ditos sobre a condição da mulher refugiada.

Segundo Orlandi (2005, p. 17), "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: a ideologia é interpelada em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido". Trata-se portanto de compreender a relação do sujeito com sua memória discursiva. Partindo da premissa da violência de gênero, a publicação afirma que "uma em cada 3 mulheres foi submetida a violência física e sexual [...]".

Analisando a historicidade presente nessa afirmação, no Brasil, as mulheres são vítimas constantes de vários tipos de violência. Esse tipo de violação de direitos infelizmente se converteu em um grave problema social, colocando o Brasil como



o quinto país no mundo com a maior taxa de feminicídio segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Percebe-se portanto, que os sujeitos implicados na campanha da ACNUR Brasil, tanto das atletas de futebol quanto as mulheres e meninas refugiadas vítimas de violência, constituem grupos sociais esquecidos na sociedade, vivem invisibilizadas, em uma condição que mesmo fazendo parte da seleção que representa o país mundialmente ou vivendo no Brasil, como no caso das refugiadas, parece que elas não estão ajudando no progresso do país tanto em sentido cultural quanto econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tomou como materialidade uma publicação da campanha publicitária da ONU "UNA-SE pelo fim da violência contra mulheres e meninas - Vida e dignidade para todas" (2022), cujo conteúdo são imagens de jogadoras de futebol juntamente a dados relevantes para reflexão e denúncia da violência contra mulheres refugiadas.

Considera-se que o presente estudo busca promover a intersecção entre Discurso e Mídias Digitais, para a compreensão das campanhas publicitárias no combate à manifestação de violências e estereótipos de gênero contra refugiadas no Brasil a fim de combatê-los.

Conclui-se que, as narrativas que foram levantadas na campanha possuem como intuito, conscientizar a sociedade acerca de temas já levantados e outro ainda pouco divulgado e debatido, como o fim da violência contra mulheres refugiadas.

Por fim, tanto as escolhas das atletas escolhidas para promoverem a campanha, quanto os discursos presentes nos textos das publicações buscam legitimar a importância da promoção desse debate na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados (@ACNURBrasil). Disponível em: <https://twitter.com/ACNURBrasil>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.



AGÊNCIA BRASIL. **No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/no-brasil-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-cada-quatro-horas#:~:text=O%20boletim%20Elas%20vivem%3A%20dados,60%25%20do%20total%20de%20casos.> Acesso em: 10 de abr. de 2023.

AMOSSY, P; HERSCHBERG-PIERROT, A. **Esteretipos y clichés.** Tradução de Leila Gândara. Buenos Aires. 2001.

BANDEIRA, L., & BATISTA, A. S. (2002). **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Revista Estudos Feministas, 10(1), 119-120.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

LIPPMANN, Walter. [1922]. **Opinião Pública.** Tradução: de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ONU MULHERES. **Conheça alguns direitos que pessoas refugiadas e migrantes têm no Brasil.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/conheca-alguns-direitos-que-pessoas-refugiadas-e-migrantes-tem-no-brasil/>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

VIANA, A. E. S. **As relações de gênero em uma escola de futebol: quando o jogo é possível?** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000873274>, acesso em 01 de jun. de 2023.



O PERCURSO ARGUMENTATIVO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Jacqueline Meireles Ronconi

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

Soraya Maria Romano Pacífico

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os sentidos produzidos no percurso argumentativo da escrita dos alunos do ensino público sobre o uso de tecnologias no contexto escolar durante a Pandemia da Covid-19. Essa pesquisa se fundamentou nos postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso de “linha” francesa (AD) e o caminho metodológico percorrido envolveu a realização de uma pesquisa de campo em uma Escola Estadual e uma Municipal, no interior de São Paulo. Acreditamos que a argumentação deveria ser um direito de todos, porém analisamos que na escola isso não acontece, pois ao invés de uma disputa pelo dizer há o silenciamento dos dizeres dos sujeitos-alunos sobre sua subjetividade e experiências envolvendo o contexto do digital, há um apagamento do discurso que a instituição não concorda, não domina. Concluímos que os sujeitos-alunos encontraram muitas dificuldades de acesso às tecnologias digitais e isso representa um desafio para um ensino público de qualidade.

Palavras-chave: Argumentação. Sujeito. Tecnologia digital. Discurso.

Abstract: The objective of this work is to analyze the meanings produced in the argumentative path of public school students' writing about the use of technologies in the school context during the Covid-19 Pandemic. This research was based on the theoretical-methodological postulates of the French "line" (DA) Discourse Analysis and the methodological path taken involved carrying out a field research in a State and a Municipal School, in the interior of São Paulo. We believe that argumentation should be everyone's right, but we analyze that this does not happen at school, because instead of a dispute over what is said, there is the silencing of the subject-students' statements about their subjectivity and experiences involving the digital context, there is a erasure of the discourse that the institution does not agree with, does not dominate. We concluded that the subject-students encountered many difficulties in accessing digital technologies and this represents a challenge for quality public education.

Keywords: Argumentation. Subject. Digital technology. Speech.



INTRODUÇÃO

A argumentação compreende a linguagem em seu funcionamento e contribui para o debate e articulações de ideias. Para a AD analisar o movimento argumentativo de um texto não é apenas observar o encadeamento argumentativo dos enunciados, mas considerar seus efeitos de sentidos.

O objetivo deste trabalho é analisar os sentidos produzidos no percurso argumentativo da escrita dos alunos do ensino público sobre o uso de tecnologias no contexto escolar durante a Pandemia da Covid-19. Essa pesquisa se fundamentou nos postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso de “linha” francesa (AD), segundo Michel Pêcheux (1990) e Orlandi (2007). O caminho metodológico percorrido envolveu a realização de uma pesquisa de campo em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, e uma Municipal, na cidade de Sertãozinho, interior do estado de São Paulo.

É de grande necessidade entender os caminhos discursivos e argumentativos que os sujeitos-alunos percorreram diante do trabalho pedagógico envolvendo o mundo digital na escola, principalmente durante a Pandemia. É nesse sentido, que nos indagamos: quem pode argumentar? Quem tem o poder de dizer e argumentar em aulas digitais, por exemplo? Como a escola constrói um lugar possível para que o aluno possa se posicionar discursivamente?

Sabemos que deveria ser preocupação da escola ensinar o aluno a argumentar, ler e escrever, porém é preciso problematizar: este conhecimento é construído a partir da cultura digital de acordo com quais moldes? Como a história e a ideologia afetam a construção de sentidos na escola?

Concluimos que os sujeitos-alunos encontraram muitas dificuldades de acesso às tecnologias digitais e isso representa um desafio para um ensino público de qualidade.

1 SOBRE ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA

Pensar o discurso argumentativo nos remete a um campo da linguagem em que o sujeito pode ou não se autorizar a dizer, ou seja, o sujeito se identifica com



determinada formação discursiva dependendo das condições de produção que o constituiu ao longo da vida.

A linguagem, para o analista do discurso, não é entendida como um sistema abstrato, mas como sócio historicamente produzida, ou seja, uma linguagem no mundo, com maneiras de significar com homens falando, argumentando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas. Seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2007).

Por isso destacamos, segundo Orlandi (2007), que a linguagem não é transparente, mas devemos considerar que a linguagem e a história têm sua espessura e sua opacidade, que são intercaladas por determinações históricas que não são mutáveis e naturalizadas.

Nesse sentido entender que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, é de suma importância para esta pesquisa sobre a produção de sentidos na argumentação de sujeitos-alunos, pois conjugamos a língua com a história na produção de sentidos.

Em outras palavras, é por meio da linguagem que o sujeito expressa seus argumentos, opiniões, seu querer, suas ideias. O que funciona nos discursos são as "formações imaginárias", as "posições" assumidas pelo enunciador do discurso, o que conferem poder de construir seus discursos apoiados em outros discursos que confirmam o "lugar" de onde cada um fala e, o correto também, por parte do enunciador, uma antecipação das representações do enunciário. Sobre esta antecipação, funda-se a estratégia discursiva e a argumentação está nesse entremeio (PACÍFICO; ROMÃO, 2008, p. 101).

Para melhor explicar, o sujeito se filia a uma formação discursiva a partir de tudo que ele ouviu ao longo dos anos escolares, das leituras realizadas, dos filmes que assistiu, enfim dos sentidos construídos acerca de um determinado assunto e que fez com que este sujeito ocupasse uma formação discursiva e não outra (PACÍFICO, 2002). Pensar a argumentação e a autoria nos remete a um campo de saber em que nos colocamos a pensar: a quem é autorizado argumentar?

Pêcheux (1990, p. 82) apresenta que "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem



cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro". Por isso o sujeito-aluno faz perguntas ao leitor, como se quisesse fazer uma provocação, um questionamento, típico do discurso argumentativo.

Concordamos com Orlandi (1996) quando explica que é preciso pensar sobre as condições de produção da escrita, na escola, isso significa compreender o processo em que se dá a assunção da autoria. "Essa assunção implica, segundo o que estamos procurando mostrar, uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social" (p. 79).

Pfeiffer (2002) destaca que a argumentação e autoria é trabalhada na verdade por um processo de autorização do dizer em que na maioria das vezes o sujeito se insere em um simulacro da autoria, autorizado por diferentes instancias a dizer. A respeito da autoria, podemos dizer que para que o sujeito consiga ocupar a função autor ele precisa controlar aquilo que escapa (o ato falho, furo, equívoco). Para alcançar a autoria, é preciso controlar a dispersão e a deriva e colocar-se subjetivamente no texto.

Desta maneira, entendemos a argumentação como "campo em que o sujeito pode ou não transitar pelo discurso e ocupar a função de autor" (PACÍFICO, 2002, p. 25). É válido dizer que o sujeito ocupa o lugar de autor no texto argumentativo quando se assume, mesmo que ilusoriamente, como sujeito de seu dizer. Em outras palavras:

Dominar as técnicas argumentativas se coloca como condição necessária, embora não suficiente, da ação política, e desta maneira o ensino-aprendizado destas técnicas contribui para o exercício da democracia ao colaborar com a formação de cidadãos aptos ao debate da coisa pública (ZOPPI-FONTANA, 2010, p. 184).

Na escola tradicional não é permitido que ousemos, criemos e argumentemos, trata-se do calar e obedecer. Estas atitudes, nos lembraram as palavras de Foucault em Vigiar e Punir "O poder da escrita é constituído como uma peça social nas engrenagens da disciplina" (FOUCAULT, 1987, p. 181). Afinal escrever para quê? Para quem? Quando? Em que condições?



2 ANÁLISES

A partir de agora iremos analisar o recorte de número 1, do sujeito-aluno F. K., estudante da 1º série do Ensino Médio, na rede estadual de ensino:

Bom, na minha opinião tive um pouco de dificuldade de entrar no site da escola, porque é muito site para entrar e ficava travando, aí logo de cara desisti e parei de fazer as lições. Porque eu tava vendo que eu não tava aprendendo nada nessas aulas online, mas aí voltou as aulas presencial, achei legal, pois não iria mais assistir aulas online. Mais aí que tá além de vim pra escola nois tem que fazer atividade do CMSP, achei bem estranho, mas tudo bem. E outra, fiquei sabendo que abriu a sala de informática achei interessante porque tem alunos que não tem celular eles pode usar a sala de informática para fazer as provas e etc. mas a professora que fica lá na sala de informática é muito chata, tem que relevar né, eu fui uma vez lá pra nunca mais voltar, parece um quarto de filme de terror é muito tenso!!! Eu espero que eu não volte lá e se eu voltar espero que seja com outro professor(a), mais enfim, a tecnologia eu uso para se comunicar e para estudar, para uso de trabalho, porque hoje em dia agora é só internet, tudo é pela internet. Pelo um lado é bom, pelo outro não, porque tem gente que nem celular tem ou internet em casa aí fica difícil, mais pra tudo dá um jeito e é isso.

Analisa-se que o sujeito se questiona e começa a pensar sobre o seu processo de aprendizagem durante as aulas online e conclui "*eu tava vendo que eu não tava aprendendo nada nessas aulas online*", marcando sua posição no discurso. Compreendemos que esses sujeitos utilizaram de manobras argumentativas para realizar suas composições escritas, portanto, analisaremos os próximos recortes por esse viés discursivo.

O sujeito-aluno também questiona sobre o por que dele ter que continuar fazendo as atividades do Centro de Mídias se as aulas estão sendo presenciais "*Mais aí que tá além de vim pra escola nois tem que fazer atividade do CMSP, achei bem estranho*", porém, ele passa por um processo de interdição, tentando se conformar com a situação, mesmo achando estranho, silenciando-se "mas tudo bem".

Analisando o naco do discurso "*mas tudo bem*" compreendemos que na escola há uma repetição do discurso alheio, dos dizeres já determinados, instituídos socialmente pela ideologia dominante. O aluno sente-se interdito a argumentar e produzir sentidos outros que não aqueles determinados pela escola. Nesse sentido, a escola interdita a autoria e sua função autor. Acreditamos



que entender esse percurso argumentativo na escola compreende entender o funcionamento da linguagem que se põe em relação os sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história (ORLANDI, 2007).

Outro ponto a ser discutido é o trecho "*fiquei sabendo que abriu a sala de informática*" esse discurso marca a posição de quem não frequenta a sala de informática, aponta um distanciamento do sujeito-aluno desse espaço tecnológico na escola. Depois ele questiona "*mas a professora que fica lá na sala de informática é muito chata*", o sujeito-aluno posiciona-se no discurso novamente tecendo críticas ao jeito da professora que trabalha na sala de informática, porém é interdito mais uma vez, (re)produzindo o discurso autoritário quando tenta controlar e reproduz o discurso dominante "*tem que relevar né*". Porém, analisamos que esse sujeito-aluno não consegue relevar de fato as atitudes da professora da sala de informática, pois demonstra em seu discurso posterior que nunca mais voltou lá. Interpreta-se que essa é uma maneira de resistência que o sujeito-aluno tem de mostrar sua insatisfação, é como se dissessem na escola "deixa para lá, fique quieto, releve" e ele em suas atitudes resistisse a essas formas de autoridade.

Dando sequência em seu discurso destaca "*eu fui uma vez lá pra nunca mais voltar, parece um quarto de filme de terror é muito tenso!!!*" Quando o sujeito-aluno compara a sala de informática a um quarto de filme de terror dizendo que é muito tenso percebemos que ele discursiviza sua subjetividade, mostrando sua indignação e descontentamento ao tentar utilizar os recursos tecnológicos da sala e não conseguir, ele se frustra e mostra sua indignação utilizando os três pontos de exclamação.

Portanto nos colocamos a refletir: para que haja uma escola engajada no mundo digital é preciso construir novos sentidos sobre as tecnologias, é importante pensar a sala de informática como espaço de construção de saberes, como espaço de busca e fonte de pesquisa e conhecimento. Mas não é o que analisamos nesse e em outros discursos produzidos por alunos e professores dessa escola pública.

É importante apresentar que o sujeito discursiviza "*Pelo um lado é bom, pelo outro não, porque tem gente que nem celular tem ou internet em casa aí fica*



difícil ao discursivizar dessa maneira o sujeito-aluno leva em consideração os malefícios da exclusão digital de quem não tem acesso às tecnologias para o estudar, discurso que não circula na escola.

Compreendemos que sujeito-aluno F. K. faz uso de manobras argumentativas para expor sua opinião diante da questão da cultura digital na escola. Portanto, entendemos que ele utilizou a argumentação como meio de estratégia, de convencimento. Em outras palavras, entendemos que argumentar é influenciar por meio do discurso, por isso ela deve ser trabalhada na escola criticamente, por meio de leituras e produções textuais que colaborem para a formação de um sujeito crítico de seu dizer. Desta maneira, nós pesquisadores, precisamos ter um olhar mais apurado sobre a argumentação e autoria e considerar o aluno como sujeito de seu dizer, crítico daquilo que lê. Isso permite a produção de sentidos outros sem ser os legitimados pela escola.

A partir de agora analisaremos o recorte de número 2, do sujeito-aluno G. H., estudante da 3º série do Ensino Médio, na rede estadual de ensino:

Na minha opinião, o ensino remoto foi uma forma de ensino falha, pois priorizaram 60% dos alunos, sem pensar nos outros 40%, que muitas das vezes não tem condições financeiras, como no meu caso, como as condições não estavam tão boas assim, eu fiquei longe dos estudos por exatos 8 meses. O ensino remoto tinha que ser estudado um pouco mais antes de vir a tona, tinham que ter pensado sobre as comunidades/bairros mais humildes de cada região e estabelecido pontos físicos e públicos para alunos com mais dificuldade pudessem ter um acesso mais "possível", eu acredito que garotos (a) da minha idade tenham a mesma visão sobre o assunto. Essa pandemia foi difícil pra mim, por não ter um aparelho celular ou computador, optei por trabalhar, pois era uma forma de ocupar a mente e ter condições de ajudar a minha família e acredito que muitos tiveram essa mesma atitude, e isso vem afastando os jovens dos estudos.

O governo poderia pensar mais sobre esse assunto, não acha? Como algumas formas de melhorar a educação do nosso público jovem, formas de facilitar o ensino para alunos em condições financeiras menores.

Analisa-se que o sujeito-aluno G. H. inicia seu discurso se posicionando criticamente "*o ensino remoto foi uma forma de ensino falha*" e mantém essa posição durante todo seu percurso de escrita, pois traz dados estatísticos na tentativa de provar seu argumento principal de que o ensino remoto foi falho,



portanto ele discursiviza "*priorizaram 60% dos alunos, sem pensar nos outros 40%, que muita das vezes não tem condições financeiras, como no meu caso*".

No mesmo parágrafo, o sujeito-aluno se posiciona como se estivesse contando os dias sobre sua ausência dos estudos "*eu fiquei longe dos estudos por exatos 8 meses*" esse posicionamento nos dá indícios de que foi um tempo difícil de passar, algo penoso, longínquo, "*exatos 8 meses*". Além disso, nos dá indícios de que não houve políticas públicas eficazes para garantir o acesso aos estudos, "*exatos 8 meses*" sem estudar.

Vale destacar que esse sujeito marca em seu discurso críticas e também soluções sobre o que poderia ter sido feito para que houvesse melhora na situação das classes menos favorecidas que ficaram sem o acesso às tecnologias no ensino remoto "*tinham que ter pensado sobre as comunidades/bairros mais humildes de cada região e estabelecido pontos físicos e públicos para alunos com mais dificuldade pudessem ter um acesso mais "possível"* isso nos faz refletir sobre o percurso que a escrita dele faz, utilizando de manobras argumentativas para convencer o leitor de seu ponto de vista.

O sujeito-aluno se posiciona no discurso em primeira pessoa "*Essa pandemia foi difícil pra mim*" e dá indícios de um texto com coesão e coerência, tecendo argumentos que buscam convencer o leitor, apresentando traços de autoria. É importante destacar o trecho "*por não ter um aparelho celular ou computador, optei por trabalhar*" analisamos que esse sujeito não pode *optar* por trabalhar, na verdade *ele teve* que trabalhar, não houve outra escolha, pois precisava ajudar a família no sustento da casa. Porém, mostra-se consciente das penosas consequências que isso traz aos jovens de classe menos abastada dizendo "*e isso vem afastando os jovens dos estudos*". Em outras palavras, a interdição ao ensino remoto impôs outra condição ao sujeito, o trabalho em detrimento do estudo, discursivizado, pelo efeito da ideologia, como opção. Portanto nos indagamos: Quais os sentidos possíveis para o uso do pronome "isso"? Seria o trabalho? Seria a falta de acesso às tecnologias digitais? Seria a falta de políticas públicas que possam garantir a Educação e o conhecimento das tecnologias digitais, bem como seu acesso ilimitado?



É interessante analisar a como se dá a construção do processo discursivo desse sujeito-aluno, pois ele utiliza de recursos argumentativos para questionar e atrair o leitor "*O governo poderia pensar mais sobre esse assunto, não acha?*". Compreendemos que circula nesse percurso argumentativo a construção do processo discursivo que pretende a adesão do leitor.

Segundo Orlandi, a AD está interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso, ou seja, ao coletar a escrita de relatos de experiência buscou-se analisar o percurso da escrita discursiva, as condições de produção do discurso desses sujeitos. Nesse sentido, compreende-se que "o trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto" (ORLANDI, 1996, p. 60).

Analisaremos a seguir o recorte de número 3, discurso do sujeito-aluno L. D., estudante da 1º série do Ensino Médio, na rede municipal de ensino:

Honestamente eu penso que a cultura digital é necessária nas escolas, pois ajudam aqueles alunos que não possuem uma boa condição financeira. Porém, na minha opinião as aulas práticas com interações na escola me envolviam mais e eu me sentia mais conectada com o aprendizado. O fato de que eu tive dificuldades para estudar no ensino remoto, me fez concluir que, a cultura digital é sim necessária nas escolas no meu ponto de vista, pois ajudam alunos que como eu não tem uma condição financeiramente estável. Mas como eu mesma disse, pra mim as aulas práticas eram melhores, porém devido a pandemia não é possível ter aulas interativas com os alunos. Isso me fez pensar que a cultura digital no momento é a melhor forma nessa pandemia de fazer com que os alunos aprendam da melhor forma possível.

Entendemos que a argumentação está presente em nosso dia a dia, quando discutimos com qualquer pessoa, quando colocamos nas redes sociais nosso ponto de vista e outros amigos discordam e começamos uma discussão, enfim. A argumentação articula nossas relações sociais em todos os âmbitos.

Ao iniciar seu discurso o sujeito-aluno L. D. se coloca em primeira pessoa "*eu me sentia mais conectada com o aprendizado*" o que chama a nossa atenção é o fato de que o sujeito utiliza uma palavra do contexto digital "*conectada*" para discursivizar sobre sua aprendizagem no presencial. O uso dessa metáfora nos dá indícios de que o significado de estar conectada para esse sujeito vai além de estar presente assistindo aulas, mas significa estar ligada, atendida, concentrada



no aprendizado. Portanto, compreendemos que a escrita, possibilita que a linguagem se torne objeto de reflexão, pois constitui o sujeito ideológico.

Outro trecho que queremos destacar é, "pois, *ajudam alunos que como eu não tem uma condição financeiramente estável*", aqui esse sujeito discursiviza sobre a cultura digital na escola como se ela fosse um processo que tem o poder de "salvar" os alunos e tirá-los da condição financeira desprivilegiada. Percebemos que esse é a reprodução do discurso comum que captura o sujeito fazendo-o acreditar que quem for capaz de se integrar dessa nova forma de comunicação será reconhecido socialmente.

Em outro trecho ele discursiviza "*pra mim as aulas práticas eram melhores*" analisamos que o sujeito-aluno L. D. repete o mesmo discurso e não consegue desenvolver um argumento para defender seu ponto de vista. E finaliza com "*a cultura digital no momento é a melhor forma nessa pandemia de fazer com que os alunos aprendam*", esses dizeres marca uma contradição no discurso, por isso questionamos; mas e esse sujeito-aluno L. D., que teve dificuldade de acesso às tecnologias, conseguiu aprender? Se o uso de tecnologias durante o ensino remoto foi a melhor opção, por que ele não se sentiu excluído, já que foi um dos sujeitos que não tiveram acesso? Entendemos que é a reprodução do discurso dominante de que só basta ter tecnologias na escola para que haja o acesso ao conhecimento. Mas sabemos que isso não acontece bem assim.

Dessa maneira, compreendemos que a escola vai desautorizando essa possibilidade de argumentação do sujeito-aluno, pois valoriza aquilo que é controlável, repetível, assim, coloca o aluno em uma fôrma-leitor, como explica Pacífico (2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a argumentação deveria ser um direito de todos, porém analisamos que na escola isso não acontece, pois ao invés de uma disputa pelo dizer há o silenciamento, apagamento dos dizeres dos sujeitos-alunos sobre sua subjetividade e experiências envolvendo o contexto do digital, ao passo que a escola usa seu poder, por meio do discurso autoritário, para silenciar os dizeres que a instituição não concorda, não domina.



Para que haja uma escola engajada no mundo digital é preciso construir novos sentidos e acessos às tecnologias, é importante pensar a sala de informática como espaço de construção de saberes, como espaço de busca e fonte de pesquisa e conhecimento. Os sujeitos-alunos encontraram muitas dificuldades de acesso às tecnologias digitais e isso representa um desafio para um ensino público de qualidade.

Defendemos que a argumentação é um direito de todos, porém analisamos que na escola isso não acontece, pois, ao invés de uma disputa pelo dizer, há o silenciamento, apagamento dos dizeres dos sujeitos-alunos sobre sua subjetividade e experiências envolvendo o contexto do digital.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PACÍFICO, S. M. R. A opacidade da relação do sujeito com o sentido: da interdição à interpretação. *In: Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP, 2002, p. 16-39.

PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 12, p. 98–107, 2008. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1402. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1402>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PFEIFFER, C. C. O lugar do conhecimento na escola. Alunos e professores em busca da autorização. *In: Escritos. Escrita, Escritura*, Cidade (III). n.7, LABEURB. Campinas-SP, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. Retórica e argumentação. *In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

A ARGUMENTAÇÃO ORAL NO MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS RELATÓRIOS DE PESQUISA

Jean Santos Batista
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Este trabalho discute algumas das características dos estudos voltados à argumentação oral, que estão sendo realizados no Mestrado Profissional em Letras, a fim de explicitar as estratégias de ensino-aprendizagem que estão sendo desenvolvidas em diferentes ambientes escolares. Ao considerar que as pesquisas aplicadas partem do saber e da análise teórica com vistas à proposição de um produto final, que possa ser utilizado na prática de sala de aula, interessa-nos, particularmente, compreender como tem sido encaminhada a complexa tarefa de trabalhar dentro do campo da argumentação oral com estudantes de educação básica. Para tanto, com base em uma revisão sistemática da literatura — articulada em cinco eixos: (a) delimitação das questões de pesquisa; (b) seleção de base de dados; (c) elaboração da estratégia de busca; (d) seleção dos documentos; (e) sistematização dos resultados —, procuramos investigar o perfil das pesquisas realizadas com estudantes do ensino fundamental, organizadas no âmbito do Mestrado Profissional em Letras e orientadas a desenvolver a argumentação na escola. Também decidimos constatar quais produtos estão relacionados ao trabalho com a oralidade articulada à argumentação e identificar quais gêneros textuais já foram explorados na pesquisa em torno da argumentação oral. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, procuramos realizar uma interpretação dos dados coletados com base nos princípios da análise da conversação, da linguística textual e da argumentação retórica. Os resultados demonstram que as dissertações e os trabalhos finais exploram mais a vertente escrita, constamos um número de trabalhos que supera o dobro daqueles preocupados com a argumentação oral, e que o gênero oral debate, em seus variados tipos, é o mais privilegiado entre os materiais disponíveis no repositório de dissertações e teses da Capes. Isso reforça a existência de um campo aberto a novas investigações tanto em nível teórico, relativo às especificidades de um tipo de argumentação que articula elementos verbais e não verbais, quanto prático, uma vez que são muitas as metodológicas disponíveis para o trabalho com os gêneros orais na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Argumentação oral. Ensino-aprendizagem. Educação Básica. Profletras.

Abstract: This work discusses some of the characteristics of studies focused on oral argumentation, which are being conducted in the in Professional Master's Degree in Letters – PROFLETRAS – National Postgraduate Program Stricto Sensu, in order to elucidate the teaching-learning strategies being developed in different educational environments. Considering that applied research begins with knowledge and theoretical analysis aimed at proposing a final product that can be used in the classroom practice, we are particularly interested in understanding how the complex task of working within the field of oral argumentation with basic education students has been approached. To



do so, based on a systematic literature review — articulated in five axes: (a) delimitation of research questions; (b) selection of databases; (c) development of search strategy; (d) selection of documents; (e) systematization of results — we sought to investigate the profile of research conducted with elementary school students, organized within the scope of the Professional Master's Program in Literature and aimed at developing argumentation in schools. We also decided to identify the products related to work with oral argumentation and determine which textual genres have been explored in research on oral argumentation. Since this is a bibliographic and exploratory research, we sought to interpret the collected data based on the principles of conversation analysis, textual linguistics, and rhetorical argumentation. The results demonstrate that dissertations and final papers mostly explore the genre of debate, in its various forms, as it is the most privileged among the materials available in the Capes database of dissertations and theses. This reinforces the existence of an open field for new investigations, both at a theoretical level, regarding the specificities of an argumentation type that combines verbal and non-verbal elements, and at a practical level, as there are many methodologies available for working with oral genres in contemporary society.

Keywords: Oral argumentation. Teaching-learning. Basic Education. Profletras.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma investigação iniciada durante o programa de Mestrado Profissional em Letras (doravante Profletras), que buscava inicialmente compreender como estavam sendo realizados os estudos de argumentação neste programa de pós-graduação *stricto sensu*. Nessa investigação, interessava-nos particularmente identificar quantitativamente os trabalhos com as vertentes argumentativas e os gêneros por meio dos quais os pesquisadores articulavam as intervenções da pesquisa.

Já nos estudos preliminares identificamos que as dissertações e os trabalhos finais exploram mais a vertente escrita – constamos um número de trabalhos que supera o dobro daqueles preocupados com a argumentação oral, de maneira que, por se tratar de uma modalidade ainda pouco explorada, estabelecemos como *corpus* estas pesquisas com a argumentação oral no âmbito do Profletras, a fim de entender os percursos seguidos pelos professores/pesquisadores no desenvolvimentos das competências argumentativas orais dos estudantes.

A fim de dar logicidade a nosso estudo, compreendemos a revisão sistemática como um adequado meio de pesquisa, por reunir cinco eixos que nos deram



subsídios à organização, que são: (a) delimitação das questões de pesquisa; (b) seleção de base de dados; (c) elaboração da estratégia de busca; (d) seleção dos documentos; (e) sistematização dos resultados (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 57).

As implicações decorrentes da carência de trabalhos que relacionem à argumentação oral aos usos que os estudantes são reclamados a fazerem por meio dos gêneros cotidianamente usados por eles fizeram com que este estudo ainda investigasse os recursos que estão sendo empregados nas estratégias de produção argumentativa ou análise argumentativa.

Conforme delinea Piris (2021), as práticas argumentativas são sociais e se dá na interação, de maneira que tomar como social o ensino de argumentação passa pela articulação entre uma produção de discurso que tenha sido realizada em situação concreta. Essa concepção também nos orienta a perceber como estes trabalhos finais contribuem para a prática social argumentativa na produção oral dos alunos.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do objetivo de explicitar as estratégias de ensino-aprendizagem que estão sendo desenvolvidas em diferentes ambientes escolares acerca da argumentação oral, este trabalho revisou os relatórios de pesquisa do Profletras que trataram da argumentação oral entre os anos de 2013 e 2023 (até 30 de maio).

Para a articulação dos cinco eixos desta revisão sistemática, inicialmente foram delimitadas as questões de pesquisa, a saber: (a) Quantos relatórios de pesquisa tratam da argumentação oral no Programa de Mestrado Profissional em Letras – Profletras?; (b) Quais gêneros textuais têm sido relacionados ao estudo de argumentação oral?; (c) Quais produtos de ensino têm sido usados pelos pesquisadores no trabalho com argumentação oral?

Em seguida, foi definido como base de dados o repositório do Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, no qual foi inserida a palavra-chave “argumentação”. Das filtragens que a plataforma eletrônica oferece, foram selecionados ainda (a) Grau Acadêmico: Mestrado Profissional; (b) Ano/período



de publicação: 2013 a 2023; (c) Grande área de conhecimento: Linguística, Letras e Artes.

A combinação dos termos e filtragens resultaram em 158 resultados, dos quais fizemos uma análise dos resumos a fim de constatar quais atendiam aos critérios de inclusão, que definimos como: (a) data de publicação entre 2013 e 2023; (b) estudo trata da argumentação oral; (c) trabalho realizado no âmbito do Profletras; (d) qualidade do resumo. A exclusão dos trabalhos se deu pela negação aos critérios de inclusão. Com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 24 relatórios de pesquisa, dos quais fizemos as análises pretendidas, conforme explicitamos no capítulo subsequente.

2 RESULTADOS

As dissertações e teses dispostas na tabela a seguir correspondem às que atenderam aos critérios e por meio das quais foi possível investigar como têm ocorrido os trabalhos com a argumentação oral no Profletras, considerando se tratar de um programa voltado à argumentação básica.

	IES	ANO	AUTOR	TÍTULO
1	UENP	2023	AQUINO, Carolina Ribeiro de	Ensino da oralidade por meio do gênero textual debate público regrado
2	UNESP	2021	MORAES, Rosemeire Lozano de	Práticas de oralidade: o gênero debate e a argumentação através das fábulas
3	UFU	2020	ROSA, Maria do Livramento Gomes.	Oralidade e ensino: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de língua portuguesa
4	IFES	2019	SCALZER, Jocelene Broetto	Ensinar argumentação oral por meio de temas de novela
5	UFPE	2019	FABRÍCIO, Karla Michelly dos Santos	Oralidade e argumentação em sala de aula: Uma proposta metodológica para o ensino fundamental através do gênero comentário
6	UPE	2018	SILVA, Evandro Ferreira da	O ensino da argumentação oral por meio do debate regrado no ensino fundamental
7	UFMG	2018	SANTOS, Simone Albino da Silva	A vez e a voz dos adolescentes: Articulando a capacidade discursiva oral com a capacidade discursiva escrita
8	UFRPE	2018	MEDEIROS, Paula Wanessk Guimaraes	O debate regrado no desenvolvimento da argumentação escolar na modalidade oral da língua portuguesa
9	UFMG	2018	SILVA, Otoniel Inacio da	Os gêneros textuais como motivadores argumentativos para as práticas de oralidade no ensino fundamental II

10	UFS	2018	GAMA, Debora Cunha Costa	Oralidade e argumentação: Uma proposta de abordagem do gênero debate de opinião
11	UEPB	2018	GOMES, Edilma Marinho Ribeiro	Ensino do gênero oral textual/ discursivo debate: Estratégias argumentativas
12	UFS	2018	MONTEIRO, Alexandra Oliveira	Gênero discursivo seminário: Um objeto de ensino
13	UESC	2017	SANTOS, Valdinah Silva dos	O debate no ensino de argumentação: Reflexões e propostas para o componente curricular língua portuguesa
14	UNEB	2017	VIANA, Teresa Cristina Cardoso de Souza	Argumentação na oralidade: Uma proposta de ensino a partir dos gêneros diálogo argumentativo e debate
15	UFS	2016	ALVES, Roberto de Araujo	A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação
16	UERJ	2016	PINTO, Renata Soneghetti Cauper	A arte de argumentar por meio das modalidades oral e escrita no contexto escolar: Uma proposta de natureza interventiva
17	UNEB	2016	SANTOS, Maria Lucia Jesus de Oliveira dos	A oralidade na sala de aula com o gênero debate
18	UFMG	2016	PEREIRA, Francisca Rejane Silva	Leitura e produção de textos orais e escritos – uma proposta de atividades com ênfase na argumentação
19	UPE	2015	HORA, Alberto Felix da	Oralidade e Argumentação em foco: uma experiência didática com o gênero textual júri simulado
20	UFS	2015	RIBEIRO, Nadja Souza	Literatura em debate: Possibilidades para o desenvolvimento da capacidade argumentativa oral no 9º ano
21	UFPB	2015	OLIVEIRA, Fernando Alves de	Oralidade em sala de aula para além dos gêneros informais: Uma proposta interventiva com o gênero debate de opinião
22	UFRN	2015	NASCIMENTO, Carlos Bezerra do	Oralidade e Letramento: o debate em sala de aula
23	UFRRJ	2015	PINTO, Marinazia Cordeiro	Estratégias de ensino do gênero oral debate regrado público
24	IFES	2013	TIRADENTES, Magda Simone	Argumentação por meio de gêneros textuais orais: Uma proposta metodológica para o ensino fundamental II

Fonte: Elaboração própria.

3 DISCUSSÃO

Para Azevedo et al. (2023), as ações que distanciam o trabalho pedagógico com a argumentação no Ensino Fundamental desconsideram a multidimensionalidade do ato de argumentar como prática fortalecedora da democracia e o direito à argumentação dos estudantes.

Vistas a partir deste panorama, as estratégias didáticas em torno do trabalho com argumentação necessitam dialogar com a prática social e com a argumentação



em situações de interatividade, e não apenas por meio da escrita de redações dissertativo-argumentativas, já que isso despreza “a longa tradição da argumentação oral” (AZEVEDO et al., 2023, p. 100).

Embora se tenha conhecimento da relevância de inserir no processo de ensino-aprendizagem os estudos da argumentação oral, o quantitativo de trabalhos que centraliza esta vertente evidencia que o reconhecimento ainda não se traduz em pesquisas que deem conta da multidimensionalidade característica da argumentação oral e do espaço cada vez mais notável que a oralidade tem assumido.

A maior parte das pesquisas analisadas privilegiou o gênero debate – em suas várias especificidades – ao buscar suprir a carência dos estudos de oralidade relacionada à argumentação. E embora reconheçamos a relevância destas pesquisas, notamos que a lacuna se torna ainda mais acentuada quando refletimos sobre os gêneros para os quais as pesquisas de argumentação do Profletras ainda não associaram à argumentação oral.

Por outro lado, notamos que há muito o que ser explorado não só no que diz respeito a outros gêneros argumentativos, como também na leitura de textos argumentativos orais, de maneira que o contato inegável que os estudantes têm com opiniões variadas na internet muitas vezes acontece sem que eles empreguem procedimentos de análise que ponham à prova a veracidade do que é dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se nota, os estudos de argumentação oral nos relatórios de pesquisa do Profletras ainda são incipientes, de modo que as lacunas se encontram especialmente na ausência variação dos gêneros discursivos como meio de produção e leitura argumentativa, para além do gênero debate regrado. Entendemos que esta limitação implica na falta de abordagem da vertente argumentativa oral, o que incide em práticas de ensino insuficientes em lidar com as múltiplas situações sociais com as quais os alunos entram em contato cotidianamente.



Dado este contexto, compreendemos que os gêneros em torno dos quais são realizadas as intervenções nas pesquisas do Profletras necessitam refletir essas múltiplas realidades, de modo que sugerimos que futuros estudos investiguem novos âmbitos e cenários relacionados à argumentação oral, com a inclusão de novos gêneros discursivos argumentativos e práticas de leitura argumentativa oral.

Assim, é fundamental reconhecer que a argumentação oral ocupa um espaço ainda de desprestígio – notado pela carência de práticas de ensino – no espaço escolar. Em razão disso, entendemos que os estudos de oralidade argumentativa precisam ampliar o olhar para campos onde ainda há sombras.

REFERÊNCIAS:

ALVES, R. de A. **A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação**. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2016.

AQUINO, C. R. de. **Ensino da oralidade por meio do gênero textual debate público regrado**. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2023.

AZEVEDO, I. C. M. de; et al. **Dez questões para o ensino de argumentação na Educação Básica: fundamentos teórico-práticos**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

FABRÍCIO, K. M. dos S. **Oralidade e argumentação em sala de aula: uma proposta metodológica para o ensino fundamental através do gênero comentário**. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.

GAMA, D. C. C. **Oralidade e argumentação: uma proposta de abordagem do gênero debate de opinião**. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2018.

GOMES, E. M. R. **Ensino do gênero oral textual/discursivo debate: estratégias argumentativas**. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.



HORA, A. F. da. **Oralidade e argumentação em foco: uma experiência didática com o gênero textual júri simulado**. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, 2015.

MEDEIROS, P. W. G. **O debate regrado no desenvolvimento da argumentação escolar na modalidade oral da Língua Portuguesa**. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras, Garanhuns, 2018.

MONTEIRO, A. O. **Gênero discursivo seminário: um objeto de ensin**. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2018.

MORAES, R. L. de. **Práticas da oralidade: o gênero debate e a argumentação através das fábulas**. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

NASCIMENTO, C. B. do. **Oralidade e letramento: o debate em sala de aula**. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2015.

OLIVEIRA, F. A. de. **Oralidade em sala de aula para além dos gêneros informais: uma proposta interventiva com o gênero debate de opinião**. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Instituto de Ciências da Arte, Escola de Música, João Pessoa, 2015.

SANTOS, G. de N. **A argumentação na produção textual oral de alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública em Alagoas**. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal; Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

PEREIRA, F. R. S. C. **Leitura e produção de textos orais e escritos – uma proposta de atividades com ênfase na argumentação**. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2016.

PINTO, M. C. **Estratégias de ensino do gênero oral debate regrado público**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Seropédica, 2015.

PINTO, R. S. C. **A arte de argumentar por meio das modalidades oral e escrita no contexto escolar: uma proposta de natureza interventiva**. 289 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFLETRAS) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016.

PIRIS, E. L. O ensino de argumentação como prática social de linguagem. In: GONGALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes (Orgs.). **Estudos de linguagem, argumentação e discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2021.



ROSA, M. do L. G. **Oralidade e ensino: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de língua portuguesa.** Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SANTOS, M. L. J. de O. dos. **A oralidade na sala de aula com o gênero debate.** 305 f. Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado da Bahia, 2016.

SANTOS, S. A. da S. **A vez e a voz dos adolescentes: articulando a capacidade discursiva oral com a capacidade discursiva escrita.** 130 f. Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, V. S. dos. **O debate no ensino de argumentação: reflexões e propostas para o componente curricular língua portuguesa.** 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

SCALZER, J. B. **Ensinar argumentação oral por meio de temas de telenovelas.** 149 f. Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SILVA, E. F. da. **O ensino da argumentação oral por meio do debate regrado no Ensino Fundamental.** 203 f. Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, 2018.

SILVA, O. I. da. **Os gêneros textuais como motivadores argumentativos para as práticas de oralidade no ensino fundamental II.** 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2018.

TIRADENTES, M. S. **Argumentação por meio de gêneros textuais orais: uma proposta metodológica para o Ensino Fundamental II.** 86 f. Dissertação (ALVES, R. de A. A linguagem persuasiva das bordadeiras de Tobias Barreto no ensino da argumentação. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Letras, Vitória, 2016.

VIANA, T. C. C. de S. **Argumentação na oralidade: uma proposta de ensino a partir dos gêneros diálogo argumentativo e debate.** 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2017.



DE INGRESSANTES A CONCLUINTES/RECÉM-EGRESSOS: UMA INVESTIGAÇÃO EM RELAÇÃO A ARGUMENTAÇÃO, PROVA E DEMONSTRAÇÃO NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

João Carlos Caldato

Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Paracambi

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar a segunda etapa de uma ampla pesquisa, a qual está em andamento em um estudo de doutorado. A finalidade é investigar as concepções de (futuros) professores de Matemática em relação à argumentação, prova e demonstração, a fim de relacionar com os resultados observados na primeira etapa da pesquisa, quando os mesmos sujeitos eram licenciandos ingressantes. A importância de se investigar tais concepções se deve ao fato de que elas influenciam diretamente as escolhas e as práticas de ensino (bem-sucedidas ou não) em sala de aula. Os principais constructos teóricos que norteiam esta ampla pesquisa são: a tipologia de provas, os esquemas de provas, as funções da prova e a problemática entre provas que provam e provas que explicam. Espera-se que as experiências vivenciadas pelos (futuros) professores ao longo do curso de formação inicial tenham influenciado positivamente as problemáticas apontadas na primeira etapa da pesquisa.

Palavras-chave: Argumentação. Prova. Demonstração. Matemática.

Abstract: The objective of this text is to present the second stage of a wide research, which is in progress in a doctoral study. The purpose is to investigate the conceptions of (future) Mathematics teachers in relation to argumentation, proof and demonstration, in order to relate them to the results observed in the first stage of the research, when the same subjects were freshman undergraduates. The importance of investigating such conceptions is due to the fact that they directly influence the choices and teaching practices (successful or not) in the classroom. The main theoretical constructs that guide this broad research are: the typology of proofs, the schemes of proofs, the functions of the proof and the problem between proofs that prove and proofs that explain. It is expected that the experiences lived by (future) teachers throughout the initial training course have positively influenced the problems identified in the first stage of the research.

Keywords: Argumentation. Proof. Demonstration. Mathematics.



INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar a segunda etapa de uma ampla pesquisa, a qual está em andamento em um estudo de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A primeira parte da pesquisa, realizada durante o mestrado (CALDATO, 2018) no referido programa, investigou as concepções de ingressantes em cursos de Licenciatura em Matemática sobre argumentação, prova e demonstração. Essa etapa consistiu num estudo de campo (GIL, 2002) e os dados foram coletados por meio da aplicação presencial de um questionário, composto por sete questões, a uma amostra por conveniência, constituída por 78 participantes, de três instituições públicas de ensino superior localizadas na região Sudeste, no ano de 2017.

A segunda parte está sendo realizada com parte da amostra inicial, agora concluintes ou recém-egressos da Licenciatura, com o objetivo de comparar suas respectivas concepções em relação à mesma temática, em dois momentos extremos do curso de graduação. Nessa etapa, os dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas virtuais.

A partir disso, a pesquisa em andamento visa responder às seguintes questões: Quais as concepções de concluintes/recém-egressos de cursos de Licenciatura em Matemática sobre argumentação, prova e demonstração? Em que medida os cursos de formação inicial incentivam/preparam os (futuros) professores à prática de argumentação e provas para no/para o ensino de Matemática?

A importância de se investigar as concepções de futuros professores é porque elas influenciam diretamente as escolhas e as práticas de ensino (bem-sucedidas ou não) em sala de aula (KNUTH, 2002; THOMPSON, 1992). Particularmente, com relação às concepções sobre argumentação, prova e demonstração, como elas

[...] influenciam inevitavelmente tanto o papel como a natureza da instrução da prova matemática dentro de uma sala de aula de matemática, o conhecimento limitado neste aspecto pode suscitar sentimentos de incerteza e falta de confiança quando se trata de ensinar um conceito. (VARGHESE, 2009, p. 49, tradução do autor).



Além da introdução, este texto está organizado do seguinte modo: inicialmente é realizada uma problematização sobre argumentação matemática com base em documentos oficiais. Em seguida, uma breve descrição dos principais constructos teóricos que norteiam esta ampla pesquisa, que são: a tipologia de provas de Balacheff (1987, 1988) e os esquemas de provas de Harel e Sowder (1998, 2007); as funções da prova propostas por De Villiers (1990, 1999) e a problemática entre provas que provam e provas que explicam de Hanna (1990, 1995). Posteriormente, são apontados os resultados observados na primeira etapa da pesquisa. Por fim, as considerações finais, os agradecimentos e as referências.

1 A ARGUMENTAÇÃO MATEMÁTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A argumentação matemática vem ganhando cada mais destaque nos documentos oficiais que norteiam o ensino nas escolas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998a, 1998b) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

Em 1998, os PCN já apontavam para a importância da argumentação no Ensino Fundamental, ao orientar os docentes que

[...] no terceiro ciclo se trabalhe para desenvolver a argumentação, de modo que os alunos não se satisfaçam apenas com a produção de respostas a afirmações, mas assumam a atitude de sempre tentar justificá-las. Tendo por base esse trabalho, pode-se avançar no quarto ciclo para que o aluno reconheça a importância das demonstrações em Matemática, compreendendo provas de alguns teoremas. (BRASIL, 1998a, p. 71).

Deste modo, a apresentação e o desenvolvimento da argumentação aos alunos dos anos finais dos Ensino Fundamental (ou terceiro e quarto ciclos, em consonância com os PCN) são importantíssimos na prática docente, a fim de proporcionar a eles a oportunidade de ampliar e consolidar suas habilidades e competências referentes à argumentação e demonstração de resultados matemáticos no Ensino Médio. Essa abordagem visa auxiliá-los no desenvolvimento do raciocínio lógico, uma vez que

[...] a Matemática no Ensino Médio não possui apenas o caráter formativo ou instrumental, mas também deve ser vista como ciência,



com suas características estruturais específicas. É importante que o aluno perceba que as definições, demonstrações e encadeamentos conceituais e lógicos têm a função de construir novos conceitos e estruturas a partir de outros e que servem para validar intuições e dar sentido às técnicas aplicadas. (BRASIL, 1998b, p. 40-41).

Em 2018, "a argumentação entrou definitivamente no radar da Educação Básica brasileira ao ser relacionada como a competência geral número 7 da BNCC, documento normativo do ensino no Brasil" (AZEVEDO et al., 2023, p. 127). A descrição dessa competência é:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9).

Dentre as oito competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental descritas na BNCC, duas citam a capacidade de produzir argumentos convincentes:

2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

[...]

4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. (BRASIL, 2018, p. 267).

Em relação às cinco competências específicas de Matemática para o Ensino Médio, duas também remetem à argumentação:

3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

[...]



5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas (BRASIL, 2018, p. 531).

A partir da leitura e dos fragmentos extraídos dos PCN e da BNCC, é possível constatar que existe, ao menos no discurso, um incentivo à prática voltada ao uso de argumentação e provas na Educação Básica e que um dos principais objetivos da Matemática seria fomentar o raciocínio lógico e o pensamento crítico dos alunos. Mas será que na prática essas orientações são realmente exercidas? Tais competências são realmente desenvolvidas?

Ainda que não seja o foco deste texto responder a tais perguntas, acredita-se que o raciocínio argumentativo precisa estar presente nas salas de aula, em consonância com os documentos oficiais, e a única forma de garantir efetivamente que isso ocorra é por meio da formação e da prática docente. E é por esta razão que esta ampla pesquisa se direciona aos concluintes/recém-egressos de cursos de Licenciatura em Matemática, a fim de refletir sobre a importância desta temática na formação inicial desses (futuros) professores.

2 A TIPOLOGIA DE PROVAS E OS ESQUEMAS DE PROVAS

Na Língua Portuguesa, a palavra “prova” pode assumir diferentes significados, dependendo do contexto. Eis alguns exemplos: prova esportiva (competição); prova de química (teste avaliativo); prova de uma bebida (degustação); prova de um teorema (justificativa). Neste texto será problematizado o significado da palavra “prova” no campo da Educação Matemática à luz de Balacheff (1987, 1988) e de Harel e Sowder (1998, 2007).

De acordo com Balacheff (1987), existe diferença entre argumentação, prova e demonstração (ou prova matemática). A primeira noção, de argumentação, consiste num discurso (verbal ou não verbal) orientado, crítico e intencional, que visa tornar compreensível o caráter de verdade, de uma proposição ou de um resultado. As razões podem ser discutidas, recusadas ou aceitas. A segunda noção, de prova, se refere a uma argumentação legitimada por certa comunidade



e, uma vez que adquire uma dimensão social, é denominada prova no contexto considerado. Já a terceira noção se refere à prova situada no âmbito da comunidade matemática devido à particularidade da sua estrutura neste grupo social, pois é composta por uma sequência de afirmações articuladas segundo uma lógica dedutiva preestabelecida.

Além de problematizar tais noções, Balacheff (1988) elaborou uma tipologia de provas organizadas em prova pragmática e prova conceitual. A primeira se baseia na justificativa empírica, ou seja, por meio da observação, exemplos numéricos e simples desenhos. Já a segunda é caracterizada pela lógica matemática e em teorias que permitam a validação de uma propriedade. Com base nisso, o pesquisador destaca quatro principais níveis considerando os raciocínios e conhecimentos apresentados por estudantes ao elaborar uma justificativa: *empirismo ingênuo, experiência crucial, exemplo genérico e experiência mental*.

O empirismo ingênuo é baseado na observação, em que o aluno assume como verdade a conjectura de um enunciado através da verificação empírica de poucos e simples casos. Já na experiência crucial se utiliza um experimento particular para investigar a veracidade de uma proposição, mas com leves indícios de uma possível generalização. No exemplo genérico, elege-se um exemplo como representante da classe de objetos para explicitar as razões que validam a propriedade com o intuito de deduzir as características que representam essa classe. Por fim, a experiência mental se baseia no raciocínio lógico dedutivo para garantir a validade de uma propriedade de forma genérica (para toda a classe de objetos).

Por sua vez, Harel e Sowder (1998, 2007) estabeleceram a terminologia esquemas de prova, que resumidamente pode ser definido como argumentos convincentes, classificados em três categorias: *esquemas externos, empíricos e analíticos*. Sem pormenorizar, no esquema baseado em elementos externos (prova autoritária, prova ritual e prova simbólica) a convicção do indivíduo é influenciada por fatores externos ao problema. Esses fatores estão relacionados, por exemplo, ao uso de argumento de autoridade ou ao modo como ele é apresentado. Já o esquema empírico (prova indutiva e prova perceptiva) ocorre quando a validade de uma sentença é influenciada por evidências numéricas a partir da verificação de um



ou mais exemplos, ou através da percepção. E o esquema analítico (provas transformacionais e provas axiomáticas) é identificado por apresentar três características essenciais: generalidade, pensamento operacional e dedução lógica.

Em Caldato e Nasser (2022) é possível observar uma articulação entre a tipologia e os esquemas de provas, com destaque para as principais semelhanças e também diferenças.

3 A FUNÇÕES DA PROVA E A PROBLEMÁTICA ENTRE PROVAS QUE PROVA E PROVAS QUE EXPLICAM

De Villiers (1990, 1999) descreve algumas funções da prova com base na tese de doutorado de Bell (1976). Para o pesquisador, uma prova pode assumir o papel de:

- Verificação (validar uma afirmação);
- Explicação (esclarecer as razões de uma afirmação ser verdadeira);
- Sistematização (organizar os vários resultados em um sistema dedutivo de axiomas, definições, proposições e teoremas);
- Descoberta (descobrir/inventar novos resultados);
- Comunicação (transmitir o conhecimento matemático);
- Desafio intelectual (satisfação pessoal).

Contudo, nem todas as funções da prova são essenciais para o ensino da argumentação na Educação Básica e por isso não devem receber a mesma importância na prática docente (DE VILLIERS, 1990). Gila Hanna defende que na Educação Matemática a principal função da prova é de explicação enquanto na Matemática acadêmica seria de verificação. “Por esta razão, a prova não deve ser realizada em sala de aula como um ritual, visando vagamente refletir a prática matemática, mas sim como uma atividade instrutiva e significativa” (HANNA, 1995, p. 47, tradução do autor).

Diante deste contexto, Hanna (1990, 1995) apresenta uma distinção entre *provas que provam* (apenas mostram que o resultado é verdadeiro) e *provas que*



explicam (não apenas mostram, mas também fornecem uma lógica baseada nas ideias/propriedades matemáticas que justificam as razões de ser verdadeiro). Para exemplificar, considere uma prova por indução ou por redução ao absurdo, a qual tende a validar que o resultado é verdadeiro, mas não explica tais razões.

Em consonância com Hanna (1995), acredita-se que os professores, especialmente da Educação Básica, devem optar sempre que possível pelas provas explicativas e considerar a Geometria um campo fértil para apresentar esse tipo de prova aos alunos. É importante destacar que não existe um padrão para elaborar uma prova explicativa. De acordo com Hanna (1995), esse tipo de prova pode envolver diferentes estratégias como, por exemplo, um padrão ou ainda uma representação visual, como é observável ao longo do livro de Nelsen (1993), intitulado *“Proofs Without Words”* (Provas sem palavras).

Entretanto, acredita-se que não basta o docente optar pelas provas explicativas, sem levar em consideração outros fatores, tais como a linguagem utilizada, os conhecimentos prévios dos alunos e o nível de escolaridade.

4 OS RESULTADOS OBSERVADOS NA PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa, que consistiu numa dissertação de mestrado (CALDATO, 2018), teve como objetivo investigar as concepções de 78 ingressantes em cursos de Licenciatura em Matemática sobre argumentação, prova e demonstração.

Os resultados evidenciaram um conhecimento limitado por parte dos licenciandos ingressantes a respeito das funções da prova (DE VILLIERS, 1990; 1999) e que a simples aparência do argumento associada à linguagem algébrica, muitas vezes, é suficiente para convencê-los, ainda que seja logicamente contraditória (CALDATO; NASSER, 2022). Ademais, emergiu das concepções dos ingressantes uma contradição entre a preferência e a noção de prova matemática admitida pela maioria deles com o modo utilizado para validar conjecturas.

Em vista disso, constatou-se que, em geral, a amostra associa tanto “demonstração” quanto “prova” ao significado de validar algo, apesar de que, muitos dos participantes, assinalam a necessidade de verificar uma afirmação por



meio de exemplos, mesmo depois de prová-la. Isto é um indicativo de que uma demonstração nem sempre é suficiente para persuadir o licenciando sobre a veracidade de um enunciado.

Constatou-se ainda que, em geral, os participantes envolvidos preferiam as justificativas mais “formais”, àquelas que se enquadram na prova conceitual (BALACHEFF, 1988) e no esquema de prova analítica (HAREL; SOWDER, 1998; 2007), ainda que, na prática, a maioria deles não sabia como desencadear uma argumentação lógica e não dominava as técnicas de prova, como, por exemplo, o Princípio da Indução Finita.

A partir dos resultados observados na primeira etapa da pesquisa, conjecturou-se que o ensino de Matemática, especialmente na Educação Básica, privilegia mais os procedimentos em detrimento da compreensão dos conceitos. Por esta razão, uma das implicações do estudo foi defender que os cursos de formação inicial devem proporcionar, aos futuros professores, a oportunidade de conceber a temática da argumentação e provas como um recurso metodológico a ser utilizado em sala de aula, a fim de criar um ambiente favorável ao uso de atividades exploratório-investigativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados observados na primeira etapa da pesquisa, emergentes das concepções dos ingressantes, suscitaram novas inquietações, dentre elas, a possibilidade de continuar a pesquisa quando os mesmos sujeitos estivessem próximos a concluir ou concluído o curso de Licenciatura em Matemática.

A partir dessa inquietação, esta ampla pesquisa consiste em investigar as concepções dos mesmos sujeitos em dois momentos extremos de sua formação inicial: ao ingressarem e ao concluírem o curso de graduação. Acredita-se que este estudo pode trazer significativas contribuições para a pesquisa em Educação Matemática, não somente no que diz respeito à temática de argumentação e provas, mas também com relação a outros fatores que permeiam a formação inicial de professores, tais como currículo, avaliação, evasão.



Espera-se, agora, que as experiências vivenciadas pelos (futuros) professores ao longo da formação inicial tenham influenciado positivamente as problemáticas apontadas na primeira etapa da pesquisa, ainda que Thompson (1992) evidencie que modificar as concepções durante a graduação não se trata de uma tarefa simples.

AGRADECIMENTOS

O autor manifesta os mais sinceros agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento e incentivo a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, I. C. M.; SANTOS, M. F.; CALHAU, S. P. J.; LEAL, V. C.; PIRIS, E. L. **Dez questões para o ensino de argumentação na Educação Básica**: fundamentos teórico-práticos. Prefácio de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Campinas: Pontes, 2023.

BALACHEFF, N. Processus de preuve et situations de validation. **Educational Studies in Mathematics**, n. 18, p. 147-176, 1987.

BALACHEFF, N. Aspects of proof in pupil's practice of school mathematics. In: D. PIMM (Ed.), **Mathematics teachers and children**. London: Hodder and Stoughton, 1988, p. 216-235.

BELL, A. W. A study of pupils' proof-explanations in Mathematical situations. **Educational Studies in Mathematics**, v. 7, n. 1-2, p. 23-40, 1976.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, MEC/SEB, 2018.

CALDATO, J. **Argumentação, prova e demonstração**: uma investigação sobre as concepções de ingressantes no curso de Licenciatura em Matemática. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.



CALDATO, J. C.; NASSER, L. Interpretando e avaliando argumentações: uma análise com licenciandos ingressantes de Matemática. **VIDYA**, Santa Maria-RS, v. 42, n. 2, p. 25-44, jul./dez., 2022.

DE VILLIERS, M. The role and function of proof in mathematics. **Pythagoras**, n. 24, p. 17-24, 1990.

DE VILLIERS, M. **Rethinking proof with Geometer's Sketchpad**. Emeryville/CA: Key Curriculum Press, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

HANNA, G. Some Pedagogical Aspects of Proof. **Interchange**, v. 21, n. 1, p. 6-13, 1990.

HANNA, G. Challenges to the importance of proof. **For the Learning Mathematics**, v. 15, n. 3, p. 42-49, 1995.

HAREL, G.; SOWDER, L. Students' proof schemes: Results from exploratory studies. In: SCHOENFELD, A.; KAPUT, J.; DUBINSKY, E. (Ed.), **Research in Collegiate Mathematics Education III**. Providence/RI: American Mathematical Society, 1998. p. 234-283.

HAREL, G.; SOWDER, L. Toward Comprehensive on the Learning and Teaching of Proof. In: LESTER, F. (Ed.), **Second Handbook of Research on Mathematics Teaching and Learning**. Reston/VA: National Council of Teachers of Mathematics, 2007.

KNUTH, E. J. Teachers' conceptions of proof in the context of secondary school mathematics. **Journal of Mathematics Teacher Education**, v. 5, p. 61-88, 2002.

NELSEN, R. B. **Proofs Without Words: Exercises in Visual Thinking**. 1 ed. USA: The Mathematical Association of America, 1993. 152 p.

THOMPSON, A. G. Teachers' beliefs and conceptions: a synthesis of the research. In: GROUWS, D. A. (Ed.), **Handbook of Research in Mathematics Teaching and Learning: a project of the National Council of Teachers of Mathematics**. Reston/VA: NCTM, 1992.

VARGHESE, T. Concept maps to assess student teachers' understanding of mathematical proof. **The Mathematics Educator**, v. 12, n. 1, p. 49-68, 2009.



A CONSTITUIÇÃO DE CATEGORIAS DE ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA

João Paulo Attie
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: No contexto da argumentação no ensino de matemática, os termos explicação e justificativa são conceituados e diferenciados por autores como Duval, Balacheff e Sales, por exemplo. Com base nestes, podemos apontar que o aspecto explicativo de uma argumentação tem ênfase no esclarecimento, sem necessariamente ter o objetivo de uma fundamentação lógica, enquanto a justificativa, por outro lado, implica necessariamente uma defesa de um ponto de vista. Assim, quem explica pode ou não justificar, mas quem se propõe a justificar terá, necessariamente, que recorrer a uma explicação. A partir desse estudo, apontamos a constituição de duas categorias de argumentação, a argumentação explicativa, vinculada a práticas que privilegiam a apresentação de conteúdos com fórmulas prontas, sem contextualizações históricas e/ou justificativas plausíveis, limitando o aluno à incumbência da mera reprodução dos procedimentos realizados pelo professor e a argumentação justificativa, que apresenta razões que garantem a validade e fundamentam conceitos e procedimentos matemáticos.

Palavras-chave: Argumentação. Ensino de Matemática. Argumentação Explicativa. Argumentação Justificativa.

Abstract: In the context of argumentation in mathematics teaching, the terms explanation and justification are conceptualized and differentiated by authors such as Duval, Balacheff and Sales, for example. Based on these, we can point out that the explanative aspect of an argumentation has an emphasis on clarification, without necessarily having the objective of justifying, while justification necessarily implies a defense of a point of view. Thus, whoever explains may or may not justify, but whoever proposes to justify will necessarily have to resort to an explanation. From this study, we point out the constitution of two categories of argumentation, the explicative, linked to practices that favor the presentation of contents with ready-made formulas, without historical contexts and/or plausible justifications, limiting the student to the task of the mere reproduction of procedures carried out by the professor and the justificative, which presents reasons that guarantee the validity and substantiate concepts and procedures.

Keywords: Argumentation. Mathematics Teaching. Explicative Argumentation. Justificative Argumentation.



INTRODUÇÃO

No contexto do ensino, o conceito de argumentação se reveste de especial importância, particularmente após a publicação da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (BRASIL, 2018), que defende, em uma de suas competências gerais que

os discentes devem argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 09).

Dentro dos processos de análise da argumentação, contudo, há vários modelos teóricos possíveis, entre os quais podemos citar os modelos da lógica proposicional e o modelo de Toulmin. O primeiro modelo aponta que um argumento é uma proposição¹ composta com termos finitos, com a forma: $(P1 \wedge P2 \wedge \dots \wedge Pn) \rightarrow Q$ e que um argumento pode ser considerado válido se a implicação acima for uma tautologia, ou seja, em todas as linhas da tabela verdade correspondente o valor lógico seja V.

Entretanto, nem tudo o que é afirmado em nosso cotidiano e, especialmente, no meio escolar, pode ser tratado como uma proposição lógica, o que limita enormemente a análise nesse contexto. Esse fato ocorre principalmente pela necessidade de que uma proposição, para que assim seja chamada, deva obedecer aos três princípios fundamentais, como já afirmamos, mas também porque existem diferenças importantes entre a linguagem lógica e a linguagem natural.

¹ Uma proposição P é uma sentença afirmativa que satisfaz a algumas propriedades, os chamados Princípios Fundamentais da Lógica:

- i) Tudo é idêntico a si mesmo (princípio da identidade). A partir disso, podemos afirmar, por exemplo, que "A é igual a A", e que "B é igual a B";
- ii) Toda proposição deve ser verdadeira ou falsa e apenas isso (princípio do terceiro excluído) e, a partir desse princípio, uma série de afirmações deixa de fazer parte do conjunto de proposições, pois não podem ser classificadas nem como verdadeiras nem como falsas.
- iii) Nenhuma proposição pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo (princípio da não contradição), o que, evidentemente, exclui quase todas as afirmações subjetivas do conjunto das proposições.



Outro modelo de análise de argumentos é proposta por Toulmin, no livro “Usos do Argumento” (2001), no qual se discute a abrangência dos modelos da lógica clássica e aristotélica na análise de argumentos do dia a dia, no que se refere à solidez, à força e ao caráter conclusivo desses argumentos. A elucidação dessas questões são dadas ao analisar quais partes de um argumento independem da área de conhecimento em que é apresentado, e tais elementos são ditos “campo independentes”, da mesma forma que os elementos que dependem intrinsecamente da área de conhecimento são os ditos “campo dependentes”. O autor conclui que a estrutura base de um argumento é Campo Independente, e que, em sua forma básica, é configurada com os seguintes elementos: a partir de um dado (D), já que temos a justificativa (W), fundamentada em um apoio (A), podemos concluir (C), a não ser que sejam apresentadas condições de refutação (R).

Em relação ao contexto das aulas de matemática, ponderamos que o modelo da lógica clássica não se mostra adequado, pelas evidentes limitações de seu universo. Já no caso específico da aprendizagem de matemática, consideramos que o modelo de Toulmin pode ser utilizado com grande eficácia, pois pode abranger relações cotidianas de forma mais realista, como apontam vários estudos (Dantas, 2010; Carmo, 2015; Campos, 2018; Lima, 2018). Como nossa opção é pela análise da argumentação no ensino de matemática, consideramos a necessidade de outro modelo de análise, com enfoque relacionado à visão do professor e/ou do livro didático. Assim, nos detivemos nos conceitos de explicação e de justificação, que fundamentam a constituição das categorias de argumentação.

1 EXPLICAR E JUSTIFICAR

Nesse contexto, o da argumentação no ensino de matemática, os termos explicação e justificativa são por vezes tratados como sinônimos, pois há autores que não fazem a distinção conceitual entre essas expressões, e Olerón (1977) e Arzac (1992), por exemplo, consideram explicar como o mesmo que justificar. Com o objetivo de delimitar o alcance, o significado e as eventuais diferenças



entre esses termos, foi realizado um estudo bibliográfico em alguns autores, nos detendo principalmente em Duval (1993), Balacheff (2000) e Sales (2010).

Para Balacheff (1988), a *explicação*, situada no nível de quem a profere, tem por finalidade tornar inteligível ao espectador a verdade de uma proposição que já foi adquirida por aquele primeiro. Assim, o discurso explicativo tem por base a linguagem natural, e, nesse caso, a validade de uma proposição é estabelecida e garantida através dos conhecimentos do locutor e de sua delimitação acerca da verdade.

Na perspectiva de Duval (1993), uma argumentação leva, necessariamente, ao ato de *justificar* sendo que a produção dos argumentos incube-se de responder aos “porquês” das questões e, nessa perspectiva, a justificação atende ao requisito de ir além de respostas com simples afirmações, mas fornecendo e articulando razões para elas. A validação de um argumento, de acordo com o autor, baseia-se em dois critérios: o da relevância – leva em consideração o conteúdo da afirmação, bem como da justificativa – e da força – referindo-se à sua resistência a contra-argumentos e à positividade de seu valor epistêmico, em relação ao auditório.

A partir desses conceitos, Sales (2010) aponta que as características que devem distinguir e caracterizar cada tipo de argumento (explicativo ou justificatório) são duas, a racionalidade e intencionalidade empregadas nos processos argumentativos. Reiteramos assim, a perspectiva dos autores, para os quais, enquanto a explicação pressupõe um discurso com o objetivo de tornar aceitável uma proposição ou um resultado, a palavra justificativa compreende uma exposição das razões que os fundamentam.

2 CATEGORIAS DE ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA

Partindo do fato de que argumentação e argumento são conceitos diferentes, pois a argumentação explora e utiliza os argumentos (para validar práticas ou mudanças), e também das concepções de explicar e justificar, Attie (2016) configura duas categorias de argumentação presentes no ensino de matemática, sendo a primeira delas a Argumentação Explicativa,



utilizada quando se tenta convencer o aluno ao mostrar “como” se resolvem os problemas e questões da matemática. Desta forma, essa categoria de argumentação está imbricada ao uso de fórmulas e técnicas, quando o professor apresenta o conteúdo sem contextualizações históricas ou sociais e/ou sem justificativas plausíveis para a utilização dessas fórmulas e seu uso é frequentemente legitimado por respostas do tipo “é por definição” (ATTIE; KR PAN, 2020, p. 7-8).

Dessa forma, a argumentação explicativa expõe o funcionamento de um procedimento sem emitir valores ou estabelecer relações significativas para tal. Supondo um discurso prático, pretende assegurar a verdade de uma proposição por via unicamente da constatação. A Argumentação Justificativa, por outro lado, além de mostrar os passos do procedimento realizado, evidencia a fundamentação lógica que os asseguram. Por conseguinte, as ideias apresentadas são preliminarmente delineadas e sustentadas por fundamentos lógicos, capazes de legitimar as propriedades e os procedimentos. A finalidade dessa categoria é, para além do esclarecimento, tornar compreensível uma declaração ou uma ação e, assim, alcançar o convencimento.

Associando-as ao contexto de ensino da matemática, de um lado temos um tipo de argumentação, a explicativa, vinculada a práticas que privilegiam a apresentação de conteúdos de forma estanque, com fórmulas prontas, sem contextualizações históricas e/ou justificativas plausíveis, fazendo com que o aluno se limite à mera reprodução das etapas realizadas pelo professor. Em contrapartida, há outro tipo de argumentação, a justificativa, que fundamenta conceitos e procedimentos matemáticos e apresenta razões que garantem logicamente a sua validade. No segundo caso, “a credibilidade de um processo não fica à mercê somente da crença que o aluno tem na autoridade do docente” (NASCIMENTO, 2020, p. 58).

Entre os vários exemplos de como a utilização de cada uma das duas categorias se diferencia, trazemos um assunto que é o da divisibilidade. O critério conhecido afirma que um número natural é divisível, por exemplo, por 3, quando a soma dos algarismos que compõem o número é divisível por 3. Em uma investigação entre os onze livros apontados pelo Guia do Plano Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2016), Silva (2017) verificou que oito deles (72,7%) apresentam uma argumentação explicativa, pois apontam que esse critério ocorre “por definição”



ou o apresentam como válido a partir de apenas dois ou três exemplos. Uma argumentação justificativa, entretanto, deveria apontar uma fundamentação lógica para esse procedimento ser válido. Ao considerarmos, por exemplo, o número 3568, podemos escrevê-lo como

$$\begin{aligned}3568 &= 3000 + 500 + 60 + 8 = 3 \times 1000 + 5 \times 100 + 6 \times 10 + 8 \\&= 3 \times (999 + 1) + 5 \times (99 + 1) + 6 \times (9 + 1) + 8 \\&= 3 \times 999 + 3 \times 1 + 5 \times 99 + 5 \times 1 + 6 \times 9 + 6 \times 1 + 8 \\&= (3 \times 999 + 5 \times 99 + 6 \times 9) + (3 + 5 + 6 + 8).\end{aligned}$$

Como podemos observar, o primeiro parêntesis da soma, $(3 \times 999 + 5 \times 99 + 6 \times 9)$ representa um número divisível por 3, pois 999, 99 e 9 são divisíveis por 3, e assim, $3 \times 999 + 5 \times 99 + 6 \times 9 = 3 \times 3 \times 333 + 5 \times 3 \times 33 + 6 \times 3 \times 3 = 3 \times (3 \times 333 + 5 \times 33 + 6 \times 3)$, resultando em uma soma sempre divisível por 3. Logo, para 3568 ser um número divisível por 3, basta apenas verificar se o segundo parêntesis, a soma $(3 + 5 + 6 + 8)$, é divisível por 3. Como deve ser evidente, o processo será o mesmo se houverem mais casas além do milhar, pois, nesse caso, qualquer potência de 10 pode ser escrita como $(99 \dots 99 + 1)$, com essa quantidade de nozes variando de acordo com o expoente (SILVA, 2017, p. 11).

Como podemos observar, ao apresentarmos ao aluno uma base lógica para o conteúdo e para o algoritmo, é possível auxiliarmos sua compreensão do porque o procedimento é como é, incentivando o raciocínio e podendo superar um modelo de ensino baseado na memorização e na repetição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos que, ao utilizar a argumentação justificativa em seu procedimento didático, o professor não limita a sua aula a uma mera imitação de procedimentos. Ao contrário, ele busca clarificar os processos matemáticos e suas características, alicerçando os mesmos em justificativas válidas, que podem ser assimiladas pelos alunos e os conduzir para a aprendizagem e compreensão dos conteúdos, além de poder contribuir para que os alunos desenvolvam suas capacidades argumentativas. Por fim, observamos que sua utilização no processo de ensino ultrapassa a característica principal da primeira categoria, pois busca



apresentar não apenas “como” se faz, mas também, e principalmente, “porque” se faz daquela maneira.

Confirmando a defesa dessa categoria de argumentação, apontamos que até mesmo documentos oficiais afirmam que “a argumentação está fortemente vinculada à capacidade de justificar uma afirmação e, para tanto, é importante produzir alguma explicação, bem como justificá-la”, como sinalizam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática – PCN (BRASIL, 1997, p. 70), além de indicar a necessidade de “que os alunos não se satisfaçam apenas com a produção de respostas a afirmações, mas assumam a atitude de sempre tentar justificá-las” (*Idem*, p. 71). Mais recentemente, outro documento, a BNCC (BRASIL, 2018), estabelece a argumentação como uma das competências gerais², o que significa que, ao trabalhar com a matemática, ou em qualquer outra disciplina, os esforços pedagógicos devem estar direcionados para desenvolver, também, esta capacidade.

Em termos gerais, podemos dizer que, enquanto a argumentação explicativa é utilizada com a finalidade de apenas esclarecer e apontar os procedimentos (ou seja, mostrar “como” se resolvem os exercícios), a argumentação justificativa tem o objetivo não somente de elucidar, mas de convencer, ou seja, mostrar, além dos procedimentos, os processos que os fundamentam (isto é, mostrar, além do “como”, também o “porquê” de se resolver daquela maneira).

Evidentemente, defendemos como sendo indispensável para a formação de um cidadão crítico, autônomo e consciente, um ensino de matemática que se utiliza da argumentação justificativa, e não somente da argumentação explicativa.

REFERÊNCIAS

ARSAC, G. et. al. **Initiation au Raisonnement Déductif au Collège**. Lyon: Presses Universitaires, 1992.

ATTIE, J. P. Argumentação no Ensino de Matemática. *In*: Seminário Internacional de Estudos em Discurso e Argumentação, III, 2016. **Anais [...]**. São Cristóvão, 2016.

² Além das competências específicas da matemática relacionadas diretamente com a argumentação (competências 2, 4 e 6, que podem ser vistas em BRASIL, 2018, p. 246).



ATTIE, J. P.; KR PAN, C. M. Argumentação em Livros Didáticos de Matemática. **Interfaces Brasil/Canadá**, v.20, p. 1-20, 2020.

BALACHEFF, N. **Une Étude des Processus de Prueve em Mathématique chez des Élèves de Collège**. Thèse d'état. Grenoble: Université Joseph Fourier, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática / 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2016**. Brasília: MEC, 2016.

CAMPO, R. R. **Argumentação e Demonstração dos Alunos do Ensino Médio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARMO, A. B. **Argumentação matemática em aulas investigativas de física**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DANTAS, J. B. A **Argumentação Matemática na Resolução de Problemas de Estrutura Aditiva com Alunos de EJA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DUVAL, R. Argumenter, Démontrer, Expliquer: Continuïte ou Rupture Cognitive? **Petit X**, n.31, p. 37-61, 1992-1993.

LIMA, P. J. S. **Prática Argumentativa no Ensino de Matemática**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NASCIMENTO, E. S. **Argumentação no ensino de operações com números inteiros**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

OLÉRON, P. **Le raisonnement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

SALES, A. **Práticas Argumentativas no Estudo da Geometria por Acadêmicos de Licenciatura em Matemática**. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2010.

SILVA, R. C. R. **Argumentação no ensino de divisibilidade**. 2017. 31f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

TOULMIN, S. **Os usos do Argumento**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.



CIRO GOMES E A ARGUMENTAÇÃO PROBABILÍSTICA COMO PODER DE PERSUASÃO

Ana Luísa Alves Troccoli

Josimar Gonçalves Ribeiro

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Câmpus Rio Pomba

Resumo: Este estudo tem por objetivo realizar uma análise sobre a estrutura do argumento probabilístico utilizado por Ciro Gomes nas eleições para Presidente em 2022. Este trabalho justifica-se por apresentar as características da estrutura argumentativa desse político, devido à inquestionabilidade dos seus opositores no debate realizado na rede Bandeirantes em 28 de agosto de 2022. A metodologia consiste em uma abordagem qualitativa com objetivo explicativo de procedimento documental. O arcabouço teórico fundamenta-se no argumento probabilístico segundo Fiorin (2022), na persuasão consoante Aristóteles (2003) e a argumentação jurídica conforme Alexy (2001) e Toulmin (2001). O resultado exhibe o argumento probabilístico como estratégia de Ciro, uma vez que nas três respostas dadas, todas apareceram números. Conclui-se que a utilização desse argumento passou confiança por mostrar que está embasado em institutos fortes de conhecimentos irrefutáveis e mediante isso o oponente sente-se acuado e o ouvinte convencido do fato.

Palavras-chave: Persuasão; Argumento probabilístico; Número; Inquestionável.

Abstract: This study aims to perform an analysis on the structure of the probabilistic argument used by Ciro Gomes in the elections for President in 2022. This work is justified by presenting the characteristics of the argumentative structure of this politician, due to the unquestionability of his opponents in the debate held on the Bandeirantes network on August 28, 2022. The methodology consists of a qualitative approach with an explanatory objective of documentary procedure. The theoretical framework is based on the probabilistic argument according to Fiorin (2022), on persuasion according to Aristotle (2003) and legal argumentation according to Alexy (2001) and Toulmin (2001). The result shows the probabilistic argument as Ciro's strategy, since in the three answers given, all of them showed numbers. It can be concluded that the use of this argument passed confidence by showing that it is based on strong institutes of irrefutable knowledge and through this the opponent feels intimidated and the listener convinced of the fact.

Keywords: Persuasion; Probabilistic Argument; Number; Unquestionable.



INTRODUÇÃO

O período eleitoral de 2022 é o cenário onde se observa a tipologia argumentativa probabilística usada pelo candidato Ciro Gomes à Presidência da República Federativa do Brasil. Para ter relevância nesse decurso, o ex-governador do Ceará utilizou os números como ferramenta essencial de persuasão a fim de convencer, comover, argumentar apoiado a uma comunicação direta com o fim de envolver e direcionar o povo a aceitar sua perspectiva, ou seja, que ele seria o político ideal a ocupar o mais alto cargo do país. Diante disso, o problema que fundamenta este texto é que as afirmações com base em números proferidas pelo candidato à Presidência da República de Ciro Gomes ao longo do período eleitoral em 2022 são inquestionáveis.

Para compreender a estratégia de campanha usada pelo representante do Partido Democrático Brasileiro (PDB), este estudo apresenta três respostas de Ciro Gomes. Esses excertos foram coletados durante o debate televisionado pela rede Bandeirantes no dia 28 de agosto de 2022.

Este trabalho justifica-se por apresentar as características da estrutura argumentativa probabilística de Ciro Gomes que ao fazer uso dos números em seus discursos, as informações não eram questionadas. A estratégia baseada na lógica quantitativa era aplicada a fim de transmitir veracidade dos fatos mencionados.

Inserida nessa ambientação, torna-se indispensável sobreavisar que a escolha do político não teve cunho ideológico ou partidário. Não se entrará em discussão da veracidade dos argumentos, a índole do candidato e nem sequer será realizado um julgamento moral daquilo que foi defendido pelo escolhido. O único objetivo é realizar uma análise da estrutura do argumento probabilístico, que é a argumentação mais utilizada por Ciro Gomes, identificando assim, suas características para que o leitor possa compreendê-la.

Desse modo, a estrutura do texto foi dividida da seguinte forma: uma introdução, contextualizando o tema; o arcabouço teórico, com uma breve visita aos conceitos mais pertinentes para o trabalho; um percurso metodológico associado à análise das falas do candidato; e as considerações finais. Ademais desse trajeto,



há uma tabela indicando os tipos argumentativos concebidos em cada resposta do candidato durante o debate realizado na Band.

1. O TIPO ARGUMENTATIVO PROBABILÍSTICO DE CIRO GOMES

O argumento é uma declaração endereçada a um ouvinte com o intuito de assumir uma posição sobre algo. A construção desta proposta tem por finalidade expor o pensamento por meio do discurso a fim de persuadir o destinatário.

Para Fiorin (2020, p. 29) a argumentação “[...] é a tomada de posição contra outra posição”. Essa ação é de “natureza dialógica do discurso” e pode ser constituída por uma controvérsia, refutação, apoio, contestação, sustentação e contradição a uma determinada colocação.

O argumento probabilístico é fundamentado em uma lógica quantitativa, da qual se faz a utilização de números e dados para sustentar uma ideia. Nesse sentido, considera-se que essa afirmação constituída por números apresenta aspecto verídico e poder de convencimento para a grande maioria, pois está ancorada no princípio da não contradição, o que significa que algo não “pode ser” e “não ser” ao mesmo tempo, conforme Fiorin (2020, p. 144).

A exatidão dos números representa verdade na maioria das vezes para aqueles que ouvem. Esse aspecto pode ser verificado com o candidato Ciro Gomes, pois sempre que utilizou dessa estratégia não foi questionado e nem confrontado. Isso demonstra como o argumento probabilístico pode ser “[...] pautado pelo bom senso (FIORIN, 2020, p. 144)”.

Esses aspectos sobre a força dos números no discurso do ex-governador do Ceará serão verificados nas análises. Para ter ciência dessa dimensão de convencimento, o próximo segmento será enveredado pelos conceitos da persuasão.

2. A PERSUASÃO COMO FERRAMENTA DE CONVENCIMENTO

Expressar os pensamentos em relação a algo exige organização das ideias de forma lógica e conhecimento do conteúdo a ser relatado. Se a intenção dessa



menção seja convencer alguém, o indivíduo necessita apropriar-se dos conceitos da arte de persuadir. Para Cícero (1972), a persuasão está sustentada por duas vias: o convencimento e a comoção. A primeira, está relacionada à organização de argumentos com a finalidade de conduzir o outro a aceitar o seu ponto de vista. A última, destina-se a provocar emoções no ouvinte.

Para Aristóteles (2003), a persuasão, na obra *Retórica*, consiste na ação de produzir um discurso eficaz fundamentado em argumentos racionais, ou seja, lógicos. Esse processo para ser realizado, articula três elementos: o *éthos*, a forma como o orador produz os argumentos; o *páthos*, emoção vivenciadas pelo ouvinte ao contato com as informações proferidas pelo emissor; e o *lógos*, raciocínio sustentado pela razão na construção dos argumentos.

Esses três componentes são bem utilizados estrategicamente pelo candidato Ciro Gomes. Isso porque ao inserir números em seus discursos, ele expõe um *éthos* ciente de que os dados numéricos são irrefutáveis. Essa atitude provoca um *páthos* de estagnação, pois dificilmente ele será rebatido.

Contudo, essa habilidade em lidar com cálculos do ex-governador do Ceará, são características que podem ser correlacionadas com sua formação jurídica. Portanto, para entender alguns conceitos jurídicos, será visitada a argumentação jurídica ancorada às concepções de Alexy (2001) na próxima seção.

3. A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Afirmações lógicas assentadas em normas jurídicas, relevantes e plausíveis são os pilares de uma argumentação do campo legal. Esta área está ancorada em princípios e valores fixados no Direito e na Justiça conforme alega Alexy (2001, p. 225) sobre esse campo, ele “[...] pode ser de decisivo significado não só na interpretação da norma válida, mas também ao estabelecer sua validade.”

A tipologia argumentação jurídica está alicerçada na exigência de justificações racionais para a aplicação de proposições normativas. Para Alexy (2001), essa via alia-se aos discursos jurídicos que são compostos por variadas discussões jurídicas associadas às justificações internas ou externas. A primeira refere-se à construção das premissas de acordo com a legislação e princípios. Já a segunda,



baseia-se na “[...] justificção dessas premissas em questão (ALEXY, 2001, p. 225)”. Para isso, o autor apresenta seis grupos de regras e formas de justificção externa: interpretação, argumentação dogmática, uso de precedentes, argumentação geral prática, argumentação empírica e as formas especiais de argumentos jurídicos.

O caminho trilhado pelo candidato Ciro Gomes nos debates revela o uso de justificção apoiada na lógica ao usar números com o fim de que elas sejam “livres de contradições” (GALVÃO FILHO, 2011, p. 164). A tática transpassa a interpretação dos problemas reais e que suas proposições são favoráveis e assertivas à resolução.

Também são identificados, nas falas do candidato, aspectos da estrutura argumentativa de Toulmin (2001), de forma que o debatedor apresenta um conjunto de dados com base nas conclusões que deseja alcançar. Portanto, em sua argumentação são identificados como elementos do Padrão do Argumento de Toulmin (2001): Dados (D/ Fatos), Justificativas (J) e a Conclusão (C/ Apresentação).

Para compreender a linha de raciocínio do político em questão, será exposto no excerto a seguir o percurso metodológico. Neste segmento será possível verificar a fonte de extração dos dados analisados neste estudo.

4. PERCURSO METODOLÓGICO DE EXTRAÇÃO DOS DADOS NUMÉRICOS NOS DISCURSOS DE CIRO GOMES

A política é um dos campos onde ocorre as “[...] diferentes interações humanas e sociais” (CHIZZOTTI, 2014 p. 28) e o lugar que se pode extrair variadas “[...] interpretações do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele” (CHIZZOTTI, 2014 p. 28). Os números utilizados pelo candidato Ciro Gomes é um dado em que ele confere um sentido de veracidade. Devido a essa relevância de aceção depositada ao símbolo numérico, este estudo que se descreve nessas linhas se enquadra na abordagem qualitativa, já que as informações oriundas desses elementos recorrem [...] a intuição humana e à inferência interpretativa” (CHIZZOTTI, 2014 p. 28).



Em relação ao objetivo de pesquisa, este trabalho se adequa à classificação explicativa, pois o caminho trilhado como afirma Gil (2002, p. 42) “[...] identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” Ao detalhar as etapas, tem-se: primeiro, assistiu-se o debate televisionado pela rede Bandeirantes de televisão no dia 28 de agosto de 2022; em segundo, fez-se a transcrição das falas extraídas do discurso do ex-governador; em terceiro, identificou-se os números pronunciados nas declarações; em quarto, verificou-se a quantidade de repetições dos dados números; por último, buscou-se analisar qual seria o sentido e a intenção de utilização do quantitativo numérico. Portanto, ao longo da análise, será apurado a razão do uso.

O procedimento técnico é de cunho documental por se tratar de três respostas, extraídas de um debate. Isso porque, dessa forma, é criado um recorte que possibilita analisar de forma satisfatória a construção do argumento probabilístico com base nos dados apresentados. Assim, é possível compreender o contexto sem a necessidade de recorrer ao discurso completo. Esse material específico, já que os excertos foram selecionados pelas autoras deste trabalho não recebeu tratamento analítico anteriormente. Como afirma Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

Abaixo seguem as análises subdivididas por temática. Essa divisão se justifica por primar pela compreensão, uma vez que as respostas estavam diretamente relacionadas aos temas pré-determinados pela emissora de televisão ou pela indicação de um dos opositores.

5.1 ANÁLISE A RESPOSTA SOBRE A EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA

A primeira pergunta foi realizada pela jornalista Adriana Araújo, quando o debate marcava 1 hora e 14 minutos de seu início. A questão se referia aos planos de Ciro, caso eleito, para recuperar a educação pública em contexto pós-pandêmico. Na oportunidade, Ciro Gomes respondeu: *Porque o Ceará tem hoje a melhor educação pública do Brasil e eu modestamente ajudei a produzir isso, nós*



*temos todos os indicadores de avaliação, 79 das 100 melhores escolas públicas do Brasil[...] (GOMES, 2022).*¹

Aqui é possível identificar que o candidato aproveita da pergunta para fazer uma referência ao período que foi governador do estado do Ceará (entre 1991 a 1994) e o Estado expôs, segundo ele, grande desenvolvimento e melhoramento na área da educação. Assim, Ciro traz dados que comprovam sua afirmação, o que justifica o argumento probabilístico. Além desse tipo de argumento, demonstrar a população que ele é capaz de replicar o feito no Ceará, em todo país.

Portanto, outra característica identificada nas falas de Ciro Gomes, é que ele utiliza como fonte a construção argumentativa de Toulmin (2001). O motivo dessa afirmação é pelo fato do filósofo ser conhecido na área da argumentação jurídica e o candidato, além de político é advogado de profissão e professor de direito. Diante disso, é possível identificar em sua linguagem, detalhes que provem isso, conforme descrito por Alexy (2001, p. 82) o modelo de argumentação “[...] é empírico (ou descritivo), porque Toulmin chega às suas regras através de uma descrição da prática da argumentação racional”. O pensador cria sua tese para argumentação pautado em preceitos lógicos, no qual se parte de um dado D, já que J (Justificativa), logo, C (Conclusão).

Ao demonstrar isso a partir da última frase analisada por Ciro, tem-se que: O Ceará tem: (Dado) [...] *79 das 100 melhores escolas públicas do Brasil*, já que (Justificativa) *eu modestamente ajudei a produzir isso*, logo (Conclusão) *nós temos todos os indicadores de avaliação*.

5.2 ANÁLISE A RESPOSTA SOBRE O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A segunda pergunta realizada para o cearense foi de Felipe D’ávila, quando o debate marcava 1 hora e 31 minutos de seu começo. Na ocasião, o oponente inicia o contexto de sua questão, mas aparentemente não consegue concluí-la, mostrando nervosismo e despreparo do mesmo. Contudo, Ciro entende qual seria o questionamento de seu opositor e responde sobre como ter uma educação e ensino profissionalizante no Brasil, sem que isso comprometesse ou

¹ A citação direta está em itálico por ser a representação fiel da fala do candidato Ciro Gomes.



umentasse mais o gasto com educação no país. Como resposta, foi dito que: *É verdade que o Brasil tem hoje 18 de cada 100 garotos de 18 a 25 anos no ensino superior! Na Colômbia tem 42!* (GOMES, 2022)²

Nesse trecho da resposta de Ciro, novamente são empregados vários números, o que configura o argumento probabilístico. Para tanto, ele apresenta a proporcionalidade de alunos que frequentam o ensino superior no Brasil e na Colômbia, identificando que, se no Brasil 18 de 100 pessoas com faixa etária de 18 a 25 anos estão no ensino superior, na Colômbia a relação é de 42 para 100. Logo, ele induz o espectador do debate a acreditar que a educação colombiana é melhor que a brasileira ao embasar em dados.

5.3 ANÁLISE A RESPOSTA SOBRE O PLANO DE COBERTURA VACINAL

A jornalista Vera Magalhães foi a responsável por realizar a terceira pergunta ao candidato Ciro, às 2h, 9 min e 2 segundos de debate. Um dos questionamentos foi se haveria alguma relação entre a queda da vacinação no Brasil com a grande disseminação de notícias falsas divulgadas nos últimos anos. E por fim, Vera indaga ao Ciro quais estratégias ele iria utilizar visando a recuperar o Plano Nacional de Imunização. Nessa resposta, Ciro quase realiza uma fuga ao tema, pois inicia apresentando o cenário do Brasil atual, mas, quase ao final do seu tempo de fala, retorna ao proposto.

O trecho escolhido para a análise foi: 50 milhões de brasileiros em números redondos, vão envelhecer, daqui 15 a 20 anos [...] e não vão ter cobertura após aposentadoria. Nenhuma!³(GOMES, 2022)

Destarte, é notado que Ciro adota o argumento probabilístico ao apresentar o número de brasileiros (inclusive generalizando ao afirmar que são “números redondos”) que irão chegar na fase avançada e estarão sem cobertura de aposentadoria. Feito isso, dá a probabilidade do período que tal acontecimento irá ocorrer.

² A citação direta está em itálico por ser a representação fiel da fala do candidato Ciro Gomes.

³ A citação direta está em itálico por ser a representação fiel da fala do candidato Ciro Gomes.



6. MATERIAL ANALISADO

Ao analisar o debate presidencial da Band, realizado dia 28 de agosto de 2022, foi identificado que, ao longo dos debates, Ciro Gomes teve a oportunidade de responder cinco perguntas. Sendo elas realizadas pelos jornalistas: Adriana Araújo, Vera Magalhães e Leão Serva e pelos dois candidatos concorrentes: Jair Bolsonaro (Partido Liberal- PL) e Luiz Felipe d'Avila (Novo).

Dessa forma, para a melhor visualização, foi construída uma tabela, de seis linhas e três colunas que indicam: o candidato que realizou a pergunta, o tema de cada uma delas e a argumentação realizada pelo político cearense no momento da resposta e tréplica. Assim, será tipificada cada argumentação realizada e será visualizado que o artifício mais explorado por Ciro foi o escolhido para análise, o argumento probabilístico.

TABELA 1: Argumentação utilizada em cada resposta por Ciro Gomes

Candidato que realizou a pergunta:	Tema:	Argumentação utilizado na resposta:
Adriana Araújo	Educação	Apelo, Argumento Probabilístico, A fortiori
Felipe d'Avila	Educação	Argumento Probabilístico, A fortiori
Vera Magalhães	Cobertura Vacinal	Argumento Probabilístico, Apelo, A fortiori
Jair Bolsonaro	Ampliação de políticas a favor das mulheres	Argumento Probabilístico, <i>Argumentum ad Hominem</i>
Leão Serva	Armamento	Argumento Probabilístico

Fonte:Elaborada pelas autoras segundo FIORIN (2022).

Nessa lógica, conforme as informações inseridas na tabela, é possível identificar que foram utilizados alguns tipos argumentativos, tais como: apelo, a fortiori e *argumentum ad hominem*.

Contudo, apesar da utilização desses diversos artifícios argumentativos, o argumento probabilístico foi o mais empregado pelo candidato, sendo inclusive, utilizado mais de uma vez numa mesma oportunidade. Isso demonstra a intenção de usar os cálculos como dados irrefutáveis, principalmente em debates, devido



à dificuldade que os adversários encontrariam para pesquisar quando estivessem ao vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se identificável por fim, que o argumento probabilístico é estrategicamente bem empregado pelo candidato Ciro Gomes, visto que das três respostas analisadas no material recolhido, em todas foi utilizado pelo menos uma vez o argumento probabilístico. Dessa forma, o artifício escolhido pelo aspirante a Presidente da República passa confiança sobre aquilo que está sendo dito aos ouvintes, pois mostra que está fortemente embasado e ancorado em institutos de conhecimento. À vista disso, o oponente sente-se acuado e o ouvinte passa a ter respeito pelo político cearense.

Também é observada como característica marcante, após as falas do candidato que seus opositores não confrontam os dados apresentados. E uma das defesas possíveis para isso, é que, seus concorrentes desconhecem o assunto ou não tem confiança para realizar a contradição, visto que, de modo contrário eles teriam que apresentar fontes contrárias e provar que seus informes são verdadeiros. Além do próprio local (um debate), não ser um ambiente propício a pesquisar algo.

Portanto, ao retomar o problema deste estudo, o resultado das análises comprova que as afirmações do político, quando fundamentadas em números, são inquestionáveis. Diante dessa constatação, o objetivo de analisar a estrutura do argumento probabilístico usado por Ciro Gomes demonstrou a eficácia na estratégia de persuasão ao usar números nos debates, pois não houve refutações de seus adversários.

Além de tudo, o candidato é exímio debatedor, sente-se confortável diante das câmeras e tem argumentos que o convencem o telespectador de sua opinião. Basta se associar a esse fato para fazer seu oponente sentir-se desconfortável. E dessa maneira, Ciro se torna uma figura emblemática para análise, visando a aprender e entender um pouco de suas técnicas.



Em suma, a noção que é deixada a salvo para o leitor é que: é preciso buscar dados, haja vista que, como foi identificado ao analisar Ciro, eles podem ser por diversas vezes irrefutáveis. Portanto, tal característica é importante em momentos em que é exigido domínio e controle do ambiente, para ser possível convencer o outro de seu argumento.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy, 2001.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

Band Jornalismo. DEBATE NA BAND: PRESIDENCIAL 2022. **YouTube**, 28 de ago. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwdgWInmKI> Acesso em: 20 de out. de 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CÍCERO, M.T. **De oratore**. Paris: Les Belles Letres, 1972

FIORIN, J. Argumentação. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2022.

GALVÃO FILHO, Anizio Pires. **Colisão de Direitos Fundamentais, Argumentação e Ponderação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEONARDO, A. Como funciona a urna eletrônica brasileira? **Tecnoblog**, 2022. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-funciona-a-urna-eletronica-brasileira/> Acesso em: 28 de mar. de 2023.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



FATOR TEXTUAL DA INTENCIONALIDADE: A INTENÇÃO ARGUMENTATIVA DO TEXTO EM O SAMBA SAMBOU

Julio Teixeira de Souza
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de se inserir nas contribuições à teorização e análise textual. Seu existir justifica-se na assunção de tomada de posição a favor de um estudo sobre a intencionalidade e argumentatividade concentrado na composição textual, em afastamento a influências do “subjativismo”, especialmente, afeto à leitura/compreensão de textos. O quadro teórico trazido é tomado em movimento centrípeto, trazendo autores cujo estudo, de alguma maneira, converge para o interesse da Linguística Textual, cuja metodologia guia a nossa análise. Trouxemos como objeto de análise uma letra de samba-enredo e dela destacamos elementos linguísticos que sobressaíram na manifestação da intencionalidade e argumentatividade textual.

Palavras-chave: Linguística. Texto. Intencionalidade. Argumentatividade.

Abstract: This work has the objective of inserting itself in the contributions to theorization and textual analysis. Its existence is justified by the assumption of a position in favor of a study on intentionality and argumentativeness focused on textual composition, moving away from the influences of “subjectivism”, especially affection for reading/understanding texts. The theoretical framework brought is taken in centripetal movement, bringing authors whose study, somehow, converges to the interest of Textual Linguistics, whose methodology guides our analysis. We brought as an object of analysis a samba-enredo lyrics and from it we highlighted linguistic elements that stood out in the manifestation of intentionality and textual argumentativeness.

Keywords: Linguistics. Text. Intentionality. Argumentation

INTRODUÇÃO

A intencionalidade é um dos fatores de textualidade, a cujo compêndio deve-se inserir a argumentatividade. Classicamente, juntamente com a primeira, há a informatividade, a intertextualidade, situacionalidade, aceitabilidade, coesão e coerência formando os princípios constitutivos de qualquer texto. Cada produção textual contém uma intencionalidade que não é aquela do autor, nem mesmo a do interlocutor. Há a intenção do autor, a do leitor e a do texto, isso postulou Umberto Eco, em seu livro *Limites da Interpretação*. Neste momento, voltamos, no entanto, nossa atenção à última. Seguimos uma linguística textual que se



afasta dos descaminhos que tendências de subjetivação das compreensões e interpretações de texto estão pavimentando, voluntárias em buscar no autor o sentido que se deve ser depreendido do texto.

Reconhecemos, num complexo de intencionalidades, a existência da intenção do autor, do texto, do leitor, cabe, porém, a fim de um exercício linguisticamente textual, buscar verificar as intenções do texto, a despeito das intenções do autor e as do leitor, que são mais subjetivas do que objetivas. A essas últimas, a rigor, não temos acesso senão por um processo de análise psicológica dos interlocutores. Procurar acessar quais são as intenções do autor e do leitor no momento de contato com um texto não é de competência de uma linguística do texto. À Linguística do Texto compete, sobretudo, concentrar-se na análise dos sentidos decorrentes de uma composição textual.

Sabemos que existem textos estruturalmente argumentativos, com enunciados que mais explicitam do que escondem esse movimento. No entanto, há aqueles outros que, por essência, possuem seu viés de argumentatividade, que não se vê, fundamentalmente, nos termos de operadores e enunciados tipicamente argumentativos. Em sendo um texto um artefato cuja elaboração compreende uma certa margem de manobra para o locutor ver satisfeito seu ato de linguagem, ele é resultado de maneiras de dizer estrategicamente escolhidas. A opção que o locutor faz do como e com que dizer versa sobre a intenção argumentativa, no eixo da qual a intencionalidade do texto se movimenta.

Nossa empreitada consiste em contribuir com a reorientação do fator de intencionalidade, trazendo-o de volta para o texto e entrelaçando-o com a argumentatividade que cada texto possui segundo as suas mais variadas visadas. O eixo de encontro entre a intencionalidade e a argumentatividade está não no saber sobre o que diz o texto, mas sim no que ele quer dizer com o que diz, revelando sua intencionalidade fundida com sua orientação argumentativa.

A título de exemplificação do apanhado teórico que traremos como subsídio, elegemos um samba-enredo do carnaval do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Essa canção foi eleita para esse fim por ser uma obra linguístico-musical de uma escola de samba reconhecida pela sua tradição de fazer crítica (com irreverência) e sustentá-la argumentativamente, muitas vezes, por meio,



sobretudo, do uso da linguagem figurada. O posicionamento discursivo do samba-enredo veio com o fito de uma reflexão sobre a espetacularização dos desfiles das escolas de samba.

1. A INTENÇÃO DO TEXTO

Para o fim a que se destina a orientação do título dessa seção, podemos trazer, inicialmente, as considerações críticas de Guedes (2009) sobre uma questão que se figura na “psicologização” da compreensão e produção do texto. O autor, em suas orientações a respeito, especialmente, das aulas de produção textual, contempla um procedimento, segundo ele, de “barrar o psicologismo”. Lembra que não se deve buscar o que o texto quer dizer nas palavras do seu autor não registradas na materialidade textual ou não depreendidas dela.

Fazer algo diferente de buscar os sentidos no texto é desconsiderar a competência de autonomia que todo texto deve ter em relação a seu autor. Este não tem, necessariamente, seus traços contornados pelo texto; sua personalidade, ideologia, classe social etc. podem ser outras que não as do texto que produziu. Não se pode querer ver a pessoa do autor pelas marcas textuais de enunciação. Ainda que assim se queira vê-lo, somente, porém, pode assim ser sem a pretensão de ver-lhe refletida a face.

Em suas instruções de aula, Guedes (2009) ensina que um texto não deve ser compreendido como um artefato no qual e pelo qual se chega às reais intenções do autor. Temos de dizer que o *eu* do texto não é o sujeito social da comunicação; é um lugar enunciativo que um autor ocupa. Trata-se de um sujeito da linguagem que nela e por ela anima-se. Esse *eu* é um sujeito do discurso que o autor engaja para fazer valer sua intenção comunicativa, que, por vezes, pode não ser bem-sucedida, quando, então, diz não haver tido a intenção de enunciar a intenção que o texto enunciou.

As intenções do texto não são fiéis cúmplices das do autor. Para quem pensa diferente e no pensamento consta que o texto sempre revela a subjetividade de seu autor, que se mostra pelo que diz e como diz consciente ou, sobretudo, inconscientemente, a tomada de posição parte de outras áreas de estudo da linguagem, que têm seu lugar e valor. Com elas surge, muitas vezes, a necessidade



de se trazer à discussão entendimentos da área da Psicanálise, com vistas a defender a existência de um sujeito inconsciente que se revela nos textos cuja intenção é estranha ao sujeito consciente que o produziu. Trazer isso à tona é de interesse de linhas de estudo da linguagem que andam em comunhão as possibilidades de atravessamentos inconscientes nas maneiras do e no que dizer. Para uma linguística textual orientada, sobretudo, para e pelo texto, motivações extratextuais somente lhe dizem respeito se deixados seus vestígios no conjunto de possibilidades interpretativas que um texto oferece a partir do que traz explícita e implicitamente.

A Linguística Textual, nas palavras de Koch e Elias (2018, p. 13, grifo nosso), postula que “o uso da linguagem é regido pela intenção, entendida não como realidade psicológica, mas num sentido puramente linguístico: a intenção é determinada pelo sentido do enunciado, isto é, ela se deixa representar de determinada forma no enunciado, sendo, pois, linguisticamente construída.”

Informações biográficas do autor são questões que não devem ser ingredientes na interpretação de um texto, caso contrário devemos considerar textos com a peculiaridade de conhecermos-lhes o autor e outros de não conhecermos-lhes. Isso colocaria os textos em duas categorias: uma seria os textos com paternidade conhecida; outra seria a da desconhecida. É por isso que Barthes (2004) defende a morte do autor. Para ele (2004, p. 60),

Linguística acaba de fornecer para a destruição do Autor um instrumento analítico precioso, mostrando que a enunciação em seu todo é processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenchê-lo com a pessoa dos interlocutores: linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como ‘eu’ outra coisa não é senão aquele que diz ‘eu’: a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para ‘sustentar’ a linguagem.

A intenção que a linguística defende o texto comportar é aquela do sujeito da linguagem articulada no texto, não, portanto, se trata da previa intenção do autor. Charaudeau (2016) escreve que o sujeito do dizer, esse sujeito da linguagem chamado pelo francês de EJe é o lugar enunciativo responsável por enunciar, portanto, a pretensa intenção do comunicante.



A semiótica trazida pela compreensão de Eco (2015) harmoniza-se com a linguística que traz de volta o fator de intencionalidade para o texto. De acordo com esse teórico italiano (2015, p. 288), um texto adquire “uma espécie de independência semiótica e a intenção do seu enunciador pode tornar-se irrelevante à luz de um objeto textual”. Ainda, segundo o autor (2015, p. 283) da clássica obra cinematográfica *O nome da rosa*, “uma vez que o texto tenha sido privado da intenção subjetiva que estaria por trás dele, seus leitores não mais têm o dever, ou a possibilidade, de permanecerem fiéis a essa intenção ausente.”

Tal como o ausente nunca tem razão, como se diz popularmente de quem não está presente em uma discussão, a intenção do autor não pode ter razão de interferir na produção de sentido de um texto. Sendo assim, esperamos haver deixado compreensível que o fator de intencionalidade diz respeito ao texto, segundo a concepção de uma linguística textual. A intencionalidade que está por trás de todo texto (FIORIN, 2001) é atravessada pela argumentatividade que ele comporta e sobre cujo assunto iremos gastar algumas linhas adiante.

2. INTENÇÃO ARGUMENTATIVA

Nenhum texto escapa de uma dimensão argumentativa (KOCH & ELIAS, 2018). Mesmo aqueles tipologicamente não estruturados nos alicerces de operadores argumentativos contêm um direcionamento discursivo impulsionado pela orientação argumentativa do texto. Uma análise linguística do texto permite encontrar a argumentatividade nos efeitos derivados do conteúdo traduzido nos aspectos do dizer e do como fazê-lo. Ambos favorecem a compreensão do que se quer dizer com o dito, quando, então, podemos encontrar evidências da intencionalidade argumentativa do texto.

A argumentatividade é vista em “enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusões, com exclusão de outras.” (FÁVERO & KOCH, 2005, p. 52). Argumentatividade do texto é efeito de um ato político de seu autor. Isso porque, nas escolhas do que e do como dizer, reside uma finalidade comunicativa subjacente a todo ato de linguagem, qual seja: persuadir o interlocutor a aceitar a “verdade” enunciada no ato de linguagem.



A intenção argumentativa responde pela conclusão que se pode tomar do que se foi dito e pela maneira que se fez. Diante de mais ou menos possibilidades que um autor tem para compor seu dizer, a escolhida é sempre aquela que melhor atende à finalidade comunicativa (CAVALCANTE *et al.*, 2020). As informações trazidas, as silenciadas, as postas em realce, as colocadas no fundo, dizem respeito a como a intenção do texto quer ser reconhecida pelo interlocutor. São estratégias textuais verificadas no texto, sem que, para reconhecimento de tais, tenha-se de buscar explicação nas intenções do autor. Quanto a isso, Eco (2015, p. 85) manifesta-se que

no decorrer dessas complexas interações entre o meu conhecimento e o conhecimento que atribuo ao autor desconhecido, não estou especulando sobre as intenções do autor mas sobre a intenção do texto, ou sobre a intenção daquele Autor-Modelo que estou em condições de reconhecer em termos de estratégia textual.

Ducrot (2020) diz que a argumentação se denuncia como tal. “A argumentação, com efeito, muito diferente do esforço de persuasão, é para mim um ato público, não pode realizar-se sem se denunciar como tal.” (DUCROT, 2020, p. 196). O ato denunciatório da argumentação não se revela senão pelo direcionamento discursivo que encaminha trazendo elementos textuais que se significam dentro de uma formação discursiva assumida pelo posicionamento discursivo do locutor (CAVALCANTE *et al.*, 2020).

Um certo acontecimento do mundo é significado por mais ou menos variados posicionamentos discursivos, donde derivam discursos. Estamos aqui entendendo discurso nos termos de Souza (2021, p. 76), para quem,

quando há alguns enunciados tratando a mesma temática por pontos de vista distintos, podemos dizer se tratar de um discurso no sentido de que esse assunto está tomando vários cursos/lados. Quando não há a mesma concepção acerca de algo já significado, pode-se dizer que cada ponto de vista o ressignificou, o que pode levar a algum movimento de discursá-lo, isto é, de tê-lo em alguns cursos distintos. Discurso, nesse sentido, faz parte das práticas sociodiscursivas, a partir das quais um sujeito materializa seu ponto de vista em enunciados, consciente ou inconscientemente projetados e produzidos de modo a melhor expressá-lo e prosperar no objetivo comunicativo.

Os discursos, por essência, guardam intenções argumentativas que vão a favor de um posicionamento discursivo em lugar de outros possíveis. A noção de



intenções argumentativas se aproxima da de visada trazido por Charaudeau (2004, p. 5), guardadas as devidas especificidades conceituais.

As visadas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (enjeu) do ato de linguagem do sujeito falante e por conseguinte da própria troca linguageira. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal, mas evidentemente elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção; é necessário que o locutor e o interlocutor possam recorrer a elas. As visadas correspondem, assim, a atitudes enunciativas de base que encontraríamos em um grande corpus de atos comunicativos reagrupados em nome de sua orientação pragmática, mas além de sua ancoragem situacional. Os tipos de visada são definidos por um duplo critério: a intenção pragmática do eu em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao tu; a posição que da mesma forma tu deve ocupar.

A visada é uma intenção textual que um sujeito interno ao discurso assume por efeito da projeção linguageira que o locutor estabelece no seu ato de dizer, que, ao mesmo tempo, discursivamente, engaja um destinatário que é alvo dessa visada. A intenção de um comunicante materializa-se enunciativamente numa intenção textual, que engaja a intenção do seu destinatário idealizado, a qual pode ser aceita ou não pela pessoa interlocutora desse ato de linguagem.

Esse complexo de intenções deve ter como eixo o texto, organizado discursivamente a favor de determinada intenção argumentativa, com a qual se é capaz de conduzir o interlocutor. Essa intenção argumentativa deriva da composição textual, cujo conteúdo, que consiste no que quer dizer, é reflexo do que e do como se disse e faz-se, por seu turno, matéria de base para o direcionamento discursivo do texto.

3. O QUE QUER DIZER A SÃO CLEMENTE EM O SAMBA SAMBOU

Na teorização de seu enredo, temos que o assunto desenvolvido pela escola da Zona Azul é a espetacularização e exploração dos desfiles das escolas de samba por parte de artistas da e à busca da fama. A preto e amarelo do bairro de Botafogo diz, "novamente, em alto e bom som, que precisamos refletir sobre o futuro das escolas de samba." (LIESA, 2019, p. 11). A São Clemente posiciona-se



discursivamente no sentido de propor um “repensar a maneira como o dinheiro toma as decisões do carnaval.” (LIESA, 2019, p. 11).

A maneira como se diz é parte do conteúdo que expressa o que se quer dizer. As escolhas lexicais, os modos de organização do discurso, o contexto intratextual etc., entrelaçam-se em um discurso do e para a volta do carnaval tradicional na letra do samba-enredo da São Clemente. Busquemos agora interpretar e descrever como essa composição organizou-se em sua intenção e orientação argumentativa, com vistas a proceder a um direcionamento discursivo.

Eis abaixo a letra do samba-enredo:

Vejam só
O jeito que o samba ficou (e sambou)
Nosso povão ficou fora da jogada
Nem lugar na arquibancada
Ele tem mais pra ficar
Abram espaço nesta pista
E por favor não insistam
Em saber quem vem aí
O mestre-sala foi parar em outra escola
Carregado por cartolas
Do poder de quem dá mais
E o puxador vendeu seu passe novamente
Quem diria, minha gente
Vejam o que o dinheiro faz
É fantástico
Virou Hollywood isso aqui (isso aqui)
Luzes, câmeras e som (bis)
Mil artistas na Sapucaí
Mas o show tem que continuar
E muita gente ainda pode faturar
“Rambo-Sitores”, mente artificial
Hoje o samba é dirigido com sabor comercial
Carnavalescos e destaques vaidosos
Dirigentes poderosos criam tanta confusão
E o samba vai perdendo a tradição
Que saudade
Da Praça Onze e dos grandes carnavais
Antigo reduto de bambas
Onde todos curtiram o verdadeiro samba

Sabemos que os efeitos de sentido de um texto, sendo aquilo quer dizer, seu direcionamento discursivo, são beneficiários do texto como um todo, em sentido macroestrutural. Isso quer dizer, em outros termos, que as especificidades de



sentidos nas partes rendem-se para a composição do sentido total do texto. O enredo que a letra do samba-enredo vem discursar é intitulado *E o samba sambou*. É escusado lembrar que o título de um texto é a porta de entrada da expectativa que se abre com ele, ao passo que é também o inicial plano de leitura (FIORIN, 2001) que conduzirá a interpretação. Planos de leitura são possibilidades de interpretação que se atualizam ao longo do texto.

Ser conduzido pelos planos de leitura que um texto pode comportar auxilia o leitor no deslindamento das intenções do texto, que, atravessado por seu esquema argumentativo, torna-se elemento sígnico de persuasão. Estamos entendendo aqui persuasão em sentido amplo, como feito por Charaudeau (PAULIUKONIS, 2020), para quem persuadir é um objetivo maior seguido pela descrição, narração, argumentação etc.

O plano de leitura aberto pelo título *E o samba sambou* constitui-se de uma metáfora cujos efeitos vão se espraiando pelo texto. Fiorin (2001, p. 122) rediz que “uma metáfora, uma vez construída, pode estabelecer um plano de leitura metafórica para todo o texto.” O verbo *sambar* permite o sentido de algo “não dar certo”, como consta no dicionário elaborado por Bechara (2009, p. 799). Nesse sentido, o substantivo samba é personificado pelo verbo sambar, é o referente inicial da letra, é matriz pela qual se vai falando da espetacularização dos desfiles das escolas de samba.

De acordo com Fiorin (2001, p. 122), “metáfora é, então, a alteração de sentido de uma palavra ou expressão quando entre o sentido que o termo tem e o que ele adquire existe uma intersecção.” A letra do samba-enredo da São Clemente é apinhada de elementos metafóricos, que se destacam e assumem uma posição de destaque. Trazemos, a seguir, alguns exemplos: *fora da jogada; Carregado por cartolas; quem dá mais; vendeu seu passe; É fantástico; Virou Hollywood; Luzes, câmeras e som; Mil artistas na Sapucaí; o show tem que continuar; Rambo-Sitores*.

Dentro da ideia de figura e fundo da Gestalt, cujas contribuições foram recebidas pelos estudos da linguagem verbal, bem como da de fundo e relevo registrada por Eco (2015), temos que, na composição textual em análise, as metáforas destacaram-se na produção dos sentidos. Sintetizam a intenção do texto, ao tempo que servem como argumento para o que o texto quer dizer: qual seja: que



“o principal artista de festa, o sambista, vai tendo cada vez menos espaço diante da feroz competição.” (LIESA, 2019, p. 10). A linguagem figurada do texto dizendo-lhe a intencionalidade argumentativa sobressai em relação à linguagem denotativa, que, por seu turno, lhe garante a base.

Neste texto em análise, como em qualquer texto, em sua estrutura enunciativa, há uma intenção comunicativa e, por haver, é atravessado por uma dimensão argumentativa, por um grau de argumentatividade, que com a intenção do texto se constitui. A intenção não se sustenta por si só, é amparada por esquemas argumentativos que lhe alçam o direcionamento discursivo. Partindo do pressuposto da escolha do que e como dizer, figura-se a argumentatividade, na qual e pela qual se revela a intenção do texto, cuja verificação, por sua vez, revela o encaminhamento discursivo dele. O texto pode ser compreendido como uma unidade comunicativa que visa a atingir, de certa forma, seu interlocutor na maneira de ver o mundo significado linguisticamente. As chances de produzir no interlocutor os efeitos de sentido pretendidos variam a depender de alguns fatores, dentre os quais o potencial argumentativo engajado na e pela intenção do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na intencionalidade argumentativa do texto requer partir de pressupostos importantes para a linguística textual. Um pressuposto é reconhecer uma certa independência da intencionalidade do texto em relação à dos interlocutores; outra é tomar para si que operações argumentativas não se reduzem ao apontamento de elementos que se popularizaram nos estudos tradicionais de análise textual, em termos de textos tipologicamente argumentativos. Na verdade, a argumentatividade não é exclusividade de textos tipologicamente argumentativos, constitui-se um fator de textualidade.

Este trabalho teve como intenção de seu autor abordar o conceito de intencionalidade e argumentatividade à luz da perspectiva da linguística textual. Esperamos que a intenção do autor tenha sido refletida na obra. Se assim aconteceu, dela herdaremos uma contribuição aos estudos da linguagem que se



prestou a evidenciar a importância de se tomar como foco de análise os efeitos de sentido concentrados no comportamento verbal dos textos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. *In: O Rumor da Língua*. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, São Paulo: Pontes editoras, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Tradução de Renato de Melo. *In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.). Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. São Paulo, Pontes, 2020.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. Tradução: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 2005.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2001.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual: o ensino da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.

LIESA. **Livro Abre-Alas 2019, segunda-feira**. Disponível em: http://liesa.globo.com/material/materia2019/publicacoesliesa/___ABREALAS/Abre-Alas%20-%20Domingo%20-%20Carnaval%202019.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.



PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lin. *In*: DOMINGUEZ, Michelle G. Alonso; SEARA, Isabel Roboredo (org.). Maria Aparecida Lindo Pauliukonis entrevista Patrick Charaudeau. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 50, 2020.

SOUZA, Julio Teixeira de. **A semiolinguística e o samba-enredo**: teoria e análise. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.



ANÁLISE DOS PROCESSOS REFERENCIAIS E INTERTEXTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA MODALIDADE ARGUMENTATIVA POLÊMICA EM *FAKE NEWS* NO FACEBOOK

Kátia Regina Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Na perspectiva da Linguística Textual (LT), este artigo é parte de pesquisa de doutorado em andamento cujo objetivo é investigar como os processos de referência e intertextualidade são mobilizados estrategicamente na produção de fake news veiculadas em redes sociais para instituírem os traços característicos da polêmica. Como prática discursiva recorrente em redes sociais, estudos sobre fake news são urgentes, pois há um risco à democracia ao comprometer o acesso à informação. À luz dos postulados da LT em interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), a análise amostral pretende confirmar a hipótese de que, na medida em que os processos de referência e intertextualidade são mobilizados no texto nativo digital, são reveladas estratégias de construção de redes referenciais e intertextuais para produção de credibilidade nas fake news com flagrante valor argumentativo. Isso pode significar que há relação argumentativa entre os recursos referenciais e intertextuais que provocam a polêmica.

Palavras-chave: Fake news. Referência. Intertextualidade. Ambiente digital.

Abstract: From the perspective of Textual Linguistics, this article is part of an ongoing doctoral research whose objective is to investigate how referencing and intertextuality processes are strategically mobilized in the production of fake news broadcast on social media to establish the characteristic features of controversy. As a recurrent discursive practice in social media, studies regarding fake news are urgent, as there is a risk to democracy by compromising access to information. In the light of postulates of textual linguistics in interface with the Argumentation in Discourse, the sample analysis intends to confirm the hypothesis that, as the processes of referencing and intertextuality are mobilized in the digital native text, strategies of construction of referential and intertextual networks to produce credibility in fake news with flagrant argumentative value. This may mean that there is an argumentative relationship between the referential and intertextual resources that provoke controversy.

Keywords: Fake news. Referencing. Intertextuality. Digital environment.



INTRODUÇÃO

Embora a ação das notícias falsas não seja nova, a inovação vem das interações sociais em larga escala, especialmente pelas redes sociais, potentes meios de rápida proliferação de postagens que contam com recursos tecnodiscursivos para a construção de efeitos de sentidos pretendidos pelo locutor e o incentivo à interação por parte do interlocutor. Visando contribuir para a minimização dos efeitos nocivos da disseminação de *fake news*, estudiosos das ciências de engenharia computacional e social (*cf.* SHU *et al.* 2017; MUSTARAJ, METAXAS, 2017), se debruçaram para descrever e compreender essa prática de comunicação. Contudo, investigações no campo da LT, de perspectiva sociocognitiva discursiva, são escassas ainda. Desse modo, este artigo pretende contribuir com estudos à luz da LT para a análise de *fake news*.

Desse modo, o problema proposto para investigação foi perceber de que maneira, por meio de um critério de análise ecológica (PAVEAU, 2017), processos referenciais e intertextuais são mobilizados em *fake news* como estratégias argumentativas para instituírem os traços característicos da polêmica. Para responder a essa questão, assumimos um posicionamento pós-dualista (PAVEAU, 2017) e propomos que a modalidade polêmica (AMOSSY, 2017) é atualizada num processo encenado de coconstrução de sentidos entre interlocutores humanos e/ou não humanos, por modos distintos e tecnodiscursivos, na interdependência de um conjunto de aspectos tecnolinguageiro. A análise foi empreendida à luz dos postulados da LT de base sociocognitivo-discursiva em interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD).

1 O COMPLEXO CONCEITO DE *FAKE NEWS*

Diante do contexto político contemporâneo em que o termo *fake news* é convocado para definir quaisquer enunciações que firam determinada pessoa e/ou tudo ligado a ela (crença, valor, empresa, imagem etc.), tomamos o desafio complexo de delimitar o que é *fake news* no âmbito deste artigo. Para isso, elegemos a classificação tipológica feita por Wardle (2017) para reflexão.



Na tentativa de refinar os tipos de conteúdo enganoso do ecossistema das informações, Claire Wardle (2017) classificou sete tipos de *fake news*, sendo cinco delas descritas a partir do teor textual; uma, em relação ao contexto e a última trata da falsa conexão entre o texto e seus outros elementos. No que se refere ao teor textual, há os textos com intenção de prejudicar, como o de **conteúdo enganoso**, que, mentindo, usa informações falsas para prejudicar determinado alguém; o de **conteúdo impostor**, que faz menção enganosa a fontes legítimas; o de **conteúdo fabricado**, com texto criado integralmente pelo autor, contendo informações falsas; e o de **conteúdo manipulado**, em que o autor manipula tanto informações como imagens a fim de enganar; a autora inclui ainda **a sátira ou a paródia**, que, embora não tenham a intenção de causar danos, possuem potencial para isso. No que diz respeito à conexão, há a **falsa associação** entre títulos, imagens e legendas sem relação com as informações contidas no texto; e, por último, o **contexto deturpado**, quando um texto elaborado pelo autor compartilha informações fora de seu contexto original.

Essa classificação tipológica de Wardle retrata a perspectiva geral do tratamento teórico dado às *fakes news*. Entretanto, nossa abordagem será limitada a veiculações produzidas em contexto digital, intencional e comprovadamente falsas, com o uso de estratégias para enganar e influenciar a forma de pensar e de agir dos usuários. Definimos *fake news* como uma prática sociodiscursiva estratégica e criminosa, veiculada em plataformas virtuais de forma não aleatória, mas ordenada, planejada, continuada e repetida em variados ambientes digitais a fim de se firmar como confiável. Opositores atualizam temas polêmicos visando à criação de uma rede de enganos e mentiras com objetivo de manter poder, crenças e ideologias, usando especialmente recursos do meio tecnológico para engajar seus interlocutores ao seu projeto de dizer.

A *fake news* é produzida linguisticamente de diversas formas e modalidades multissemióticas (escrita, áudios, imagens, vídeo) apoiadas em diversos gêneros textuais discursivos, às vezes, subvertendo-os, com propósitos político e ideológico. Fazem parte dessa estratégia as formas de interação possibilitadas pelas redes sociais digitais (*like, dislikes, comentar, compartilhar, gif, emojis*) e as ações linguísticas de intertextualidade e interdiscursividade, por meio de *hiperlinks* ou inserção de *prints* de tela de outras plataformas nas quais textos e



discursos relacionados foram veiculados, e a referência, modo como os objetos de discurso são construídos no evento comunicativo e em relação a outros intertextos e interdiscursos.

Estão excluídas dessa perspectiva, para nós, a sátira e a paródia, os erros de reportagem sem intenção maliciosa e as declarações de candidatos à eleição com dados estatísticos equivocados.

2 ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA PARA FABRICAÇÃO DE *FAKE NEWS*

Inscrita no campo da LT, a contribuição deste artigo, para a área, focaliza a investigação em como os processos de referência e intertextualidade são mobilizados estrategicamente na produção de *fake news* veiculadas em redes sociais para instituírem os traços característicos da polêmica. Delimitamos brevemente, neste curto espaço, qual a postura teórica que assumimos para analisar os dados das categorias referência, intertextualidade e polêmica.

2.1 REFERÊNCIAÇÃO

A postura teórica adotada para nortear a análise é a segunda tendência de estudos sobre referência, cuja conceituação extrapola a dimensão primeira de coesão referencial, não se limitando à estrutura linear do texto nem enfocando retomadas de elementos linguísticos da superfície textual. As autores tomadas como base são Mondada e Dubois (2003) e Cavalcante (2011), para as quais a referência é uma reelaboração da realidade e um processo sociocognitivo-discursivo, cujos sentidos são negociados entre os interlocutores no momento da interação comunicativa.

2.2 INTERTEXTUALIDADE

Os estudos vigentes sobre intertextualidade, de modo geral, não guardam relação com a ideia de fonte ou de influência, pois considera-se que todos os textos são, em sua essência, intertextos. É uma concepção também defendida por



Bakhtin (1998), ao discutir sobre o mito do sonho adâmico, e, nessa visão, outros textos estão inseridos em cada texto, de formas reconhecíveis ou não.

Na perspectiva sociocognitiva-discursiva, há um avanço na compreensão da intertextualidade como fenômeno textual-discursivo marcado pela interrelação entre textos, gêneros e estilos, exercendo função argumentativa. A perspectiva teórica assumida para abordar a intertextualidade é de Cavalcante *et alii* (2020), como um ato linguageiro em que os modos de argumentação e de estratégia textual são os mais usados pelos interlocutores para negociar os sentidos na interação comunicativa. É um fenômeno textual-discursivo pontual indiciado por vários modos de remissões, cuja manifestação pode ser estrita (com presença de partes de outros textos) ou ampla (sem a presença marcada de outros textos). Podemos notar que essa definição de intertextualidade dialoga com outros estudiosos sobre intertextualidade (*cf.* GENETTE, 1982; BEAUGRAND; DRESSLER, 1997; MIRANDA, 2010).

3 MODALIDADE ARGUMENTATIVA POLÊMICA

Como se sabe, a LT não tem como objeto de análise a argumentação, o que nos leva a adoção de uma metodologia de interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Ruth Amossy. A autora, revisitando os estudos da retórica clássica de Aristóteles e da Nova Retórica de Perelmam, propõe uma teoria envolvendo o arcabouço de base filosófica à argumentação por um viés linguístico e discursivo, permitindo uma análise persuasiva de corpora. Amossy (2017) concebe a argumentação como algo modular, num *continuum* que vai da coconstrução de respostas ao choque de teses antagônicas. Segundo Amossy (2008), há seis modalidades argumentativas, dentre as quais elegemos, para dialogar nesta investigação, a *modalidade polêmica* que tem como característica a oposição de discursos, supondo um contradiscurso antagonista. (AMOSSY, 2017).

Essa escolha se justifica devido a análise (em andamento) sugere que é por meio de marcas textual-discursivas, como as percebidas nos processos de referenciação e intertextualidade, que a polêmica pública parece ser mantida em circulação no ambiente virtual a fim de fomentar a polarização dos pontos de



vistas (políticos, ideológicos, econômicos) e a conservação do poder de grupos prioritários. Além desses recursos textuais-discursivos, os efeitos de sentido são construídos pela interatividade mediada pelas ferramentas tecnodiscursivas disponíveis nas plataformas de redes sociais.

4 BREVE ANÁLISE DE DADOS

A fim de demonstrar, sucintamente, como os processos de referenciação e intertextualidade revelam estratégias de construção de credibilidade nas *fake news*, com flagrante valor argumentativo para a atualização da polêmica, apresentaremos uma breve análise de uma postagem enganosa no Twitter. Salientamos também os elementos tecnolinguageiros específicos da plataforma que possibilitam algumas interpretações da postagem, como grau de confiabilidade no locutor e do nível de aceitabilidade dos interlocutores por meio das interações. Esses recursos podem ser verificados na imagem selecionada para análise a seguir.

Figura 6- Sequência de tuítes de Ciro Nogueira



Fonte: Página de Ciro Nogueira no Twitter¹

A imagem é um recorte de uma sequência de *tweets* veiculada no perfil do ex-ministro Chefe da Casa Civil, veiculadas no dia 26 de julho de 2023. Acompanhando o nome do usuário, há o selo azul da plataforma, um símbolo tecnodiscursivo com função de conferir autenticidade e notoriedade a uma conta ativa, verificada pelo Twitter como de interesse público² (TWITTER, s.d.). Podemos interpretar que a marcação feita pela plataforma associada ao papel social de membro da equipe do governo à época constrói o *ethos* discursivo do

¹ Disponível em https://twitter.com/ciro_nogueira/status/1551903257198477314 Acesso em 26 jul 2022.

² Como receber o selo azul no Twitter. **Twitter**. s.d. Disponível em <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/about-twitter-verified-accounts#:~:text=O%20selo%20azul%20pode%20ter,atividade%2C%20notoriedade%20e%20autenticidade>) Acesso em 10 de ago de 2022.



enunciador das postagens como alguém confiável. Por outro lado, as interações dos interlocutores pelo uso de recursos interativos da plataforma revelam a reação do público a essa construção e ao conteúdo publicado. A postagem recebeu 678 comentários, foi retuitada 2.884 vezes e curtida por 14,9 mil usuários. A interação polêmica, performada nos comentários, parece permitir mensurar se o objetivo do locutor foi bem-sucedido ou não e revelam ainda as marcas da polêmica atualizada. Por questão de delimitação espacial deste artigo, o recorte foi feito pela seleção de três tuítes da sequência e de quatro comentários. Os três tuítes que originaram a interação polêmica foram:

- **Tuíte 1.** “Presidente @jairbolsonaro, sabe porque os banqueiros hoje podem assinar cartas inclusive contra o presidente da República, ao invés de se calarem com medo nos congelamentos de câmbio do passado?”
- **Tuíte 2.** “Então, presidente, se o senhor faz alguém perder 40 bilhões por ano para beneficiar os brasileiros, não surpreende que o prejudicado assine manifesto contra o senhor.”
- **Tuíte 3.** “Mas os beneficiários, presidente, as dezenas de milhões de beneficiários do PiX vão assinar o manifesto deles também, no dia da eleição, apoiando o seu nome.”

O tópico discursivo principal da sequência é o PIX, um sistema de transferência bancária adotado no Brasil no final do ano de 2020. Essa veiculação é considerada *fake news* por compartilhar duas informações falsas (MENEZES, 2022): 1. o PIX não foi criado pelo governo Bolsonaro. Estudos sobre essa modalidade de pagamento instantâneo tiveram início em 2016, pelo Banco Central. 2. o valor total das perdas dos bancos é exagerado. Somando todas as tarifas bancárias, entre 2020-2021, a queda de arrecadação dos bancos foi de R\$ 2,69 bilhões.

A fabricação dessa *fake news* mobilizou tanto os processos de referenciação quanto o de intertextualidade para atualizar a polêmica política implícita dicotomizada, entre esquerda e direita. Para uma compreensão mais completa do que está sendo dito, é preciso que o interlocutor recupere em sua memória ao que o referente “cartas” remete. Num processo de intertextualidade ampla, o locutor faz alusão à elaboração de cartas a favor da democracia brasileira,



articulada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo³. Esta última, programou a publicação do texto para o dia 11 de agosto de 2023 a fim de relembrar, estrategicamente, por meio de uma intertextualidade referenciada, outra carta manifesto de 1977, a chamada *Carta aos Brasileiros de 1977*⁴, no contexto da ditadura militar.

A linha argumentativa do autor aponta a intenção de relacionar o ex-presidente Jair Bolsonaro como gerador de políticas que beneficiam os brasileiros e prejudicam os banqueiros, sendo a causa da decisão desses serem signatários de “manifestos” contra o ex-chefe de Estado. O discurso polêmico do autor é marcado pelo estabelecimento de um “nós”, representado por “Presidente @jairbolsonaro”, “alguém (*que*) perde(*r*) 40 bilhões por ano”, “o prejudicado” e um “eles”, referido por “os brasileiros”, “os beneficiários”, “as dezenas de milhões de beneficiários do PiX”.

Com a introdução do referente “brasileiros” (*tweet 2*) sendo retomado como “as dezenas de milhões de beneficiários do PiX” (*tweet 3*), o autor quer defender a tese de que, enquanto os bancos são prejudicados, os brasileiros são beneficiados graças à política do governo de Bolsonaro. Os argumentos apresentados de que os banqueiros perdem e os brasileiros ganham querem conduzir para a conclusão de que é esse candidato à reeleição que deve ser escolhido no pleito de 2022 para presidente do Brasil.

Com notável intuito eleitoral, o objeto de discurso “cartas”, introduzido no primeiro *tweet*, é recategorizado como “manifesto”, nos *tweets* seguintes, com sentidos diferentes. No *tweet 2*, cartas é referida como “manifesto contra o senhor”, para construir a ideia pejorativa sobre a postura crítica de “eles” ao demonstrar insatisfação com a situação política do país, assinando um documento coletivo com posicionamento contrário ao govern. Já no *tweet 3*, a escolha por “manifesto” busca marcar o posicionamento do “nós” em oposição a “eles”, pelo voto nas urnas no dia da eleição. Esse embate é potencializado nos

³ Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito! Disponível em <https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito> Acesso em de 12 ago de 2022.

⁴ TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva. Crônicas das Arcadas. Disponível em https://direito.usp.br/pca/arquivos/5f223ea6ae26_cronica-das-arcadas.pdf Acesso em de 12 ago de 2022.



comentários pelos seguidores do perfil. Os interlocutores se polarizaram entre os que aderiram ao Proponente (aqueles que defendem a tese) e os seus Oponentes (aqueles que contra-argumentam a tese e, às vezes, tentam desqualificar o locutor). Vemos esses posicionamentos agrupados, nos comentários, respectivamente, como Proponentes (C1 e C2) e Oponentes (C3 e C4), conforme transcrição a seguir.

- **C1-** “Exatamente. O PIX foi a maior distribuição de renda feita nesse país até hoje.”
- **C2-** “A turma que usa PIX e economias em taxas bancárias vão marcar o 22 e confirmar para que os abusados corruptos não voltem à exploração da pobreza.”

Nota-se que há uma adesão à tese do Proponente nos comentários C1 e C2, ao reafirmarem que o PIX beneficiou a população brasileira, com os acréscimos de pontos de vista que reforçam o projeto de dizer do locutor. Enquanto C1 alega que o “PIX foi a maior distribuição de renda feita nesse país até hoje.”, política de governo sabidamente defendida pelo candidato da oposição, C2 conclama a “turma que usa o PIX” para “que os abusados corruptos não voltem à exploração da pobreza.”, uma referência ao ponto de vista dos que se colocam no polo da política de direita sobre os representantes do povo pertencentes ao polo da esquerda.

Na outra ponta, temos o grupo Oponente, aqui representados nos comentários de C3 e C4, que se contrapõem da seguinte forma:

- **C3-** “O Medo de perder a Mamata Heinn, em Janeiro esse Desgoverno acaba, o desespero tá batendo forte né?”
- **C4-** “Mas sua vontade mesmo era ta pendurado no parça de longas datas, como sempre esteve, né? Confessa aí, vai. Ponha pra fora esse desejo sufocado, e seja feliz.” (*Seguido de um emoji de cara com risada mostrando todos os dentes, ao final do texto, e duas fotos reproduzidas denunciando antiga aliança política entre Ciro Nogueira e Lula*).

Tanto C3 como C4 se posicionam como Oponentes e, por meio da argumentação *ad hominem* circunstancial (AMOSSY, 2017, p. 181), atacam a pessoa do



Proponente, acusando-o de não querer “perder a mamata” (C3), de mudar de posição de acordo com o governo do momento (C4) e de, na verdade, “ta pendurado no parça de longas datas, como sempre esteve.”

Há uma outra peculiaridade das *fake news* que é compor uma rede de veiculações como uma das estratégias de disseminação de mentiras (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). Uma das características que faz com que uma informação seja mais compartilhada é a repetição, e a maioria das plataformas sociais são projetadas para induzirem as pessoas a atuarem publicamente por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos. A estratégia de repetição acontece pelos compartilhamentos e por publicações em outras plataformas e sites que reforçam a informação enganosa a qual o enunciador almeja fomentar. Isso aponta para a possibilidade de uma *fake news*, mobilizando estratégias intertextuais, desencadear uma rede de mentiras em redes sociais, como visto no Facebook e no TikTok, e em *sites* de notícias, como o Terra Brasil Notícias, verificado por Rudnitzki e Barbosa (2022), jornalistas da agência Aos Fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise buscou demonstrar a possibilidade de as *fake news* mobilizarem recursos languageiros e tecnodiscursivos para a fabricação de informações enganosas com a intenção de prejudicar. Especialmente o conjunto de *tweets* analisados neste artigo deixou perceber a finalidade política das veiculações tendo como foco a eleição presidencial brasileira de 2022. Esses dados indicam as *fake news* como potencializadoras de polêmicas públicas por criarem um ambiente discursivo digital no qual emergem pontos de vista de aliados e de opositores que recorrem ao tecnodiscurso na interação digital.

Notamos, ainda, uma tendência à utilização da referenciação para construir os objetos de discurso dando ênfase à carga semântica do sentido que o autor pretende que seu interlocutor construa de modo que adira à sua tese. Além disso, explora recursos intertextuais, ora restritos, ora amplos, pois se utilizam de outros textos para construir seus argumentos e disseminarem, em rede, conteúdo enganoso no ecossistema virtual.



REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Monica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho W. Souza Pinto et. al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.2008

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. A teoria do romance. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTI, Mônica Magalhães *et alii*. As intertextualidades como estratégia argumentativa. In: **Linguística Textual e Argumentação**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

MARCUSCHI; KOCH, I.G. V. Referenciação. In: JUBRAN. C. C. A.; KOCH.I.G.V. (Org.). **Gramática do português falado culto no Brasil**: a construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 381-402.

MENEZES, Luiz Fernando. Ciro Nogueira infla prejuízo dos bancos e engana ao dizer que Bolsonaro criou Pix. In: **Aos Fatos**. Disponível em https://www.aosfatos.org/noticias/ciro-nogueira-infla-prejuizo-dos-bancos-e-engana-ao-dizer-que-bolsonaro-criou-pix/?utm_source=telegram&utm%2%80%A6 Acesso em 30 de jul de 2022.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, CIULLA,A.; (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

PAVEAU, M. **L'Analyse du Discours Numérique**. Dictionnaire des formeset des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. **Council of Europe**, October, 2017. Disponível em <http://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf> Acesso 10 maio 2021.



ARGENTINA X FRANÇA: VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA, TRANSFÓBICA E XENOFÓBICA EM JOGO NA COPA DO MUNDO DO CATAR 2022

Caroline Oliveira Soares
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Lara Letícia dos Santos Gonçalves
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo: Na Copa do Mundo de Futebol ocorrida no Catar em 2022 diversas problemáticas foram identificadas no que tange à disseminação de discursos estereotipados e de fomento à violência de gênero. Levando em conta a repercussão de uma música direcionada aos jogadores da França, a qual propagava discursos homofóbicos, transfóbicos e xenofóbicos, adota-se como materialidade discursiva neste estudo a letra da referida música. Objetiva-se analisar os seus efeitos de sentidos, isto é, compreender como se deu o processo da sua formação discursiva, uma vez que encontra-se o sentido de um discurso através das suas posições ideológicas produzidas em um determinado contexto sócio-histórico (ORLANDI, 2002, p. 42). Fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa fundada por PÊCHEUX (1983), além dos estudos sobre estereótipos (LIPPMANN, 2010; AMOSSY e PIERROT, 2000; LIMA e PEREIRA, 2004). Espera-se com este trabalho, contribuir com as reflexões sobre as manifestações discursivas de violências e estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Análise do discurso. Violência de gênero. Copa do Mundo. Transfobia.

Abstract: In the Soccer World Cup held in Qatar in 2022 several problems were identified regarding the dissemination of stereotyped discourses and the promotion of gender violence. Taking into consideration the repercussion of a song directed to the players of France, which propagated homophobic, transphobic, and xenophobic discourses, we adopted as discursive materiality in this study the lyrics of said song. The objective is to analyze its effects of meaning, that is, to understand how the process of its discursive formation took place, since the meaning of a discourse is found through its ideological positions produced in a certain socio-historical context (ORLANDI, 2002, p. 42). It is based on the French Discourse Analysis founded by PÊCHEUX (1983), in addition to studies on stereotypes (LIPPMANN, 2010; AMOSSY and PIERROT, 2000; LIMA and PEREIRA, 2004). It is hoped that this work will contribute to the reflections on the discursive manifestations of violence and gender stereotypes.

Keywords: Discourse Analysis. Gender Violence. World Cup. Transphobia.



INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo de Futebol é um evento esportivo que de quatro em quatro anos reúne algumas das melhores seleções mundiais, representando cada um seu país respectivamente, em busca de um título para sua nação. O lugar em que se realiza este campeonato está sempre mudando e, por isso, as regras de boa conduta para os jogadores e torcedores também variam de acordo com a cultura do país sede.

Realizada em 2022, no Catar, a Copa do Mundo, por tanto, se adequou aos costumes locais, cujo país baseia suas leis na religião do Islã. Considera-se, a partir dos estereótipos transmitidos para o mundo, da liberdade limitada que as mulheres possuem e do histórico homofóbico do país, quão preconceituosa a cultura do Catar pode ser. Quando um evento tão grande se realiza em um contexto tão retrógrado em relação ao resto do mundo, abre espaço para que situações como a que será analisada por este artigo aconteçam e propaguem, desta maneira, mais discursos que ferem os direitos humanos.

Sob a ótica da Análise do Discurso e pondo em foco os processos de estereotipia, este artigo tem como objetivo expor e colocar em análise um triste acontecimento ocorrido na Copa do Mundo de Futebol Fifa, no Catar, no ano de 2022, protagonizado por torcedores argentinos em que entoaram uma canção preconceituosa contra o jogador francês Mbappe e a seleção de futebol francesa.

Durante uma transmissão ao vivo para o programa de TV argentino *TYC Sports*, um grupo de torcedores argentinos, com a intenção de expressar sua torcida e trocar algumas farpas com a seleção rival, verbalizou uma paródia que ultrapassou os limites da zoeira e da brincadeira.

Ainda durante a transmissão é possível perceber o momento em que o repórter começa a se constranger pelo conteúdo que é declarado e tenta cortar a gravação, mas já não é mais possível mascarar as palavras preconceituosas proferidas pelos torcedores. Nos poucos segundos em que são o foco do programa, ainda que em meio a agitação, se ouve declarações racistas, xenofóbicas, homofóbicas e transfóbicas.

Desse modo, o presente estudo organiza-se em quatro seções, além da Introdução aqui apresentada.



Na segunda seção, "Fundamentação Teórica", apresentam-se as linhas de pesquisa na qual se baseia esta investigação e justifica todos os seus pilares metodológicos. Ela divide-se nas subseções "2.1 As bases da análise, a qual se expressará os conceitos essenciais para a pesquisa e como se pode relacionar com o corpus em questão". E na subseção "2.2 Estereótipos", que versa sobre os padrões pré-concebidos e reforçados durante a transmissão ao vivo, no Catar, para o programa argentino. A terceira seção traz a análise do corpus em si, realizada a partir dos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise do Discurso Francesa. Por fim, a quarta e última seção, traz as Considerações Finais do estudo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Objetiva-se analisar os seus efeitos de sentidos, isto é, compreender como se deu o processo da sua formação discursiva, afinal, um discurso não possui significado completo em suas palavras, mas encontramos seu sentido através das suas posições ideológicas produzidas em um determinado contexto sócio-histórico (ORLANDI, 2002, p. 42).

Para tanto, fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1969), tomando como procedimentos da análise a compreensão dos processos de mecanismos e constituição de sentidos e de sujeitos, recorrendo também aos estudos sobre estereótipos (LIPPMANN, 2010; AMOSSY e PIERROT, 2000; LIMA e PEREIRA, 2004) para compreensão dos processos de estereotipias propagados na Copa do Mundo de Futebol da FIFA por meio das redes sociais.

2.1 AS BASES DA ANÁLISE

Conforme defende Orlandi (2012, p. 62), um dos primeiros pontos a considerar, se pensamos a análise é a constituição do corpus.

Ao longo da história dos Campeonatos Mundiais de Futebol organizados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) diversas problemáticas podem ser



identificadas no que tange à disseminação de discursos estereotipados e de fomento à violência de gênero.

Não foi diferente no mais recente campeonato ocorrido no Catar em 2022. Durante uma transmissão ao vivo para o programa *Tyc Sports*, um grupo de torcedores argentinos participaram de uma cena de horror, em que cantaram uma música direcionada aos jogadores da França, em especial ao jogador Mbappe, na qual propagava discursos homofóbicos, transfóbicos e xenofóbicos.

A letra da canção preconceituosa foi criada com o objetivo de ofender o atacante francês por causa de rumores que foram divulgados de que ele estaria se relacionando com a modelo francesa transgênero e transexual Ines Raul. Além disso, a letra da canção ironizava o fato da maioria dos jogadores franceses possuírem ascendência africana.

Levando em conta a repercussão midiática desse acontecimento que, após exibição na TV argentina, viralizou mundialmente no Twitter e posteriormente nas demais redes sociais, toma-se como materialidade discursiva para a análise a letra da referida música, a qual remete a discursos cujas regularidades apontam para formações discursivas racistas, transfóbicas e xenofóbicas, pautadas numa Formação Ideológica machista e patriarcal. Orlandi, em seu livro *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*, afirma que:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na *Análise do Discurso*, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso." (ORLANDI, 2012, P. 43)

Essas Formações Discursivas e Ideológicas são possíveis de se observar dentro do contexto sócio-histórico do Campeonato Mundial de Futebol organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) no Catar 2022, pois o ambiente futebolístico é um ambiente majoritariamente masculino e, sem dúvida, o fato de ter sido realizado no Catar foi um dos aspectos cruciais que contribuíram para que os torcedores argentinos sentissem liberdade para propagar discursos homofóbicos, racistas e transfóbicos.

A localização também foi outro fator extremamente importante para o intradiscurso, pois o Catar é um país localizado na península arábica na Ásia



Continental, local esse conhecido por considerar ilegal e passível de prisão e apedrejamento a relação entre pessoas do mesmo sexo. A lei do país abrange também pessoas transgênero, que podem sofrer as mesmas punições por questões culturais e religiosas, alegando que esses indivíduos violam a “moral pública”.

Por fim, tais condições de produção foram compostas pelo machismo habitualmente normalizado dentro do âmbito do futebol e pelo fato de que o Catar é um país que tem a homofobia e a transfobia amparadas pela lei.

2.2 ESTEREÓTIPOS

Walter Lippmann (2008) considerava que a realidade era necessariamente filtrada por imagens e representações culturais pré-existentes. De fato, a imagem que fazemos dos outros passa por categorias às quais os vinculamos e a imagem que o indivíduo tem de si mesmo também é determinada pela sua pertença a um ou mais grupos.

A noção do estereótipo nas ciências sociais, por exemplo, apresentada por Amossy e Pierrot (2000), se dedica a analisar a imagem que os membros de um grupo constrói sobre si mesmos e sobre os demais, pois estas representações coletivas, geralmente superficiais, possuem um impacto considerável na identidade social de um indivíduo ou grupo. Ao fim, compreende-se que “o estereótipo é uma crença referente a um determinado grupo e seus membros, enquanto o preconceito é a atitude que se é adotada frente a estes indivíduos membros do grupo em questão” (Amossy e Pierrot, 2000, p. 39).

Dessa maneira, podemos perceber o momento em que os estereótipos se tornam prejudiciais, quando Krüger (2004) afirma que se combinarmos os estereótipos a sentimentos negativos nasce a partir daí os preconceitos que tem seu efeito imediato na discriminação, que por si só é desfavorável e injusta.

Dentro dessa conjuntura, fazendo a análise do corpus, é possível perceber que o processo de inferiorização dentro da música cumpre o papel de colocar os autores da mesma em posição de superioridade; e aí está implícita a relação de



poder retratada por Foucault (1979); e de reafirmar o papel que os mesmos desempenham perante a sociedade:

... [não há] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências (FOUCAULT, 1986, p. 114).

Perante essa coexistência de preconceitos e estereótipos demarcados, que se sobressalta através do interdiscurso, o catarfoi palco para diversos tipos de discriminação. Na Copa do Mundo de 2022, ocorreu diversas situações que podem servir como exemplo disto. Neste país, o machismo impera e diversos casos podem ser citados para comprovar que o machismo está intrínseco às leis do Catar. A constituição do território é baseada no Sharia (lei islâmica) e o mesmo prevê que as mulheres devem usar roupas características cobrindo o corpo e a cabeça, elas não têm autonomia para tomar decisões importantes da própria vida e contam com um tutor masculino que pode ser tio, pai, padrinho, irmão ou marido da mesma. Dessa maneira, a mulher só pode dar seguimento ao seu desejo caso tenha a permissão do seu tutor.

Dentro dessa conjuntura, diversos casos de machismo referente a copa do mundo de 2022 foram denunciados nas redes sociais. Um exemplo disso, caso que chocou o mundo, foi o da mexicana Paola Schietekat, que trabalhava como economista no Comitê Supremo no país e após denunciar ter sido estuprada em seu alojamento, foi condenada a sete anos de prisão e 100 chibatadas. O suspeito afirmou que mantinha relações consentidas com ela e por isso saiu ileso. A lei considerou-a culpada por "sexo extraconjugal", mantendo uma relação fora do casamento, como puni a lei islâmica.

Não obstante, a homossexualidade também é considerada ilegal no emirado. As pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ são condenadas a prisão perpétua e apedrejamento. Contudo, após o governo impedir que os torcedores e imigrantes protestassem na Copa do Mundo no Catar em 2022 usando as cores da bandeira LGBTQIAPN+, os jogadores resolveram se manifestar em favor da causa e muitos usaram a braçadeira com as cores que simbolizam a mesma.



Apesar das manifestações, ainda houve casos de homofobia denunciados. A bandeira que representa o estado de Pernambuco, por exemplo, foi confundida como símbolo do movimento e por isso o dono da mesma sofreu uma abordagem truculenta por parte da polícia. Após a repercussão do caso, o major-general Abdulaziz Abdullah Al Ansari, fez um pronunciamento oficial e afirmou: "Se quer demonstrar sua visão sobre a situação (LGBTQIAPN+), faça isso em uma sociedade onde ela será aceita", mais uma vez confirmando que todos os tipos de preconceitos propagados no país são sustentados pela lei.

3 ANÁLISE DO CORPUS

Com a finalidade de unir a teoria à prática, de observar os processos e mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos do discurso no vídeo em questão, realiza-se a análise desse corpus a partir da passagem da superfície linguística para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo (ORLANDI, 2012, p. 77).

Em contato com o texto enunciado pelos torcedores argentinos, constrói-se o objeto discursivo:

"Escutem / Corra a bola / Eles jogam na França, mas são todos de Angola / Que lindo é / Vão correr / São "come" travestis como o "puto" do Mbappe / Sua velha é nigeriana / seu velho camaronês / Mas no documento: Nacionalidade Francês." (Torcida argentina, 2022, tradução nossa).¹

Nisto já está incluído o esquecimento número 2, o qual ao apontar para a ordem da enunciação, suscita alguns questionamentos tais como: Por que algo foi dito de tal maneira e não de outra? Chamada de ilusão referencial, esse esquecimento nos faz acreditar que o que se diz só poderia ser dito daquela maneira e com aquelas palavras e não com outras. Estes dizeres evocam as formações discursivas, isto é, aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma

¹ *Eschuchen/ Corran la Bola / Juegan en Francia / Pero son todos de Angola / Que lindo eeeee/Van a correeeeeer /Son come travas/ Como el putto de Mbapeeeeeee/ Su vieja es nigeriana / Su viejo camaronés/ Pero en el documento/ Nacionalidad: Francéeeees."*



de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160), eintervêm fazendo as palavras significarem de maneiras diversas.

Partindo da premissa de que uma Formação Discursiva é uma unidade dividida, constitutivamente heterogênea (PÊCHEUX, 1995, p. 57), nota-se que no interior de uma mesma FD coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças.

A Formação Ideológica que rege essas Formações Discursivas é o machismo patriarcal, que no Catar, cerceia a liberdade das mulheres, as coloca em posição de submissão e estabelece um sistema para colocá-las em posição de vulnerabilidade, desamparo social e as impede de se manifestar contra o sistema. O mesmo acontece no sentido de que, socialmente, somente as relações heterossexuais são aceitas, principalmente dentro do ambiente do futebol. E pensando nas pessoas que não são heterossexuais, o desamparo social e o impedimento de se manifestar contra o sistema se aplicam igualmente.

No que se refere às formações discursivas que decorrem dessa Formação Ideológica, isto é, a homofobia, a transfobia e a xenofobia.

[...] prevalece a visão de que os estereótipos constituem a base cognitiva do preconceito. Em outras palavras, são as crenças compartilhadas acerca de atributos ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos que "alimentam" as atitudes e sentimentos preconceituosos, os quais, por sua vez, justificam as práticas e comportamentos discriminatórios efetivamente exibidos contra eles (LIMA e PEREIRA, 2004, p. 91).

Esta aversão ao diferente é visível quando, enquanto cantam a paródia para o jornalista durante uma transmissão ao vivo, em que os torcedores zombam dos jogadores da seleção francesa afirmando que eles só se relacionam com travestis, fazendo referência ao antigo relacionamento do Mbappe com a modelo transexual Ines Raul. Este trecho mostra que o discurso proferido contra Mbappe não é a origem. Já existem outros discursos que reforçam a inferiorização de imigrantes e situação de vulnerabilidade (xenofobia).



Além desses discursos de violência de gênero, há a questão do racismo, a qual não pode deixar de ser ao menos mencionada aqui. Ostorcedores argentinos chamam a atenção para o fato da maioria dos jogadores da seleção francesa, ou seus pais, terem suas origens em países da África, pondo em foco especificamente o jogador Mbappe, quando na letra afirma: "Sua velha é nigeriana / seu velho camaronês / Mas no documento: Nacionalidade Francês", destacando as origens da mãe e do pai do atacante Mbappe, incitando a todos a acreditarem que ele e os demais jogadores, que também possuem ascendência africana, não seriam tão merecedores de jogar e competir pela seleção francesa por causa da sua dupla nacionalidade.

Pelo exposto, evidencia-se o esquecimento número um, que se refere ao esquecimento ideológico, pela qual se tema ilusão da origem do dizer. No entanto, sabe-se que não existe um discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, por isso, nenhuma fala por si só será totalmente inocente, já que ela estará sempre sendo transpassada por alguma ideologia e reproduzindo opiniões e estereótipos já propagados anteriormente.

Este é um esquecimento inconsciente, pois todos os discursos já antes construídos se escondem no interior da mente do sujeito, enquanto esperam o momento certo para serem reconstruídos e serem compartilhados outra vez.

Discursos estereotipados e preconceituosos, como este que foi reproduzido pelos torcedores argentinos na Copa do Mundo do Catar 2022, se repetem e se propagam encarcerados dentro de um ciclo vicioso, compartilhando preconceitos e estereótipos disfarçados de uma brincadeira inocente entre rivais no mundo do futebol, eles apenas apontam para outros que vieram antes e para mais alguns que serão produzidos no futuro.

Essa relação de um discurso com outros evoca as noções de intradiscurso e interdiscurso. Esses discursos alheios penetram no discurso em estudo, interferindo assim no seu sentido. A interdiscursividade, assim, está relacionada à noção de heterogeneidade discursiva, de formação discursiva e de "pré-construído". O interdiscurso é, pois, a memória discursiva, que possibilita relacionar o dito (intradiscurso) ao já dito, o pré-construído que está na base do que é dito.



Por isso, o dizer contra os jogadores franceses não é propriedade particular e original dos torcedores argentinos, pois está ancorado historicamente na memória enunciativo-discursiva, não apenas na Copa do Mundo do Catar, inclusive.

O interdiscurso abrange o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, no sentido de que trabalha com a ressignificação do sujeito sobre o que já foi dito, (no repetível), determinando os deslocamentos e rupturas promovidos pelo sujeito nos limites de uma formação discursiva: ele determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação de tal modo que aparece como o puro “já dito”.

Tendo em vista que, o intradiscurso diz respeito ao simulacro material do interdiscurso, na medida em que fornece-impõe a “realidade” ao sujeito, matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante em uma determinada formação discursiva que o assujeita, pode-se afirmar que a letra música em questão compõe-se dentro de um o ambiente propício para que fosse reproduzida e disseminada de maneira agressiva e para que, posteriormente, tomasse grande proporção mediante as mídias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face às considerações levantadas percebe-se que a Análise de Discurso sempre está provocando questionamentos e convites às reflexões acerca do que há por trás das falas e dos enunciados, deixando para trás escutas inocentes e entendendo que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.

Desse modo, a partir dos apontamentos feitos no artigo, depreende-se que recai então, sobre o pesquisador, portanto, o compromisso de aprimorar a pesquisa, uma vez que a AD envolve diversos elementos que estão em constante movimento, como os fatores sócio históricos e a produção de sentido em detrimento das ideologias.

Além disso, se faz necessário um estudo profundo sobre os padrões estabelecidos que concebem os estereótipos produzidos no Catar e reproduzidos pelos torcedores argentinos em que colocam qualquer pessoa que seja negra,



transsexual ou de alguma nacionalidade africana como alguém inferior e que não pode, dessa maneira, ocupar um espaço de alto destaque no futebol. É essencial, portanto, além de compreender as origens desses preconceitos, buscar vencer essas barreiras através da superação destes estereótipos.

Para finalizar essa exposição é de suma importância ressaltar que esta é apenas uma das possíveis leituras que o discurso em análise pode apresentar, uma vez que houve a mobilização de conceitos-chave específicos da Análise do Discurso francesa que conduziram a esta conclusão.

REFERÊNCIAS

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10.ed. Campinas: Pontes, 2012.

KRÜGER, Helmut. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. PEREIRA, Marcos Emanuel. **Estereótipos, preconceitos e discriminação**. Salvador: EDUFBA, 2004.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. Os estereótipos como defesa. In: LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. Editora Vozes: Petrópolis, 2008.

FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

AMOSSY, Ruth. PIERROT, Anne. **Estereotipos y clichés**. Tradução e adaptação: Lelia Gándara. Buenos Aires: Eudeba, 2010.



INVESTIGANDO A HABILIDADE DE ARGUMENTAÇÃO DE LICENCIANDOS DE MATEMÁTICA

Lilian Nasser

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ana Luiza Barbosa Cardoso Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo: A pesquisa em Argumentação e Provas no ensino de matemática tem apresentado um número crescente de estudos, versando sobre diferentes aspectos de investigação, relacionados à prova matemática, como o papel da prova em sala de aula, as concepções de provas de alunos e professores, e as construções e a validade de uma prova. Este texto apresenta um recorte dos resultados parciais de pesquisa em andamento, que busca investigar se e como os licenciandos são incentivados a argumentar e provar questões matemáticas durante seu curso de graduação. Para desenvolver essa investigação contemplando os objetivos da pesquisa, foi elaborado um questionário, aplicado a licenciandos de Matemática de instituições públicas. Os primeiros resultados indicam que os próprios respondentes reconhecem que não possuem habilidade plena em demonstrar resultados matemáticos e que sentem necessidade de aprimorar tal habilidade.

Palavras-chave: Argumentação e Provas. Formação do Professor de Matemática. Rigor Matemático.

Abstract: The research in Argumentation and Proofs in the teaching of mathematics has presented a growing number of studies, addressing different aspects of investigation, related to mathematical proofs, such as the role of proof in the classroom, conceptions of proofs by students and teachers, and the constructions and validity of a proof. This text presents an excerpt of the partial results of ongoing research, which seeks to investigate whether and how undergraduates are encouraged to argue and prove mathematical issues during their undergraduate course. To develop this investigation contemplating the objectives of the research, a questionnaire was elaborated, and applied to Mathematics undergraduate students of public institutions. The first results indicate that the respondents themselves recognize that they do not have full ability to demonstrate mathematical results and that they feel the need to improve this skill.

Keywords: Argumentation and Proofs. Mathematics Teacher Training. Mathematical Rigor.



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um recorte dos resultados de pesquisa em andamento, que foi desencadeada a partir de uma experiência discente pessoal da segunda autora. Durante toda sua trajetória acadêmica, a apresentação de questões ou conceitos de argumentação e demonstração foi praticamente nula. O primeiro contato com o tema surgiu apenas no curso de Licenciatura em Matemática, quase que de uma forma brutal. Uma enxurrada de teoremas e proposições surgiam ao longo do curso, com suas vastas e longas demonstrações, e sem qualquer preparo. Era necessário interpretar, compreender e reproduzir aquilo que fora apresentado, acreditando-se que a habilidade de argumentar e provar surge de maneira inata. A verdade é que nenhum matemático encontra a resolução de algo sem ter seu próprio processo investigativo. Então, o que nos torna matemáticos?

Há uma necessidade de os novos professores compreenderem a Matemática como uma disciplina de investigação. Uma disciplina em que o avanço se dá como consequência do processo de investigação e resolução de problemas. (D'Ambrosio, pg. 35, 1993).

Torna-se relevante discutir sobre a formação de professores, com foco em licenciandos de matemática cursando diferentes períodos. Isto porque é importante desenvolver estudos para acompanhar o progresso dos futuros professores em busca do domínio do conceito de demonstração/prova. Afinal, são estes que carregarão práticas novas e/ou tradicionais para a escola básica. Esta discussão tem por objetivo investigar qual o nível de consciência dos licenciandos acerca de sua habilidade em argumentar e provar.

Em geral, professores da Educação Básica não incentivam seus alunos a argumentar ou justificar suas resoluções, apesar de isto estar previsto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, os professores resistem em valorizar argumentos e raciocínios informais apresentados por seus alunos, que não dominam ainda o processo dedutivo formal. Para alterar essa postura dos professores, é preciso desenvolver um trabalho de formação, tanto inicial quanto continuada, como constatado em Aguilar Junior e Nasser (2014).

Portanto, neste artigo, busca-se compreender como estes futuros professores de Matemática entendem e dominam as habilidades relacionadas a uma



demonstração. Em seu decorrer será apresentada uma questão dentre cinco que foram elaboradas para um questionário aplicado à licenciandos e seus resultados preliminares.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

É possível observar um interesse crescente nos estudos sobre diferentes aspectos relacionados à prova matemática. Questões como o papel da prova em sala de aula (Hanna, 2000, 1995; Aguilar Júnior e Nasser, 2012; Costa, 2008); as concepções de provas de alunos e professores (como por exemplo, Harel e Sowder, 1998; Caldato e Nasser, 2022); e as construções e a validade de uma prova (Weber, 2008; Balacheff, 1988) têm sido foco de estudos sobre o tema. Tais pesquisas fomentam a necessidade do incentivo, no que se refere à compreensão de professores e alunos, em enxergar a habilidade de argumentar e provar como um objeto do saber matemático.

Portanto, para melhor compreensão da abrangência das concepções de argumentação e provas, serão apresentadas as principais interpretações presentes na literatura. Balacheff (1988) propõe uma classificação dos tipos de provas matemáticas dos alunos sob o ponto de vista prático. Considerando duas vertentes de provas, as provas pragmáticas (exibição direta) e as provas conceituais (formulação de propriedades), Balacheff destaca quatro tipos de provas: *empirismo ingênuo*, *experimento crucial*, *exemplo genérico* e *experimento mental*. O pesquisador analisa as justificativas apresentadas pelos alunos através da linguagem expressa em cada tipo de prova, visto que a linguagem é interpretada como uma ferramenta para deduções lógicas.

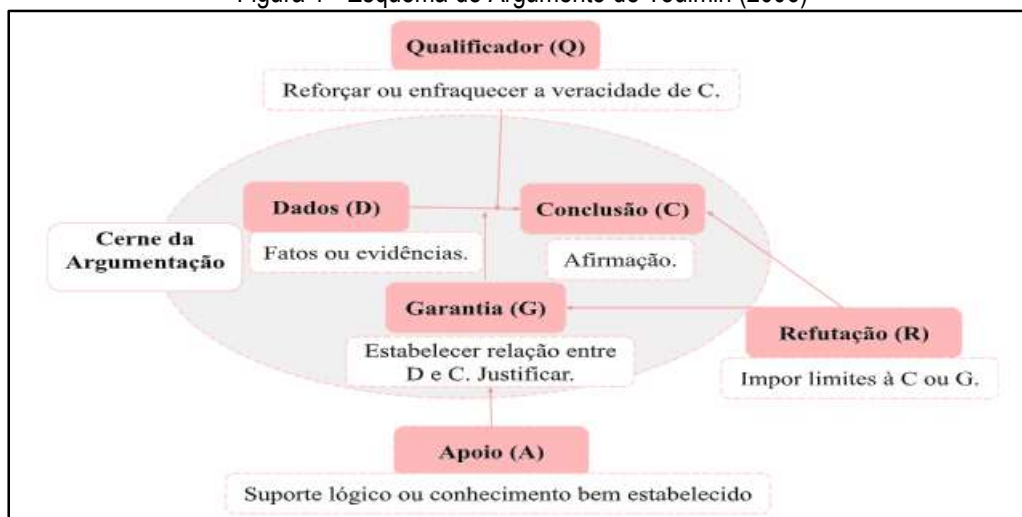
Diferentemente da visão prática de Balacheff, Hanna (1995) exprime uma visão dialética da prova. Contrariando, inclusive, a comum opinião de que a Matemática é autoritária e infalível por suas teorias e definições, Hanna (2000) e De Villiers (1990), estabelecem que uma prova possui várias funções. Levando em conta que a prova deva exercer esclarecimento, verificação e sistematização, De Villiers (1990) descreve cinco funções da prova: *verificação*, *explicação*, *sistematização*, *descoberta* e *comunicação*.



De acordo com Weber (2008, p. 5), não há pesquisas que abordam processos de aceitação de uma prova ou que indiquem se a prova é válida ou até que ponto é válida. Apesar disso, ele faz um compilado de estudos que levam à compreensão sobre o que, teoricamente, seria necessário para avaliar se uma prova é válida. O autor pontua que é preciso determinar quais declarações são usadas e se cada nova afirmação a ser deduzida se apoia nas declarações anteriores. Em casos em que essa garantia não ocorre, ela deve ser indeferida para o leitor. É necessário, segundo Weber (2008), julgar se uma nova asserção decorre validamente das anteriores. Sendo assim, observar a garantia do argumento é um princípio matemático válido e aceitável para a comunidade matemática.

Deste modo, como constatado por Weber (2008), avaliar e validar um argumento se torna instintivo e varia de acordo com a experiência/crenças do avaliador. Esse modelo de validade, que é comumente adotado pelos professores, não dá garantia de que será uma avaliação justa e sem interferências para além do conteúdo. Toulmin (2006) desenvolveu um esquema visando contribuir para o desenvolvimento da habilidade de argumentar. Como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 - Esquema de Argumento de Toulmin (2006)



Fonte: Esquema elaborado pelas autoras baseado em Toulmin (2006)

Assim, sob a luz da visão de argumento de Toulmin (2006), acredita-se que a partir de um Esquema de Argumento (Figura 1), caminha-se para a conscientização de uma interpretação lógica, levando a concluir de modo consistente a validade ou a invalidade de uma afirmativa.



O que se busca trazer neste debate é uma forma de conseguir construir junto ao graduando o entendimento do processo argumentativo que se torne natural, sem que haja a crença de que só será possível realizar uma demonstração se for "decorado" um processo pronto e acabado. Além disso, é necessário agregar valor ao processo argumentativo, afinal, ainda existem muitas dúvidas sobre como isso pode ser relevante para o estudante. Uma vez que estes dois debates agem em conjunto, a argumentação e a demonstração se tornam processos lógicos que podem ser desenvolvidos gradativamente, que podem ser aprendidos e não que este é um objeto apenas para poucos.

2 METODOLOGIA

Em linhas gerais, este estudo constitui uma pesquisa exploratória, de campo, em que se aplicou um questionário a uma amostra por conveniência de 53 licenciandos de Matemática de instituições públicas, cujos dados foram analisados numa abordagem quanti-qualitativa.

O objetivo desta pesquisa é investigar se e como os licenciandos são incentivados a argumentar e provar questões matemáticas durante seu curso de graduação. Entende-se incentivar como sendo "agir com empenho para que alguma coisa seja criada, desenvolvida ou intensificada; promover: um bom professor sempre incentiva os alunos".

Como instrumento de investigação, foi desenvolvido um questionário para ser aplicado a licenciandos de cursos de licenciatura em matemática. O questionário conta com cinco questões de três tipos: resposta aberta, ranking e demonstração. Para garantir a resposta e evitar interferências, optou-se pela aplicação de modo presencial. Para este artigo será discutida apenas a primeira questão do questionário.

Na questão 1, eles responderam a uma série de afirmativas com uma escala de três níveis de concordância, desenvolvida de modo a fazer com que os licenciandos se autoavaliassem e refletissem sobre a importância de argumentação e provas tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior.

No item (a), espera-se que os licenciandos mensurem como seus professores validam suas respostas, em relação ao rigor apresentado em atividades



avaliativas. O item (b) requer uma autoavaliação sobre possuir ou não a habilidade de argumentar. Pretende-se que o licenciando responda de acordo com a sua consciência se esta habilidade é natural para ele. No item (c), os licenciandos precisam avaliar qual o seu nível de aceitação para respostas de alunos da Educação Básica que apresentam argumentos informais. Por fim, o item (d), dialogando com o item (c), traz a possibilidade de aceitar, sem justificativa, argumentos para concluir um resultado. Ao todo, 53 licenciandos responderam ao questionário da pesquisa.

3 RESULTADOS

Para uma ambientação dos respondentes, como proposta para a primeira questão, foi elaborada uma sequência de cinco afirmativas em que eles deveriam apenas indicar o nível de concordância com cada uma delas. O principal objetivo foi promover uma reflexão inicial sobre o papel e a importância da argumentação e provas tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior. Os discentes contaram com uma escala de três níveis de concordância, para que analisassem as afirmativas apresentadas, sendo eles: 1 para discordar totalmente, 2 para concordar parcialmente e 3 para concordar, conforme exposto a seguir.

Questão 1

Na condição de aluno de graduação em Matemática, considere as seguintes afirmações e preencha o quadro, usando uma escala de 1 a 3, sendo: **1-** discordo totalmente; **2-** concordo parcialmente; **3-** concordo.

Afirmações	Respostas
a) Durante o curso de graduação em Matemática, é exigido com rigor ao graduando o uso de argumentações e provas para validação de suas respostas.	
b) Possuo habilidade plena de argumentar e provar teoremas e proposições matemáticas de maneira formal.	
c) Como futuro professor, aceitaria argumentos informais na Escola Básica como uma resposta válida.	
d) Existe validade para argumentações que explicam mas não provam a resposta.	
e) Há estímulo, em minha graduação, para o desenvolvimento de argumentação e provas, associado à minha futura prática docente.	

Fonte: Questão do questionário usado na pesquisa



Foi possível contar com as respostas de todos os participantes, obtendo, portanto, um total de 53 respostas. Para melhor exploração dos dados, os mesmos foram organizados em uma planilha no Excel, para melhor visualização e contabilização das respostas obtidas. Seguem os resultados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Dados coletados

Dados coletados da questão 1			
	Item	Níveis	Qtd. Respostas
Níveis de concordância: 1 discordo totalmente; 2 concordo parcialmente; 3 concordo.	(a)	1	3
		2	16
		3	32
	(b)	1	16
		2	32
		3	2
	(c)	1	-
		2	20
		3	33
	(d)	1	10
		2	31
		3	12
	(e)	1	4
		2	25
		3	24

No item (a), afirma-se que “durante o curso de graduação em Matemática, é exigido com rigor ao graduando o uso de argumentações e provas para validação de suas respostas”. Foram obtidas 3 respostas para “discordo totalmente”, 16 respostas para “concordo parcialmente” e 32 respostas para “concordo”. A quantidade de respondentes que concordam, ainda que parcialmente, é expressivamente predominante. Uma possível causa deste resultado se dá pela forma como os graduandos são avaliados durante o curso de graduação e o nível de rigor exigido por parte de seus professores.



O registro destes dados traz uma reflexão, sob a perspectiva de Garnica (2009), de que há existência de dois tipos de leitura para demonstração matemática, técnica e crítica. Porém, a que se torna mais evidente, a partir destes dados coletados, seria a leitura técnica das demonstrações matemáticas, tornando o nível de rigor uma exigência procedimental de argumentos bem definidos. Como consequência, erros são menos aceitos na comunidade acadêmica, fazendo com que haja uma desvalorização do processo argumentativo.

O item (b) convida o graduando a se autoavaliar, permitindo que o mesmo reflita sobre suas habilidades de argumentar e demonstrar teoremas e proposições matemáticas formalmente. As respostas mostram que 16 respondentes discordaram totalmente, 32 concordaram parcialmente e 3 concordaram. Este resultado demonstra que, em sua maioria, os graduandos não possuem consciência sobre suas habilidades, uma vez que concordam parcialmente com a afirmativa.

Podem ser muitos os motivos para que os graduandos não compreendam seu nível de habilidade de argumentar. Eles podem levar em consideração que sabem apenas algumas demonstrações, conseguem demonstrar, mas não totalmente, não conseguem reproduzir exatamente aquilo que é exigido pelo professor, não possuem autonomia para construir sozinhos uma demonstração, etc. Neste momento, é importante refletir que essa insegurança está presente no curso de graduação de formação de professores, e merece atenção, para que futuramente seja sanada.

Por se tratar de uma questão de escala, os alunos não puderam argumentar sobre seus sentimentos em relação às afirmativas. Mas, dentre as respostas 1 e 3, que indicam uma consciência plena sobre sua habilidade, seja concordando ou discordando totalmente, observa-se que pouquíssimos respondentes assumem ter habilidade plena em demonstrar. Levando-se em conta que em grande parte da grade curricular os graduandos utilizam e aprendem demonstrações, ter um número expressivamente baixo para esta habilidade revela que existe um déficit presente na graduação, ou seja, o seu curso não está preparando ou os deixando confiantes para desenvolver esta habilidade sozinhos.



O item (c) afirma sobre a aceitação de argumentos informais na Escola Básica como uma resposta válida. Nenhum respondente discorda totalmente da afirmativa, levando a crer que eles possuem um certo grau de aceitação de respostas informais e valorizam os argumentos dos alunos, mesmo sem validação formal. Porém, apesar de mais da metade dos graduandos (33 respondentes) apresentarem como resposta uma concordância plena, um número relativamente alto, de 20 respondentes, optou por concordar parcialmente.

Esta questão acabou ficando comprometida pois, uma vez que não apresenta respostas abertas, não é possível estabelecer as causas pontuais que afetariam seus níveis de aceitação das respostas informais na Educação Básica. Por conta deste ponto, prevendo que poderia existir este tipo de situação, as respostas às questões 2 e 5 do questionário servirão, mais à frente, para compreender como esses respondentes se comportam diante da elaboração e compreensão de uma demonstração.

No item (d), a afirmativa indica que "existe validade para argumentações que explicam mas não provam a resposta". Nesta afirmativa, a maioria das respostas recaiu em concordar parcialmente, obtendo um total de 31 respondentes. Este fato pode ter ocorrido por não compreenderem ou não saberem como determinar até que ponto o rigor deve-se exigir o rigor em sala de aula. Já nos dois extremos de concordância e discordância, houve um número de respostas muito próximo, revelando que existe um possível impasse neste tipo de aceitação.

Porém, em consonância com Balacheff (1988) e sua proposta de classificação dos tipos de provas matemáticas dos alunos sob o ponto de vista prático, esta afirmativa surge de modo a destacar a importância de se lapidar em sala de aula o *empirismo ingênuo* apresentado pelos alunos. Afinal, o aluno ao buscar formas de "explicar" o que lhe é exigido, estará utilizando experiências mentais importantes que, quando amadurecidas, desenvolvem associações com as provas conceituais. Este processo de valorização poderá se tornar uma ferramenta importante para o processo lógico-dedutivo mais formal. Mas, pelo nível de respostas apresentadas, os graduandos não possuem essa consciência.

Por fim, no último item (e), a afirmativa considera que existe estímulo para desenvolver, na prática docente, argumentação e provas. Em maioria, contando



com as respostas 2 e 3 que concordam, os respondentes acreditam que exista essa preocupação na graduação. A interpretação embutida nesta afirmativa era se eles se preocupavam, em suas aulas de graduação, com as aplicações de argumentação e provas que pudessem ser utilizadas em suas futuras práticas.

Uma possível causa para este elevado nível de concordância, que adiantando, não corresponde com o que foi colhido na questão 4 do questionário, se deve ao fato de que, por eles serem extremamente cobrados e exigidos formalmente, se sintam motivados a cobrar da mesma maneira. Ou seja, os respondentes não compreendem o significado da habilidade de argumentar e provar em sala de aula, e acreditam que a cobrança que lhes é exigida se torna um incentivo, ainda que esta cobrança não tenha colocação prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se que, em grande maioria, os respondentes têm consciência da exigência de rigor sobre provas matemáticas, mas não possuem a habilidade necessária para demonstrar. Além disso, ressalta-se a aceitação de argumentos informais e uma falta de consenso sobre existir ou não incentivo do desenvolvimento da habilidade de argumentar e provar no curso de Licenciatura. Esta falta de domínio em argumentar e provar mostra uma necessidade de compreender melhor as lacunas presentes na formação do professor. O Esquema de Argumento desenvolvido por Toulmin (2001) pode e deve ser utilizado nos cursos de formação inicial e continuada de professores de Matemática, contribuindo para minimizar as dificuldades dos futuros professores na aplicação a seus alunos de atividades visando o desenvolvimento da habilidade de argumentação.

REFERÊNCIAS

AGUILAR JR, C. A.; NASSER, L. Analisando justificativas e argumentação matemática de alunos do Ensino Fundamental. *Vidya* (Santa Maria. Impresso), v. 32, p. 133-147, 2012.



BALACHEFF, N. A study of students' proving processes at the junior high school level. Second UCSMP international conference on mathematics education, Chicago, United States, 1988. Tradução própria.

CALDATO, J. C. ; NASSER, L. Interpretando e avaliando argumentações: uma análise com licenciandos ingressantes de Matemática. VIDYA (SANTA MARIA. ONLINE), v. 42, p. 25-44, 2022.

COSTA, Ausenda. Desenvolver a capacidade de argumentação dos estudantes: um objetivo pedagógico fundamental. Revista Iberoamericana de Educación, v. 46, n. 5, p. 1-8, 2008.

HANNA, G. Proof, explanation and exploration: an overview. Educational Studies in Mathematics, v. 44, n. 1, p. 5-23, 2000.

HAREL, G.; SOWDER, L. Students' proof schemes. In E. Dubinsky, A. Schoenfeld, & J. Kaput (Eds.), Research on Collegiate Mathematics Education, v. III AMS, 1998, p. 234-283.

TOULMIN, S. The uses of Argument. Cambridge University Press, 2001.

WEBER, Keith. How mathematicians determine if an argument is a valid proof. Journal for Research in Mathematics Education, v. 39, n. 4, p. 431-459, 2008.



EMBATE IDEOLÓGICO NO CASO MARIANA FERRER - ALTERIDADE, EMOÇÃO E PONTO DE VISTA

Karla Stéphaney de Brito Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Madson Bruno Soares Estevam
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Nesta pesquisa, analisamos o embate ideológico nos depoimentos da vítima e do réu, presentes na sentença absolutória do caso Mariana Ferrer, a fim de perceber a construção da orientação argumentativa nos dois centros de valores. O trabalho possui viés interpretativista, cunho qualitativo, e segue o método indutivo, tendo como postulados teóricos a Análise Dialógica do Discurso proposta pelo círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1997), em diálogo com teorias linguísticas enunciativas, como Rabatel (2014, 2016, 2017); e com teorias da emoção, Plantin (2011), Micheli (2010, 2014), Martineau (2021). O *corpus* é composto por dois depoimentos, o da vítima e o do réu do caso Mari Ferrer, dentro da sentença penal absolutória. Os resultados demonstram que os sujeitos utilizam os pares eu para mim, eu para o outro e o outro para mim com o fito de recriar a cena enunciativa, resgatando vozes, diálogos e construindo, assim, a argumentação defendida.

Palavras-chave: Alteridade. Ponto de vista. Emoção. Caso Mariana Ferrer.

Abstract: In this research, we analyze the ideological clash in the testimonies of the victim and the defendant, present in the acquittal verdict of the Mariana Ferrer case, in order to perceive the construction of argumentative orientation in the two centers of values. The paper has an interpretative bias, a qualitative approach, and follows the inductive method, with the theoretical postulates of the Dialogical Discourse Analysis proposed by the Bakhtin Circle (BAKHTIN, 1997), in dialogue with enunciative linguistic theories such as Rabatel (2014, 2016, 2017), and with theories of emotion, Plantin (2011), Micheli (2010, 2014), Martineau (2021). The corpus consists of two testimonies, that of the victim and that of the defendant in the Mari Ferrer case, within the acquittal criminal verdict. The results demonstrate that the subjects use the pairs "I for myself," "I for the other," and "the other for me" in order to recreate the enunciative scene, retrieving voices, dialogues, and thus constructing the argumentation defended.

Keywords: Otherness. Point of view. Emotion. Mariana Ferrer case.



INTRODUÇÃO

Em 2018, a *influencer* e modelo Mariana Ferrer relatou ter sofrido um estupro de vulnerável em Florianópolis - Santa Catarina. Esse caso teve grande repercussão no país e teve ainda mais destaque com a audiência jurídica, ocorrida em 2020, de forma *on-line*. Após a audiência, começou-se a divulgação de uma hashtag chamada #nãoexisteestuproculposo, que foi aderida por famosos e causou grandes revoltas nas redes sociais. Por fim, após investigações do caso, comprovou-se, por meio de exames toxicológicos, que não havia drogas no corpo da vítima. Junto a isso, as imagens das câmeras e os depoimentos de testemunhas contribuíram para a absolvição do André de Camargo Aranha, o acusado. Desse modo, após o fim da sessão, foi emitida a sentença penal absolutória do caso que contém de forma completa os depoimentos da vítima e do réu, demonstrando os dois pontos de vista em tensão.

Diante do contexto exposto, o trabalho tem como objetivo analisar o embate ideológico nos depoimentos da vítima e do réu, presentes na sentença penal absolutória do caso Mariana Ferrer, a fim de perceber a construção da orientação argumentativa nos dois centros de valores, no processo dialógico.

A pesquisa fundamenta-se na análise dialógica do círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1997), com o conceito de alteridade, em diálogo com teorias linguísticas enunciativas, Rabatel (2014, 2016, 2017); e com teorias da emoção, Plantin (2011), Micheli (2010, 2014), Martineau (2021), no que concerne ao tratamento dos dispositivos enunciativos, quais sejam, a análise dialógica valorativa, o ponto de vista (PDV) e a emoção. O *corpus* é composto por dois depoimentos, o da vítima e o do réu do caso Mari Ferrer, dentro da sentença penal absolutória, expedida pela 3ª vara criminal, da comarca da capital do estado de Santa Catarina, disponível na internet.

1 ALTERIDADE

Para os estudos bakhtinianos, a relação entre os enunciadores presentes na cena enunciativa é indissociável das práticas discursivas, as quais regulam e



demonstram diferentes os pontos de vista evocados, as ideologias e as relações que são estabelecidas em um determinado contexto de tempo e espaço.

Nesse viés, a figura do outro é basilar para a constituição do eu que enuncia, uma vez que toda a construção dos valores sociais é realizada por meio da interação efetiva dos indivíduos. Logo, não há um dizer dissociado de outros, tampouco abstrato, porquanto essa interação ocorre, de fato, em um dado setor social. Assim, é por meio das relações em alteridade que os sujeitos se constituem.

Nessa direção, Bakhtin (1997, p. 374) afirma:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.

Logo, enxergamos, com a citação, que os discursos que produzimos, os quais se materializam em forma de enunciados, são produzidos em relação aos discursos do outro, fomentados por meio da alteridade de um eu que só se constitui enquanto sujeito a partir dessa presença alheia. Dessa maneira, nossas construções enunciativas demonstram um tom valorativo que é influenciado pelo pelos pontos de vista que são emitidos socialmente pelos demais integrantes da sociedade.

2 PONTO DE VISTA

Adotar um ponto de vista significa escolher uma posição em dada cena enunciativa. Do ponto de vista linguístico, trata-se de um assunto complexo pois envolve a semântica, o léxico, e sintático, além de adentrar para a área do discursivo. Dessa forma, seguindo os estudos rabatelianos, ponto de vista (PDV) se trata de:

todo enunciado que predica informações sobre qualquer objeto da fala, dando não apenas informações sobre o objeto (relativo à sua denotação), mas também sobre a forma como o enunciator vislumbra o objeto, expressando assim um ponto de vista. O sujeito do PDV pode



ser um indivíduo, um coletivo, uma pessoa anônima, podendo expressar PDVs singulares ou coletivos, originais ou estereotipados¹. (RABATEL, 2017, p. 43, tradução nossa)

O PDV pode ser expresso por meio de algumas marcas, são elas “escolhas de categorização (substantivos e verbos), qualificação (adjetivos e advérbios), modalidade e modalização, ordem das palavras, ênfase, etc².” (RABATEL, 2014, p. 35, tradução nossa). Assim, o sujeito também pode exprimir o seu PDV por “comentários explícitos, como indiretamente, pela referenciação, isto é, pelas escolhas de seleção, de combinação, de atualização do material linguístico.” (RABATEL, 2016, p. 30).

3 EMOÇÃO

Plantin (2011), um importante linguista francês, relata que um enunciado de emoção é composto por um termo de emoção, um experienciador (lugar psicológico) e uma fonte de emoção. O autor explica que:

A declaração de emoção é definida como uma forma que liga um termo emocional (verbo ou substantivo), um lugar psicológico (às vezes chamado de lugar experiencial) e uma fonte da emoção. Falamos de fonte e não de estímulo para enfatizar o fato de que não estamos tratando de causalidade material, mas de uma construção linguística. A declaração de emoção será representada na forma máxima: **[Lugar Psicológico, Termo de Emoção, Fonte de Emoção]**³. (PLANTIN, 2011, p. 145, tradução nossa)

Outro autor contemporâneo que tem se dedicado a essa temática é Micheli (2014). Ele propõe modos de semiotização da emoção em seus estudos. Sob esse viés, o linguista define a emoção como experienciada e semiotizada; sendo esta,

¹ “Tout énoncé qui prédique des informations sur n'importe quel objet du discours, en donnant non seulement des renseignements sur l'objet (relatifs à sa dénotation), mais aussi sur la façon dont l'énonciateur envisage l'objet, exprimant ainsi un PDV. Le sujet du PDV peut être un individu, un collectif, un anonyme, et il peut exprimer des PDV singuliers ou collectifs, originaux ou stéréotypés” (RABATEL, 2017, p. 43)

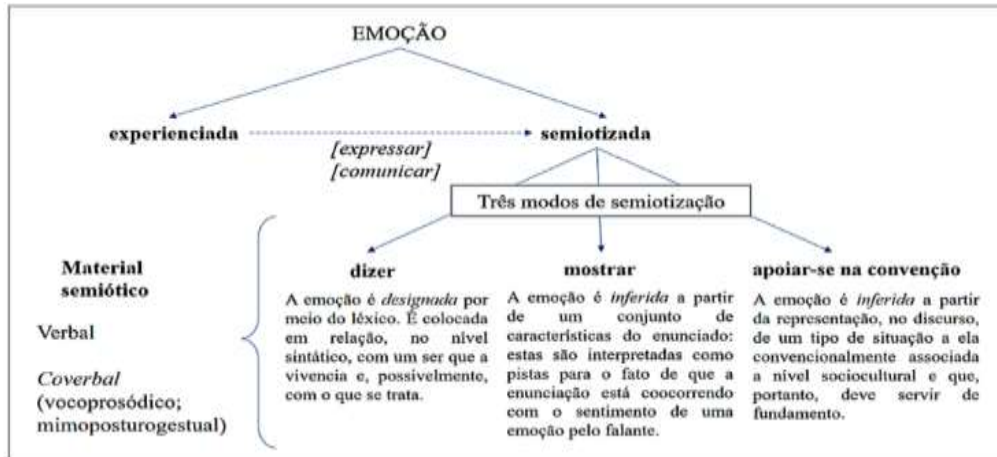
² “les choix de catégorisation (noms et verbes), de qualification (adjectifs et adverbes), de modalité et de modalisation, d'ordre des mots, de mise en relief, etc.” ((RABATEL, 2014, p. 35)

³ Dans ce qui suit, l'énoncé d'émotion est défini comme une forme liant une terme d'émotion (verbe ou substantif) un lieu psychologique (dit parfois expérienceur), et une source de l'émotion. Nous parlons de source et non pas de stimulus pour souligner le fait qu'on a affaire non pas à une causalité matérielle mais à une construction langagière. L'énoncé d'émotion sera représenté sous la forme maximale: [Lieu psychologique, Terme d'émotion, Source de l'émotion] (PLANTIN, 2011, p. 145)



dividida em emoção dita, mostrada ou apoiada na convenção, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 1 – Tipologia os modos de semiotização da emoção, segundo Micheli (2014)



Fonte: Micheli (2014, p. 17)

Dessa forma, a dita, refere-se às emoções emitidas pelo léxico; mostrada, refere-se aos conjuntos de características que inferidas mostram a emoção, seja por meio de uma exclamação, do gestual, das expressões faciais etc; e, a apoiada na convenção, que também é inferida, mas pressupõe o nível sociocultural.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste momento, expomos a análise dos depoimentos, da vítima e do réu, do caso Mariana Ferrer. Também é válido salientar que, seguindo postulados de Rabatel, denominamos os sujeitos desses discursos como Locutores Enunciadores Primeiros - L1/E1, quando eles são as pessoas que enunciam e que se responsabilizam pelos pontos de vista expressos, além de Enunciadores segundos- E2, no momento em que vozes alheias são gerenciadas e utilizadas pelos L1/E1.

- Depoimento da vítima Mariana Ferrer

Excerto 1

Que foi contratada para trabalhar no estabelecimento Café como divulgadora do local, era influenciadora e modelo; Que já tinha feito dois eventos antes dos fatos; Que como divulgadora somente foi duas



vezes, mas já foi em outras oportunidades; Que já fez outros eventos, pelo grupo Uol; Que foi ao local menos que 5 vezes; Que nas demais foi apenas para almoço; Que no dia dos fatos bebeu uma dose de Gin, consta da sua comanda; Que não se encontrou com rapaz, chegou com a Vanessa, ela lhe buscou em casa, tem provas; Que chegaram, logo em seguida chegou Sidnei, seu amigo, homossexual; Que "era" amigo, **infelizmente** não tinha amigos ali.

A vítima começa o seu depoimento descrevendo o motivo que a fez estar ali, o que consumiu no local do ocorrido e com quem ela estava acompanhada. A escolha dela em relatar que foi a trabalho, que bebeu uma dose de Gin e que chegou acompanhada dos amigos, mostra a intenção de Mariana em se caracterizar como uma pessoa correta e de "família", uma vez que, todas as ações descritas por ela são as esperadas na construção desse tipo de sujeito, são elas: trabalhadora, bebe socialmente e está acompanhada dos amigos. Até mesmo, quando a vítima caracteriza o amigo, ela o destaca como "homossexual", ou seja, ao escolher classificá-lo dessa forma, Ferrer afasta a imagem dela com a ideia de que queria algo com o sexo oposto.

Ao dizer "Que "era" amigo, **infelizmente** não tinha amigos ali", o L1/E1 realiza um ponto de vista assertado, de que aqueles não eram seus amigos, uma vez que ela se sente traída por eles, por acreditar que eles ajudaram a dopá-la. O uso da modalização afetiva subjetiva, advérbio de opinião "infelizmente", O L1/E1 expõe o seu ponto de vista de que gostaria que a situação fosse diferente. Já que na visão dela, se ela tivesse amigos, eles poderiam ter evitado o estupro.

Em relação à alteridade, evidenciada nos pares eu para mim, o outro para mim e o eu para o outro, Mariana constrói uma representação discursiva de alguém que gosta de trabalhar e que é idônea. As imagens construídas dos demais participantes da cena enunciativa são de que eles aparentemente eram seus amigos, mas que, ao fim, demonstraram não ser, uma vez que contribuíram com o mal causado a ela. Podemos enxergar a valoração, empregada a construção dessas imagens retóricas, na presença de verbetes como "infelizmente", o qual marca o posicionamento autoral em relação aos "pseudoamigos", bem como o "consta na comanda", o qual demonstra que sua fala é verídica e comprovável.

Nessa perspectiva, a alteridade com os demais se dá de uma forma em que há o afastamento da figura da influenciadora dos outros que se fazem presentes em



seu discurso, mesmo sendo eles basilares na composição da versão da história apresentada por ela.

Excerto 2

Que, apenas queria saber porque estava **sozinha**, porque **seus amigos tinha lhe abandonado**, não tinha noção do lugar que estava; Que o local, aparentemente parece ser um camarim, segundo as fotos e filmagem; Que, as 19horas, não estava com ele, não conhece o acusado, que ele não se aproximou de si quando estava normal; Que não estava com ele antes das 19:30horas; [...] Que **as amigas pactuaram com o crime, não lhe prestaram socorro e lhe abandonaram**; Que as pessoas são capazes de fazer coisas; Que se pergunta todos os dias sobre a atitude das amigas;

Nesse excerto, L1/E1 realiza um argumento emocional a fim de convencer o auditório de que estava fragilizada, abandonada pela traição dos amigos. Dessa forma, seguindo Plantin (2011), temos:

Quadro 1: estrutura do enunciado de emoção, segundo Plantin (2011)

Experienciador	Termo de emoção	Fonte de emoção	Orientação argumentativa
a vítima	abandonado	os seus amigos	A vítima evoca a emoção tristeza, insegurança ao relatar que foi abandonada pelos amigos, a fim de despertar empatia no auditório.

Fonte: elaboração própria

Concernente às construções lexicais que apontam para as relações de alteridade, enxergamos a presença de diferentes posições axiológicas apresentadas pela L1/E1.

Notamos, partindo do discurso de Mariana Ferrer, que a alteridade que é construída por intermédio das suas relações com os outros demonstra uma indignação por parte da vítima. De acordo com os lexemas avaliativos e axiológicos, os quais demonstram o teor emotivo-volitivo, a L1/E1 teria sido "abandonada" pelos seus amigos, além de ter "amigas" que, na verdade, "compactaram" com o abuso sofrido. Logo, enxergamos que a posição da L1/E1 para si é a de indignação com o caso. Em relação ao posicionamento do *eu para*



o outro, a L1/E1 demonstra desprezo e ter sido vítima de traição, uma vez que ninguém a socorreu, bem como de alguém perplexa, a qual não sabe do que esse outro é capaz de fazer. Por fim, a imagem veiculada do par *outro para eu*, nesse caso, é de alguém que foi deixada de lado pelos próprios amigos, ou seja, de quem se esperava aconchego e proteção, a posição tomada foi exatamente a contrária.

- Depoimento do réu André Aranha

Excerto 3

Que a acusação é totalmente falsa, nunca deu droga para ela e nem para quem quer que seja; Que, na verdade, a motivação é financeira; Que ela quer dinheiro, virou celebridade, o golpe não é contra si, é contra o Roberto Marinho Neto;

O réu inicia o seu depoimento realizando um diálogo com a versão da vítima, contestando-o e expondo o seu ponto de vista de que acredita que tudo o que ela disse foi mentira. Em contrapartida à acusação da vítima que dizia ter sido drogada, o L1/E1 a refuta com um elemento novo, um contra-argumento de que ela está o acusando por "motivação financeira". Nesse excerto, portanto, o réu constrói uma representação discursiva negativa da vítima. Por meio dos lexemas "falsa", "motivação financeira", "dinheiro", "golpe", ocorre a desqualificação da vítima, colocando-a como: mentirosa, interesseira e golpista.

A escolha lexical do modalizador epistêmico "totalmente" é utilizada pelo L1/E1 a fim de classificar tudo o que a vítima disse como mentira, em especial, a acusação de drogas, asserção essa reforçada pelo resultado do exame toxicológico realizado na vítima.

Em relação à alteridade, notamos que o discurso da vítima é totalmente presente na construção contra-argumentativa evidenciada pelo réu. Nessa direção, o par *o outro para mim* traz a ideia que o réu cometeu o crime, drogando a vítima; todavia, com o par *eu para o outro*, Aranha demonstra ser um homem idôneo, que nunca cometeu tais adversidades, além de, por existir tais acusações, ser utilizado como meio para que Mariana tivesse público e engajamento. Nesse viés, o par *eu para outro* é fundamental na construção do par *eu para mim*, o qual



demonstra que alguém inocente está sendo utilizado para que outrem, de forma gananciosa, consiga obter sucesso.

Excerto 4

Que ela falou que estava drogada, se dissesse que teve relação, seria preso; Que não teve penetração, não teve relação sexual; Que foi uma relação meio de lado, íntima; **Que foi atrás de tudo, sua vida acabou**, conversou com diversos especialista, disseram que essa ruptura do hímen, pode ter sido 24, 48 e até 15 dias, não sabe quem foi, mas não foi; Que tudo foi por cima da calcinha; [...] Que foi tudo muito rápido, ela subiu, não foi beijar de novo, foi passar a mão na por cima da calcinha, ela esfregou o pênis na calcinha; Que era um momento muito íntimo; Que acha muito difícil em 5 minutos fazer tudo isso que ela está falando, **é uma invenção maluca.**

Nesse excerto, o L1/E1 realiza sua contra-argumentação em relação às acusações da vítima. Vejamos, no quadro abaixo:

Quadro 2: dialogismo entre os argumentos da vítima e as contra-argumentações do réu.

Argumentação da vítima	Contra-argumentação do réu
Foi drogada no estabelecimento; Foi estuprada com rompimento do hímen; Foi levada pela amiga até o bangalô onde ocorreu o ato;	Ele nunca a drogou, nem a ela e nem a ninguém; Eles não tiveram relações sexuais com penetração, apenas oral e preliminares; Segundo especialistas, a ruptura do hímen da vítima pode ter sido rompido 24, 48 e até 15 dias depois do episódio;

Fonte: elaboração própria

Com os dizeres do quadro, notamos a tensão dialógica presente nos discursos da vítima e do réu. Enquanto ela afirma ter sido violentada com penetração, ele nega; enquanto afirma ter sido drogada, o réu se defende dizendo que tal fato nunca ocorreu. Dessa forma, vemos que, em uma alteridade que não é empática, as duas vozes, em conflito, destoam, e buscam se ancorar em fontes, principalmente a voz alheia advinda dos especialistas, pelo réu, a fim de consolidarem seus discursos como sendo verdadeiros, perante o juiz e perante a sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos o depoimento da vítima, Mariana Ferrer, e do réu, André Aranha, presentes na sentença penal absolutória do caso estupro de vulnerável, atendendo para a construção da orientação argumentativa de cada um, construída na oposição dos dois centros de valores.

Com base nas análises da alteridade, do PDV e da emoção, notamos que cada um dos envolvidos se manifesta de maneira diferente: Mariana constrói uma imagem de vítima que foi abandonada pelos amigos e expressa emoções de tristeza e angústia frente ao estupro ocorrido; André também constrói uma imagem de vítima e expressa emoções de desesperança e medo, uma vez que possui uma condenação social já consolidada.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal** 4 ed. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 337-357.
- MARTINEAU, François. **Petit Traité d'argumentation judiciaire et de plaidoirie 2022/2023**. 9. ed. Paris: Dalloz, 2021.
- MICHELI, Raphaël. **L'émotion argumentée: l'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français**. Paris: Les éditions du CERF, 2010. P. 115-151.
- MICHELI, Raphaël. **Les émotions dans les discours: modèle d'analyse, perspectives empiriques**. Louvain-la-Neuve: De Boeck Duculot, 2014.
- PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Bern, Peter Lang, 2011.
- RABATEL, Alain. Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme. **Revue Ela – Études de linguistique appliquée**, n. 173, p. 27-45, 2014.
- RABATEL, Alain. **Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração - teoria e análise**. Tradução Maria das Graças S. Rodrigues, Luis Passeggi, João G. da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v.1
- RABATEL, Alain. **Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue**. Limoges: Lambert-Lucas, 2017, p. 43).



A PERSPECTIVA COSERIANA DOS CONTEXTOS POSITIVO E NEGATIVO E SUA RELAÇÃO COM O DITO E O NÃO-DITO NO PROCESSO ARGUMENTATIVO

Marcelyne Costa de Oliveira
Silvio Luis da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este trabalho questiona se há relação entre os contextos positivo e negativo, da proposta coseriana da Teoria dos *Entornos* e os estudos do dito e não-dito, propostos pelos estudos da argumentação na língua, e como provocam o efeito argumentativo sob os memes. Para isso, nos valem de dois memes do *Twitter* sobre a violência contra as mulheres e nele buscamos estabelecer as relações do dito/não dito, dos contextos verbais positivo e negativo. Nossa proposta analítica se baseia, primeiramente em Ducrot (1987), Pêcheux (1988), Silva (2009) e Ilari (2001), para análise entre língua e discurso, e para entender a relação sua relação com a Linguística Integral, nos valem de Coseriu (1955-56, 1979 e 2007). Esperamos os contextos verbais positivo e negativo, correlacionam-se ao dito e não-dito e podem contribuir para entendimento do funcionamento da construção do sentido.

Palavras-chave: Argumentação. Discurso. Coseriu. Entornos.

Abstract: This work questions whether there is a connection between the positive and negative contexts of the Coserian proposal of the Theory of Environments and the studies of what is said and what is not said, proposed by studies of argumentation in language, and how they provoke the argumentative effect under memes. For this, we use two Twitter memes addressing violence against women and in it we seek to establish the connection between the said/unsaid, the positive and negative verbal contexts. Our analytical proposal is based, firstly, on Ducrot (1987), Pêcheux (19888), Silva (2009) and Ilari (2001), for analysis between language and discourse, and to understand their relationship with Integral Linguistics, we make use of Coseriu (1955-56, 1979 and 2007). We expect the positive and negative verbal contexts correlate to what is said and what is not said, thus contributing to our understanding how the construction of meaning works.

Keywords: Argumentation. Speech. Coseriu. Surroundings.



INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar o processo de construção de sentido dos *a partir da Teoria dos Entornos de Eugênio*, marcadamente os contextos verbais positivo e negativo, correlacionam-se com a perspectiva do dito e não-dito, dos estudos da argumentação, e também promover o entendimento do funcionamento da construção dos argumentos necessários para a produção do sentido em memes do *Twitter*.

Eugenio Coseriu desenvolveu a Linguística Integral para realizar a análise dos aspectos do falar, divididos em três níveis dos saberes do falar: nível universal do falar, nível histórico das línguas e o nível individual do texto. A partir desta linguística, Coseriu criou a Teoria dos *Entornos*, para categorizar melhor os elementos relacionados ao elementos internos e externos que circulam o discurso. Coseriu (1979, p. 213) diz “O falar não pode ser contido apenas na língua”. Deste modo, analisaremos os vários elementos que marcam a construção de sentido dos memes, que podem ser internos ou externos a língua.

Os memes analisados do Twitter abordam o tema da violência contra as mulheres. O trabalho destaca que para compreender um meme é necessário um conhecimento de mundo acerca de determinado assunto que está circulando na mídias sociais e jornais oriundo dos acontecimentos da realidade. O maior problema para o sentido dos textos, atualmente, é a existência de muita divergência na interpretação dos textos das redes sociais, o que causa interpretações indefensáveis e inverossímeis, que assumem caráter de verdade absoluta.

Isso se dá porque a comunicação nas redes sociais é promovida por meio de textos multifacetados, com recursos diversos e acessados por sujeitos diferentes. Por essa razão, o sentido é igualmente multifacetado, o que cria a equivocada impressão de que diversos sentidos são possíveis. Torna-se necessário, então, questionar e explicar quais são os limites dados pelos textos e seus contextos para o sentido que produzem.

Os memes tornaram-se um gênero textual bastante utilizado atualmente para, de maneira irônica, produzir sentidos, essa análise torna-se relevante na medida em que ambas as propostas buscam entender como a relação dos elementos



internos e externos ao texto/discurso implicam o seu sentido e, por conseguinte, o seu poder argumentativo.

Este trabalho baseia-se na análise linguística do discurso, enunciação e dito e não-dito promovida por Ducrot (1987), Pêcheux (1988) e Ilari (2001), nos valemos também de Coseriu (1955-56, 1979 e 2007, como fundamentação para a Teoria dos *Entornos*.

Assim este trabalho questiona e busca compreender como o sentido se dá e quais aspectos devem ser considerados para que um sentido adotado possa ser entendido como “verdadeiro”, embasado na realidade. Além desta primeira seção introdutória o trabalho é dividido em mais três: A segunda seção é destinada a Linguística Integral e os *Entornos*, a terceira seção será sobre contexto verbal positivo e negativo e a relação com o dito e não dito, e a quarta e última seção sobre a Análise dos memes na perspectiva coseriana dos contextos positivo e negativo e sua relação com o dito e o não-dito.

2. A LINGUÍSTICA INTEGRAL E A TEORIA DO ENTORNOS

Coseriu (2007), destaca que a Linguística Integral aponta para três planos da linguagem: o plano do falar em geral, o plano das línguas e o plano do discurso, associados, respectivamente, ao nível universal, o nível histórico e o nível individual. No exercício da fala, muitos elementos devem ser observados para que se possa, efetivamente, dar conta das variações da produção de sentido. Coseriu não se contenta com as propostas de análise da influência do contexto, como defendido por outros que o antecederam, marcadamente os estudiosos da Linguística Textual, mas se envereda pelo detalhamento desse contexto, o que chama de Entornos.

Na perspectiva de Coseriu, “los entornos orientan todo discurso y le dan sentido, y hasta pueden determinar el nivel de verdad de los enunciados.” (COSERIU, 1955, p. 45). Os entornos estão conectados aos sentidos que geram o entendimento do texto relacionado as circunstâncias de fala associadas a contextos verbais, idiomáticos ou extraverbais:



No hay que explicar al hablar desde el punto de vista de la lengua, sino viceversa. Ello porque el lenguaje es concretamente hablar, actividad, y porque el hablar es más amplio que la lengua: mientras que la lengua se halla toda contenida en el hablar, el hablar no se halla todo contenido en la lengua (COSERIU, 1955-56, p. 32).

Coseriu (1955-56) criou os *Entornos* nasceram da necessidade de novas categorias para analisar os aspectos do falar, pois os autores da época se preocupavam, em sua maioria, com a análise da língua deixando de lado a fala. O teoria dos *Entornos* permite compreender os vários tipos de manifestações culturais, sociais e históricas, por trás do discurso falado e/ou escrito.

Coseriu (1955-56), em no artigo *Determinación y Entorno – dos problemas de una lingüística del hablar*, divide os Entornos em quatro: situação, região, contexto e universo de discurso. Em síntese, a situação refere-se aos elementos do texto que são compreendidos no momento da fala, a região é o espaço de significação para os signos linguísticos, o contexto está ligado aos elementos verbais e não verbais do discurso, e por fim o universo de discurso pertence a um contexto discursivo absoluto, que determina o nível de verdade do texto, como o universo da literatura ou matemática.

Dentre os quatro tipos de Entornos linguístico listados acima, este trabalho apresenta uma análise apenas do contexto verbal, que por sua vez é dividido entre: imediato e mediato, positivo e negativo, o presente trabalho, no entanto, ficará apenas nos contextos verbais positivos e negativos na intenção de verificar sua relação com o dito e não-dito do processo argumentativo do gênero textual meme, difundidos nas mídias sociais, especialmente no Twitter.

3. CONTEXTO VERBAL POSITIVO E NEGATIVO E A RELAÇÃO COM O DITO E NÃO DITO

Para Coseriu (1955/56), o contexto verbal positivo está relacionado a tudo o que é dito, é a materialidade das palavras e das relações que elas estabelecem entre si. Por outro lado, o contexto verbal negativo está implícito na língua, é algo que não é dito, mas pode estar implícito, subentendido. Coseriu explica que as ausências conscientes, do “não dizer”, são chamadas de “não dizer intencional”, e podem ser classificadas em três tipos: insinuação, alusão e sugestão.



Desde otro punto de vista, el contexto verbal puede ser positivo o negativo: constituye contexto tanto aquello que efectivamente se dice, como aquello que se deja de decir. Si éste dejar de decir algo es intencional, tenemos lo que - según el propósito se atribuya al hablante - se llama insinuación, alusión o sugerencia. La poesía sugestiva se funda, en buena parte, en un apropiado empleo intencional de los contextos verbales negativos. (COSERIU, 1979, p. 315)

Ao dizermos algo, deixamos de dizer uma outra coisa, que acaba por completar o sentido do que se diz. Dessa forma, o que não é dito pode não estar explícito para o sujeito que recebeu e leu o texto. Da mesma forma, se o destinatário não tiver os conhecimentos necessários, não conseguirá entender o texto que, por algum motivo, chegou até ele.

Assim, os memes que serão analisados, mostram as informações explícitas que foram ditas e configuram um contexto verbal positivo pequeno, restrito e breve, pois há poucos elementos efetivamente presentes. Por outro lado, as informações que não foram ditas, seja estrategicamente ou não, podem ser recuperadas e promover o texto e dar-lhe sentido. Esses contextos verbais negativos, o que se deixou de dizer, não-ditos, são tantos quantos o contexto extraverbal permitem para aquela situação comunicativa. O contexto verbal negativo deve ser vastamente explorado para que o sentido do texto seja dado pela capacidade do leitor de fazer as conexões com o exterior permitidas pelo texto.

Alguns autores também demonstraram suas contribuições para o dito e não-dito nos textos. Para Ducrot (1987), o ato de dizer faz parte dos pressupostos e subentendidos. O autor descreve os pressupostos como componentes linguísticos que não precisam da ajuda do contexto para a interpretação, por outro lado, os subentendidos são descritos como componentes retóricos, que dependem das "circunstâncias contextuais".

As circunstâncias textuais e a intenção do falante constroem o sentido do texto. Ilari (2001, p. 92) afirma que "esses implícitos só podem ser descobertos por um trabalho de conjectura feito a partir de uma avaliação global da situação comunicativa, em que o ouvinte procura recuperar as intenções do falante". Todo esse trabalho é necessário para que não ocorram mal-entendidos na interpretação.



Segundo Ducrot (1987), um enunciado contém posto, pressuposto e subentendidos, e são indispensáveis para a análise e interpretação do que foi dito ou não-dito, mas sugerido no texto. Deste modo, primeiramente observamos o que está posto, ou seja, a que a sentença diz explicitamente, em seguida analisamos o pressuposto, que surge como uma informação verdadeira, relacionada a informação do enunciado, também expressa o conhecimento prévio do falante/ouvinte.

O texto, muitas vezes nos faz presumir informações baseadas em pequenos indícios e suposições levantadas pela própria mente do leitor, sem uma base comprovada. Evidentemente, não é possível enumerar cada uma das possibilidades de interpretação que os leitores tenham. Aqui, o analista precisa buscar o máximo de informações contextuais, sociais, históricas, culturais etc. para mostrar as possibilidades emanentes do texto.

Os textos implícitos ou não-ditos, por sua vez, também estão relacionados às capacidades interpretativas e aos conhecimentos exteriores ao texto necessários para dar-lhe sentido. Em certa medida, podemos dizer que é isso que leva o leitor a compreender a intenção e o propósito emanente do texto.

Por fim, os textos subentendidos trazem insinuações, não representadas linguisticamente, como inferências relacionadas à situação enunciativa do texto.

Coseriu (1979), destaca a importância de analisar o contexto verbal positivo (dito) e o contexto verbal negativo (não-dito), pois o enunciador pode ter ocultado algumas informações propositalmente, desse modo, o discurso precisaria de uma análise mais minuciosa das intenções do enunciador.

4. ANÁLISE DOS MEMES

Este trabalho foi realizado, por meio de uma pesquisa no Twitter, sobre a problematização dos memes a respeito da violência contra a mulher. Este trabalho busca fazer uma análise da materialidade linguística, focada nos aspectos do dito e não-dito da estrutura argumentativa e nos entornos de Eugenio Coseriu sobre o contexto verbal positivo e o contexto verbal negativo.



Foram analisados dois memes que apareceram primeiro nas pesquisas sobre a ridicularização a respeito da violência contra as mulheres. A pesquisa de caso ocorreu no dia 8 de março de 2023, na rede social Twitter. Verifica-se a intenção dos autores das publicações, e o que está explícito e implícito, ao levar em consideração os sentidos e o contexto discursivo dos memes.

Meme 1: Publicação do perfil pessoal do internauta CBcrf (@cbsantosbr)¹ na mídia social, Twitter no dia 30 de março de 2020.



O primeiro meme foi postado por CBcrf (@cbsantosbr) na mídia social, Twitter no dia 30 de março de 2020. Ela retrata os clássicos personagens do seriado de animação *The Simpsons*, aborda explicitamente, uma cena de violência doméstica contra mulher, tendo em vista, que os personagens são casados na trama da animação. Ao analisarmos o contexto sobre o qual foi postado, esse meme foi introduzido dentro de uma discussão sobre futebol.

Os não-ditos estão associados à relação de “resposta”, pois seu propósito foi responder a três *tweets* anteriores. O primeiro *tweet* foi postado pelo jogador de

¹ Tweet do internautaCBcrf (@cbsantosbr) que foi analisado:

<https://twitter.com/cbsantosbr/status/1244463894724259840?t=0cKP0Xuad9HtA0q8YMp9Hw&s=09>



futebol Gabriel Barbosa (@ gabigol), atacante do Clube Flamengo no dia 30 de março de 2020. No *tweet*, o jogador diz: "Então, vem...", e uma foto de si mesmo com o Mickey Mouse, em relação a um tuíte de 2010 da cantora Manu Gavassi(@manugavassi) que diz: "Pensa numa pessoa que odeia futebol. Sou eu".

No momento da postagem do jogador, a cantora está participando do Big Brother Brasil 2020. Por causa do post antigo da cantora, o jogador expressou sua opinião a favor da saída da cantora do reality show.

O segundo *tweet*, foi publicado por Jhoni (@silvajhonii) um fã do time do Flamengo. Não sabemos o que ele diz, pois o post foi excluído. Por fim, o terceiro *tweet* antes do meme que analisaremos, foi postado pela A. Domi (@noscvporai) no dia 30 de março de 2020, pública uma crítica em resposta a @gabigol e @silva jonil, uma foto de um *print* da conversa da conta de @rafaella com 2.168 curtidas, que diz: "Ai gabriel me poupe".

No meme postado por CBcrf (@cbsantosbr), Homer *Sympson* chuta Marge, sua esposa no seriado, e tem escrita a frase "Sai daqui muié", o contexto verbal positivo, o dito. Porém, é preciso que se verifique o contexto verbal negativo, o que não foi dito, mas que permeia o processo de construção de sentido no/pelo texto.

Há lacunas deixadas pelo que está à vista e essas lacunas são preenchidas mediante conexão que os tuítes fazem a interpretação do que não foi dito, mas pensado como a representação do que a postagem quis transmitir durante as discussões.

Coseriu (1979), ao bordar o "não dizer intencional", reflete sobre o caráter insinuativo do texto, o meme analisado insinua que mulheres não deveriam falar sobre futebol, pois deveria ser um universo exclusivamente masculino, o post de CBcrf além de menosprezar o posicionamento da A. Domi a respeito da postagem inicial do Jogador Gabriel Barbosa, também defende o post do Jogador.

Quanto ao contexto verbal positivo, "Sai daqui muié" Percebemos que frase parte de uma a violência verbal ao menosprezar a mulher por meio da palavra "muié", que retratada a "mulher", na forma gramatical incorreta, porém compreensível e sugestiva, e ainda, exclui essa "muié" do universo masculino construído pelos elementos anteriores, o que, em consonância com a imagem do personagem



Homer Simpson chutando sua esposa *Marge Simpson*, promovem o descaso e a desvalorização das opiniões das mulheres sobre o universo do futebol, a *Marge*, dentro do universo discursivo do futebol, foi transformada em uma bola para ser chutada metaforicamente, para fora das discussões.

No tuíte a imagem já causa desconforto em alguns, e regozijo em outros. Afiliados à exclusão da mulher do discurso sobre futebol, provavelmente, entendem o meme como risível e “aceitável/adequado”, já que o meme tem por função precípua fazer rir a partir de uma crítica. Por outro lado, o mesmo meme suscita a violência banalizada e que, para os outros muitos, deve ser visto como uma distorção da função primeira do meme e uma tentativa de perpetuar a exclusão da mulher do futebol.

Meme 2: Publicação do perfil pessoal do internauta CBcrf (@cbsantosbr)² na mídia social, Twitter no dia 30 de março de 2020.



Neste segundo meme, @cbsantosbr rebate uma crítica recebida ao seu meme. A internauta (@hyeviada responde ao meme com outro meme, nele aparece uma foto do *Sonic*, personagem de um filme de animação, que diz: “Que pena em amigo, parece que eu vi q vc eh Homem. Logo, tudo que você falou foi

² Tweet do internautaCBcrf (@cbsantosbr) que foi analisado:

<https://twitter.com/cbsantosbr/status/1244666328348274688?s=20>



automaticamente anulado.”. Então em resposta a @hyeviada, @cbsantosbr posta meme com foto do jogador Neymar (ao lado) e frase: “Silencio femea”.

A voz feminina é menosprezada, novamente a mulher é “ordenada a se calar”. Com os memes, @cbsantosbr vai construindo uma autoimagem de machista. Não há argumentos, há ordens vazias, tenta-se uma “argumentação por memes”, mas esses não encontram respaldo na lógica.

Silva (2009), comenta sobre a incompletude do discurso não-dito. Nenhum enunciado está finalizado para sempre. Os discursos podem ser complementados independentemente do assunto, e estão abertos a reconstruções e interpretações, ao longo da história. Assim, o sentido do contexto verbal positivo do que está explícito na colocação “Silencio femea” é complementado pelo contexto verbal negativo implícito que, neste caso, é representado por imagens e pelos conhecimentos externos do leitor acerca do tema, desta forma “o não-dito precede e domina o dizer” (PÊCHEUX, 1988, p. 291).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os memes, foram entendidos como uma proposta de “debochar” e tornar risíveis assuntos que ganham espaço na mídia, tende a ser um produto de crítica social com fins. São capazes de estabelecer sentidos, modificar a os sentidos dados pelos textos com os quais dialoga.

Eles dialogam com o momento histórico, e podem denunciar “problemas” estruturais da sociedade. Não basta a compreensão do sentido do risível ou do que aparentemente crítica, faz-se necessário visualizar as conexões realizadas entre o texto e as relações socioculturais e históricas estabelecidas de acordo com seu período de produção e com o que está obscurecido pelo não-dizer, pelo contexto verbal negativo.

Contextos verbais positivo e negativo são apenas um pequeno esboço do que Coseriu, através dos entornos, aponta para entender a produção de sentido. O que é dito explicitamente, o posto e seus pressupostos, é o contexto verbal positivo. O não-dito, o subentendido de que Ducrot não se ocupa, mas anuncia, se assenta no contexto verbal negativo, nas relações que se estabelece do



texto/discurso com o mundo, os falantes e o que é possível depreender, não se trata de meras suposições, mas de elementos de produção de sentido inter-relacionados ao texto/discurso.

As descobertas aqui apresentadas são, ainda, embrionárias e precisam ser mais acuradamente exploradas em análises futuras

REFERÊNCIAS

COSÉRIU, Eugenio. **Determinación y entorno**; dos problemas de una lingüística del hablar. In: Romanistisches Jahrbuch, v. 7, p. 29-54, 1955.

COSERIU, Eugenio. **Linguística del texto**. Introducción a la hermenéutica del sentido. Madri, ed. Arco/Libros, 2007.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e linguística geral**: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

DUCROT, Oswaldo. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

SILVA, Obdália S. F. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, v. 13, n. 14, 2009.



COMO ALUNOS DESENVOLVEM SEUS ARGUMENTOS E PROVAS MATEMÁTICAS EM SALA DE AULA

Marcus Prates
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Carlos Augusto Aguilar Júnior
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Trata-se de recorte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito de mestrado cujo objetivo é verificar como professores validam a argumentação e a prova matemática. Tendo em vista a vastidão de pesquisas no campo e a verificação de uma carência nas práticas argumentativas, aqui nos limitamos a trazer parte dos formulários respondidos por estudantes das redes públicas e privadas de escolas do estado do Rio de Janeiro, para analisar como esses alunos desenvolvem argumentações e provas matemáticas, tendo como base teórica principalmente a tipologia proposta por Balacheff (1988). Considerando a recente implementação do tema na BNCC (2018), além de resultados obtidos em trabalhos anteriores, como o de Aguilar Júnior (2012) e partindo da hipótese de que a pandemia de Covid-19 impossibilitou o trabalho pedagógico mais sistematizado com os objetos de aprendizagem e as habilidades previstas na Base, constata-se que esses estudantes não desenvolveram níveis elevados de argumentação, limitando-se ao mais elementar.

Palavras-chave: Argumentação. Prova matemática. Avaliação. Validação.

Abstract: This is an excerpt from a Master's degree research that is aimed at verifying, in two phases, how teachers validate mathematical argumentation and mathematics exams. Considering the numerous researches in the field and the observation of a deficiency of argumentative practices, we limit ourselves to present part of the forms answered by students of public and private schools in the State of Rio de Janeiro, with the purpose of analyzing how these students develop their mathematical argumentation and mathematics exams, having as main theoretical basis the typology proposed by Balacheff (1988). With a view to the recent implementation of the theme in the National Common Curricular Basis (2018), the Brazilian curricular basis, besides of results obtained in previous works, such as Aguilar Júnior's (2012), the hypothesis implies that these students have not developed elevated levels of argumentation, being limited to what is more elementary.

Keywords: Argumentation; Mathematics exams; Evaluation; Validation.



INTRODUÇÃO

Argumentação, explicação, demonstração e prova matemática são termos que podem ser confundidos entre si, dependendo do contexto, da situação. Esses conceitos são objetos de estudo de diversos pesquisadores, seja no âmbito semântico, cultural, ou mesmo na forma como são compreendidos e validados em sala de aula, com alunos do ensino básico ou superior. Com uma extensa pesquisa sobre o tema, Balacheff (1988) traz, em um de seus trabalhos, diferentes tipos de provas de forma hierarquizada e interrelacionadas entre si. Essas categorias vêm sendo frequentemente utilizadas em pesquisas posteriores como norteadoras para a análise de dados produzidos. É importante destacar que, apesar de serem tomadas, muitas vezes, como estágios do desenvolvimento argumentativo, essas tipologias de argumentação propostas por ele não devem ser interpretadas dessa forma (BALACHEFF, 2022). Elas categorizam a forma como os alunos do experimento em questão lidaram com diferentes tipos de argumentos e provas, que dependiam das suas próprias concepções – que, por sua vez, moldavam a forma como interpretavam os argumentos e os problemas.

Já Savioli e Silva (2016) dão enfoque no contexto da Educação Matemática, trazendo à luz os conceitos de demonstração e prova matemática e como podem ser desenvolvidos em sala de aula, explicitando as funções da demonstração e sugerindo abordagens que desenvolvam essa prática em sala de aula. Da mesma forma, Nasser e Tinoco (2003) também explicitam algumas funções e os tipos de prova matemática, para que, em seguida, possam analisar respostas de alunos do ensino básico dadas a questões de diferentes áreas do conhecimento matemático. As autoras verificam que, em muitos casos, os estudantes apresentam bons argumentos, mesmo quando não apresentam resposta final correta, enquanto há outros casos em que respostas mais diretas e menos ricas, digamos, são apresentadas com resultado final correto. Com sua pesquisa também voltada para a sala de aula, Aguilar Júnior (2012) constatou que os professores (sujeitos da pesquisa) estão inclinados a não estimular a argumentação em sala de aula, além de darem mais valor a respostas mais diretas (aplicação direta de fórmulas, por exemplo). Essa verificação acontece não apenas pela forma como corrigiram, mas devido a algumas justificativas (para a correção),



em que esses professores alegam que essas respostas são similares às que eles próprios dariam.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, em que serão analisadas, em dois momentos, as concepções de professores de Matemática do Ensino Básico acerca da argumentação em sala de aula. Em um primeiro momento, os participantes corrigirão atividades respondidas por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio, utilizando os critérios de sua escolha para essa correção, atribuindo um grau/nota e justificando seu posicionamento, tal qual o trabalho de Aguilar Júnior (2012). No segundo momento, responderão a um questionário sobre suas perspectivas e metodologias em sala de aula no que diz respeito ao estímulo e ao desenvolvimento de argumentos. Embora possam compreender a importância de se trabalhar com este objeto de conhecimento, atualmente materializado com algumas habilidades da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), é possível que os professores não valorizem os argumentos utilizados pelos alunos, o que pode indicar que eles não fomentam o desenvolvimento de uma cultura da argumentação e da prova em sala de aula. Isso porque, apesar de o tema estar pautado na BNCC (2018), ainda é algo muito recente na base da Educação brasileira, além de termos referenciais que mostram essa carência em sala de aula. Pensando nesse contraste entre o que apontam as pesquisas e a recente implementação do tema na BNCC, o que pode indicar uma deficiência dos estudantes nesse quesito, surge a questão: Como alunos do ensino básico interpretam e apresentam argumentos para a solução de problemas? Para responder a esta pergunta, realizamos junto com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino médio de algumas escolas de ensino público e privado das cidades de Nilópolis e Niterói, no Rio de Janeiro, a aplicação de uma atividade contendo quatro questões que estimulam o raciocínio dedutivo e a argumentação, à semelhança do que realizou Aguilar Júnior (2012).

Neste artigo, trazemos etapas iniciais da pesquisa, com foco nos alunos, visto que não temos todos os dados necessários para a conclusão do proposto. Aqui apresentamos os dados produzidos nas turmas de ensino básico e fazemos a análise das respostas dadas, sem as correções dos professores. As seções seguintes deste artigo são divididas da seguinte forma: No referencial teórico,



trazemos o embasamento necessário para a pesquisa, juntamente com sua justificativa, com nomes já citados acima e de forma mais detalhada. A metodologia também é descrita nesse tópico. Na análise dos dados, categorizamos, dentro da tipologia proposta por Balacheff (1988), as respostas dadas pelos alunos do às questões apresentadas a eles. Em seguida, há um vislumbre das próximas etapas da pesquisa, detalhando como será feito com os professores e a forma como se pretende analisar os dados futuros – incluindo a verificação de como o discurso se alinha (ou não) à validação feita durante a correção. Por fim, as considerações finais trazem o fechamento desta etapa, junto com as expectativas para as próximas etapas da pesquisa, com base no referencial apresentado e os dados produzidos.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Argumentação é um processo de manipulação de objetos em que se busca validar ou fazer oposição a uma afirmação por meio de uso da linguagem, ganhando o status de prova quando é aceita e validada (BALACHEFF, 2022). Em concordância com essa visão, Nasser e Tinoco (2003) dizem que a prova (também entendida como demonstração) tem a função de validar um resultado ou afirmação, além de explicar a razão de tal resultado ser verdadeiro. Para alunos da educação básica, muitas vezes o resultado de algum cálculo, por si só, já é suficiente para provar a veracidade de algo. Também é comum a aceitação de algo simplesmente porque é dito pelo professor, não havendo, nesses dois casos, a necessidade de provar algo que já está claro para eles. É preciso, portanto, que eles tomem conhecimento da importância da argumentação e da prova matemática, para possam ter mais rigor em suas respostas, além de desenvolver seu raciocínio lógico e, claro, suas habilidades de argumentação. Nesse caso, os professores devem acostumar os alunos com o processo dedutivo gradualmente, sem esconder ou omitir possíveis dificuldades que venham a ter no caminho (NASSER E TINOCO, 2003).

As provas possuem um caráter social intrínseco a elas, de modo que passam a ser reconhecidas como tal, bem como ferramentas confiáveis, após a aceitação social (BALACHEFF, 1988). Da mesma forma, Savioli e Silva (2016) argumentam



que os critérios de verdade utilizados em demonstrações matemáticas também dependem de fatores culturais, que mudam a cada época, cada geração – Basta notar que as demonstrações de Euclides e Newton, por exemplo, possuem critérios diferentes. Assim, entendemos que no decorrer do processo de estímulo e aprendizagem da argumentação, os alunos podem tomar como verdade diferentes argumentos e em diferentes níveis, o que certamente será também influenciado pelo meio social em que vivem. Portanto, aqui, neste trabalho, compreenderemos quem são nossos sujeitos da pesquisa e analisaremos a forma como argumentam e o que consideram suficiente para tomar uma resposta como verdade. Utilizaremos os níveis de argumentação propostos por Balacheff (1988) – Empiricismo ingênuo, experimento crucial, exemplo genérico e a experiência mental – como apoio para essa análise, mas levando em conta que nem sempre será possível categorizar algumas dessas respostas.

Mesmo que haja diversas pesquisas ao longo de muitos anos sobre o tema, com estudos de caso, análises, experimentos em sala de aula e orientações, a inserção do tema como conteúdo curricular em documentos oficiais brasileiros é muito recente. A BNCC (2018) indica que ainda no Ensino Fundamental deve haver o desenvolvimento do letramento matemático, sendo a argumentação matemática uma das competências específicas a serem trabalhadas, para que os estudantes possam conjecturar, formular e resolver problemas em diferentes contextos e com a utilização de diferentes ferramentas. O documento também destaca que os alunos devem ser iniciados na avaliação da argumentação na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental, o que desenvolverá seu senso crítico argumentativo. Já na etapa do Ensino Médio, a BNCC aponta a necessidade investigar e justificar soluções apresentadas para problemas, com foco na argumentação, com objetivo das competências referentes ao raciocínio.

A pesquisa original, que deu origem a este artigo, tem como objetivo a investigação/análise da forma como professores validam argumentos apresentados por alunos, frente à própria visão (desses professores) em relação à argumentação matemática. Existem muitas semelhanças entre a pesquisa de Aguilar Júnior (2012) e esta, mas há pontos cruciais que as diferem: Enquanto a primeira visava verificar a forma como os professores entendiam argumentação – baseando-se em um questionário e na correção de atividades – a segunda



pretende verificar diferenças entre discurso/opinião e prática (a forma como validam argumentos), verificando, inclusive, como e se os docentes compreendem a argumentação matemática. Outra diferença essencial é que não havia base curricular com orientações nesse campo à época da primeira, diferente de agora. Portanto, é importante levar em conta essa obrigatoriedade curricular, tanto por ser obrigatória, por si só, quanto pelo fato de ser recente e haver possíveis resistências a esse trabalho. Nesse artigo, nos atemos às respostas dadas pelos estudantes de diferentes escolas, analisando suas resoluções e o desenvolvimento de caminhos para responder aos problemas. Dada a base bibliográfica aqui estabelecida e os dados produzidos em diferentes escolas e diferentes classes/alunos, acreditamos que esta análise seja um recorte de um quadro mais amplo, configurando um estudo de caso (GIL, 2002)

2. ANÁLISE DOS DADOS

Antes de qualquer comentário, exposição ou análise de dados, é importante apresentar os sujeitos desta pesquisa. Foram colhidos dados de 52 alunos com idades entre 14 e 25 anos (a faixa predominante é de 14 a 19 anos, com uma pessoa de 25 anos), de duas escolas do estado do Rio de Janeiro. Desses, 10 alunos cursam o 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola particular de pequeno porte em Nilópolis e 42 cursam o 1º ano do Ensino Médio em uma escola universitária na cidade de Niterói – divididos em duas turmas. Também foram criadas categorias para uma triagem inicial, antes da análise, para facilitar o processo final. Com isso, as respostas dadas à atividade (em anexo) foram separadas em 6 categorias: **Sem resposta**, quando está em branco ou não há qualquer esboço de uma resposta; **resposta parcial sem argumentos**, contendo respostas esboçadas apenas com cálculos simples e fórmulas prontas; **resposta parcial sem argumentos**, que engloba esboços de respostas com argumentos iniciados ou definidos; **irrelevante** é a categoria com respostas completamente erradas e/ou dadas fora do proposto; **correto sem argumentos**, contendo respostas e resultados sem qualquer desenvolvimento, ou que contém aplicação de fórmulas e cálculos já conhecidos; **correto com argumentos**, com as respostas corretas e com base em argumentação.



Abrindo o questionário, temos uma questão similar a outras vistas em diversos trabalhos, abordando a relação entre o número de lados e diagonais de um polígono. Os estudantes são questionados sobre os números de diagonais de polígonos de 4 a 7 lados e, posteriormente, n lados. Aqui, a ideia é que a construção sequencial, aumentando gradualmente a quantidade de lados, pudesse auxiliar na investigação e percepção da relação. Nenhum dos alunos deixou a questão em branco, mas 20 apresentaram respostas parciais sem argumento algum – a maioria apenas preenchendo as diagonais nos desenhos já fornecidos, enquanto dois aplicaram a fórmula da relação para responder sobre os polígonos dados. Apenas três apresentam solução parcial com argumentos, com um deles verificando a quantidade de diagonais por vértice – calcula apenas das figuras dadas e não desconta a metade – e outro tenta verificar um padrão entre a quantidade de diagonais, algum que possa servir para todos.

Visto que existe uma tentativa de explorar os casos dados para buscar a validação em um exemplo com quantidades maiores, ou mesmo um caso geral – a generalização –, em uma busca por rigor, poderia compreendido como um caso de experimento crucial ou de exemplo genérico (BALACHEFF, 1988). As respostas irrelevantes são 24, enquanto 5 respondem corretamente sem argumentar, apenas utilizando a fórmula já conhecida por eles.

Quase metade (23 alunos) não responde à questão 2, e ninguém dá respostas parciais sem argumento. Por outro lado, 10 pessoas percebem uma relação exclusiva desse caso – que a medida de \hat{E} é igual às medidas dos de \hat{A} e \hat{O} somadas, já que visualmente \hat{E} se assemelha a um ângulo reto – sem verificar a generalidade da relação, e dão como resposta final.

Nesse caso, podemos enquadrar as respostas no empirismo ingênuo, visto que existe uma resolução não verificada, porém aceita com base em características específicas do caso (BALACHEFF, 1988). Além desses, 16 apresentam respostas irrelevantes, 1 apresenta resposta correta sem qualquer comentário e 2 respondem corretamente com base nas relações entre os ângulos formados. Nesse caso, existe a utilização de um conceito que já havia sido compreendido e generalizado, é uma ferramenta adquirida em algum momento em que talvez (considerando o desenvolvimento das próprias pessoas em questão) tenham



alcançado a etapa do experimento mental. Nessa etapa, a generalização ocorre de forma que o estudante já não precisa mais fazer uso de casos particulares, já que o conceito foi apreendido e agora é um caso geral, uma ferramenta que representa toda a categoria dos objetos em questão (BALACHEFF, 1988).

A próxima questão, de número 3, item *a*, apresenta 8 formulários sem resposta, nenhum com respostas parciais, 27 com respostas irrelevantes e 3 com respostas corretas sem qualquer explicação. Todas as 14 respostas corretas com argumento apresentam o mesmo caminho: Traçar as diagonais e verificar visualmente a relação entre os ângulos formados por elas, sem qualquer verificação de outros casos de losangos, ou tentativas de estabelecer uma relação, configurando, novamente, casos de Empirismo ingênuo. Já no item *b* houve 9 formulários sem resposta (8 deles os mesmos do item *a*), nenhum com respostas parciais e 23 irrelevantes. Houve uma única resposta correta sem argumentos e 19 corretas com argumentos, via empirismo ingênuo, exatamente como no item *a*.

Por fim, a questão 4 traz respostas curiosas, muitas com a utilização de desenhos e algo à parte no item *c*. Mas, em ordem, temos 1 formulário sem resposta e 1 com resposta parcial com argumentos (apenas desenhou, mas houve uma tentativa de exploração), nenhum com resposta parcial sem argumentos e 5 irrelevantes. Houve 34 respostas corretas apenas utilizando cálculos – sempre a potenciação, ora fazendo 2^6 , ora fazendo 2.2.2.2.2.2.2 – e 11 utilizando desenhos para justificar suas respostas. Esse último caso poderia ser enquadrado como empirismo ingênuo (pela ferramenta utilizada e não verificação para demais casos), mas não há qualquer ideia de generalização ou de verificação para tal. Nesse caso, é feita uma contagem simples com bolinhas ou “árvores genealógicas”.

O item *b* tem 2 formulários sem resposta, nenhum com respostas parciais e 9 irrelevantes – das quais 3 haviam feito desenhos para responder o item anterior. Isso pode mostrar que esses 3 alunos construíram a resposta anterior de maneira intuitiva, mas sem conseguir retirar a ideia presente no próprio desenho, já que não conseguiram responder que a quantidade de parentes “dobra”, ou que “multiplica por 2” ou mesmo que “vai de 2 em 2”. Essa hipótese ganha força quando, no item *c* (que traremos a seguir), os mesmos três estudantes não



conseguem responder, ou seja, não conseguem generalizar a ideia, pensar na ferramenta para responder à questão. Ainda no item b, há 35 respostas corretas sem argumentos e 6 com argumento (ambos os casos vindos do item anterior).

Por fim, o item c pede a ideia geral, a generalização do que é feito nos itens anteriores e que poderia ser utilizado em mais casos. Aqui há 6 em branco, 1 parcial sem argumentos e 1 parcial com argumentos. Este último explica com detalhes o que fazer para encontrar uma quantidade qualquer, mas não consegue generalizar uma regra, não consegue escrever no formato 2^x . Ele utiliza o empirismo ingênuo, pois parte da observação para explicar o caso específico de 2^6 e utiliza esse argumento para demais etapas, sem qualquer verificação apesar de correto. Neste item há, também, 32 respostas irrelevantes e 12 corretas – 8 sem qualquer construção e 4 haviam feito desenhos antes. Aqui levantamos possibilidades, principalmente a respeito dos 8 que não fizeram qualquer construção para responder “ 2^x ”: Podem ter alcançado, de fato o nível da experiência mental, já que puderam trazer o caso geral por observação – e algo exclusivamente mental, já que não há qualquer rascunho que possa justificar sua construção – ou que tenham reconhecido o tipo de problema e utilizado uma ferramenta já conhecida. A última hipótese parece ser mais coerente, dada a falta de construções e rascunhos que mostrem algum raciocínio. Além disso, se essas pessoas puderam compreender, de fato, como funciona a potenciação, é possível que em algum momento tenham recorrido a um caso genérico, transformando-o em uma ferramenta/utilitário para casos similares (ARCAVI, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado no referencial teórico, existem diversos níveis de argumentação – variando de acordo com a percepção e os critérios de cada pessoa – que poderão ou não ser validados como prova posteriormente. Nesta pesquisa, buscamos analisar e categorizar o nível de argumentação de uma amostra de estudantes dentro da tipologia proposta por Balacheff (1988) e percebemos que eles utilizam, em sua maioria, argumentos elementares sem qualquer verificação que vá além da questão proposta – conforme apontado em



nossa hipótese. Outro tipo de resolução frequente foi a aplicação de alguma fórmula ou cálculo já conhecido, quando o modelo do problema era familiar.

Apesar da amostra reduzida, é preciso considerar que esses alunos estavam divididos em três turmas de duas escolas e localidades distintas, além de terem professores diferentes, séries diferentes (duas no 1º ano do E.M. e uma no 9º ano do E.F.) e uma faixa etária relativamente ampla. Mesmo com todas essas diferenças, os resultados carregam muitas similaridades, desde as questões que têm resposta correta até o tipo de argumento utilizado. Seus argumentos foram considerados suficientes para resolverem o que era proposto, sem a necessidade, em seus pontos de vista, da comprovação para casos mais gerais, o que aqui enquadramos como empirismo ingênuo. É preciso realizar um estudo mais detalhado para entender por que há tanta semelhança entre essas respostas, mas há hipóteses. Uma delas é que os estudantes reproduzam métodos dados como formais pelos professores, como na pesquisa de Aguilar Júnior (2012). Outra possível causa é que, de fato, eles enxerguem a resposta ao problema específico como suficiente, sem perceber a necessidade de abstração e generalização – portanto, a prova –, algo que deve ser estimulado em sala de aula.

REFERÊNCIAS

AGUILAR JÚNIOR, C. A. **Postura de docentes quanto aos tipos de argumentação e prova matemática apresentados por alunos do ensino fundamental**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARCAVI, A. Developing and using symbol sense in mathematics. **For the Learning of Mathematics**, v. 25, n. 2, p. 42-47, 2005.

BALACHEFF, N. A argumentação matemática: um precursor problemático da demonstração. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 770-815, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360188220_A_argumentacao_matematica_um_precursor_problemativo_da_demonstracao. Acesso em: 15 jun. 2023.

BALACHEFF, N. A study of students' proving processes at the junior high school level. **Second UCSMP International Conference on Mathematics Education**, Chicago, 1988.



BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 15 jun 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASSER, L.; TINOCO, L. A. A. **Argumentação e Provas no Ensino de Matemática**. 2.ed. Projeto Fundação: Rio de Janeiro, 2003.

SAVIOLI, A. M. D.; SILVA, E. M.. Provas e demonstrações matemáticas. *In*: BATISTA, I. L. (org.). **Conhecimentos e saberes na Educação em Ciências e Matemática**. Londrina: UEL, 2016. cap. Seção II, p. 209 - 226.



ANEXOS

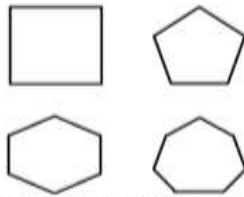
Olá! Meu nome é Marcus Prates, sou professor de Matemática e mestrando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Programa de Pós Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT).

Este questionário é parte da minha pesquisa de mestrado e preciso de sua ajuda para concluí-la! Responda ao questionário com seriedade, utilizando seus conhecimentos e tentando chegar à(s) resposta(s) solicitada.

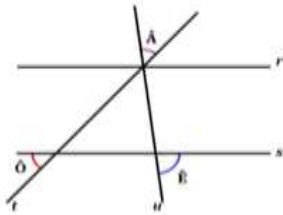
Muito obrigado!

Nome: _____ Turma: _____
Escola: _____ Idade: _____

1) Quantas diagonais tem um quadrilátero? E um Pentágono? E um heptágono? Como podemos descobrir quantas diagonais tem um polígono de n lados?



2) Na figura a seguir, formadas por duas retas paralelas, r e s , e duas transversais a elas, u e t , há três ângulos em destaque: \hat{A} , \hat{E} e \hat{O} . Existe alguma relação entre esses três ângulos? Como seria essa relação? Existe relação entre esses e outros ângulos não marcados no desenho?



3) Abaixo você vê um losango, que é um paralelogramo. Trace suas diagonais e responda:



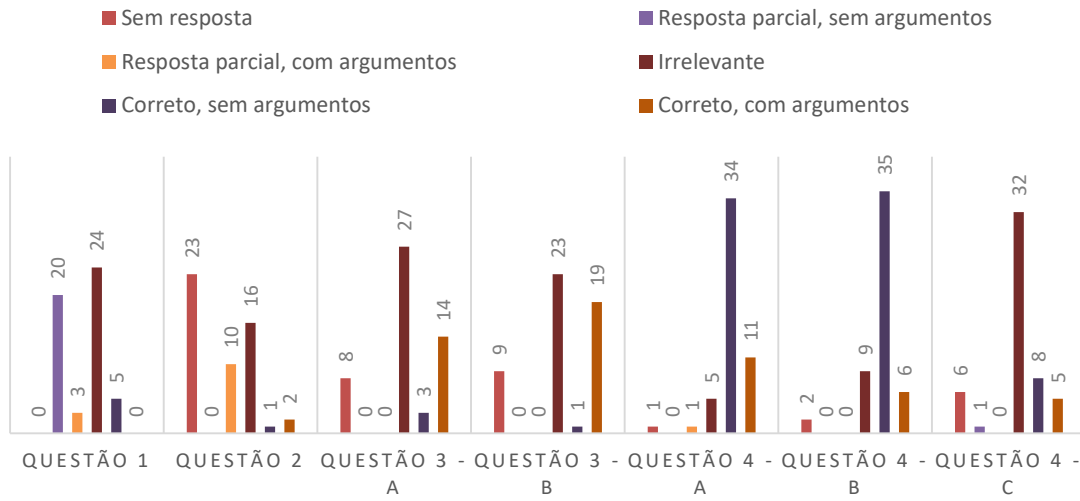
- O que você pode afirmar sobre os ângulos formados entre as diagonais?
- O que as diagonais fazem com os ângulos do losango?

4) Biologicamente, todo ser humano precisa de outros dois para nascer: Pai e mãe. Esses são chamados parentes de primeiro grau (pais e filhos), enquanto os avós são parentes de segundo grau e os bisavós de terceiro grau. Pensando nisso, cada pessoa tem, biologicamente falando, dois parentes de primeiro grau (pai e mãe). Da mesma forma, cada indivíduo tem quatro parentes de segundo grau (avós), sendo os pais do pai e os pais da mãe. Seguindo esse raciocínio, responda:

- Quantos parentes de sexto grau uma pessoa tem?
- De que forma a quantidade de parentes de cada grau aumenta em relação ao grau anterior?
- Como poderíamos calcular a quantidade de parentes de grau X de uma pessoa?



DISTRIBUIÇÃO DE RESPOSTAS POR CATEGORIA





CARTAS ABERTAS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022: ARGUMENTATIVIDADE E CENA ENUNCIATIVA EM FOCO

Maria da Penha Brandim de Lima
Universidade Estadual de Montes Claros (UEMG)

Resumo: No contexto social brasileiro, do movimento eleitoral de 2022 para presidência da República, a carta aberta destaca-se ao atuar como instrumento político de campanha, capaz de reunir segmentos sociais diferenciados em torno de um ponto em comum: a defesa da democracia. Tendo em vista questões intrínsecas ao gênero em questão, empreendeu-se uma pesquisa de natureza básica, caráter descritivo e abordagem qualitativa, objetivando-se analisar e interpretar as estratégias argumentativas desenvolvidas em sua consolidação linguístico-discursiva, com foco na cena enunciativa, a fim de compreender os posicionamentos dos personagens envolvidos no processo, tendo sido selecionadas três cartas abertas, as quais foram analisadas à luz de teorias argumentativas e da análise do discurso. Os resultados mostram que apesar da convergência para o mesmo objetivo, as cartas foram capazes de garantir espaços diferenciados de comprometimentos para os segmentos proponentes.

Palavras-chave: carta aberta; argumentatividade; discurso político; cena enunciativa.

Abstract: In the Brazilian social context, from the 2022 electoral movement for the presidency of the Republic, the open letter stands out for acting as a political campaign instrument, capable of bringing together different social segments around a common point: the defense of democracy. Bearing in mind issues intrinsic to the genre in question, a research of a basic nature, descriptive character and qualitative approach was undertaken, aiming to analyze and interpret the argumentative strategies developed in its linguistic-discursive consolidation, focusing on the enunciative scene, in order to understand the positions of the characters involved in the process, three open letters were selected, which were analyzed in the light of argumentative theories and discourse analysis. The results show that despite the convergence towards the same objective, the letters were able to guarantee different spaces of compromise for the proponent segments.

Keywords: open letter; argumentativeness; political speech; enunciative scene.



INTRODUÇÃO

As demandas sociais brasileiras trouxeram para o centro do movimento eleitoral de 2022 para presidência da República do Brasil, a carta aberta, gênero eminentemente argumentativo, público, opinativo e de posicionamento diante de demandas sociais. É importante ressaltar que o período em questão – eleições presidenciais – apresentava-se ao debate público muito mais que uma eleição que escolhesse apenas entre dois candidatos, mas, principalmente, refletiu uma séria definição de um projeto político social totalmente diferente entre os dois oponentes finais, que passaram a contar com engajamentos defensores de visões de mundo, de sociedade, de economia e de políticas públicas.

O estudo realizado visou analisar e interpretar as estratégias argumentativas, desenvolvidas na consolidação linguístico-discursiva, com foco na cena enunciativa (genérica, englobante e cenográfica), a fim de compreender as razões e os propósitos dos autores/signatários das cartas abertas, tendo em vista suas diferentes formações e discursivas, identificando os procedimentos linguístico-discursivos capazes de sustentar estratégias argumentativas postas em operação na cena enunciativa.

Diante desses objetivos, elegeu-se como abordagem teórica para o estudo proposto, alguns fundamentos da Análise do Discurso (AD) e elementos das teorias argumentativas que se entrelaçam no escopo da análise proposta, a fim de abranger aspectos esclarecedores das estratégias argumentativas postas em operação na cena enunciativa em que se apresentam os dizeres dessas cartas. Recorreu-se às perspectivas teóricas de Amossy (2017, 2018), acerca da função social da polêmica e da argumentação no discurso; de Charaudeau e Maingueneau (2004); Charaudeau (2008), Maingueneau (2008a, 2008b) relativos aos conceitos fundamentais da AD, do discurso político e da cena de enunciação; e de Bazerman (2005, 2015), sobre os aspectos gerais dos gêneros e da comunicação com a palavra escrita.

Este trabalho está organizado em duas seções, sendo a primeira a abordagem teórico conceitual adotada, enquanto a segunda apresenta o percurso metodológico e as análises realizadas. Na seção de análise das cartas abertas são discutidas três cartas produzidas e divulgadas por grupos diferenciados. Uma



carta, produzida no âmbito da instituição acadêmica, pertencente ao campo intelectual; outra produzida por um grupo de economistas, a que situamos ao campo empresarial e uma carta produzida no campo político, de responsabilidade de um dos candidatos à presidência da República. Nas considerações finais apresentamos a discussão dos resultados alcançados.

1 MEANDROS CONCEITUAIS: O GÊNERO, A POLÊMICA E O DISCURSO POLÍTICO

De acordo com Bazerman (2005), a comunicação escrita é uma forma mediada desenvolvida por meio da utilização de normas e convenções específicas, além de uma relação de poder entre autor e destinatário, capaz de ampliar o alcance de uma mensagem. Para Bazerman (2005, p. 83):

A carta, com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas (tudo que podia ser comentado diretamente), parece ser um meio flexível no qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver — tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções.

Entre outras questões, o autor discute como o gênero carta passou a derivar novos gêneros ao longo da história. No caso específico, cabe compreender o peso institucional que essas cartas definem, como documento histórico e de compromisso com um determinado projeto social, para além do mecanismo de campanha eleitoral.

1.1 A CARTA ABERTA

Uma carta aberta pode ter autoria individual ou coletiva. Geralmente, os autores contam com visibilidade pública ou notoriedade que os habilita à divulgação do conteúdo direcionado a outro grupo, instituição ou mesmo um único sujeito, contando com publicação em um meio de comunicação de massa e objetivando a divulgação de uma opinião, denúncia, crítica ou proposta. Dessa forma, tanto o autor como seu posicionamento determinam a amplitude de divulgação das ideias, no exercício de uma forma de poder bastante significativa.



De forma geral, o objetivo da carta aberta é expor uma posição, discutir um tema ou sugerir ações de interesse público no espaço da polêmica, estimulando o debate e a reflexão sobre essas questões. Além disso, esse gênero não se restringe a uma forma específica, podendo ser escrita em diferentes estilos, tamanhos e formatos. De acordo com Maingueneau:

[...] não se trata de uma categoria genérica bem fundada, mas que permite agrupar comodamente certo número de textos. “Público” deve aqui ser tomado em dois sentidos: trata-se de textos concebidos para serem difundidos em uma ampla coletividade, que não se destinam a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos; trata-se, além disso, de cartas que visam participar diretamente de um debate público existente ou que visam inaugurar um debate desse mesmo tipo. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75).

Além disso, o gênero tem como característica a linguagem direta e objetiva, muitas vezes buscando o envolvimento emocional do leitor ou leitora para persuadir ou sensibilizar a respeito da questão discutida:

[...] O destinatário não é necessariamente aquele que se quer persuadir e, com frequência, o redator da carta, mais do que aquele que ele interpela, busca ganhar a adesão de um terceiro, a saber, a do público ao qual o texto é dado a ler (AMOSSY, 2018, p. 249).

Sobre as cartas abertas analisadas, verificaremos esse propósito mais adiante.

1.2 A POLÊMICA

Indicou-se, anteriormente, as diferentes formações discursivas dos personagens que interagem no processo de elaboração das cartas analisadas neste trabalho (intelectuais, economistas e político). Acentua-se a relação desses autores, e a consequente adesão dos signatários de seus segmentos sociais ou profissionais, entendendo que esse é um fator bastante importante porque estabelece representações fundadas em *ethos* e *páthos* definidores da circulação dos textos em questão.

O conceito de formação discursiva adotado é o de Charaudeau e Maingueneau (2004), definindo um posicionamento ou uma identidade enunciativa em que se



produz e se regulam discursos próprios, significativos a um determinado grupo, “[...] as operações pelas quais essa identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e essa própria identidade” (MAINGUENEAU, 2004, p. 392), às quais estarão relacionados seus interdiscursos articulados a processos argumentativos específicos.

Porém, além das questões acerca das formações discursivas, é preciso deixar em relevo outro ponto, muito próprio do discurso político, que se refere à polêmica.

Partindo de Amossy (2017), define-se aqui a polêmica social como um processo de debate em torno de um tema objeto de interesse público, com atenção intensa, provocando aspectos de intensidade emotiva, de caráter polarizado e regularmente marcado por conflitos que envolvem valores, crenças e interesses de diversos segmentos. No entanto, apesar da tendência ao conflito e divisão social, Amossy (2017) considera que a polêmica social é parte importante da vida pública democrática, pois permite a manifestação de opiniões e a reflexão em torno de interesses comuns.

Trata-se, portanto, da constituição de sentidos e da consolidação de proposições em espaços de negociação de valores e interesses de âmbito sociocultural, na mobilização de figuras retóricas e estratégias argumentativas a fim de persuadir os sujeitos (indivíduos ou grupos), nos quais interferem as ações dos meios de comunicação de massa, elementos naturalmente amplificadores das vozes dos atores sociais envolvidos em determinado debate.

Assim, é preciso considerar que uma ação midiática, com a ampla difusão de um discurso, respaldado pela presença simbólica de atores sociais considerados relevantes em seus segmentos, pode contribuir grandemente para construir a opinião pública e influenciar a forma como os indivíduos e grupos percebem e avaliam a questão em disputa.

No caso da pesquisa em pauta, situada no contexto do discurso político, cabe considerar que a polêmica é parte constitutiva do discurso e que o envolvimento da mídia na difusão e debate em torno das cartas foi amplo, inclusive com transmissão integral e ao vivo da leitura de uma delas por redes de TV, a Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito (USP/Faculdade de Direito), além de sua veiculação pela *web*, em páginas



específicas das instituições produtoras e outros *sites* jornalísticos, derivando o conhecimento e o debate ainda mais amplo, além de significar um registro documental bastante efetivo.

1.3 O DISCURSO POLÍTICO

Tendo em vista o que foi proposto por Charaudeau e Maingueneau (2008), entende-se que o discurso político se caracteriza como uma prática complexa, uma rede de relações e articulações que se desenvolve a partir de aspectos retóricos, linguísticos e orientações argumentativas contextuais, pautado no convencimento e na persuasão dos cidadãos no sentido de assumirem determinadas posições e ações políticas, ou seja, situa-se nas dimensões ideológica, retórica e pragmática. É permeado por valores e ideologias com as quais busca influenciar uma visão de mundo específica, constitutiva das práticas sociais; define-se por circunstâncias e contextos em que é produzido e recebido, variando em razão deles.

Ainda na esteira de Maingueneau (2008a; 2008b; 2015), considera-se que, como todo discurso, o discurso político é permeado pela polifonia (diferentes vozes e pontos de vista nele presentes, muitas vezes expressas por referências a discursos anteriores, de outrem), logo, há que se considerar os aspectos pertinentes ao interdiscurso (dinâmico e em constante transformação ao longo do tempo), produzido em relação a outros discursos que circulam na sociedade e que nunca ocorre de forma isolada.

2 ARGUMENTATIVIDADE E CENA ENUNCIATIVA EM FOCO: AS CARTAS ABERTAS DE 2022

Nesta seção, tendo em vista os aspectos teóricos considerados e o valor persuasivo que os textos do gênero em pauta tiveram no processo em questão, apresenta-se a análise de três cartas abertas que circularam durante a campanha eleitoral de 2022 para presidência da República no Brasil, a fim de compreender as razões e os propósitos dos autores/signatários dessas cartas, na perspectiva



de suas formações discursivas: um segmento intelectual; um segmento empresarial; e a perspectiva do único candidato que lançou mão do uso da carta. No que concerne à cena enunciativa, em especial à modalidade escrita, esta inscreve-se no ambiente de circulação dos textos, considerando-se o momento histórico, o gênero e o destinatário. Na carta aberta a cena enunciativa é fulcral para a constituição de sentidos, uma vez que se dirige a um público amplo, tendo em vista o contexto em que se desenvolve e os objetivos a que se propõe. Maingueneau (2008b) explicita que a cena da enunciação compõe um elemento fundamental para a construção da identidade dos interlocutores e para a negociação de sentidos estabelecidos na interação comunicativa. Dessa forma, há que se ressaltar que as estratégias argumentativas presentes estarão intimamente ligadas à cena enunciativa, no processo de adesão à temática apresentada. De acordo com Maingueneau (2010, p. 205):

[...] apreender uma situação de discurso como cena de enunciação é considerá-la "do interior", através da situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no movimento mesmo de seu desdobramento. Um texto é, na verdade, rastro de um discurso no qual a fala é encenada.

Conforme a conceituação do autor, a cena enunciativa compreende três aspectos: i) a cena englobante, que se refere aos discursos, a seu estatuto pragmático; ii) a cena genérica, referente aos gêneros e subgêneros ao qual pertence o texto, considerando os elementos que caracterizam um determinado tipo de discurso, seus rituais sociolinguajeiros (estrutura, as relações de interlocução, suporte, finalidade), constituindo-se, ambas as cenas, como "Definidoras do espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido" (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116-117); e iii) cenografia, instituída pelo próprio discurso, refere-se aos elementos presentes no próprio texto que ajudam a construir a imagem do leitor sobre a ação que se passa. Para o autor, o discurso impõe sua cenografia desde o início e tem como efeito colocar as cenas englobante e genérica em segundo plan.

Algumas cartas abertas foram elaboradas no processo da campanha eleitoral brasileira. Das cartas produzidas, foram selecionadas: *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito* (USP/Faculdade de



Direito, 11 de agosto de 2022); Carta *Economistas defendem voto em Lula no primeiro turno* (Grupo de 38 economistas, 27 de setembro de 2022) e *Carta para o Brasil do Amanhã* (Lula, 27 de outubro de 2022), cujos conteúdos passaremos a discutir a partir dos referenciais teóricos apresentados, tendo em mente que:

A análise do dispositivo enunciativo, do jogo de imagens e as escolhas lexicais, necessita, no entanto, ser complementada pelos esquemas argumentativos que sustentam e organizam[...] (AMOSSY, 2018 p. 150).

Nesse sentido, as estratégias argumentativas tal como discutidas por Amossy (2018) constituem elemento importante na análise do discurso, pois auxiliam na compreensão dos fatores que influenciam a produção e circulação de textos e sua inter-relação com o gênero discursivo. Por esse motivo, serão apontadas as estratégias argumentativas em conjunto com a descrição e análise das cenas de enunciação que, no caso, se constituem no contexto político-eleitoral no Brasil, em que estão em jogo projetos políticos divergentes para o país.

CARTA 1: CARTA ÀS BRASILEIRAS E AOS BRASILEIROS EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (USP/FACULDADE DE DIREITO, 11 DE AGOSTO DE 2022)

A carta 1 foi elaborada para coincidir com o aniversário de 45 anos do abaixo-assinado de 1977, lido pelo professor Goffredo da Silva Telles Junior, na qual se denunciava o regime militar de 1964. A carta 1 obteve grande adesão entre artistas e intelectuais. Nessa carta a palavra democracia aparece seis vezes e, em sua análise, conforme destacado no texto, encontramos as estratégias argumentativas de: resgate do passado como argumento de autoridade do antecedente (apresentação do texto); argumento por antítese; uso de axiológicos; uso de entimema, omissão de identidades de forma explícita (evitando-se argumentos *ad hominem*). A cena se estabelece no clamor ao Estado de Direito, com a comunidade acadêmica reunida, sem partidarismos (Sabemos deixar de lado divergências menores), em torno dos ideais democráticos:

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos no País, o professor Goffredo da Silva Telles Junior [...]. Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de **imenso perigo** para a normalidade democrática, **risco** às instituições da República e



insinuações de desacato ao resultado das eleições. **Ataques infundados e desacompanhados de provas** questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito [...]. São intoleráveis as ameaças aos **demais poderes** e setores da sociedade civil e a **incitação à violência e à ruptura** da ordem constitucional.[...]. **Sabemos deixar de lado divergências** menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática. (<https://www.estadodedireitosempre.com/>)

CARTA 2: ECONOMISTAS DEFENDEM VOTO EM LULA NO PRIMEIRO TURN.

Na carta 2 a palavra democracia aparece três vezes. O grupo signatário se identifica em primeira pessoa e destaca a necessidade de estabilidade, denuncia o desmonte do orçamento e os gastos do governo da época, direcionados a interesses eleitorais específicos; indica um balanço geral negativo do governo à época, com erros e retrocessos de toda ordem; explicita identidades claramente (nomeando os candidatos). O texto foi elaborado a partir de escolhas linguísticas de teor mais técnico, conforme se observa pela escolha lexical (economistas, estabilidade econômica, fortalecimento das instituições, justiça social). Observa-se a construção de um cenário específico e a delimitação dos papéis dos participantes da cena genérica.

As proposições constituídas, razões pelas quais eles são contrários ao governo de Bolsonaro (presidente à época) demonstram o uso de um léxico bastante assertivo (ações e inépcia, desastre no processo de desenvolvimento institucional e socioeconômico do país, entre outros) que constroem a cena englobante.

Neste momento crítico da história brasileira, nós, abaixo-assinados/as, **economistas** que sempre nos posicionamos em favor da **estabilidade econômica [...]. As ações e a inépcia do atual governo** causaram um **desastre no processo de desenvolvimento** institucional e socioeconômico do país [...]. **Na economia, desmontou-se o orçamento federal** e foram gastos planejados direcionados a grupos de compradores e **interesses específicos meses antes da eleição**. (<https://www.estadao.com.br/economia/economistas-voto-util-lula-primeiro-turno>)

A cenografia encontra-se pautada em argumento por evidências que conduzem à formação da imagem de um país em crise, com instabilidade política e institucional, levando à justificativa da necessidade de eleição de Lula já no primeiro turno.

CARTA 3: CARTA AO BRASIL DO AMANHÃ

Carta de autoria do então candidato LuÍa. Nela, a palavra democracia aparece nove vezes. Na carta, o candidato indica razões para sua eleição, nomeia o adversário explicitamente, atribuindo-lhe características bastante negativas e apresenta um plano de ações para o futuro governo, destaca retrocessos praticados pelo governo à época, busca a construção de um *ethos* pautado na competência e responsabilidade com uso de estratégia argumentativa de autoridade do antecedente. Apresenta-se como um representante legítimo do projeto que defende, e faz uso de estratégia da comprovação, ao apresentar seu projeto como a única alternativa viável para solucionar os problemas enfrentados pelo país, como já realizado em outras gestões de sua responsabilidade.

Observa-se ainda que a carta defende um projeto a um destinatário implícito: a população brasileira, fazendo uso de antítese na contraposição de dois projetos, em que adverte em relação ao adversário por meio de termos ameaçadores: *medo, insegurança, intolerância e desemprego*; enquanto apresenta-se como aquele que promove: *esperança, respeito, dignidade e integração com o mundo*. O texto lança mão de recursos linguísticos como a repetição, tanto na ênfase às críticas relativas ao projeto oposto, com uso de lexemas axiológicos avaliativos, como na qualificação do próprio projeto. Conta ainda com apelo emocional em expressões como *Brasil do medo e da insegurança e Brasil de esperança*.

Esta não é uma eleição qualquer. O que está em jogo é a escolha entre **dois projetos completamente diferentes** para o Brasil. **Um é o país do ódio, da mentira, da intolerância, do desemprego**, dos salários baixos, da fome, das armas e das mortes [...]. Um Brasil de **medo e insegurança com Bolsonaro**. **Outro é o país da esperança, do respeito**, do emprego, dos salários decentes [...]. Um Brasil de esperança, **um Brasil para todos**. (<https://pt.org.br/lula-divulga-carta-para-o-brasil-do-amanha-veja-a-integra-do-documento>)

Tendo em vista que, quando um enunciador produz um discurso, ele inevitavelmente incorpora elementos do interdiscurso que circula em sua sociedade ou cultura, seja de forma consciente ou inconsciente. Nessa perspectiva, pode-se perceber nos textos as características dos segmentos dos autores: a) Carta 1, discurso de tom academicista, modalizado e pautado em asserções opositivas; b) Carta 2, discurso de tom mais técnico, explícito, pautado



no balanço da atuação do governo criticado; c) Carta 3, discurso de tom emocionalmente mais apelativo, pautado em plano ou promessa de campanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas analisadas se consolidaram como instrumento político de uma campanha eleitoral em que se opuseram forças absolutamente antagônicas e polarizadas e em que, ao mesmo tempo, reuniram-se segmentos sociais diferenciados em torno de um ponto em comum. Os resultados da pesquisa apontam para a configuração de formas de dizer que, embora tenham convergido para o mesmo objetivo (manifestar-se pela democracia e evitar a reeleição de Jair Bolsonaro), foram capazes, na mobilização dos recursos linguístico-discursivos, de garantir espaços diferenciados de comprometimentos para os segmentos signatários das cartas, tendo em vista o grau de adesão a uma causa maior, a defesa do Estado Democrático de Direito. A dinâmica argumentativa marcou a motivação para a rejeição de Jair Bolsonaro na ênfase de alto nível de crítica a seu governo, mas a falta de menção ao projeto de seu adversário demonstra a relatividade do apoio, o que talvez tenha significado muito mais um afiançamento da governabilidade do que propriamente influência e garantia de mais votos para a eleição do atual presidente da República.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no Discurso**. Tradução: Eduardo L. Piris, Moisés O. Ferreira et al. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**. Col. Michel Meyer. Coord. de Tradução: Mônica M. Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONISIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (orgs). Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCEG, 2005.

BAZERMAN, Charles. **Retórica da ação letrada**. Tradução: Adail Sobral, Angela Dionisio, Judith C. Hoffnagel, Pietra Acunha. São Paulo: Parábola, 2015.



CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas de enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução: Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

<https://www.estadodedireitosempre.com/>

<https://pt.org.br/lula-divulga-carta-para-o-brasil-do-amanha-veja-a-integra-do-documento/>

<https://www.estadao.com.br/economia/economistas-voto-util-lula-primeiro-turno>



PERSPECTIVAS ARGUMENTATIVAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Francisca Oliveira Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Brasil

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Arapiraca, Brasil

Resumo: Este trabalho tem por objetivo propiciar oportunidades de melhor apreensão argumentativa em situações de ensino da Língua Portuguesa, por meio dos gêneros discursivos orais e escritos, com alunos de uma turma piloto da 3ª série do ensino médio de escola pública, em Arapiraca-AL. É de linha qualitativa cujos instrumentos investigativos centram-se na aplicação, discussão, reflexão e avaliação dos gêneros argumentativos. Centra-se em Schneuwly e Dolz (2004) para a elaboração de sequências didáticas; ainda as contribuições de de Grácio (2011), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), Dolz e Schneuwly (2004), Marcuschi (2008), Piris (2021), entre outros. Espera-se melhorar o desempenho discente e a sua competência comunicativa com vistas à sua melhor inserção nas decisões da escola, da sua comunidade e também da sociedade em geral.

Palavras-chave: Argumentação. Educação básica. Gêneros discursivos. Protagonismo.

Abstract: This work aims to provide opportunities for better apprehension argumentative in Portuguese language teaching situations, through the oral and written discursive genres, with students from a 3rd grade pilot class from public high school, in Arapiraca-AL. It is of qualitative line whose investigative instruments are centered on the application, discussion, reflection and evaluation of argumentative genres. Centers on Schneuwly and Dolz (2004) for the elaboration of didactic sequences; de Grácio (2011), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), Schneuwly e Dolz (2004), Marcuschi (2008), Piris (2021), among others. Performance is expected to improve students and their communicative competence with a view to their better insertion in decisions of the school, its community and also society in general.

Keywords: Argumentation. Basic education. Discursive genres. Protagonism.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho insere-se nas ações do Subprojeto de Língua Portuguesa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Estadual de Alagoas, para os anos 2022-2024, cujos pontos teórico-metodológicos se voltam ao estudo do texto, do discurso e da argumentação em gêneros orais e escritos, com a criação de diálogo entre diversos saberes a fim de que contribuam para que haja formação da identidade do profissional docente, com perspectivas para sua melhor valorização no mercado de trabalho.

Assim, trata-se de um trabalho de linha qualitativa cujo objetivo consiste em propiciar oportunidades de melhor apreensão argumentativa em situações de ensino da Língua Portuguesa, por meio dos gêneros discursivos orais e escritos, com alunos de uma turma piloto da 3ª série do ensino médio de escola pública, em Arapiraca-AL, maior município de Alagoas, atendendo comercialmente não só ao Agreste, mas ao Sertão e ao Baixo São Francisco, situando-se na área central do Estado, na Mesorregião do Agreste e na microrregião de Arapiraca e dista 135,7 km de Maceió, capital do Estado de Alagoas com uma superfície de 351 km².

Os instrumentos investigativos centram-se na aplicação, discussão, reflexão e avaliação dos gêneros argumentativos (carta argumentativa e a dissertação). Defende-se, neste trabalho, que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana (FIORIN, 2017) e que o processo argumentativo se dá por meio de uma atividade discursiva seja verbal ou não verbal com a intenção de convencer e persuadir o outro acerca de uma questão polêmica. Assinala-se ainda a contribuição de Schneuwly e Dolz (2004) no que diz respeito à elaboração de sequências didáticas para aplicação em sala de aula. Aparecem as contribuições de Grácio (2011, 2013), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), Schneuwly e Dolz (2004), Marcuschi (2008), Piris (2021), entre outros. O trabalho tenta responder ao seguinte questionamento: Os estudos retórico-argumentativos oferecem pistas de estudo para a melhoria da competência comunicativa para a produção dos gêneros dissertativos (a carta argumentativa e a dissertação) em uma perspectiva interativa? Todas as ações aqui apresentadas tentam responder a essa pergunta elaborada.



Com base no que foi proposto, o trabalho apresenta inicialmente considerações acerca da linha teórica em uma argumentação interativa; a seguir, aparecem os aspectos metodológicos e as propostas de aplicação de sequências didáticas em sala de aula da escola pública, visando à melhoria da capacidade argumentativa entre docentes e discentes.

1 ASPECTOS RELACIONADOS ÀS PONTUAÇÕES TEÓRICAS

Consideram-se como metas, que possibilitam a execução do projeto em Língua Portuguesa do PIBID, a obtenção de uma maior interação e possibilidades de diálogo entre o ensino superior (Unreal) e o ensino médio; um possível aperfeiçoamento da escrita e da oralidade na cidade onde se realiza o projeto (Arapiraca/Alagoas) e um aperfeiçoamento da escrita e da oralidade em Arapiraca. No entanto, para que isso fosse vislumbrado, dois pontos foram ressaltados, quais sejam: a visão da argumentação em uma perspectiva interativa para o estudo dos gêneros orais e escritos e a inserção desse novo olhar metodológico nos estudos linguísticos.

Nesse sentido, defende-se que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana (FIORIN, 2017) e o processo argumentativo se dá por meio de uma atividade discursiva verbal ou não verbal com a intenção de convencer e persuadir o outro acerca de uma questão polêmica. Toma-se a argumentação como uma “disciplina crítica de leitura e interação entre as perspectivas inerentes à discursividade e cuja divergência os argumentadores tematizam em torno de um assunto em questão” (GRÁCIO, 2013, p. 47).

Quantos ao estudo da argumentatividade, o autor a reconhece, em primeiro lugar, como uma força projectiva, própria do uso da língua (utilização das palavras na sua relação com enunciados, sendo encadeados por meio de conectores); em segundo lugar, como uma forma configurativa inerente ao discurso (foco nas tematizações, vidências etc.); e, enfim, como uma força conclusiva ou ilativa, referente a processos de raciocínio colocados em ação no discurso. No entanto, a argumentação proposta pelo autor não se reduz à argumentatividade, à força argumentativa vista como produto, mas como um processo interativo, que apresenta os seguintes aspectos:



- a) A existência de uma oposição entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso numa situação de interação entre, pelo menos, dois argumentadores.
- b) A alternância de turnos de palavra polarizados num assunto em questão e tendo em conta as intervenções dos participantes. É nesta alternância que se pode captar o dinamismo próprio das argumentações.
- c) Uma possível progressão para além do díptico argumentativo inicial e em que é visível a interdependência discursiva, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um é retomado e referenciado no discurso do outro (GRÁCIO, 2011, pp. 121-122).

Nesse caminho da argumentação, Piris (2021) a defende como uma prática dos lugares de regime democrático em que os sujeitos que participam de um ato comunicativo argumentativo, de acordo com as condições sociais, históricas, culturais e também ideológicas de seu tempo, podem se atribuir o direito de discutir sentidos acerca de determinada questão argumentativa, que pode ser da linha do conhecimento ou da praticidade. Essa atitude poderá conduzir esses sujeitos a um consenso, mesmo que estejam em consenso na discussão. Essas ideias são comprovadas pelo fragmento a seguir:

[...] é possível compreender a argumentação como uma prática social de linguagem própria do regime democrático, em que os sujeitos participantes de uma dada situação de comunicação argumentativa - dispostos numa situação de interação constituída pelas condições sócio-histórico-culturais e ideológicas de seu tempo - disputam sentidos acerca de uma questão argumentativa de fundo epistêmico (o que precisamos ou queremos saber? ou prático (o que precisamos ou queremos fazer?), apresentando razões com o objetivo de chegar a um consenso - ou mesmo a um consenso sobre o dissenso. (PIRIS, 2021, p. 140).

Desse modo, alunos e professores vão se envolver na discussão dos sentidos que emanam dos textos argumentativos de cunho dissertativo, pois o objetivo do ensino da argumentação deve ser o de envolver os estudantes em sua própria teorização, ajudando-o a aprofundar seus conhecimentos e ampliar suas competências (GRÁCIO, 2013).

Para a aplicação da argumentação com propósitos interativos, é preciso que educadores se questionem acerca desse proceder em sala de aula, para o que Piris (2021, pp. 150-151) exhibe perguntas, como: "Educandas e educandos podem explorar o problema que sustenta a questão argumentativa e perceber os



posicionamentos ideológicos em disputa?”. Ainda se juntando à pergunta anterior, aparece outra pergunta: “Educandas e educandos podem se assumir como participantes da argumentação, com lugar (es) de fala próprio ao domínio social da situação argumentativa proposta? Quais?”. O fazer argumentativo em linha interativa explica assim o seu sentido como prática social da linguagem.

Ainda na perspectiva da argumentação interativa, consideram-se, como Perelman & Olbrechts-Tyteca (2014), do ponto de vista da produção do discurso, ou da iniciativa argumentativa, os argumentos quase lógicos, os baseados na estrutura do real, os que fundam a estrutura desse real. Esses argumentos são ensinados em sala e aula, não como atividades de reconhecimento, mas como “aplicação de atividades escolares a um planejamento de ensino que tenha como ponto de partida e de chegada a interação argumentativa em situações de comunicação...” (PIRIS, 2021, p. 140).

2 LINHAS METODOLÓGICAS

Neste trabalho, argumentar é a capacidade para tomar posição diante de um acontecimento e sustentar sua posição, refutar a posição de outros, negociar com oponentes: debates orais, artigos de opinião, cartas de leitor etc. Para isso, optou-se por uma pesquisa de linha qualitativa uma vez que “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 23).

O tratamento dos dados tem então uma linha descritiva e interpretativista; a primeira por ser feita a descrição dos fatos e dos fenômenos com o objetivo de interpretá-los; a segunda por proporcionar o entendimento do objeto teórico em estudo e fornecer explicações a seu respeito, uma vez que “descrever é narrar o que acontece; explicar é dizer por que acontece [...] e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los” (RAMPAZZO, 2005, p. 56). A pesquisa qualitativa se sustenta na descrição, na explicação e na interpretação do objeto teórico. Enfim, “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 23).



As análises vão ser feitas, tomando o texto como um tecido estruturado, além de “uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo.” (MARCUSCHI, 2008, p. 72). Tudo isso ocorre em uma concepção de língua considerada não com sistema de regras, mas como uma forma de interação entre os sujeitos da situação comunicativa.

O universo do trabalho é formado por 3 supervisoras e 24 pibidianos/as Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo¹. Foi aplicada com esses alunos uma atividade verificadora das competências, tomando por base aquelas exigidas para a realização das provas do ENEM. Assim, este trabalho segue a proposta de Schneuwly e Dolz (2004) que extrapola a concepção tipológica de textos narrativos, descritivos e narrativos, para, principalmente, implantar a ideia de um ensino de língua materna, que se volta para o aprimoramento das capacidades de linguagem do aluno por meio do ensino de gêneros.

Assim, das ações diversas propostas pelos autores, optou-se pela ação do argumentar, que é a capacidade para tomar posição diante de um acontecimento, sustentar sua posição, refutar a posição de outros, negociar com oponentes: debates orais, artigos de opinião, cartas de leitor etc. A seguir, dos vários gêneros argumentativos, foram escolhidos a dissertação, o debate, a carta argumentativa e a resenha crítica.

Após diálogos e discussões com alunos, foi proposta a sequência didática Dissertação Argumentativa com a seguinte temática: “Tecnologia: caminho para a liberdade ou para a escravidão?”, Componente Curricular: Leitura e Produção Textual, com a disciplina envolvida - Língua Portuguesa, para um público-alvo: alunos do terceiro ano do ensino médio, tendo como objetivo geral: produzir uma dissertação.

Os objetivos específicos relacionados a essa aula resumem-se em: identificar a sequência argumentativa; conhecer as características do gênero dissertação; criar estratégias de leitura e de identificação dos argumentos do autor; posicionar-se frente a um tema apresentado; aprimorar a habilidade da escrita argumentativa,

¹ Inserem-se, neste trabalho, as supervisoras Maria Rejane Alves e Adriana Maria Aureliano da Silva, que procedem à organização e realização das sequências didáticas.



estabelecendo coerência e coesão entre as ideias. Tem-se como habilidade ser desenvolvida como relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.

A partir disso, foram construídas quatro fases para o funcionamento da sequência didática, entre as quais aponta-se a primeira etapa nomeada Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o alun. Assim, a primeira etapa, intitulada: pesquisa e análise de dados, como aparece a seguir:

- **1º momento:** Leitura de coletânea de textos na modalidade estudada.
- **2º momento:** Análise dos textos apresentados, identificando sua ideia principal.
- **3º momento:** Explicação do contexto de circulação do gênero textual estudado e da linguagem utilizada nessa modalidade: variedade padrão; verbos no presente do indicativo; preferência por substantivos abstratos;
- **4º momento:** Apresentação da estrutura do texto dissertativo argumentativo, demonstrando cada parte, de forma destacada nos próprios textos estudados.

Com a perspectiva adotada para o estudo dos gêneros orais e escritos, percebeu-se que, quando são discutidas e referenciadas ideias e propostas entre professor e alunos, de forma a isso acontecer de maneira interativa, a argumentação acontece de maneira clara e brilhante, com uma aprendizagem do conteúdo programático mais eficaz e profícua.



3 PERSPECTIVAS ESPERADAS

Efetivar, entre as competências apregoadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a da argumentação, com a visão de supervisoras, pibidianos/pibidianas como partícipes e construtores do saber em um elo participativo entre os argumentadores do discurso.

Com a bibliografia específica acerca da argumentação interativa, é possível pensar em competências argumentativas em gêneros argumentativo-dissertativos entre alunos da educação básica. Desse modo, os estudos retórico-argumentativos oferecem pistas de estudo para a melhoria dessa competência para a produção dos gêneros dissertativos (a carta argumentativa e a dissertação) em uma perspectiva interativa.

Desse modo, este trabalho, de linha qualitativa, realmente vislumbra propiciar oportunidades de melhor apreensão argumentativa em situações de ensino da Língua Portuguesa, por meio dos gêneros discursivos orais e escritos, com alunos de uma turma piloto da 3ª série do ensino médio de escola pública, em Arapiraca-AL.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum Curricular Nacional**, Brasília. MEC, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Do discurso argumentado à interação argumentativa. **EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n.1, p. 117-128, nov. 2011.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Perspectivismo e Argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.



PIRIS, Eduardo Lopes. O ensino de argumentação como prática social da linguagem. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes (Orgs.). **Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso**. Campinas: Pontes, 2021.

PERELMAN, Chaïn; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RAMPAZZO, Lin. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA E POLÍTICA: OS BLOCOS SEMÂNTICOS EM CHARGES SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Maria Raquel dos Santos Felix
Erivaldo Pereira do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar os resultados parciais de uma investigação sobre a argumentatividade em textos políticos a respeito da eleição presidencial brasileira de 2022. Foram investigadas charges coletadas na rede mundial de computadores nos meses de setembro e outubro de 2022 e que tratam da temática das eleições majoritárias. O referencial teórico adotado diz respeito aos estudos da Semântica Argumentativa: Ducrot (1987, 1988), Anscombe (2005, 2010), Espíndola (2003), Carel e Ducrot (2005) etc. A pesquisa é de natureza descritiva e adquire caráter interpretativista, uma vez que serão mapeados, descritos e analisados os principais blocos semânticos presentes nos enunciados, bem como os efeitos de sentido deles decorrentes. Observaremos quais fenômenos polifônicos e operadores argumentativos ativam os blocos semânticos nos enunciados. A investigação está em fase de desenvolvimento e esperamos não apenas descrever os blocos semânticos, mas também verificar as orientações argumentativas geradas e o posicionamento enunciativo dos locutores responsáveis pelo discurso.

Palavras-chave: Argumentação. Blocos semânticos. Charges. Política.

Abstract: This paper aims to present the partial results of a research on argumentativeness in political texts about Brazilian presidential election at 2022. Collected cartoons were investigated on the World Wide Web in September and October 2022 and dealing with the issue of majoritarian elections. The theoretical framework adopted concerns the studies of Argumentative Semantics: Ducrot (1987, 1988), Anscombe (2005, 2010), Espíndola (2003), Carel and Ducrot (2005) etc. This is descriptive research and it also acquires an interpretative character, once which will be mapped, described and analyzed the main semantic blocks present in the utterances, as well as the resulting meaning effects. We observe which polyphonic phenomena and argumentative operators activate the semantic blocks in the utterances. The investigation is in the development and we hope not only to describe the semantic blocks, but also to verify the argumentative guidelines generated and the enunciative positioning of the speakers responsible for the speech.

Keywords: Argumentation. Semantic blocks. Charges. Policy.



INTRODUÇÃO

A suposta objetividade da linguagem humana já tem sido posta em dúvida por distintos trabalhos de diferentes áreas dos estudos linguísticos, entre as quais é possível mencionar a Semântica Argumentativa, a Semântica Enunciativa e a Pragmática Linguística. Sem dúvida, ao utilizar estratégias que criam a ideia de impessoalidade e de distanciamento, o locutor já toma claramente uma posição a respeito do conteúdo do seu discurso; isso significa, a princípio, uma negação da própria objetividade. Assim já o havia observado Ducrot (1987; 1988, 2004), em sua Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

Nesse sentido, este trabalho, vinculado ao projeto ESAELD “Estudos Semânticos-Argumentativos e Enunciativos na Língua e no Discurso: Marcas de (Inter)subjetividade e de Orientação Argumentativa”, pretende apresentar os resultados parciais de uma investigação sobre a argumentatividade em textos políticos a respeito da eleição presidencial brasileira de 2022. Especificamente são investigadas charges coletadas na rede mundial de computadores nos meses de setembro e outubro de 2022.

A pesquisa é de natureza descritiva e adquire caráter interpretativista, uma vez que serão mapeados, descritos e analisados os principais blocos semânticos presentes nos enunciados, bem como os efeitos de sentido deles decorrentes, a partir do referencial teórico adotado. Será observado ainda quais fenômenos polifônicos ou operadores argumentativos ativam os blocos semânticos nos enunciados ou com eles se relacionam.

Na continuidade deste texto, serão abordados os princípios básicos da Teoria da Argumentação da Língua (TAL) e da Teoria dos Blocos Semânticos, seguidos de uma breve contextualização sobre o gênero discursivo charge. Em seguida, será apresentada a análise descritiva de um exemplar do *corpus* e as considerações sobre os resultados já obtidos.

1. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

Oswald Ducrot é um linguista estruturalista que, sustentado pela concepção saussuriana de língua e de valor linguístico, propôs a Teoria da Argumentação na



Língua (TAL), juntamente com diversos colaboradores, desde a década de 1970 até os dias atuais. Essa teoria defende que a língua é fundamentalmente argumentativa, visto que a argumentação está marcada nos próprios elementos linguísticos (léxico + gramática) e deles vai para os enunciados e o discurso.

Nesse sentido, Ducrot (1988) se contrapõe aos estudos da retórica, ao defender que a argumentação não está nos fatos, presunções e outros objetos do acordo, mas na própria estrutura da língua, bem como se contrapõe a visão tradicional de sentido, ao propor que o sentido dos enunciados é de natureza argumentativa e se constitui na junção dos aspectos subjetivos e intersubjetivos. Por esse motivo, afirma: “No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente”. (DUCROT, 1988, p. 50).

Anscombe e Ducrot (1994) observam que, nas línguas, há pares de frases que se aplicam a um mesmo fato, mas que levam a orientações argumentativas diferentes e até contrárias. Logo, a argumentação está presente na língua mesmo e não nos fatos.

A teoria está em sua quinta fase de desenvolvimento¹, quando recebeu a denominação de Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Nessa última fase é abandonada a noção de inferência, bem como qualquer menção a elementos retóricos. De acordo com Bastos e Nascimento (2022, p. 6):

A Teoria dos Blocos Semânticos TBS (fase atual) constitui - se em uma radicalização dos princípios básicos da Teoria da Argumentação na Língua, levada a cabo por Oswald Ducrot e Marion Carel, no final dos anos 90, a afirmar que o significado não é referencial e que o sentido é caracterizado em termos de argumentação, ou seja, em termos da inserção dos enunciados em encadeamentos discursivos.

Para essa teoria, o sentido de um enunciado é descrito, ou seja, parafraseado por encadeamentos argumentativos que essa própria entidade evoca. Os encadeamentos argumentativos, por sua vez, “ligam duas proposições

¹ A respeito das quatro primeiras fases da TAL, consultar Adelino e Nascimento (2021), bem como Anscombe e Ducrot (1994).



gramaticais por meio de um conector do tipo de portanto (ditos normativos) ou do tipo de no entanto (ditos transgressivos)" (GOMES; LEBLER, 2021, p. 90).

Portanto, a noção de encadeamento é uma ferramenta por meio da qual o sentido do enunciado é representado. Através dessa noção, é possível apresentar um conceito muito importante para a TBS: o de aspecto argumentativo que é

a significação das palavras, e não mais o sentido dos enunciados, que é descrita. Para tanto, partir-se-á de sua fórmula geral $X \text{ CONECTOR } Y$ e $X \text{ CONECTOR}' Y$, em que X e Y representam o que se observa, regularmente, em diversos encadeamentos: CONECTOR representa um conector de tipo normativo e $\text{CONECTOR}'$ representa um conector de tipo transgressivo. Segundo essa estrutura, o aspecto é definido como um esqueleto, isto é, uma abstração concretizada por meio das próprias palavras (GOMES; LEBLER, 2021, p. 91).

Nesse sentido, é importante reiterar as principais propriedades dos aspectos argumentativos, segundo os autores supracitados: a. um aspecto argumentativo é o que há de mais fundamental na língua; b. todo aspecto argumentativo é a apreensão de um bloco semântico; c. um aspecto argumentativo pode ser realizado por vários encadeamentos argumentativos; d. sua representação se dá pelos esquemas $X \text{ CONECTOR } Y$ e $X \text{ CONECTOR}' Y$, acrescida ou não da negação (NEG).

Tendo em vista que a versão *standard* da TBS defende que os aspectos podem estar relacionados de uma maneira externa ou interna às palavras que eles significam e que os encadeamentos ou argumentações podem conectar-se de forma externa ou interna aos enunciados que parafraseiam, é necessário diferenciar argumentação externa de argumentação interna.

Carel (2011) diz que um aspecto argumentativo A pertence à argumentação externa de uma expressão E quando se cumprem as seguintes regras: (1) quando a expressão E exprime o aspecto A e (2) quando a expressão E intervém, material e semanticamente, em determinados encadeamentos que concretizam o aspecto A , quer nos primeiros, quer nos segundos segmentos. Por sua vez, a argumentação interna é distinguida da seguinte forma:

A argumentação interna (AI) de uma entidade linguística E – seja um verbo, um substantivo, um adjetivo – é constituída por um aspecto ao qual pertencem os encadeamentos que parafraseiam o emprego da



entidade E. Sendo os aspectos argumentativos meio pelo qual as significações dos termos são definidas, dir-se-á que um aspecto argumentativo A pertence à argumentação interna de uma expressão E se forem atendidas as duas condições: (1) E exprime o aspecto argumentativo A; (2) E não intervém em nenhum dos segmentos de nenhum dos encadeamentos evocados derivados de A. Os encadeamentos argumentativos evocados serão ditos derivados da AI de E (GOMES; LEBLER, 2021, p. 97)

Dada essa contextualização sobre as fases da TAL, é necessário destacar que, para esse trabalho, interessa a fase atual, da TBS. Uma vez apresentados, brevemente, os estudos da Semântica Argumentativa, de Ducrot e seus colaboradores, na próxima seção, trataremos no gênero charge, objeto deste estudo.

2. O GÊNERO CHARGE

Neste trabalho, tomamos a charge como um gênero discursivo. Conforme Bakhtin (2011), os gêneros são como instrumentos responsáveis pela utilização da língua, uma vez que os enunciados² que os sujeitos produzem resultam na produção de algum gênero discursivo. Esses enunciados produzidos nas mais diversas esferas sociais em que os sujeitos estão inseridos, Bakhtin (2011, p. 279) os define enquanto “[...] tipos relativamente estáveis de enunciados”. Para ele, os gêneros são constituídos por três elementos básicos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Dentre esses gêneros discursivos, o que é abordado no nosso trabalho, constituindo o *corpus* de análise, é a charge, gênero este situado na esfera jornalística. As charges podem aparecer tanto em suportes físicos (jornais), quanto em suportes virtuais (redes sociais, páginas de internet etc). Segundo Melo (2003), tradicionalmente, os gêneros jornalísticos têm-se dividido em dois tipos: os opinativos e os informativos, estes se prestando, como o nome sugere a informar, a veicular informações, aqueles a analisar fatos e informações já eclodidos e repercutidos no entorno social.

² Convém ressaltar que o conceito de enunciado em Bakhtin (2011) não se confunde com o conceito de enunciado em Ducrot (1987, 1988, 2004). Para o primeiro autor, o enunciado é um todo comunicativo que, entre outras características, permite uma resposta e, por isso, se distingue da oração. Para o segundo autor, o enunciado é a materialização de uma frase.



A charge jornalística se inseriria neste segundo grupo, o dos analíticos. Ela se caracteriza por ser um gênero que contém diferentes aspectos visuais e verbais em sua própria composição e que são capazes de atraírem o interlocutor à leitura do texto, os quais são, como aponta Romualdo (2000): a) a rapidez na leitura; b) a transmissão de informações de forma resumida; c) seu caráter imagética e multimodal (linguístico + visual) e d) uso da comicidade para entregar a mensagem de cunho leve e humorado – mas que, recorrentemente, é também crítica e reflexiva.

Nesse sentido, o gênero charge tem como função social, antes de mais nada, apresentar uma crítica sobre algum acontecimento político e/ou social que foi noticiado recentemente. Por esse motivo, constitui-se em um gênero polifônico por natureza, como afirma Hugo Nascimento (2021). O autor, ao analisar os fenômenos polifônicos em charges políticas, identifica múltiplos fenômenos polifônicos podem trabalhar em conjunto para construir a argumentação dentro desse gênero, quais sejam: polifonia de locutores, polifonia de enunciadores, SE-Locutor, polifonia por intertextualidade³. Também verificou que esses fenômenos podem ocorrer tanto de forma particular como em coocorrência, em um mesmo texto.

A presença desses múltiplos fenômenos, segundo Nascimento (2021), permite ao locutor-chargista (responsável pelo discurso como um todo) construir argumentativamente o sentido do texto chárigo, com a finalidade de orientar o leitor (interlocutor) a determinadas conclusões, favoráveis ou não a dadas situações sociais, contextos políticos ou problemáticas polêmicas trabalhadas nas charges.

3. OS BLOCOS SEMÂNTICOS NA CHARGE

Conforme anunciamos na introdução, o processo de investigação sobre a argumentatividade em charges relativas às eleições presidenciais de 2022 é de natureza descritiva e de caráter interpretativista. O *corpus* é constituído por charges sobre as eleições presidenciais de 2022, conforme já sinalizado

³ A respeito desses fenômenos, sugerimos consultar o próprio trabalho de Hugo Nascimento (2021), disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20804>



anteriormente, e a coleta foi realizada diretamente nas mídias sociais como *Instagram*, *Twitter*, além dos textos jornalísticos publicados pelos jornais e revistas digitais ou portais de notícias, a saber: *Veja*; *Folha de São Paulo*; *O tempo*; *Metrópolis*; *A gazeta*; *UOL*. Foram coletadas 50 charges durante todo o mês de setembro e outubro de 2022, antes do segundo turno das eleições presidenciais. Já foram catalogados os blocos semânticos de 20 dessas charges, no entanto, neste trabalho, apresentamos a análise descritivo-interpretativista de apenas 01 delas, considerando as problematizações e a relevância dos assuntos abordados durante o período eleitoral. Será apenas 01 charge por questão de espaço.

A catalogação dos diferentes operadores e a identificação dos blocos semânticos presentes no *corpus*, bem como os procedimentos de análise, tomará como base os estudos de Carel e Ducrot, bem como de outros pesquisadores da Teoria da Argumentação na Língua.

Vale reiterar ainda que, conforme Carel e Ducrot (2004), os encadeamentos argumentativos são do tipo normativo ou resultativo, assinalados pelo operador argumentativo *donc* – DC (portanto, na língua portuguesa), ou do tipo concessivo ou transgressivo, assinalado pelo operador *pourtant* PT (no entanto, na língua portuguesa). Os encadeamentos conclusivos são postos em pé de igualdade com os encadeamentos concessivos: A portanto C = A no entanto neg. C, como afirma García Negroni (2005), uma vez que tanto em um como no outro se constrói a mesma representação das coisas, ou seja, ao manter idêntica a interdependência semântica entre os seus membros, tanto uma quanto a outra permite a expressão do mesmo bloco semântico.

A seguir, apresentamos a análise descritiva da charge 01, identificando os fenômenos polifônicos e os blocos semânticos nela presentes.

Charge 01



Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/charges/charge-do-amarildo-475>
 Acesso em: 10/09/2022 0:51. Charge de Amarildo chargista.

A charge 01 faz referência ao termo “imbrochável”, utilizado pelo candidato à reeleição pelo PL (Partido Liberal), o então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Depois de dar um beijo na sua esposa, Michele Bolsonaro, ele proferiu em voz alta a palavra “imbrochável” e arrastou um coro da multidão, durante o seu discurso no dia sete de setembro de 2022, em Brasília. Não há nos dicionários esse termo, sendo assim um neologismo criado por Bolsonaro para se referir ao seu desempenho sexual.

Em reação ao episódio, as presidentiáveis Simone Tebet e Soraya Thronicke usaram suas redes sociais para criticar a atitude do presidente. Elas foram contrárias à fala do presidente ao rechaçar seu discurso machista e irrelevante, o que evidenciou, para elas, o desprezo do candidato à reeleição pelas mulheres. Dado esse contexto em que a charge está inserida, o locutor-chargista, responsável pelo discurso como um todo, apresenta a cena de um diálogo, na qual aparecem dois homens e um deles, locutor-personagem (L2), apresenta um discurso que retoma a fala e o termo usado por Bolsonaro. Vale destacar que o operador argumentativo “também” faz com que L2 se inclua como imbrochável, nos mesmos termos em que foi usado por Bolsonaro, o que leva a compreender que ele é favorável ao discurso do candidato.

No entanto, surge um outro locutor-personagem, a personagem feminina (L3), provável esposa do personagem L2, que é irônica ao responder ao marido, apresentando-se contrária à concepção de imbrochável do marido. Temos, portanto, na charge uma polifonia de locutores, que pode ser assim descrita:



- L1 – locutor-chargista – responsável pelo discurso como um todo
- L2 – locutor personagem (marido). Responsável pelos seguintes enunciados: “Eu também sou imbrochável e...” e “V-você está em casa?”
- L3 – locutor-personagem (esposa). Responsável pelo enunciado: “Claro! Pra brochar, precisa fazer sexo, né?”

Tendo em vista a descrição do texto e da fala dos personagens, segue o esquema de catalogação do bloco semântico ativado pelo uso do termo “imbrochável”, utilizado nos relatos de L2 e L3:

- imbrochável DC sexualmente ativo (normativo)
- não imbrochável DC não sexualmente ativo (normativo)
- imbrochável PT não sexualmente ativo (transgressivo)
- não Imbrochável PT sexualmente ativo (transgressivo)

O discurso do segundo locutor (L2) atualiza o bloco “imbrochável DC sexualmente ativo”, aspecto normativo do bloco ativado, com o qual se identifica. O terceiro locutor (L3) atualiza o bloco “não imbrochável DC não sexualmente ativo” (aspecto também normativo), uma vez que a mulher sugere que o marido não possui uma vida sexual ativa (não faz sexo). Constata-se, ainda, que a argumentação é interna, pois o sentido de sexualmente ativo já está relacionado diretamente ao termo imbrochável, é dele uma perífrase.

Considerando que a charge é um gênero marcado pelo humor e pela ironia, o locutor-chargista (L1), ao trazer o discurso de L3, ironiza o discurso de L2 e também o discurso do próprio Bolsonaro. Acaba, assim, por também assumir posicionamento favorável ao discurso de L3 e contrário ao discurso de L2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da investigação estar em fase de desenvolvimento, é possível afirmar que os objetivos vêm sendo atingidos a contento. Com 20 charges já coletadas, têm sido identificadas não apenas as diversas vozes e pontos de vista (fenômenos polifônicos) presentes nos textos, mas mapeados os blocos semânticos que com



eles se relacionam, alguns dos quais ativados por operadores argumentativos, os quais produzem diferentes efeitos de sentido e orientações argumentativas.

Neste texto, em específico, em que é apresentada parte desses resultados, foi necessário realizar a discussão acerca da Teoria da Argumentação da Língua e suas fases, principalmente a atual: a Teoria dos Blocos Semânticos, com base nos seus principais colaboradores. Em seguida, foi tecida as principais considerações sobre o gênero discursivo *corpus* de análise: charge. Por último, a análise de 01 charge a respeito das eleições presidenciais do ano de 2022, *corpus* da investigação.

Na análise desse texto, foram observados quais fenômenos polifônicos e operadores argumentativos ativaram os blocos semânticos e/ou com eles se relacionam. A charge foi sobre o proferimento sobre Bolsonaro se autodeclarar como imbrochável.

O bloco semântico mapeado no texto - “imbrochável DC sexualmente ativo”, (aspecto transgressivo) – revela não apenas como uma das principais discussões ocorridas ao longo da campanha presidencial de 2022 foram tratadas não apenas pelos locutores chargistas, mas também o seu impacto em todo o processo. São vozes, pontos de vista e posicionamentos que permeiam o processo eleitoral e que se materializam nos textos.

Com essas discussões e análises, embora provisórias e iniciais, pretendemos contribuir com os estudos que se preocupam com a língua e o uso que dela fazemos, partindo do pressuposto inicial de Ducrot (1987, 1988, 2004), segundo o qual a língua é essencialmente argumentativa e de Espíndola (2003), para quem não apenas a língua, mas o uso que dela fazemos também é argumentativo. Acreditamos que a finalização da pesquisa contribua e desperte o interesse pela argumentação e pelos aspectos da língua retratada em charges políticas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ADELINO, Francisca Janete da Silva; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Teoria da argumentação na língua: diálogo com Ducrot. In: **A pesquisa na universidade necessária**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2021. p. 100-111.



ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.

BASTOS, Ana Carolina Vieira; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **A contribuição da teoria da argumentação na língua, de Oswald Ducrot e colaboradores, para os estudos da argumentação**. UFPB: 2022.

BAKHTIN, M. Os gêneros discursivos. In: Bakhtin. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979], pp. 279-303. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação, Jornalismo e Linguagem). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia e argumentação**: Conferencia del Seminario Teoria de la Argumentación y Analisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, Oswald. Sentido y argumentación. In: ARNOUX, Elvira N. de; GARCÍA NEGRONI, María Marta (comp.). **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eubeda, 2004.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A Argumentação X Adjetivos X Gênero Opinitivo**. Texto da comunicação coordenada "Argumentação em gêneros discursivos" da IV Semana de Letras. João Pessoa: UFPB, 2003 (Mimeografado)

GARCÍA NEGRONI, María Marta. La Teoría de la Argumentación Lingüística: De la Teoría de los Topoi a la Teoría de los Bloques Semánticos. In: **E-Excelence**, 2005. p. 1 – 31 Disponível em www.liceus.com. Consulta em 25 de maio de 2022.

GOMES, L.; LEBLER. C. D. C. Os conceitos de aspecto (normativo e transgressivo), e de argumentação (interna e externa). In: BEHE, L; CAREL. M.; DENUC. C.; MACHADO. J. C. (orgs.). **Curso de Semântica argumentativa**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2021. p. 89-104.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 3.ed. rev. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NASCIMENTO, Hugo Fernando da Silva. **A construção da argumentação em charges políticas**: a (co)ocorrência da polifonia e da modalização discursiva. João Pessoa, 2021. Orientação: Erivaldo Pereira do Nascimento. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística**: polifonia e intertextualidade. Maringá Maringá: Eduem, 2000.



CARTA COMPROMISSO AO POVO EVANGÉLICO: LULA E AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE SI

José Max Santana

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Maria Eliete de Queiroz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo: As eleições de 2022, trouxe à tona questões e discussões de temas de cunho religioso para o debate político eleitoral. Nesse contexto, o candidato Lula redigiu carta aberta, em aceno a camada religiosa, assumindo compromissos com este segmento. Objetivamos no presente artigo, analisar a carta compromisso, a fim de descrever e interpretar as Representações discursivas (Rd) de si mediante os elementos linguístico discursivos empregados no texto. Para fundamentar a nossa pesquisa, recorremos aos pressupostos da Análise Textual dos Discursos (ATD), mediante as discussões propostas por Adam (2011, 2017), Rodrigues et al (2010), Passeggi et al (2010), Queiroz (2013), entre outros. Como metodologia, empregamos o método dedutivo e a abordagem qualitativa de cunho interpretativo. Em nossos resultados, foi possível constatarmos a Rd de si como alguém que respeita as liberdades coletivas e individuais e que tem o compromisso com a liberdade de culto e de religião.

Palavras-chave: Análise Textual dos Discursos. Representação discursiva. Carta compromisso. Povo evangélico.

Abstract: The elections of 2022 brought issues and discussions of religious themes to the electoral political debate. In this context, the candidate Lula has written an open letter, in a nod to the religious stratum, assuming commitments with this segment. The objective of this article is to analyze the commitment letter, in order to describe and interpret the discursive representations (Rd) of himself through the discursive linguistic elements used in the text. To ground our research, we resort to the assumptions of Textual Analysis of Discourses (ATD), through the discussions proposed by Adam (2011, 2017), Rodrigues et al (2010), Passeggi et al (2010), Queiroz (2013), among others. As methodology, we used the deductive method and the qualitative approach of interpretive nature. In our results, it was possible to verify the Rd of himself as someone who respects collective and individual freedoms and has a commitment to freedom of worship and religion.

Keywords: Textual Discourse Analysis. Discursive representation. Letter commitment. Evangelical people.



INTRODUÇÃO

Durante o processo eleitoral do ano 2022, questões e temas de cunho religioso entraram em cena e fomentaram discussões entre os eleitores e apoiadores dos principais concorrentes ao cargo de presidente do Brasil. Os apoiadores do candidato Jair Bolsonaro, o viam como defensor da família e dos princípios tradicionais, condenavam o candidato Lula, acusando-lhe de ser contrário aos bons costumes, a favor do aborto e se eleito fecharia Templos Religiosos.

Neste contexto, o candidato Lula abriu-se ao diálogo em busca de conquistar adeptos ao seu projeto político eleitoral. Para acenar de forma positiva ao segmento evangélico, o candidato redigiu uma carta aberta, em que elencou ações realizadas durante os seus dois mandatos a frente do governo brasileiro (2003-2010), bem como assumia o compromisso com a liberdade religiosa.

Pensando nisso, buscamos, no presente artigo, analisar a carta escrita pelo candidato, de modo a explorar os argumentos utilizados na construção do texto, bem como descrever e interpretar as Representações discursivas (Rd) de si construídas a partir da interpretação dos elementos linguístico discursivos empregados no texto.

A nossa fundamentação teórica advém dos estudos da Linguística Textual (LT) com foco na Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta metodológica de análise textual/discursiva idealizada por Adam (2011). Tendo como base os pressupostos definidos para a ATD, voltamo-nos para o nível semântico do texto, abordando a noção de Representação discursiva (Rd), com base nas discussões de Adam (2011), entre outros, o que nos direciona a analisar as Rd de si interpretados a partir dos elementos linguísticos empregados de forma co(n)textual.

O método adotado, é dedutivo. Adotamos o exercício da descrição e interpretação, em que, a partir dos dados do corpus, analisamos o emprego dos elementos linguístico discursivos e os efeitos de sentido construídos a partir da orientação argumentativa adotada pelo locutor, colaborando, assim, para a construção de Rd de si. O corpus trata-se da carta pública emitida pelo candidato Lula durante a sua campanha eleitoral, intitulada "Carta compromisso com os evangélicos". A partir dela, foi possível fazermos recortes a fim de analisar os

argumentos empregados para fundamentá-la, bem como interpretarmos Rd de si construída no texto.

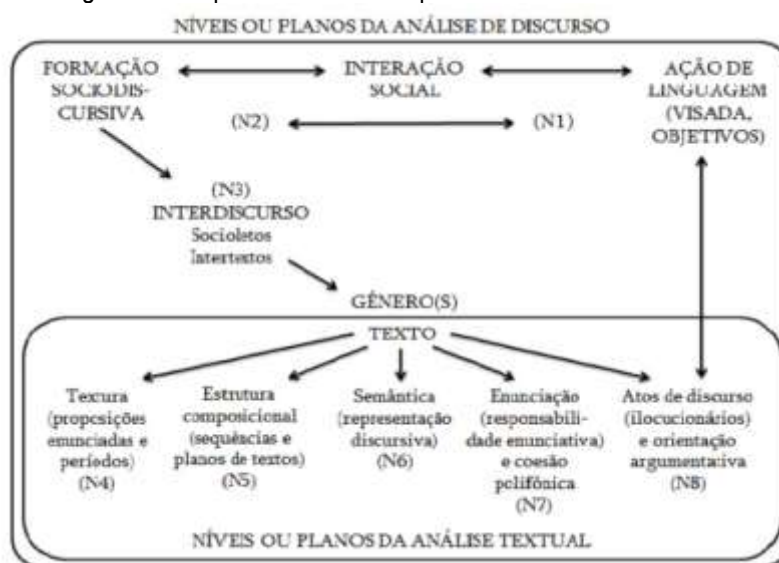
2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

A Análise Textual dos Discursos (ATD), enquanto perspectiva teórica e metodológica, busca analisar a produção co(n)textual de sentido dos textos, de modo a articular a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD). Para Adam (2011, p. 23), "trata-se de uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos". A proposta do autor é analisar o texto pelo viés textual/discursivo, de modo a compreender os sentidos produzidos dentro de um contexto sociodiscursivo em que o texto está inserido.

Nessa perspectiva, Adam (2011) busca pensar o texto e o discurso em novas categorias, situando a LT no campo mais amplo de AD. Nesse sentido, a análise do texto se dará em uma perspectiva discursiva sem desvincular da materialidade linguística, realizando, portanto, uma análise co(n)textual.

Adam (2011) elabora o esquema 4 – Níveis ou planos do texto e do discurso – para detalhar metodologicamente como se dá a articulação entre texto e discurso, de forma que possamos compreender essa relação e procedermos a análise do texto a partir de uma perspectiva discursiva.

Figura 1 – Esquema 4: Níveis ou planos do texto e do discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61).



Queiroz (2013) enfatiza que Adam (2011) reúne nesse esquema o que ele denomina de categorias da análise textual-discursiva. Pela forma de organização do esquema, percebemos que os elementos do quadro maior são do nível do discurso e englobam os elementos do nível do texto.

Em relação à disposição do esquema, encontramos, no Nível 1 (N1), a ação visada – os objetivos pretendidos com o texto: o locutor, ao produzir seu texto, tem um objetivo que pretende alcançar, norteando a sua prática comunicativa. O locutor, ao elaborar seu texto, encontra-se em uma situação de interação social, Nível 2 (N2), de modo que o discurso só pode ser efetivado quando se tem um outro a quem o locutor dirigirá a palavra. O Nível 3 (N3) contempla o interdiscurso, o intertexto e os socioletos que perpassam os textos.

Os níveis de análise textual apresentam os elementos constitutivos desde os aspectos estruturais do texto, as proposições, os períodos e as sequências que formam o plano de texto até os elementos semânticos, enunciativos e pragmáticos. De acordo com Passeggi et al (2010), os níveis 4 e 5 (proposições, períodos, sequências e planos do texto) remetem diretamente à textura/composicionalidade do texto. Já os níveis 6, 7 e 8 (representação discursiva, responsabilidade enunciativa e valor ilocucionário) constituem as categorias semântico-pragmáticas que são distribuídas ao longo do texto, podendo aparecer no início, meio e fim, bem como podem aparecer diluídas no texto de forma não linear.

Nesse sentido, Rodrigues et al (2010, p. 152) apresentam os principais níveis de análise propostos pela ATD, no campo da LT, a saber:

Um nível **sequencial-composicional** em que os enunciados elementares (a proposição-enunciado ou proposição enunciada) se organizam em períodos, que compõem as sequências. Um nível **enunciativo**, baseado na noção de responsabilidade enunciativa, que corresponde às “vozes” do texto, à sua polifonia. Um nível **semântico**, apoiado na noção da representação discursiva e em noções conexas (anáforas, correferências, isotopias, colocações), que remetem ao conteúdo referencial do texto. Um nível **argumentativo**, embasado nos atos de discurso realizados e na sua contribuição para a orientação argumentativa do texto (grifos nossos).



Os quatro níveis apresentam as competências textuais que devemos levar em consideração no processo de análise de textos. Bernardino (2015, p. 40) afirma que o esquema 4 elaborado por Adam (2011), “permite-nos entender que todo ato de linguagem visa a uma ação a se projetar sobre interlocutores em interação social, numa dada formação sociodiscursiva, e a se materializar no texto, sob a intermediação de um gênero de discurso, [...]”.

O texto, portanto, apresenta uma estrutura composicional formada por elementos linguísticos estruturais e por elementos semântico-pragmáticos, produzindo os sentidos em função de suas condições de produção e recepção. A carta aberta, enquanto gênero, é organizada tendo como principal função direcionar alguma mensagem a determinado sujeito ou grupos de sujeitos, de modo que o locutor apresente e defenda o seu ponto de vista, no intuito de convencer e/ou ganhar a adesão dos seus interlocutores.

Adam (2011), em sua teoria apresenta a unidade de base para análise do texto. O autor elege a proposição-enunciado ou proposição enunciada, como unidade mínima de análise, produzida por atos de enunciação.

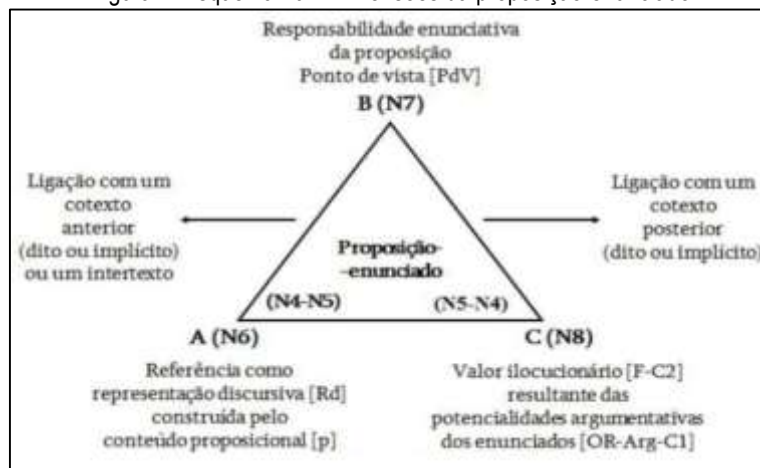
Passeggi, et al (2010, p. 263) esclarecem que a proposição-enunciado “trata-se, ao mesmo tempo, de uma microunidade sintática e de uma microunidade de sentido em co(n)texto”. A proposição-enunciado apresenta uma estrutura sintática composta por elementos linguísticos da língua, como expresso pela articulação de um SN + SV ou tema + rema que formam uma unidade de predicação.

Assim, a proposição-enunciado, como unidade constitutiva do texto, segue uma orientação argumentativa que pode ser definida segundo a pretensão do seu locutor, de modo que venha a ser compreendido o seu sentido por parte do interlocutor em um processo de enunciação. Adam (2011, p. 109) esclarece que:

toda proposição-enunciado compreende três dimensões complementares às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado: mesmo aparecendo isolado, um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca um ou vários outros em resposta ou como simples continuação. Essa **condição de ligação** é, em grande parte, determinada pelo que chamaremos orientação argumentativa (ORarg) do enunciado (grifos do autor).

A condição de ligação designada pelo autor deixa explícito que os enunciados seguem uma orientação, o que ele chama de orientação argumentativa do enunciado. Observamos o esquema 10 de Adam (2011). No esquema, o autor apresenta as três dimensões que se interligam de forma simétrica, compondo a proposição-enunciado.

Figura 2: Esquema 10 – Dimensões da proposição-enunciado



Fonte: Adam (2011, p. 111).

O esquema em forma de triângulo apresenta a relação entre as unidades que compõem a proposição-enunciado. As unidades estão interligadas formando a proposição, ligadas por um contexto anterior e um contexto posterior para formar a proposição-enunciado.

As três dimensões do esquema são complementares, formando, assim, a proposição-enunciado. Os vértices do triângulo são constituídos por “uma **dimensão enunciativa** [B], que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** [F] mais ou menos identificável” (ADAM, 2011, p. 109, grifos do autor).

A Representação discursiva (Rd), categoria semântica do texto, está localizada no Nível 6 (N6) do esquema 4 e na ponta (A) do esquema 10 de Adam (2011). De acordo com o autor, “[...] a atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável” (2011, p. 113). Todo ato discursivo apresenta uma representação dos sujeitos envolvidos, seja do locutor e/ou do alocutário ou do assunto tratado, de modo



que esta representação seja interpretada a partir dos elementos empregados no texto. Conforme Adam (2011), o texto é, então, uma proposição de mundo que solicita do interpretante uma atividade de (re)construção.

É o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquematisações), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais (ADAM, 2011, p. 114).

É o interpretante o responsável pela construção da Rd, a partir de enunciados presentes no texto, tendo em vista os seus objetivos e as suas intenções. Sendo assim, no processo de construção de uma Rd, são levados em consideração os aspectos históricos e culturais, bem como as intenções e finalidades do interpretante.

Para a análise das Rd, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) apresentam as categorias semânticas, tendo como base as discussões realizadas por Adam (2011) para a análise do período descritivo.

Definimos a categoria da referenciação, compreendida pelos interpretantes como toda e qualquer forma de nomeação de um objeto tematizado/retematizado no texto. A categoria da predicação diz respeito aos conjuntos de termos usados para dizer algo sobre o referente. Essa categoria compreende os processos e as ações verbais, de acordo com os autores. A categoria da aspectualização/modificação, como propõem Rodrigues, et al (2010), é responsável por atribuir qualidades e características tanto aos referentes como às predicações.

3 CARTA COMPROMISSO AO POVO EVANGÉLICO: RD DE SI

A carta aberta, escrita por Lula, serviu de aceno para o público evangélico, apresentando posições e compromissos do candidato com este segmento. A carta, portanto, cumpre um papel fundamental dentro do processo eleitoral. Dessa forma, passaremos a sua análise, de modo que possamos descrever os argumentos apresentados no texto, identificando e interpretando as Rd de si a partir do co(n)texto.



Inicialmente temos a saudação do candidato, uma característica própria do gênero, possibilitando a abertura do diálogo. “Meus Amigos e Minhas Amigas, nesta reta final do segundo turno, decidi escrever esta Carta Pública ao Povo Evangélico”. O candidato, portanto, saúda ao povo, principalmente os evangélicos, designando-o como **meus amigos e minhas amigas**, uma forma de torna-se próximo ao outro, uma característica de abertura dos discursos do candidato Lula.

O locutor dirige-se ao seus alocutários para expressar o seu respeito a liberdade religiosa, um aceno positivo ao povo evangélico, uma vez que circulavam informações de que o candidato fecharia Templos religiosos. O locutor por meio do emprego do referente **Presidente da República**, colocar-se como agente da ação, responsável por promover o respeito as liberdades coletivas e individuais, no período em que esteve à frente do Govern.

Na proposição “A grande maioria dos brasileiros e brasileiras que viveram os oito anos em que fui Presidente da República, sabe que mantive o mais absoluto respeito pelas liberdades coletivas e individuais, particularmente pela Liberdade Religiosa”. O locutor emprega a predicação **fui**, no pretérito perfeito, para remeter a um fato passado, período em que exerceu o cargo de presidente por oito anos. Já o emprego do verbo **mantive**, no presente do indicativo expressa uma ação do locutor, que se repete no presente atual, onde o mesmo apresentase como alguém que mantêm o respeito pela liberdade religiosa.

Ao analisarmos a preposição, “no período de meu governo, tivemos a honra de assinar leis e decretos que reforçaram a plena liberdade religiosa”. O locutor emprega o referente **meu governo** para referir-se a sua gestão, assumindo a responsabilidade pelas decisões tomadas. O emprego do verbo **tivemos**, no pretérito perfeito, bem como o emprego do verbo **assinar**, antecedido do termo modificador **honra**, remete a uma ação de relevância tomada pelo seu governo, a assinatura de leis e decretos a favor da plena liberdade religiosa.

O locutor reforça, portanto, a sua posição, como é possível constar na seguinte proposição, “Mantenho o mesmo respeito e o mesmo compromisso que me motivou a apoiar essas conquistas do povo evangélico”. O emprego do verbo **mantenho**, no presente do indicativo, indicando uma posição pessoal do locutor



de manter a sua postura e o seu ponto de vista perante os seus alocutários. Essa posição é confirmada pelos referentes **respeito** e **compromisso**, atitudes do locutor em relação as pautas religiosas, o que se confirma por meio do emprego do verbo **apoiar**, no infinito, expressando a ação em apoio as conquistas do povo evangélico.

Analisemos a seguinte proposição-enunciado, “Todos sabem que nunca houve qualquer risco ao funcionamento das Igrejas enquanto fui Presidente. Pelo contrário! Com a prosperidade que ajudamos a construir, foi no nosso Governo que as Igrejas mais cresceram, principalmente as Evangélicas, sem qualquer impedimento e até tiveram condições de enviar missionários para outros países”. Na proposição, portanto, o locutor expressa o argumento de que nunca houve qualquer risco ao funcionamento das igrejas, por isso, ele enfatiza por meio do emprego do referente **presidente**, antecedido da predicação **fui**, para remeter ao período em que ele foi presidente e não tomou nenhuma atitude no sentido de perseguir as atividades religiosas no Brasil.

O locutor enfatiza que foi no período do seu governo e que as Igrejas mais cresceram, principalmente as Evangélicas. O referente **nosso governo**, antecedido da predicação **foi**, presente do indicativo, revelam a atitude do locutor de ter proporcionado condições para que as Igrejas expandissem as suas atividades, não só no Brasil, bem como no exterior através do envio de missionários para outros países.

O compromisso é reforçado, pelo locutor, como expresso na proposição, “Posso lhes assegurar, portanto, que meu Governo não adotará quaisquer atitudes que firam a liberdade de Culto e de Pregação ou criem obstáculos ao livre funcionamento dos Templos”. O emprego do verbo **posso**, no presente do indicativo, bem como o verbo **assegurar** no infinitivo, revelam a atitude de o locutor perante a discussão da liberdade de Culto e de Pregação e livre funcionamento dos Templos.

O emprego do referente **meu governo**, reforçam a voz do locutor incorporando-o como sendo o principal representante do governo, uma voz de legítima autoridade que assegura não ter a intenção de colocar em prática atitudes que venham perseguir o povo evangélico. Esse argumento é reforçado por meio do



emprego do verbo **adotará**, no futuro do presente, antecedido pelo modificador **não**, assegurando, portanto, que o seu governo não adotará atitudes contrárias à liberdade religiosa e o seu livre direito de manifestação.

Nesse contexto, a Rd de si como alguém que tem o compromisso com a liberdade de culto e de religião, é confirmada na carta, através do compromisso assumido pelo candidato: “assumo com vocês este compromisso: meu Governo jamais vai usar símbolos de sua Fé para fins político-partidários, respeitando as leis e as tradições que separam o Estado da Igreja, para que não haja interferência política na prática da Fé”.

O emprego do termo da predicação **assumo**, no presente do indicativo, e o emprego do modificador **este compromisso**, revelam uma ação tomada pelo locutor na carta, uma vez que ele assume publicamente, por escrito, um compromisso com este seguimento do eleitorado brasileiro, possibilitando-lhe um voto de confiança. Já o referente **meu Governo**, bem como o seu termo modificador **jamais**, revela que a voz assumida pelo locutor é de um compromisso firmado e que não será desfeito, após a sua possível vitória do pleito eleitoral. A locução verbal **vai usar**, acompanhado do seu modificador **símbolos de sua Fé**, revelam a disposição do candidato em seu eventual governo, de não se utilizar dos símbolos religiosos, nem da palavra de Deus em favor da promoção pessoal, nem como forma de captar votos, como se viu na campanha eleitoral do seu adversário.

CONCLUSÃO

O presente artigo trouxe essas discussões, por entender importância do papel da linguagem no contexto político, sendo que os discursos são pensados visando a adesão do outro, mas que muitas vezes para se conseguir essa adesão, imagens precisam ser desconstruídas revelando, portanto, as máscaras construídas através de discursos moralistas. A carta, assim, surgiu de uma necessidade de aceno do candidato Lula ao segmento evangélico, que não o viam como um candidato a favor das pautas religiosas e temiam uma falsa perseguição a este segmento, caso o candidato fosse eleito presidente.



Consideramos ter alcançado o objetivo proposto, uma vez que nas nossas análises, descrevemos e interpretamos os elementos linguístico discursivos empregados no texto, considerando o seu co(n)texto de produção.

Dessa forma, foi possível chegarmos à seguinte conclusão: o locutor ao elaborar o seu texto, buscou argumentar em torno das ações já realizadas por ele, no período em que ocupou o governo, que beneficiaram o segmento evangélico. A orientação argumentativa adotada no texto, possibilitou a interpretação da Rd de si como alguém que respeita as liberdades coletivas e individuais e que tem o compromisso com a liberdade de culto e de religião.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. Tradução: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes; PASSEGGI, Luis; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDINO, R. A. S. **A responsabilidade enunciativa em artigos científicos de pesquisadores iniciantes e contribuições para o ensino da produção textual na graduação**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Carta compromisso com os evangélicos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/leia-a-integra-da-carta-divulgada-pela-campanha-de-lula-a-evangelicos.ghtml>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

PASSEGGI, Luis *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, Marli Quadros; BENTES, Anna Christina (Org.). **Linguística de texto e análise de conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **As representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia (Antonio Carlos Magalhães)**. 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes (Org.). "Voltarei. O povo me absolverá...": a construção de um discurso político de renúncia. IN: ADAM, Jean-Michel; HEIDEMANN, Ute. MAIGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.



A NARRATIVIDADE DO CORPO NEGRO FEMININO EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES, OLHOS D'ÁGUA E HISTÓRIAS DE LEVES ENGANOS E PARECENÇAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO*

Milena Santos de Jesus
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Resumo: A presente proposta, busca pensar a violência que faz vítima a mulher negra, para tanto, foi eleito como *corpus* as narrativas de contos *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), *Olhos d'água* (2016) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2017) do literário de Conceição Evaristo escritora negra que comunga de uma *escrivivência*, e permite a memória se significar no presente, mostrando o corpo negro feminino à frente das ações narrativas. O estudo é norteado pelos questionamentos: como é dada a representação da violência física e discursiva contra a mulher negra no âmbito literário? O *corpus* é analisado através daquilo que a AD chama de intersecção do eixo horizontal com o eixo vertical (COURTINE, 1981). O eixo vertical, ou da constituição, por estar relacionado ao interdiscurso, é o responsável pelo saber discursivo (a história, os já ditos, as possibilidades de dizer); o eixo horizontal, ou da formulação, por estar relacionado ao intradiscurso, representa a atualização do dizer por um sujeito aqui e agora. É procurado compreender o funcionamento dos enunciados do sujeito mulher diante da narratividade literária em análise com atenção para a legitimação dos discursos e a ruptura dos paradigmas de gênero. O trabalho classifica-se como um estudo qualitativo, cujos procedimentos são desenvolvidos por meio da pesquisa bibliográfica. A discussão proposta articula os pressupostos da Análise do Discurso, de linha materialista (AD) e os estudos de gênero.

Palavras-chave: Corpo; Feminino; Memória; Literatura

INTRODUÇÃO

No contexto representacional literário brasileiro, é possível notar que atos violentos atingem mulheres em diferentes períodos. Com a presente proposta, tenta-se pensar a violência que faz vítima a mulher negra. Para tanto, foi eleito como *corpus* as narrativas de contos *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), *Olhos d'água* (2016) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2017) do literário Conceição Evaristo, escritora negra que comunga de uma *escrivivência* e permite a memória se significar no presente, mostrando mediante a materialidade discursiva a opressão do corpo negro feminino.



A literatura negro-brasileira compreende um território de lutas e de representações das relações de poder da mulher, tendo em vista, que propõe a ruptura dos discursos hegemônicos numa sociedade desigual. Não se trata da tomada de um discurso pelo outro ou da condução de um falseamento de imbricação discursiva, mas antes uma tomada que dentro do domínio da AD, os discursos dominantes e dominados não operem como polos opostos. Esses são retomados, reconfigurados nas enunciações dos sujeitos.

O literário de Evaristo (2016) coloca o feminino à frente das ações narrativas em espaços de poder marcados por saberes discursivos do âmbito do racismo, misoginia, estrutura familiar de mulheres pretas. Assim, a proposta é norteadada pela assertiva que o tensionamento da memória discursiva dos textos de literatura-negro brasileira tende a corroborar ou “rechaçar” os sentidos circulantes que atravessam o corpo da mulher negra. Os “passos” são amparados no entendimento que as tessituras dadas nas práticas ideológicas de violência de gênero presente no literário negro lançam os sujeitos femininos nos movimentos de reatualização, configurados por meio da ruptura, renomeação e degeneração do *já-dito* abertos nos espaços de memória de representações dominantes.

Ao se pensar a historiografia literária brasileira e a produção de afrodescendentes, existem vazios e omissões que apontam para vozes esquecidas e marginalizadas. Sem dúvida, existe a ausência de uma história ou *corpus* para a literatura afro-brasileira. A literatura dessa autoria é aqui compreendida como produção na qual o sujeito negro fala de si e dos seus, com isso elegeu-se o *corpus* as narrativas da escritora Conceição Evaristo, *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), *Olhos d'água* (2016) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2017), por se entender a necessidade de repensar a violência física e simbólica efetivada contra a mulher negra em um sistema de dominação exploração que a oprime.

A produção literária de Conceição Evaristo (1946-) apresenta representações da contemporaneidade considerando as estruturas histórico-sociais de opressão. Em atenção para o sistema de opressão perpetuado no Brasil e na América Latina de colonização dos brancos contra negro e a miscigenação da identidade nacional amparada no mito da democracia racial. Entende-se que os mecanismos de opressão tais como a negligência para o papel da mulher negra para a formação



nacional, o racismo e a erotização favorecem para a violência de gênero. A literatura da escritora contribui para o reconhecimento que a história oficial comunga dos horizontes ideológicos das classes dominantes que impõem suas formações discursivas comungadas em graus diferentes pelo sujeito do discurso. Executar a crítica anti-hegemônica resgatando os silêncios da memória recuperando a história da multiplicidade e da resistência compreendendo a “resiliência” do corpo negro feminino na sociedade. A autora mostra que se dará um processo de resistência para permanência da memória coletiva significando no presente para a identificação étnica desenvolvendo nos sujeitos o sentimento de pertença sendo objeto de poder, pois seleciona o que permanecerá “vivo” no interior das culturas.

O *corpus* em estudo tem período de publicação compreendido: 2011 (Insubmissas lágrimas de mulheres), 2014 (Olhos d’água) e 2016 (Histórias de leves enganos e parecenças) e corroboram para pensar a temporalidade do discurso literário, face ao acontecimento que chega a se inscrever na história dado na Lei 11.340 de 2006. Essa lei busca reprimir a impunidade de crimes que as práticas sociais inscreveram como parte da dinâmica familiar a exemplo: agressões físicas e psicológicas. Com isso, ao trazer à cena literária a violência de gênero parece ser possível para o sujeito posicionado no contexto histórico que precede os momentos temporais citados entender uma memória de 14 anos de aplicabilidade da Lei. No mais, pode ser considerada o reconhecimento para os mecanismos sociais de coesão da violência contra a mulher e suas possíveis lacunas, pois os índices desse crime ainda continuam com taxas elevadas. Não se quer, pois, reduzir o literário as marcas de uma “realidade”, mas justamente atentar para que uma FD partilha de saberes pertencentes a outras FD, acarretando redefinição por meio do tensionamento dos elementos que a integram. Longe de ser uma zona neutra e de perspectiva de mundo estática, a FD é marcada por conflitos, disputas, junções, disjunções que colocam em “xeque” a entrada e a permanência dos discursos. A incessante disputa dada nas redes de FD, pois permitem a imbricação entre o posto no mecanismo judiciário e no literário.

Compreender o literário para além do dito “ficcional”, mas inserido em âmbito no qual o sujeito ao enunciar é amparado em um *locus* enunciativo que o insere em



dada formação discursiva. As inúmeras formulações do mesmo enunciado no interdiscurso, corrobora para tensionar e girar as “redes” anteriores, tendo em vista a conjuntura que acontece a produção discursiva. Nesse sentido, o enunciado compreende a ocorrência histórica e as práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos.

Regina Dalcastagné (2005) atenta para o literário como um espaço que necessita ser revisitado e indagado, pois como forma de representação é um âmbito de poder, onde interesses e perspectivas sociais interagem e se entrecrocaram. Assim, desperta-se para o fato de vozes silenciadas as quais necessitam de legitimidade e não apenas da possibilidade de fala. A literatura é a linguagem dada na ação dos sujeitos que se significam nos discursos. É no interior dos discursos que se revelam as disputas pelo poder, e os vazios dos esquecimentos se instalam. O literário passa a ser tensionado pelas vozes que o cânone, pois a margem, isso porque a disputa dada na representação é inscrita tanto no mapa social ou construída na narrativa.

1 O CORPO NEGRO FACE A NARRATIVIDADE

Partindo de Pêcheux (1997) se entende que os sentidos trazidos pelo literário não existem fora do ideológico, pois os sujeitos ocupam realidade histórica e a social. A presente proposta compreende o trabalho com as marcas de gênero para tanto toma a concepção de memória discursiva uma categoria da AD. Segundo Pêcheux (2007), a memória pode ser compreendida como “ espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (p. 56). Consideramos então a regularidade do discurso executada na repetição dos enunciados (paráfrase) e o quanto esses marcam um social patriarcal que subjuga a mulher. Em atenção ao funcionamento de uma memória discursiva que ao tecer um fio tênue com o interdiscurso e possibilita pensar o saber discursivo (a história, os já ditos, as possibilidades de dizer).

No domínio da memória irá se situar os enunciados que estabelecem vínculos com a transformação de continuidade e descontinuidade histórica dada na FD. O surgimento de significações no discurso não implica sua instauração na *memória*



discursiva. A significação do dizer pelo sujeito opera em condições dadas pela interação entre a materialidade da língua com a materialidade da história. Nesse contexto, a memória discursiva resgata um “dizer sobre” fatos e sentidos inscritos nas formações discursivas (ORLANDI, 2011).

[...] o interdiscurso-memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre a memória, de que não detemos o controle que nossos sentidos constroem dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. (ORLANDI, 2011 p. 54)

As significações ao se inscreverem na memória passam a ser mobilizadas por meio da paráfrase. A inscrição do acontecimento no espaço da memória movimenta uma dupla tensão entre “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” e “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Assim, os objetos que compreendem os ditos referentes epistêmicos do discurso ganham espaço no âmbito da memória em decorrência das formulações amparadas em “Citação, recitação, formação do pré-construído” (COURTINE, 1999, p. 20). Percebemos que esta rede vertical permite um diálogo entre formulações de redes diferentes, mas pertencentes ao mesmo discurso. Esta rede, portanto, constitui diferentes formulações possíveis do mesmo enunciado no interdiscurso, dizendo respeito à existência histórica do enunciado, no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores (COURTINE, 1981).

No trabalho construído com a memória discursiva é trazida a noção de narratividade pensada a partir de Orlandi (2010) como a “maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas” (ORLANDI, 2010, p. 22). Dessa maneira, a narratividade como processo inscrito na memória e na verticalidade do interdiscurso, possibilitando pensar a atualização da memória. A narratividade ao mobilizar o interdiscurso (memória discursiva) observa a fronteira e o percurso dos dizeres em circulação, perfilhadores da incompletude dos sentidos e dos sujeitos. Essa incompletude abre viés para o simbólico,



enquanto lugar deixado pela falta, corroborando para o processo de significação que também encontra mecanismos de regulação e possibilita a “ determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização do discurso” (ORLANDI, 2011, p. 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto da Conceição Evaristo tende a mobilizar os domínios do saber atrelados ao corpo negro e feminino que ao dispor as enunciações desperta sentidos para a opressão de gênero atrelado a classe social e as relações étnicas. Assim, é chamado a atenção para a problemática dos domínios do saber sobre o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras que integram os sistemas discriminatórios que corroboram para as desigualdades que estruturam a relação entre mulheres negras e sociedade. Passamos então a pensar o corpo feminino negro e a regularidade dos discursos que ao reverberarem “aprisionam” e trazem questionamentos para a violência de gênero, mesmo quando a sociedade se “veste” de um discurso igualitário e de empoderamento feminin.

A seleção das narrativas que compõe o *corpus* apresenta as violências aqui contempladas a saber a física e a simbólica considerando os mecanismos de opressão tais como a negligência para o papel da mulher negra para a formação nacional, o racismo, a erotização, as relações heteronormativas que impetram a compreensão sobre a violência de gênero. As narrativas vão evidenciar muitas “vozes sufocadas” vilipendiadas, o silêncio proporcionado ao gênero, por certo contribuindo para repensar os paradigmas de gênero enfatizando a ruptura dos discursos preestabelecidos para o feminino observando os espaços dos grupos minoritários e atribuindo “voz” aos sujeitos integrantes, acentuadas a compreensão dos processos de desumanização desses grupos que permitiram ações discriminatórias ou genocídios até os dias atuais. Revisitando os sentidos dos saberes discursivos que perpetuam o racismo estrutural envelopado no mito da democracia racial.

A presença da memória na narrativa de Evaristo atrelada ao pressuposto da *escrevivência* dispõe de sequências enunciativas que despertam os sentidos para a opressão de gênero, mas também de classe social e étnica. Assim, é chamada a



atenção para a problemática do racismo, do patriarcalismo, a hiperssexualização e outras opressões que integram os sistemas discriminatórios que corroboram para as desigualdades que estruturam a relação entre mulheres negras e sociedade. O corpo feminino negro passa a ser pensado na regularidade dos discursos que ao reverberarem “aprimoram” e trazem questionamentos para a violência de gênero.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.

BRASIL, Lei n.. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf> Acesso em: 17 nov. 2020.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: 2008.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de uma perspectiva de Gênero*. São Paulo, 1998: p. 3 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-americalatina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero> Acesso em: 7 mar.2019.

COURTINE, J.J. (1999) *O Chapéu de Clementis in Indursky, F. (org.) Os múltiplos territórios da análise de discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1.edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. O lugar da fala. In:____. *Literatura brasileira contemporânea: um território conquistado*. Vinhedo: Horizonte, 2012, p. 17-48.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: *Falas do outro: Literatura, gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.



EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2a ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Histórias de leves enganos e parecenças*. Rio de Janeiro: Malê, 2017

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, Bell. *Olhares negros e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

MOREIRA, Núbia Regina. *A Organização Feministas Negras no Brasil*. Vitória da Conquista: UESB, 2011.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*, Rio de Janeiro: Revan;Capinas, SP: INICAMP, 1998. NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999
ORLANDI, Eni P. (Org.). *Instituição, relatos e lendas: narratividade e individuação dos I59 sujeitos*. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

ORLANDI, Eni P. *Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas, Editora RG, 2011.

PECHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1977.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Tradução: E. P. Orlandi e G. Costa. Campinas: Pontes, 2019.



PETRI, Verli.. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário*: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

RIBEIRO, Djamila. *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*. São Paulo.v.13 n.24 p. 99 - 104 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-pordjamila-ribeiro.pdf> Acesso em: 09 mar.2019.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.



O ETHOS DISCURSIVO DO ENFERMEIRO EM SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DO PRESCRITO

Mirelly Karolinny de Melo Meireles
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo: Este trabalho objetiva analisar, descrever e interpretar como é caracterizado o *Ethos* discursivo do enfermeiro – em serviços de saúde mental – a partir de um documento prescritivo. Nos fundamentaremos nas noções de Ethos (MAINGUENEAU, 2016; 2020) e nas categorias da Semântica Global (MAINGUENEAU, 2008). Foi realizada uma leitura analítica do Documento Prescritivo da atividade do enfermeiro em Saúde Mental e Psiquiatria: o Anexo da Resolução COFEN No 678/ 2021 - item 1.1 (Competência do Enfermeiro). Os procedimentos para a análise dos dados estão em conformidade com a Semântica Global (Intertextualidade; Vocabulário; Tema; O Estatuto do Enunciador e do Destinatário; A dêxis enunciativa; O modo de enunciação; O modo de coesão) e a noção de *Ethos*. Concluímos que o *Ethos* discursivo do enfermeiro em serviços de saúde mental revela-se como um sujeito conhecedor de suas tarefas, eficiente e organizado; bem como empático, solidário e preocupado com o outro.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Ethos. Trabalho prescrito. Enfermagem.

Abstract: This paper aims to analyze, describe and interpret how the discursive *Ethos* of nurses – in mental health services – is characterized from a prescriptive document. We will be based on the notions of Ethos (MAINGUENEAU, 2016; 2020) and in the categories of Global Semantics (MAINGUENEAU, 2008). An analytical reading of the Prescriptive Document of the nurse's activity in Mental Health and Psychiatry was performed: Annex of COFEN Resolution No 678/2021 - item 1.1 (Nurse's Competence). The procedures for data analysis are in accordance with Global Semantics (Intertextuality; Vocabulary; Theme; The Statute of the Enunciator and the Consignee; The enunciative deixis; The mode of enunciation; The mode of cohesion) and the notion of *Ethos*. We conclude that the discursive *Ethos* of nurses in mental health services reveals them as a subject who knows their tasks, is efficient and organized; as well as empathetic, supportive and concerned about the other.

Keywords: Discourse Analysis. Ethos. Prescribed work. Nursing.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios, a Enfermagem sempre foi uma atividade predominantemente feminina e, as representações sociais referiam-se a um certo paradigma de mulher ideal: submissa, pura, com um bom desempenho dos papéis de mãe, esposa e administradora do lar, dedicada, carinhosa e abnegada (SOBRAL, 1994).

Quanto à organização do trabalho da enfermeira, esta iniciou, basicamente, a partir de duas categorias: as das *ladies nurses* e a das *nurses*. As *ladies nurses* eram provenientes da aristocracia inglesa ou da burguesia, ficavam com as funções de supervisão das *nurses*, de ensino e da administração hospitalar. Elas eram valorizadas socialmente, portadoras de um saber e detentoras de um poder. Já as *nurses* eram simples executoras de tarefas, possuíam baixo prestígio social, oriundas do proletariado e ficavam responsáveis pelas tarefas "domésticas" como a troca de roupa de cama, o banho no leito, a administração de medicamentos, o que propiciava um contato direto com o paciente (ALMEIDA; ROCHA, 1986).

No campo da Psiquiatria, o trabalho em Enfermagem segue um caminho distinto. Não houve uma preocupação em qualificar pessoas para esse tipo de atendimento (BELMONTE, 2017). Ao contrário do que vinha acontecendo, na referida área, a Enfermagem é exercida por uma maioria de trabalhadores homens, que acumula as funções de portaria e as de "cuidado" dos pacientes – nos momentos de contenção e guarda, sob o comando das religiosas. Têm ainda como tarefas vigiar, controlar e reprimir, podendo para isso utilizar a força física no contato com os doentes.

Portanto, a atividade exercida pelo trabalho de enfermagem na área da Psiquiatria se baseava no modelo manicomial, uma vez que os usuários eram retirados do seu convívio social, eram excluídos, precisavam se adaptar à doença, utilizavam de força para tentar contê-los e o tratamento era essencialmente biológico e técnico. Em contrapartida, no período pós-guerra, após inúmeras críticas a este modelo de tratamento do usuário em sofrimento psíquico, iniciava-se a Reforma Psiquiátrica, baseada num modelo Psicossocial, sendo que o cuidado era voltado à prevenção, promoção, reabilitação, recuperação e proteção do usuário - este não era retirado do seu convívio social - e, ao invés de ser



excluído, ele era incluído/ reposicionado através da dimensão singular, coletiva e sociocultural (COSTA-ROSA, 2000; YASUI, 2000).

Embarcando nesta discussão concernente ao trabalho do enfermeiro em Saúde Mental e, considerando que Trabalho e linguagem - como todas as atividades humanas - são produtoras de signos – enunciados/textos – e acontecem como um processo de interação cujos signos refletem e refratam características histórico-sociais dos indivíduos e da esfera de atividade em que atuam (ALVES, 2013). E, por ser elemento central no desenvolvimento das atividades, na análise do trabalho, a análise da linguagem tem lugar privilegiado.

E, de acordo com as ideias de Clot (2007)– Clínica da Atividade -e Schwartz (2011) – Ergonomia -, há o trabalho prescrito (ou *previsto*, refere-se à *tarefa* como uma *prescrição de objetivos* e procedimentos a serem realizados), trabalho realizado (o trabalho executado) e o trabalho real (refere-se ao trabalho realizado e o não realizado, devido aos impedimentos). No presente trabalho, nos deteremos à análise dos enunciados que regulamentam o trabalho do enfermeiro (heterodeterminante) em serviços de saúde mental, ou seja, o trabalho prescrito, a fim caracterizar o *Ethos* discursivo do enfermeiro.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar, descrever e interpretar como é caracterizado o *Ethos* discursivo do enfermeiro – em serviços de saúde mental – a partir de um documento prescritivo.

1 O TRABALHO DO ENFERMEIRO EM SAÚDE MENTAL: O MODO MANICOMIAL X O MODO PSICOSSOCIAL

Conforme Amarante (1995), o louco era caracterizado como personagem representante de risco e periculosidade social e, desse modo, houve a institucionalização da loucura pela medicina e a ordenação do espaço hospitalar. Sendo assim, foram criados hospícios e estes usuários em sofrimento psíquico eram isolados do seu convívio social e internados nestes ambientes; eram tratados apenas com medicamentos para suprimir as características da doença e; muitas das vezes eram tratados com violência.

Com o passar dos anos, várias críticas a este modelo foram surgindo e, mais fortemente, após a Segunda Guerra Mundial, sendo este o melhor cenário para a reforma psiquiátrica contemporânea e que apresentava as seguintes características: a psicoterapia institucional e as comunidades terapêuticas, referentes às reformas restritas ao âmbito basilar; a psiquiatria do setor e a psiquiatria preventiva, representando um nível de superação das reformas do espaço basilar; e a antipsiquiatria e as experiências surgidas a partir de Franco Basaglia, rompendo com movimentos anteriores, colocando em questão o dispositivo médico-psiquiátrico e as instituições e dispositivos terapêuticos relacionados a ele (BIRMAN & COSTA, 1994 *apud* AMARANTE, 1995, p. 27).

Considerando todo esse contexto das reformas e mudanças no campo Psiquiátrico, o trabalho da enfermagem também evoluiu conforme os vários períodos da Psiquiatria: inicialmente, rompeu com alguns paradigmas que a profissão apresentava até então, uma vez que deixou de ser exercido, predominantemente, por mulheres e a figura masculina entrou em cena, pois havia necessidade de força física para conter os usuários em sofrimento psíquico (BELMONTE, 2017).

Após a Reforma Psiquiátrica, a enfermagem volta-se a um trabalho mais integral dos usuários em sofrimento psíquico, exercendo suas atividades a fim de prevenir, promover, reabilitar, recuperar e proteger estes em seu próprio ambiente social, sem retirá-lo do convívio com familiares e amigos; além de que estes trabalham juntamente com uma equipe multidisciplinar a fim de tratar o indivíduo como um todo.

2 ETHOS DISCURSIVO

Mainqueneau (2016) afirma que a noção de *Ethos* possibilita uma maior reflexão acerca da adesão dos sujeitos a uma determinada posição discursiva. Ele cita algumas “traições” que fez à referida definição: i) a primeira se refere à noção de *Ethos* ligada à reformulação da teoria no quadro da análise do discurso; ii) como também considerá-lo em discursos escritos, já que possui uma vocalidade específica, permitindo relacioná-lo a uma fonte enunciativa, através de um “tom” que indica quem o disse.



Assim, as leituras fazem revelar uma instância subjetiva que exerce o papel de fiador, cujo leitor construirá sua imagem através de indícios revelados no texto, provido de um caráter e uma corporalidade – sendo estes definidos como um conjunto de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, estereótipos, que contribui para reforçar ou transformar a caracterização do *Ethos*.

Ademais, a incorporação designa como o coenunciador se relaciona com o *Ethos* discursivo e se faz em três registros indissociáveis: i) a enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, dando-lhe um corpo; ii) o coenunciador incorpora um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica que este se relaciona com o mundo, habitando seu próprio corpo; e iii) e as duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2016).

Outro ponto a ser considerado na análise do *Ethos* discursivo é que o enunciador não é um ponto estável, que se expressa de uma maneira 'x' ou 'y', mas deve ser levado em consideração um quadro interativo: uma instituição discursiva inscrita em uma determinada configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. Dessa maneira, o discurso presume uma "cena da enunciação" que integra uma "cena englobante" (tipo de discurso/ estatuto pragmático), uma "cena genérica" (associa-se a um gênero) e uma "cenografia" (construída pelo próprio texto) (*op. cit.*, 2016).

Quanto à cenografia, o leitor a constrói através de um discurso apoiado em indícios textuais diversos. Além disso, as figuras do enunciador, fiador e a figura correlativa do enunciador são correlacionadas a uma cronografia (momento) e a uma topografia (lugar) de onde, supostamente, o discurso emerge (*op. cit.*, 2016). No presente trabalho, analisaremos o *Ethos* discursivo do Enfermeiro em um documento escrito.

3 A SEMÂNTICA GLOBAL

De acordo com as ideias de Maingueneau (2008, p. 73), um procedimento que se funda sobre uma "semântica global" não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus "planos", mas integrando-os a todos ao mesmo tempo,



tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação e, temos as seguintes dimensões desta semântica: i) Intertextualidade; ii) Vocabulário; iii) Tema; iv) O Estatuto do Enunciador e Co-enunciador; v) A Dêixis Enunciativa; vi) O Modo de Enunciação e vii) O Modo de Coesão.

Vejamos o Quadro 2, com um breve resumo das dimensões da semântica global proposta por Maingueneau (2008) e suas definições, uma vez que utilizaremos tais categorias para a análise dos dados deste trabalho:

QUADRO 2 – Dimensões da Semântica Global propostas por Maingueneau (2008)

DIMENSÃO DA SEMÂNTICA GLOBAL	DEFINIÇÃO
Intertextualidade	"[...] ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras." (MAINGUENEAU, 2008, p. 78)
Vocabulário	Escolhas lexicais (MAINGUENEAU, 2008)
Tema	Como o sentido se constitui em cada formação discursiva. (MAINGUENEAU, 2008) "[...] o sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões da mesma formação discursiva." (PÉCHEUX apud MAINGUENEAU, 2005, p. 86).
O Estatuto do Enunciador e Co-enunciador	Cada discurso é responsável por definir um estatuto que o enunciador deve conferir-se e o estatuto que ele atribui ao seu co-enunciador, no intuito de legitimar os dizeres. (MAINGUENEAU, 2008, p. 87)
A Dêixis Enunciativa	"Essa dêixis, em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a <i>cena</i> e a <i>cronologia</i> que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação." (MAINGUENEAU, 2008, p. 89)
O Modo de Enunciação	"Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para esforçar ou transformar." (MAINGUENEAU, 2008, p. 92)
O Modo de Coesão	"[...] a maneira pela qual um discurso constrói suas redes de remissões internas. Esse domínio recobre fenômenos muito diversos, entre os quais o <i>recorte discursivo</i> e os <i>encadeamentos</i> ." (MAINGUENEAU, 2008, p. 94)

Fonte: Dados da Pesquisa

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa se configura como um Estudo Documental, norteado pela abordagem qualitativa, de cunho interpretativista e a natureza de seu objeto de estudo é enunciativo- discursivo. Faremos uma leitura analítica do Documento Prescritivo da atividade do enfermeiro em Saúde Mental e Psiquiatria: o Anexo da Resolução COFEN No 678/ 2021. Mais especificamente, analisaremos apenas o item 1.1 que se refere à Competência do Enfermeiro.



Os procedimentos para a análise dos dados estão em conformidade com a Semântica Global (Intertextualidade; Vocabulário; Tema; O Estatuto do Enunciador e do Destinatário; A dêixis enunciativa; O modo de enunciação; O modo de coesão) e a noção de *Ethos* proposta por Maingueneau (2008; 2016; 2020). Categorizaremos as prescrições conforme as semelhanças de seus temas e, a partir daí, faremos as análises discursivas de acordo com as categorias da Semântica Global.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que o item 1.1 do referido Anexo possui 22 (vinte e duas) competências do enfermeiro em serviços de saúde mental e Psiquiatria, categorizamos estes itens a partir dos Temas: (i) atividades do trabalho do enfermeiro ressignificados no modo psicossocial → itens a-d/f/ n-o/q-r/ v-w;e (ii) atividades do trabalho do enfermeiro construídos no modo psicossocial → itens e/ g-m/ p/ s-u. Após tal categorização, iremos fazer a análise discursiva a partir das dimensões da Semântica Global (MAINGUENEAU, 2008).

5.1 ANALISANDO AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS DO TEMA 1

Para ilustrarmos as formações discursivas referentes ao Tema 1, vejamos a Imagem 2 – Competências do Enfermeiro referentes ao Tema 1:

Imagem 2 – Competências do Enfermeiro referentes ao Tema 1

Compete ao Enfermeiro

Compete ao Enfermeiro cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas:

- a) Planejamento, coordenação, organização, direção e avaliação do serviço de enfermagem nos serviços de saúde mental e psiquiatria;
- b) Realizar Processo de Enfermagem por meio da consulta de enfermagem em saúde mental com o objetivo de viabilizar a Sistematização da Assistência de Enfermagem;
- c) Prescrever cuidados de enfermagem voltados à saúde do indivíduo em sofrimento mental;
- d) Utilizar modelos teóricos para fundamentar e sistematizar as ações de cuidado de enfermagem em saúde mental, por meio do Processo de Enfermagem;

Fonte: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/RESOLUCAO-COFEN-N%C2%B0-0678-2021-ANEXO.pdf>. Acesso em: 01/11/2021



A partir das análises dos itens *a-d;f;n-o;q-r;v*, verificamos que o **campo discursivo** é Saúde. Quanto à **Intertextualidade**, constatamos uma intertextualidade interna, baseada nas prescrições da Lei 7498/ 25 de Junho de 1986 (Regulamentação do Exercício de Enfermagem) e na resolução COFEN 564/2017 (Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem).

Concernente ao **Vocabulário**, observamos escolhas lexicais próprias do documento prescritivo: Verbos no infinitivo (Realizar, Prescrever, Utilizar); Forma Verbal Impessoal e as normas são enunciadas em forma de listagem de enunciados – primeiros registros (SCHWARTZ, 2010). O vocabulário também revela o estatuto do co-enunciador ‘ditador’ das regras que o enfermeiro tem que seguir; os espaços de circulação desse discurso são legitimados pelo estatuto do enunciador. Ademais, observamos também que não há uma precedência necessária na lista de competências do enfermeiro, mas infere-se que há uma concomitância com que devem ser realizadas.

O modo de organizar as informações remete ao léxico mais formal e impessoal, constituindo o modo de coesão; Essa maneira de enunciação das tarefas faz com que o enunciador acredite que essa seja a forma eficiente de desenvolver seu trabalho, aderindo às tais competências e concordando em atuar da maneira prescrita.

Quanto à **Dêixis Enunciativa**, vejamos: i) Cronologia: configuração sócio-histórica → pós Reforma Psiquiátrica; ii) Cena: Cena englobante: discurso prescritivo e a Cena genérica: Resolução; e iii) Cenografia: o discurso se constrói sobre as atividades que o enfermeiro deve desenvolver no contexto de serviços de saúde mental, bem como no estereótipo que ele é detentor de saberes superiores – se comparado à equipe de enfermagem – e, acabam exercendo mais funções de supervisão e administração. Com isso, também fazemos referência à divisão do trabalho da enfermagem lá nos primórdios: Ladies nurses x Nurses.

Por fim, no que se refere ao **Modo de Enunciação**, constatamos que o tom discursivo é de ordem e de estabelecimento de tarefas, de modo claro e compreensível. Portanto, é o mundo ético do trabalho, das prescrições, atividades, sistematizações, que o fiador participa e que dá acesso a tal



incorporação. Assim, revela-se um *Ethos* conhecedor de suas tarefas, eficiente e organizado. Vejamos os seguintes vocábulos: planejamento; organização; sistematizar; sistematização.

5.2 ANALISANDO AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS DO TEMA 2

A fim de ilustrar as formações discursivas referentes ao Tema 2, vejamos a Imagem 2 – Competências do Enfermeiro referentes ao Tema 2:

Imagem 2 - Competências do Enfermeiro referentes ao Tema 2

- g) Realizar práticas integrativas e complementares em saúde dentre as ações de cuidado, se detentor de formação especializada;
- h) Elaborar e participar do desenvolvimento do Projeto Terapêutico Singular dos usuários dos serviços em que atua, com a equipe multiprofissional;
- i) Realizar atendimento individual e/ou em grupo com os usuários em sofrimento psíquico e seus familiares;
- j) Conduzir e coordenar grupos terapêuticos;
- k) Participar das ações de psicoeducação de usuários, familiares e comunidade;
- l) Promover o vínculo terapêutico, escuta atenta e compreensão empática nas ações de enfermagem aos usuários e familiares;
- m) Participar da equipe multiprofissional na gestão de caso;

Fonte: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/RESOLUCAO-COFEN-N%C2%B0-0678-2021-ANEXO.pdf>. Acesso em: 01/11/2021

Partindo das análises dos itens *e; g-m; p; s-u*, verificamos que o **campo discursivo** também é Saúde, assim como o Tema 1. Quanto à **Intertextualidade**, constatamos uma intertextualidade externa, baseada nas teorias relacionadas à Reforma Psiquiátrica e ao Modo Psicossocial do trabalho do enfermeiro, tratando o indivíduo como singular, a fim de prevenir, promover, reabilitar, recuperar e proteger estes em seu próprio ambiente social; além de que este indivíduo é tratado por uma equipe multidisciplinar.

Em relação ao **Vocabulário**, a análise é semelhante ao Tema 1.

Quanto à **Dêixis Enunciativa**, vejamos: i) Cronologia: configuração sócio-histórica → pós Reforma Psiquiátrica; ii) Cena: Cena englobante: discurso prescritivo e a Cena genérica: Resolução; e iii) Cenografia: o discurso se constrói sobre as atividades que o enfermeiro deve desenvolver no contexto de serviços de saúde mental, enfatizando o modo psicossocial em suas ações (integração



especialista; ações transdisciplinares; equipe multidisciplinar; atenção psicossocial).

Concernente ao **Modo de Enunciação**, o tom discursivo é de ordem; de estabelecimento de tarefas de modo claro e compreensível; como também observamos um tom de inclusão, de solidariedade, de empatia. Verificamos a utilização dos seguintes vocábulos: formação especializada; equipe multiprofissional; compreensão empática; escuta atenta; vínculo. Assim, revela-se um *Ethos* empático, solidário, preocupado com o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar, descrever e interpretar como é caracterizado o *Ethos* discursivo do enfermeiro – em serviços de saúde mental – a partir de um documento prescritivo - Anexo da Resolução COFEN No 678/ 2021 (item 1.1 - Competência do Enfermeiro).

A partir da análise da semântica global do documento, compreendemos que o *Ethos* discursivo do enfermeiro em serviços de saúde mental revela-se como um sujeito conhecedor de suas tarefas, eficiente e organizado; bem como empático, solidário e preocupado com o outro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C.P.; ROCHA, J.S. **O Saber da Enfermagem e sua Dimensão Prática**. São Paulo: Cortez, 1986.

ALVES, S. M. **A atividade de tutores na Educação a distância**: uma análise bakhtiniana do prescrito e do vivido nos ambientes virtuais de aprendizagem. 2013. 186 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz. 1995.

BELMONTE, P. Cuidar, verbo feminino? Representações do corpo, gênero e sexualidade no cuidado em saúde mental na enfermagem. In: SILVA, L.A.; SANTOS, I. (Orgs) **Cuidar em Enfermagem e Saúde Mental** – Aspectos Históricos, fundamentos para o cuidar e saúde mental infantojuvenil (volume 1). Curitiba: Appris, 2017.



CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. 2a. Ed- Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

COFEN - Resolução COFEN n.. 0599/2018 (Revogada pela Resolução COFEN No 678/2021): **Aprova a atuação da Equipe de Enfermagem em Saúde Mental e em Enfermagem Psiquiátrica**. –Disponível em <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-599-2018-ANEXO-APROVA-NORMA-PARA-ATUA%C3%87%C3%83O-DA-EQUIPE-DE-ENFERMAGEM-EM-SA%C3%9ADE-MENTAL-E-PSIQUIATRIA-ARQUIVO-EM-PDF.pdf>Acesso em 03 de outubro de 2021.

COFEN - Resolução COFEN n.. 564/2017: **Código de ética dos Profissionais de Enfermagem**. –Disponível em http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html Acesso em 03 de outubro de 2021.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P.D.C. Amarante (Org.). **Ensaio subjetividade, saúde mental, sociedade** (pp. 141- 168). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2016.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SOBRAL, V.R. **A Purgação do Desejo**. 1994. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

YASUI, S. **Construção da Reforma Psiquiátrica e o seu Contexto Histórico**, 2000. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.



O DISCURSO E A PRÁTICA DAS INOVAÇÕES CIENTÍFICAS: EMBATES ARGUMENTATIVOS

Miriam Bauab Puzzo
Universidade de Taubaté UNITAU)

Resumo: O desenvolvimento da ciência no campo da medicina experimental é assunto bastante polêmico e tem motivado discursos argumentativos muito impactantes. Sendo assim, o objetivo desta comunicação é demonstrar os argumentos que iluminam um artigo de divulgação científica com o intuito de esclarecer as pesquisas genéticas que se tornam atrativas ao público leigo. Para discutir essa questão foi selecionado o artigo "Bebês a la carte", de Sergio Danilo Pena, publicado na revista Deriva Genética, Ciência Hoje em 08/12/2006. A teoria que fundamenta a análise argumentativa é a teoria dialógica da linguagem na perspectiva de Bakhtin ([1920-24] 2010), e responsabilidade ética dos atores sociais na difusão das pesquisas e em sua aplicação, assim como na responsabilidade de sua aplicação aleatória.

Palavras-chave: Argumentação. Teoria dialógica. Signo ideológico. Responsabilidade ética

Abstract: The development of science in the field of experimental medicine is a very controversial subject and has motivated very impactful argumentative speeches. Therefore, the objective of this communication is to demonstrate the arguments that illuminate an article of scientific dissemination with the intention of clarifying the genetic researches that become attractive to the lay public. To discuss this issue, the article "Babies a la carte", by Sergio Danilo Pena, published in the journal Deriva Genética, Ciência Hoje on 12/08/2006. The theory that underlies the argumentative analysis is the dialogical theory of language from Bakhtin's perspective ([1920-24] 2010), regarding the question of the ethical responsibility of social actors in the dissemination of research and in its application, as well as in the responsibility of your random application.

Keywords: Argumentation. Dialogical theory. Ideological sign. Ethical responsibility.



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social e as novas formas de avanço tecnológico e científico têm propiciado condições melhores de vida e possibilidades de solução de problemas de saúde antes impensáveis. Ao mesmo tempo que as inovações científicas podem auxiliar a vencer problemas imediatos referentes ao bem-estar do ser humano, antes impensáveis, também possibilitam a exploração de recursos que nem sempre se traduzem em benefícios, principalmente no avanço da biogenética. Portanto, apesar de apresentarem uma enorme possibilidade de cura de doenças até então sem esperança, têm motivado comportamentos abusivos em sua aplicação indiscriminada pelo ser humano. As pesquisas científicas têm evoluído rapidamente e alterado as formas naturais de desenvolvimento humano, inclusive no plano genético, como relata o colunista Sérgio Pena em seu artigo "Bebês a la carte?" Nesse artigo, discute o avanço das pesquisas genéticas e as possibilidades de escolha de características físicas do futuro ser humano ainda em seu período embrionário. Tal avanço permite alterar algumas características físicas consideradas nocivas para o novo ser em sociedade. Dessa forma, a medicina genética oferece a possibilidade de alterações que se apresentam aos novos pais de modo bastante amplo e tem motivado escolhas peculiares entre elas a cor dos olhos, dos cabelos e até possíveis desvios físicos que seriam corrigidos ainda em sua gestação. O autor, professor do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais, discute, por meio de uma argumentação sólida, os problemas que podem advir de escolhas abusivas em busca de filhos perfeitos de natureza estética apenas ou em relação a pequenos desvios físicos.

O autor, que é também pesquisador, além de professor, discute os problemas de uma escolha irrefletida para atender ao desejo dos pais o que poderia ocasionar uma sociedade de estereótipos físicos em série, limitando a capacidade de enfrentamento desafiador do ser humano com o objetivo de superar as dificuldades naturais. Para desenvolver sua tese, o autor desenvolve argumentos variados, no intuito de demonstrar ao público leigo o risco que o excesso de perfeição pode acarretar na sociedade moderna.



Para discutir a forma de apresentação de seus argumentos e seu poder persuasivo, toma-se como fundamentação a teoria dialógica bakhtiniana a respeito da responsividade e responsabilidade autoral. Para discutir a elaboração enunciativa dos argumentos, toma-se como referência o conceito de ethos e a sua representação enunciativa como recurso persuasivo na perspectiva de Amossy (2005) e Mainguenu (2005). O artigo obedece à seguinte ordem: discute-se o conceito de argumentação e a teoria dialógica da linguagem, a seguir o conceito de ethos na perspectiva discursiva, seguindo-se a análise do artigo e, por fim, a conclusão.

1 ARGUMENTAÇÃO DISCURSIVA E A TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM

A argumentação e a sua proposta persuasiva têm motivado inúmeras pesquisas na atualidade, em função das novas formas de comunicação na sociedade moderna. O desenvolvimento industrial e tecnológico numa sociedade movida pelo movimento econômico tem propiciado novos recursos expressivos para comunicação imediata, tais como a propaganda televisiva, as redes sociais, os outdoors. Assim, a rapidez com que a comunicação acontece nos diversos meios exige uma linguagem mais concisa movida pelos signos, sejam eles imagéticos, visuais, sonoros ou gestuais. Desse modo, as pesquisas, anteriormente reduzidas à linguagem escrita, deslocam-se para outras formas de expressão comunicativa com intuito persuasivo. Entre os diversos gêneros, nas mais variadas esferas de produção, difusão e circulação, encontram-se os artigos de difusão das pesquisas científicas em enunciados constituídos por imagens verbais e visuais. Essa forma de comunicação tem por objetivo facilitar a compreensão dos resultados das pesquisas a um público leigo.

Como consequência dessa incorporação de signos verbo-visuais em enunciados concretos de divulgação científica, novas formas de análise da linguagem de tais enunciados são desenvolvidas na perspectiva discursiva como atesta Sheila Grillo (2009).

Assim, a época atual exige a atualização de conceitos e de suas formas de expressão. De acordo com Fiorin: "As teorias do discurso, quaisquer que elas sejam, não se podem limitar a essa microanálise linguística, embora,



eventualmente, possam servir-se dela.” (FIORIN, 2014, p. 56). Segundo ele, é preciso considerar, além da organização das unidades discursivas transfrásticas, o modo de funcionamento real do discurso, ou seja, seu caráter dialógico. Também propõe uma retomada dos conceitos da tradição clássica que tratam da retórica e da argumentação, entre eles a teoria socrática, a partir dos quais os novos recursos argumentativos são interpretados.

Nessa mesma linha, Pistori (2019) retoma a questão da retórica e da argumentação como uma concepção teórica que tem motivado diversos posicionamentos relevantes desde a Retórica de Aristóteles. Segundo demonstra, algumas obras como o *Tratado da argumentação* (1958) de Perelman e Olbrechts-Tyteca e *Os usos do argumento* (1958), de Stephen Toulmin, apresentam uma nova concepção da retórica numa perspectiva mais adequada às necessidades de comunicação impostas pelo desenvolvimento sociocultural. Conhecida como nova retórica, a teoria de Perelman reavalia a antiga concepção aristotélica de modo a entender o processo persuasivo no contexto modern.

Tal deslocamento, necessário diante das inovações e da pluralidade de manifestações enunciativas, permitiu observar o processo de produção não apenas nos meios de comunicação, mas também nas inúmeras formas de interação, compreendendo a linguagem em sua ampla manifestação sócio-cultural, como propõe Volóchinov (2017). A passagem da concepção oral ou escrita da antiga retórica para uma nova concepção discursiva considera a tensão que se estabelece nas diversas formas de manifestação enunciativa. Como afirma Volóchinov (2017), o enunciado se constitui numa arena em que o eu e o outro se enfrentam num contexto de tensão gradativa. Sob esse aspecto, os recursos agenciados pelo enunciador têm como horizonte um “auditório” ao qual se dirige, aguardando respostas, sejam elas de anuência ou refutação, como concebe Bakhtin (2016, p. 57).

Muitas são as possibilidades de pesquisa que tratam da questão argumentativa na vertente discursiva a partir da teoria de Bakhtin e do Círculo. Esse grupo de pesquisadores filósofos, linguistas, literatos, entre outros, concebem a linguagem a partir de suas variadas formas de expressão como pontua Volóchinov,



considerando a concepção de signo ideológico como elemento integrante de qualquer manifestação comunicativa. Como afirma: “Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade. Qualquer fenômeno ideológico sóico é dado em algum material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94).

A partir dessa perspectiva discursiva, muitas possibilidades surgem para compreender e interpretar a linguagem em outros códigos, como discute Machado, opondo o processo retórico ao metalinguístico, numa perspectiva semiótico-científica:

... em vez do jogo retórico suasório, emerge a metalinguagem em que os códigos gráficos desenham a trajetória de pensamentos na elaboração de hipóteses e descobertas, conduzindo o conhecimento para o centro da cena argumentativa sustentada pelas inferências. A força suasória cede lugar à força da metalinguagem experimental. (MACHADO, 2016, p. 3)

Como a pesquisadora explicita em seu resumo, ela considera os elementos visuais, como os gráficos, relevantes na produção de sentido, servindo como argumentos persuasivos nos relatos de pesquisa científica. Em suas palavras: “ao ampliar o escopo da palavra no contexto de processos gráficos visuais como os desenhos, a fotografia e os infográficos, os argumentos são muito mais realizações do raciocínio diagramático do que das elaborações retóricas.” (MACHADO, p. 111).

Nessa perspectiva, as formas de comunicação e de argumentação se ampliam abrangendo as diversas linguagens antes reduzidas à linguagem escrita ou oral. É este o modo como a argumentação e a persuasão se manifesta nos diversos gêneros, entre eles o da divulgação científica. As pesquisas de Sheila Grillo (2009) têm demonstrado como tais recursos são explorados em gêneros que procuram tornar a ciência mais próxima do entendimento do leitor leigo.

Assim, retomando a perspectiva de Pistori, os pesquisadores atuais que tratam da argumentação tomam como referência os conceitos clássicos da retórica sob um novo prisma como discute Amossy, partindo dos conceitos de “logos” que diz respeito à inferência, ao raciocínio e à argumentação, ao “ethos” referente ao



caráter e à virtude do enunciador e ao “páthos” relativo ao sentimento e à emoção. Tais elementos essenciais à argumentação e ao seu efeito persuasivo estão atrelados ao conceito de ethos, concebido como a autoridade responsável pelo dizer, ou seja, a do “fiador”, para usar a expressão de Maingueneau (2005), que sustenta os argumentos dando-lhes a capacidade persuasiva.

Conforme conceitua Maingueneau, o ethos do autor se constitui por indícios textuais que tornam perceptível ao leitor uma imagem do fiador no discurso. Ele se constitui pelo caráter do fiador, pelos traços psicológicos que o constituem e pela sua corporalidade que se expressa no tom manifesto no texto. Dessa forma,

Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizados ou desvalorizados, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72)

Segundo o autor, há três formas de incorporação do ethos no discurso, uma é a corporalidade do fiador dada pela própria enunciação, a outra é a assimilação de uma série de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionamento com o mundo habitando seu próprio corpo e a última é que as duas primeiras permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso. Sob esse aspecto, lembramos a concepção do horizonte social ao qual o enunciador se dirige, conforme concebe Volóchinov (2017). O enunciado não se concretiza no vácuo, por mais distante que o enunciador esteja de seu público, ele sempre o pressupõe em seu discurso. Como o linguista se expressa: “O mundo interior e o pensamento de todo indivíduo possuem seu *auditório social* estável, e nesse ambiente se formam os seus argumentos interiores, motivos interiores, avaliações etc (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205) (ênfase do autor).

Pensando na concepção do enunciado e em sua forma de composição, Maingueneau estabelece três etapas no processo de elaboração da cena enunciativa: cena englobante, cena genérica e cenografia. Se em um enunciado escrito esse processo pode ser observado, num enunciado composto por outros signos ideológicos essa composição constitui um processo persuasivo mais complexo. Ele envolve o leitor com outras formas de argumento que mobilizam



tanto a razão quanto as emoções e os afetos dos possíveis destinatários, como ocorre neste artigo de divulgação científica, selecionado para análise.

O autor, com o objetivo de tornar mais persuasiva sua tese, serve-se de gêneros artísticos em diálogo com a linguagem objetiva própria da divulgação científica, como o gráfico e o infográfico. Dessa forma, a cena englobante deste artigo diz respeito ao tema da seleção artificial propiciada pelas inovações científicas. O discurso sedutor, divulgado pelas novas pesquisas genéticas, convence o público leigo a aplicar novos recursos em fetos gerados *in vitro*, de modo a bloquear peculiaridades naturais consideradas negativas pela sociedade. O título do artigo “Bebês a la carte?” sintetiza esse tema, questionando essa possibilidade que o enunciador procura responder no final de seu artigo. Essa cena englobante diz respeito à proposta enunciativa enquanto a cena genérica refere-se ao gênero em que essa proposta se materializa. Sob esse aspecto, ela obedece mais ou menos às exigências do gênero artigo de divulgação científica em sua forma composicional e em seu estilo, como postula Bakhtin (2016), ao apresentar o gênero discursivo e suas peculiaridades.

Apesar de manter alguma regularidade em sua forma composicional e em seu estilo genérico, o autor inova, mesclando a linguagem científica, objetiva e direta com outras formas sógnicas que estão relacionadas às artes plásticas e cinematográficas que mobilizam o páthos, e tocam o afeto do público leitor. Assim, o estilo individual próprio da proposta enunciativa do autor e de seu auditório social, explora elementos alheios à objetividade da linguagem científica, expondo aspectos valorativos do ethos autoral.

Uma análise discursiva permite explorar esses elementos constitutivos, tomando como referência o conceito de gênero discursivo na perspectiva bakhtiniana, sob o enfoque dado por Maingueneau, com o intuito de observar a questão da argumentação e do ethos pelos recursos agenciados pelo articulista.

2 ARGUMENTAÇÃO VERBO-VISUAL: RAZÃO E PÁTHOS

O título inusitado, constituído por um questionamento, anuncia o teor que predomina na sua materialidade constitutiva. Já na introdução, o autor lança o desafio de trazer para a discussão a possibilidade de intervenção dos pais na



geração de filhos projetados "in vitro", selecionando características consideradas ideais, de acordo com sua preferência, eliminando possíveis traços considerados negativos, tais como os da cor dos olhos e da pele, os das limitações físicas e psicológicas. Ao apresentar a problemática que será discutida no artigo, o autor recorre à imagem visualizada no cartaz do filme de ficção científica *Gattaca*, cujo enredo gira em torno da seleção artificial programada para eliminar embriões que apresentem traços indesejáveis numa sociedade planejada para um funcionamento perfeito.

A história desafiadora na contramão dessa proposta é a do herói que escapa da triagem institucionalizada e nasce de um relacionamento natural, com a possibilidade de contrair uma doença cardíaca e morrer antes dos trinta anos. Por esse motivo, vive driblando o sistema para não ser identificado. Numa segunda gestação os pais preferem respeitar o sistema e ter uma criança "in vitro", geneticamente programada. A história não é contada, mas fica como sugestão para a visualização do filme. A questão que o autor coloca é a impossibilidade de criar uma sociedade totalmente programada e em seguida discute a questão da genética, ilustrando em infográficos o funcionamento dos conceitos de genótipo e fenótipo que compõem as características genéticas do ser humano. Demonstra de modo esquemático a variabilidade decorrente da interação entre esses dois elementos e o ambiente em que eles vão se desenvolver, impossibilitando uma previsão que impeça o aparecimento de características negativas posteriores.

Após essa explanação objetiva, o autor discute o conceito de gene a partir de um verso do poeta renascentista John Donne (1572-1631) "nenhum homem é uma ilha". A paráfrase "Nenhum gene é uma ilha", é mobilizada para explicar como o gene se transforma de modo imprevisível dependendo das condições ambientais em que se encontra. Conforme o autor explica, não é possível também saber se qualidades negativas de um ser podem ser benéficas em determinadas condições, assim como as positivas podem resultar em consequências negativas. A partir desse pressuposto, o autor seleciona exemplos de personalidades artísticas que, apesar de sofrerem com uma estrutura física deficitária, ou motivada por causa dela, tornaram-se representantes excepcionais na produção artística.

Partindo dessa constatação, o autor considera improdutiva uma seleção pré-natal de embriões, com exceção de casos que possam ser radicalmente comprometedores da vida do indivíduo. Para concluir seu raciocínio cita exemplos de artistas como Toulouse Lautrec (portador de nanismo), Mozart (vítima do distúrbio de personalidade), Beethoven (portador de surdez, mas não impeditiva da criação da 9ª sinfonia) e Van Gogh (atingido pelo distúrbio de esquizofrenia), criador da tela "Noite estrelada". De acordo com seu ponto de vista, se estes gênios artísticos tivessem sido modificados ainda no útero para evitar os traços limitadores de sua condição existencial, provavelmente não teriam produzido as obras especiais que conceberam.

Dessa forma para tornar seus argumentos mais impactantes e persuasivos, o autor explora além dos recursos verbais, as imagens verbo-visuais, tanto os infográficos que se tornam recursos semióticos, como pontua Machado (2016), mas também os signos artísticos e estéticos.

O cartaz do filme *Gattaca* (1997), ilustrando a abertura do artigo, cria um diálogo mais afinado com o leitor, familiarizado com a representação cinematográfica, minimizando a racionalidade e a limitação da linguagem científica a um público leigo. As cores do cartaz e as fotos dos intérpretes cinematográficos são semioticamente significativas. A imagem do casal numa atitude romântica mobiliza a emoção do leitor tocado pela imagem visual, pela luz difusa e pelo foco iluminado das faces ternamente próximas é associada ao ato amoroso proibido que gerou um ser diferenciado.

A partir desse preâmbulo, o autor apresenta a teoria científica explicitando os conceitos de genótipo e fenótipo, inclusive demonstrando as características em imagens infográficas e as possíveis alterações decorrentes da atuação do ambiente e das relações que se estabelecem com o genótipo. Ao lado do raciocínio lógico-explicativo da ciência, o autor mobiliza os recursos expressivos dos signos visuais que afetam as emoções e mobilizam os sentidos do leitor.

Após esse preâmbulo teórico, o autor questiona a seleção artificial como uma limitação do poder de superação e da capacidade criativa dos indivíduos. A imagem de Toulouse-Lautrec (1864-1901), vítima da picnodisostose, ou nanismo,



assim como o quadro *Noite estrelada* de Van Gogh ilustram as considerações finais do autor, que tem por título “Nenhum gene é uma ilha”.

Pelo exposto, observa-se que o autor, no âmbito científico, questiona o uso indiscriminado dos recursos propiciados pelas inovações da pesquisa genética. Para tornar seus argumentos persuasivos, o autor não se limita ao raciocínio lógico da expressão escrita, mas ilustra seus argumentos empregando imagens que apelam para a emoção, para o páthos do leitor: as cenas coloridas do cartaz do filme, a tela de Van Gogh cujo tema se concretiza em cores vibrantes da cena noturna, a fotografia em branco e preto de Lautrec, expondo sua aparência física, demonstram o apelo emocional como forma de argumentação persuasiva do enunciador.

Retomando os conceitos discursivos bakhtinianos de responsabilidade ética do sujeito, observa-se que o enunciador apresenta seu posicionamento responsivo e responsável diante das pesquisas científicas, questionando seu emprego indiscriminado pelo público e muitas vezes anunciadas de modo sedutor por uma certa irresponsabilidade ética de seus divulgadores.

O artigo de divulgação científica como um enunciado concreto, na perspectiva bakhtiniana, expõe o posicionamento valorativo do autor e sua responsabilidade ética ao demonstrar os limites das inovações muitas vezes tomadas como recurso milagroso para todos os males.

CONCLUSÃO

O autor, um representante da comunidade científica, procura demonstrar, na contramão da propaganda que seduz o público a se submeter a intervenções genéticas difundidas pela mídia e por profissionais que confiam cegamente nos resultados das pesquisas desenvolvidas. A reflexão propiciada por uma autoridade médica, com argumentos que apelam tanto para a racionalidade como para as emoções estéticas ou éticas, aponta os limites das intervenções banalizadas como recurso estético. Segundo o autor, o resultado nem sempre será positivo no contexto social pelo risco de transformar os seres humanos em modelos, desprovidos da capacidade de superação de suas dificuldades que, como demonstra, mobilizam sua criatividade estética.



Com seus argumentos, o pesquisador responde ao contexto imediato ao ponderar sobre os limites para o uso desenfreado das inovações que a pesquisa genética propaga. Demonstra desse modo sua responsabilidade ética como membro dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In: BAKHTIN, M. Teoria do romance I: a estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; Organização da edição russa Serguei Bocharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Ed. 34, 2015. p. 19-241. [1934-1935].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso*. Tradução, organização, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2016. p. 11-69. [1951-1953].

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*/ Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. [1920-1924].

FIORIN, J. L. Argumentação e discurso, *In Bakhtiniana*, São Paulo, Número 9 (1): 53-70, Jan./Jul. 2014. <https://www.scielo.br/j/bak/a/DW57g9Vsv3PxcXrV7D3qXjm/?format=pdf&lang=pt> acesso em 08/02/2023 14h

GRILLO, S. V. de C. (2009). Enunciados verbo-visuais na divulgação científica. *Revista Da Anpoll*, 2(27). <https://doi.org/10.18309/anp.v2i27.149> Acesso em 07/02/2023 16h

MACHADO, I. Argumentação gráfica na prosa ensaística da revista FAPESP. *In Bakhtiniana*, São Paulo, 11 (2): 111-136, Maio/Ago. 2016. <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/23662> Acesso 08/02/2023 14h31.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. *In AMOSSY, R. Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-90.

PISTORI, M. H. Retórica, argumentação e análise dialógica do discurso, *In Alfa*, São Paulo, v.63, n.2, p. 265-293, 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1909-2> acesso em 02/01/2023 10h

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Tradução, notas e glossário, Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo); (Ensaio introdutório, Sheila Grillo) São Paulo: Editora 34, 2017.



ENTRE OS MODELOS PRONTOS DE REDAÇÃO ENEM DAS REDES SOCIAIS E A DEMANDA CRÍTICA DA BNCC: A ENCRUZILHADA DO PROFESSOR DE PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO

Mirian Heloíse Pereira da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Allana Mátar de Figueiredo
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este trabalho analisa alguns perfis de Instagram de professores que tratam do ensino da redação Enem, verificando em que medida essas páginas se aproximam de um processo de simplificação e homogeneização na abordagem didática desses textos argumentativos devido a uma tendência mercadológica e imediatista, na contramão do que propõe a BNCC para o trabalho de produção de textos escritos. Em seguida, também se reflete sobre alguns impactos, na prática de sala de aula, da popularização desses perfis de redação, o que pode trazer preocupantes reflexos à formação dos alunos e distanciá-los de um ensino de argumentação pautado na autonomia de pensamento e em uma perspectiva crítico-reflexiva. O quadro teórico que fundamenta essa discussão filia-se a autores como Piris (2021), Amossy (2020) e Grácio (2010; 2018), advindos da Análise do Discurso e da Linguística Textual, os quais tratam a Argumentação por meio de uma abordagem neorretórica e discursiva-interacional.

Palavras-chave: Argumentação. Enem. Instagram. BNCC.

Abstract: This work analyzes some Instagram profiles of teachers who focus on teaching Enem essay writing, examining if these pages are moving towards a process of simplification and homogenization in the didactic approach of these argumentative texts due to a market-oriented and immediatist tendency, contrary to what is proposed by the BNCC (Brazilian National Common Curriculum) for the production of written texts. Furthermore, it also reflects on some impacts, in the classroom practice, of the popularization of these essay profiles, which may bring concerning repercussions to students' education and distance them from an argumentation teaching based on autonomy of thought and a critical-reflective perspective. The theoretical framework that underlies this discussion is based on authors such as Piris (2021), Amossy (2020) e Grácio (2010; 2018), coming from Discourse Analysis and Textual Linguistics, who approach Argumentation through a neo-rhetorical and discursive-interactional approach.

Keywords: Argumentation. Enem. Instagram. BNCC.



INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de conclusão de curso vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para a Especialização em Língua Portuguesa *Proleitura: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto*. Tendo como base a presença da argumentação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o objetivo central da pesquisa foi refletir sobre as práticas de ensino do texto dissertativo-argumentativo no Instagram.

É importante o reconhecimento da pluralidade de perspectivas e das diferentes áreas do saber que compõem os estudos da argumentação, sobretudo porque evidenciam a relevância desse objeto de estudo para além da esfera acadêmica. Isso porque a prática argumentativa possui centralidade na constituição dos indivíduos, nas relações e na vida em sociedade, fator que legitima as aproximações dos estudos relacionados à argumentação com a educação.

Segundo Grácio (2021, p. 224), "o ensino da argumentação – embora reconhecido na sua importância para a formação de cidadãos críticos – está longe de ter um lugar próprio". Na nossa visão, isso contribui para que essa relação seja desafiadora. Porém, mesmo diante desse cenário, consideramos essencial reconhecer a importância do ensino da argumentação na Educação Básica, devido às possibilidades formativas de princípios fundamentais para a vida em sociedade, como o estímulo às práticas cidadãs, ao senso crítico, ao engajamento e à emancipação.

Além disso, a argumentação possui uma dimensão social e figura como uma das dez competências gerais da BNCC. Todavia, apesar de expressiva centralidade nesse documento e da demanda, nos anos finais do EM, por um processo de ensino pautado no letramento crítico, a argumentação tem sido restrita ao Enem e aos demais vestibulares. Em razão do uso pedagógico das redes sociais, há uma proliferação de perfis educacionais no Instagram. Muitos desses ofertam e comercializam modelos textuais pré-formatados e raciocínios argumentativos prontos, o que suscita reflexões sobre como as práticas de ensino se manifestam no Instagram e quais as implicações disso para a sala de aula e para o ensino da argumentação.



1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE ARGUMENTAÇÃO E A REDAÇÃO ENEM

Em virtude dos desafios e possibilidades entre argumentação e ensino, percebemos a necessidade de buscar subsídios teóricos que concebem a relevância dessa interface. Nosso quadro teórico, assim, situa-se no entrecruzamento da Análise do Discurso e da Linguística Textual e é endossado por autores que compreendem a Argumentação a partir de uma abordagem neorretórica e sociodiscursiva-interacional, ao articularem-na ao ensino, na medida em que discutem e propõem caminhos didáticos e pedagógicos.

Com base nas visões e proposições teóricas de Amossy (2020) e Piris (2021), por exemplo, os quais concebem a argumentação como uma prática social e linguageira situada, de base discursiva, sócio-histórica e ideológica, bem como as reflexões de Grácio (2010; 2018), que defende a indissociabilidade do caráter interacional da argumentação, reconhecemos a importância de discussões dessa natureza e de suas contribuições ao ensin.

A prática argumentativa na modalidade escrita tem sido, nas últimas décadas, atrelada a processos educacionais protocolares que majoritariamente desestimulam a autoria e o pensamento crítico. A argumentação no Enem, conforme sustentam Lima e Piris (2017), é avaliada de forma restrita a pilares linguísticos e estruturais, fator que contribui para que essa prática sociocomunicativa seja limitada, pois o processo discursivo manifesto pelas posições ideológicas de um indivíduo situado em determinada conjuntura histórica, política e social, por exemplo, não é alcançado pela grade avaliativa. Um exemplo disso é que, na avaliação da redação, a autoria é compreendida “como o resultado de uma boa organização e de um bom desenvolvimento do texto”. (BRASIL, 2019, p. 14).

Logo, uma boa argumentação se daria a partir de um projeto textual e de um desenvolvimento satisfatório das ideias apresentadas, de modo que elas estivessem articuladas em prol da defesa de um ponto de vista e sem lacunas argumentativas. A presença desses aspectos para a escrita de um texto é essencial; todavia, pelo fato de a base ser argumentativa, tendo como pilar a manifestação de posições ideológicas de um indivíduo historicamente situado



sobre uma dada questão, outros mecanismos avaliativos que contemplem o funcionamento do discurso são necessários.

A crítica aos moldes de avaliação desse exame, portanto, nos parece legítima, pois o Enem figura como um dos principais meios de acesso ao Ensino Superior, o que o torna um balizador do currículo escolar nos anos finais do EM. Diante desse cenário, a influência da avaliação da dissertação-argumentativa não dita apenas o modo como as práticas de ensino e as escolhas didático-pedagógicas relativas ao ensino de produção textual serão configuradas, mas, também, na esfera digital, um nicho mercadológico significativamente lucrativo.

2 A BNCC E A ARGUMENTAÇÃO

A BNCC atribui uma importância central à argumentação, ao reconhecê-la como a sétima competência geral e ao indicar a necessidade de incluí-la no currículo desde as séries iniciais. Embora o documento não forneça direcionamentos específicos sobre como orientar o ensino desse tema, esse destaque já é considerado positivo, como argumentam Azevedo e Damaceno (2017).

Ainda que as orientações da Base não tratem do ensino de argumentação claramente alinhado a uma perspectiva sociodiscursiva-interacional ou de uma conceituação clara do que se entende por argumentar, o reconhecimento formal da argumentação como uma prática social e potencializadora de participação cidadã já nos parece um indicador importante para a condução de quaisquer práticas de ensino vinculadas ao argumentar.

Tendo em vista que esse documento é base dos currículos escolares, espera-se que as dinâmicas educacionais, mesmo as que não façam parte do ensino formal e tradicional, como as desenvolvidas em perfis educacionais no Instagram, também construam diálogos, ainda que minimamente, com os princípios norteadores didático-pedagógicos.

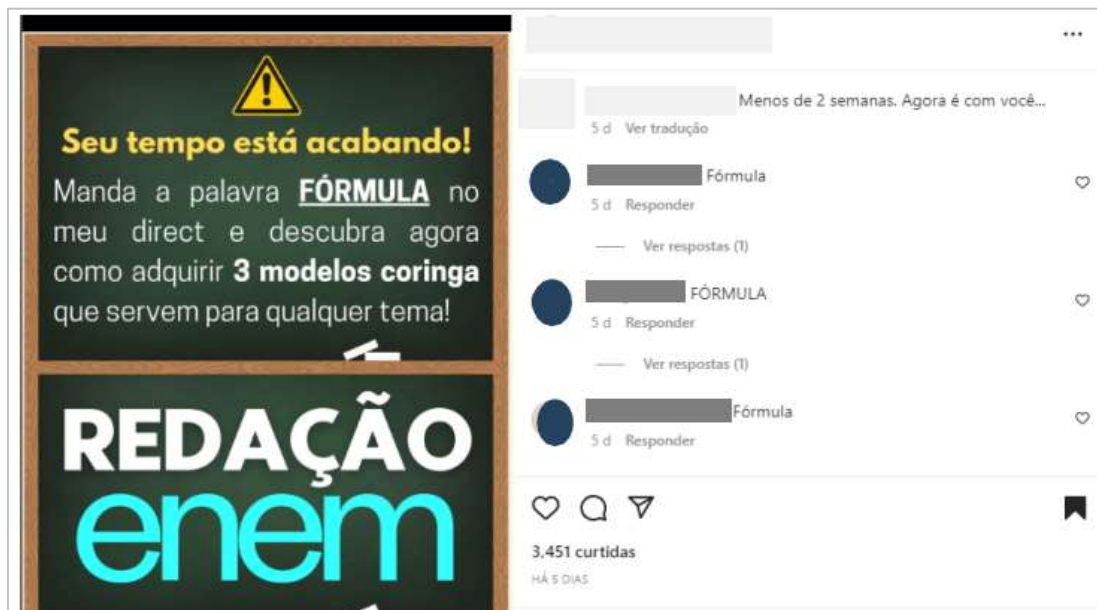


3 MANIFESTAÇÕES DE PRÁTICAS DE ENSINO DE TEXTOS DISSERTATIVOS-ARGUMENTATIVOS NO INSTAGRAM

A educação, como diversas instâncias, é influenciada pelas tecnologias e recursos digitais disponíveis. É nessa conjuntura, então, que as práticas de ensino, a aprendizagem e a relação professor-aluno têm tido um caráter pedagógico.

Cabe ressaltar que nosso objetivo não é criticar condutas individuais, pois reconhecemos que existem normas sociais e econômicas que moldam e atravessam discursos, comportamentos e práticas pedagógicas. Concebemos essas práticas de ensino no Instagram como sintomas de uma ordem socioeconômica na qual o lucro é imperativo. Nosso objetivo, ao analisar esse material, é compreender as bases didático-pedagógicas relacionadas ao ensino do gênero dissertativo-argumentativo e as implicações no trabalho com a argumentação na Educação Básica.

Figura 1: Postagem (Instagram)



Fonte: Printscreen feito pelas autoras (2023).

O professor do primeiro post é formado em Letras, com um número expressivo de seguidores, produtor de conteúdos educacionais para dissertação de vestibular, principalmente a do Enem. Esse perfil compartilha conteúdos, gratuitamente, os quais contribuem para o processo de letramento, por exemplo,



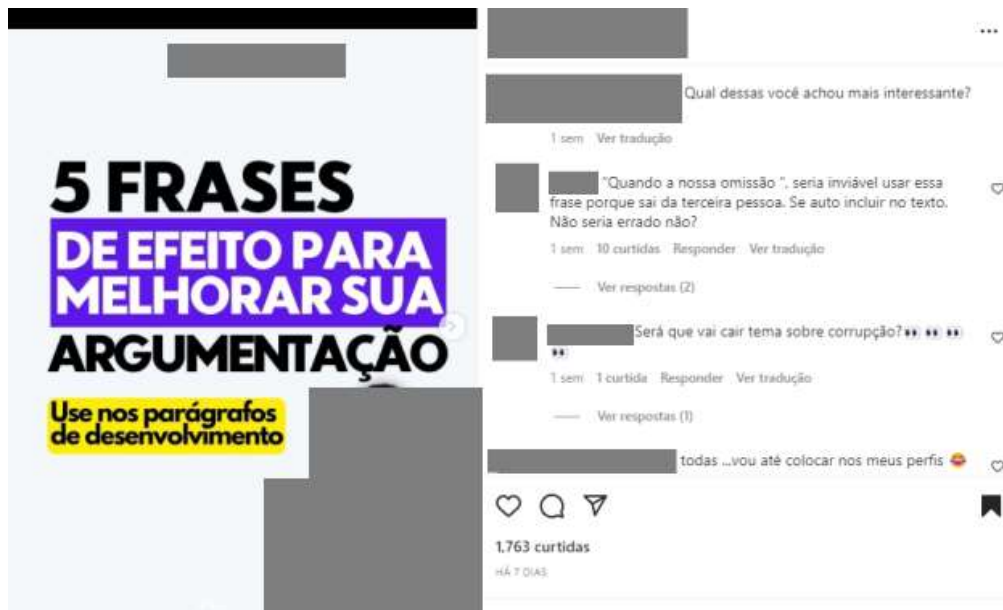
o que é positivo. No entanto, a postagem acima (e outras) mostra(m), por exemplo, a oferta de estratégias simplificadoras e artificiais de escrita para serem mobilizadas diante de um texto que demanda a prática argumentativa. Embora esta esteja, nesse gênero, dissociada de alguns princípios inerentes ao processo argumentativo, como a interação, conforme defendem Grácio (2010; 2018), Piris (2021) e outros autores, requisita-se a tomada de posição diante de uma questão de cunho social, portanto reflexões e posicionamento crítico são necessários.

No post sinalizado, percebe-se, pela materialidade compartilhada, um discurso que flerta com o publicitário, já que objetiva convencer estudantes dos anos finais do EM e vestibulandos a comprarem três modelos “coringa” passíveis de aplicação a todo e qualquer tema requisitado pelo Enem. Uma das construções retóricas mobilizadas para essa finalidade é o uso de um dos principais gatilhos mentais dos discursos publicitários: o da escassez. Nesse sentido, a construção “Seu tempo está acabando”, para além das finalidades mercadológicas, por exemplo, pode ser associada à aproximação do exame, já que o conteúdo foi postado duas semanas antes da prova do ano de 2022.

Assim, o implícito que reverbera em relação à argumentação, base do texto avaliado nessa prova, é a não necessidade de se partir de um processo crítico-reflexivo ao expor e sustentar um ponto de vista acerca de um problema social, pois já há um modelo com um raciocínio argumentativo pronto. O que emerge das construções discursivas presentes no post é uma prática de ensino na qual o funcionamento discursivo da linguagem, a autoria, a autonomia de pensamento e a subjetividade são desconsideradas.



Figura 2: Postagem (Instagram)



Fonte: Printscreen feito pelas autoras (2023).

A partir dessa formulação¹, é possível compreender como a concepção de argumentação compartilhada associa-se à mera aplicação de frases de efeito. O implícito dessa materialidade discursiva é a presença de uma lógica mercadológica que visa ofertar uma solução a um déficit educacional em relação à prática argumentativa e à produção escrita. Em perfis dessa natureza, a comercialização de estratégias simplificadoras para a redação Enem mostra-se recorrente, o que revela não apenas as concepções de linguagem adotadas e as práticas pedagógicas e metodológicas empreendidas, mas o silenciamento das dimensões sociocognitiva, discursiva e pragmática da argumentação, oriundas de uma prática social de linguagem (PIRIS, 2021, p. 147).

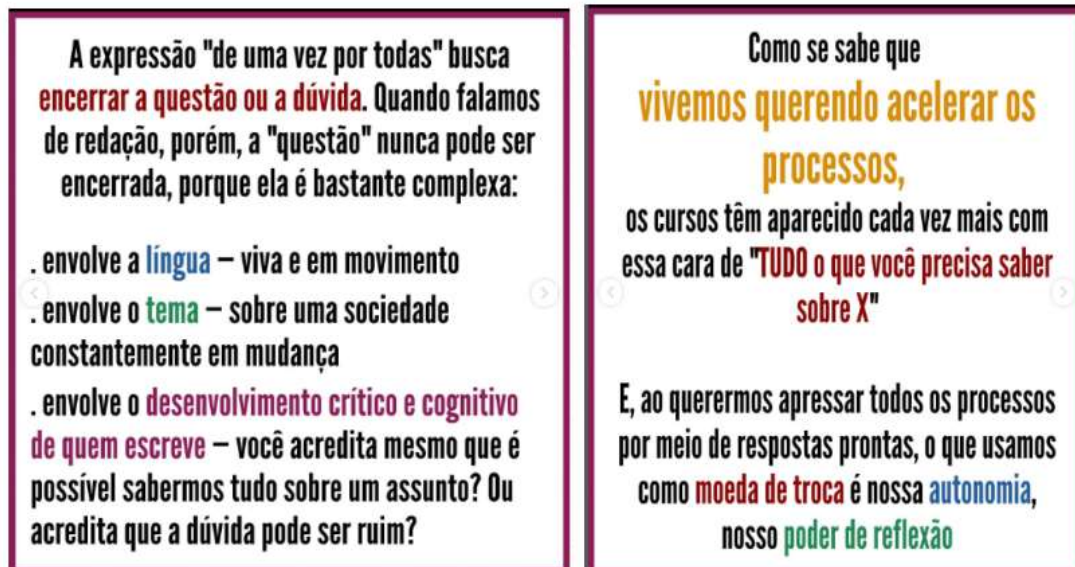
Além do exposto, julgamos pertinente apresentar um perfil, do mesmo segmento, cujas práticas são, por sua vez, potencializadoras do exercício crítico-reflexivo em relação ao processo de escrita. Um exemplo que ilustra essa (re)ação docente é o post que proporciona reflexões a respeito de discursos presentes nas redes sobre o ensino de dissertação-argumentativa. A primeira imagem é composta

¹ Devido à extensão do trabalho, optamos por compartilhar apenas uma delas: “Enquanto a nossa omissão aos problemas sociais se mantiver, continuaremos aplaudindo a nossa própria opressão”.



pela seguinte chamada “APRENDA DE UMA VEZ POR TODAS A FAZER REDAÇÃO”. Será possível?”. As próximas são uma continuação dessa.

Figuras 3 e 4: Postagem (Instagram)



Fonte: Printscreen feito pelas autoras (2023).

As postagens escolhidas permitem a observação de uma prática de ensino crítica ao que tem se apresentado nas redes e um convite à problematização e reflexão sobre tal cenário e seus impactos. Ao apresentar a justificativa sobre a nocividade desse tipo de lógica empregada ao ensino de produção escrita, na figura 3, percebe-se a concepção de linguagem da professora, sobretudo ao apresentar escolhas lexicais como “viva e em movimento” para descrever “língua”. Tais mobilizações discursivas também explicitam as bases político-pedagógicas que regem suas práticas de ensino, as quais se revelam comprometidas com princípios essenciais ao ensino de língua materna e da argumentação.

Dardot e Laval (2016) sustentam que o neoliberalismo é responsável pela construção e manutenção de uma ordem vigente em que a existência humana e o que é produzido é subjugado a esse dispositivo socioeconômico. Essa lógica se estende às práticas pedagógicas no contexto virtual. Assim, perfis como o último são tão importantes, seja por contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento, seja por fomentar questionamentos acerca do que tem sido naturalizado/legitimado e contribuir para um processo de ensino de produção



escrita crítico, engajado e autônomo. Entendemos que o ensino de argumentação, nos anos finais do EM, ainda que submetido a demandas utilitaristas do Enem e de outros vestibulares, pode desenvolver capacidades argumentativas para além do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo nos debruçado sobre os posts anteriores e percebido que eles atendem a um nicho de mercado cada vez mais “promissor” nas redes sociais e na seara da educação, não é difícil imaginar como os professores, em sala de aula, têm colhido os frutos dessa dinâmica de simplificação midiática no ensino da redação Enem.

No fim do Ensino Médio, sobretudo, o desejo dos alunos de passar no vestibular faz com que muitos deles consumam esse tipo de conteúdo não somente no Instagram, mas também em outras redes, como o YouTube e o TikTok (este último, o queridinho do momento pelos adolescentes, devido, dentre outros fatores, à explosão imagética e ao curtíssimo tempo de duração dos vídeos). Também tem sido comum, em várias cidades brasileiras, a proliferação de cursos livres de redação Enem, paralelos ao Ensino Médio (cursos pagos, no formato presencial ou on-line, propagandeados nas mesmas páginas que veiculam os conteúdos que analisamos; ou seja, tais posts funcionam como “iscas” para novos alunos para esses cursos ou para a venda de materiais didáticos relacionados).

Esses estudantes, então, tendem a chegar às suas salas de aula regulares e manifestar, de forma mais ou menos incisiva a seus professores, a expectativa por aulas de redação mais alinhadas ao que aprenderam nas redes e em seus cursos privados. Querem aulas “mais práticas” e repletas de “macetes”, as quais os conduzam à tão sonhada nota 900+ (ou, quem sabe, a um mil). Desejam poder, por exemplo, “treinar” (um verbo muito interessante nesse cenário, pois alude à ideia de mecanicidade) qualquer tema a partir de uma única macroestrutura textual, sempre com os mesmos elementos de coesão e frases de transição, e insistem em pedir/trazer argumentos e repertórios “coringa”, genéricos, que possam decorar e servir para qualquer situação-problema. Dessa maneira, acabam apresentando maior rejeição à ideia da escrita e de conhecimento de



mundo como habilidades processuais, trabalhosas e demoradas, o que amplia as tensões entre professores e alunos.

De um lado, os docentes que recusam o imediatismo das fórmulas prontas tentam conscientizar seus estudantes, a duras penas, dos benefícios de se desenvolver a autoria, a criticidade e a autonomia por meio do esforço, da criatividade, da prática constante. Do outro lado, os alunos-consumidores desses perfis, que buscam ter segurança e resultados mais rápidos em suas produções textuais e ainda utilizam o argumento de autoridade de que “vários textos mil de Enens anteriores são derivados de modelos prontos”.

E esse professor segue, na contramão das tendências imediatistas, nutrindo a máxima freireana de que, para ensinar, é preciso esperar. É preciso acreditar no processo, na semeadura e na colheita. Ensinar a argumentar é tarefa custosa, lenta, mas possível. E, para isso, não é preciso demonizar as redes sociais, mas saber o que delas pinçar para auxiliar os alunos em seu processo de refino do texto dissertativo-argumentativo.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Argumentação no discurso**. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa. [et al] - 1 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de; DAMACENO, Taysa Mercia dos Santos S. Souza. Desafios do BNCC em torno do ensino de língua portuguesa na educação básica. **REVEC**, n.7, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/6557>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Redações Enem 2019**: material de leitura, módulo 05, competência III. Brasília: INEP, 2019.



GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para uma teoria geral da argumentação**: questões teóricas e aplicações didáticas. 2010. 434 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação, área de conhecimento Semiótica da Comunicação). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Análise do discurso, argumentação e ensin. In: Ida Lúcia Machado, Gláucia Muniz Proença Lara e Wander Emediato de Souza (Org.) **Análise do discurso: situações de argumentação**. Coimbra, Grácio Editor, pp. 199-218, 2018.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Posfácio: virtudes da literacia retórico-argumentativa. p. 219-225. In: MARTINS, Ana Patrícia Sá et al. **Letramentos e Argumentações: o ensino de língua como prática social**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 219-226.

LIMA, Sheyla Fabrícia Alves; PIRIS, Eduardo Lopes. A ARGUMENTAÇÃO NO ENEM: Análise de uma redação nota mil. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 12, n. 2, p. 217-231, jul.- dez. 2017.

PIRIS, Eduardo Lopes. O ensino de argumentação como prática social de linguagem. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes (Orgs.). **Estudos em Linguagem, Argumentação e Discurso**. Campinas: Pontes, 2021. p. 135-153.



FAKE NEWS E O CARÁTER PARASITÁRIO DO DISCURSO CÍNICO-PERVERSO PROPAGADO CONTRA A ELEIÇÃO DE LULA EM 2022

Patricia Leal Di Nizo
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo: Filiado à Análise de Discurso materialista, este trabalho traz uma reflexão sobre cinismo, *fake news* e o funcionamento da argumentação, tendo em vista os encadeamentos enunciativos-discursivos que determinam sua diretividade. Para isto, leva-se em conta as *(re)apropriações e (dis)torções performativas* na *construção narrativa* de *fake news* por posições ideológicas de extrema-direita, que fomentam uma *prática discursiva cínico-perversa de caráter parasitário*. A argumentação – aqui considerada como *prática enunciativa determinada pelo interdiscurso* (GUIMARÃES, 1995) – e o funcionamento do cinismo, em sua relação com as *fake news*, são analisados com base na premissa da *deslocalização do sujeito enunciador* (PÊCHEUX, 1981), que produz e reproduz discurso a partir de um *lugar de enunciação* (ZOPPI FONTANA, 2001, 2017) anônimo. Busca-se, por meio dessa reflexão, oferecer uma nova perspectiva de leitura que contribua com a produção de um deslocamento teórico envolvendo as *fake news* e as corriqueiras oposições realizadas entre elas e supostas “verdades factuais”.

Palavras-chave: Discurso. Cinismo. *Fake news*. Argumentação.

Abstract: Affiliated to the materialist Discourse Analysis, this paper brings a reflection on cynicism, fake news, and the functioning of argumentation, in view of the enunciative-discursive chains that determine its directivity. For this, it considers the *performative (re)appropriations* and *(dis)torsions* in the *narrative construction* of fake news by extreme right-wing ideological positions, which foster a *cynical-perverse discursive practice of parasitic character*. The argumentation – here considered as *an enunciative practice determined by the interdiscourse* (GUIMARÃES, 1995) – and the functioning of cynicism, in its connection with fake news, are analyzed based on the premise of the *enunciating subject displacement* (PÊCHEUX, 1981), which produces and reproduces discourse from an anonymous *place of enunciation* (ZOPPI FONTANA, 2001, 2017). The aim of this paper is, through this reflection, to offer a new reading perspective that contributes to the production of a theoretical displacement involving fake news and the commonplace oppositions made between them and the so-called “factual truths”.

Keywords: Discourse. Cynicism. Fake news. Argumentation.



INTRODUÇÃO

Filiado à Análise de Discurso materialista, este trabalho traz uma reflexão sobre cinismo, *fake news* e o funcionamento da argumentação, tendo em vista os encadeamentos enunciativos-discursivos que determinam sua diretividade. Trata-se de um desdobramento do trabalho que desenvolvi sobre os efeitos discursivos decorrentes das retomadas e transformações do cinismo ao longo dos séculos. Tendo surgido na Grécia Antiga como um movimento filosófico pautado pela crítica e insolência popular contra a ideologia dominante, o cinismo conheceu inúmeros processos de sobreposições políticas no decorrer da história, foi capturado e assimilado pelo discurso de poder como ferramenta de dominação e transformou-se em uma *prática discursiva* que tem encontrado grande ressonância e se tornado cada vez mais hegemônica em nossas sociedades contemporâneas (DI NIZO, 2019).

Pensar o cinismo a partir de uma perspectiva enunciativa-discursiva implica retomar e ampliar as reflexões sobre essa questão realizadas nos campos psicanalítico e filosófico. Dessa maneira, recupero que: 1) o cinismo está relacionado a uma *montagem perversa* (CALLIGARIS, 1986) e pode ser interpretado como uma *distorção performativa paradoxal* (SAFATLE 2008); 2) trata-se de uma *prática discursiva de caráter parasitário*, que (re)vela a presença de um certo oportunismo em jogo por meio do qual o sujeito cínico-perverso captura, torce, distorce, retorce e produz um esvaziamento de sentido em discursos críticos e de resistência ao discurso dominante, (re)apropriando-se de sua potência criativa e transformadora, a fim de subvertê-la e explorá-la enquanto meio de projeção para os seus próprios fins político-ideológicos (DI NIZO, 2019).

Entendendo a *argumentação como prática enunciativa determinada pelo interdiscurso* (GUIMARÃES, 1995), analiso a relação entre cinismo e *fake news* por meio de uma materialidade discursiva produzida e amplamente disseminada no ambiente digital. Partindo de fragmentos extraídos de um vídeo publicado em um perfil do Twitter, proponho uma *imbricação* envolvendo *materialidades significantes* (LAGAZZI, 2009).



1 A DESLOCALIZAÇÃO DO SUJEITO ENUNCIADOR

Em um texto muito atual, Zoppi Fontana (2017) volta-se a noção de *lugar de enunciação* por ela cunhada em 2001, para redefinir na Análise de Discurso a noção de lugar de fala trabalhada pela antropologia e os estudos pós-coloniais, evocando um fragmento de Pêcheux sobre o acontecimento, no qual o filósofo assinala que este pode se produzir como “o puro efeito de um eco anônimo”, tendo em vista a “deslocalização tendencial do sujeito enunciador” e o “sistemático desregramento que afeta atualmente as bases do performativo” (PÊCHEUX, 1981, p. 27-28).

Visando a problematização da prática discursiva do cinismo e sua relação com as *fake news*, na esteira de Pêcheux considero a existência de uma certa *deslocalização do sujeito enunciador*, sobretudo devido à falta de regras que atualmente desestabilizam as bases do performativo, principalmente as bases do performativo produzido nas/pelas mídias digitais, de modo que o poder do enunciado “parece, por vezes, se identificar com o puro efeito de um eco anônimo devolvido pelas bordas” (PÊCHEUX, 1981, p. 27-28).

E, nesse sentido, observo o funcionamento do cinismo e sua relação com as *fake news* com base na premissa da deslocalização do sujeito enunciador que produz e reproduz discurso a partir de um *lugar de enunciação* anônimo.

Analisar a questão do cinismo como um funcionamento enunciativo-discursivo baseado em uma espécie de cadeias de enunciação sem origem determinada e disseminado a partir de um lugar habitado por um *sujeito deslocalizado* permite mudar o foco dos estudos envolvendo as *fake news*.

Meu objetivo com esta reflexão é oferecer uma nova perspectiva de leitura referente ao funcionamento das *fake news*, a fim de contribuir com a produção de um deslocamento teórico envolvendo esta questão e as corriqueiras oposições realizadas entre elas e supostas “verdades factuais”. As leituras voltadas à análise dos algorítmicos¹, por exemplo, desconsideram que por trás desse mecanismo

¹ Uma “nova leitura da cibernética de Bateson” é o que sugere Letícia Cesarino em sua publicação recente *O mundo ao avesso* (2022), por meio da qual a autora se propõe analisar a “ascensão de processos como populismo, pós-verdade, negacionismo e conspiracionismos” em sua dimensão técnica, buscando demonstrar “a complexidade por trás da recente digitalização da política e da verdade”.



tecnológico há decisões humanas e que, por consequência, seu uso é fomentado pelas estruturas equívocas da linguagem, da ideologia e do inconsciente. Ou seja, essas perspectivas de leitura ignoram os processos de interpelação/identificação ideológica que constituem o sujeito do discurso, aquele que produz e reproduz conteúdo por meio dessas ferramentas digitais.

Do ponto de vista analítico, busco regularidades por meio de *materialidades em composição* (LAGAZZI, 2011), ou seja, através de um agrupamento de materialidades significando juntas, mas não implicando, de modo algum, complementaridade. É, portanto, por meio de uma *imbricação* envolvendo *materialidades significantes* que percorro um trajeto de leitura no lugar contraditório em que o arquivo se constitui – no encontro da “língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo” e a “discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1982, p. 58).

Desse modo, analiso o processo de argumentação nas *fake news*, considerando que, enquanto prática enunciativa, “[...] a argumentação está determinada pelo interdiscurso” (GUIMARÃES, 1995, p. 82). E, nesse sentido, a argumentação ocorre numa relação interdiscursiva, em que “se inscrevem as contradições ideológicas presentes na sociedade” (ZOPPI FONTANA e ELIAS DE OLIVEIRA, 2016, p. 125).

2 FAKE NEWS E CINISMO

Desde que lancei um olhar atendo ao funcionamento discursivo do cinismo, em 2013, tenho observado uma crescente proliferação de *fake news* nas mídias digitais e redes sociais. A partir de então, tenho constatado que, embora o ambiente digital proporcione a democratização da informação, a produção, disseminação e apropriação social de conhecimento, intercâmbios e colaboração, debates e integração, este ambiente também tem se consolidado como veículo de (re)produção das mesmas ideias cristalizadas e disseminadas pela grande mídia e outras instituições de poder.

Além disso, é notável que as mídias digitais também têm se estabelecido como um potente espaço de propagação de *fake news* envolvendo crenças das mais ingênuas e patéticas às mais estapafúrdias e delirantes. Já há algum tempo, estas mídias têm atuado como grandes fomentadoras de teorias absurdas tais como a



não existência da prática de tortura durante o período de ditadura decorrente da “revolução de 1964”, reforçando inclusive o argumento corriqueiro fornecido pela grande mídia de que tal “revolução” seria necessária para evitar um suposto golpe comunista².

Não foi, portanto, por acaso que justamente no período histórico em que as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar estavam sendo apuradas e reveladas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)³ começassem a surgir manifestações contra uma suposta “ditadura comunista” que estaria sendo implantada pelo PT. Em 2013, essas manifestações acirraram-se nas ruas e redes sociais agravando-se nos anos subsequentes. Em um misto de *cinismo de caráter parasitário* valendo-se de *(re)apropriações e (dis)torções performativas*, discursos foram produzidos e disseminados de modo a fazer transbordar nas ruas brasileiras manifestações “pacíficas” e “festivas” reivindicando a intervenção militar para combater a “ditadura bolivariana e o comunismo” supostamente “instaurados” pelo PT por meio da então presidente Dilma Rousseff. Esse mesmo *funcionamento estruturante da linguagem* também converteu nazismo e fascismo em ideologias de esquerda e, exaltando os algozes da democracia, silenciou os horrores praticados contra a humanidade durante o período da ditadura militar (DI NIZO, 2019).

² Haja vista a autocrítica feita pelo Grupo Globo, às vésperas do cinquentenário do Golpe Militar, alegando não ter tido outra opção na ocasião, já que naquele período havia um certo “temor de um outro golpe, a ser desferido pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos” e “de alguns segmentos das Forças Armadas”. (Estas afirmações foram publicadas em: GOLPE MILITAR DE 1964 completa 50 anos; relembre”. *Portal G1*. *Jornal Nacional*, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/03/golpe-militar-de-1964-completa-50-anos-relembre.html>. Acesso em: 28 fev. 2023. Vale lembrar que durante as manifestações subsequentes às Jornadas de junho, o Grupo Globo lançou um editorial reconhecendo e justificando seu “erro” em relação ao “apoio” concedido ao “golpe de 64”. Esse editorial não está mais disponível. Entretanto, é evocado em O GLOBO FAZ AUTOCRÍTICA em relação ao apoio ao golpe de 64. *Memória*. Opinião, 01 set. 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/opiniao/o-globo-faz-autocriacutetica-em-relaccedilatildeo-ao-apoio-ao-golpe-de-64-12018073>. Acesso em: 28 fev. 2023. Extratos do editorial também foram citados pelo âncora do *Jornal Nacional*, William Bonner. *Jornal Nacional*, 02 set. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>. Acesso em: 28 fev. 2023.)

³ Órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011 e instalado em 16 de maio de 2012, sob o primeiro mandato da então presidente Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final. A cópia do portal da CNV é mantida pelo Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.



Diante disso, vale ressaltar que, desde as Jornadas de Junho, em 2013, além de uma escalada de discursos associando o PT e seus membros à corrupção, também houve uma ascensão cada vez mais acentuada de um certo discurso relacionando esse partido com o “comunismo” e a “ditadura bolivariana”, entre outros movimentos “esquerdopatas” que supostamente seriam favoráveis à implantação de outras “ditaduras” no Brasil. Foi também a partir desse período que houve uma proliferação acentuada de *fake news* nas redes sociais propagando proposições *(dis)torcidas*, por meio de *práticas discursivas cínico-perversas de caráter parasitário* (DI NIZO, 2019). Aqui, o termo *perverso* remete diretamente ao conceito de *montagem perversa* desenvolvido por Contardo Calligaris (1986). Apoiada no pensamento do autor, considero que o cinismo esteja relacionado à maneira pela qual qualquer pessoa, independentemente da estrutura clínica⁴, seja capaz de entrar em uma montagem perversa que lhe torne possível uma vida social⁵.

3 FAKE NEWS E O CARÁTER PARASITÁRIO DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS CÍNICO-PERVERSAS: UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA DA ARGUMENTAÇÃO

O que acabo de apresentar na sessão precedente introduz e *compõe* minha análise *interdiscursiva* do processo argumentativo que envolve as práticas discursivas cínico-perversas de caráter parasitário, por meio das *fake news*. Na sequência, cito fragmentos extraídos de um vídeo publicado no perfil do Twitter @WillLisil, que contém produções audiovisuais recheadas de *fake news*, mas ironicamente intituladas *Questions of truth*⁶. Tais fragmentos não são, portanto, considerados como materialidades isoladas. Eles são tomados como *efeito de um eco anônimo devolvido pelas bordas por um sujeito deslocalizado*. E, nesse

⁴ A psicanálise trabalha com a existência de três estruturas clínicas que possibilitam a entrada do sujeito na linguagem – a neurose, a psicose e a perversão –, que são determinadas por três formas de negação – o recalcque, a forclusão e a renegação, respectivamente. O que determina cada estrutura clínica é a maneira como o sujeito se constitui em sua história diante das funções materna e paterna, ou seja, essas duas posições estruturantes que não coincidem com as figuras imaginarizadas que compõem a cena familiar, ou seja, as figuras da mãe e do pai concretos.

⁵ Segundo Calligaris “nosso laço social cotidiano seria uma montagem perversa, mesmo que não houvesse perversos de estrutura”, uma vez que “não é necessário que haja um perverso de estrutura para que dois neuróticos façam um casal perverso” (CALLIGARIS, 1986, p. 17).

⁶ O vídeo é apresentado em inglês, mas com legendas em português, a fim de abranger um público amplo e, principalmente, de fornecer uma falsa ideia ao público brasileiro a quem se dirige de que o mundo inteiro, por meio da Grã-Bretanha (onde supostamente teria sido produzido e veiculado), estaria sendo alertado do “problema”. Disponível em: <https://twitter.com/i/status/1602682782827921408>. Acesso em 09 jan. 2023.



sentido, o funcionamento do cinismo e sua relação com as *fake news* é aqui analisado com base em um processo enunciativo, argumentativo e *interdiscursivo* sem origem, lugar, *sujeito nem fim(s)* determinados.

O vídeo em questão foi publicado em 13 de dezembro de 2022, um dia após a diplomação do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice, Geraldo Alckmin, realizada pelo ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Visando deslegitimar a eleição de Lula à presidência da República, retratando-a como uma fraude eleitoral orquestrada por Alexandre de Moraes e supostos aliados, a materialidade *interdiscursiva* foi amplamente difundida nas redes sociais logo após os atos terroristas praticados contra o Estado brasileiro, em 8 de janeiro de 2023.

Por ordem de aparecimento no vídeo, recupero os seguintes fragmentos:

1. "O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, iniciou uma ditadura e está obrigando a população a aceitar Lula da Silva como presidente."
2. "Na verdade, o ministro ditador, alinhado com o crime organizado, ordenou a prisão de todos os indígenas criticando seu abuso de poder."
3. "É tão absurdo que é quase impossível acreditar que seja o Brasil e não a Venezuela ou a China. Mas a ditadura que está sendo implementada é exatamente a mesma. Enquanto isso, Alexandre de Moraes é protegido por uma espécie de polícia da Gestapo, a mesma estratégia de Hitler."
4. "Terroristas de extrema esquerda [que fariam parte de uma suposta 'quadrilha' de um suposto 'movimento global do crime organizado', que supostamente seria cúmplice de Alexandre e Moraes] queimam carros e intimidam pessoas que criticam ou filmam suas ações."
5. "Eles [os supostos 'terroristas de extrema esquerda', também designados como 'infiltrados da extrema esquerda', 'black bloc de extrema esquerda e criminosos partidários de Lula da Silva, o líder da quadrilha'] estão tentando pintar aqueles que lutam contra políticos criminosos como se fossem violentos e criminosos. Assim como Hitler fez no passado."
6. "[...] o novo Hitler nasceu durante a pandemia."



Podemos parafrasear esses fragmentos da seguinte forma: 1) O ministro do STF Alexandre de Moraes, “alinhado com o crime organizado”, teria implementado “uma ditadura” no Brasil, nos mesmos moldes das “ditaduras” da “Venezuela” e da “China”; 2) O “ministro ditador” – elemento anafórico para retomar Alexandre de Moraes – estaria sendo “protegido por uma espécie de polícia da Gestapo”, como aquela criada por Hitler (para monitorar e perseguir todos aqueles que representassem alguma ameaça à Alemanha Nazista, historicamente conhecida como um Estado totalitário fascista, posicionando-se, portanto, na extrema-direita do espectro político); 3) A “ditadura” brasileira, que supostamente estaria sendo comandada por um “novo Hitler” – elemento anafórico para retomar Alexandre de Moraes –, teria sido estabelecida com o apoio da “extrema-esquerda” (“terroristas”, “infiltrados” e “black bloc”) e de “criminosos partidários de Lula da Silva, o líder da quadrilha”, que estariam “tentando pintar aqueles que lutam contra políticos criminosos como se fossem violentos e criminosos. Assim como Hitler fez no passado”.

A partir dos fragmentos e das paráfrases propostas, pode-se dizer que o vídeo apresenta uma série de encadeamentos argumentativos que ocorrem por meio de deslizamentos enunciativos envolvendo os significantes “Alexandre de Moraes”, “ditadura”, “Lula da Silva”, “Brasil”, “Venezuela”, “China”, “Gestapo” e “Hitler”. Dessa maneira, como efeitos de sentido produzidos por essa sequência de encadeamentos e deslizamentos argumentativos e enunciativos tem-se que: 1) A suposta “ditadura” brasileira teria sido instaurada nos mesmos moldes das “ditaduras” da “China” e da “Venezuela”, com o apoio da “extrema-esquerda” e de uma “quadrilha” de “criminosos” liderada por “Lula da Silva”; 2) A ditadura de “extrema-esquerda” brasileira seria protegida “por uma espécie de polícia da Gestapo” e comandada por um “novo Hitler” (Alexandre de Moraes), que estaria agindo na atualidade da mesma forma que o *Führer* da Alemanha Nazista agiu no passado.

E dessa maneira, nota-se que a materialidade *interdiscursiva* apresenta uma tese mentirosa relacionando a Alemanha Nazista – conhecida como um Estado totalitário fascista controlado por Adolf Hitler – à extrema-esquerda, ou seja, ao polo oposto do espectro político em que é classificada historicamente.



A propósito, a *construção narrativa*⁷ de que o nazismo e o fascismo seriam ideologias de esquerda tem se alastrado já há algum tempo nas redes sociais. Mas se no início essa narrativa estava restrita às redes sociais e discussões pseudointelectuais fomentadas por supostos “filósofos” e “gurus”, em 2019 ela tornou-se oficial no âmbito governamental brasileiro. Embora, considerada infundada, absurda e desonesta por acadêmicos, esta narrativa foi sustentada durante uma declaração feita em 2019 pelo então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Nas palavras do então chanceler: “Uma coisa que eu falo muito é dessa tendência da esquerda de pegar uma coisa boa [o nacionalismo], *sequestrar, perverter e transformar* numa coisa ruim [o socialismo]. É mais ou menos o que aconteceu sempre com esses regimes totalitários. Isso tem a ver com o que eu digo que fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda”⁸. Seguindo na mesma via de seu ministro, o então presidente Jair Bolsonaro declarou poucos dias mais tarde “não ter dúvidas” a respeito de o nazismo ser uma ideologia de esquerda, logo após visita ao Yad Vashem, Centro de Memória do Holocausto em Jerusalém, supostamente ignorando o fato de que a instituição visitada reconheça o nazismo como resultado do radicalismo de extrema-direita⁹.

Enunciadas a partir do lugar de poder, pelos então ministro das relações internacionais e presidente da República, respectivamente, tais declarações, além de infundadas, desconexas e incoerentes, *fomentaram* a propagação de *fake*

⁷ Pensar o *interdiscurso* cínico-perverso por meio das *fake news*, implica considerar que a performatividade cínica está sempre pondo em jogo a dimensão da verdade e que a *verdade*, do ponto de vista da Psicanálise, pressupõe uma *construção*. De acordo com a concepção psicanalítica, de Freud a Lacan, a verdade tem estrutura de ficção e pressupõe uma *construção narrativa* que se produz a partir de uma *performatividade governada pelas formações do inconsciente*, uma narrativa própria a uma realidade psíquica que, emoldurada pela fantasia, (re)vela-se no campo da realidade material. A realidade psíquica é, portanto, o lugar a partir do qual o sujeito lida com a realidade concreta, condiciona e performa a “verdade dos fatos”.

⁸ Tal declaração foi proferida durante uma entrevista divulgada em 17 de março de 2019 pelo *Brasil Paralelo*, site que propaga a linha de pensamento do ideólogo Olavo de Carvalho, tido como o “guru” do governo de Jair Bolsonaro. Órgãos de imprensa nacionais e internacionais reproduziram literalmente a fala do chanceler brasileiro, entre os quais o portal jornalístico on-line da rede pública de radiodifusão alemã *Deutsche Welle* (Cf. NEHER, Clarissa. ‘Nazismo de esquerda’: o absurdo vira discurso oficial em Brasília. *Deutsche Welle*. Brasil, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-bras%C3%ADlia/a-48060399>. Acesso em: 28 fev. 2023).

⁹ Cf. PUTTI, Alexandre. Bolsonaro diz ‘não ter dúvidas’ de que nazismo é movimento de esquerda. *Carta Capital*, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-nao-ter-duvidas-de-que-nazismo-e-movimento-de-esquerda/>. Acesso em: 28 fev. 2023.



news relacionadas ao fascismo, ao nazismo, aos regimes totalitários, às ideologias de extrema-esquerda e de extrema-direita. A materialidade analisada é apenas um dentre muitos efeitos desse discurso que ao lançar mão de uma "*montagem perversa de falsificação da história*" ao mesmo tempo "alude ao discurso outro e o silencia" (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da materialidade discursiva analisada *em composição* com outras materialidades conectadas pela memória do dizer – o interdiscurso –, pôde-se constatar que a (re)produção das *fake news* ocorrem por meio de uma espécie de cadeias de enunciação sem origem determinada; não há fontes e argumentos históricos que deem respaldo às *construções narrativas* apresentadas.

O sujeito do discurso em questão é um *sujeito deslocalizado*, incógnito e inacessível. Sem contestar fatos, fontes e/ou argumentos históricos, ele produziu um esvaziamento do sentido que historicamente se atribui às ideologias nazistas e fascistas ao relacioná-las com supostas "ditaduras" de "extrema-esquerda". Tal esvaziamento foi produzido por meio de uma *negação* de dados e acontecimentos registrados na história. E, assim, ao propor uma nova série sobre a precedente, o sujeito silenciou a memória histórica dos acontecimentos enunciados.

Esse exercício descritivo e interpretativo realizado por meio de sobreposições/*imbricações* envolvendo *materialidades significantes* pôde nos mostrar uma peculiaridade característica da prática discursiva cínica-perversa: o seu caráter parasitário. No momento em que os holofotes estavam direcionados às apurações e revelações realizadas pela CNV referentes às torturas e outras formas de violação de direitos humanos praticadas durante o período de ditadura militar, o sujeito cínico-perverso produziu um deslocamento discursivo, trazendo outro tema à pauta: "a ameaça do comunismo" – esse fantasma imaginário que assombra o Brasil desde as vésperas do golpe de 1964. E isso se fez no contexto de uma *montagem perversa, que ao mesmo tempo convocou, deslocou, silenciou e falsificou sentidos historicamente estabilizados*.



REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, C. (1986) *Perversão – um laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan.

DI NIZO, P. L. (2019) *Um ensaio sobre o cinismo: distorções e reapropriações performativas nas práticas discursivas contemporâneas*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GUIMARÃES, E. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.

LAGAZZI, S. (2009) O recorte significante na memória. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Org.). *O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras*. São Carlos: Claraluz, p. 67-78.

LAGAZZI, S. (2011) O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELO BRANCO, L. K. A. (Orgs.) *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, p. 401-410.

PÊCHEUX, M. (1981). Abertura do colóquio. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 23-29.

PÊCHEUX, M. (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. et al. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010, p. 49-59.

RIBEIRO, T. de M.; NASCIMENTO, E. M. do. Negacionismo, (re)negação e montagem perversa. In: *Anais da III Jornada Internacional Semântica e Enunciação, 2021, Campinas. Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2021.

SAFATLE, V. (2008) *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

ZOPPI FONTANA, M. G. (2001) Lugares de enunciação e discurso. *Boletim Da Associação Brasileira de Linguística*, v. 1. Fortaleza: ABRALIN/UFC, 2003, p. 199-201.

ZOPPI FONTANA, M. G. (2017) Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18. Porto Alegre, p. 63-71.

ZOPPI FONTANA, M.G.; OLIVEIRA, Sheila Elias de. Tá serto! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. *Linha D'Água*, v. 29, 2016, p. 123-155.



DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA NOS PANFLETOS POLÍTICOS DE EULÁLIO MOTTA (1964-1969)

Priscila Santos Lopes

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Resumo: O panfletário integralista Eulálio de Miranda Motta (1907-1988) nasceu em Mundo Novo, Bahia. Seus panfletos polêmicos relacionados à Ditadura Militar circulavam por sua cidade natal nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, objetivou-se compreender os efeitos de sentido dos argumentos polêmicos empregados em dois panfletos políticos de Motta: *Vitória do Brasil* (1964) e *Quinto Aniversário* (1969). A partir disso, analisar como se deu o evento polêmico entre Integralistas e Comunistas, cujo impacto é objeto de pesquisa em Humanidades no cenário contemporâneo. O estudo foi subsidiado na perspectiva da análise dialógica da argumentação, proposta por Lucas Nascimento (2018), fundamentada em Mikhail Bakhtin (2010; 2011; 2013; 2017) e em Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), em diálogo com Ruth Amossy (2017) e Marc Angenot (2008).

Palavras-chave: Argumentação. Eulálio Motta. Ditadura Militar. Evento Polêmico.

Abstract: The integralist pamphleteer Eulálio de Miranda Motta (1907-1988) was born in Mundo Novo, Bahia. His controversial pamphlets related to the Military Dictatorship circulated around his hometown in the 1960s and 1970s. Therefore, the objective was to understand the effects of meaning of the polemical arguments used in two political pamphlets of Motta: *Vitória do Brasil* (1964) and *Quinto Aniversário* (1969). From this, to analyze how the controversial event between Integralists and Communists took place, whose impact is the object of research in Humanities in the contemporary scenario. The study was supported from the perspective of the dialogical analysis of argumentation, proposed by Lucas Nascimento (2018), based on Mikhail Bakhtin (2010; 2011; 2013; 2017) and on Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), in dialogue with Ruth Amossy (2017) and Marc Angenot (2008).

Keywords: Argumentation. Eulálio Motta. Military Dictatorship. Polemical Event.



INTRODUÇÃO

“Um processo de cretinização das criaturas”. É assim que Eulálio Motta descreveu a popularização do pensamento ideológico comunista no Brasil na década de 1960, no panfleto *Vitória do Brasil* (BARREIROS, 2015). Além de expressar o discurso religioso em diferentes gêneros discursivos, Motta difundia o discurso político através de tal gênero do discurso. Conhecido como o ‘Pasquineiro da Roça’, o escritor baiano visava persuadir a população de Mundo Novo, Bahia, a simpatizar com os ideais conservadores propagados pela doutrina integralista. Objetivou-se, então, neste trabalho compreender os efeitos de sentido dos argumentos polêmicos empregados em dois panfletos políticos: *Vitória do Brasil* (1964) e *Quinto Aniversário* (1969), motivados pelo desacordo profundo entre integralistas e comunistas durante a Ditadura Militar, o que resultou em um evento polêmico.

Para análise, pretendeu-se compreender não apenas como se deu o evento polêmico em torno da questão supracitada, mas também como o polemista Eulálio Motta, declaradamente a favor do pilar integralista “Deus, pátria e família”, imprime em sua escrita aspectos religiosos e políticos. Nesses panfletos, Motta visa incitar seus leitores mundonovenses a tomarem partido em favor do Nacionalismo Verde Amarelo, defendido pelo Integralismo e se posicionarem contra o Nacionalismo da Foice e do Martelo, defendido pelo Comunismo. Tal evento polêmico ainda é uma questão de interesse público na contemporaneidade, portanto, faz-se pertinente caracterizar algumas de suas raízes no país, especificamente no contexto baiano.

Logo, o estudo foi subsidiado na perspectiva da análise dialógica da argumentação, proposta por Lucas Nascimento (2018), fundamentada em Mikhail Bakhtin (2010; 2011; 2013; 2017) e em Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), em diálogo com Ruth Amossy (2017) e Marc Angenot (2008). Essa perspectiva ajuda a compreender o funcionamento da linguagem, dos valores e dos discursos presentes nos panfletos em sua manifestação histórico-cultural e discursiva. Sendo assim, é possível compreender as características do sujeito argumentante Eulálio Motta, de seus argumentos e, sobretudo, do seu auditório.

1 ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO

A análise dialógica da argumentação é o resultado de um encontro epistemológico entre a Filosofia do ato responsável, texto produzido entre 1920-24, fundamento do dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013), e a Nova Retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005). O filósofo russo Mikhail Bakhtin, em um de seus primeiros textos, *Para uma filosofia do ato responsável* (2010 [1920-24]), exprime, como ideia, a noção de ato ético. Tal metodologia privilegia não apenas o acordo, mas também o desacordo profundo, ou seja, a polêmica, e, ao mergulhar no motivo do ato, investiga como os sentidos emergem aos sujeitos argumentantes (NASCIMENTO, 2018b).

Bakhtin, ao refletir sobre a cisão entre o mundo da vida e o mundo teórico (e estético), assegura que a unidade entre esses dois mundos está, especificamente, no *postupok* (ato/feito-façonha) do sujeito único, responsivo e responsável, portanto, ético. Sob outro prisma, Bakhtin se insere na discussão da busca fenomenológica da unidade entre o inteligível e o sensível, entre o universal e o particular, o que remete ao conteúdo-sentido e ao sensível. O ato é sempre, por assim dizer, ato de um sujeito situado, *hic et nunc*, no aqui no agora.

Esse sujeito se constitui intersubjetivamente, sempre em relação ao outro, assim como os atos, os quais são fundamento das relações dialógicas. Estas, numa visada linguística, vão aparecer mais tarde bem elaboradas nas obras de Bakhtin (2011; 2013) e seu Círculo, como relação de atos concretos, designados de enunciados, os quais sempre são respondentes a outros enunciados. O efeito de sentido desses atos se atualiza por meio da apreciação valorativa do sujeito, cujo ativismo do eu no mundo dos valores (mundo axiológico) é levado em grande apreço. Tal sujeito, como indicado anteriormente, se constitui intersubjetivamente, uma vez que busca complemento em seu outro, e é responsivo a ele.

Logo, a relação do sujeito com seu outro é o motor responsável por atualizar seus atos (os enunciados) no tempo e no espaço. Essa concretização ocorre através de um gênero discursivo, o qual pode remeter a certo campo discursivo em atualização. Nascimento (2018a) promoveu o encontro entre a Filosofia do ato e o Dialogismo de Bakhtin (2010; 2011; 2013) e a Nova Retórica de Perelman e



Olbrechts-Tyteca (2005), direcionando para uma relação argumentativa profundamente dialógica, em que o ato do sujeito ético passa a ser, então, compreendido como ato do sujeito argumentante, enquanto aquele que responde a seu outro. Ele postulou, por assim dizer, a ideia da constituição profundamente intersubjetiva entre o orador e auditório na figura do sujeito argumentante, cuja responsabilidade está em atualizar no espaço e no tempo seus enunciados ou argumentos (NASCIMENTO, 2018a; 2018b).

Nesse encontro epistemológico dialógico-argumentativo, com colaborações dessas tradições discursivas, é possível pensar teórica e metodologicamente o evento polêmico. Entretanto, importa dizer que desse encontro, herda-se a perspectiva de dialogismo polêmico de Bakhtin (2013), sendo possível ver a polêmica como um desacordo profundo de valores em um dado espaço (NASCIMENTO, 2018a). Em outras palavras, a polêmica pode ser compreendida como um conflito de valores entre dois ou mais sujeitos em relação a uma questão importante que interessa a comunidade (NASCIMENTO, 2022). Sendo assim, o evento polêmico é caracterizado por três elementos constitutivos:

Primeiro, há um encontro hostil de dois posicionamentos sobre um mesmo objeto, o que forma uma polarização em dois campos discursivos antagônicos [...]. Segundo, há uma maneira divergente entre os campos de hierarquizar os valores e posicionamentos em cada campo. Terceiro elemento, há uma atualização de entidades geradas por outras polêmicas, passíveis de identificação (NASCIMENTO, 2019, p. 10).

A polêmica como conflito de valores, possibilita a compreensão dos dissensos do passado que, continuamente, permanecem no espaço público contemporâneo. A exemplo disso, em sua tese de doutorado, cujo título é *Análise Dialógica da Argumentação: a polêmica entre afetivossexuais e cristãos no espaço político*, Nascimento (2018a) apresenta as bases que sustentam as definições supracitadas. Nas audiências públicas no Senado Federal, a polêmica foi protagonizada pelos defensores e os opositores do projeto anti-homofobia (PLC 122/2006), os quais ele nomeia, respectivamente, de afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas. Esse evento polêmico se constitui quando o espírito religioso tradicionalista declara, veementemente, a rejeição ao projeto de lei que



intencionava a criminalização de atos violentos cometidos a população LGBTQIA+.

Por outro lado, o espírito afetivossexual reformista declarou-se a favor do PL122, causando um dissenso em que o grupo religioso defende os seus valores fundamentados em suas crenças e o grupo dos afetivossexuais defende o direito à vida e a expressão de sua sexualidade e gênero. Desse modo, podemos aplicar essa proposta teórico-metodológica, visando compreender a divergência profunda entre integralistas e comunistas durante a Ditadura Militar no contexto de Eulálio Motta. Aqui, como dito, mais sob a perspectiva e simulacro de um integralista. Outrossim, podemos compreender como são construídos argumentos nos eventos polêmicos no espaço de um gênero discursivo, como o panfleto, por exemplo, no sertão baian.

2 O DISCURSO POLÍTICO NO GÊNERO DISCURSIVO PANFLETO

O gênero discursivo panfleto era publicado em uma folha, sem objetivos comerciais e com uma finalidade específica: persuadir a opinião pública através do discurso, denunciar e promover a imagem pessoal do autor (BARREIROS, 2017). Como católico e integralista, Motta encarregou-se de utilizar sua escrita para expressar seu pensamento político-ideológico, visando defender seus valores morais do Comunismo. Em outros panfletos de sua autoria, é possível perceber o discurso religioso produzindo efeitos polêmicos, assim como o político (LOPES; NASCIMENTO, 2022).

As características panfletárias, segundo Marc Angenot (1982), podem ser notadas não apenas pelo uso da linguagem apelativa, mas através do tom do discurso político. O panfletário pode escrever e polemizar como se ele fosse o portador da verdade absoluta, em razão disso, sente-se à vontade para enaltecer a si mesmo, ironizar e demonizar o discurso de seu oponente. Motta tornou-se, então, um panfletário polemista à medida que disseminava o ódio contra os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A aversão ao Comunismo, do mesmo modo, evidencia-se quando as palavras panfleto e pasquim, outrora sinônimas, são desassociadas durante o Estado Novo.



Isso se deve ao fato de que os termos panfleto e panfletário remetiam às posturas análogas à agenda conservadora, realizados por socialistas/comunistas. Assim, o panfletário mundonovense, sendo defensor dos ideais integralistas, preferiu ser chamado de pasquineiro (BARREIROS, 2015). No entanto, após esse período, o panfleto voltou a ser usado sem associação ao Comunismo. De modo geral, o gênero panfleto é propício à polêmica, porque as partes implicadas apresentam argumentos de caráter ofensivo e tentam fazer valê-los quando refutam os dos adversários. Na análise aqui proposta, o foco está nos escritos de Motta e nos principais argumentos polêmicos dos panfletos, dos quais é possível ver a voz de seus adversários em simulacro.

Os efeitos dos argumentos oriundos dos conceitos integralistas, apresentados pelo argumentante mundonovense, provam-se eficazes por conseguirem intensificar a adesão da sociedade de Mundo Novo. Sendo assim, esses argumentos lançados visam provocar “nos ouvintes a ação pretendida [...] ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno” (PERELMAN; OLBRECHYS-TYTECA, 2005, p. 48).

3 OS PANFLETOS VITÓRIA DO BRASIL (1964) E QUINTO ANIVERSÁRIO (1969)

O panfleto *Vitória do Brasil* (1964) apresenta a constituição de alguns argumentos, mas, neste contexto, apenas dois serão objeto de análise. Afinal, a *análise dialógica da argumentação* não visa analisar exaustivamente os argumentos, mas elencar os principais constituintes do evento polêmico:

E os donos de milhões que se preocupam exclusivamente em aumento de seus milhões, sem nenhuma consideração, sem nenhum respeito aos interêsse [sic] coletivo, ao bem comum? Êsses [sic] plutocratas que gastavam milhões em publicidades nos órgãos comunistas por velhacaria, ganância e covardia: esses também ficarão impunes? Não vamos esperar milagres imediatos: os problemas são complexos, numerosos e difíceis, muito difíceis. Mas, da atitude firme dos novos dirigentes, contra comunistas e plutocratas gananciosos, vai depender a consolidação da Vitória definitiva do Nacionalismo verde e amarelão [sic] contra o “nacionalismo” da foice e do martelo. Que Deus ilumine, abençõe [sic] e ajude os nossos dirigentes brasileiros, pelo bem do Brasil! (MOTTA, 1964).



Observa-se que Motta associa os comunistas à corrupção, porque os cita como “plutocratas” (ricos), esbanjadores de dinheiro por “velhacaria”, “ganância” e “covardia”. Sendo essas nomeações relacionadas à falcatrua, maldade e medo excessivo. Essas rotulações podem ser consideradas uma manobra de retorsão usada pelos conservadores para pôr “[...] os intelectuais de esquerda como os verdadeiros fascistas” (ANGENOT, 2019, p. 163), porque, segundo eles, o comunismo é o real regime repressivo, e não o conservadorismo militar. Em seguida, ele continua:

[...] Pergunto: as cátedras, os bancos, as repartições públicas, as fábricas, os sindicatos, vão ficar sem expurgos? A peste vermelha rotulada de “nacionalismo”, continuará a ser tolerada nas escolas, nos bancos, na Petrobrás, nas repartições públicas? Esses ambientes não serão desinfetados? O liberalismo caduco continuará permitindo liberdade aos assassinos da liberdade? Continuarão sem direitos políticos cassados vermelhos e pelêgos tipo Abelardo Jurema e Waldir Pires? (MOTTA, 1964).

Aos comunistas, ele rotula pejorativamente de ‘assassinos da liberdade’. Se a rotulação demonizadora (ANGENOT, 2019) fosse apenas o termo “assassino”, ainda assim seria considerado um ato dialógico em completude, porque “ele põe em dialogia um eu e um outro e seus valores atualizados em torno de uma questão” (NASCIMENTO, 2018a, p. 171). Ademais, apontar o ‘outro comunista’ como ‘assassino’ vai associar o “*self* integralista” como a ‘vítima’, sendo este último termo ligado a alguém que sofre um dano emocional (tristeza pela possibilidade de ver a Nação destruída); moral (valores conservadores em ameaça) ou patrimonial (uma possível destruição e perseguição das organizações dirigidas pelo integralismo).

Em *Quinto Aniversário*, escrito cinco anos depois, Motta apresenta a situação de Mundo Novo durante o governo militar que, anteriormente, foi apontado por ele como a reação à ideologia de ‘assassinos da liberdade’. Entretanto, nesta análise, elencou-se apenas dois argumentos do panfleto:

Depois de cinco anos de poder revolucionário, vemos os edifícios [sic] escolares nas vilas e povoa=- dos [sic] do município [sic] caindo aos pedaços, em ruínas [sic], com centenas de crianças crescendo na escuridão do analfabetismo! Depois de cinco anos de regime revolucionário, continuamos sem água encanada, sem energia e sem asfalto, com a tão falada “estrada do feijão” virando piada! Piada que



de 25 vez em quando ocupa algum pequeno espaço de coluna de jornais provocando o riso amarelo do desencanto na face dos desencantados (MOTTA, 1969).

O escritor, assim, toca em pontos sensíveis para os conservadores como a 'estrada do feijão' ter se tornado piada na imprensa e objeto de desencanto para provocar o riso amarelo na face dos 'desencantados'. Tais 'desencantados' seriam os eleitores arrependidos do voto em um governo que prometeu acabar com a corrupção, levando os mesmos a se sentirem frustrados diante da administração vigente. Desse modo, o orador traz a frustração como elemento constituinte do conjunto de paixões que ele almeja despertar no público.

A frustração, em seu discurso, vai remeter à 'paixão por *vergonha*', formada pela perturbação com o presente em que os "edifícios" estão caindo aos pedaços, se ligando ao descrédito de quem está eleito e, sobretudo, de quem elegeu. Nesse sentido, os eleitores são tomados pelo sentimento de inferioridade em relação a quem não votou nos candidatos do Regime Revolucionário. Depois, pela 'paixão por *Indignação*', formada pela tristeza e chateação que o público certamente sente após ouvir os danos causados pelo Regime Revolucionário. Por fim, à 'paixão da *cólera*', ao se sentirem enganados por não verem a execução das propostas feitas na campanha eleitoral (FIGUEIREDO, 2020).

Para evitar a ação do público que pode ser despertada por tais paixões, Eulálio Motta serve-se da retórica do ressentimento (ANGENOT, 1982) para inferiorizar a voz contrária, assumindo uma postura inacessível à objeção e à refutação. Desse modo, ele visa permanecer em defesa do governo militar que, embora corrupto, continua protegendo o país da ideologia comunista:

Se não tivesse havido a Revolução de 31 de março de 64, reabilitada vigorosamente, pelo 13 de dezembro de 68, o monstro vermelho transformaria o Brasil numa Cuba de proporções continentais! E o Brasil cubanizado arrastaria todo o continente sul-americano para as garras do monstro. E, então, cairia, como consequência decorrente, a África, a Europa, o mundo. Concluimos [sic], assim, que a Revolução Brasileira{salvou,} [sic] não salvou apenas o Brasil, salvou o mundo!" (MOTTA, 1969).

Nesse último trecho, ele retorna ao passado ao afirmar a Revolução de 64 como a solução da ameaça contra a nação, senão o "monstro vermelho transformaria o Brasil numa Cuba". Nesse sentido, o argumento de comparação por oposição



(PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005) incita o leitor a avaliar as realidades de ambos os países e concluir qual delas eles consideram melhor para o Brasil, principalmente no que tange a ideologia política. Por isso, Motta constata e aponta a relação de desigualdade entre o governo do Brasil e Cuba, sendo o Brasil detentor da melhor realidade por ter tido a Revolução Brasileira, e não destruído, por ter tido uma Revolução Comunista.

Para confirmar a oposição, Motta usa o termo 'monstro' nesse contexto, o que pode remeter a seres disformes e ameaçadores, por isso, atrelado ao termo 'vermelho', vai implicar o sentido de que o governo comunista seria um promotor de atos aterrorizantes e de injustiça moral. Logicamente, por precaução, Motta entende que a população precisa agir contra os pensamentos comunistas e apoiar o grupo responsável por retirar o Brasil das "garras do monstro", porque os valores morais precisam permanecer intactos.

A sua mentalidade integralista compreende que, embora não tenham reformado os edifícios no presente, a Revolução Brasileira 'salvou' o Brasil e o mundo no passado do inimigo comunista. Logo, tal fato é suficiente para os seus eleitores relevarem os últimos anos de incompetência governamental. Em síntese, a voz do Integralismo amplificada nos panfletos de Eulálio Motta disputou pela nação, porque não se enxergou como um espírito totalitário, mas como um agrupamento de pessoas empenhadas em transformar o Brasil em uma grande potência mundial.

Pode-se ver que esse projeto está alicerçado no exercício da fé católica, na família patriarcal como instituição divina e no capitalismo como sistema econômico ideal. Desse modo, as orientações comunistas aparecem como a causa profunda da deterioração do país. Eis o motivo de argumentar fervorosamente contra os comunistas recorrendo a figuras de linguagem, analogias e a revisitação do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, no evento polêmico em torno da Ditadura Militar, tem-se o Nacionalismo Verde e Amarelo, apresentando-se como o movimento político ideal fundamentado na doutrina integralista. Por outro lado, tem-se o



Nacionalismo da Foice e do Martelo, formado por defensores do modelo ideal de nação ser laico, igualitário e livre de exploração capitalista, fundamentado nos ideais comunistas. O antagonismo desses lados suscitou neles a necessidade de disputar a adesão por parte do público.

A lógica comunista, em dissensão com a lógica e valores integralistas, foi concebida como irracional, na perspectiva do escritor Eulálio Motta, resultando em uma guerra de argumentos, em que os dois lados dessa batalha puderam ser analisados. Neste trabalho, a noção de evento polêmico mostrou como essas forças discursivas antagônicas atuaram na disputa pelo governo da nação durante a Ditadura Militar.

O papel de Eulálio Motta na esfera pública foi categórico para a formação de opinião da população de Mundo Novo quando se trata de política. O seu discurso político influenciado pela ideologia integralista provocou não apenas uma dicotomia relacionada ao país, mas também uma polarização política. Além disso, o estudo de argumentos polêmicos refere-se a uma causa que envolve as interações sociais em uma determinada época, pois a polêmica constitui a sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa, ao voltar ao passado, pode lançar luzes sobre a polarização atual pela qual ainda passa o tecido social brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. Tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

ANGENOT, Marc. **La parole pamphlétaire**. Contribution à la typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982.

ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds**: traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.

ANGENOT, Marc. A retórica da qualificação e as controvérsias de rotulagem. EID&A – **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 18, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.17648/eidea-18-2283>.



BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. Tradução de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARREIROS, Patrício N. **O pasquineiro da roça: a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

FIGUEIREDO, Maria Flávia et al (org.) **Trajectoria das paixões: uma retórica da alma**. Franca: Unifran, 2020.

LOPES, Priscila Santos; NASCIMENTO, Lucas. Polêmica religiosa nos panfletos de Eulálio Motta: uma análise dialógica da argumentação. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 22, n. 3, p. 169-186, 2022.

MOTTA, Eulálio, M. Quinto aniversário. **Panfleto Mundo Novo**, 31 mar. 1969. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2021.

MOTTA, Eulálio, M. Vitória do Brasil! **Panfleto Mundo Novo**, 02 abr. 1964. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2021.

NASCIMENTO, Lucas. **Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político**. 2018a. 557f.

NASCIMENTO, Lucas. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151-169, 2018b.

NASCIMENTO, Lucas. **A criminalização da homofobia como evento polêmico: o dissenso entre LGBTs e cristãos**. Revista Científica Do Curso De Direito, v. 3, p. 6-25, 2019. <https://doi.org/10.22481/rccd.v0i3.6063>

NASCIMENTO, Lucas. **Quando atos polêmicos desafiam os limites da ética discursiva: o discurso religioso no espaço público digital**. (Conferência digital). In: Ciclo de Conferências 2022, Análise do Discurso Digital, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ocnoPdi1OvA>. Acesso em 30 de março de 2022.

PERELMAN, Chaim; Lucie Olbrechts-Tyteca. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



ENTRE SIGNOS E SENTIDOS: O ÓDIO COMO MARCA IDENTITÁRIA

Rafael da Silva Marques Ferreira
Instituto Federal do Espírito Santo

Resumo: Segundo o estudo realizado pela antropóloga Adriana Dias (nacionalmente divulgado na edição de 16 de janeiro de 2021 do *Fantástico*), houve, durante a gestão Bolsonaro, um crescimento de 270% no número de organizações neonazistas no País. A partir desse fato, este trabalho analisa alguns enunciados proferidos tanto pelo próprio então presidente quanto por seus apoiadores, e por personalidades midiáticas de grande alcance cujos discursos apontam para construções ideológicas de intolerância, desumanização e aniquilação de minorias étnico-raciais, sexuais e de gênero. Por meio de uma investigação de cunho qualitativo, objetiva-se compreender como a simbologia dúbia que tais discursos promovem pode mobilizar afetos, criar e consolidar laços e identidades coletivas. Para alcançar tal objetivo, será proposto um diálogo com o pensamento dos filósofos Judith Butler (2021a, 2021b) e Mikhail Bakhtin (1981, 2012). A partir das noções e categorias que propõem, o signo ideológico e sua não fixação semântica; o discurso de ódio e a conseqüente formação de grupos supremacistas a partir dele; e a responsabilidade do sujeito que enuncia/cita/atualiza os discursos odiosos são mobilizados nesta tentativa de lançar luz sobre a atual situação social brasileira que influencia, forte e diretamente, o jogo político. Sendo por ele também influenciada.

Palavras-chave: Discurso. Ódio. Sentido. Identidade.

Abstract: According to the study carried out by anthropologist Adriana Dias (nationally published in the January 16, 2021 edition of *Fantástico*), there was, during the Bolsonaro administration, a 270% growth in the number of neo-Nazi organizations in the country. Based on this fact, this paper analyzes some utterances uttered both by the then president himself and by his supporters, and by far-reaching media personalities whose speeches point to ideological constructions of intolerance, dehumanization and annihilation of ethnic-racial, sexual and gender minorities. . Through a qualitative investigation, the objective is to understand how the dubious symbology that such discourses promote can mobilize affections, create and consolidate ties and collective identities. To achieve this goal, a dialogue will be proposed with the thinking of philosophers Judith Butler (2021a, 2021b) and Mikhail Bakhtin (1981, 2012). From the notions and categories they propose, the ideological sign and its semantic non-fixation; hate speech and the consequent formation of supremacist groups based on it; and the responsibility of the subject who enunciates/quotes/updates hateful speeches are mobilized in this attempt to shed light on the current Brazilian social situation that strongly and directly influences the political game. Being influenced by him too.

Keywords: Discourse. Hatred. Sense. Identity



INTRODUÇÃO

Desde a vitória de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2018 para a presidência da República, que o Brasil vem acompanhando um aumento progressivo na formação de grupos ligados à extrema direita alinhados, portanto, a ideais supremacistas. Segundo a antropóloga Adriana Dias, em participação no Podcast “Isso é Fantástico” (janeiro de 2022), houve, nos últimos três anos (ou seja, exatamente durante a gestão Bolsonaro), um crescimento de 270% no número de organizações neonazistas no País. A partir desse fato, busco analisar alguns enunciados proferidos tanto pelo próprio presidente quanto por seus apoiadores, e por personalidades midiáticas de expressivo alcance cujos discursos apontam para construções ideológicas de intolerância, desumanização e aniquilação de minorias étnico-raciais, sexuais e de gênero.

Objetivo compreender como a simbologia ambígua que tais discursos promovem pode mobilizar afetos, criar e consolidar laços e identidades coletivas. Para tal, proponho um diálogo com o pensamento dos filósofos Judith Butler (2021, 2021a) e Mikhail Bakhtin (1981, 201), principalmente. A partir de algumas noções e categorias que propõem busco construir uma argumentação a fim de lançar luz sobre a atual situação social brasileira que influencia, forte e diretamente, o jogo político e, assim, esperançosamente, contribuir para sua transformação.

1 O DISCURSO INJURIOSO

Em sua obra “Discurso de ódio: uma política do performativo”, a filósofa norte-americana Judith Butler (2021) reconhece que a linguagem possui uma força capaz de agir violentamente sobre as pessoas e que este potencial violento está ligado ao fato de sermos, basicamente, seres de linguagem, ou seja, seres que necessitam da linguagem para existir e para criar sentido sobre si, sobre o(s) outro(s) e sobre os mundos físico e social. Entendo, portanto, a partir da filósofa, o discurso de ódio como a atividade comunicativa entre interlocutores capaz de, de alguma forma, concretizar o potencial violento da linguagem.

Entender a maneira como o discurso de ódio opera é muito mais complexo do que simplesmente retomar o contexto no qual foi proferido, isso porque, por mais



detalhada que seja a reconstituição de um contexto determinado, o sentido da injúria, explica Butler, está totalmente ligado à “situação total de fala”. Muito mais complexa e completa que o momento exato em que uma enunciação acontece, a situação total de fala é um aspecto que retoma, de forma condensada, todas as situações em que a ofensa foi perpetrada anteriormente, e que também aponta para todas que a sucederão.

Por isso um enunciado injurioso não pode ser efetivamente compreendido se não vinculado com a história, uma vez que não retira suas forças de eventos pontuais, mas de convenções, a ponto de assumirem forma de verdadeiros **rituais**. Em suma, o discurso de ódio é formado por enunciados repetidos no tempo de modo que seus efeitos extrapolam o momento da enunciação em si. Há, portanto, uma dinâmica dialógica entre o discurso injurioso efetivamente enunciado no presente, todos os que lhe foram anteriores – aos quais responde – e todos os futuros com os quais se relaciona.

A ciência linguagem humana, com foco nos estudos de vertente bakhtiniana, aponta para a impossibilidade de posicionamento a respeito de um assunto sem que haja – ainda que de modo inconsciente – a relação do ponto de vista novo aos demais que o precedem, pois tudo aquilo que é dito ou escrito remete, obrigatoriamente, a outro(s) enunciado(s), e já traz em si a semente da resposta, da contrapalavra. Essa não é uma característica exclusiva de um tipo de enunciado, “mas é a dimensão constitutiva de qualquer ato de palavra, de discurso” (PONZIO, 2010, p. 37); logo, o **dialogismo** representa a própria condição de existência dos enunciados, já que para que o diálogo se dê, não é sequer necessário que um enunciado saiba da existência do outro.

Como produto desse fenômeno, o momento de proferimento da injúria nunca está delimitado pela localidade e temporalidade da enunciação específica. O discurso de ódio extrapola o seu contexto imediato: não se trata de um mero ato de fala singular, proveniente de um sujeito único e que controla, soberanamente, os sentidos dos enunciados que produz, mas de uma corrente discursiva ritualística de contínuas repetições, cuja primeira e última enunciações são impossíveis de se localizar fixamente, na qual cada novo discurso injurioso condensa toda a historicidade contida naquela palavra ou gesto.



A intenção de quem profere um discurso injurioso não é apenas ofender ou ferir momentaneamente o seu alvo, mas minar, desvalorizar e rebaixar a outra pessoa ou grupo para estabelecer sua inferioridade, desigualdade e desvalor em relação ao enunciador. Como resultado, o discurso de ódio debilita a forma da pessoa (ou grupo) funcionar socialmente, pois inflige feridas ao mesmo tempo psíquicas, corporais e sociais. Butler (2021a) é categórica ao afirmar que discurso não é apenas expressão, é conduta, conduta prejudicial, nesse caso.

2 “ENTENDEDORES ENTENDERÃO”

Domingo, 16 de janeiro de 2022. O *Fantástico* noticia que, em apenas três anos, o número de grupos neonazistas aumentou 270% no Brasil, a matéria especial¹ apontou aspectos importantes desse nefasto e aterrador fenômeno: características gerais dos grupos, formas de organização, presença e atuação em todas as regiões do território brasileiro... Entretanto, um aspecto não mencionado, mas bastante claro é que o crescimento vertiginoso de grupos supremacistas no Brasil teve seu início alinhado à gestão Jair Bolsonaro. O ano em que Bolsonaro (e o bolsonarismo) assume a presidência marca o começo da ascensão de organizações brasileiras fundadas pelo ódio ao outro.

Longe de afirmar de maneira categórica, direta e definitiva que Bolsonaro como presidente é a única causa para tal consequência, buscarei mostrar como os discursos do então presidente e de seus apoiadores são capazes de contribuir para a construção de identidades coletivas, nas quais o ódio atuaria como uma espécie de “cola social”, catalisando a organização dos grupos aos quais o mapa elaborado pela antropóloga e professora Adriana Dias (que serve de base para a matéria supracitada) faz referência.

Objetivo, portanto, preencher a lacuna (proposital?) existente na reportagem do programa *Fantástico* relacionando o discurso bolsonarista/supremacista ao aumento em quase 300% do número de grupos que professam ódio e propõem

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em 28 fev. 2022.



o aniquilamento de negros, judeus, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIA+ e nordestinos, apenas para citar alguns de seus alvos.

Janeiro de 2020. O então Secretário da Cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvim, divulga, em suas redes sociais, vídeo em que copia trechos do discurso do ministro da Propaganda nazista Joseph Goebbels. Com trilha do compositor favorito de Adolf Hitler (Richard Wagner), Alvim, plagiando Goebbels, diz: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. O ministro da Propaganda do *führer* nazista, havia dito: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande *páthos* e igualmente imperativa [...] ou então não será nada”.

Figura 1: Pronunciamento de Roberto Alvim.



Fonte: El País Brasil.²

Maior de 2020. O próprio Jair Bolsonaro, em uma de suas tradicionais transmissões ao vivo por meio de rede social, levanta um copo de leite e afirma estar, com esse gesto, fazendo uma homenagem aos produtores de leite do Brasil. Por outro lado, este mesmo gesto pode ser facilmente lido como um símbolo da supremacia branca por parte de grupos de extrema-direita dos Estados Unidos já que “Além da cor do alimento, esses grupos justificam o simbolismo se baseando erroneamente em artigos acadêmicos que indicariam que pessoas brancas conseguiriam digerir a lactose com mais facilidade do que pessoas negras”.³ O mesmo gesto foi repetido, no mesmo dia, pelo comunicador Allan Santos, em seu

² Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em 01 mar. 2022.

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/poder-branco-kekistao-copo-de-leite-conheca-os-simbolos-usados-pela-extrema-direita-24941132>. Acesso em 02 ago. 2022.

canal no YouTube, *Terça Livre*. Allan comenta acerca da *live* de Bolsonaro, não cita os pecuaristas e, com o copo de leite em riste em uma mão, um cigarro em outra e um sorriso no rosto, diz: “Entendedores entenderão”, sugerindo que a mensagem veiculada seria alcançada apenas por aqueles que possuíssem determinadas informações.

Figura 3: Jair Bolsonaro e Allan dos Santos brindam com copos de leite



Fonte: <http://www.tonygoes.com.br/2020/05/entendedores-entenderao.html>. Acesso em 02 mar. 2022

Os quatro gestos têm em comum o fato de atuarem no nível da sugestão. Percebe-se que há uma clara intenção em deixar ambígua a possível simpatia/alinhamento ao pensamento totalitário supremacista. Quando confrontado, Alvim afirmou nas redes sociais se tratar de uma “coincidência retórica”, atribui o fato à busca feita por sua equipe no Google e que não citou Goebbels “e jamais o faria”. A configuração dos dedos de Filipe Martins pode ser lida tanto como “OK” quanto como “WP”. Bolsonaro saúda os pecuaristas brasileiros e bebe leite em transmissão ao vivo para, segundo o próprio, estimular o consumo do produto. O mais ousado – porém ainda vago – é Allan dos Santos que, em diálogo com o gesto do presidente, aponta no sentido de que o que ele mostra não é tudo o que ele diz, há algo a mais, escondido e acessível a apenas uma parcela específica da população: os “entendedores”. Não por acaso, algum tempo depois, outras pessoas – possivelmente, pessoas que entenderam o que estava sugerido – sentiram-se à vontade para expressar mais abertamente as suas convicções.

O discurso de ódio, como apresentado nos exemplos anteriores, pode vir de forma disfarçada. Feito um “Cavalo de Troia”: uma ação que aparentemente não apresenta risco algum traz em si o germe da morte, pois carrega sentidos ocultos, alcançados por aqueles que comungam daquelas ideias, uma vez que compartilham o mesmo horizonte da ideologia que preenche e anima gesto, tornando-o **sign**.



Dentro da perspectiva bakhtiniana, somente alcançamos o mundo por intermédios dos signos – entidades concretas que, imbuídas de conteúdo ideológico permitem a construção dos sentidos de tudo que há. Segundo essa teoria, tudo aquilo que possui materialidade concreta pode experimentar uma materialidade semiótica ao adquirir função ideológica. Esse processo é inteiramente social, ou seja, signos surgem e são interpretados no interior dos complexos processos que caracterizam as trocas em sociedade.

A depender do horizonte ideológico a partir do qual o signo é criado, um mesmo ente ou evento concreto pode promover efeitos de sentido diferentes. Cada grupo social, a partir dos acordos tacitamente firmados, experimenta e constrói a vida de modo particular, possibilitando a consolidação de diferentes verdades envolvendo um mesmo signo ideológico.

Por isso os envolvidos estão jogando com as enunciações produzidas. Eles constroem seus discursos a partir de elementos que, a depender do espectro ideológico de quem recebe tal mensagem, haverá um efeito de sentido diferente. Sendo possível enunciar um discurso à primeira vista inofensivo, mas que guarda em seu interior mensagens extremamente perigosas. Além disso, esses discursos de ódio enviados de forma cifrada funcionam como elemento identitário e, portanto, aglutinador de todos que com eles se identificam; dando, assim, unidade de grupo àqueles que Allan Santos chamou de “entendedores”.

Todos que se veem representados pelos ideais aos quais os símbolos performados fazem referência se reconhecem como unidades de uma comunidade que, dada as facilidades trazidas pelas redes sociais digitais, conseguem se organizar e praticar as atrocidades contra todos aqueles que consideram menos humanos que eles próprios. Tudo isso legitimado pelo discurso de autoridades políticas, que se valem da inexistência da fixação dos sentidos nos signos para, ao mesmo tempo, mandar um recado claro a esse grupo de “entendedores”, e esquivar-se de uma possível acusação de apologia ao nazismo, ato considerado crime no Brasil.

Valendo-se da impossibilidade de fixação semântica do signo ideológico, o bolsonarismo constrói seu discurso para que somente aquele que compartilha de um dado horizonte ideológico alcance o sentido supremacista, perceba-se



oficialmente representado e busque, na sociedade, pelos seus iguais. Tal movimento discursivo, assentando-se na particitação, reúne todas as pessoas que alcançam seu conteúdo odioso em um grupo coeso, fomentando e fortalecendo o movimento neonazista brasileiro, conforme apontam os dados.

Tudo isso orquestrado – com mais ou menos refinamento – a fim de, se descoberto o esquema, ser possível a apresentação de argumentos em favor da defesa (como foi feito nos casos citados), para que os envolvidos não sejam presos ou sofram nenhuma outra forma de sanção legal à altura (como ocorrido nos casos citados). Haveria, pelo menos, dois sentidos coexistindo nas enunciações: o primeiro para os aliados, ideologicamente alinhados; e o segundo cuja função principal seria eximir, quando necessário, seu enunciador da responsabilidade pelo seu ato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente falando, a sociedade brasileira tem suas bases construídas em relações de dominação de um grupo sobre outro(s) que tiveram como resultado atrocidades sem precedentes: a escravização das pessoas sequestradas de países africanos e a dizimação de populações indígenas inteiras. Somado a eles, está ainda um outro evento histórico também bastante emblemático e aterrador: a ditadura militar que, por mais de vinte anos, foi responsável pela tortura, morte e desaparecimentos de milhares de pessoas no Brasil.

A base comum desses três momentos da nossa história é a divisão binária dos seres humanos a partir de critérios aleatório e unilateralmente definidos, que tinham como um dos objetivos determinar quais corpos poderiam continuar existindo e sob que condições. De um lado, o homem branco, europeu, cristão, autodeclarado conquistador das águas, terras e de tudo que nelas havia; do outro, sociedades tribais de Pindorama⁴ e de África com cultura e formas de organização complexas, diversas e únicas, porém apagadas da narrativa histórica eurocêntrica imposta como a oficial. Na esteira dos acontecimentos, em um segundo momento, de um lado, os militares e os civis que compartilhavam de

⁴ Em tupi-guarani significa “terra das palmeiras”. Esse nome foi usado por algumas tribos indígenas, no período anterior à chegada dos portugueses, para designar a nossa terra.



sua visão de sociedade; de outro, os degenerados, os transviados, os comunistas, os insurgentes que precisavam ser detidos, silenciados, exilados e (por que não?) exterminados para a manutenção da ordem pública.

Acredito que a escravidão, o processo de aculturação e extermínio de populações indígenas bem como a ditadura militar brasileira nunca foram devidamente encarados nem os seus processos violentamente nefastos, apropriadamente discutidos pelo Brasil enquanto nação. Tal qual há o Museu do Holocausto na Alemanha, não há nada com grande expressividade no nosso país para simbolizar e nos lembrar desse verdadeiro tripé da morte fundado na segregação dos indivíduos. Como bem apontou o filósofo inglês Edmund Burke: “Um povo que não conhece sua história está fadado a repeti-la”.

Psicanaliticamente falando, sempre quando uma questão não é enfrentada por um indivíduo, ocorre o processo que Freud batizou como “recalcamento” (ou repressão) que, em linhas muito gerais, é uma defesa mental do sujeito que, ao se deparar com conteúdos incompatíveis com o seu “eu”, os reprime para camadas inconscientes de sua psique. Entretanto, como afirma o fundador da psicanálise (2005), o recalcado, de alguma forma, se sintomatiza, ou seja, o conteúdo reprimido no inconsciente toma forma no consciente por meio de seus produtos: os sonhos ou os sintomas neuróticos.

Em diálogo com esse conceito, acredito que nós, enquanto sociedade, recalcamos nosso passado sangrento, assassino, vergonhoso e abominável. Tal repressão, retorna em forma de um sintoma neurótico coletivo que representa um dos fatores responsáveis pela promoção de uma divisão simplista e maniqueísta de toda uma nação:

Cria-se, de um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem. Por meio da combinação do medo com a percepção de uma força acima das leis, legitima-se a violência. A norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo (TELES, 2018).

Tais criações, como sabido, são da ordem do discurso. Identidades coletivas construídas a partir de uma falaciosa superioridade de um grupo em relação a



outro. O discurso de ódio está presente no nosso país desde a sua fundação exploradora e escravagista. O ano em que este texto é escrito – 2022 – marca o fim do governo Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019; entretanto, infelizmente, não marca o fim das ideias defendidas – ainda que por vezes de modo velado – pelo bolsonarismo. Entretanto, conseguir identificá-las, mesmo quando difundidas em uma “frequência” inaudível para quem não compartilha de seu horizonte ideológico, é o primeiro passo para fazer com que esse discurso fracasse e, assim, possa ser devidamente combatido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro e João, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética de Criação Verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valetin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2010.

FREUD, Sigmund. A repressão. In: **Obras Completas** - volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp. 61-112

PONZIO, Augusto. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. **Bioethikos**. São Paulo, v.3, n. 1, p. 121-126, 2009.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018.



A MENTIRA ORQUESTRADA: A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ALVO DAS *FAKE NEWS*

Renata Nobre Tomás
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Lorena Maria Nobre Tomás
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as fake news que circulam sobre as universidades a fim de identificar o funcionamento dessas desinformações. A investigação foi motivada pelo registro do crescimento de fake news contra as universidades no ano de 2019. Para este artigo, selecionamos as checagens de Lupa (36 checagens) e Boatos.org (17 checagens) – no período de janeiro de 2018 a dezembro 2021. A pesquisa está embasada em Santaella (2019, 2023), Bucci (2019a, 2019b), Pêcheux (2009), Maingueneau (2015, 2020) e Amossy (2020). As desinformações foram agrupadas em cinco temas: "Corpo e normatização", "Drogas", "Recursos financeiros e produtividade", "Vandalismo/desordem" e "Outros". A análise priorizou quatro categorias: efeitos de sentido, cenografia, ethos discursivo e pathos.

Palavras-chave: Fake news. Universidade. Discurso. Estratégias argumentativas.

Abstract: This study aims to analyze the fake news circulating about universities in order to identify the functioning of these misinformation. The investigation was motivated by the registration of the growth of fake news against universities in 2019. For this article, we selected fact-checks from Lupa (36 fact-checks) and Boatos.org (17 fact-checks) – from January 2018 to December 2021. The research is based on Santaella (2019, 2023), Bucci (2019a, 2019b), Pêcheux (2009), Maingueneau (2015, 2020) and Amossy (2020). The misinformation was grouped into five themes: "Body and standardization," "Drugs," "Financial resources and productivity," "Vandalism/disorder," and "Others." The analysis prioritized four categories: figurative effects, scenography, discursive ethos, and pathos.

Keywords: Fake news. University. Discourse. Argumentative strategies.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem por objetivo analisar as *fake news* que circularam sobre as universidades no período de 2018-2021. A pesquisa¹, financiada pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), teve duração de dois anos e foi finalizada em maio de 2023. O registro do crescimento de *fake news* que tinham como alvo as universidades, realizado pelo *Monitor de Whatsapp*, uma das ferramentas utilizadas pelo Departamento de Ciência da Computação da UFMG para monitorar 350 grupos de *Whatsapp*, motivou a realização da pesquisa. Problematizar questões, como: Qual o período de maior ocorrência dessas publicações? Que temáticas são predominantes? Quais estratégias discursivo-argumentativas são empregadas nessas *fakes* e quais os efeitos de sentido pretendidos com esses conteúdos fraudulentos?

Os resultados mais abrangentes do estudo foram publicados por Tomás e Tomás (2023). Para este artigo, considerando as dimensões destes *Anais*, delimitamos nossa análise para três *fake news* que circulam sobre as universidades a fim de identificar o funcionamento dessas desinformações. Das 48 verificações checadas pelas agências *Lupa* e *Boatos.org* de 2018 a 2021, concentramos nossa análise nas duas categorias temáticas mais recorrentes em nosso *corpus* e exploramos *fakes* ainda não analisadas em outros artigos.

Para proceder à análise, embasamo-nos em Santaella (2019, 2023), Pinheiro (2019) e Bucci (2019a, 2019b) a quem recorreremos para as discussões sobre o fenômeno das *fake news*, em Pêcheux (2009) e Maingueneau (2015, 2020) de quem mobilizamos as noções de condições de produção, efeitos de sentido, cenografia e *ethos* discursivo; e em Amossy (2020), de quem mobilizamos a noção de *pathos*. Retomamos ainda Tomás e Tomás (2023) que também examinam as desinformações sobre as universidades.

Este artigo está estruturado em três seções, além das considerações iniciais e finais. Discutimos inicialmente a complexidade do que tem sido chamado de *fake news*. Em seguida, exploramos os pressupostos teórico-metodológicos que

¹ Este trabalho apresenta parte dos resultados de projeto de pesquisa de *Produtividade Acadêmica*, desenvolvido na UEA, intitulado "Estudo discursivo da desinformação: anatomia das *fake news* sobre as universidades.



consideramos pertinentes para a análise do *corpus*. Por fim, apresentamos uma breve contextualização do *corpus* e a análise.

1 A COMPLEXIDADE EM TORNO DAS *FAKE NEWS*

O termo *fake news* se popularizou em 2016 após as eleições presidenciais dos Estados Unidos e tem cada vez mais estado em evidência. Mesmo não sendo algo novo, a desinformação foi impulsionada pelas novas ferramentas disponíveis atualmente, principalmente, com o advento da *internet* e das redes sociais. Segundo Santaella (2019, p. 31), o que é “inteiramente novo [...] é o modo inédito de operar e a grande mudança de escala propiciada pelo poder de difusão do computador habilitado pelas plataformas de redes sociais”. Desde então, muitas pesquisas e até mesmo tentativas de regulamentação das mídias foram feitas, mas, devido à complexidade da temática, pouco se avançou no efetivo combate à desinformação.

Uma das dificuldades é a própria definição de *fake news*, visto que esse termo apresenta uma contradição. O termo “notícia” não poderia a rigor ser associado ao adjetivo “falsa”, pois ela se refere a um fato verificável de interesse público. Mesmo assim, o termo se popularizou e é empregado neste trabalho conforme a definição de Pinheiro (2019, p. 88), para quem: “*fake news* são uma mentira intencional a serviço de uma causa escusa”. Em alguns momentos, empregamos como sinônimo o termo desinformação, nomenclatura utilizada pelos pesquisadores, mas que também apresenta suas imprecisões, como destacou Santaella (2023).

Outra dificuldade é a diversidade dessas peças desinformativas. Como afirma Ferrari (2019, p. 44), “as notícias falsas são, na verdade, uma variedade de desinformações que pode variar entre a correta utilização de dados manipulados, a utilização errada de dados verdadeiros, a incorreta utilização de dados falsos e outras combinações”. Dessa forma, temos desde o conteúdo totalmente fabricado, conteúdo verdadeiro, mas que sofreu manipulação, fotos e conteúdos retirados de contextos, pronunciamentos de personalidades públicas exagerados, a sátiras descontextualizadas ou manipuladas.



Bucci (2019a) afirma que as redes sociais, assim como *sites* de busca, como o *Google*, aceleram e fortalecem a pós-verdade, mencionando dois principais motivos para isso. O primeiro fator está relacionado à velocidade e ao alcance das redes sociais. Além de as notícias fraudulentas terem um potencial 70% maior de serem compartilhadas por suscitarem emoções fortes (BUCCI, 2019b), tudo isso é feito na velocidade da *internet*, sendo rapidamente replicada e disseminada entre os internautas. Outro fator é o econômico, pois as *fakes* são lucrativas e, como sabemos, no ambiente virtual, o faturamento é medido pela quantidade de *clicks*. Soma-se a isso o fato de as pessoas estarem cada vez mais perdendo o interesse pelas mídias tradicionais e informando-se apenas pelas redes sociais.

2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA COMPREENDER O FUNCIONAMENTO DAS *FAKE NEWS*

Uma das formas de combater as *fake news* é compreendendo o seu funcionamento, pois isso fará com que a interpretação seja menos passional e mais objetiva. Nesse sentido, destacamos a pertinência dos estudos discursivos para a identificação das estratégias empregadas pelos produtores das peças desinformativas. Para a análise aqui empreendida, mobilizamos as noções de efeitos de sentido, cenografia, *ethos* discursivo da Análise do Discurso de linha francesa, conforme propostas por Maingueneau (2015, 2020) e *pathos*, conforme Amossy (2020), que apresenta esta noção a partir de uma interface entre argumentação e AD.

Para a AD, a noção estruturalista de sentido, de mensagem codificada, deve ser substituída pela de efeito de sentidos entre os interlocutores. Essa reconfiguração traz implicações importantes para a teoria, como a de que o sentido não é único, transparente e estável, mas que deve ser apreendido discursivamente, pois, como postulou Pêcheux (2009, p. 146), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico [...]”. Os sentidos possíveis irão emergir da relação entre signos linguísticos, enunciador e coenunciador que assumem posições em dadas condições sócio-histórica e ideológicas, ou seja, em uma dada enunciação.



Conforme Maingueneau (2015), a enunciação é produzida no interior de um quadro preestabelecido socialmente composto por três cenas: cena englobante, cena genérica e cenografia. A *cena englobante* se refere ao tipo de discurso, que pode ser, por exemplo, literário, religioso ou filosófico. A *cena genérica* refere-se ao gênero de discurso e às expectativas a ele relacionadas. A *cenografia*, por sua vez, relaciona-se com as duas cenas anteriores, mas é instituída efetivamente no processo da enunciação. Assim, para Maingueneau (2015, p. 122), “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*”.

Assim como a cenografia, o *ethos* discursivo tem papel importante para a adesão dos sujeitos ao universo configurado pelo enunciador. Da tradição Retórica, o *ethos* passou a ser discutido sob o ponto de vista discursivo por Maingueneau na década de 80. Nessa perspectiva, o *ethos* não está diretamente ligado ao caráter do enunciador, mas à enunciação, ao efeito do discurso. Além disso, qualquer discurso, oral ou escrito, apresenta uma vocalidade, expressa por meio de um tom. No regime escritural, o coenunciador irá atribuir um *ethos* ao enunciador a partir de indícios textuais diversificados, como escolha do registro linguístico, do vocabulário e dos aspectos iconográficos empregados. Maingueneau (2020) ressalta que o *ethos* precisa ser visto em um *continuum* a partir da relação entre o “dito” e “mostrado” na enunciação. O modo pelo qual o coenunciador se apropria desse *ethos* é chamado de *incorporação*, que poderá ocorrer ou não em função da formação sócio-histórica e cultural do coenunciador (MAINGUENEAU, 2020).

Já a noção de *pathos*, também da tradição Retórica, está relacionada ao papel das emoções na enunciação, incidindo diretamente no coenunciador. Para conquistar a adesão do auditório, o enunciador precisará saber a quais emoções sua audiência é mais suscetível e o que fazer para movê-las. Assim, como ressalta Amossy (2020, p. 196), a problemática que se impõe ao analista, em uma perspectiva discursiva, é: “como estudar, na materialidade linguageira, não tanto a expressão do sentimento, mas a tentativa de suscitá-lo no outro?”. Assim, ao analisarmos, por exemplo, as *fake news* não temos acesso diretamente ao efeito emocional produzido no coenunciador, mas é possível identificar quais emoções se pretende suscitar e com qual finalidade a partir da análise do todo discursivo.



Essa noção é bastante pertinente para a análise das *desinformações*, pois, como já foi dito, elas buscam mover pela emoção, pelas paixões, explorando crenças e valores dos grupos a que se destinam.

Como expomos a seguir, por meio da amostra analisada neste artigo, as noções de efeitos de sentido, cenografia, *ethos* discursivo e *pathos* mostraram-se produtivas para a compreensão do funcionamento e do propósito das *fake news* sobre as universidades.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que aqui analisamos integram o acervo do projeto de pesquisa de *Produtividade Acadêmica*, "Estudo discursivo da desinformação: anatomia das *fake news* sobre as universidades", que teve como objetivo analisar *fake news* que circulam sobre as universidades no período de 2018 a 2021 em oito agências de checagens, a saber: *Lupa*, *Aos Fatos*, *Fato ou Fake Comprova*, *Boatos.org*, *Estadão Verifica*, *E-farsas* e *Agência Pública/Truco*. No total, foram coletadas 128 checagens de *fake news* que tinham como alvo as universidades.

Conforme havia sinalizado a ferramenta *Monitor de WhatsApp* da UFMG, verificamos que em 2019 houve um crescimento exponencial no ataque às universidades. Dos quatro anos selecionados, 2019 foi o com maior número de desinformações: das 48 checagens das duas agências, 28 delas são desse período, ou seja, 58,3% de nosso *corpus*. Em 2018 foram 14; 2020, apenas 2 e 2021, 4 checagens.

Em 2018, ano eleitoral, as desinformações referem-se principalmente a candidatos a cargos políticos inflando a produtividade das universidades. Com essas declarações "equivocadas", pretendem promover o *ethos* de políticos engajados com a qualidade da educação superior e comprometidos com suas pautas. Em 2020 e 2021, houve uma significativa redução das desinformações contra as universidades (apenas 6), visto que as *fakes* desse biênio referem-se principalmente à Covid-19.

Outro dado que merece destaque é que o alvo dessa rede de desinformações é a universidade pública, concentrando 98% das *fakes* ao longo dos 4 anos de



coleta. Apenas uma delas referia-se a uma instituição privada e ainda assim não tinha como objetivo desqualificá-la, mas, a partir de sua credibilidade, usar seu nome para fraudar dados dos internautas.

Feita essa contextualização mais geral dos dados, passamos para a análise das *fakes*. Para este artigo, delimitamos apenas para as checagens de duas agências, *Lupa* e *Boatos.org*. Foram catalogadas 48 desinformações após a exclusão das repetidas. De acordo com a temática, as *fakes* foram agrupadas em cinco categorias: "Recursos financeiros e produtividade" (27 checagens), "Corpo e normatização" (8 checagens), "Drogas" (4 checagens), "Vandalismo/desordem" (4 checagens) e "Outros" (5 checagens). Após a categorização temática e delimitação do *corpus*, procedemos à análise dos dados considerando: efeitos de sentido pretendidos, cenografia, *ethos* discursivo e *pathos*. As três *fakes* selecionadas para serem analisadas neste artigo estão nas duas categorias temáticas mais recorrentes em nosso *corpus*.

A primeira delas, "Professora da USP Sara Antonella Lenin faz ensaio dentro da biblioteca da universidade #boato²", foi checada por *Boatos.org* e publicada em 21 de maio de 2019. Essa agência não reproduz a *fake* checada e a única imagem presente na verificação é um retângulo preto com a *hashtag* "#BOATO" ao centro, por isso a imagem anexa tem como fonte outra agência de *fact-checking*, o *E-farsas*.

Na *Fake 1*, temos a cenografia de uma postagem no *Facebook* com uma foto com inscrição mais legenda (Figura 1³). A publicação foi feita inicialmente pela página satírica "Doutrinação na Escola" no dia 14 de maio e republicada em outras publicações com outras legendas, como no dia 30 de maio ironizando a checagem feita por *E-farsas* (Figura 2). Apesar de ser publicada como sátira, a imagem de uma suposta professora da USP fazendo ensaio sensual na biblioteca da instituição foi compartilhada como verdadeira, por isso houve a verificação por diferentes agências de *fact-checking*. Isso comprova a afirmação de Wardle (2017) de que as sátiras ou paródias, embora não tenham o objetivo de enganar,

² Disponível em: <https://www.boatos.org/brasil/professora-usp-sara-antonella-lenin-ensaio-biblioteca.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

³ As quatro figuras utilizadas no trabalho encontram-se no anexo.



têm esse potencial, pois, para quem não identifica que é um texto humorístico, pode ser aceito como verdadeiro. E isso é reforçado pelo uso da imagem como prova documental, sua manipulação por meio da inscrição e pelo fato de circular fora de seu contexto original.

Apesar de haver apelo ao corpo para criar pânico moral em seus interlocutores, esta *fake* foi classificada na categoria temática “Recursos financeiros e produtividade”. É clara a intenção do enunciador de associar a universidade à má gestão de recursos, pois ao final da inscrição lê-se a pergunta retórica: “É para isso que pagamos impostos?”. Em uma das legendas temos: “[...] desperdício de dinheiro público [...]”. Isso evidencia o propósito da *fake* não apenas de justificar o corte de verbas das universidades por má gestão, especialmente, dos cursos de humanas, mas também, por meio do acionamento de formações discursivas conservadoras, provocar rejeição às universidades apelando a valores morais.

Utilizando cenografias e estratégias diferentes, a *Fake 2* “É falso evento denominado ‘II Semana de Satanismo da UFSC’”⁴ (Figura 3), publicada por *Lupa* em 27 de novembro de 2018, tem objetivos semelhantes a anterior. Com a cenografia de um cartaz/convite, gênero muito recorrente nos murais das universidades, acrescido da inscrição, que “denuncia”: “É pra isto que o pagador de impostos **sustenta** a universidade” (grifo nosso), apela para as emoções do interlocutor ao levá-lo a acreditar que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estaria promovendo a “II Semana de Satanismo”. Assim como na peça anterior, também é acionado o *ethos* do cidadão supostamente indignado pela má aplicação de recursos públicos. Diferente do exemplo anterior, que utiliza o verbo “pagamos”, na *Fake 2*, emprega-se o verbo “sustentar”, mas em ambos objetiva-se mobilizar a opinião pública contra a universidade. Inclusive coloca universidade e cidadão em posições antagônicas – de um lado o trabalhador, “pagador de impostos”; de outro, a universidade que não gerencia adequadamente os recursos oriundos desses trabalhadores.

Outro aspecto recorrente em nosso *corpus* e presente nessas duas desinformações é o ataque aos cursos da área de Humanas. Na primeira *fake*

⁴ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/11/27/verificamos-satanismo-ufsc>. Acesso em: 21 mar. 2023.



menciona-se explicitamente o curso de Filosofia. Na segunda, o suposto evento aconteceria no CFC (Centro de Filosofia e Ciências Humanas). O curso de Ciências Sociais também apareceu em muitas de nossas publicações conforme dados de Tomás e Tomás (2023). Esse ataque às Ciências Humanas inclusive já foi cometido por representantes do governo, como Abraham Weintraub, então ministro da Educação, em sessão na Câmara dos Deputados, no dia 15 de maio de 2019: “As ciências sociais aplicadas, humanidades e linguística geram pouquíssimas publicações com impacto científico. Elas não são replicadas ou citadas⁵”. Os dados verificados por *Lupa* indicam que 55.138 artigos foram publicados nessa área e que foram citados 258.319 vezes, o que comprova que a declaração do ex-ministro estava equivocada. Desinformações dessa natureza objetivam levar os interlocutores a acreditarem que determinadas áreas são irrelevantes e/ou desperdiçam recursos públicos.

Por fim, a terceira *fake* selecionada é da categoria temática “Corpo e normatização”. A checagem “Imagem de ‘protesto de universitários nus’ não é de Minas Gerais⁶” foi publicada por *Lupa* em 22 de maio de 2019. A *fake* tem a cenografia de uma publicação do *Facebook* com legenda e usa a fotografia como prova documental. A foto é tirada de seu contexto e a legenda “Alunos e professores de universidades de Minas Gerais fazem protestos contra Bolsonaro... – Olha a qualidade dos futuros profissionais!” conduz o internauta a acreditar que a imagem é de universitários. O uso da fotografia como prova é um recurso bastante utilizado nessas postagens, visto que essa estratégia tem uma presunção de veracidade e “confere autoridade, interesse e sedução [...]” (SONTAG, 2004, p. 16).

Segundo a checagem, essa imagem foi tirada em 2001 pelo fotógrafo Graham Crouch, que registra voluntários do projeto *Naked City* e tem como objetivo fotografar pessoas nuas em lugares públicos. Ainda de acordo com *Lupa*, essa mesma imagem já havia circulado em 2018, sendo atribuída a protestos de estudantes da UFMG, também contra Bolsonaro.

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2F8RCwE>. Acesso em: 11 abr. 2023.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2R7yphy>. Acesso em: 11 abr. 2023.



Nesta *fake* apela-se para valores morais e, por meio dessa estratégia, objetiva provocar rejeição à universidade pública e a sua autonomia. A *fake* busca adesão baseada em uma formação discursiva conservadora e o enunciador busca construir o *ethos* de representante dessa moral, preocupado com os valores da sociedade. Os produtores das desinformações buscaram como estratégia de adesão do auditório suscitar emoções fortes, como indignação, medo e até mesmo o pânico. Nesse sentido, a universidade é associada à “balbúrdia”, visto que alunos e professores não se manifestam de modo correto, e à “degeneração” ao associá-los à nudez e ao satanismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pico de *fake news* que tinham como alvo as universidades foi o ano de 2019 (58,3%), especialmente logo após o anúncio de cortes de verbas das instituições federais, o que comprova um ataque orquestrado às universidades. Quanto às temáticas, a acusação predominante é a de que as universidades/professores/estudantes desperdiçam dinheiro público. Também são frequentes denúncias de baixa produtividade. As *fakes* que apelam para pânico morais, acusando as instituições de promoverem balbúrdias e degeneração de valores morais, também foram recorrentes.

O *ethos* predominante nessas *fakes* foi o de cidadão conservador comprometido com o país. Quanto ao *pathos*, observamos que o enunciador considera seus interlocutores pertencentes a uma formação discursiva conservadora e religiosa, e, com base nisso, procurou suscitar emoções, como indignação e medo, relacionadas à perda de valores morais. As desinformações contra as universidades objetivam desqualificá-las e, conseqüentemente, conseguir adesão da sociedade para os cortes orçamentários e desmonte da universidade pública.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri, SP: Estação das letras e Cores, 2019a.



BUCCI, Eugênio. News não são fake – e fake news não são news. *In*: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019b.p. 37-48.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC/Fortaleza: Armazém de Cultura, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PINHEIRO, Joel. *Fake news* e o futuro da nossa civilização. *In*: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 87-95.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, Lucia. Definir desinformação é preciso. *In*: SANTAELLA, Lucia (org.). **Flagelos da desinformação**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2023. E-book.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TOMÁS, Lorena Nobre; TOMÁS, Renata Nobre. A mentira orquestrada: anatomia das *fake news* sobre as universidades públicas. **Verbum**, São Paulo, n. 12, v.1, p. 212-235, mai. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/61980>. Acesso em: 8 jun. 2023.

WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. **First Draft**, Reino Unido, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3iejga6>. Acesso em: 20 mar. 2023.



ANEXOS

Figuras 1 e 2 – Imagens relativas à fake 1



Disponível em: <https://web.facebook.com/531605617024211/photos/pb.100063909332084.-2207520000./1077235015794599/?type=3>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Figura 3 – Imagem relativa à fake 2



Figura 4 – Imagem relativa à fake 3





FONTE “OFF”: DESINFORMAÇÃO E DESCORTESIA NOS BASTIDORES DE NOTÍCIAS POLÍTICAS

Rosani Muniz Marlow
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Maria da Penha Pereira Lins
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: Neste trabalho, objetivamos compreender os efeitos do enunciado do “off”, com emprego do termo “bastidores”, em notícias políticas, sobre a imagem pública de políticos. Justifica a pesquisa o fato de as fontes de “bastidores” serem recurso legítimo dos jornalistas para, em tese, acessar informações sigilosas de interesse público. Metodologicamente, demonstramos um recorte da análise quali-quantitativa de 80 notícias políticas do jornal A Gazeta Online, Vitória-ES, publicadas entre junho/2018-junho/2020. Evocamos os estudos da (des)cortesia ou (im)polidez linguística, e da argumentação linguística. Os resultados imputam ao profissional do jornalismo a responsabilidade sobre as consequências dos atos de fala do “off”, pois é o jornalista que estabelece o fio narrativo da notícia, de forma que, para além de informar, também (des)abona personalidades públicas. Por último, há evidências de aproximação de enunciados de fonte “off” com desinformação, denominada “fake off”, por utilizações tendenciosas da fonte “off”: ou a informação é verdadeira, mas a fonte “off” é falsa; ou a informação é falsa, mas a fonte “off” é verdadeira; ou ambas – informação e fonte “off” – são falsas.

Palavras-chave: Fonte “off”. Atos de fala. Descortesia. Desinformação.

Abstract: In this work, we aim to understand the effects of the “off” statement, using the term “backstage”, in political news, on the public image of politicians. The research is justified by the fact that “behind the scenes” sources are a legitimate resource for journalists to, in theory, access confidential information of public interest. Methodologically, we demonstrate a clipping of the qualitative and quantitative analysis of 80 political news from the newspaper A Gazeta Online, Vitória-ES, published between June/2018-June/2020. We evoke studies of linguistic (dis)courtesy or (im)politeness, and linguistic argumentation. The results impute to the journalism professional the responsibility for the consequences of the “off” speech acts, since it is the journalist who establishes the narrative thread of the news, in a way that, in addition to informing, it also (dis)accredits public personalities. Finally, there is evidence of an approximation of statements from an “off” source with misinformation, called “fake off”, due to biased uses of the “off” source: either the information is true, but the “off” source is false; or the information is false, but the “off” source is true; or both – information and “off” source – are false.

Keywords: “Off” source. Speech acts. Discourtesy. Misinformation.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apresentamos um recorte da tese de doutorado intitulada “Atos de fala e referência na (des)construção de faces públicas nos bastidores de notícias políticas” (MARLOW, 2021), estabelecida na convergência entre a linguística e a comunicação social. Tomamos o jargão jornalístico “bastidores” como balizador para a escolha do “corpus” de análise e para a identificação de demais expressões do “off”. O termo “bastidores” abriga uma pluralidade de sentidos e permite múltiplos usos nas práticas midiáticas. “Bastidores” é, no Manual da Folha, “o lado encoberto ou o interior de uma organização ou de um fato, não acessível ao público. Os bastidores da política [...], em especial, merecem investigação jornalística permanente” (FOLHA, 2001, p. 37). Assim, “bastidores” é um termo de correferência para fonte “off”, tendo em vista que a fonte “off”, por um lado, está em ambientes que ao jornalista não é permitido o acesso e, por outro, é um interlocutor anônimo e, portanto, inacessível ao público leitor.

Desenvolvemos problemáticas relacionadas ao enunciado de fontes de “bastidores”, evocadas pelo jornalista, no gênero notícia política, em especial: 1) Os enunciados do “off” podem (des)construir a imagem de pessoas públicas? 2) Há relação entre enunciados do “off” e fenômenos de desinformação? Para tanto, utilizamos da Pragmática Linguística, com maior visibilidade, nesta comunicação, para os estudos da (des)cortesia ou (im)polidez, conforme Seara (2014, 2017), e para a argumentação (KOCH, 2000), além de contribuições de autores da comunicação social. Com procedimento metodológico quali-quantitativo, analisamos “corpus” de 80 notícias políticas, extraídas do veículo jornal A Gazeta Online, entre junho-2018 e junho-2020. Por limitação de espaço, esta comunicação recorta os resultados de forma a, primeiro, contextualizar a esfera do jornalismo online para, em seguida, apresentar brevemente as teorias argumentativo-pragmáticas e, por fim, aplicá-las ao “corpus” de notícias políticas em ambiente virtual.

1 AS FACES DO JORNALISMO

Considerando **a face pública do jornalismo**, a mídia tem grande responsabilidade pelo contato dos sujeitos com os “outros” e com a sociedade –



“o problema é como isso vai acontecer e, principalmente, qual será a imagem desse ‘outro’ construído pelos discursos midiáticos” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 25, grifos dos autores). E mais, “Narramos com base no que sabemos, mas o que sabemos está ligado diretamente às condições que temos de conhecer a realidade. E tais condições formam, em nossa mente, o jeito como entendemos o mundo e o explicamos aos outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 45). Para Martino e Marques, a relação de empatia favorece a vida em comunidade, porque “apenas nos colocando no lugar dos outros, alargando nosso ponto de vista para além de nossos interesses, chegaríamos a uma vida em comum” (HABERMAS apud MARTINO; MARQUES, 2018, p. 78).

Compreendendo **a face protegida do jornalismo**, Martins (2005) e Schimidz (2011) lembram que a regra básica da informação jornalística deve ser a citação explícita da fonte pelo convencimento do jornalista. Se não for possível, porém, a fonte pode obter a garantia do sigilo, mas com o cuidado da confirmação das informações fornecidas. A relação jornalista e fonte sigilosa envolve questões legais, éticas e deontológicas “em que o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na legislação das democracias contemporâneas. Mas, cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o off ou não” (SCHIMITZ, 2011, p. 30-31).

Com relação à **face legal do jornalismo**, Novaes também admite que os profissionais da imprensa necessitam de amparo legal para cumprir com a sua missão de informar a sociedade – o que é um direito do cidadão. Uma dessas garantias legais é a de manter sob sigilo a identidade de suas fontes noticiosas, amparo expresso no art. 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988: “veicular uma notícia sem que seja obrigado, por quem quer que seja, a revelar a identidade da sua fonte, desde que necessário para a sua profissão” (NOVAES, 2012, p. 19-20). A consequência do bom uso da liberdade de imprensa pela mídia “será sempre um forte instrumento para preservação do regime democrático em que vivemos” (NOVAES, 2012, p. 20). No entanto, o autor alerta para muitos cuidados prévios à garantia do sigilo da fonte que a mídia precisa dispensar, dentre estes: “Não deixe fonte anônima amparar-se na confidencialidade para atacar ninguém”; “Lembre do poder da imprensa: você está em posição de causar dano ou benefício” e “Uma



vez que prometa confidencialidade, mantenha sua palavra” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 60, apud NOVAES, 2012, p. 107-108).

Também a Unesco aponta uma série de riscos ao jornalismo e seus profissionais e fontes que estão interligados aos fenômenos de “fake News” e outros problemas da desinformação e da informação incorreta na era das redes sociais: “As consequências incluem o ataque deliberado a jornalistas e outros editores, junto com suas fontes [...]. Os riscos associados podem debilitar ainda mais a confiança no jornalismo, [...] a segurança dos jornalistas e suas fontes” (UNESCO, 2019, p. 118).

Portanto, “o sigilo da fonte jornalística não se trata de privilégio da imprensa, e sim de instrumento importantíssimo para a divulgação da notícia. Isso porque existem fatos, de interesse público, que jamais seriam publicados pela mídia se não houvesse esse mecanismo” (NOVAES, 2012, p. 106) porque sabemos da “relação de confidencialidade entre jornalista e fonte, a qual revela a estes fatos secretos que tem conhecimento, autorizando sua divulgação, desde que sua identidade seja preservada” (NOVAES, 2012, p. 109). No entanto, mesmo que “apenas quem trabalha diretamente com o veículo de imprensa, na sua atividade principal, que é a divulgação de notícia, tem autorização constitucional para preservar sua fonte” (NOVAES, 2012, p. 117-118), “as garantias constitucionais não podem nunca servir de escudo para prática de ilícitos” (NOVAES, 2012, p. 125).

Ao mesmo tempo em que Novaes (2012, p. 138) adverte que “inventar uma fonte não é um bom negócio para o jornalista”, o autor afirma que “a imprensa brasileira usa e abusa do sigilo da fonte mesmo em ocasiões nas quais não se vislumbra o seu devido resguardo para a divulgação da notícia [...] esse procedimento é utilizado de forma banal, corriqueira (NOVAES, 2012, p. 138). Novaes afirma ser “evidente que a Constituição Federal não abriga os desmandos dos jornalistas, os quais, para exercer sua ocupação, inventam fontes sigilosas, cometem crimes com os seus interlocutores secretos, permitem que estes atinjam a honra de outrem sem serem identificados” (NOVAES, 2012, p. 146) e que “o mau jornalismo também é prejudicial ao regime democrático e deve ser punido com rigor” (NOVAES, 2012, p. 147).



2 ARGUMENTAÇÃO E (IM)POLIDEZ LINGUÍSTICA

Koch (2000, p. 17, com grifos) entende a linguagem “como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”. Sobre isso, a autora afirma que o ser humano, dotado de razão e vontade, “constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões” (KOCH, 2000, p. 19). Para Koch, a argumentatividade, ou ato de argumentar, é o ato linguístico fundamental, pois: “a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do texto” e que, neste sentido, não há neutralidade, pois ela “é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (KOCH, 2000, p. 19, com grifos). Koch, com base nos estudos da argumentação em Perelman, lembra “[...] **o argumento de autoridade**, que utiliza os atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese. É um procedimento retórico [...] utilizado de maneira abusiva [...], como se as autoridades invocadas fossem infalíveis” (KOCH, 2000, p. 148, com grifos).

Koch traz exemplos de recursos linguísticos da argumentação por autoridade: “**provérbios, máximas, ditos populares, expressões consagradas pelo uso**” (KOCH, 2000, p. 157, com grifos). A seleção lexical é outro recurso retórico de grande importância. Segundo ela, é através da seleção lexical que “se estabelecem **as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico**, etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (KOCH, 2000, p. 156, com grifos). Sobre a escolha de termos lexicais, a autora enfatiza que **não existe escolha neutra**: o que existe, apenas, é uma escolha que **parece neutra** [...]. (KOCH, 2000, p. 157, com grifos). Conforme Koch, na sutileza dos implícitos pode existir uma gama de significações diretamente ligadas à intencionalidade do emissor que, na leitura, precisam ser interpretadas:



Deste modo, a atividade de interpretação do texto deve sempre fundar-se na suposição de que o emissor tem determinadas intenções e de que uma decodificação adequada exige, justamente, a captação dessas intenções por parte de quem lê: é preciso compreender-se o **querer dizer** como um **querer fazer** (KOCH, 2000, p. 160-161, com grifos).

Segundo Koch, um leitor que percebe implícitos é mais capacitado para “fugir à manipulação, ou seja, reconhecer as manobras discursivas realizadas pelo emissor, com o intuito de conduzi-lo a uma determinada interpretação ou obter dele determinados tipos de comportamento” (KOCH, 2000, p. 162).

Por sua vez, os estudos sobre a face social¹ dos indivíduos nas interações têm origem no sociólogo Erving Goffman (1922-1982) (1967) e integram um conjunto de teorias da polidez, a partir de autores como Brown e Levinson ([1978] 1987), Lakoff (1973) – sendo estes considerados os fundadores da cortesia linguística -, Grice (1975), Leech (1983), e outros (SEARA, 2017, p. 235). **Os estudos da Polidez são também conhecidos como Estudos da Cortesia**², geralmente apresentados tanto na sua ocorrência como na sua ausência, determinando, assim, termos como (Im)Polidez e (Des)Cortesia. Para Kerbrat-Orecchioni (2017, p. 21), Brown e Levinson foram originais por cruzar a teoria dos atos de fala, de Austin/Searle, com a teoria da face, de Goffman, criando a teoria da polidez. E ainda, na teoria de Brown e Levinson, a expressão “trabalho de face” equivale a “polidez”, e todo ato de fala pode ser descrito como um ato de ameaça ou de preservação de face.

Ao considerarmos a “interação face a face”, é necessário relativizar esse entendimento, pois a comunicação jornalística, bem como outras formas de interação humana, não se estabelece na condição de “presença imediata”. No entanto, referindo-se ao estudo da interação face a face em ambientes naturais, Goffman (1967) se atenta para a observação de sinais dos comportamentos humanos. Entendemos que é possível considerar, nesse entendimento, na esfera

¹ “Ao abordar as relações interpessoais, Goffman (1973) delimitou o termo ‘face’ ou ‘imagem social’, conceito [...] que se refere à personalidade do homem como membro individual da sociedade da qual faz parte” (SEARA, 2017, p. 235). O termo ainda é entendido por Koike (2017, p. 67) como “autoimagem” (GOFFMAN, 1967).

² Barros (2017, p. 359) informa que, muitas vezes, a opção por um dos pares indica uma tendência ou preferência quanto às fontes teóricas (bibliografia em língua inglesa empregam o termo “impolidez” e obras em espanhol e português elegem o termo “cortesia”). Para esta pesquisa, entendemos os termos polidez e cortesia como correlacionais.



jornalística, as situações em que as fontes testemunham fatos e interagem com personalidades públicas, bem como com jornalistas.

Para Martino e Marques (2018, p. 63), “a gentileza e as regras de convivência são muito mais do que simples formalidades; ao contrário, são fundamentais para a vida em sociedade”, pois “A ideia de ‘bem-viver’ é também uma questão de sobrevivência, uma tentativa de não resolver tudo pela força ou pela discussão” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64). Segundo os autores, a polidez objetiva “tornar a vida em sociedade possível. Viver com os outros não é fácil e, para evitar que o cotidiano seja uma fonte inesgotável de conflitos, adotamos uma série de atitudes para tornar essa convivência mais confortável para todos” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64), embora “a polidez é, como todos sabem, ‘a virtude das aparências’” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 33).

3 (DES)INFORMAÇÃO E (DES)CORTESIA NOS “BASTIDORES” DO “OFF”

Apresentamos um recorte da análise quali-quantitativa do “corpus” composto de 80 notícias do jornalismo político online, com os seguintes resultados: Identificamos as principais personalidades referenciadas nas 80 notícias do “corpus”, extraídas do ambiente online, entre 2018-2020, sendo o primeiro lugar absoluto de Jair Messias Bolsonaro, objeto-de-discurso em 42 notícias (52,50% do *corpus*), em comparação a 10 notícias (12,5% do *corpus*) do segundo colocado, Luiz Henrique Mandetta, e a nove notícias (11,25% do *corpus*) do terceiro colocado, Sergio Moro.

No jornalismo digital ou jornalismo online, as práticas jornalísticas, incluindo as fontes “off”, não ficaram imunes – e nem isentas – dos fenômenos de desinformação e má-informação (UNESCO, 2018; MARTINO, 2014). Isso se dá tendo em vista que os enunciados do “off”, de uma forma geral, reúnem características de informação duvidosa, sem comprovação da parte do remetente – mas em tese com a checagem da informação pelo jornalista – e sem contestação da parte do destinatário ou leitor. Tal informação, proveniente de um enunciador generalizado ou desconhecido do leitor, pode estar sendo conivente com interesses ou do jornalista ou da própria fonte. Considerando essa premissa, inclusive, propomos o termo “fake off”, ou seja, assumimos a utilização indevida



do recurso da fonte "off" para casos em que: ou se veicula um "off" verdadeiro através de uma fonte "off" falsa pela inconveniência do jornalista assumir o enunciado, ou há má-fé de uma fonte "off" que enuncia falsamente, ou se enuncia informação "fake" na voz de uma fonte "off" falsa. Em resumo: ou a informação é verdadeira, mas a fonte "off" é falsa; ou a informação é falsa, mas a fonte "off" é verdadeira; ou ambas – informação e fonte "off" – são falsas.

A perspectiva sociocognitiva-interacional da Linguística foi determinante para a compreensão de como a realidade, a interpretação, o sentido, são elementos construídos, negociados e transformados entre os participantes de uma interação, através da argumentação. Ou seja, o uso da língua pelos falantes é condicionado por diversas situações sociais, sobretudo na esfera virtual (KOCH, 2000). No caso específico deste trabalho, considerando um enunciador que tem a face protegida pelo anonimato legitimado pelo jornalismo, o que está sendo (re)interpretado, (des)construído, (des)valorizado ou (des)acreditado é a alteridade, a face do outro – personalidades públicas – que, em Goffman, se apresenta como: "um personagem representado, não é uma coisa orgânica [...]; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado" (GOFFMAN, [1959]1975, p. 231).

Nos números originados do mapeamento das 80 notícias políticas, considerando o universo de 107 ocorrências do "off", 88 delas (82%) se prestaram a ameaçar a face da personalidade pública, comparados a 19 (18%) enunciados que preservaram a face do referenciado. Das 80 notícias, 22 foram aleatoriamente escolhidas para análise, ao fim do que mantiveram nos números a predominância da desconstrução de faces (68%) se comparados aos casos de preservação de faces (32%). Assim, assumimos que o falar materializado no *off* produz o efeito argumentativo de (re)construir realidades, firmar pontos de vista, formar opiniões, e serve, na maioria das vezes, para desqualificar um referente e sua imagem perante a sociedade. Dizemos "na maioria das vezes" com base nos dados quantitativos, mas percebemos que, em muitas notícias analisadas, a informação do "off" não intencionava atentar contra a face alheia, embora o fizera pela força ilocutória e pelo efeito perlocutório do seu enunciado.



A pesquisa resultou na confirmação da tendência de os enunciados dos “bastidores” do “off” colocarem em prática projetos de dizer de desconstrução de personalidades públicas, mas a preservação da face também foi observada. Em números, a tendência absoluta dos “bastidores” no “off” para a impolidez linguística ou descortesia, contribuindo para o projeto de dizer de ameaça à face dos referenciados, alcançou 96,3% das ocorrências. Interessante constar que, num universo de 80 notícias, somente três notícias empregam cortesia (3,7%): duas dizem respeito à memória de um político falecido e uma faz referência a nomes de candidatos aliados. De fato, em muitas notícias analisadas, a fonte “off”, na sua condição de anonimato legitimado pelo jornalismo e, portanto, não questionado pela sociedade, assume determinados atos discursivos (im)polidos que ao jornalista não convém deliberadamente assumir na notícia. Por certo, se consideramos o “off” como estratégia discursiva, é possível afirmar não que a fonte “off” assume a responsabilidade do jornalista, mas que o jornalista transfere a responsabilidade para a fonte “off”, na pretensão de sua isenção.

Considerando os dados da pesquisa, entendemos que o “off” é impolido por natureza, tendo em vista o caráter assimétrico e unilateral de uma face protegida enunciando sobre uma face pública exposta, em geral, em terceira pessoa. Mas apesar de o “off” representar um enunciador essencialmente descortês, os atos de impolidez, nos termos dos “bastidores” também vieram do próprio jornalista ou de outros referentes na notícia política. Confirmamos também que a fonte “off”, de identidade protegida, evocada no noticiário político para pronunciar-se em relação a personalidades públicas, de faces expostas, não foi a única voz a fazer uso do termo “bastidores” para, no geral, desconstruir a imagem do outro, numa posição de oponente. Observou-se, inclusive, casos de “off” aliado ameaçando a face de personalidades políticas, além de outros casos de referentes da notícia e do próprio jornalista. E mais, afirmamos que o “falar é fazer” do “off”, com base na análise dos “bastidores”, comprova a “imparcialidade retórica” dos meios de comunicação. Essa questão, inclusive, não é uníssona para jornalistas e pesquisadores da área, pois tanto para a comunicação social quanto para a linguística, não há discurso neutro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, apesar de estar o enunciado da fonte "off" sob as lentes teóricas da linguística para se comprovar atos de fala de (des)construção de personalidades públicas, entendemos que a responsabilidade sobre as consequências desses atos deve ser imputada ao profissional do jornalismo. Entendemos que, na sua prática jornalística, segundo a deontologia da profissão e seus valores e opiniões, é o jornalista que estabelece o fio narrativo da notícia, escolhendo o léxico e organizando o texto para a introdução de cada um dos personagens-referentes, sendo um deles a fonte "off", e administrando a relação entre eles, de forma a se constituir em atos de fala que, para além de informar, também aprovam ou desaprovam uma personalidade pública. Afirmamos, pois, evidências de aproximação de enunciados de fonte "off" com desinformação, denominada "fake off", pela utilização indevida do recurso da fonte "off" nos casos em que: ou a informação é verdadeira, mas a fonte "off" é falsa; ou a informação é falsa, mas a fonte "off" é verdadeira; ou ambas – informação e fonte "off" – são falsas.

Por fim, o resultado da pesquisa nos proporcionou ampliar e compreender, com as lentes da comunicação social e da linguística, o campo de visão do cenário político para que outras leituras sejam possíveis e para que a construção da realidade, sobretudo da face do outro, se dê para além dos antolhos da mídia e dos enquadres das telas dos computadores ou dos dispositivos móveis de acesso à internet.

REFERÊNCIAS

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness**. Some universals in language use. Cambridge: CUP, [1978] 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, [1959] 1975.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, [1967] 2011.



KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOIKE, Dale A. Os frames culturais na fala: expectativas para a (des)cortesia. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017, p. 57-92.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, [1973] 2002.

MARLOW, Rosani Muniz. **Atos de Fala e Referenciação na (des)construção de face públicas nos “bastidores” de notícias políticas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2021, 378f.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Ética, Mídia e Comunicação**: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

NOVAES, Pedro Luís Piedade. **Tutela do Direito de Sigilo da Fonte Jornalística**: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2012.

SEARA, Isabel Roboredo. Contributo para o estudo da (des)cortesia verbal: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; ____; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017, p. 233-268.

GUARANHA, Manoel Francisco (Dir. e Coord.). **Cortesia**: Olhares e (Re)Invenções. Lisboa-Portugal: Chiado Editora, 2014.

SEARLE, John Rogers. **Os actos de fala**: Um ensaio de Filosofia da Linguagem. Livraria Almeida. Coimbra. Portugal, 1981.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo [Recurso online], 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em 26 de dez. 2020.



A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Rosemeire da Silva Rio de Oliveira
Antonio Sales
Universidade Anhanguera-Uniderp.

Resumo: O desenvolvimento do presente estudo está norteado por uma análise da utilização da argumentação no ensino da matemática com estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, como forma de identificar como a argumentação pode contribuir na aprendizagem dos estudantes nesta etapa do ensin. A disciplina de matemática está em estagnação e necessita de estratégias relevantes como forma de modificação dessa realidade. Justifica a pesquisa, que se desenvolveu por meio da realização de sequências didáticas em um período de dois meses com foco nos estudos dos números, estimulando a expressão oral, utilizando-se de questionamentos, diálogos, discussões e reflexões no processo observando os estudos e os argumentos. Foi possível perceber o envolvimento efetivo dos alunos de forma espontânea na interação com os sujeitos envolvidos refletindo suas ideias, concordando ou não com os outros, argumentando de forma natural e racionalmente.

Palavras-chave: Alfabetização matemática. Argumento justificativo. Insucesso matemático. Argumento racional e natural.

Abstract: The development of this study is guided by an analysis of the use of argumentation in the teaching of mathematics with students in the 1st year of Elementary School, as a way of identifying how argumentation can contribute to student learning at this stage of teaching. The discipline of mathematics is stagnating and needs relevant strategies as a way of changing this reality. It justifies the research, which was developed by carrying out didactic sequences over a period of two months with a focus on the study of numbers, stimulating oral expression, using questions, dialogues, discussions and reflections in the process, observing the studies and the arguments. It was possible to perceive the effective involvement of the students in a spontaneous way in the interaction with the subjects involved, reflecting their ideas, agreeing or not with the others, arguing in a natural and rational way.

Keywords: Mathematical literacy. Justification argument. Mathematical failure. Rational and natural argument.



INTRODUÇÃO

O ensino de Matemática está em crise. Fala-se em baixo rendimento dos estudantes, despreparo do professor e inadequação de material didático, entre outros fatores que geram insatisfação, indisciplina e discursos em busca de culpados, sem encontrar uma solução (NACARATO, 2013, p. 13). Não basta questionar o valor da escola, dessa ou daquela disciplina, é preciso fazer proposições.

Olhando pelo lado do professor que ensina Matemática, Coura e Passos (2022) destacam a necessidade de desenvolver as habilidades de pesquisador e alimentar a sua prática com a pesquisa. O professor que pensa sobre a sua prática tem mais possibilidade de contribuir para o aprendizado do estudante. O pressuposto é que o professor, os recursos metodológicos que usa e a sua perspectiva em relação ao ensino da Matemática assumem relevância nesse processo. Cabe ao docente a tarefa de organizar estratégias e ações que visam aprimorar e contribuir com o ensino da Matemática e aprendizagem dos estudantes.

Olhando por outro prisma tem-se Chilembo (2020, p. 19) que afirma ser “A matemática pode ser definida como uma ciência do saber que desenvolve o pensamento lógico do homem”. Em sua dissertação de mestrado, Chilembo discorreu sobre as dificuldades de aprendizagem da matemática e relacionou o fenômeno com as contradições que a escola apresenta. Não que essas contradições devam ser eliminadas porque são elas que desafiam o senso comum da contagem com o recurso da biunivocidade, isto é, para cada objeto a ser contado um símbolo próprio ou outro objeto qualquer. Tem-se nesse trabalho um destaque para a importância de se aprender, de se dedicar aos seus ensinamentos.

Documentos norteadores da educação enfatizam a importância, da busca por estratégias que possibilitam ao estudante “identificar os conhecimentos matemáticos como meios que os auxiliam a compreender e atuar no mundo” (BRASIL, 1998, p. 63).

Uma das propostas constitui-se na utilização da argumentação no ensino da matemática. “Pensar na alfabetização da criança pela perspectiva da



argumentação cultural e dialógica é relevante pelas mudanças e transformações semióticas do pensamento pela linguagem” (RIBEIRO; BORGES, 2020, p. 2).

Desta forma, o desenvolvimento desse trabalho apresenta uma experiência com estudantes do primeiro ano escolar sendo desenvolvido com o uso da argumentação para investigar a sua influência no letramento matemático, que consiste em descrever como acontece a argumentação no processo de aprendizagem no ensino de matemática, além de avaliar a argumentação e as representações que atuam na aprendizagem dos alunos. Utilizando a argumentação como uma metodologia de ensino na Matemática.

1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

A argumentação tem sido usada em diversos contextos como um tema em evolução nas pesquisas. Para Breton (2003), a argumentação tem como foco o convencimento, que a torna relevante, pois estimula o processo para o avanço do “conhecido para o desconhecido”.

Schneider e Goldmeyer (2020, p. 9) enfatiza que “a liberdade de ler, ouvir, inteirar-se e pensar, propicia emergência de processos conclusivos e argumentativos”. Os autores reforçam ainda que “é clara a importância da arte de argumentar e da necessidade de aprender a ouvir e compreender o outro” (2010, p. 8). Neste caso, “a argumentação corresponde no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo” (PLANTIN, 2008, p. 12).

Surgida na Grécia antiga e utiliza até os dias atuais em diferentes contextos e disciplinas, Gil (2012), a argumentação está relacionada ao contexto educacional na disciplina de matemática que se destaca em três características fundamentais.

Em primeiro lugar, é um fenômeno social, na medida em que mobiliza diversas pessoas. Em segundo lugar é um percurso através do qual se procura influenciar alguém. Em terceiro lugar, ao fazer intervir justificações e elementos de prova a favor da tese defendida, é um processo que comporta elementos racionais pelo que tem ligações com o raciocínio e a lógica (BOAVIDA, 2005, p. 23).

Para a autora, a relevância dada ao raciocínio matemático relaciona-se o ensino da matemática com compreensão. O professor de Matemática, ao recorrer ao



recurso da argumentação, pressupõe ter uma verdade científica e quer que o estudante dessa verdade, se aproprie dela.

Balacheff se apoia em uma síntese de Plantin e afirma que

Argumentação é um discurso
Orientado: visa a validade de uma afirmação;
Crítico: analisa, apoia e defende;
Intencional: visa modificar um julgamento;
Argumentar é um processo
Que instrumenta a linguagem;
Que muda o valor epistêmico de um enunciado;
Que modifica a relação com o conhecimento;
Que estrutura a socialização (BALACHEFF, 2022, p. 774).

Dessa forma conclui-se que a argumentação é um considerável instrumento de reflexão que se deve ser ensinada e praticada. Uma vez que, para Boavida (2005), a argumentação na comunicação oral, são relevantes as situações de diálogo em grupos.

A argumentação apresenta aspectos explicativos e justificativos. Sobre isso tem – se que:

A justificativa pode ser apoiada em uma alegação categórica baseada em uma lei. Sendo uma alegação que dá suporte à justificativa, denominada backing (B) ou conhecimento básico. O backing é uma garantia baseada em alguma autoridade, uma lei jurídica ou científica, que fundamenta a justificativa (SÁ; KASSEBOEHMER, QUEIROZ, 2014, p 151).

Sales (2011) relata que uma justificativa, pode pertencer a uma das três categorias: racional, natural e folclórica.

A argumentação é racional se encontra fundada, em teoria, embasada em algum conteúdo ou regra matemática. A natural é aquela fundamentada na experiência, mas que não envolve uma seriação teórico-formal. Portanto “há elaboração de um raciocínio, mas falta sistematização” (SALES, 2011, p. 6). A folclórica apresenta um foco ingênuo, de sentimentos, mitos e desejos (SALES, 2010). O nível folclórico se divide em duas subcategorias: ingênua e por tradição. A primeira traz uma argumentação pueril e rudimentar (eu acho que é assim, eu entendo desse jeito), a segunda é uma argumentação baseada na experiência de vida, em



casos observados e não questionados (eu já vi assim, o professor, ou meu pai, disse que é assim) (SALES, 2011).

A argumentação justificativa racional, pode ser dividida em Prova e Demonstração (SALES, 2010). A prova é uma argumentação em conformidade com determinadas regras, sendo aceita por um grupo social. A demonstração é um tipo particular de prova, é "toda argumentação que convence, e tem uma forma definida socialmente". É realizada conforme um ritual aceito pelos especialistas: definição da hipótese e da tese e a justificação dos passos que conduzem da hipótese à tese (SALES, 2010). Os resultados de uma demonstração não deixam margem para indagação. Ao contrário da prova, cujo resultado é contestável, a demonstração exige um nível de rigor que dificilmente será desenvolvido por estudantes do nível fundamental de ensin. Nesse nível de escolaridade trabalha-se com a justificativa que pode assumir o caráter de prova e, em alguns casos, ou melhor, níveis e de escolaridade, pode ser aceita a justificativa por tradição. Supomos que em nível de alfabetização o argumento por tradição pode ser considerado.

Entende-se assim, a importância desses elementos da justificativa na argumentação para utilização em sala de aula, permitindo ao aluno expressar o conhecimento por meio dos seus discursos.

Nascimento e Vieira (2008, p. 5) ressaltam ainda que a argumentação tem potencial para se instaurar em qualquer contexto. Assim, entende-se que as situações argumentativas podem ser estabelecidas dentro do contexto educacional. Schneider e Goldmeyer (2020, p. 9), relatam que Vigotski, afirmava que a argumentação "permite e favorece a (Re) construção reflexiva do conhecimento e também é objeto de aprendizado, cujo uso deve ser aperfeiçoado e ampliado em sala de aula".

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), enfatiza a importância ao processo de argumentação como elemento que contribui para a formação do sujeito cidadão e como uma preparação para a demonstração.

Desta forma, compreende-se a argumentação como um importante recurso a ser utilizado no âmbito educacional na disciplina de matemática, partindo da primeira etapa na alfabetização e seguindo para as demais, contribuindo na



formação do sujeito de maneira que “cientificamente” aprendam e se comuniquem ao longo do processo da sua formação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido no contexto educacional, com uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental, em um período de 60 dias com a utilização de seqüências didáticas, “sendo um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, tendo um princípio e um fim” (ZABALA, 1998, p. 18). Contribuindo como um recurso metodológico no desenvolvimento da pesquisa.

Aprovado pelo comitê de ética da Universidade Anhanguera-Uniderp, a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que segundo Gil (2019) proporciona uma visão da realidade, considerando a influência do pesquisador, os significados atribuídos pelos participantes. Nesta perspectiva tem-se liberdade de escolher o método e a teoria a ser utilizada.

Considerado um estudo de caso, a pesquisa possibilita vivências da realidade. Enquanto técnica de ensino, procura estabelecer relação entre a teoria e a prática. Torna-se assim, importante escolha de abordagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma proposta de atividade com material dourado, impresso em papel e distribuído aos estudantes, constituía-se em pintar barrinhas e cubinhos para decompor certos números. Iniciaram os questionamentos ao termino da atividade.

A professora questiona, se para decompor o 29, quantas barrinhas pintaram para representar o número 20 e quantos cubinhos pintaram para representar o 9. Alguns alunos responderam “2”, porque o “10 mais 10 são 20”. Em relação aos cubinhos, disseram que pintaram “9”. Ao ser interrogados sobre a posição do numero 9, os mesmos disseram que “unidade”. A professora enfatiza que as barrinhas representam as dezenas e os cubinhos, as unidades.



A proposta segue, com a mesma atividade para identificação dos números por meio do material dourado que identificaram a sequência do 20 e foram questionados sobre a “família” de qual número que foi representada, com a sala respondendo “20”. Seguiu-se com os questionamentos sobre o que fizeram, após a utilização da decomposição com o material dourado para formar a sequência do 20. O E3, disse que “a composição”. A professora pergunta o que foi observado para formar os números? O E1 responde “os cubos”.

A professora enfatiza que são os cubinhos e as barrinhas, que representam a dezena e a unidade. E questiona, qual outro número que formamos, fora da sequência do 20? O E1 responde “30”, e na sequência a professora pergunta o por que desse número e o mesmo justifica que “10 mais 10 é 20, com mais 10 é 30. E 30 mais 10 é 40”.

A professora confirma a fala do E1 e enfatiza que quando só tem uma barrinha, representa o 10. E questiona, quando vocês registraram o 21, quais números estão dentro deste número? O E1 disse “10 e o 10”. A professora repete uma fala anterior e pergunta o que mais? A sala responde “o 1”. E segue com outro questionamento, sobre outra forma que poderia representar. O E4, diz “20 mais o 1”.

A professora relata que a representação pode ser feita de maneiras diferentes para representar o mesmo número. Segue perguntando, como poderia representar a decomposição do número 24. E6, responde “10 mais 10”. E o E3 acrescenta, “o 4”. Os alunos são questionados se poderia ser representado de modo diferente. O E6, diz “mais 2”. E o E1, responde “10 mais 14”.

A professora enfatiza que dentro dos números estão outros números “escondidos” e que os números, dependendo a sua posição, cada um tem um valor. A professora monta o quadro na lousa e registra o 14, e pergunta quanto vale o 1 e o 4. A sala responde que “o 1 vale 10, e o 4, vale 4”. Em seguida a professora troca a posição dos números, com o 4 na frente e o 1 atrás. E pergunta novamente o número que formou. A maioria responde “41”. Sendo questionados dessa resposta, a sala diz que “porque o 4 está na frente. A professora questiona, se ele está na frente, qual seria sua posição? A sala diz “dezena”.



A professora ressalta que quando tem dois números, o que está na frente (à esquerda) é a dezena e o que fica atrás é a unidade. Enfatizando que dependendo a posição dos números ele muda o valor.

Finaliza a aula lembrando da atividade proposta de conversarem com os pais sobre a posição dos números em relação a unidade, dezena e centena.

Percebe-se nesse diálogo indicativos de racionalidade nas respostas dos estudantes. A argumentação é lacônica, mas não há ingenuidade do tipo “acho que é”, “não sei”. Como enfatizou Schneider e Goldmeyer (2020) esteve presente o aprendizado da escuta, do respeito e da opinião.

Entende-se que, com a prática da argumentação, ser possível raciocinar, saindo de uma forma natural para uma forma racional do argumento. E com isso, pode-se levar ao direcionamento do conhecimento do conteúdo e do que se espera que aprendam. Realizando assim, a reflexão, o raciocínio por meio da observação, da escuta, do diálogo, reorganização das ideias, concordando ou não, mas escutando e expressando opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desenvolvida revelou que estudantes dos iniciais conseguem participar mais ativamente da aula quando questionados e o trabalho docente se desenvolve na perspectiva da argumentação. A argumentação contribui para um melhor envolvimento e elaboração do raciocínio, “modifica a relação com o conhecimento e estrutura a socialização”.

Entende-se que a argumentação no ensino da matemática não está voltada para o cálculo, mas da forma de pensar. Percebe-se desta forma a importância da argumentação neste contexto, por sua utilização como uma proposta metodológica de ensino que contribui para a organização e estrutura do pensamento para explicação e exposição do raciocínio. O que se evidenciou, no desenvolvimento deste estudo com os estudantes, é que eles não se comportaram como simples ouvintes ou copistas.



REFERÊNCIAS

BALACHEFF, N. A argumentação matemática: um precursor problemático da demonstração. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 770-815, 2022. <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/57664/39411> Acesso em: 20 fev.2023.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/ Secretaria de Educação Fundamental** – Brasília: MEC/ SEF. 1998.

BRETON, P. **A Argumentação na Comunicação**. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BOAVIDA, A. M. R. **A argumentação em Matemática: Investigando o trabalho de duas professoras em contexto de colaboração**. Universidade de Lisboa (Portugal), 2005.

CHILEMBO, A. M. **A percepção dos professores e alunos sobre o baixo rendimento escolar em matemática na 11ª classe**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2020. <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12001/1/Disserta%20a7%20a3o%20com%20j%20bari%20Arminda%20Marisa%20Chilembo%20final.pdf> Acesso em: 20 fev. 2023.

COURA, F. C. F.; PASSOS, C.L. B. Como Formadores de Professores de Matemática se Tornam Investigadores da Docência EDUR • Educação em Revista. V.38, e22101, p. 1-19, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/kg9CcpPW4hQNYzkPNkwhKPn/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2023

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, P.D.B. **A História da matemática no fomento de uma cultura de argumentação em sala de aula**. Universidade do Minho. Doutoramento em Ciências da Educação. Especialidade de Educação Matemática. Novembro, 2012.

SÁ, L. P.; KASSEBOEHMER, A. C; QUEIROZ. Esquema de Argumento de Toulmin como Instrumento de Ensino: Explorando Possibilidades. **Revista Ensaio**. v.16. n. 03. P. 147-170. Set/dez. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/WfDs8R99nzsc6QPntc8F5Vt/?lang=pt> Acesso em: 20 fev. 2023.

NACARATO, Adir Mendes. O professor que ensina matemática: desafios e possibilidades no atual contexto. **Espaço Pedagógico**, v. 20, n. 1, Passo Fundo, p. 11-32, 2013. <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/3505/2290> . Acesso em: 29 maio 2023.

NASCIMENTO, S. S; VIEIRA, R. D. Contribuições e Limites do Padrão de Argumento de Toulmin Aplicado em Situações de Argumentativas de Sala de aula de Ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 8 n. 2, 2008. Disponível em:



/www.periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4018/2582 Acesso em: 20 fev. 2023.

PLANTIN, C. **A Argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RIBEIRO, L. D. M; BORGES. F.T A Argumentação no Processo de Alfabetização de Crianças: Uma Revisão da Literatura. **Revista Valore**, v.5. Volta Redonda, 2020.

SALES, A. **Práticas Argumentativas no Estudo da Geometria por Acadêmicos de Licenciatura em Matemática**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2010.

SALES, A. **Argumentação e Raciocínio**: uma revisão teórica. In: BIANCHESSI, C. (org.). Diálogos Interdisciplinares em Educação: múltiplos saberes, novos olhares – Volume 1 [recurso eletrônico] Curitiba-PR: Editora Bagai, 2022, p. 99-108. Disponível em: <https://is.gd/gysAyy> Acesso em: 20 fev.2023.

SCHNEIDER, A. C; GOLDMEYER, M. C. Letramento Argumentativo: a arte de argumentar. **Revista Acadêmica Lincencia & acturas**, v.8, n.2, Julho/dezembro, 2020. <https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/176/184> Acesso em: 20 fev. 2023.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



RESISTÊNCIA FEMINISTA ATRAVÉS DE ENUNCIADOS BORDADOS

Solange Mittmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este trabalho tem por objetivo abordar algumas questões sobre o bordado feminista. Partindo de um breve inventário de bordados feministas, a autora confecciona dois bordados com as formulações verbais “Nunca foi sem luta” e “A revolução será feminista ou não será”, e com as formulações imagéticas punho feminista e cactos, como símbolos de luta e resistência. Então, descreve a forma como os enunciados são textualizados, questiona sobre que discursos eles contestam através da negação e aponta qual é o diferencial de a enunciação se dar na forma de bordado. Para isso, observa os dois bordados a partir de diferentes ângulos entrecruzados: o da confecção, o da materialidade, o da formulação, o da constituição e o da circulação.

Palavras-chave: Bordado. Feminismo. Materialidade discursiva. Negação.

Abstract: This work aims to explore some of the aspects involved in the feminist embroidery. Based on a brief inventory of feminist embroideries, the author makes two embroideries with the verbal formulations “Nunca foi sem luta” (it didn't happen without struggle) and “A revolução será feminista ou não será” (the revolution will be feminist or it won't be), and with the imagery formulations feminist fist and cacti as symbols of the struggle and of the resistance. Then the author describes how this utterances are textualized, questions which discourses they contest with this negative forms and indicates what is the earmark of the enunciation taking the form of a embroidery. To do so, the author observes both pieces of embroidery from some intersecting angles: the confection, the materiality, the formulation, the constitution and the circulation.

Keywords: Embroidery. Feminism. Discursive materiality. Negative form.



INTRODUÇÃO

O bordado feminista tem funcionado como modo particular de dizer as pautas identitárias e de fazer a luta política, promovendo o enfrentamento a diversas formas de violência: de Estado, do capital, do patriarcado, do machismo, de diversos tipos de preconceito... Bordar enunciados feministas e expor as peças produzidas leva a provocações e afetações bastante particulares. Por se tratar de um bordado de militância, questiona limites entre o ambiente privado doméstico e o ambiente público tanto das ruas como das redes sociais virtuais, ao mesmo tempo em que entrelaça o individual (cada subjetividade e cada corpo) à coletividade, seja em pequenos grupos de trocas de saberes, seja em grandes movimentos sociais.

Segundo Parker (2010), nos séculos XVII e XVIII, o bordado era fortemente incentivado às meninas e mulheres como modelo de feminilidade, ou seja, como instrumento para inculcar a submissão e a passividade feminina, mas, nos séculos XIX e XX, o bordado passa a ser usado também como instrumento de luta e resistência, por exemplo, pelas sufragistas e pela segunda onda feminista.

Pode-se dizer que o bordado feminista é um instrumento de luta política e identitária, constituído como uma prática discursiva que envolve os gestos de recriar, confeccionar e expor. E o produto do bordado é uma materialidade significativa, em que técnica e arte se articulam, e a memória se atualiza. Diferentemente de outras formas de registro, o bordado feminista pode ser considerado como uma narrativa em primeira pessoa, o que é um dos aspectos defendidos pelos feminismos: que nós, mulheres, possamos contar nossa própria história ao(s) nosso(s) modo(s). Uma narrativa sobre questões femininas que não delimita o singular (eu) do plural (nós). Pelas narrativas em formulações verbais, imagéticas e táteis, produz-se a denúncia das mais diversas formas de violência (sobretudo as de gênero) e convoca-se à luta coletiva.

No trabalho de observação dessa materialidade, cabe levantar questões sobre a historicidade, sobre como se enlaçam saberes antigos e novos, sobre as condições de produção, sobre o jogo entre a repetibilidade do enunciado e a sua atualização em novas formulações concretas – para tomar a distinção entre *enunciado* e *formulação* de Courtine (2009[1981]). Uma *materialidade de base*,



que envolve tecido, linhas, formulações verbais e imagéticas, além do próprio gesto de bordar, é suporte e concretização dos enunciados que denunciam as violências e que conclamam à luta coletiva. Essa materialidade pode ser analisada (ou seja, recortada, descrita, rearticulada, interpretada), em sua constituição, considerando-se a *materialidade histórica* dos processos discursivos.

1. UM BREVE INVENTÁRIO

Em uma rápida busca na internet por imagens de enunciados bordados identificados como feministas, encontramos formulações verbais e imagéticas com diferentes funcionamentos performativos, como celebrações do feminino (“Viva la vulva!” e “Girl power”), injunção lançada ao outro (“Respeita as mina”) e convocação às pessoas identificadas como do mesmo grupo (“Lute como uma garota”, “Juntas somos mais fortes”). Certos enunciados ao mesmo tempo em que celebram o feminino, convocam à coletividade: “Siempre con las pibas”, “Sororidade”. Outros trazem narrativas e afirmações que refutam o discurso patriarcal: “Nesta casa destruimos o patriarcado”, “Esta princesa salva a si mesma”, “Meu corpo minhas regras”, “Lugar de mulher é onde ela quiser”. Há discursos que apontam para o passado (“Nunca foi sem luta”), e outros, para o futuro (“A revolução será feminista ou não será”).

Enunciados que se apresentam em formulações imagéticas podem trazer desenhos figurativos (corpo inteiro, seios, vulvas, púbis, rostos, pernas...) que são também simbólicos. Há traçados de valorização da diversidade dos corpos (corpos gordos ou magros, por exemplo), em oposição a estigmas e à imposição de padrões. Há os de celebração do feminino através do aparelho reprodutor (útero, trompas e ovários, por vezes sobrepostos ou redelineados com flores). E há desenhos de símbolos de luta, como o punho feminista, composto por um punho cerrado erguido (tomado dos movimentos de esquerda e do movimento negro) dentro do espelho de vênus. Também figuras da flora comparecem frequentemente nos bordados, como as flores, simbolizando o feminino, e o cacto, como símbolo de resistência.

O bordado artesanal de militância desencadeia uma leitura particular por lembrar a quem se depara com o produto que está diante do resultado de uma prática



que envolveu a criação e a execução e, portanto, que houve um processo de produção que envolveu investimento subjetivo, com conhecimento aplicado, e força e tempo dispendidos – ao contrário do fetiche da mercadoria, que faz esquecer o processo e as condições de produção. Vale lembrar que tomar o bordado de militância como objeto de estudo significa estar “diante de um entrecruzamento de materialidades: histórica, linguística, de panos e cores, mas principalmente corporal, performática”. (MITTMANN; ROSA, 2021, p. 128).

2. A CONFECÇÃO DE DOIS BORDADOS

Trazer essa prática para a discussão acadêmica por uma perspectiva discursiva materialista me fez considerar a importância da articulação entre a análise da prática e a sua execução, ou seja, refletir sobre a prática enquanto executo a prática, refletir sobre o bordado enquanto (re)crio e confecciono. E o faço procurando não cair em uma “problemática subjetivista centrada no indivíduo – fonte de gestos e palavras, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo”. (PÊCHEUX, 2011[1971], p. 127) Ou seja, trata-se de uma proposta de trabalho em conflito paradoxal com o efeito Münchhausen descrito por Pêcheux (1995 [1975], p. 157), já que não há como escapar do próprio “apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como ‘causa de si’”. Parafraseando Pêcheux (1995 [1975]), cabe refletir – até a medida do possível – sobre como recebemos como evidente (à moda de La Palice, outro personagem citado por Pêcheux na mesma obra) o sentido do que ouvimos, dizemos, lemos, escrevemos, bordamos, apresentamos, enquanto sujeitos falantes, interpretantes, analistas.

Por enquanto o que me foi possível fazer foi partir desse breve inventário de bordados feministas e da observação das formulações que compõem seus enunciados, para confeccionar, para esta circunstância (de apresentação de trabalho e publicação em Anais), dois bordados, que reproduzo a seguir.

Figura 1 – Bordados confeccionados pela autora para o 5º SEDiAr



3. ÂNGULOS ENTRECruzADOS DE ANÁLISE

A análise de bordados pode envolver diferentes ângulos de observação, que procuro descrever a seguir. Antes disso, recorro à conhecida descrição de Orlandi (2001) sobre os três eixos que compõem a produção do discurso e que são consideradas nas análises de objetos pelos analistas do discurso:

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específica e
3. sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. (ORLANDI, 2001, p. 9)

Partindo dessa descrição de Orlandi, vou seguir uma outra ordem e inserir outros ângulos, tentando dar conta de mais algumas possibilidades de análises que o objeto bordado oferece.

Início descrevendo o *ângulo da confecção*, que envolve os gestos de selecionar o tecido de base, selecionar o que será dito, riscar, selecionar cada linha, bordar. Nesse ângulo, entra a prática que comentei acima. Pensar e fazer, pensar sobre o fazer enquanto se faz. Tomar o discurso como prática que envolve língua, símbolos, gestos, (re)interpretação. A inscrição subjetiva se dá através das escolhas (ser escolhida pelas palavras já-lá, pelas cores já-significadas) e no movimento do corpo em performance que repete gestos da técnica e de uma memória do bordar (uma memória híbrida, como descrevi em outro momento (MITTMANN, 2019)).



Como uma luneta que torna possível mais ou menos vislumbrar esse primeiro ângulo, aciono o *ângulo da materialidade*. Nele, considero a concretude do objeto. A base desses meus bordados é feita de retalhos de tecidos de algodão que são restos de lençóis desfeitos. As mulheres mais inspiradoras do bordado de resistência na América Latina do Século XX são as arpilleras chilenas, que utilizavam restos de camisas dos homens desaparecidos pela ditadura para confeccionar as figuras que eram costuradas sobre a juta de sacos de alimentos. Com esses elementos costurados, elas produziam a metonímia nas narrativas bordadas. No bordado feminista brasileiro contemporâneo, o tecido carrega outros significados, como o da sustentabilidade, com a reutilização de materiais mais orgânicos, em oposição aos sintéticos (ainda que estes também sejam bastante utilizados em virtude do baixo custo e do fácil acesso), e o da valorização do produto nacional, em oposição ao consumo dos produtos dos conglomerados multinacionais. Sobre essa base, as linhas formam um relevo. Há aí uma materialidade tridimensional e tátil, constituída pelo tecido e pelo volume da linha. Também forma a materialidade a policromia: nos bordados que reproduzo acima, a cor lilás traça imagens e palavras reportando aos movimentos feministas, e a cor vermelha destaca palavras *revolução* e *luta*. E aqui já estou no ângulo da formulação.

No *ângulo da formulação*, reconheço as recomposições de enunciados já amplamente reproduzidos no campo dos discursos feministas, tanto em formulações verbais como em imagéticas. Digo recomposições, porque, sobretudo no caso do bordado livre, em cada produção de um novo bordado, há o acionamento de elementos verbais e não verbais em uma disposição única, marcada não apenas pela contingência, mas no espaço e no tempo únicos da enunciação. Ou seja, o ponto de partida foi um processo de reprodução, mas também reformulação, recriação em novas formulações, de enunciados amplamente reconhecidos.

Como formulações imagéticas, tracei dois símbolos de resistência: o punho feminista e cactos em flor. E como formulações verbais, recuperei os enunciados "Nunca foi sem luta" e "A revolução será feminista ou não será".



Com Orlandi (2001, p. 9), lembro que “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza”. Quando a formulação é produzida, é dita, é textualizada, é bordada, há uma atualização dos enunciados já-sabidos. “Sendo a atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização.” (ORLANDI, 2001, p,11) Assim, compor cada novo bordado envolve retomar e fazer deslizar o retomado, pela recomposição. Essa recomposição se dá, por exemplo, através de uma nova disposição dos elementos ou inserção de detalhes. Aqui entra a historicidade das palavras e dos símbolos, o que leva ao ângulo da constituição.

No *ângulo da constituição*, remeto o bordado feminista à formação social capitalista patriarcal e às condições de produção, em que estão inscritas a formação discursiva feminista e a memória discursiva. Como afirmamos em outro momento, “o tensionamento fundado na contradição social, motriz da luta, é que comanda o bordado como gesto político de resistência”. (MITTMANN; ROSA, 2021, p. 124). O tensionamento com diferentes formações discursivas faz parte das condições de produção do bordado feminista, como mostrarei na análise dos enunciados.

Considerando que “o laço que liga as ‘significações’ de um texto a suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações” (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 123-124) e que, portanto, as condições de produção não são um elemento anexo, secundário, que delimitaria uma fronteira com a exterioridade, mas são constitutivas e marcadas internamente no discurso, é que mobilizo o dispositivo teórico e analítico da Análise do Discurso materialista, a fim de observar

o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência discursiva na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ela se separa (cf. noção de enunciado dividido). (PÊCHEUX, 2011[1983], p. 229)

O enunciado “A revolução será feminista ou não será” traz o jogo entre a afirmação e a negação, ao mesmo tempo em que enlaça presente e futuro. Na primeira sequência (A revolução será feminista), a presença do artigo definido



leva ao efeito de sentido de que já se sabe qual revolução está sendo citada, esperada, pela qual se luta. Com o verbo no tempo futuro, essa revolução é indicada como desejada, como futuro possível e necessário. E essa revolução desejada, necessária, é predicada como feminista: a revolução que se quer é uma revolução feminista, e é essa revolução que será. A segunda sequência, delimitada pelo conector “ou”, articula um enunciado opositor: na contramão do desejo, o que resta é a impossibilidade, ou seja, uma revolução que não seja feminista não é uma revolução possível. Nessa segunda sequência, o verbo não efetua a ligação entre o tipo de revolução que se deseja (será feminista), mas a sua negação resulta na inexistência (não será, não existirá). O enunciado coloca o feminismo como condição para a revolução: a revolução tem que, necessariamente, carregar as bandeiras feministas.

Esse discurso recupera, pela memória discursiva, e rebate (pela afirmação e pela negação) o pré-construído de que as lutas feministas devem ficar em segundo plano quando o tema é a revolução anticapitalista, de que as divisões dos oprimidos os enfraquecem diante do opressor. Com esse enunciado, os movimentos feministas reivindicam o lugar de protagonismo nas insurgências anticapitalistas, carregando consigo suas pautas como pautas de todas e todos.

Se o enunciado anterior traz o verbo “ser” no futuro como marca de desejo, de reivindicação e de reafirmação de pautas, o enunciado “Nunca foi sem luta” traz o verbo no pretérito, fazendo o movimento do presente para o passado: o pouco que se tem hoje só se tem porque houve luta, o que se tem são conquistas resultantes de lutas, e não benesses ou coisas naturais. O punho feminista e a cor lilás apontam que essa luta de que se fala é a luta feminista. Ou seja, não fosse pelas lutas feministas, não se teria o que se tem hoje. Tal construção negativa rebate o pré-construído de que a luta feminista não é necessária, o que é constantemente reforçado no âmbito da formação discursiva antifeminista.

A negação presente nas duas formulações verbais pode ser analisada como marcada de imbricação de discursos de diferentes formações discursivas, imbricação essa que se apresenta na forma de enunciado dividido (para tomar o termo de Courtine (2009[1981]) apontado por Pêcheux (2011[1983]) na citação mais acima):



Formação Discursiva Pró-Revolução	Formação Discursiva Feminista pela Revolução
As pautas feministas dividem os oprimidos, e essa divisão enfraquece a luta contra os opressores.	A luta feminista deve pautar a revolução, porque é uma luta de todas e todos. A revolução será feminista ou não será. Efeitos de sentido mobilizados: de desejo (marcado pelo tempo verbal futuro) e de reivindicação de protagonismo (será F ou não haverá R)

Formação Discursiva Antifeminista	Formação Discursiva Feminista
O feminismo não é necessário. Eu não preciso do feminismo.	O pouco que se tem hoje só foi alcançado por causa da luta feminista. Nunca foi sem luta. Efeitos de sentido mobilizados: de relato (marcada pelo tempo verbal pretérito) e de afirmação do protagonismo (a luta feminista é que leva à conquista de direitos).

Os enunciados feministas – atualizados em novas formulações verbais ou imagéticas em cada bordado – contrapõem-se aos discursos efetivamente ditos no âmbito da formação social capitalista patriarcal (lembrando com Pêcheux (2011[1971], p. 127) que é a formação social que caracteriza as relações sociais). Considerando que é nas formações discursivas que são delimitados, determinados e discursivizados os saberes de uma formação ideológica, é possível afirmar que os saberes de uma formação ideológica progressista são discursivizados, entre outras, na formação discursiva que chamei de pró-revolução, enquanto que os saberes de uma formação ideológica conservadora são discursivizados, entre outras, na formação discursiva que chamei de antifeminista.

Por fim, cito o *ângulo da circulação*, por onde é possível refletir sobre a interlocução, a rede intersubjetiva, a sororidade, o impacto pela materialidade, que é visual e tátil, e a afetação. Durante a apresentação do trabalho no evento, coloquei as peças bordadas em circulação, a fim de acionar as leituras dos sujeitos presentes na sala. Como costuma acontecer, foram trazidos por esses sujeitos relatos sobre os bordados das mulheres das famílias, ou sobre seus próprios bordados. Também foram trazidas outras experiências com bordados de militância e seus efeitos, o que me fez pensar que sempre há um impacto que envolve a afetividade, por mais radicalmente políticas que sejam as



circunstâncias. Com a circulação, os enunciados (concretizados em formulações bordadas) passaram a significar, a fazer sentido em rede com outros enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo este texto relatando o que é comum no processo de produção de um texto para publicação em Anais, que ele resulta de vários movimentos em tempos diferentes: a escrita do resumo para inscrição no 5º. SEDIAR, a análise das formulações na escrita do trabalho para a apresentação *in loco*, a elaboração e confecção dos bordados, a apresentação dos bordados e do trabalho durante o SEDIAR, a nova análise das formulações na continuidade da escrita do texto-trabalho para publicação nos Anais.

Com as análises, marcou-se com bastante força, para mim, o jogo entre a repetição e a atualidade na concretização dos enunciados em formulações verbais e imagéticas. Se em reflexões anteriores e no início da escrita do texto-trabalho, esse jogo envolvia a atualização de saberes sobre a técnica do bordado (velhos saberes + novos saberes = bordados de militância), agora, ao final da escrita do texto-trabalho, trago a atualidade como enunciação, como aparecimento em novo suporte e em novas circunstâncias de reformulações de enunciados já conhecidos.

Além disso, nessa segunda etapa do processo de análise dos dois enunciados, fica-me o conflito com aquilo que é, ao mesmo tempo, externo e intern. Explico. O bordado feminista traz símbolos de luta e resistência no âmbito de uma formação social capitalista patriarcal. Porém isso não se dá apenas com supostos inimigos externos. Com "Nunca foi sem luta", observamos que o discurso feminista precisa lutar contra os saberes de uma formação ideológica conservadora (o externo) que se utiliza da voz feminina (aqui está o interno) para dizer, pela formação discursiva antifeminista, algo como "eu não preciso do feminismo". De outro lado, o conflito interno é com os discursos progressistas, quando é preciso reivindicar o lugar de protagonismo, com "A revolução será feminista ou não será", diante de discursos que silenciam as vozes feministas em prol de uma luta "maior". É bom lembrar que, conforme Courtine (2009[1981], p. 100) uma formação discursiva não tem um limite tão definido com seu exterior,



e sim “uma fronteira que se desloca em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social”. Mas ainda estou em dúvida se o que já temos, em Análise do Discurso, como oposição ou divergência entre formações discursivas *versus* contradição ou diferença entre posições sujeito de uma mesma formação discursiva daria conta desses conflitos sem cair na ilusão de obviedade.

Além disso, percebo que tanto a repetição atualizada como a exterioridade interna podem ser elementos importantes para a reflexão sobre as práticas envolvidas no bordado feminista, da sua confecção à sua circulação, o que pode nortear novas reflexões e novas análises e, quem sabe, novas confecções.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução: Alunos do Bacharelado em Letras da UFRGS. São Carlos: Edufscar, 2009 [1981].

MITTMANN, Solange. O gesto político de bordar e a intervenção de uma memória híbrida. In: MITTMANN, Solange; CAMPOS, Luciene Jung de (Orgs.). *Análise do Discurso: da inquietude ao incômodo lugar*. Campinas: Pontes Editores, 2019.

MITTMANN, Solange; ROSA, Marilane M. C. A resistência feminina pelo bordado. *Leitura*, Maceió, n. 69, p. 122-132, mai./ago. 2021.

ORLANDI, Eni. Prefácio. In: ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001. p. 9-17

PARKER, Rozsika. *The Subversive Stitch: Embroidery and the Making of the femininity*. Londres: The Womens Press Limited, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). Tradução: Solange L. Gallo. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2011[1983]. p. 227-230.

PÊCHEUX, Michel. Língua, “linguagens”, discurso. Tradução: Freda Indursky. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2011[1971]. p. 121-129

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1995[1975].



“RESPEITA AS MINA”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PROPAGANDA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Tairine Brito dos Santos Mendes
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo: O enfrentamento à violência contra a mulher tem sido intensificado no país devido aos índices que apontam números alarmantes de mulheres que sofrem violência. Isso impõe determinada tensão sobre a sociedade, uma vez que esse ato é crime, com base na Lei 11.340/06. Com o propósito de dirimir esse fenômeno social, campanhas publicitárias que abordam a temática são veiculadas por diversos meios, entre elas as redes sociais. Objetiva-se com este trabalho analisar uma peça publicitária que circulou no Instagram em 2023, ligada à Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia (@spmbahia), referente ao projeto "Respeita as Mina", tendo como orientação teórica-metodológica a Análise do Discurso de linha francesa, a partir dos estudos de Pêcheux (1997 [1969]), com foco nas suas "condições de produção". Espera-se, com este trabalho, colaborar com as discussões sobre a violência de gênero, considerando a sua urgência para os estudos discursivos.

Palavra-chave: Análise do Discurso. Instagram. Violência contra a Mulher. Publicidade.

Abstract: The fight against violence against women has been intensified in the country due to alarming numbers of women experiencing violence. This imposes a certain tension on society since this act is considered a crime, based on law 11.340/06. With the purpose of mitigating this social phenomenon, advertising campaigns addressing this issue are disseminated through various means, including social media platforms. The objective of this study is to analyze an advertising piece that circulated on Instagram in 2023, linked to the Secretariat of Women's Policies of the Government of the State of Bahia, (@spmbahia), regarding the "Respeita as Mina" project, using the French discourse analysis as the theoretical and methodological framework, based on the studies of Pêcheux (1997 [1969]), with a focus on its "conditions of production". It is expected that this work will contribute to the discussions on gender-based violence, considering its urgency for discursive studies.

Keywords: Discourse Analysis. Instagram. Violence against Women. Advertising.



PALAVRAS INICIAIS

A violência contra as mulheres se apresenta sob diferentes modos. De acordo com o conceito definido na Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), trata-se de “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Ressalta-se ainda no citado documento que, além das violações aos direitos das mulheres e à sua integridade física e psicológica, a violência afeta também o desenvolvimento social e econômico de um país.

No Brasil, um dos recursos mais relevantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006). Esta, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde e da assistência social.

Considerando a função social dos discursos publicitários, nota-se que esse gênero tem sido um grande aliado das instituições públicas e privadas no momento de promover alternativas para educar, difundir direitos e conscientizar sobre a necessidade do aprimoramento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesse sentido, o presente estudo mostra como a campanha publicitária do projeto “Respeita as Mina” ligada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) que conta com o apoio do Governo do Estado da Bahia, introduz mudanças de comportamento e promove reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade.

Para proceder à análise discursiva de uma peça publicitária veiculada no carnaval de Salvador em 2023, com intuito de combater o assédio e a violência contra a mulher, realiza-se uma breve revisão bibliográfica sobre a Análise do Discurso francesa, seguido da análise da peça publicitária selecionada, sob o que tange às condições de produção.

A análise aqui proposta pretende mostrar que o enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, por parte da esfera pública, através de campanhas



publicitárias, é um importante agente de transformação da prática social no Brasil, a qual se dá pela prática discursiva.

1 ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA: MOBILIZANDO ALGUNS CONCEITOS

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) surgiu nas décadas de 1960 e 1970 como uma teoria que combina três áreas de conhecimento: Linguística, Psicanálise e Marxismo. Seu principal teórico fundador é Pêcheux. A AD concentra sua atenção no discurso, buscando interrogar a Linguística sobre sua historicidade, questionar o Materialismo sobre o simbólico e diferenciar-se da Psicanálise ao considerar a ideologia como relacionada ao inconsciente, mas sem ser presentida por ele.

Alguns conceitos-chave da AD são destacados como base para a compreensão do trabalho desenvolvido. A AD não se restringe apenas ao texto e sua estrutura, mas também considera a construção sócio-histórica que envolve os sujeitos discursivos, uma vez que as ideologias se materializam por meio do discurso.

Pêcheux ([1975], 2009) destaca a presença dos sujeitos A e B no ato discursivo, que ocupam determinadas posições no tecido social e são interpelados pela ideologia. Nessa prática discursiva, ocorre não apenas troca de informações, mas um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes. Sujeito e ideologia são indissociáveis, e sem sujeito não há discurso.

Na AD, o sujeito não é homogêneo, mas heterogêneo e polifônico. O discurso está sempre associado a Formações Discursivas (FD) e vinculado a Formações Ideológicas (FI). O resgate da história, ainda que inconsciente, é o ponto de partida do discurso e de suas condições de sua produção, vinculada à memória discursiva, que segundo Pêcheux (1999, p. 52) “[...] seria aquilo que, face a um texto surge como acontecimento a ler, vem a restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação do legível”.

A memória constitui o interdiscurso, que Fernandes (2008, p. 49) define como “[...] presença de diferentes discursos oriundos de diferentes momentos da história e



de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva [...]”. dito isto o interdiscurso é todos os já ditos em outros espaços e momentos.

No que tange às condições de produção, Fernandes (2008, p. 21) define que são “aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso”, ou seja, as condições de produção são as construções sócio-histórico-ideológicas e servem como embasamento para a existência do discurso o qual, conforme se sabe, não surge de lugar nenhum.

Esses conceitos serviram como base para o desenvolvimento da análise da materialidade aqui arguida uma vez que funcionam como uma caixa de ferramentas conceituais que possibilitam uma abordagem crítica e profunda dos discursos, revelando as estratégias discursivas, os discursos hegemônicos e as possibilidades de resistência e transformação. Eles permitem ir além da superfície do texto, analisando as relações sociais, políticas e ideológicas que permeiam os discursos.

Dito isso, na próxima seção apresenta-se brevemente o projeto “Respeita as Mina” uma vez que a materialidade discursiva analisada sob as diretrizes da AD está vinculada a este projeto desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da cidade de Salvador - Bahia.

2 O PROJETO “RESPEITA AS MINA” E OS DISCURSOS PUBLICITÁRIOS

A publicidade desempenha um papel relevante na conscientização e na promoção de temas importantes para a sociedade, incluindo questões de gênero, violência, igualdade e direitos das mulheres. Como uma forma de comunicação amplamente disseminada e de grande alcance, a publicidade tem o potencial de influenciar atitudes e comportamentos.

Quando utilizada de forma consciente e responsável, a publicidade pode contribuir para desafiar estereótipos de gênero, desconstruir normas sociais prejudiciais e promover uma cultura de igualdade e respeito. Ela pode ser uma ferramenta eficaz para sensibilizar o público, despertar reflexões e promover mudanças sociais positivas.



Uma das formas de conscientização por meio da publicidade é através de campanhas publicitárias que abordam questões relacionadas à violência de gênero, empoderamento feminino, direitos das mulheres e igualdade de gênero. Essas campanhas podem utilizar diferentes estratégias criativas, como narrativas impactantes, imagens acompanhadas, depoimentos reais e mensagens de empoderamento.

Ao retratar situações de violência, desigualdade ou distinção de forma realista, porém sensível, a publicidade pode despertar a empatia e a conscientização do público. Ela pode fornecer informações educativas sobre os direitos das mulheres, os sinais de violência e as formas de apoio disponíveis.

"Respeita as Mina" é um projeto criado em Salvador, Bahia, com o objetivo de combater o assédio e a violência sexual contra mulheres. O projeto nasceu em 2016, a partir de uma iniciativa de um grupo de mulheres ligadas ao movimento negro e feminista na cidade.

Esta iniciativa tem como propósito principal conscientizar a população, especialmente os homens, sobre o respeito às mulheres e a importância de combater a violência de gênero. Além disso, o projeto busca fomentar a cultura do respeito e da igualdade de gênero, promovendo atividades que valorizem a participação e a voz das mulheres.

Entre as ações desenvolvidas pelo projeto estão campanhas publicitárias, intervenções artísticas nas ruas, eventos culturais, rodas de conversa e capacitações para profissionais que atuam em espaços públicos. Essas intervenções buscam chamar a atenção do público e estimular a reflexão sobre o respeito às mulheres, destacando a importância de se construir um ambiente seguro e livre de violência.

O projeto "Respeita as Mina" tem um histórico significativo no contexto do Carnaval de Salvador. Desde a sua criação, em 2016, o projeto tem se engajado ativamente durante o período festivo para combater o assédio e a violência sexual contra as mulheres.

Durante a festividade do Carnaval, conhecido por ser um evento de grande aglomeração, o projeto intensifica suas ações de conscientização e prevenção. Uma das estratégias utilizadas é a veiculação de campanhas publicitárias



específicas, com o intuito de disseminar uma mensagem de respeito e combate à violência de gênero.

Outra iniciativa relevante do projeto durante o Carnaval são os eventos culturais, rodas de conversa e capacitações direcionadas a profissionais que atuam no contexto do Carnaval, como motoristas de ônibus e agentes de segurança. Essas ações visam sensibilizar e conscientizar os profissionais sobre a importância de agirem de forma proativa na prevenção e no combate à violência contra as mulheres durante o evento.

O histórico do projeto "Respeita as Mina" no Carnaval de Salvador é marcado pela sua atuação incansável em promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero durante essa festividade tão importante. Sua presença tem sido fundamental para conscientizar a população e contribuir para a construção de um ambiente festivo mais seguro e livre de violência contra as mulheres.

Dito isto, na próxima seção realiza-se uma análise das condições de produção de uma das peças da campanha publicitária do projeto "Respeita as Mina", que foi amplamente divulgado nas redes sociais da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Bahia.

3 ANÁLISE DISCURSIVA

Segundo Fernandes (2008), as condições de produção são aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso e que exercem influência na sua produção e circulação. Essas condições são fundamentais para compreender como o discurso é construído e como ele está inserido em uma determinada formação discursiva.

Pode-se, então, afirmar que, no que diz respeito à mulher e seu lugar na sociedade, todo dito atual não é construído com base só no presente; existe sempre um saber pré-constituído socialmente o qual possibilita tais dizeres, e é sobre tais construções sócio-históricas e ideológicas que agora discorre-se. Conferenciamos acerca das materialidades histórica e simbólica (Figura 1), uma vez compreendido que no discurso revelam-se outras vozes e já ditos.

Figura 1: Peça publicitária que compõem a Campanha “Respeita as Mina”



Fonte: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. (2023). “Oxe, me respeite!”: mulheres querem Carnaval sem violência de gênero. Instagram, @spmba. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/CpTQPz8hG7A/>.

A materialidade acima foi produzida e divulgada no ano de 2023, no período do carnaval de Salvador, dado que é do conhecimento comum a existência da incidência de casos de assédio, durante o decorrer da festividade. Nesse contexto, mais uma vez, o projeto "Respeita as Mina" elaborou esta peça com o objetivo de realizar a campanha contra o assédio e, concomitantemente, em oposição à violência contra a mulher, visto que o assédio marca uma atitude característica inicial de homens que possivelmente se posicionam enquanto sujeitos discursivos, interpelados por uma ideologia machista.

A sociedade é atualmente cunhada sobre os parâmetros da ideologia machista de outrora. Através desses indícios, os indicadores de violência contra a mulher apontam que cada vez mais as mulheres têm sofrido com o ato da violência, geralmente cometida por parte de um homem, principalmente daqueles com quem possuem vínculos afetivos.

O movimento feminista no Brasil teve sua orientação no final do século XIX e início do século XX, impulsionado por discussões sobre a condição das mulheres e seus direitos. Inicialmente, o movimento focou na busca pelo direito ao voto feminino, conquistado em 1932. Ao longo das décadas, as pautas feministas se ampliaram, abrangendo questões como igualdade salarial, direitos reprodutivos, combate à violência doméstica e à violência de gênero, representatividade política, entre outras.



Na década de 1970, impulsionado pelo mesmo movimento, ocorreu um crescente reconhecimento da violência doméstica como uma questão social e política, rompendo com a concepção de que a violência no âmbito privado era um assunto familiar e privado. O movimento feminista denunciou a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e passou a impulsionar a existência de medidas governamentais para enfrentá-la.

Um marco importante no desenvolvimento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher foi a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, realizada em 1993. Nessa conferência, a violência contra as mulheres foi reconhecida como uma violação dos direitos humanos e os governos foram instalados a adoção de medidas para prevenir e combater.

No Brasil, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, que cria o controle legal para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir dessa legislação, foram protegidas políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência, como a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), a implantação da Casa da Mulher Brasileira, a extensão da rede de atendimento e proteção, entre outras ações.

A violência de gênero e o feminicídio são fenômenos graves e interligados que têm recebido cada vez mais atenção tanto em nível nacional quanto internacional. A violência de gênero refere-se a qualquer forma de violência que ocorre com base na identidade de gênero, afetando principalmente mulheres e meninas. Isso inclui violência física, sexual, psicológica, emocional e econômica, bem como assédio, exploração e discriminação.

O feminicídio, por sua vez, é o assassinato de uma mulher em razão de seu gênero, caracterizado por motivações de ódio, misoginia, controle, poder e intimidação. O termo feminicídio foi cunhado para destacar a especificidade desse tipo de crime, que envolve a morte de mulheres como resultado de desigualdades de gênero profundamente enraizadas na sociedade.

A violência de gênero e o feminicídio são manifestações extremas de desigualdade, discriminação e opressão que sofreram como mulheres em todo o mundo. Esses fenômenos estão enraizados em normas de gênero patriarcais e em sistemas de poder que perpetuam a subordinação das mulheres.



A Lei do Feminicídio é uma legislação específica que trata do crime de feminicídio no Brasil. Ela foi sancionada em 2015 e acrescentou um novo tipo penal ao Código Penal Brasileiro, reconhecendo o feminicídio como uma forma de homicídio qualificado.

A inclusão do feminicídio como uma qualificadora do homicídio no Código Penal brasileiro significa que o assassinato de uma mulher por razões de gênero é considerado um crime mais grave, sujeito a penas mais severas. Além disso, a lei estabelece que o feminicídio é um crime hediondo, o que implica em maior rigor na pena e na progressão de regime para o condenado.

O resgate histórico realizado, sobre como se desenvolveram alguns fatos, comprovam que a tempos atrás as mulheres tiveram de lutar em prol a seus direitos e que o discurso da materialidade (Figura 1) trazida, é atravessado por outros discursos de diferentes lugares e tempos.

As ideologias instituídas na sociedade corroboraram para o viés da não liberdade das mulheres e que podem, por isso, sofrer agressões por parte dos homens. Os discursos aqui resgatados mostram como tem se travado a luta pelos direitos à vida e à liberdade, da mulher e esses discursos funcionam como condições de produção, em sentido amplo, pois se trata da descrição de um contexto sócio-histórico-ideológico (ORLANDI, 2012, p. 20).

Na atualidade, muitos dos homens assumiram posição de concordância com os ensinamentos de outrora, nos quais a ideologia construída corrobora para que seja disseminada a ideia da mulher como propriedade do homem, e que ele pode fazer o que assim desejar com ela.

Muitos dos discursos sobre as mulheres na sociedade são produzidos a partir de uma FI dominante, ou seja, hegemônica, machista, porém que está em disputa com outras. Sendo assim, ela não é única e nela formou-se um imaginário para a mulher, que é produto do patriarcado, um sistema hierárquico de poder e opressão, que embora tenha sofrido algumas transformações com o passar dos anos, ainda continua presente.

Todo este cenário contribui para a reprodução do discurso de que a mulher é inferior e subalterna ao homem, característico da FI machista, assim como



discursos que reforçam a visão estereotipada que se tem da mulher, que circulam nos mais diferentes âmbitos sociais.

Já a FD feminista objetiva produzir deslocamentos de sentido em relação à FI machista, pois confronta os dizeres de domínio masculino, gera um discurso de empoderamento e de liberdade, tenta quebrar essas memórias estereotipadas e depreciativas de tratar mulheres.

A frase emblemática "Oxe, me respeite!", com sua marca linguística característica do soteropolitano, expressa não apenas uma indignação, mas também carrega múltiplos significados. O termo "oxe" representa uma reação enérgica diante de uma situação desrespeitosa, enquanto o complemento "me respeite!" constitui uma ordem direta.

Além disso, a marca do projeto "Respeita as Mina" reforça a mensagem, conectando-a à memória discursiva de um corpo feminin. Considerando todo o panorama histórico apresentado, concluo que o combate à violência contra a mulher e a luta pelos direitos femininos são questões urgentes e indispensáveis na sociedade contemporânea.

A análise da materialidade da campanha "Respeita as Mina", veiculada durante o carnaval de Salvador em 2023, evidencia a importância de conscientizar e combater o assédio como uma manifestação específica da violência de gênero mais ampla. A frase enunciada e a logomarca do projeto provocam reflexões sobre a necessidade de respeitar e garantir a integridade das mulheres.

Diante do exposto, é evidente a necessidade de todos se engajarem nessa causa, promovendo a igualdade de gênero e trabalhando para construir uma sociedade em que a violência contra a mulher seja erradicada e os direitos femininos sejam plenamente reconhecidos e respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da AD, é possível evidenciar que o discurso não é estático, ele é construído e se materializa com bases nas ideologias que se constituem dentro da sociedade, e que o sujeito discursivo se inscreve, deste modo confirma-se a teoria da AD, que não existe sujeito sem ideologia e que a ideologia se materializa



no discurso. O discurso publicitário (figura 1) analisado revela ideologias e valores nos quais a responsabilidade social dessas instituições é compartilhada com os demais atores sociais.

Observa-se, através da materialidade analisada, que o sujeito discursivo assume a posição de uma FI antimachista, ou seja, que vai de encontro às ideologias do machismo instituídas no decorrer da história. É possível verificar que as criações de intervenção, a exemplo das propagandas e publicidades, constituem uma atribuição importante no que tange à materialização das ideologias sócio-históricas.

Neste contexto, os espaços das ruas de Salvador no período do carnaval são extremamente propícios para a veiculação de campanhas publicitárias que reflitam, através de suas materialidades, sentidos atuais para fomentar os vínculos sociais no interior do ambiente social.

A análise nos mostrou que o discurso não é vazio, ele é constituído não apenas do agora, mas de já ditos que foram cristalizados, as ideologias que se materializam no discurso são reproduzidas desde que existam sujeitos discursivos que com ela se identifique. O discurso da campanha "Respeita as Mina" de enfrentamento à violência contra a mulher, foi construído e se baseia em ditos anteriores que permitem que tal discurso seja possível.

Observa-se através da análise que apesar de existir ideologias que vão de encontro a ideologia machista, é inegável que atualmente ainda existem sujeitos que se identificam com a FI machista e que por este motivo, existe todo um aparato social que busca conscientizar e modificar esta realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.. 11.340** (Lei Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006.

FERNANDES, Cleudemar. Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2 ed., São Carlos: Clara Luz, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.



PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 2009.



A ARGUMENTATIVIDADE PRESENTE NO GÊNERO PÔSTER DO INSTAGRAM: OS MODALIZADORES EM TEXTOS SOBRE A COPA DO MUNDO NO CATAR

Jayne Silva de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, Brasil

Vanessa Santos da Silva
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, Brasil

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo descrever e analisar os tipos de modalizadores presentes no gênero Pôster do Instagram, relacionados à Copa do Mundo 2022 sediada no Catar. Diante da pluralidade de culturas reunidas no evento da Copa do Mundo, partimos da problemática de compreender quais são os valores e posicionamentos evidenciados nas publicações do Instagram referentes à Copa do Mundo no Catar. Inicialmente, propomos que o corpus seja composto por 15 (quinze) posters do Instagram, que foram escritos a partir das vivências de jornalistas ou torcedores na copa do Catar. Em termos metodológicos, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa, com caráter descritiva e interpretativa, considerando a perspectiva teórica abordada. Os resultados esperados é a comprovação que a argumentatividade está presente no gênero discursivo Pôster de Instagram, através do uso dos modalizadores discursivos, trazendo as noções de valores axiológicos, de certeza, de obrigação, dentre outros para os enunciados produzidos em relação à Copa do Mundo, evidenciando os posicionamentos dos locutores sobre o conteúdo veiculados nas publicações do Instagram.

Palavras-chave: Argumentação. Modalização. Copa no Catar. Instagram.

Abstract: This research aims to describe and analyze the types of modalizers present in the Pôster genre on Instagram, related to the 2022 World Cup hosted in Qatar. Faced with the plurality of cultures gathered at the World Cup event, we start from the problem of understanding what are the values and positions shown in Instagram publications referring to the World Cup in Qatar. Initially, we propose that the corpus be composed of 15 (fifteen) instagram posters, which were written from the experiences of journalists or fans in the Qatar Cup. In methodological terms, the research assumes a qualitative approach, with a descriptive and interpretative character, considering the theoretical perspective approached. The expected results are the proof that argumentation is present in the discursive genre Pôster de Instagram, through the use of discursive modals, bringing the notions of axiological values, of certainty, of obligation, among others, to the statements produced in relation to the World Cup , evidencing the positions of the announcers on the content conveyed in Instagram publications.

Keywords: Argumentation. Modalization. Cup in Qatar. Instagram.



INTRODUÇÃO

O gênero pôster do *Instagram* está presente na vida cotidiana de toda sociedade, pois está inserido em um contexto de redes sociais, sendo um gênero que permite a veiculação de informações, através de um texto verbal, *links*, imagens ou a junção de tudo isso. Nesta pesquisa, objetivamos descrever e analisar os tipos de modalizadores presentes no gênero Pôster do *Instagram*, relacionados a Copa do Mundo 2022 sediada no Catar. Especificamente, buscou-se mapear e catalogar os tipos de modalizadores presentes no gênero em estudo; identificar e analisar o seu funcionamento argumentativo, verificando os efeitos de sentido que estes geram no referido gênero.

Levando em consideração a importância desse gênero como meio de veiculação de informações nas redes sociais, como também a multiculturalidade presente no Catar, país que sediou a Copa do Mundo de 2022, nos propomos a investigar o fenômeno da modalização a partir do seguinte problema de pesquisa. Quais os tipos de modalizadores presentes no gênero pôster do *Instagram*? Esta pesquisa justifica-se a partir da pluralidade de culturas reunidas no evento da Copa do Mundo, dado que, possui valores e posicionamentos evidenciados nas publicações do *Instagram* referentes à Copa do Mundo no Catar. Além disso, trataremos de questões linguísticas que são de interesse de todas as áreas.

Para se tratar sobre modalização discursiva, esta pesquisa fundamentou-se nos estudos de Nascimento e Silva (2012), entre outros autores. Além desses estudiosos, utilizou-se das conjecturas de Bakhtin (2011) para discorrer sobre gêneros discursivos, além de outros autores que abordam sobre o gênero em estudo. Em termos metodológicos, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interpretativo, considerando a perspectiva teórica abordada. Inicialmente, propomos que o *corpus* seja composto por 15 (quinze) posters do *Instagram*, que foram escritos a partir das vivências de jornalistas ou torcedores na copa do Catar. A seguir, apresentamos os estudos sobre a Modalização proposta por Nascimento e Silva (2012), e os estudos sobre os gêneros discursivos/digitais fundamentado nos estudos de Bakhtin (2011) e Santaella (2014).



1 MODALIZAÇÃO DISCURSIVA

Nesta seção trataremos sobre o fenômeno da modalização como uma estratégia semântico-argumentativa que se materializa em vários gêneros do discurso, mas aqui trataremos apenas sobre o gênero pôster do *Instagram*. Assim, Nascimento e Silva (2012, p. 63) descrevem a modalização como “um ato de fala particular que permite ao locutor, além de deixar marcas de suas intenções, agir em função do interlocutor” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 63).

Os autores (2012, p. 80) ainda acrescentam que os modalizadores são “elementos linguísticos que materializam, explicitamente, a modalização e se classificam de acordo com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem”. Esses autores classificam os modalizadores em quatro categorias, a saber: modalizadores epistêmicos, deônticos, avaliativos e delimitadores.

A modalização epistêmica é subdividida em três, sendo os epistêmicos asseverativos, epistêmicos quase-asseverativos e os epistêmicos habilitativos. A asseverativa ocorre quando o locutor considera o conteúdo do enunciado como certo e apresenta comprometimento com o dito (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Quanto à modalização epistêmica quase-asseverativa, o locutor não se responsabiliza com o dito, trazendo assim, uma incerteza, probabilidade, hipótese a ser comprovada. Já a epistêmica habilitativa o locutor revela que algo ou alguém é responsável e tem capacidade de realizar determinada ação (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

A modalização deôntica é subdividida em quatro, sendo: deôntica de possibilidade, deôntica de proibição, deôntica de obrigatoriedade e deôntica volitiva. A de possibilidade apresenta o conteúdo como facultativo, ou seja, não é obrigatório que o interlocutor realize o que está sendo dito. Já a deôntica de proibição é feita uma restrição por parte do locutor, o qual o interlocutor deve considerar a proibição como uma ordem (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Quanto a modalização deôntica de obrigatoriedade apresenta através do discurso do locutor a obrigação dirigida a seu interlocutor, o qual deve obedecer ao conteúdo expresso. Já a deôntica volitiva o locutor exprime um desejo, uma



vontade para o que está sendo expresso no enunciado ocorra (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

“A modalização avaliativa é aquela em que o locutor expõe um juízo de valor acerca do enunciado, sem que ele expresse caráter epistêmico ou deôntico” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 93). Segundo os autores, este tipo de modalizador não é usado apenas para imprimir um juízo de valor do locutor, mas também sobre o interlocutor, o qual indica como este deve ler o enunciado.

Em relação a modalização delimitadora é estabelecido os limites os quais devem ser considerados dentro do enunciado, dessa forma, este modalizador estabelece um valor explicativo dentro do enunciado. Ao abordarmos sobre a modalização discursiva e os tipos de modalizadores, passaremos para a próxima sessão, o qual iremos abordar sobre os gêneros discursivos/ digitais. A seguir, apresentamos a teoria dos gêneros discursivos/digitais.

2 GÊNEROS DISCURSIVOS/DIGITAIS

Na obra intitulada *Gêneros do discurso*, Bakhtin (2011) salienta sobre a diversidade dos gêneros do discurso que circulam na interação humana, sendo eles escritos, orais, dentre outros, “porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferenciam e crescem à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera.” (BAKHTIN, 1982, p. 248). Os gêneros do discurso são de natureza infinita e inesgotável diante da multiplicidade social humana, que se adequam e modificam de acordo com os contextos sociais. Com os avanços tecnológicos e o surgimento de plataformas digitais, novos gêneros discursivos emergiram com características próprias do universo cibernético, entre eles, podemos listar o *e-mail*, vlog, currículo web, GIF (*Graphics Interchange Format*), dentre outros.

Uma das características nos gêneros discursivos/digitais é a presença do hipertexto, que segundo Santaella (2014), trata-se de um texto de estrutura não linear:

É um texto que, em vez de se estruturar frase a frase linearmente como em um livro impresso, caracteriza-se por nós ou pontos de intersecção que, ao serem clicados, remetem a conexões não lineares, compondo



um percurso de leitura que salta de um ponto a outro de mensagens contidas em documentos distintos, mas interconectados. (SANTAELLA, 2014, p. 212)

O hipertexto permite que o interlocutor faça uma leitura interativa, de acordo com sua intenção ao clicar nos *links* disponibilizados no texto. E com o surgimento das redes sociais, a multimídia une-se com os hipertextos. Nesse processo, teremos a hibridação com diversos recursos como diferentes “linguagens, processos sógnicos, códigos e mídias”. (SANTAELLA, 2014, p. 212). E com a união da multimídia, o hipertexto torna-se hipermídia. Não estão mais fixados, exclusivamente, em elementos textuais, e sim, em textos que permitem a inserção de fotos, vídeos, músicas, áudios, entre outros:

Essa mistura densa e complexa de linguagens, feita de hipersintaxes multimídia -- povoada de símbolos matemáticos, notações, diagramas, figuras, também povoada de vozes, música, sons e ruídos -- inaugura um novo modo de formar e configurar informações, uma espessura de significados que não se restringe à linguagem verbal, mas se constrói por parentescos e contágios de sentidos advindos das múltiplas possibilidades abertas pelo som, pela visualidade e pelo discurso verbal. (SANTAELLA, 2014, p. 213)

A partir da hipermídia, novas formas de construção de textos originaram-se, principalmente, nas redes sociais. E neste trabalho, enfatizamos o gênero discursivo/digital pôster e/ou publicação oriundo do *Instagram*. Essa rede social possui como intuito o compartilhamento de imagens, fotografias e vídeos feitos pelos usuários, na qual permite os seguidores interagir com o conteúdo compartilhado através de comentários, curtidas e *emojis*. As publicações são dos mais variados assuntos: de interesse pessoal, subjetivo e até mesmo profissional. Isto é, cada publicação (com texto escrito, vídeo, fotografia) trata-se de um texto produzido e arquivado em um macrotexto (o que chamamos de *perfil* do usuário); “cada uma é igualmente uma materialização de discursos e, portanto, uma textualidade, construída praticamente na instantaneidade, sob parâmetros que, em certa medida, unem escrita e oralidade”. (RAMOS; MARTINS, 2018, p. 122).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo e de base interpretativa. Assim, nos propomos a descrever e analisar o fenômeno da modalização como recurso instaurador da argumentatividade que se materializa no gênero Pôster do *Instagram*. Além dos estudos de Nascimento e Silva (2012) sobre a modalização discursiva, esta pesquisa fundamenta-se também em Koch (2002), Castilho e Castilho (2002), entre outros; bem como na teoria dos gêneros discursivos de Bakhtin (2011) e outros autores que abordam sobre o gênero em estudo.

O *corpus* é formado por 15 (quinze) posters do *Instagram* produzidos por jornalistas e internautas que foram assistir os jogos da copa do mundo, sediada no Catar em 2022. Ressaltamos que, a seleção se deu de forma aleatória, através de buscas na plataforma do *Instagram* utilizando as *Hashtags* #copadomundo2022 e #copadomundonoCatar. Para atender os nossos objetivos da pesquisa, optamos analisar apenas a descrição da postagem (texto verbal) devido à dificuldade em encontrar publicações com elementos escritos na imagem e/ou fotografia. Logo após a seleção do *corpus*, dando continuidade à pesquisa, realizou-se o mapeamento e, em seguida, a catalogação do corpus e a análise dos modalizadores catalogados, de acordo com a classificação proposta por Nascimento e Silva (2012), conforme análise a seguir.

4 ANÁLISE DOS MODALIZADORES CATALOGADOS NO *CORPUS*

A seguir, apresentamos a análise do *corpus* da nossa investigação, que trata da ocorrência do fenômeno da Modalização Discursiva no gênero pôster do *Instagram*. Ao total, catalogamos 15 (quinze) posters na plataforma digital do *Instagram*, cujo assunto central se trata da Copa Mundial de Futebol 2022, sediada no país do Catar. Ressaltamos que foram catalogadas 194 (cento e noventa e quatro) ocorrências da modalização, e foram analisados de forma descritiva 8 (oito) trechos dos posters. Porém, devido ao espaço, selecionamos 3 (três) trechos para expor como esses modalizadores se materializam neste tipo de gênero. Em seguida, a análise da ocorrência dos modalizadores catalogados.



MODALIZADOR AVALIATIVO

Pôster 02

Há muito o q desconstruir sobre violência de gênero que está presente aqui no Brasil com a falsa ideia de liberdade, talvez se v for mulher **branca e privilegiada**, mas se for mulher **negra e pobre** as violências são diárias

No pôster 02, os termos destacados **branca, privilegiada, negra e pobre** possuem características do modalizador avaliativo, segundo Nascimento e Silva (2012), essa modalização imprime uma avaliação ou um ponto de vista sobre o conteúdo do enunciado. Nesse caso, os termos **branca, privilegiada, negra e pobre** surgem para caracterizar dois perfis de mulheres: a primeira, a mulher de etnia **branca** e da classe social **privilegiada**, essa que está inclusa em uma falsa ideia de liberdade promovida pela sociedade; a segunda mulher possui traços afrodescendentes (**negra**) e que não possui uma condição de vida aceitável (**pobre**), estando sujeita e vulnerável a violências constantes no seu cotidian. Desse modo, o locutor expressa o seu ponto de vista sobre as condições das mulheres que sofrem com a violência de gênero em nosso país, orientando discursivamente o interlocutor a ler e compreender o enunciado de determinada forma.

MODALIZADOR DELIMITADOR

Pôster 02

Um pequeno exemplo do meu espaço **apenas** 30% das mulheres são docentes titulares, Há departamentos q nunca tiveram mulheres como diretoras, conte qtas reitoras teve nos últimos 50 anos.

No trecho em destaque do pôster 02, observamos a ocorrência da modalização delimitadora através da expressão **apenas**. De acordo com Nascimento e Silva (2012), a modalização delimitadora determina os limites os quais devem ser considerados dentro do enunciado. Nesse caso, a expressão **apenas** modaliza o segmento *apenas 30% das mulheres são docentes titulares*, pois determina a porcentagem de 30% das docentes titulares que são mulheres na instituição de ensin. Através da porcentagem, seguida da modalização delimitadora, o locutor não apenas especifica a quantidade de docentes titulares do sexo feminino que



atuam na instituição, como estabelece a partir de quais limites o conteúdo do enunciado deve ser considerado. Desse modo, o locutor orienta discursivamente o interlocutor a considerar os limites do enunciado para a compreensão do conteúdo.

MODALIZAÇÃO COM COCORRÊNCIA DE AVALIATIVO COM DELIMITADOR

Pôster 10

Em 2019, ela apitou a partida entre Angers e Estrasburgo se tornando a primeira mulher a apitar um jogo do Campeonato Francês. No mesmo ano, comandou o duelo entre Liverpool e Chelsea pela Supercopa da Uefa, uma **sensação especial**.

No pôster 10, existe a coocorrência de modalizadores marcada pela expressão **sensação especial**, que avalia o segmento *comandou o duelo entre Liverpool e Chelsea pela Supercopa da Uefa*. O substantivo **sensação** é um modalizador avaliativo e o adjetivo **especial** é um modalizador que possui duas funções: avaliar (avaliativo) e delimitar (delimitador). A expressão **sensação especial** apresenta o conteúdo do enunciado com um valor axiológico positivo, pois se trata de uma sensação, de algo sensacional. Porém, não é apenas sensacional, uma vez que o acontecimento na Supercopa foi especial (algo único e específico). Sendo assim, o adjetivo **especial** acentua o efeito avaliativo expresso pelo termo **sensação**, atingindo o grau máximo da noção avaliativa. E ao mesmo tempo que a palavra **especial** apresenta uma avaliação sobre o acontecimento na Supercopa, a modalização supracitada também realiza uma delimitação, isto é, especifica como o episódio ocorreu (de forma especial e particular).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da nossa investigação, catalogamos diferentes tipos de modalizadores que produzem variados efeitos de sentido em nosso *corpus*, e até mesmo coocorrência de modalizadores categorias distintas atuando em conjunto, como podemos observar no quadro, a seguir:



Quadro 01: Modalizadores no gênero pôster do Instagram

Modalizadores Discursivos	Subtipos	Ocorrências
Epistêmico	Asseverativo	13
	Quase-Asseverativo	4
	Habilitativo	3
Deôntico	Possibilidade	2
	Obrigatoriedade	13
	Proibição	2
	Volitivo	2
Avaliativo		107
Delimitador		33
Coocorrência de avaliativo + delimitador		11
Coocorrência de E. asseverativo + avaliativo		2
Coocorrência de avaliativo + avaliativo		2
TOTAL		194

Ao total, catalogamos 194 modalizadores presentes no gênero pôster do *Instagram*. Enfatizamos a modalização avaliativa com 107 ocorrências em nosso *corpus*. Geralmente, o modalizador avaliativo era utilizado pelo locutor para expressar uma avaliação ou um posicionamento sobre o conteúdo do enunciado. Dependendo do assunto da postagem relacionado à Copa do Mundo no Catar, o locutor imprime uma avaliação favorável ou uma crítica sobre o assunto, evidenciando o seu ponto de vista e, conseqüentemente, o locutor se comprometendo com o dito. Em relação à crítica construída e/ou revelada pelo locutor, foi bastante perceptível nas publicações relacionadas a denúncia sobre a privação do poder de escolha das mulheres cataras em relação a sua própria vida. O locutor evidenciava a sua revolta e inconformidade com a situação dessas mulheres, que são submissas aos tutores masculinos de acordo com as leis e regulamentos do Catar.

A modalização delimitadora obteve 33 ocorrências no *corpus*. A sua aparição no enunciado, direcionava o interlocutor aos limites que ele deveria considerar para



ler e compreender o conteúdo do discurso. Essa delimitação era construída pelo locutor para especificar determinados assuntos. A modalização delimitadora surgiu nas mais variadas postagens sobre a Copa do Mundo 2022, incluindo publicações sobre acontecimentos no evento até sobre o impacto dos jogos de futebol na saúde dos torcedores. Desse modo, o locutor utiliza o modalizador delimitador para apresentar especificações sobre episódios ocorridos na Copa e questões que englobam esse evento: locais específicos, detalhes dos sujeitos envolvidos, os dias e os horários, dentre outros.

Em seguida, a modalização deôntica de obrigatoriedade tem 13 ocorrências nas postagens analisadas. O locutor emprega essa modalização para expressar uma noção de obrigatoriedade sobre o conteúdo do enunciado, e precisa que o interlocutor ou terceiros realizem a ação. A modalização deôntica de obrigatoriedade ocorre de forma difusa nas postagens analisadas, não se detendo a determinados assuntos que envolvem a temática central: a Copa Mundial de 2022. Contudo, quando o locutor utiliza a modalização supracitada, ele expressa a noção de ordem com maior frequência, e a noção de instrução em casos pontuais. Como por exemplo, na publicação que o Comitê de Operações de Segurança da Fifa apresenta instruções (que eles esperam que sejam atendidas) as autoridades de Catar, que as mulheres não sejam condenadas por denunciarem crimes de importunação sexual, abuso sexual e estupro.

De acordo com nossa análise, atendemos os nossos objetivos específicos, mapeamos e catalogamos os tipos de modalização presentes no gênero pôster do *Instagram*; identificamos e analisamos o seu funcionamento argumentativo dos modalizadores, verificando os efeitos de sentido que eles geram no referido gênero em estudo. Como foi demonstrado, identificamos diversos efeitos de sentido, como por exemplo, a noção de ordem, instrução, de certeza, de especificações, posicionamento axiológico, dentre outros. O locutor apresenta em seu discurso, pontos de vista e avaliações que orientam discursivamente o seu interlocutor a aderir determinadas conclusões sobre o conteúdo do enunciado; e os modalizadores discursivos desempenham essa função de imprimir linguisticamente esses posicionamentos do locutor.



REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NASCIMENTO, E. P. do; SILVA, J. M. da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (Org.). **A Argumentação na Redação Comercial e Oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

RAMOS, Penha Élide Ghiotto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira. **Reflexões sobre a rede social Instagram**: do aplicativo à textualidade. *Texto digital*, v. 14, n. 2, p. 117-133, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia**. *Bakhtiniana*. v. 9, n. 2, São Paulo, ago./dez., 2014, p. 206-216.



CONSTRUÇÃO DE ARGUMENTOS NA POLÊMICA: UMA ANÁLISE DOS ENTORNOS NO DISCURSO DE ÓDIO

José Yan Maciel Dias
Silvio Luis da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O crescimento das redes sociais tem permitido a veiculação intensa de discursos políticos e de mobilização ideológica, contexto em que se destaca a disseminação “viral” de discursos de ódio. Esse cenário justifica um estudo discursivo que busque esclarecer quais mecanismos argumentativos explicam a adesão e a propagação desses conteúdos. Este estudo analisa a produção de sentidos em tuítes concernentes à invasão ocorrida em Brasília em 8 de janeiro de 2023. A análise examina elementos textuais e contextuais para justificar interpretações específicas. Utiliza, para tanto, contribuições de Perelman (1998, 2005), Amossy (2011, 2017) e Coseriu (1955-56, 2007). Como resultado, observou-se que os sentidos evocados por esses discursos compreendem mecanismos retóricos orientados em função dos destinatários e sustentam conflitos entre teses excludentes passíveis de observação por meio do contexto verbal.

Palavras-chave: Argumentação. Entornos. Retórica. Mídias sociais.

Abstract: The growth of social networks has allowed the intense transmission of political speeches and ideological mobilization, a context in which the “viral” dissemination of hate speech stands out. This scenario justifies a discursive study that seeks to examine which argumentative mechanisms explain the adherence and propagation of these contents. This study analyzes the production of meanings in tweets concerning the invasion that took place in Brasília on January 8, 2023. The analysis examines textual and contextual elements to justify specific interpretations. For this purpose, it uses contributions from Perelman (1998, 2005), Amossy (2011, 2017) and Coseriu (1955-56, 2007). As a result, it was observed that the meanings evoked by these speeches comprise rhetorical mechanisms oriented towards the addressees and support conflicts between excluding theses that can be observed through the verbal context.

Keywords: Argumentation. Surroundings. Rhetoric. Social media.



INTRODUÇÃO

As redes sociais são mais do que simples plataformas de compartilhamento de multimídia e informações pessoais. Hoje, elas desempenham um papel importante na condução de discussões e influenciam comportamentos fora do ambiente digital, além de moldar o conteúdo veiculado pela mídia tradicional. Movidas pelo lucro proveniente da publicidade, essas plataformas buscam manter os usuários engajados o máximo possível, utilizando mecanismos que distribuem informações com base nos interesses e inclinações ideológicas de cada indivíduo. Isso favorece a exposição de conteúdos que reforçam convicções e, ao mesmo tempo, inibe o diálogo e a aceitação de perspectivas diferentes.

Neste cenário, este estudo analisa publicações de usuários do Twitter em resposta à invasão ocorrida em Brasília em 8 de janeiro de 2023, com o objetivo de compreender como a produção de sentido ocorre nesse ambiente digital e identificar os elementos que contribuem para essa produção de sentido e que influenciam as argumentações presentes nas postagens.

Para isso, far-se-á uma discussão teórica sobre aspectos discursivos e argumentativos baseados nas obras de Perelman (1998, 2005), para quem a argumentação de um discurso é orientada em função do auditório, Amossy (2011, 2017), cujo foco é o discurso polêmico e seu funcionamento, e, para a descrição linguística, Coseriu (1955-56, 2007), cuja proposta de uma Linguística Integral, marcadamente o que intitula Entornos, enfatiza as relações da materialidade linguística, sujeito, sentido e contexto, aqui entendidos como produtos argumentativos.

Em seguida, serão analisados alguns tuítes relacionados ao ataque à democracia no Brasil. Ao final, serão apresentadas considerações sobre os resultados obtidos durante o processo de teorização e análise do *corpus*.

1 A ARGUMENTAÇÃO E O AUDITÓRIO

Chaim Perelman adota um posicionamento acerca da argumentação cujo enfoque recai sobre a adesão do(s) interlocutor(es), o auditório, às premissas e argumentos levantados por um discurso. Com isso, resgata os conceitos de



retórica e de dialética da filosofia aristotélica, entendidos como a “técnica do bem falar”, faculdade de se buscar diferentes meios de persuasão através do discurso, e como “arte ou técnica do diálogo”.

Para Perelman, assim como para Aristóteles, os raciocínios dialético e analítico são essencialmente divergentes. Enquanto este está em conformidade com a lógica formal e busca conclusões validadas na confirmação de hipóteses e premissas, aquele afasta-se de critérios objetivos e impessoais. O raciocínio dialético funda-se no que é verossímil, essência da adesão às premissas de um autor que, para tanto, assegura-se de conhecer as teses explicitamente aceitas pelo auditório (PERELMAN, 1998).

O conceito de auditório é desdobrado em particular, grupo de interlocutores notoriamente adepto de um mesmo conjunto de valores, e universal, conjunto abstrato de interlocutores diversos dos quais não se presume adesão homogênea a valores explícitos; o que exige do orador: a) lançar mão de perguntas e respostas (método socrático); e/ou b) partir de questões tidas como indiscutíveis ou que são consideradas valores universalmente aceitos.

Além da adesão do auditório, importa, na argumentação retórica, a imagem que este tem do orador. A retórica de Perelman considera também a ambiguidade, abertura a interpretações diversas que origina conflitos cuja resolução se dá por meio de argumento “suficiente” (ou razoável), plausível o bastante para ser aceito por um determinado grupo e angariar a adesão deste a uma tese ou maneira de enxergar um aspecto da realidade.

2 O DISCURSO POLÊMICO

A concepção adotada por Perelman (2005) é ampliada por Amossy para quem a argumentação é, mais do que um meio de provocar a adesão do auditório, “uma tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 30). A autora defende que todo texto comporta uma modalidade argumentativa e toda interação verbal configura uma tentativa mútua de agir sobre o outro a partir do discurso.



Nesse sentido, dedica esforços a compreensão do funcionamento da modalidade argumentativa polêmica, entendida como “uma gestão do conflito de opinião sob o modo da dissidência, e não de uma busca de acordo” (AMOSSY, 2017, p. 41), que apresenta três propriedades fundamentais: um antagonismo de ideias (dicotomização) atualizado em interação verbal na qual participantes formam dois grupos adeptos de teses excludentes (polarização), o que desdobra-se num embate em que predomina a deslegitimação do opositor (desqualificação do outro). Nesse processo, os sujeitos assumem os papéis de Proponente (adepto à proposta), de Oponente (contrário à proposta), ou de Terceiro (espectador do conflito).

3 A PERSPECTIVA COSERIANA E O CONTEXTO VERBAL

A teoria coseriana argumenta que a linguagem é dotada de três aspectos a saber: manifestação de uma habilidade comunicativa humana (nível universal) desempenhada através de um idioma (nível histórico) em realizações particulares (nível individual). Sob esse raciocínio, tem-se a Linguística Integral, que propõe a existência de uma disciplina dedicada a cada nível da linguagem. Coseriu enfatiza o nível individual e volta-se à compreensão das relações circunstanciais que implicam sentidos materializados no texto/discurso. Assim, elabora um “catálogo de possibilidades gerais para a criação de sentidos” (COSERIU, 2007, p. 118), intitulado “Entornos”.

Os Entornos estão distribuídos em quatro grupos, Situação, Região, Contexto e Universo de Discurso. O primeiro contempla circunstâncias espaço-temporais. O segundo, que divide-se em três Entornos (Zona, Âmbito, Ambiente), compreende a organização idiomática. O terceiro, Contexto verbal, desmembra-se em três grupos: Idiomático, referente às relações entre signos expressos num texto e o léxico de uma língua; Verbal, relativo às relações sógnicas internas ao texto; e Extraverbal, que desdobra-se em Físico, Empírico, Natural, Prático, Histórico e Cultural. O quarto, Universo de Discurso, remete ao “mundo de referência” ao qual o texto pertence.



4 O *CORPUS*: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Este trabalho se propõe a observar, a partir de uma descrição linguística feita à luz dos Entornos coserianos, o que da/na materialidade do texto sustenta determinada(s) interpretação(ões). Para tanto, enfatizamos o contexto verbal, sem desconsiderar a possibilidade de apontar influências de outros Entornos para a produção dos sentidos e das argumentações presentificadas no texto.

O *corpus* analisado reúne tuítes em resposta à publicação:



O Patriota
@paatriotas

Não Foram os Patriotas que Destruíram, Foram os infiltrados.

Há diversas imagens como prova.

A postagem foi veiculada pelo perfil “O patriota”¹ em 8 de janeiro de 2023; data do ataque às sedes dos Três Poderes, em Brasília, durante manifestação de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em contestação ao resultado das eleições presidenciais de 2022, que reconduziram Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil.

A publicação nega, apesar dos fatos noticiados pela imprensa (e ratificados pelas autoridades judiciais), a participação de apoiadores do ex-presidente nos atos de vandalismo e atribui a autoria dos ataques a pessoas infiltradas na manifestação. A repercussão da publicação desdobra-se em comentários favoráveis e desfavoráveis à tese. A análise observa quatro dessas manifestações, duas de acordo e duas em desacordo com o conteúdo do tuíte.²

O conteúdo expresso no tuíte demonstra uma tentativa de angariar adesão a uma tese, qual seja a inocência dos “patriotas” e a responsabilização dos “infiltrados”, notoriamente dirigida a um auditório particular: os apoiadores que se pretende

¹ Disponível em: <https://twitter.com/paatriotas/status/1612253455850012674>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

² A publicação obteve 146 mil visualizações, 13 mil curtidas e conta com 205 respostas (*replies*) ao *post* original: 47 vídeos, 20 imagens e 137 comentários. Somente estes serão observados nesta pesquisa. 32 deles foram desconsiderados por tangenciar e/ou por suscitar interpretações diversas. Agrupou-se os demais comentários em contrários (20) e favoráveis à tese (85). Somente 56 destes últimos foram considerados; classificou-se os demais (29) como irrelevantes do ponto de vista argumentativo.



inocentar. Carente de elementos factuais³, o enunciado vale-se da verossimilhança, entendida por Perelman como a apresentação de argumentos plausíveis e/ou razoáveis às inclinações de um dado auditório. O que corresponde, nesse caso, à tese dos infiltrados.

A publicação atende a outro pressuposto básico da retórica argumentativa; reforça a imagem positiva do orador perante o auditório. Corrobora essa leitura a auto-descrição do perfil: “Um bom soldado não foge à luta. Sempre seremos antipetistas. Se você é patriota de verdade, segue nossa página⁴.” Isso, aliado à defesa expressa no tuíte, reitera a figura do orador como legítimo representante daquele grupo.

Para Amossy, a argumentação retórica objetiva modificar, reorientar e/ou reforçar determinada visão de mundo. A publicação assume esses três aspectos: 1. inverte e/ou modifica os fatos (alça o culpado à condição de vítima); 2. redireciona a discussão (faz do acusado acusador); 3. reitera juízos comuns ao auditório (perseguição/conspiração).

Este último aspecto é basilar à polemização do *post*, cuja tese levantada deixa ao menos dois vazios argumentativos (quem são os infiltrados; quais as provas) que são preenchidos pelo auditório. O preenchimento desses espaços dá-se num contexto passional que opera uma “tentativa de diabolização, ou apresentação do adversário com características do “Mal absoluto” (Amossy, 2017, p. 42) sob uma lógica do “nós” contra “eles”.

Isso se confirma na descrição do perfil, que relaciona o patriotismo ao antipetismo, o que explica as manifestações que vinculam os “infiltrados” à Esquerda⁵ e, em consequência, a formação de um debate no qual prevalece o dissenso. Comentários como:

“Os patriotas foram revistados antes de adentrar na área dos três poderes. Os infiltrados já estavam lá dentro [dos prédios] com marretas e pés-de-cabra. A

³ As supostas provas mencionadas pelo orador não foram publicadas junto ao tuíte original.

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/patriotas> Acesso em: 26 de mar. de 2023

⁵ Neste estudo, os sentidos dos termos Direita e Esquerda estão restritos à compreensão manifestada nos textos analisados que vinculam a Direita a Jair Bolsonaro e a Esquerda a Lula.



manifestação era pacífica, eles [os patriotas] iriam entrar e sentar. Caíram na cilada desses malditos petistas terroristas.”

A estrutura desse enunciado, favorável ao conteúdo expresso na publicação, compõe-se de quatro períodos que reforçam a tese de inocência dos “patriotas” e a responsabilização dos “petistas”, sob um jogo verbal baseado na oposição semântica: 1º: reforça a inocência dos “patriotas”. Conclui-se que estavam desarmados, sem condições de vandalizarem, uma vez que foram revistados; 2º: os infiltrados já estavam lá dentro e armados, do que depreende-se que burlaram a fiscalização; 3º: reitera o argumento do primeiro período ao reafirmar as intenções pacíficas dos “patriotas”. 4º: assume duas funções; corrobora a imagem positiva dos manifestantes (vítimas de uma cilada) e a imagem negativa do outro (malditos petistas terroristas).

Outras respostas, apesar de manifestarem assentimento à tese do *post* original, mostram-se céticas quanto ao uso das supostas provas em favor dos manifestantes. É este o caso do comentário seguinte:

Pra eles isso não importa, precisavam legitimar ações mais duras contra a direita e agora eles tem justificativa pra isso. A verdade nunca foi importante pra esquerda, somente a narrativa!

Esse texto funda-se na oposição nós/eles, reiterada através do binômio direita/esquerda. Assim como a publicação de “O patriota”, inverte a lógica dos fatos noticiados pela imprensa; vitimiza os manifestantes (a Direita) como alvo de “ações mais duras” orquestradas por uma “narrativa” da Esquerda. Nesse sentido, a estratégia de defesa configura, simultaneamente, um ataque ao outro, qual seja os atores políticos à Esquerda do espectro ideológico. Esse procedimento argumentativo atualiza o antagonismo existente entre dois grupos e contribui para manutenção do dissenso. A polemização reafirma a distribuição de sujeitos em pólos excludentes, o que garante a formação de discussões secundárias que ofuscam o mérito do assunto inicial.

São relevantes na construção de sentidos e na argumentação de ambos os textos os contextos idiomático⁶, verbal e extraverbal. O primeiro remete, nos textos, à

⁶ “El contexto idiomático es la lengua misma como contexto, como “fondo” del hablar. En todo lo hablado se manifiesta concretamente una parte de la lengua, pero esta parte significa en la relación con toda la lengua, con todo el saber idiomático de los hablantes. Todo signo realizado en el discurso significa en



seleção de adjetivos dentro do todo vocabular que compõe o léxico de uma língua e o arcabouço linguístico do falante. É essa a base da adjetivação negativa empregada nos comentários em virtude da violência verbal utilizada com o fim de desacreditar o outro e invalidar sua tese.

O contexto verbal refere relações sígnicas que integram o discurso, os sentidos construídos a partir de associações vocabulares estabelecidas de forma imediata, vocábulos postos lado a lado (malditos petistas terroristas, patriotas idiotas, ignorantes da direita, ações mais duras contra a Direita), ou mediata, relações anafóricas e catafóricas (infiltrados/petistas; Caíram na cilada/os patriotas).⁷

Quanto ao contexto extraverbal, tem-se a incidência dos contextos físico, prático⁸ e histórico⁹. O primeiro compreende o que está à vista do falante durante a enunciação e que influencia os sentidos do enunciado; nesse caso, a publicação de "O Patriota" a qual os comentários reportam.¹⁰ O contexto prático suscita a adequação do discurso de um falante às condições de enunciação, o que remete ao gênero tuíte, à estrutura concisa arbitrada pela rede social. O mesmo Entorno abarca o "tom" empregado no discurso. Comentários favoráveis tendem à retórica elogiosa e à caracterização positiva das ações bolsonaristas (procedimento inverso é dirigido à Esquerda). Por último, tem-se os contextos

complejos sistemas de oposiciones y asociaciones formales y semánticas con otros signos, que no se dicen pero que pertenecen al acervo lingüístico de los hablantes." (COSERIU, 1955-56, p. 48)

⁷ "El contexto verbal es el discurso mismo en cuanto "entorno" de cada una de sus partes." É classificado de duas formas: imediato "constituído por los signos que se hallan inmediatamente antes o después del signo considerado [...] o mediato, hasta llegar a abarcar todo el discurso, y, en tal caso, puede llamarse contexto temático" (COSERIU, 1955-56, p. 49)

⁸ La particular coyuntura subjetiva u objetiva en la ue ocurre el discurso; por ej., el hablar con un anciano o con un niño, con un amigo o con un enemigo, para pedir un favor o para exigir un derecho; el acontecer el discurso en la calle o en una reunión de familia, en una clase o en el mercado, de día o de noche, en invierno o en verano, etc. Toda una serie de funciones gramaticales, semánticas y estilísticas dependen de la "ocasión" del discurso o se desempeñan implícitamente por este contexto. (COSERIU, 1955-56, p. 50)

⁹ Está constituído por las circunstancias históricas conocidas por los hablantes, y puede ser particular- tan limitado como la historia de una persona, de una familia, de una aldea; o más amplio, como la historia de una nación (por ej., el ser este país una república y no un reino, el ser una comunidad cristiana y no musulmana. (COSERIU, 1955-56, p. 50)

¹⁰ Abarca las cosas que están a la vista de quienes hablan o a las que un signo adhiere (en el caso de un signo grabado, escrito o impreso; cf. el "entorno sinfísico" de K. Bühler). La deixis real e inmediata ocurre dentro de un contexto físico, por el cual, además, se individuán implícitamente todas las cosas que el contexto mismo contiene. (COSERIU, 1955-1956, p. 49).



empírico e histórico que remetem ao conhecimento da conjuntura temporal de produção de um discurso, em que se enquadra o “8 de janeiro”.

Outros comentários apontam a falácia desses argumentos, tal como:

Sou Patriota, agora, tudo de ruim jogar a culpa nos caras não dá. Patriotas idiotas entraram sim e meteram pau em tudo. [Os policiais/guardas] Estão fazendo o que lá na frente se deixaram essa turma entrar? Porra, não fode. Já ferrou geral, os ignorantes da direita destruíram nossa chance. Paciência.

Esse tuíte diminui a força argumentativa da publicação. Contraria a tese dos infiltrados. Confere peso ao contra-argumento a identificação do autor como “patriota”. Destaca-se na resposta a adjetivação (idiotas) e a veemente negação à inocência dos manifestantes (entraram sim; meteram pau em tudo). O que é reiterado pela pergunta retórica (estão fazendo o que lá na frente?) somada à desqualificação do adversário (ignorantes da direita).

No comentário seguinte, observa-se o resultado desse jogo verbal no qual a troca de argumentos, inicialmente dirigida à invalidação da tese, cede lugar à deslegitimação do adversário:

Tomar no seu cool, terroristas do cão! Tenha a coragem de assumir seus B.O, fdp!

Esse texto manifesta violência verbal aos apoiadores bolsonaristas, por meio de reiteradas expressões pejorativas que ironizam as declarações de inocência. Os sentidos evocados nos textos desfavoráveis ocorrem, assim como nos demais comentários, devido à incidência de entornos. Destaque à incidência do contexto extraverbal prático. Este entorno compreende adequações em virtude de circunstâncias específicas em que ocorre a enunciação.

Nesse sentido, abarca adequação ao formato arbitrado pelo gênero tuíte: concisão, uso de abreviações (B.O, fdp). Compreende também adequações quanto ao “tom” discursivo, orientado em função do interlocutor a quem se dirige: adeptos à tese adotam um tom elogioso às ações bolsonaristas, como viu-se nos textos favoráveis (manifestantes pacíficos), e dirigem críticas ao grupo político adversário (malditos petistas terroristas/ a verdade nunca foi importante para a esquerda)



O inverso ocorre nos comentários contrários à tese, em que predomina um tom pejorativo endereçado aos manifestantes e aos seus defensores (patriotas idiotas/ ignorantes da direita/ terroristas do cão). Esse recurso implica em seleção vocabular, que explicita a relevância do contexto idiomático aliado ao contexto verbal imediato (adjetivos dispostos em sequência) e mediato (terroristas do cão! / tenha a coragem de assumir seus B.O). Destaque ao contexto verbal negativo no último texto: o adjetivo “covardes” não é exposto, mas está implícito em “tenha coragem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho buscou identificar elementos de três teorias distintas voltadas ao estudo dos sentidos do texto, quais sejam a perspectiva da retórica argumentativa de Perelman, da argumentação polêmica de Amossy e dos Entornos coserianos. Esta última utilizada como ferramenta descritiva capaz de apontar na materialidade textual quais elementos estruturam os procedimentos argumentativos observados por aquelas teorias. Os Entornos abarcam uma série de desdobramentos. Neste artigo, apontou-se apenas as categorias mais proeminentes e relevantes à interpretação dos sentidos dos textos analisados. Os resultados da análise nos levam a algumas conclusões.

Os comentários analisados indicam que as publicações no Twitter exploram a orientação discursiva em função do auditório e das inclinações ideológicas deste, como viu-se na publicação de “O patriota” e nos comentários que lhe são favoráveis. A verossimilhança, a imagem do orador, a ambiguidade e o argumento “suficiente” são outros importantes elementos da argumentação retórica frequentes nos tuítes que: a) veiculam informações controversas, mas plausíveis ao auditório; b) reforçam a imagem do orador como representante daquele campo político; c) apresentam declarações ambíguas cuja margem a interpretações diferentes é utilizada em desfavor de repercussões negativas, d) como “argumento suficiente” à manutenção do consenso e da adesão do auditório.

O antagonismo dessas perspectivas manifesta-se nos tuítes de forma igualmente excludente em reiterados embates fomentados por discursos polêmicos. Essa



tática materializa as propriedades fundamentais da modalidade polêmica defendidas por Amossy (dicotomização, polemização e desqualificação do outro) bem como os papéis actanciais de Proponente, Oponente e Terceiro, aqui entendidos como: 1. adepto às ideias da Direita; 2. adepto às ideias da Esquerda; 3. contrário/alheio ou adepto a ideias diversas.

As estratégias que mobilizam esses fenômenos argumentativos são possibilitadas por Entornos diversos que possibilitam a produção de sentidos e indicam caminhos interpretativos que possibilitam a adesão e a repercussão de informações. Nos textos analisados, observou-se a maior relevância dos contextos idiomático, contexto verbal e contexto extraverbal prático, como categorias incidentes sobre o jogo discursivo que são fundamentais à efetivação dos sentidos pretendidos pelo falante.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do lógos nas Ciências da Linguagem*. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 1-14 (e-book).

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Coordenação da tradução Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo, Contexto, 2017.

COSERIU, Eugenio. *Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar*. *Romanistisches Jahrbuch* 1955/56, p. 28-54.

COSERIU, Eugenio. *Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco Libros, 2007.

NÃO foram os patriotas que destruíram, foram os infiltrados. Há diversas imagens como prova. O patriota; Twitter Brasil, [s.l], 8 de jan. de 2023. Disponível em: <https://twitter.com/patriotas/status/1612253455850012674>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



SEDiAr

Seminário Internacional de
Estudos sobre Discurso e Argumentação

Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDiAr)

18 a 20 de abril de 2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Organização

Eduardo Lopes Pirís

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Fernanda Coelho Liberali

Viviane Carrijo

Maria Cecília Camargo Magalhães

Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz

2023